



**Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH**

**Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS**

**Programa de Pós Graduação em História Social -  
PPGHIS**

**Departamento de História**

Fabiano Godinho Faria

João Goulart e os militares na crise dos anos de 1960.

Rio de Janeiro

2013

João Goulart e os militares na crise dos anos de 1960.

Fabiano Godinho Faria

Departamento de História / IFCS / CFCH

Doutorado em História.

Orientação:  
Professor Doutor Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Rio de Janeiro

2013

## FOLHA DE APROVAÇÃO

João Goulart e os militares na crise dos anos de 1960.

Fabiano Godinho Faria

Tese submetida ao corpo docente do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em história.

Aprovada por:

Professor Doutor Renato Luís do Couto Neto e Lemos – Orientador:

---

Professor Doutor Lincoln de Abreu Penna:

---

Professora Doutora Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes:

---

Professor Doutor Marcelo Badaró Mattos:

---

Professor Doutor Claudio Beserra de Vasconcelos:

---

Rio de Janeiro

2013

## FICHA CATALOGRÁFICA

Faria, Fabiano Godinho

João Goulart e os militares na crise dos anos de 1960. Fabiano Godinho Faria. – Rio de Janeiro, ano.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em História Social - Departamento de História, 2013.

Orientador: Renato Luís do Couto Neto e Lemos.

1. Golpe civil-militar de 1964. 2. Militares. 3. Doutrina da Guerra Revolucionária 4. História – Teses. I. LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. Departamento de História. III. Título.

*Dedico este trabalho a Jamesson Adolpho Uchoa Castelo Branco e*

*José Ferreira Godinho (in memoriam)*

## **Agradecimentos:**

A conclusão do doutorado é um momento de finalização de uma carreira escolar. Nesse sentido não posso deixar de lembrar tantas pessoas que me apoiaram e acreditaram em mim, mesmo diante de circunstâncias que em nada apontavam para este desfecho. Agradeço a todos os educadores que tive ao longo da minha vida escolar. Tenho muito orgulho de ter chegado aqui estudando exclusivamente no ensino público, jamais em vida, me sentei um dia sequer em um banco de escola privada. Ao mencionar meus educadores, não me refiro apenas aos professores que tive, mas das pessoas que em minha infância e adolescência me incentivaram e me deram asas para voar. A meu pai, que gostava (e gosta até hoje) de falar de política. À minha mãe, que sempre acreditou que valia a pena não parar de estudar, ainda quando as necessidades financeiras aconselhavam ao contrário. Ao meu avô, já falecido, que me contava tantas histórias que encantaram o menino do interior. A meu Padrinho Julio Cesar Boy, que me fez sentir vontade de sair da cidade Nova Friburgo e tentar a sorte na capital. Não tenho como não mencionar os amigos do movimento estudantil, (em especial o companheiro Dirley) que me proporcionaram a chance de permanecer na universidade durante o primeiro ano, arrumando alojamentos provisórios, para ir levando, como se diz, porque eu não tinha dinheiro para pagar uma pensão. Ao amigo Adriano pelo companheirismo e pelo apoio de sempre.

Agradeço especialmente à Marília, minha mulher, que ao longo de todos esses anos suportou a minha ausência em minhas horas de estudo, primeiro para passar em um concurso, depois no mestrado, outro concurso e agora o doutorado. Só uma pessoa tão sensacional e companheira para conseguir suportar tudo isto sempre compreensivamente e de bom humor. Você, Marília, é a minha força.

Agradeço ao professor Carlos Gabriel Guimarães pela pronta colaboração em me ceder valiosas fontes sobre o movimento dos praças e também de seu avô, o brigadeiro Dirceu de Paiva Guimarães. Ao Rodrigo, professor de espanhol, que tão prontamente se dispôs a fazer a tradução do resumo. Às amigas Leila e Lucineide pela árdua tarefa de revisar alguns capítulos deste trabalho. Aos membros da banca, Lincoln, Claudio, Virgínia e Badaró (este último que já me atura ha bastante tempo) por terem a

paciência de lê-lo. E aos incontáveis nomes e amigos que de várias formas contribuíram com ideias e sugestões.

Este trabalho certamente não teria sido concluído se não fosse o empenho de meu orientador Renato Lemos em cobrar o máximo de qualidade, sem jamais perder a paciência. Agradeço à minha orientadora do mestrado, Virgínia Fontes por tê-lo indicado. Hoje sei que quando ela disse que era um orientador rigoroso, não estava exagerando. E que bom que foi assim.

## **RESUMO**

FARIA, Fabiano Godinho. **João Goulart e os militares na crise dos anos de 1960**; Orientador (a): Nome. Renato Luís do Couto Neto e Lemos: UFRJ / IFCS / PPGHIS / Departamento de História; 2013. Tese (Doutorado em História Social).

Este trabalho aborda a crise político-militar que precedeu a deposição do Presidente João Goulart em abril de 1964. O foco principal da análise é a política militar de defesa implantada sob seu governo e suas repercussões sobre as correntes militares existentes naquele contexto. Faz-se uma análise da emergência dos principais partidos militares e sua interação com as agremiações civis em meio à crise orgânica que marcou o colapso do populismo no Brasil. O processo é analisado a partir de um recorte temporal ampliado, buscando-se identificar o surgimento dos principais elementos da crise, desde o fim do Estado Novo até 1964. Abordamos, igualmente, os principais fatores que intervieram na disputa entre as correntes militares em sua interação com a sociedade civil, tais como as eleições para o Clube Militar, a mobilização nacionalista pelo monopólio da exploração do petróleo, a campanha pela legalidade em 1961, e a influência da Doutrina da Guerra Revolucionária como instrumento ideológico para os conspiradores militares e civis, entre outros fatores. Do ponto de vista deste trabalho, o golpe civil-militar de 1964 foi fruto de uma mobilização de um setor do capital multinacional e associado, não apenas contra o governo populista de João Goulart, mas por um novo projeto de Estado vinculado aos interesses dessa fração das classes dominantes.

**Palavras-chave:** militares, Doutrina da Guerra Revolucionária, Golpe civil-militar de 1964.

### **Abstract**

This piece of work addresses the political and military crisis which preceded the deposition of President João Goulart in April 1964. The main focus of the analysis is the policy of military defense implemented under his government and its implications for the military mainstreams present in that context. An analysis of the emergence of the main military parties is carried out, as well as of their interaction with the civil agremiations in the midst of the organic crisis which marked the collapse of populism in Brazil. The process is analyzed from an extended time frame, seeking to identify the emergence of the main elements of the crisis, since the end of the New State until 1964. The main factors which intervened in the dispute between the military mainstreams in their interaction with the civil society, such as the elections for the Military Club, the nationalist mobilization in favor of oil exploitation monopoly, the campaign for legality in 1961 and the influence of the Revolutionary War Doctrine as an ideological instrument for the military and civilian conspirators, among other factors, are likewise hereby approached. From the point of view of this piece of work, the civil-military coup of 1964 was the result of a mobilization of a sector of the multinational associated capital, not solely against the populist government of João Goulart, but in favor of a new State project, linked to the interests of this segment of the ruling classes.

**Keywords:** military, Revolutionary War Doctrine, Civil-Military Coup of 1964

## Résumé

Ce travail aborde la crise politique et militaire qui a précédé le dépôt du Président João Goulart en avril 1964. Le principal objectif de l'analyse est la politique de défense militaire implanté sous son gouvernement et ses implications pour les courants militaires présentés dans ce contexte. On fait une analyse de l'émergence des principales parties politiques et leur interaction avec les associations civiles, parmi la crise organique qui a marqué le collapsus du populisme au Brésil. Le processus est analysé à partir d'un laps de temps prolongé, en cherchant à identifier l'émergence des principaux éléments de la crise, depuis la fin du Nouveau État jusque 1964. Nous abordons, également, les principaux facteurs qui sont intervenus dans le conflit entre les courants militaires dans leur interaction avec la société civile, telles les élections au Club Militaire, la mobilisation nationaliste pour le monopole de l'exploration pétrolière, la campagne pour la loi en 1961 et l'influence de la Doctrine de la Guerre Révolutionnaire comme un outil idéologique pour les conspirateurs civils et militaires, entre autres facteurs. Du point de vue de ce travail, le coup d'Etat civil-militaire de 1964 a été le résultat d'une mobilisation d'un secteur du capital multinational et associé, non seulement contre le gouvernement populiste de João Goulart, mais un nouveau projet de l'Etat liée aux intérêts de cette fraction des classes dirigeantes.

**Mots-clés:** militaire, la Doctrine de la Guerre Révolutionnaire, Coup Civilo-Militaire de 1964

## **Resumen**

Este trabajo aborda la crisis político militar que precedió a la deposición del presidente João Goulart en abril de 1964. El foco principal del análisis es la política militar de defensa implantada bajo el gobierno y sus repercusiones sobre las corrientes militares existentes en aquel contexto. Se hace un análisis de la emergencia de los principales partidos militares y su interacción con las agremiaciones civiles en medio a la crisis orgánica que marcó el colapso del populismo en Brasil. El proceso del análisis a partir de un marco temporal prolongado. Se busca identificar el surgimiento de los principales elementos de la crisis desde el fin del Estado Nuevo hacia 1964. Se aborda también los principales factores que intervinieron en la disputa entre las corrientes militares en su interacción con la sociedad civil, tales como la elecciones para el Club Militar, la movilización nacionalista por el monopolio de la exploración del petróleo, la campaña por la legalidad en 1961, y la influencia de la Doctrina de la Guerra Revolucionaria como instrumento ideológico para los conspiradores militares y civiles, entre otros factores. Del punto de vista de este trabajo, el golpe civil militar de 1964 fue fruto de una movilización de un sector del capital multinacional y relacionado no sólo contra el gobierno populista de João Goulart, pero por un nuevo proyecto de Estado vinculado a los intereses de esta fracción de las clases dominantes .

Palabras claves: Militares, Doctrina de la Guerra Revolucionaria, Golpe civil militar de 1964.

**Lista de Anexos:**

**Telegrama da Central Intelligence Agency:.....467.**

**Gráfico das Promoções ao generalato entre os anos 1961 a 1963:.....468.**

## **Sumário:**

**Introdução:..... 16.**

### **Capítulo 1:**

**A formação das facções burguesas e militares, identidades e diferenças..... 23.**

**Nossa**

**perspectiva:.....38.**

**A natureza política dos militares:..... 45.**

**Divisão Burguesa x Militar durante os anos JK:..... 83.**

**A conjuntura político-militar do governo Juscelino Kubitschek:..... 88.**

### **Capítulo 2:**

**A mobilização dos sargentos: a farsa da quebra de hierarquia:..... 116.**

**As Forças armadas enquanto Instituições**

**Totais:..... 128.**

**A Doutrina da Guerra Revolucionária:..... 140.**

**O Movimento de politização dos praças dentro da correlação de forças políticas na década de 1960:..... 155.**

### **Capítulo 3:**

**A política militar de João Goulart:..... 264.**

**Governo Goulart: Populismo versus Nacionalismo:..... 172.**

**Início do governo Goulart: “A era Kruel”..... 183.**

**A era Jair Dantas:.....,..... 245.**

#### **Capítulo 4.**

<b>A construção do golpe em março de 64.....</b>	<b>264.</b>
<b>Núcleos de insatisfação existentes nas Forças Armadas apesar do “dispositivo militar”.....</b>	<b>265.</b>
<b>Correlação de forças em fins de 1964:.....</b>	<b>324.</b>

#### **Capítulo 5:**

<b>Atuação e fracasso do “dispositivo militar”.....</b>	<b>358.</b>
<b>As ações do “dispositivo militar” nos momentos decisivos do golpe:.....</b>	<b>358.</b>
<b>Era o golpe Inevitável?:.....</b>	<b>456.</b>
<b>Bibliografia:.....</b>	<b>474.</b>

## Introdução

Uma das reflexões mais interessantes sobre o trabalho do historiador que já tive oportunidade de ver foi feita por José Saramago, no anfiteatro da Universidade Federal Fluminense em 1999. Naquele momento, o escritor, recém-agraciado com o prêmio Nobel de Literatura, estava recebendo o título de Doutor *Honoris Causa*, naquela universidade. Lembro-me de haver ficado impressionado com o discurso do grande escritor português, que daquele momento em diante seria o meu autor preferido. Uma das primeiras passagens a me prender a atenção foi quando falou da admiração que sentia pelo trabalho do historiador, de seu espírito crítico, sua objetividade, e o grande empenho pessoal que o levava muitas vezes a consumir sua única vida para desenterrar uma pequena verdade! Gostei muito, ainda mais por saber de sua admiração pela categoria profissional em que eu mesmo, como estudante do curso de História, viria a ingressar. Muito tempo se passou e neste momento aquelas palavras voltam a ecoar, não apenas como uma agradável lembrança, mas, também, como um incômodo e sábio ensinamento. Não importa quão pesado seja o nosso empenho, o resultado será sempre modesto e provisório, uma minúscula, pequena e transitória “verdade” que marcará grandemente a nossa existência.

Se isso é válido para todas as pesquisas históricas, o é ainda mais para determinados temas. Existem períodos que, por sua relevância e relação com o tempo presente, atraem muitos pesquisadores. Há processos em que se encontram grande número de pesquisas, visões, polêmicas e em relação às quais, toda forma de contribuição se torna mais difícil e trabalhosa. Este livro se debruça sobre um desses temas: o golpe civil-militar de 1964.

É muito difícil, a rigor impossível mesmo, explicar científica e metodologicamente o que leva um estudante a se identificar com um determinado assunto. Talvez a resposta mais acertada seja também a mais subjetiva: os temas sobre os quais nos debruçamos dizem muito de nós mesmos, de nossa história pessoal e de nosso ser. Desde muito cedo me interessei por conhecer mais sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Ainda criança, ouvia meu pai, que então podia se chamar de “brizolista”, falar do nosso governador àquela época. De como foi um político importante, de como resistiu ou tentou impedir que acontecesse a malfadada “revolução”. Tinha de outro lado, um tio distante, com o qual nunca tive muito intimidade, mas que era “comissário de menores” e era muito chegado aos militares.

Meu pai me falava dos políticos que apareciam na televisão, dizia que esse tinha sido preso, aquele exilado, outro tinha sido da União Democrática Nacional (UDN) e havia sido prefeito dessa ou daquela cidade como interventor. Lembro-me da época em que ainda era estudante da sexta série do ginásio, e alguns militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) visitaram a minha escola para falar da Constituição que iria começar a ser debatida em 1986. Falavam muito mal dos militares e faziam a campanha do Fernando Gabeira para governador do estado do Rio de Janeiro. Eu entendia tudo com meus limites de menino e, de pronto, passei a apoiar aquele candidato de nome esquisito tão elogiado por aqueles simpáticos barbudos. Mais tarde, já no então segundo grau, ingressei no movimento estudantil e a importância do tema adquiriu para mim contornos mais concretos e engajados. Lembro-me das polêmicas sobre Brizola: era ou não era de esquerda? E o PT, era ou não revolucionário? Em suma, as histórias e fatos do golpe e da ditadura me foram contadas desde a mais tenra infância e me perseguem até hoje. Ao ingressar na universidade, a decisão de estudar esse tema já estava tomada havia tempo. Aquele tempo que não vivi, viveu e ainda vive em mim. Fiz o mestrado sobre a resistência armada à ditadura e para o doutorado acabei por pesquisar o golpe em si. Este livro é baseado em minha tese.

Mas como abordar um tópico tão “saturado”, embora tão interessante? Era preciso pensar um recorte que tornasse possível acrescentar mais um passageiro nesse ônibus que já tinha todos os lugares ocupados. Meu primeiro contato com o objeto que veio a moldar o projeto inicial desta pesquisa aconteceu na cadeia. Em 1999, lecionei alguns meses, como bolsista, no sistema penal. Lá deveria dar aulas de História e Geografia para estudantes do ensino médio. Entretanto, para minha decepção, não havia muitos internos nesse nível de escolaridade. Acabei por ter apenas dois alunos e ambos tinham nível superior.<sup>1</sup> O primeiro era um famoso juiz, condenado por desviar verbas da Previdência; o outro (que neste momento me interessa mais especialmente) estava preso por peculato e era ex-capitão da Cavalaria. Afora a insistência dos dois em, a todo o momento, falarem de suas inocências, foi uma experiência muito interessante. Não lecionei nada para meus alunos: eu é que aprendi com eles. O capitão do Exército, que chamarei aqui de “seu Mauro”, dizia que ninguém ainda tinha contado direito a história do golpe militar (e ele falava golpe, não “revolução”). Conforme ele narrava os fatos, o

---

<sup>1</sup> De acordo com nossas leis, a prisão especial para portadores de diploma de nível superior só existe até o julgamento. Se considerado culpado, o cidadão vai para o sistema prisional junto aos criminosos “comuns”.

juiz complementava com sua experiência de testemunha ocular dos acontecimentos. Seu Mauro me contava dos generais Carlos Luís Guedes e Olympio Mourão Filho. De como, em sua visão, esses dois oficiais tomaram à frente do golpe, porque estavam prestes a serem reformados. Disse que João Goulart havia promovido a general, almirante e brigadeiro diversos oficiais que se encontravam em posições distantes na lista de classificação e, por conta disto, vários dos que deveriam ter sido promovidos por direito de antiguidade tinham sido obrigados a se transferir para a reserva. Hoje, vejo como essa explicação é simplista, mas, na época, despertou-me grande interesse. Para o projeto do doutorado, essa avaliação, devidamente contextualizada e relativizada, foi a base de minha principal hipótese: a de que um grupo expressivo de militares se mobilizou contra Jango em função do mesmo, em sua política militar, haver ameaçado seus interesses corporativos.

E assim iniciei a pesquisa do doutorado. Não demorou muito para perceber a insuficiência dessa hipótese. A política de promoções no governo Jango, embora não fosse objeto principal da pesquisa de ninguém, estava longe de ser desconhecida e não mencionada. Já nas primeiras leituras, era visível que muitos outros fatores engendraram a mobilização dos oficiais. A cada novo passo, via o ponto de chegada mais distante, a cada nova página, a necessidade de aprofundar um universo maior de questões. De início, uma das dificuldades que, ao menos no meu caso foi muito trabalhosa, deveu-se à especificidade da pesquisa com militares. Tratava-se, em primeiro lugar, de definir quem eram esses. Como defini-los, qual a natureza de sua mobilização política? Qual a sua relação com o Estado, com os políticos, partidos e demais organizações da sociedade civil? Não era possível ignorar que o universo militar comportava muitas especificidades, que mereciam uma abordagem e um universo conceitual especialmente direcionado para a sua compreensão, visando a explicar o *modus operandi* de seu engajamento político e de seu funcionamento interno. Para tratar da instituição militar, na qualidade de universo particular, foram-me muito úteis os instrumentos conceituais de Pierre Bourdieu, principalmente, o conceito de *habitus*. Não desprezei outras contribuições que também se revelaram muito proveitosas para o entendimento das especificidades da caserna, como o conceito de “instituição total” de Erving Goffman e algumas reflexões de Michel Foucault.

De outro lado, era preciso evitar uma abordagem reducionista, que circunscrevesse toda a atuação política dos oficiais conspiradores às injunções de sua vida profissional. Era necessário ir além, e captar os canais de comunicação e

articulação dos políticos militares com a sociedade civil. Foram fundamentais, a este respeito, os conceitos de “partido militar”, de Alain Rouquié, e de “interação” entre esses partidos militares e os grupos civis, desenvolvido por Antônio Carlos Peixoto. Por fim, o fio da análise foi conduzido pelo universo conceitual de Antônio Gramsci. É difícil apontar quais instrumentos teóricos desse autor foram mais importantes, as noções de “bloco histórico”, “hegemonia”, “Estado ampliado”, “crise orgânica” entre outros conceitos permeiam todo o trabalho, constituem o universo teórico principal e estruturam a abordagem.

Embora os militares estejam presentes com destaque, em vários momentos da história do Brasil, em especial desde a Proclamação da República, a historiografia tem dispensado pouca atenção a sua atuação política em sua particularidade. Poucos são os trabalhos sobre o processo político do Brasil no século XX que, em algum momento, não precisem, ainda que brevemente, visitar a política militar. De um modo geral, tais trabalhos têm como objeto principal a chamada “política civil” e abordam, de passagem, a “política militar”, quando isto se revela essencial. Procuramos neste trabalho proceder de modo inverso, ou quase. Priorizamos a política militar, mas, assim fazendo, não pudemos apenas visitar brevemente a “política civil”. Essa é uma dificuldade adicional, quando se pesquisa os militares. Ao analisar em profundidade a política na caserna, não podemos mencionar apenas superficialmente o que ocorre fora do quartel. Captar em toda a sua dimensão a interação entre a instituição militar e a política implica abordar, a fundo, os processos político-sociais e, a partir desse ponto, estabelecer o nexo dialético entre militares e civis. Tentamos, aqui, proceder ao estudo da crise militar que precedeu ao golpe de Estado de 1964, a partir da inter-relação entre o mundo civil e militar.

Há ainda que se mencionar que existem trabalhos que interpretam o mesmo processo a partir do interior da caserna. Ao iniciar a pesquisa na análise da política de promoções no governo de João Goulart, acabamos por nos encontrar dentro de uma perspectiva diversa das outras pesquisas que têm como ponto de observação a instituição militar. Buscamos analisar o processo a partir da ótica da política de defesa de João Goulart e seus assessores militares, de modo geral, a partir de seu esquema militar, de seu hoje famoso e desdenhado “dispositivo militar”. Não desprezamos os testemunhos dos oficiais descontentes e conspiradores, mas procuramos observar o processo que culminou com a deposição do presidente constitucional a partir de suas medidas de caráter militar que visavam, precisamente, a impedir que esse fato ocorresse. Acreditamos que essa nova perspectiva nos possibilitou captar uma dimensão

original do processo da crise militar que precedeu o golpe e talvez resida nesse aspecto nossa principal contribuição ao estudo do tema. Ao analisar os discursos e argumentos dos oficiais que se posicionaram a favor do golpe, percebemos que vários deles só se definiram nos últimos momentos. Alguns passaram a maior parte do governo como oficiais apoiadores do governo, ou tentaram, de todos os modos, não figurar entre os oficiais que não eram da confiança do presidente. Pudemos perceber que a força dos oficiais opositoristas foi muito pequena em determinados momentos do governo Goulart, o qual realmente viveu alguns períodos de estabilidade militar.

Observando o processo a partir da ótica da política militar de João Goulart, pudemos igualmente perceber nos argumentos e depoimentos dos oficiais golpistas, elementos conjunturais que acreditamos também não tiveram a devida atenção por parte dos outros pesquisadores a abordar essa temática. É tão comum encontrar na fala dos golpistas a afirmação de que, não fosse a “revolução” o comunismo estaria instalado no Brasil. Com frequência atribui-se tais declarações meramente à manifestação de um reacionarismo típico do período, fato que, em decorrência, não mereceria maior exame. Nesse livro, procuramos avaliar com mais profundidade esse discurso e demonstrar como, por trás de tais justificativas, encontra-se, não apenas uma influência genérica da Guerra Fria, mas também uma doutrina militar elaborada: a Doutrina da Guerra Revolucionária, com origem no Exército francês.

Percebemos ainda, que alguns dos processos mais marcantes do período imediatamente anterior à sublevação militar de março de 1964, têm sido analisados de forma distorcida pela historiografia, abordados a partir das interpretações e dos juízos de valor que foram impostos pelos militares vitoriosos no golpe. Referimos-nos, em especial, ao movimento dos praças (ou “movimento dos sargentos”), que tem sido amiúde analisado, de forma quase inconsciente, com os conceitos que os militares sublevados elaboraram para o interpretar. Em síntese, esperamos haver contribuído para um novo olhar sobre o processo da crise militar que antecedeu o golpe de 1964 e a ditadura militar.

O livro é dividido em cinco capítulos. No primeiro, procedemos à análise da emergência do bloco histórico do período de 1945-1964: da formação das principais correntes militares em que se dividiram os oficiais das Forças Armadas até a crise aberta com a renúncia de Jânio Quadros.

No segundo capítulo, abordamos especialmente o significado da politização dos subalternos nas Forças Armadas e sua importância como elemento de crise militar

para as alas militares antinacionalistas e nacionalista/legalista. Estudamos também a introdução da Doutrina da Guerra Revolucionária como instrumento de mobilização conspiratória por parte do Estado-Maior civil-militar do golpe. Além de enfocarmos sobre a forma como o próprio movimento dos subalternos foi interpretado pelos conspiradores, a partir dos conceitos presentes nessa doutrina. Nesse movimento, buscamos fazer uma crítica às principais abordagens historiográficas desse período que, a nosso ver, incorporam os argumentos dos golpistas, ao avaliarem o papel e a importância que o movimento dos sargentos teve como motivador da crise militar que derrubou o presidente constitucional.

No terceiro capítulo, discutimos os aspectos gerais da política militar do governo João Goulart em seus momentos de maior e menor estabilidade. Buscamos demonstrar em que se baseou sua tática para isolar os oficiais conspiradores e descontentes dos principais postos de comando e da promoção de oficiais considerados de confiança para as principais posições hierárquicas e para as patentes mais elevadas. Visitamos também os principais acontecimentos políticos que repercutiram na crise militar do governo federal, até o fim de 1963.

No quarto capítulo, pesquisamos a formação dos principais núcleos de insatisfação e de conspiração contra o governo Jango. Observamos, além disso, o processo da crise militar durante o mês de março de 1964. Nessa análise, buscamos desconstruir as hipóteses e argumentos que, a nosso ver, interpretam o processo que culminou com o golpe de Estado a partir de uma abordagem de curto prazo, como se os principais determinantes para a eclosão da rebelião militar pudessem ser encontrados na crise política do mês de março de 1964, em especial em seus últimos dias.

No quinto e último capítulo, fazemos uma reconstrução factual da correlação de forças militares no momento do golpe. Buscamos analisar todos os principais momentos da eclosão da revolta militar iniciada em Minas Gerais e das condições existentes para combatê-la. Nosso objetivo foi o de demonstrar que, contrariamente ao que se supõe na maioria das abordagens assim como na fala dos golpistas, o governo teve plenas condições de debelar o movimento ainda em seus estágios iniciais. Que a ausência de reação foi fruto em parte da desorganização conjuntural das forças de defesa, mas de outra parte também uma opção política deliberada de não reagir. Tentamos demonstrar que João Goulart tinha sim um “dispositivo militar” e totais possibilidades de debelar a insurreição que o derrubaria.

Na Conclusão, buscamos apontar o que consideramos haver sido as principais contribuições deste trabalho.

## Capítulo 1

### A formação das facções burguesas e militares, identidades e diferenças.

#### Introdução:

O processo histórico que culminou com o golpe empresarial-militar de 31 de março 1964 é um dos temas mais debatidos pela historiografia brasileira. As diversas leituras em respeito a esse importante capítulo da história denotam não só diferentes compreensões da racionalidade da história e procedimentos metodológicos diversos, como também, visto ser um episódio que interfere diretamente no tempo presente, posicionamentos políticos que não devem ser desconsiderados. Podemos pensar que o golpe que depôs Jango se explica completamente nos anos e até meses imediatamente anteriores a sua queda ou de modo diverso, entender que esse acontecimento foi fruto de uma longa maturação histórica.

Ao lado desta questão, também é muito polêmico na historiografia entender quais são os sujeitos protagonistas desse evento. Existem os que afirmam serem os militares os principais atores. Outros destacam o papel de relevo desempenhado por setores das classes dominantes, tais como a oligarquias agrárias e setores da burguesia. E não faltam aqueles que, atentos ao jogo político, não hesitam em ver na frente pelas reformas, em seu alegado “radicalismo” ou no próprio presidente deposto, em seu suposto despreparo e em suas vacilações, as razões maiores de sua queda. Nesta introdução procuraremos visitar as principais visões sobre este processo.

É questão incontornável ao analisar este evento histórico, a tomada de posição com respeito à atuação dos militares. Do mesmo modo, a qualificação desta participação dentro de um quadro teórico que busque elucidar a relação entre as Forças Armadas e o conjunto de instituições e classes sociais que compõe a arena política e social. Para Antonio Carlos Peixoto<sup>2</sup> os trabalhos que se propõe a explicar a atuação política militar no Brasil podem ser divididos grosso modo, em duas tendências principais: a “instrumental” e a “institucional – organizacional”. A primeira teria como pressuposto básico a noção de passividade das Forças Armadas que seriam atraídas para o jogo político pelas forças civis em disputa que correriam em seu auxílio<sup>3</sup>. A segunda, no extremo oposto, consideraria que ação militar é praticamente toda explicável a partir

---

<sup>2</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. *Exército e política no Brasil*. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

<sup>3</sup> Ibid. Pag. 29.

dos processos internos das instituições militares, em quase total ou total autonomia aos civis<sup>4</sup>. Aceitando a proposta de Peixoto de duas correntes principais no que tange à participação dos militares na política devemos advertir, no entanto, que tais correntes são meramente referenciais, e que se verificam em intensidades variadas conforme o autor. Veremos também, que alguns intérpretes do período atribuem uma importância demasiado pequena à participação das Forças Armadas neste período, sendo muito difícil enquadrá-los em qualquer das duas correntes acima mencionadas.

Entre os autores que podem ser enquadrados dentro da concepção “institucional-organizacional”, o melhor e mais radical exemplo é Edmundo Campos Coelho<sup>5</sup>. Este pesquisador se propõe a estudar a instituição militar do Brasil a partir de seu desenvolvimento institucional e político. Seu recorte temporal é longo, abarcando desde o século XIX até o momento vivido pelo autor. O objetivo do autor é discutir a evolução institucional das Forças Armadas Brasileiras. Colocando-se como crítico às hipóteses que atribuem aos militares uma dependência aos civis em sua ação, Coelho vai se preocupar em afirmar precisamente o contrário. Ressalta em seus argumentos, a não subordinação dos militares ao poder civil, as demandas militares e a “desordem” desta relação. Ainda segundo Coelho, a subordinação dos militares é menor no Brasil, do que nos países ditos desenvolvidos. Em crítica à chamada concepção instrumental, afirma:

Além de conduzir sempre à percepção polarizada do conflito, este paradigma supõe uma concepção instrumental do papel da organização militar: o Exército – e, por extensão a Marinha e a Aeronáutica – só pode ser o instrumento dos desígnios de determinadas classes sociais ou, quando muito, o “extra” num drama político do qual as “estrelas” não vestem farda nem manejam o fuzil, mas que, por isso mesmo, necessitam do soldado para solucionar eventuais impasses de um complicado enredo<sup>6</sup>.

O autor parte da concepção de que nas modernas sociedades, as posições dos indivíduos estão associadas à posição ocupada pelas organizações a que estes se associam. Assim, o comportamento racional para os membros de uma organização é o fortalecimento social desta, através do aumento da capacidade em gerar bens comuns para seus membros, e não bens para toda a sociedade. O crescimento das demandas especificamente militares, bem como o aumento da importância das Forças Armadas na

---

<sup>4</sup> Ibid. Pag. 30.

<sup>5</sup> COELHO, Edmundo Campos, *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

<sup>6</sup> Ibid. pag. 32.

política está associado a esta concepção teórica que muito se aproxima da escola econômica liberal utilitarista<sup>7</sup>. Trata-se de afirmar a ação militar enquanto significativa para os seus, em especial para os oficiais. Para tanto, parte de uma situação de quase total submissão às elites civis e termina num momento em que estas é que estão subordinadas aos militares. Para Coelho, essas instituições vivem um processo de evolução, no qual gradualmente vão afirmando seus valores e adquirindo maior autoestima. Nesse movimento as intervenções na política que ocorrem em alianças com os civis, vão se fazendo cada vez mais no interesse militar. O golpe de 1964, que Coelho ainda chama de revolução, marcaria o momento em que os militares dominariam efetivamente a cena política e passariam a moldar o Estado e mesmo as elites civis conforme sua lógica e seus valores. Em sua análise da evolução das Forças Armadas, Coelho sugere três processos conexos que marcam essa transformação:

- a) o peso crescente dos interesses e necessidades próprios da organização militar como fatores de seu comportamento político;
- b) a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos particulares deste;
- c) um “fechamento” progressivo aos influxos da sociedade civil<sup>8</sup>.

O autor descreve a evolução da autonomia militar em três fases de média duração. Primeiro, a “fase de hibernação”, no final do segundo império, quando as instituições militares, e especialmente o exército estariam em posição de status inferior e em relação às elites civis. Em segundo, a “fase de ativação”, cujo principal marco foi a Proclamação da República, quando os oficiais do exército: “adquirem maior consciência de sua existência como entidade distinta na sociedade”<sup>9</sup>. Nesta fase, para o autor, ocorre uma complexificação destas instituições. Fator que propiciaria internamente à caserna o fortalecimento de valores e práticas especificamente forjadas segundo sua visão de mundo e interesse de categoria. Esse processo de evolução institucional, na visão de Coelho estabeleceria as condições para o surgimento de lideranças institucionais, mecanismos internos de formação de quadros a partir de um sistema próprio de interpretação de mundo, “mecanismos de isolamento que protejam a organização de contágios externos, expansão e aperfeiçoamento de sistemas de

---

<sup>7</sup> Para uma visão geral sobre essa escola, ver o Verbetes: “*Utilitarismo*”, In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Vol.2. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 11ª edição, 1998. Pags. 1274-1284.

<sup>8</sup> Ibid. pag.41.

<sup>9</sup> Ibid. pag. 135.

comunicações internas, etc.”<sup>10</sup>. O resultado deste processo de amadurecimento insular teria como consequência, na visão do autor, a construção de um projeto de Estado construído a partir de dentro da caserna, invertendo a situação inicial na qual os militares participariam da política em situação de subordinação. A “fase da institucionalização” marcaria a ascensão dos homens de farda na política. A “revolução de 1964”, como Coelho a classifica, consistiria em nada mais do que “o início de uma fase de simples sustentação e aprofundamento do processo de institucionalização”<sup>11</sup>. A liderança dos militares na política é para o autor o momento da plena institucionalização das Forças Armadas: “a política Laudatória”. Esta constitui o momento em que as elites civis se colocam em total dependência em relação ao exército, entendido como o centro de decisão em última instância. Nessa condição, os civis fariam política se apoiando nas correntes militares que viriam a prevalecer. Esta parece ser a principal hipótese de Coelho, a de que os oficiais militares fazem política para si enquanto membros de uma instituição, e que se tornariam ao fim de um processo de amadurecimento, mais poderosos que os civis e passariam a determinar o papel dos civis na política de acordo com seus valores e visão de mundo construída internamente. Em termos gerais, esse autor, no mesmo movimento em que busca valorizar a atuação das Forças Armadas como instituição autônoma, opera um profundo reducionismo do significado da política e da interação entre os militares com a sociedade. Como observa Peixoto:

É mesmo difícil saber se Campos Coelho admite a existência de papel político para as Forças Armadas; em sua obra, ele insiste antes no fato de que esse papel deriva fundamentalmente, ou até exclusivamente, da lógica organizacional que preside ao funcionamento da instituição militar<sup>12</sup>.

O trabalho de Coelho endossa a visão que a fração mais conservadora das forças armadas faz de sua atuação política. Ignora a aliança com o empresariado e as correntes políticas civis, as cisões internas aos grupos militares e até positiva o golpismo militar. Não constituiu uma referência importante para esta pesquisa, mas é uma visão com a qual se deve travar um diálogo crítico.

Outro autor que pode ser colocado como representante da concepção “organizacional” é Nelson Werneck Sodré<sup>13</sup>. Em seu livro “história militar do Brasil”,

---

<sup>10</sup> Ibid. Pag. 136.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> PEIXOTO, 1980. Op cit. Pag. 41.

<sup>13</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

reinterpreta as conspirações oriundas da caserna de acordo com a visão de esquerda. Sodré, que foi um oficial do exército de ideias progressistas, fala da formação de uma cúpula conservadora no interior das Forças Armadas desde a época do Estado Novo: os integrantes desta cúpula, chamada pelo mesmo de “consulado militar”, se caracterizariam por grande atividade conspiratória. Este grupo inicial teria se renovado ao longo das décadas. Sodré atribui a esta organicidade participação ativa em todas as conspirações militares desde a década de 30 até 1964. Para Sodré, invertendo os argumentos que se tornariam senso comum na historiografia, atribui a quebra de hierarquia não aos praças dos começos da década de 60, mas as conspirações praticadas por estes oficiais articulados politicamente ao longo da história republicana.

O trabalho de Sodré será uma das principais referências para esta tese, no entanto o autor, na medida em que foca toda sua análise nas instituições da caserna, deixa de lado o importante papel que desempenharam os círculos empresariais nas conspirações que analisa. Por vezes, Sodré chega a endossar a posição do PCB de uma burguesia nacional progressista lutando ao lado das forças populares (por exemplo, no episódio da resistência ao golpe em 1961). Em sua análise, a direita militar organizada aparece como agente principal e às vezes isolada no desenrolar da política brasileira do século XX. Em nossa perspectiva, o autor também exagera ao defender uma suposta índole democrática e progressista das Forças Armadas. Na medida em que estas instituições fazem parte do Estado e são instrumentos de controle social por excelência, afirmações que remetam ao seu estatuto ontológico, sejam para afirmar seu apego à democracia ou o contrário, devem ser feitas com muita cautela. Em que pese a inegável qualidade de seu trabalho, Sodré não apresenta nenhuma discussão teórica que explique os mecanismos da formação da consciência política dos militares, seja dos setores conservadores, seja dos progressistas.

João Roberto de Martins Filho<sup>14</sup> é outro autor que sob certas condições, pode ser enquadrado dentro da concepção “organizacional”. Seu texto tem como objeto principal a disputa política dentro das Forças Armadas, e por este motivo o peso institucional e os processos internos de disputa e definição política necessariamente têm de ter espaço destacado. Ainda assim, sob nosso ponto de vista, a concepção “institucional-organizacional” é a que melhor se enquadra em sua definição. Martins Filho analisa a luta entre as facções militares após o sucesso do golpe em 64. Buscando

---

<sup>14</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995.

superar a divisão consagrada até então entre “liberais” e “linha dura”, aponta para a existência de quatro grupos principais em luta pela sucessão presidencial pós-64: os castelistas, os costistas, os duros (mídia oficialidade) e os albuquerqueístas. O autor nega a existência de uma sólida ideologia liberal para qualquer dos grupos apresentados, assim como também atribui total independência em relação aos civis pelo poder militar no mesmo período. Embora o autor se debruce no período pós-64, seu trabalho é muito esclarecedor em respeito à lógica de formação dos grupos militares no pré-1964.

Do nosso ponto de vista, a abordagem de Martins Filho, não desmerecendo suas importantes contribuições, padece de uma deficiência comum às interpretações que podem ser enquadradas dentro da corrente “institucional-organizacional”. Temos acordo com Peixoto, quando este argumenta que é “difícil aceitar um ‘racha’ radical entre as Forças Armadas e o resto da sociedade e que o fenômeno militar possa ser percebido como manifestação puramente imanente”<sup>15</sup>. Em nosso modo de ver, Martins Filho também exagera a independência das facções militares. Os aparelhos de hegemonia civis, em sua perspectiva, exercem uma influência incidental sobre a política militar. Falta ao trabalho uma reflexão mais elaborada a respeito do modo como se dá a tomada de posição política por parte das frações militares em sua articulação com a atuação política dos setores organizados de classe, questão do nosso ponto de vista, muito importante e que será objeto deste capítulo.

Também classificado entre os que se colocam mais próximos da “concepção organizacional”, temos Tomas Skidmore<sup>16</sup>. Para este autor, o processo que culminou com a deposição de João Goulart é determinado politicamente, mas também visita as instituições militares. Para o autor, o golpe foi a vitória dos militares antivarguistas contra o presumível golpe do então presidente. A construção por parte de Jango de seus dispositivos de defesa sindical e militar teria aumentado nos setores de oposição a certeza de um golpe com propósitos continuístas. Todavia, para o autor as condições para a deposição do presidente ainda eram algo remotas em fins de 63 e inícios de 64, de forma que os momentos decisivos para a compreensão do processo do golpe se explicariam a partir de uma crise política que tem lugar nos meses imediatamente anteriores a este acontecimento histórico. O autor atribui à personalidade vacilante e insegura de Jango os elementos que fortaleceram seus opositores. Os

---

<sup>15</sup> PEIXOTO, 1980. Op cit. Pag. 30.

<sup>16</sup> SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 7ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

acontecimentos de março de 64, na visão de Skidmore, foram decisivos para o desfecho histórico. Atribuindo peso decisivo à política dentro das forças armadas (especialmente no exército), o autor afirma que em 64, os militares estavam unidos contra Goulart por considerar que este pretendia agregar novos atores políticos – a esquerda – ameaçando substituir os políticos tradicionais, em suas palavras, trocar a “velha guarda” pela “nova guarda”. Embora agregando um maior número de sujeitos ao processo, a análise de Skidmore também oculta conflitos de classe fundamentais, de forma que a em sua interpretação a disputa política dos indivíduos mobilizados principalmente em função de suas pretensões individuais tem peso decisivo.

Alfred Stepan<sup>17</sup> pode ser enquadrado como um dos autores representantes da corrente “instrumental” dos militares na política. Em seu livro “Os militares na política” são as instituições militares tomadas como uma espécie subsistema do sistema político global. Stepan consegue captar certa heterogeneidade entre homens fardados. Percebe que existem divisões regionais e um peso predominante das camadas médias, afirma que a pulverização regional dos comandos pode até interferir na disciplina e obediência à hierarquia, obrigando aos comandantes consultarem seus subordinados antes de assumirem posições mais ousadas. Para explicar a atuação dos militares na política, Stepan trabalha a partir de um modelo generalizante: o “padrão moderador”. Na lógica desse modelo, em função da fragilidade das instituições políticas, os próprios civis convidariam os militares a intervirem no jogo político em favor de suas facções, restaurando o sistema. A intervenção endêmica dos militares na política seria assim, legitimada pelos próprios civis. Mas a permissão emprestada à caserna para interferir na política seria transitória dentro do “padrão moderador” restringindo-se apenas às intervenções passageiras. Em seguida, deveriam devolver o poder aos civis. Para este autor, o movimento de 64 se constituiu numa ruptura deste padrão, na medida em que, diversamente da norma vigente até então, os homens de farda não devolveram o poder aos civis. Peixoto se coloca de forma bastante crítica a alguns aspectos do trabalho de Stepan. Em primeiro lugar, aponta a ausência de uma abordagem que dê conta da interação entre os grupos militares e civis: “Tem-se a impressão de que os civis criaram as normas de controle sem que o processo de sua criação sofresse qualquer interferência militar, e vice-versa”<sup>18</sup>. Em diálogo com o brasilianista, questiona a imagem demasiadamente passiva que em sua ótica Stepan faz dos oficiais: “A cooptação supõe

---

<sup>17</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

<sup>18</sup> PEIXOTO, 1980. Op cit. Pag. 37,8.

uma atitude de passividade por parte das forças armadas que jamais existiu no caso brasileiro”<sup>19</sup>. Crítica ainda, a tendência a ver na política brasileira uma divisão rígida entre o que se considera civil e militar, em suma, por supostamente apresentar “o jogo político brasileiro como dividido em dois campos nitidamente separados: civis de um lado e militares do outro”<sup>20</sup>. Por fim, Peixoto acusa o autor norte-americano de “uma visão estática do jogo político”<sup>21</sup>.

O trabalho de Stepan é muito original e bem embasado, não podemos deixar de ressaltar o grande mérito em buscar, ainda que com as limitações apontadas por Peixoto, uma dialética civil x militar para o processo político. Somamos às deficiências mencionadas acima, a tendência a analisar todo o processo político a partir do prisma institucional. Os interesses de classe são negados em função mesmo de sua filiação à ciência política liberal que nega a existência desse conceito, assim, o jogo político por vezes parece um simples jogo, um grande teatro de personalidades e razões pessoais. A análise de Stepan não capta os interesses econômicos, políticos e culturais em disputa de maneira articulada. Talvez porque não reconheça este conceito, não analisa a mobilização de classe pela mudança de regime político que precedeu ao golpe de 1964, e tampouco a crise de regime marcou o estado populista até 1964. Stepan afirmou que os civis sempre convidaram os homens de farda para a política, para agirem em defesa de suas facções, mas a verdade é que estes também se articulavam aos civis em apoio a seus grupos militares atuantes politicamente. Manter o prestígio e a legitimidade das intervenções da caserna era essencial para a sobrevivência desses na política. Além disto, entre 1930 e 1960 sempre existiu pelo menos um candidato militar entre os principais à presidência da república, o que demonstra que mais do que auxiliares dos civis, eles também eram reconhecidos como seus representantes e participantes representativos e importantes na disputa do poder. Na verdade, dentro da discussão que desenvolveremos mais à frente neste mesmo capítulo, temos condições de afirmar que os militares não foram somente instrumentais ao reequilíbrio das forças civis nas intervenções entre 1937 até 1964. Mais do que moderadores, os grupos militares foram atores políticos que atuaram também a partir de sua lógica e de seus interesses, e para isso também buscaram articulação com grupos da sociedade civil. Em suma, a análise de Stepan, padece de algumas deficiências comuns ao conjunto dos autores que tendem

---

<sup>19</sup> Ibid. Pag. 38.

<sup>20</sup> Ibid. Pag. 39.

<sup>21</sup> Ibid. Pag. 40.

a uma interpretação “instrumental” da atividade política das Forças Armadas. Temos acordo com Peixoto quando este argumenta que:

Realmente é muito difícil reduzir as Forças Armadas ao mero papel de agente de interesses que se encontram por definição, fora dos quadros corporativos. Torna-se difícil aceitar até mesmo a versão mais atenuada dessa concepção, que confirma a existência de cisões no aparelho militar, reduzindo-as, porém, a reflexos das cisões sociais e políticas. Em ambos os casos, negam-se a especificidade militar e a possibilidade de existência de um comportamento institucional, pelo menos em parte determinado por valores institucionais e por percepções corporativas daí decorrentes, que se articulam no âmbito das Forças Armadas<sup>22</sup>.

Há ainda um grupo de autores que analisa o processo do golpe de 64 pelo prisma da disputa política entre os partidos e grupos civis. Em alguns casos, a ênfase nos mecanismos institucionais da política (como por exemplo, o Congresso Nacional), é tão privilegiada, que se torna difícil mesmo classificá-los de acordo com as correntes que interpretam a inserção dos militares na política. Todavia, estão mais próximos de uma concepção “instrumental” das forças armadas, visto que compreendem a atuação política dos militares como sendo um reflexo dos desdobramentos das disputas que se dão fora do ambiente da caserna.

Em primeiro lugar, podemos apontar uma corrente inspirada grosso modo na ciência política americana, um grupo que poderíamos classificar de “politicistas radicais”, são eles, Argelina Figueiredo e Wanderley Guilherme dos Santos. O segundo<sup>23</sup>, criticando trabalhos anteriores, segundo ele evitados do subjetivismo dos atores, se propõe a fazer uma abordagem teórica do processo histórico de 1964. Para este autor, o golpe foi a culminância de uma crise política onde os atores sociais radicalizaram suas posições e impossibilitaram que os conflitos pudessem ser negociados e resolvidos institucionalmente, gerando uma situação de “paralisia decisória”.

A análise de Wanderley é marcadamente teoricista e formalista, na medida em que o autor isola pontos da realidade de sua totalidade social e os compara com aspectos que julga semelhantes, mas retirados de outros contextos. O autor destaca artificialmente elementos da conjuntura para contrapor a outros também desconexos de seus respectivos processos históricos. Os principais argumentos de Santos são quantitativos, ex: número de partidos, de votações, de ministérios, etc, como se estes

---

<sup>22</sup> Ibid. Pag. 30.

<sup>23</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo, Vértice, 1986.

conjuntos por si só evidenciassem a estabilidade ou a instabilidade. Transformados os fatos sociais em cifras, o autor tenta enquadrá-los em fórmulas lógico-matemáticas, o que pressupõe que a realidade possa ser traduzida em mecanismos de funcionamento arbitrários, permanentes e invariáveis como são as ciências exatas. Agindo deste modo, o autor ignora elementos de suma importância para a compreensão da realidade no governo João Goulart (talvez por que não tenha conseguido os encaixar nas fórmulas pré-estabelecidas), como a existência de alas partidárias e frentes suprapartidárias que atuavam não em função do pertencimento a esta ou aquela legenda, mas à representação de interesses classistas no parlamento. Wanderley Guilherme dos Santos jamais adotaria este ponto de vista, porque nega que as relações econômicas e políticas se influenciam dialeticamente. A motivação aparente da instabilidade do governo Goulart seria a preocupação com a sobrevivência política dos atores daquele contexto. As desconfianças a Goulart não estariam relacionadas ao mérito das “reformas de base”, mas aos propósitos continuístas ou não do presidente. Embora prometa o tempo todo que analisaria também a arena política extraparlamentar, e nas conclusões afirme ter assim procedido, o autor não aborda nem mesmo tangencialmente a correlação de forças fora do Congresso Nacional. Faz aquilo que prometeu: uma compreensão do processo político parlamentar como determinantes dos desdobramentos macrossociais, e nada mais.

Na mesma linha de Santos, Argelina Figueiredo<sup>24</sup> atribui a responsabilidade do movimento golpista particularmente à frente reformista que deu sustentação a João Goulart. Argelina aponta como causas do movimento que depôs Jango, a recusa desse e de seus principais aliados em buscar alternativas negociadas para suas propostas reformistas e também em aceitar a emenda parlamentarista imposta como condição em 1961, para a posse. Goulart teria renunciado a todas as possibilidades de conciliação na medida em que se recusava a declarar apoio à eleição de Juscelino Kubitschek ou a realizar reformas parciais sob o sistema parlamentarista. Para a autora, nos anos 60 democracia e reformas eram percebidas pelos grupos políticos em disputa como coisas incompatíveis entre si (é uma afirmação da conclusão, não demonstrada no bojo do trabalho). Figueiredo afirma que Goulart tinha dificuldades em reprimir as greves em função de sua aproximação com o movimento sindical e isso o afastava da centro-direita. Suas guinadas à direita objetivando se aproximar do empresariado e dos

---

<sup>24</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheilub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

políticos tracionais o afastava da esquerda. Ao final ficou isolado de todos. Ainda segundo a autora, o golpe não era inevitável, e o presidente poderia tê-lo evitado caso se decidisse a governar com o Congresso, fazer concessões e realizar as reformas possíveis. É uma maneira muito sutil de dizer que o culpado da ruptura do processo constitucional é justamente quem foi deposto. Essa pesquisadora quase não menciona a responsabilidade dos que se mobilizaram desde muito antes de 1964 e até antes de 1961 para romper com a ordem constitucional. É como afirmar que os militares são naturalmente propensos a golpes, e o presidente deposto foi quem errou ao tentar desafiar-los. Afirmar que o caminho do meio é uma opção intermediária é fugir da verdade. Nem sempre a concessão é sinal de virtude, às vezes é caso de capitulação. Objetivamente, o que se conclui do trabalho de argelina sobre o governo Goulart é que o que havia de errado nele era a esquerda.

Guilherme O'Donnell<sup>25</sup> consegue superar o excessivo politicismo dos dois autores anteriores. Aponta para a correlação entre as necessidades burguesas por um determinado regime político que lhe facilitasse a acumulação com as ditaduras militares que vigoraram não apenas no Brasil, mas também em países de perfil sócio econômico parecido (especialmente a Argentina). Para isto, criou um conceito novo para qualificar os regimes ditatoriais que vigoraram especialmente na América Latina a partir da década de 60 do século XX: o “Estado Burocrático Autoritário” (BA). Segundo o autor, a compreensão desses regimes só é possível por meio de uma análise que integre os aspectos, econômicos, sociais e políticos em sua inter-relação.

Em linhas gerais, na visão de O'Donnell, existiriam fases anteriores à implantação dos BAs que seriam recorrentes em todos os casos. Em primeiro lugar, todos os países analisados viveram um processo de desenvolvimento industrial muito parecido. Uma forma de industrialização que deve ser distinguida do clássico modelo de industrialização tardia (caso da Alemanha). A industrialização nesses países se deu por meio de duas fases principais, primeiro pela substituição de importações e depois pela diversificação e ampliação da produção de mercadorias para um mercado interno que se amplia lentamente e vai gerando a demanda por importações de insumos industriais e pela instalação de indústrias de base. Tais investimentos, estando além das possibilidades financeiras das burguesias nacionais, seriam levados à frente pelo Estado e pelas empresas transnacionais (ETs).

---

<sup>25</sup> O'DONNELL, Guilherme. *BA: Reflexões sobre os Estados Burocráticos-Autoritários*. São Paulo, Vértice, 1987.

Todavia, o processo de industrialização também teria tido o efeito de fortalecer numericamente a classe trabalhadora urbana. Em função do atraso tecnológico, da competição desigual com as indústrias dos países capitalistas desenvolvidos, e a necessidade de exportar uma parcela sempre crescente para o mercado externo, a viabilidade do desenvolvimento industrial nestes países ficaria dependente, de certa forma, de uma alta exploração do trabalho. A pressão do movimento sindical por melhores salários e condições de trabalho pressionaria por uma maior distribuição de renda em prejuízo dos setores dominantes que se posicionariam com cada vez mais força em defesa de um tipo de regime no qual a movimentação das classes subalternas fosse reprimida e anulada. No mesmo processo, a politização cada vez maior dos movimentos sociais em sua evolução, seria interpretada pelos capitais nacionais e transnacionais de forma exagerada. Como se mais do que a queda na lucratividade, estivesse em jogo a própria sobrevivência do capitalismo. Daí a mobilização pela implantação de um novo tipo de Estado em que a exclusão do movimento social organizado forneça à grande empresa capitalista a “segurança” que ela desejaria para o retorno de seus negócios num médio e longo prazo.

O trabalho de O' Donnel, que é importante referência para esta pesquisa, aponta muito bem a percepção exagerada dos grupos dominantes acerca da movimentação das classes trabalhadoras. Falta, contudo, uma explicação acerca das causas desta percepção exagerada, sobre os instrumentos teóricos e ideológicos através dos quais esses grupos interpretavam a realidade, e atribuíam na luta de classes a iminência da revolução comunista. Como demonstraremos no segundo capítulo desta tese, neste período tanto a Argentina como o Brasil (países centrais na análise do autor) sofreram a penetração de uma nova doutrina militar que dava suporte a essa interpretação e a esse exagero em relação ao que estava em jogo na atuação dos trabalhadores.

Fernando Henrique Cardoso<sup>26</sup> caracteriza o golpe enquanto um movimento de classe liderado pelo empresariado e a oligarquia agrária contra as reformas do “nacional populismo<sup>27</sup>” contra a participação crescente da mobilização das classes trabalhadoras:

---

<sup>26</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro. 1972.

<sup>27</sup> Por populismo entendemos a incorporação das massas a política de maneira tutelada e subordinada dentro de uma lógica reformista e não revolucionária, em que o estado se coloca como intermediador entre as classes dominantes e as massas. O conceito será discutido mais aprofundadamente à frente, ver: IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

“A intervenção militar teve, neste sentido, o caráter de um movimento de contenção”<sup>28</sup>. Para o autor, num contexto mundial de maior interdependência entre centro e periferia, os executores do golpe procuraram justificar sua ação como em defesa da livre empresa, mas os objetivos eram na verdade mais ousados:

De fato, tratava-se da necessidade de recompor os mecanismos de acumulação e de recolocar esta última num patamar mais alto capaz de atender ao avanço verificado no desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo requereu, entre outras políticas, a de contenção salarial e dismantelamento das organizações sindicais e políticas que, no período populista, haviam permitido que os assalariados lutassem e conseguissem diminuir os efeitos negativos que a acumulação inicial exerce sobre os salários<sup>29</sup>.

Para Cardoso, os militares atuaram como “grupo funcional” para a burguesia e oligarquias. O objetivo dos civis era destruir as bases do “nacional populismo” para estabelecer um novo tipo de regime político. Para tanto, a tutela militar foi necessária num primeiro instante, todavia a aceitação desta tutela logo no início dificultou a retomada do poder pelos civis em médio prazo. Assim, embora qualificados como “grupo funcional” da burguesia, Cardoso via nos militares também um projeto próprio de Estado, que se chocava com os interesses das classes dominantes. Apesar disto, não tem dúvidas em caracterizar o Estado pós-64 como um Estado burguês. Para esse autor, a ditadura militar era uma espécie de “autocracia militar-burocrática economicamente desenvolvimentista”. Embora capte um pouco mais que O' Donnel a especificidade da atuação dos militares na política, a análise de Cardoso não dá conta de maneira consistente da mobilização burguesa fora dos marcos institucionais (dos partidos convencionais) e nem das cisões entre os militares e suas disputas internas. Em suma, reconhece as determinações de classe no processo, mas não analisa a organização e atuação política das classes em si.

Avançando em relação a Cardoso, René Armand Dreifuss<sup>30</sup> analisa a fundo a mobilização e organização de classe com vistas à conquista do poder político. O trabalho de Dreifuss busca explicar o movimento de 64 a partir de um longo processo de tomada de consciência de classe por parte da burguesia nacional em associação com o capital monopolista. De acordo com este autor, durante o Estado Novo, não existia

---

<sup>28</sup> Ibid. pag. 51.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> DREIFUSS, René Armand Dreifuss. *1964: A conquista do Estado. Ação política e Golpe de Estado*. Petrópolis – RJ, Vozes, 1981.

ainda uma classe burguesa suficientemente estruturada e articulada capaz de pleitear para si o poder político. Assim, no âmbito do populismo, o Estado e as camadas médias conseguiram se colocar como intermediários entre setores da burguesia nascente, as oligarquias tradicionais e a classe trabalhadora.

Todavia, já ao final do Estado Novo, essa classe adquiriu consistência o suficiente para pleitear um tipo de Estado diferente, com democracia formal e repressão aos movimentos autônomos da classe trabalhadora. O governo de Dutra expressou em parte, essa demanda empresarial. O segundo governo de Vargas teria representado um retrocesso do ponto de vista do avanço liberal burguês que já não admitia um Estado formulador relativamente independente. Conforme a mobilização de setores da burguesia contra Vargas se intensificava, este se aproximou com mais força de sua base sindical. Data desta ocasião, o surgimento de João Goulart na política nacional, na condição de ministro do Trabalho. O governo de Juscelino Kubitschek superando as expectativas burguesas acabou por se constituir num governo ideal, onde os “grupos de trabalho”, controlados pelos empresários e seus intelectuais permitiam à burguesia contornar o congresso nacional e demais instituições populistas na formulação de políticas estratégicas. Contudo, este esquema tinha uma falha fundamental: dependia da cooperação do chefe do executivo. Assim, após a posse de Jango, a burguesia, já estruturada o suficiente ao longo de três décadas se empenhou em um paciente trabalho de mobilização e conspiração.

De acordo com Dreifuss, o projeto de classe burguesa ganhou expressão partidária por meio do complexo IPES/IBAD/ESG<sup>31</sup> (especialmente o primeiro, que constituiu seu estado maior). A burguesia organizada se utilizou de todos os recursos para combater o Estado populista de Jango: agitou seu projeto de Estado através dos meios de comunicação de massa e com intelectuais de prestígio, financiou campanhas majoritárias e proporcionais nas eleições de 62, articulou uma frente parlamentar multipartidária para inviabilizar as iniciativas do governo, tentou construir uma base sindical e estudantil sob sua direção, financiou livros e filmes nos quais se expressassem sua visão de mundo, etc.

De acordo com Dreifuss, nenhuma dessas iniciativas foi suficiente para derrotar o populismo, de modo que a partir da derrota eleitoral de 62, a estratégia principal passou a ser o golpe de Estado. Segundo o autor, com auxílio de experientes

---

<sup>31</sup> IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais; IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática; ESG – Escola Superior de Guerra.

oficiais, alguns desses com longo currículo conspirativo, tais como Cordeiro de Farias, os irmãos Geisel, Golbery do Couto e Silva entre outros, o complexo IPES/ IBAD/ESG soube se aproximar e coordenar os núcleos de insatisfação dentro das forças armadas, bem como sabotar os mecanismos de defesa de Goulart. O golpe empresarial-militar de 64 foi assim, de acordo com Dreifuss a conquista do Estado pela burguesia organizada.

O trabalho de Dreifuss constitui a principal referência para esta pesquisa, tanto pela sua referência teórica, como pela sua metodologia. Dreifuss, evita mutilar a análise histórica, a exemplo das abordagens anteriores que privilegiam demasiadamente alguns aspectos da realidade ignorando outros que poderiam comprometer a linha teórica escolhida. Sua pesquisa é cuidadosamente documentada e sua abordagem se encaixa muito bem com suas referenciais. Todavia, pensamos que ainda assim, esse autor subestima ou deixa em aberto a participação de um setor dos militares (especialmente aqueles não alinhados com a ESG) bem como o papel que exerceram as lideranças civis não pertencentes ao Estado Maior do IPES (como por exemplo, dos governadores da Guanabara, de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Goiás). Ao enfatizar com razão a importância decisiva dos aparelhos de hegemonia burguesa, em especial o IPES, por vezes diminuiu demasiadamente a contribuição que o grupo militar envolvido na conspiração desempenhou não apenas do ponto de vista técnico – militar, mas também como elaborador estratégico. Nesse sentido, Dreifuss também pode ser classificado como um dos representantes da corrente “instrumental” da atuação política das Forças Armadas. Embora reivindicamos integralmente a filiação teórica e a mobilização de classe enquanto uma determinante decisiva nesse processo histórico, acreditamos ser possível somar à análise de Dreifuss o estudo da disputa entre as frações militares no seio das forças armadas e as coligações que estas faziam entre si e com setores civis e empresariais.

Do nosso ponto de vista, a burguesia organizada em partido foi fundamental para a apresentação de um projeto político elaborado de Estado. Com efeito, o complexo IPES/IBAD/ESG conseguiu emplacar seu nome para primeiro presidente e seus intelectuais nas principais posições de elaboração estratégica. Todavia o golpe só aconteceu em última instância pela ação dos militares, entre os quais, muitas das principais lideranças não estavam alinhadas ao citado complexo. Em que pese o fato de que o programa político ipesiano tenha conseguido grande penetração entre os segmentos dominantes, não conquistou a hegemonia sobre o coletivo social e teve de ser imposto pela força. Apesar de terem conseguido impor Castelo Branco para primeiro

presidente, os interesses e ideias representados por este e seus partidários não eram consensuais entre as principais lideranças militares do golpe, o que demonstra existirem diferenças nas perspectivas de Estado e poder ainda latentes e que prosseguiram ao longo da ditadura militar.

### **Nossa perspectiva**

Em primeiro lugar, no que tange à participação militar na política, questão muito importante para este trabalho, cumpre indicar, depois de apontados os limites das abordagens sobre fenômeno, nosso procedimento teórico metodológico. Ambas as concepções, a “instrumental” e a “institucional-organizacional” apresentam virtuosidades e deficiência. As duas procuram um modelo explicativo para a suposta dependência/autonomia das instituições militares no interior do Estado. O que as distingue, basicamente é a forma de se conceber a interação entre os grupos civis e militares no processo de luta política. Uma e outra acentuam um dos elementos desta relação como tendo a maior representatividade ou liderança. Antonio Carlos Peixoto resgata a noção desta interação como primeiro movimento em busca de uma síntese alternativa do problema. O autor analisa como a noção de interação está explicitada nas duas tendências e aponta seus limites:

Na concepção instrumental, a interação é assegurada a partir do momento em que os grupos sociais se dirigem às Forças Armadas, determinam e fixam os limites da ação militar. Na abordagem institucional organizacional, a interação assume a forma de estratégias que se opõem, ou convergem, em um mesmo plano de ação. Mas, é talvez nesse momento que se toca no ponto central de nossa problemática, a elaboração dessas estratégias (sobretudo no concernente às Forças Armadas) não é resultado do conjunto de relações entre os agentes do confronto. Pelo contrário, a estratégia aparece com função apenas das percepções e decisões institucionais e não se deixa influenciar por outras variáveis que não as específicas da organização<sup>32</sup>.

Como vemos, o autor recusa a mera aplicação de uma fórmula na qual estejam estabelecidos os termos da relação civil/militar na política. Para o autor, a saída do impasse está em primeiro na compreensão dinâmica dessa interação, na qual o elemento conjuntural cumpre seu papel importante. Ao lado disto, a noção de convergência entre os grupos civis e militares na formação das frentes políticas que em cada contexto, terão a sua forma específica de atuação:

---

<sup>32</sup> PEIXOTO, 1980. Op cit. Pag. 32.

A noção de interação, aplicada ao jogo político do qual participam as Forças Armadas, supõe assim a capacidade do aparelho militar-institucional para produzir mudanças nas estratégias dos grupos aliados ou adversários, independentemente do fato de as Forças Armadas se encontrarem em situação de competição (1945-64) ou de hegemonia (depois de 1964). Essa noção também permite que o jogo político das Forças Armadas seja percebido com resultado de convergências estabelecidas entre as elites militares e as frações das elites civis. O *output* político das Forças Armadas não é mais reduzido a pressões puramente institucionais ou sociais. Ele será o resultado de convergências decorrentes de um certo tipo de percepções análogas e da fixação de um certo número de objetivos também semelhantes, referentes ao processo do desenvolvimento global. É em função dessas convergências que os agentes militares e civis organizam seus sistemas de alianças, que podem variar segundo as mudanças criadas pela dinâmica da vida social e afetam as percepções e objetivos<sup>33</sup>.

Estabelecido o conceito dinâmico com o qual abordaremos a relação civil militar, cumpre também salientar que do nosso ponto de vista toda ação política é também luta de classe. A mobilização civil e militar que precedeu ao golpe de 1964 não pode ser corretamente entendida fora desse entendimento. Trabalhamos com conceito de classe social e luta política dentro de uma perspectiva marxista. Esse apontamento é demasiadamente genérico, pois existem nesta escola de pensamento várias definições, por vezes em diálogo entre si em torno deste conceito. Para efeito de exemplificação, adotaremos com base a definição de Teotônio dos Santos:

A luta de classes está relacionada diretamente com a superação de uma determinada formação social (modo de produção, mas político cultural). Deste modo, só se pode compreender o conceito no contexto das contradições e leis de desenvolvimento interno de um determinado modo de produção e de uma determinada formação social<sup>34</sup>.

É necessário, portanto, localizar a convergência entre militares e civis no desenrolar deste processo do golpe de Estado de 1964 a partir do que se colocava como fundamental e para as classes sociais em conflito nesse período. A mobilização que precedeu ao rompimento da ordem constitucional atuou na direção de uma modificação estrutural do Estado e das relações sociais, e não simplesmente por questões conjunturais, que uma vez resolvidas, dariam lugar à continuidade institucional com um novo presidente. Como observa Antonio Gramsci: “devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de

---

<sup>33</sup> Ibid. Pag. 32,3.

<sup>34</sup> SANTOS, Teotônio dos. *Conceito de Classes Sociais*. Petrópolis, Vozes, 1985. Pag. 20.

conjunturais”<sup>35</sup>. A crise política vivenciada pelo herdeiro político de Vargas não pode ser atribuída tão somente às inabilidades deste, ou à pequena política parlamentar, ou ainda às resistências de uma parte dos militares a seu nome. Tampouco se explicam simplesmente pela estagnação econômica. Seguindo a linha de Dreifuss, o processo histórico que culminou com o golpe de Estado de 1964 também não pode ser corretamente compreendido a partir de uma análise que tenha como recorte temporal simplesmente os anos e meses imediatamente anteriores à queda de Goulart. Há que se notar que à deposição sucedeu-se um novo tipo de sistema político. Não estava em jogo simplesmente o poder pessoal de Jango, mas o regime que ele representava, ou mais propriamente o “bloco histórico”<sup>36</sup> que existia até então, e em relação ao qual Goulart representava uma forma de continuidade e o golpe, uma ruptura. Nesse sentido, a deposição de Jango, deve ser localizada nos marcos orgânicos das relações políticas: “os fenômenos orgânicos dão lugar a crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente”<sup>37</sup>.

O conceito de Bloco Histórico, da forma como é desenvolvido por Gramsci, está relacionado à unidade entre estrutura e superestrutura, ou mais propriamente entre a sociedade civil e a sociedade política, na definição de Giuseppe Staccone: “uma situação social concreta, formada de uma estrutura econômica, vinculada dialeticamente às superestruturas: jurídico político e ideológica”<sup>38</sup>. O Estado compreendido em seu amplo sentido está contido tanto na sociedade política (estado oficial, *stricto sensu*) como na sociedade civil, dentro dos vários aparelhos privados de hegemonia que tem por fim mais comum a difusão da ideologia da classe dominante. A questão da relação entre estrutura e superestrutura no bloco histórico é causa muito comum de mal entendidos. De um lado, as interpretações mais esquemáticas do marxismo tendem a tomar como o fator determinante a estrutura, considerando toda a superestrutura como um simples reflexo das lutas e transformações estruturais, esse argumento não raro se sustenta na noção de determinação da economia em última instância, o que com certa frequência acaba por significar em todas as instâncias e em todos os momentos. De

---

<sup>35</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002. Pag. 36.

<sup>36</sup> Para uma compreensão do conceito de bloco histórico em Gramsci, ver: PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

<sup>37</sup> *Ibid.* Pag. 37.

<sup>38</sup> STACCONI, Giuseppe. *Gramsci: bloco histórico e hegemonia*. São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, 1987. Pag. 17.

outro lado existe o pensamento revisionista, não raro apologetas de Gramsci que tendem a tomar o momento da política como sendo o mais importante. As duas posições incorrem num mesmo erro, o de considerar estrutura e superestrutura como duas instâncias separadas, segundo o filósofo italiano, a separação entre estrutura e superestrutura é somente metodológica, visto que na realidade dos fatos formam um mesmo todo. A sociedade civil, dentro desta perspectiva, é o espaço da ideologia, ou seja, da cultura e da concepção de mundo das classes fundamentais. A ideologia tem em Gramsci uma definição muito ampla. Em termos gerais constitui uma concepção de mundo que penetra e interage em todos os níveis da atividade humana, da política à religião, do direito à ciência, da cultura erudita ao senso comum e ao folclore. É preciso, todavia, distinguir entre as ideologias orgânicas e não orgânicas. A ideologia orgânica pressupõe uma continuidade entre produção intelectual e concepção de mundo engajada, tal como o liberalismo para a burguesia e o marxismo para a classe trabalhadora<sup>39</sup>.

De outro lado, a análise da estrutura não deve ser um mero retrato de sua situação num determinado momento, mas uma análise dinâmica, ou seja, que leve em conta sua evolução ao longo da história e da luta de classes, desta forma, o vínculo orgânico entre política e economia torna-se mais claro e mesmo necessário. A conexão entre os dois momentos do bloco histórico (estrutura e superestrutura) é garantida pelos intelectuais. Cada grupo econômico fundamental cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que elaboram as formas ideológicas dos grupos que representam. Nas palavras de Hugues Portelli:

Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais<sup>40</sup>.

É no terreno da superestrutura que se trava a luta pela hegemonia, ou seja, o momento em que se busca formular o projeto político de um grupo como se este representasse o interesse geral. A hegemonia pressupõe a direção intelectual e moral da sociedade quando uma classe fundamental logra estabelecer seus conceitos de interpretação de mundo e seus interesses econômicos como se fossem os ideais.

---

<sup>39</sup> Ibid. pag. 19.

<sup>40</sup> PORTELLI, 1977. Op cit. Pag. 15.

Segundo Staccone: “O ‘bloco histórico’ realiza-se quando um grupo social, originado de uma atividade econômica, consegue impor a sua hegemonia sobre os demais grupos sociais, criando um consenso ao redor do seu projeto de sociedade, e da sua concepção de mundo<sup>41</sup>”. A história da filosofia e do pensamento não é senão a história das iniciativas de grupos sociais fundamentais que ao longo da existência humana buscaram construir a hegemonia para as classes que representavam. Uma vez no poder, a ideologia da classe dominante é assegurada pelo exercício do poder, ou seja, pela política. Qualquer grupo social que aspire ao poder deve iniciar necessariamente ressignificando o senso comum e a ideologia dominante. A difusão da ideologia se faz através de uma estrutura ideológica, o Estado, as escolas, igrejas, partidos, que são elementos da sociedade civil, e se constituem como aparelhos de hegemonia da classe dirigente: “o conjunto das associações sindicais, políticas, culturais genericamente ditas ‘privadas’, para diferenciá-las da esfera ‘pública’ do Estado”<sup>42</sup>.

A mobilização civil e militar que precedeu ao golpe de Estado finalmente vitorioso só pode ser apreendida em todas as suas dimensões, como faz Dreifuss, no marco de uma ação politicamente organizada de uma classe fundamental que supera o momento de consciência econômico corporativo<sup>43</sup> e apresenta à coletividade social o seu projeto político de Estado e regime político, ou mais precisamente, disputa a hegemonia. De nosso ponto de vista, o golpe empresarial-militar de 1964 se constituiu na emergência de um novo bloco histórico, sob a direção da burguesia industrial em oposição ao anterior sob a antiga hegemonia das oligarquias rurais. Esse processo se inicia com a queda do Estado novo e a constituição de 1946 e se estende até bem depois do momento do golpe de 1964.

Deste modo, a análise da emergência do novo bloco histórico sob a hegemonia da burguesia industrial deve levar em conta tanto o aumento da importância desta classe no âmbito estrutural (na economia e nas instituições da sociedade civil), como os seus

---

<sup>41</sup> STACCONE. 1987. Op cit. Pag. 17.

<sup>42</sup> Ibid. pag. 22.

<sup>43</sup> De acordo com Gramsci, a evolução da consciência de classe se elabora em três momentos, o primeiro é o chamado econômico corporativo: “um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade grupo profissional”, num segundo momento, “se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” e finalmente: “um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’”. GRAMSCI, 2002. Op cit. Pag. 41.

reflexos nem sempre sincronizados no plano do poder político em nível superestrutural. A conquista do poder dirigente pela burguesia industrial não se dá mecanicamente com os avanços na industrialização brasileira e tampouco no momento da passagem do regime democrático de 1946 ao ditatorial de 1964 até a posse de José Sarney (mesmo por que a ditadura não é um regime de exercício da hegemonia, mas um intervalo entre dois períodos hegemônicos). Os anos entre 1945 e 1964 são marcados pelo aumento da importância do capital industrial multinacional e associado no seio da estrutura econômica, assim como por avanços e retrocessos do poder dirigente desta classe na superestrutura política. Isso quer dizer que embora setores da burguesia tenham se desenvolvido de maneira substancial durante o período analisado, não conquistaram na mesma velocidade, no plano político, o poder de direção que passaram a almejar enquanto classe para si.

Dentro da perspectiva gramsciana, as modificações no plano da superestrutura não podem ser desassociadas das pressões de sua base estrutural. A superestrutura evolui e se transforma dentro dos limites e condições impostas pelos movimentos estruturais, ao mesmo tempo, os grupos encarregados das tarefas superestruturais são delegados dos grupos econômicos fundamentais. As ações que ocorrem no âmbito superestrutural interferem e modificam por sua vez a estrutura. Essa ação não se dá simplesmente de cima para baixo, como se a política moldasse a economia, mas sim como o retorno a partir de cima de uma pressão que começou embaixo. Qualquer ato ou ideologia, como a ética escravocrata e patrimonialista do século XIX, ou o liberalismo em suas diversas gradações nos séculos XIX e XX, deve ser considerado como necessário e decorrente da estrutura. Como o terreno onde os grupos sociais tomam ciência de si mesmos de seus interesses e travam sua luta em torno de seus projetos políticos.

Aplicando as reflexões teóricas à realidade histórica que estamos tentando analisar, após a queda do Estado Novo, um setor da burguesia (ligado principalmente à produção de bens duráveis<sup>44</sup>) se enfrentou com três obstáculos principais. E esses três elementos se relacionam diretamente à disputa de direção ideológica da sociedade. Em primeiro teve de se bater com os representantes do antigo bloco histórico vinculado às oligarquias agrárias que ainda controlavam importantes posições de poder. No Congresso e nos executivos estaduais estes setores ainda mantinham uma grande força.

---

<sup>44</sup> Abordaremos com mais detalhes a análise dos diferentes setores da burguesia ainda no curso deste capítulo.

Esse poder era desproporcional a sua importância econômica, mas possuíam representantes e intelectuais que ainda se mobilizavam para reproduzir os mecanismos de poder que esse setor utilizou historicamente em sua direção política. Em segundo com as forças organizadas da classe trabalhadora, formadas no mesmo processo de industrialização e urbanização. A classe trabalhadora organizada, a partir do fim do Estado Novo também passou por um processo de notável desenvolvimento político e cada vez mais se libertava dos limites impostos pelo sindicalismo oficial, protagonizado por greves e lutas sociais para além do controle das direções “pelegas” ligadas ao Ministério do Trabalho. Além disto, o período de 1950 (fim do governo Dutra) em diante é marcado por um notável crescimento numérico e em poder de influência pelo Partido Comunista do Brasil (PCB).

Consciente de sua condição de classe, a burguesia industrial mobilizou seus intelectuais e seu poder econômico no intuito de chamar para seu projeto de classe as outras classes e frações de classes aliadas, bem como de buscar a liderança hegemônica sobre o conjunto da sociedade. No mesmo movimento, procurou atrair para seu campo também grupos de intelectuais e aparelhos de hegemonia que antes estavam vinculados ao antigo bloco de poder ou a outros segmentos de classe (como da classe média, por exemplo) de modo a construir e consolidar sua hegemonia na sociedade civil, entre estes estão alguns quadros militares conservadores, além de elementos ligados à igreja, aos meios de comunicação, além de alguns intelectuais tradicionais. Como desenvolveremos ao longo deste texto, malgrado sua mobilização de classe tenha sido muito eficiente, nem a adesão dos outros grupos intelectuais foi total e nem a direção moral e intelectual da sociedade com um todo (a hegemonia) foi conquistada, colocando a necessidade de uma solução de força. A derrubada do governo Goulart em 1964 é assim, um capítulo de uma luta da burguesia organizada em classe pelo poder e pela hegemonia política. Essa mobilização se fez no marco de uma frente sob a liderança de uma fração burguesa onde setores importantes das oligarquias agrárias e da oficialidade conservadora se somaram e atuaram em “frente única” não apenas pelo poder, mas pela construção de um novo bloco histórico. Tal frente será por nós indicado por Partido do Capital, seguindo a conceituação feita por Demian Melo<sup>45</sup>. De outro lado, um setor minoritário do capital industrial, das classes médias, o PCB, os movimentos sociais

---

<sup>45</sup>MELO, Demian Bezerra de. O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos Sessenta. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009. Pag. 101.

independentes e mesmo o sindicalismo oficial formaram outro complexo de forças sob a liderança do populismo, o complexo partidário reformista populista, indicaremos este segundo complexo por Partido nacional populista. Estas duas frentes se enfrentaram politicamente por décadas em intensidades e formas variadas. O marco inicial deste processo é a queda do Estado Novo e só se consuma com o processo de democratização, no início dos anos 80 do século XX. Para sustentar esta hipótese, faz-se necessário recuar um pouco no tempo e observar o processo de formação e crise do antigo bloco histórico. Analisar o momento do início de sua crise orgânica e assim como, a evolução e consolidação da burguesia nacional enquanto classe para si. Compreender seu processo de formação, sua tomada de consciência e sua luta pelo poder político e hegemonia social.

### **A natureza política dos militares:**

Os militares são por excelência o elemento força do Estado. Politicamente são prepostos das classes dominantes, mas diversamente destas não formam sua concepção de mundo a partir da relação orgânica com as outras classes na produção e na luta de classes na sociedade civil. Enquanto categoria de Estado (*stricto sensu*) formam-se a partir da relação que se estabelece entre Estado e sociedade. Assim, os militares têm uma relação mediatizada com a realidade social e com o conflito entre os coletivos sociais. As instituições militares em tese são “apolíticas”, e como tais não deveriam de acordo com suas funções estatais, tomar partido entre as forças civis em disputa. Essa afirmativa só é válida, contudo, se aceitarmos os pressupostos liberais do Estado de direito e suas afirmativas sobre as funções e natureza das instituições republicanas. Em nossa perspectiva, na medida em que o Estado é político, sua manutenção o é. Nesse sentido, os militares são forças a serviço da manutenção de uma dominação de classe. Nas palavras de Alain Rouquié: “O Exército precisa preparar-se para sua função conservadora e estabilizadora dos elementos sociais em andamento. Ele deve estar pronto para corrigir perturbações internas, tão frequentes na vida tumultuada das sociedades modernas”<sup>46</sup>.

Esse tipo de disposição estabilizadora pode ser interpretado, e com frequência o é pelos próprios oficiais, como parte da função de defender a constituição. Mas como o direito não é uma ciência exata, a interpretação do que se tem como “constitucional”

---

<sup>46</sup> ROUQUIÉ, Alain. *Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional*. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980. Pag. 17.

não pode prescindir de uma interpretação do que se compreende como legal e tolerável. Deste modo, essa função de “guardiões das instituições” sempre envolveu a tomada de posição com relação às forças em conflito na sociedade civil. Isso não significa que os oficiais militares intervenham a todo o momento, mas se preparam permanentemente para atuarem precisamente quando a tensão entre os grupos sociais estiverem ameaçando a ordem social tida como legítima, como observa Gramsci:

Em determinadas situações, pode ocorrer que convenha não “expor” o exército, não fazê-lo sair dos quadros constitucionais, não levar a política aos quartéis, como se diz, a fim de manter a homogeneidade entre oficiais e soldados num terreno de aparente neutralidade e superioridade sobre as facções; apesar disso, é o exército, isto é, o Estado-Maior e a oficialidade, que determina a nova situação e a domina. Por outro lado, não é verdade que o exército, segundo as constituições, jamais deva fazer política; o exército deve precisamente defender a constituição, isto é, a forma legal do Estado, com suas instituições correspondentes; por isso, a chamada neutralidade significa somente apoio à parte retrógrada<sup>47</sup>.

Em termos elementares os militares fazem parte da classe média, visto que suas atividades não estão diretamente relacionadas nem à produção direta, nem à posse dos meios de produção. Todavia isso não esclarece o problema de sua origem e sua filiação de classe. Também importante sublinhar que enquanto categoria de classe média, os homens da caserna também têm suas especificidades. As instituições militares são “instituições totais”<sup>48</sup>, e como tal, são fechadas sobre si mesmas. De um ponto de vista político, constituem *em si* o elemento *força* do Estado, enquanto *para si*, constituem uma complexa rede de interesses profissionais e corporativos, que vão desde as promoções dos oficiais às patentes mais elevadas até a participação ativa nos assuntos de Estado. Dentro da perspectiva gramsciana que até aqui estamos seguindo, a oficialidade militar atua como camada intelectual dos grupos dirigentes. Como já mencionado acima, a conexão entre estrutura e superestrutura e a elaboração dos interesses da classe dirigente enquanto interesses gerais são tarefas dos intelectuais. Alguns desses são orgânicos, ou seja, nascem e se desenvolvem junto com a classe. Outra parte pode ser de formação independente ou anterior, como explica Gramsci: “Categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de

---

<sup>47</sup> Gramsci, 2002. Op cit. Pag. 62.

<sup>48</sup> O aprofundamento da discussão sobre os militares enquanto instituição total será feita no próximo capítulo.

uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas<sup>49</sup>.

Seguindo a linha de Rouquié<sup>50</sup>, as forças armadas constituem uma categoria de classe média e de origem majoritariamente de membros oriundos deste segmento. Todavia, tal constatação não ajuda muito a definir seu posicionamento político, em primeiro, por ser esse grupo social muito amplo e impreciso, em segundo porque em razão de seu intenso treinamento e vivência militar, os oficiais trazem mais forte em si as marcas da sua instituição do que de sua classe original (o que não quer dizer que esta influência seja irrelevante). O fato é que os oficiais, em função da longa socialização em universo social em grande medida fechado em si mesmo incorporam características específicas, um *habitus* militar. Nas palavras de Pierre Bourdieu:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, se ser o produto da ação organizadora de um regente<sup>51</sup>.

Um dos conceitos mais caros aos oficiais militares é a noção de “patriotismo”. Não faremos uma discussão aprofundada sobre as origens desta manifestação ideológica e de todas as suas interpretações possíveis. Mas cabe observar que diferentemente dos civis, os militares tem como parte de sua autoimagem a noção de que a defesa da “pátria” em seus termos vagos ou precisos é uma das razões fundamentais de sua existência. Como observa Oliveiros S. Ferreira: “A ideia de Pátria, e a obrigação moral de sacrificar-se em sua defesa fazem, porém, por absurdo ou tolo que pareça, o militar sentir-se diferente do civil”<sup>52</sup>. Essa disposição moral, em conjunto com as disposições incorporadas pela vivência nos estabelecimentos militares contribui, ainda de acordo com Ferreira, para que os militares desenvolvam uma percepção de distinção em relação

---

<sup>49</sup> GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. Pag. 16.

<sup>50</sup> ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa e ômega, 1984.

<sup>51</sup> BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho D’água, 2003. Pag. 53,4.

<sup>52</sup> FERREIRA, Oliveros S. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo, Editora SENAC, 2000. Pag. 33.

aos civis: “esse processo de socialização militar cria uma cosmovisão: o mundo se divide entre ‘nós’, os militares, e ‘eles’, os civis”<sup>53</sup>.

Não é precipitado supor, portanto, que a visão de mundo militar se constitui para os oficiais como um conjunto de concepções com as quais também se interpreta a sociedade global. Nesse sentido, tem-se a tendência a se interpretar também o mundo civil por meio de uma hierarquização, onde, por exemplo, os trabalhadores seriam os soldados da sociedade, e como tais, não poderiam se exceder em seus meios de expressão<sup>54</sup>. É neste sentido que podemos atribuir a condição de força política às instituições militares. Para nomear os setores militares que se arrogam ao direito de definir os limites das crises institucionais e de determinar qual seja o momento de intervir sobre a sociedade civil, Ferreira se utiliza do conceito de “Partido Fardado”: “os que se julgam com o direito de interpretar o que sejam a lei e a ordem, chamo de ‘Partido Fardado’”<sup>55</sup>. Também Rouquié, refletindo sobre a participação dos militares na política, afirma que as Forças Armadas, acabam por operar em seu interior processos de tomadas de decisão política. Este autor trabalha a partir da categoria de “partidos militares”<sup>56</sup>. A utilização do conceito de “partido” para conceituar a atuação política de grupos militares não é consensual entre os pesquisadores do tema. Pierro de Camargo Leirner, por exemplo, considera que tal categoria, em função de sua natureza civil, não constitui instrumento teórico adequado para a abordagem da instituição militar. Segundo este autor, em virtude de “a identidade militar [ser] construída em sua plenitude em oposição ao civil – razão suficiente para que, já num primeiro momento, seja possível desconfiar da adaptabilidade de categorias do mundo civil na explicação da conduta militar, como, por exemplo, a ideia de ‘partido’”<sup>57</sup>. Embora respeitando que a abordagem antropológica (caso do autor) impõe procedimentos metodológicos específicos, os quais possam justificar em certa medida as reservas colocadas quanto à adaptação de categorias civis para o âmbito militar, nos parece que a crítica esboçada

---

<sup>53</sup> Ibid. Pag. 34.

<sup>54</sup> Não por acaso, como veremos no próximo capítulo, também os praças mobilizados faziam uma interpretação semelhante de seu movimento político. Atribuía-se a condição de “trabalhadores militares” e defendiam que seu engajamento no interior das Forças Armadas se dava no mesmo nível em que o trabalhador civil em luta contra o empresário capitalista. Com efeito, alguns membros do movimento comparavam os oficiais aos “patrões” e a luta contra eles, um tipo de “luta de classes”; Entrevista com Antônio Garcia Filho, realizada por José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, Arquivo Pessoal de José Murilo de Carvalho, 1980.

<sup>55</sup> FERREIRA, 2000. Op cit. Pag. 42. Itálico no original.

<sup>56</sup> ROUQUIÉ, 1980. Op cit. Pag. 12.

<sup>57</sup> LEIRNER, Piero de Camargo. Meia volta volver. Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1997. Pag. 12.

tem um caráter marcadamente “institucional-organizacional”. Mais ainda quando falamos de uma situação em que os próprios militares não hesitam em fazer interpretações acerca do mundo civil. Ao analisar as esferas civis e militares não como universos distintos, mas inter-relacionados, não vemos como não utilizar conceitos em última instância políticos para uma atuação que é política e de classe. Não apenas as intervenções, mas também as adesões, sejam na forma de participação em cargos oficiais ou o simples apoio passivo, envolvem a aceitação *a priori* de um determinado projeto e por que não de uma lógica política. É muito comum, aliás, que as forças armadas se cindam em partidos militares, grupos de oficiais que se organizam e se combatem por um longo período (no Brasil, o Clube Militar se constituiu historicamente no espaço reconhecido pelos oficiais para este tipo de disputa<sup>58</sup>). Em situação de crise orgânica, onde o grupo dominante não mais detém hegemonia política, a política militar se reveste de grande importância, pois a vitória de determinada fração pode conduzir a um novo equilíbrio de poder e a um novo Estado. Concordamos com Rouquié, quando este ressalta a especificidade militar, mas ao mesmo tempo salienta os mecanismos pelos quais sua organização se relaciona com as instâncias externas à caserna:

De maneira bastante flexível, o conceito de partido militar enfatiza as situações em que Exército e política se relacionam e as instâncias institucionais de inserção da política no aparelho militar (e vice-versa). Concretamente: os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do Exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada<sup>59</sup>.

De tudo isto, podemos extrair duas conclusões iniciais: a) “pátria”, “nação”, “povo”, etc. são categorias eufêmicas sempre usadas pelos homens de farda para justificar suas atitudes sejam elas quais forem. Mas quando as forças armadas se unificam ou se dividem em relação a um governo ou regime, atuam em função de interesses concretos, se posicionam em relação a um conflito de classe existente, atuam sob a hegemonia de um grupo econômico fundamental e afirmam esse projeto de classe como a “causa da nação” e; b) as forças armadas fazem parte do Estado. Mas se ampliamos o conceito de estado para além da sua estrutura jurídica formal, se reconhecemos os aparelhos privados de hegemonia como parte do Estado ampliado,

---

<sup>58</sup> A análise da disputa entre as correntes militares no interior do Clube Militar será objeto de análise ainda neste capítulo.

<sup>59</sup> ROUQUIÉ, 1980. Op cit. Pag. 13.

veremos que as forças armadas interagem e se posicionam em relação à sociedade civil e seus conflitos. Como observa Rouquié: “Qualquer tentativa de participação não controlada (...) é então considerada como uma ameaça para o ‘pacto de dominação’”<sup>60</sup>.

Assim determinados setores dos militares em sua ação transbordam as fronteiras da corporação e atuam como força partidária de frações da *sociedade política*. Sendo o Estado um equilíbrio inconstante entre as frações da sociedade civil, um organismo em permanente construção e reconstrução, as forças armadas atuam segundo sua própria lógica neste complexo, fazem parte também deste equilíbrio e têm sua importância aumentada ou diminuída em função da conjuntura e do tipo de Estado.

### **A Formação dos Partidos Militares no Brasil.**

Para Antônio Carlos Peixoto, as bases das duas principais correntes políticas militares que se digladiaram na política brasileira até 1964, se formaram a partir da experiência varguista desde 1930 e especialmente durante o Estado Novo. Seriam elas: os nacionalistas e os antinacionalistas. Devemos ter claro que somente conceitualmente podemos falar em antinacionalismo nas Forças Armadas, de modo que a expressão não deve ser tomada literalmente. A questão “nacionalista” que se coloca como elemento diferenciador para as duas correntes militares está relacionada aos principais debates da época no que tangia aos caminhos do desenvolvimento nacional. Para a primeira corrente, de acordo com o autor, “o nacionalismo significava antes de mais nada, uma industrialização realizada com recursos nacionais”<sup>61</sup>. Ainda segundo Peixoto, esse grupo se caracterizava por uma forte tendência intervencionista do Estado e nutria muitas reservas ante a retomada do liberalismo típico do período da República Velha, o que os levava em sua maioria a apoiar a política centralizadora de Getúlio. Também seria típica deste setor, uma visão instrumental do estado democrático e uma tendência ao antiamericanismo e da defesa de uma política externa independente. A corrente antinacionalista teria se formado em contraposição à primeira, ou seja, na oposição à Vargas e especialmente ao regime estadonovista:

Os grupos militares antinacionalistas não se opunham à industrialização: eles eram contra a política de Vargas, com todas as

---

<sup>60</sup> ROUQUIÉ, 1984. Op cit. Pag. 49.

<sup>61</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos, O clube militar e os confrontos no seio das forças armadas. In: ROUQUIÉ, Alain (org). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro, Record, 1980 (b). Pag. 78.

suas implicações. O que não aceitavam nessa política era, sobretudo a mobilização e participação crescente da classe operária, além de uma política externa que se afastava da aliança privilegiada com os Estados Unidos. Para esses grupos, industrializar significava atrair o capital estrangeiro, reforçar os laços com os Estados Unidos, enquanto se mantinha a classe operária afastada do processo político. Sua intransigente oposição a Vargas teve como consequência uma aliança com grupos civis que, pelas mais diferentes razões, também se opunham a Vargas. (...) A oposição a Vargas e ao populismo eram, portanto, o cimento de uma coligação cujos interesses não eram idênticos<sup>62</sup>.

Para Peixoto: “O núcleo desta oposição foi formado, em sua grande maioria, por oficiais que foram mandados para a Itália nos quadros da FEB (Força Expedicionária Brasileira), e que lutaram ao lado do Exército americano”<sup>63</sup>. Essa experiência foi muito marcante para este grupo, pois possibilitou a construção de laços pessoais, políticos e profissionais com oficiais daquele país. Por volta de 1945, as relações entre este grupo e alguns importantes oficiais americanos já se revelava, no mínimo, “promissora”, segundo Stepan:

A fraca coordenação entre as três Forças Armadas e a débil coordenação da estratégia nacional em todos os seus componentes militares, industriais e burocráticos estimulou o desejo, depois da guerra, de formalizar tanto um Estado-Maior de Serviço Conjunto quanto um Conselho de Segurança Nacional.<sup>64</sup>

Como liberais, também eram contrários à noção de Estado interventor e privilegiavam a defesa da iniciativa privada e do não gerenciamento estatal da economia. No plano internacional, eram favoráveis ao alinhamento praticamente incondicional com os Estados Unidos no âmbito da luta contra o comunismo e o “inimigo interno”. Mais ainda em função do contexto internacional da Guerra Fria, marcado pela polarização ideológica e armamentística entre os dois grandes projetos hegemônicos sobreviventes da Segunda Guerra Mundial: o capitalismo e o comunismo. Nas palavras de Eric Hobsbawm: “o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial”<sup>65</sup>. Assim, o anticomunismo nesse setor, em

---

<sup>62</sup> Ibid. pag. 80.

<sup>63</sup> Ibid. pag. 80.

<sup>64</sup> STEPAN, 1975, Op cit. Pag. 129. De acordo Dreifuss, a respeito da aproximação entre oficiais brasileiros e americanos iniciadas no âmbito da FEB: “Vários desses oficiais foram enviados aos Estados Unidos de onde voltaram com novas ideias sobre desenvolvimento industrial e organização política do país”, DREIFUSS, 198. Op cit. Pag. 26.

<sup>65</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Pag. 223

alguma medida em função mesmo da aproximação com os Estados Unidos e seu arco de alianças civis no plano nacional, era muito mais arraigado. Nesta condição, eram mais críticos à construção da estrutura sindical varguista e da participação, ainda que sob as bases populistas, dos trabalhadores na política nacional.

### **Alguns episódios da disputa política militar.**

Há que se destacar que no primeiro governo pós-Estado Novo, o governo do general Eurico Gaspar Dutra, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948. Para Eliezer Rizzo de Oliveira, a fundação da Escola Superior de Guerra marcou o momento de aglutinação de uma corrente militar (a que estamos chamando de antinacionalista) em torno de uma organização oficial de grande peso hierárquico para a definição de uma Doutrina de Segurança Nacional<sup>66</sup>. Os militares antivarguistas desde o início acorreram a esta nova instituição, que teria no processo histórico de 1964 um dos mais importantes aparelhos de hegemonia. O núcleo fundador da instituição foi constituído em sua maioria, de acordo com Stepan, pelo grupo de oficiais que se aproximaram do Exército norte americano no âmbito da FEB. Entre os principais nomes que tomaram a frente dessa fundação estavam os generais César Obino e Osvaldo Cordeiro de Farias<sup>67</sup>. A ESG foi inspirada diretamente na *War College*, dos Estados Unidos e tinha como um de seus propósitos primeiros o alinhamento com este país no plano da Guerra fria, como testemunha Antônio de Arruda: “sob a inspiração do último conflito mundial e da possível eclosão de outro, com o alinhamento inevitável do País ao bloco ocidental”<sup>68</sup>. Como inovação brasileira, foi aberta também à participação de civis. Essa instituição não se propôs ser meramente uma instituição educacional, mas político-estratégica. Entre seus principais objetivos estava o de criar uma massa-crítica civil-militar orientada para a defesa de uma política de Estado voltada para um tipo de desenvolvimento calcado na ideologia de “segurança nacional”. A semente da aproximação da ESG com setores da burguesia organizada já estava lançada desde o seu nascimento. Em seu aspecto mais evidente, isso significava, grosso modo, o combate ao inimigo interno e a repressão à participação da classe trabalhadora na política. Em um

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA: Eliezer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964 - 1969)*. Petrópolis, Vozes, 1976. Pag. 20,1.

<sup>67</sup> STEPAN, 1975. Op cit. Pag. 129.

<sup>68</sup> ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. São Paulo, GRD, 1983. Pag. XXI.

de seus pronunciamentos, o general Juarez Távora assim se referiu à escola que ajudou na fundação:

Ao meu ver (...) o fim último dos estudos que aqui fizemos é insuflar na consciência de nossa elite, sem distinção entre civis e militares, uma compreensão ampla e uniforme sobre os problemas de Segurança Nacional, capaz de se condensar, com o correr dos anos, numa adequada Doutrina de Segurança Nacional. Só assim garantiremos, através da necessária mutação periódica dos governos democráticos, a continuidade indispensável de uma sã Política de Segurança Nacional<sup>69</sup>.

Mas o espaço em que as facções militares encontraram sua maior oportunidade de expressão pública foi sem dúvida o Clube Militar. Uma instituição onde historicamente, os oficiais expressavam suas posições. Falavam abertamente o que, por inúmeras razões, não lhes era permitido falar nos quartéis. Ao longo da Terceira República, as alas nacionalista e antinacionalista se enfrentaram em acirradas disputas. As eleições no Clube Militar eram acompanhadas de perto pelos jornais e por todas as forças sociais. Pressupunha-se que o resultado dos pleitos para a diretoria do clube refletisse em alguma medida a tendência de opinião predominante da caserna, embora a vitória de uma corrente, não significasse em absoluto o fim das escaramuças da parte derrotada. Com frequência, o Clube Militar desempenhou papel de destaque em meio à mobilização da sociedade como um todo. Uma dos maiores expressões dessa força foi o movimento nacional em defesa do monopólio do petróleo, a famosa campanha do “O Petróleo é Nosso”.

Por iniciativa da presidência da República foi criada em 1947 uma comissão para elaborar anteprojeto da legislação petrolífera brasileira. A orientação do anteprojeto era claramente influenciada pelas posições da corrente militar antinacionalista. O ponto nodal, que originou um grande embate político que envolveu amplos setores das correntes militares e da sociedade civil estava relacionado à concessão da exploração das reservas petrolíferas pelas empresas estrangeiras. Na oposição ao anteprojeto, a ala nacionalista das Forças Armadas teve atuação destacada e no bojo da luta em defesa do monopólio estatal do petróleo, intensificou sua relação com importantes setores sociais e políticos. A campanha contra o anteprojeto do governo Dutra foi dirigida pelo general Horta Barbosa e o Clube Militar teve nessa mobilização uma atuação de liderança. O debate contra o anteprojeto foi iniciado pela instituição antes mesmo de ser enviado para a Câmara dos Deputados. O respaldo

---

<sup>69</sup> Idem.

conseguido pela corrente nacionalista dentro da sociedade civil foi tão grande, que mesmo os representantes da ala antinacionalista se intimidaram em defender o anteprojeto original com ênfase. Em debate no Clube Militar o General Juarez Távora, por exemplo, tentou justificar a necessidade da concessão às empresas estrangeiras com afirmações evasivas, tais como “o baixo nível de compreensão do povo” ou “ausência de orientação e escrúpulos das elites”. Chegou mesmo a afirmar que preferia o monopólio estatal, mas como não via essa possibilidade, “a única solução era apelar para o estrangeiro”<sup>70</sup>. Em meio ao processo, a revista do Clube Militar publicou vários artigos em defesa de sua posição, no que foi apoiada por um grande movimento da sociedade civil. Segundo Peixoto, nesse momento, o prestígio da ala nacionalista dentro da massa dos oficiais cresceu substancialmente fato expresso entre outros fatores, pela triplicação do número de filiados<sup>71</sup>. A popularidade das propostas da ala nacionalista no interior das forças armadas pode explicar inclusive o fato de a corrente antinacionalista, que ocupava então os principais postos hierárquicos nada ter feito para calar a diretoria do Clube. Ainda de acordo com o Peixoto, no bojo da campanha pelo monopólio da exploração do petróleo, outras questões ligadas à soberania nacional também foram colocadas, tudo dentro de uma clara crítica às posições que defendiam um alinhamento à política externa norte americana<sup>72</sup>.

Ainda em meio à polarização social, em 1950, a facção nacionalista das forças armadas lançou o nome do general Newton Estillac Leal<sup>73</sup> para a presidência do Clube Militar tendo como adversário o tenentista e conspirador histórico Oswaldo Cordeiro de Farias<sup>74</sup>. De acordo com Maria Augusta Tibiriçá Miranda, essa eleição seria o marco da formação da ala nacionalista das Forças Armadas: “isso se refletiria, seguidamente, nas eleições do Clube Militar, em que saíam vitoriosas as chapas integradas pelos defensores do petróleo e dos nossos recursos naturais, chapas que mais tarde seriam chamadas de ‘nacionalistas’, posição que se firmou na campanha do petróleo”.<sup>75</sup> O controle da hierarquia militar pela fração antinacionalista e do Clube Militar pela sua

---

<sup>70</sup> Ibid. pag. 91.

<sup>71</sup> Ibid. pag. 92.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Sobre Estillac Leal ver: RAMOS, Plínio de Abreu. Verbete: *Leal, Estillac*. Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/01/2013.

<sup>74</sup> Sobre Oswaldo Cordeiro de Farias, ler: LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. Verbete: *Farias, Cordeiro*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 21/12/2011.

<sup>75</sup> MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O petróleo é nosso, A luta contra o “entreguismo” pelo monopólio Estatal, 1947-1953, 1953-1981, 1982-2004*. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo, Editora IPISIS, 2004. Pag. 91.

rival teve como efeito o aprofundamento de outros temas em acirrada disputa de posição entre as duas correntes. Pouco depois da eleição que sagrou a vitória da chapa nacionalista, em julho de 1950, a Revista do Clube Militar publicou um artigo intitulado: “Considerações Sobre a Guerra da Coréia.”<sup>76</sup> O texto foi escrito pelo então capitão Humberto Freire de Andrade e fazia uma crítica direta à política externa dos Estados Unidos, denunciando a invasão imperialista deste país. Mas ao oposto do que ocorrera na mobilização em torno do monopólio do Petróleo, dessa vez a ala antinacionalista partiu para o ataque. A linha de ação escolhida foi acusar a diretoria do Clube de adotar uma linha tendenciosa. Foi produzido um manifesto que conseguiu reunir quase 600 assinaturas e que teve ampla divulgação na imprensa e dentro da caserna, em um de seus trechos, dizia:

Nós indagamos: como a diretoria do Clube permite que a revista, enquanto órgão do Clube, difunda uma orientação doutrinária e política? Há um grupo de adeptos que controla a revista e faz propaganda de suas ideias em nome de uma “luta patriótica”. Somos obrigados, pois, a tirar as seguintes conclusões: a revista desenvolve uma propaganda de quinta-coluna e de colaboracionismo. A diretoria não permite que a revista publique a opinião dos demais sócios. Combateremos essa “posição patriótica” inaceitável, em nome da lealdade das Forças Armadas para com o Brasil, da defesa de sua soberania em todos os planos, aí incluído do da fidelidade aos compromissos internacionais livremente assumidos<sup>77</sup>.

Colocada a corrente antinacionalista na ofensiva, o então Ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa retaliou a diretoria do Clube, transferindo quase todos os seus membros para regiões distantes, como forma de anular suas possibilidades de atuação. A ala nacionalista tinha o Clube Militar, mas outra, o poder de sabotar essa conquista.

## **O populismo Vargasista.**

A formação das principais correntes militares que se enfrentariam até 1964 ocorreu simultaneamente à formação do populismo varguista. Com efeito, foi também

---

<sup>76</sup> Coincidência ou não, em agosto de 1950 o PCB viria a lançar o Manifesto de Agosto, documento que expressaria uma inflexão radical à esquerda, movimento que vinha se manifestando desde a cassação do registro eleitoral, em 1947. O tema da Guerra da Coréia e o ataque ao governo Dutra, o qual era acusado de pretender envolver o Brasil no conflito, era um dos temas centrais. Ver: VINHAS, 1982. Op cit. Pag. 140 e seguintes.

<sup>77</sup> Correio da Manhã, 12/02/1960. Apud PEIXOTO, 1980 (b). Op cit. Pag. 94.

em fins do Estado Novo que Getúlio Vargas ensaiou uma aproximação com a classe trabalhadora. Data deste período o maior esforço de construção da imagem de Getúlio como “o pai dos pobres”, “amigo dos trabalhadores”, etc. Para Octávio Ianni o populismo, chamado também de “política de massas” foi a forma de se fazer política predominante no Brasil especialmente durante o Pós-30. Para este autor, embora o pacto populista se identifique com mais força a partir da década de trinta, tem o seu marco inicial e final entre os anos de 1919 e 1964:

A época da transição para uma economia industrial no Brasil, assinalando essa etapa crucial do desenvolvimento, pode ser simbolizada pela *política de massas*, como padrão de organização política e sustentação do novo estilo de poder. A política de massas - portanto, diferente da política de partidos - é o fundamento da democracia populista, que se organizou paulatinamente nas décadas que antecederam a mudança repentina ocorrida a partir do Golpe de Estado de 1º de Abril de 1964<sup>78</sup>.

Francisco Weffort alerta para o risco de definir o populismo apenas por suas características exteriores e aparentes, como por meio da imagem tão consagrada do político demagogo, que vai às ruas a abraçar o povo e fazer todo tipo de promessas. Tomar esse procedimento seria esvaziar o conceito transformando-o em “mera exterioridade, fato político sem conteúdo”<sup>79</sup>. Para este autor, “O populismo brasileiro, em qualquer das suas formas, só pode ser compreendido adequadamente como expressão política de interesses determinados de classe.”<sup>80</sup> Nele, os grupos que ocupavam posição de poder no Estado teriam de modo geral uma relação dúbia com o “povo” tomado genericamente. Ao mesmo tempo em que afirmavam em discursos ter neste o seu fundamento, mantinham o governo a serviço das minorias privilegiadas. Ao mesmo tempo em que mobilizavam amplas parcelas da população, temiam que esta participação escapasse a seu controle e se voltasse contra seu poder de classe. As massas seriam assim, uma espécie de “parceiro-fantasma”, procuradas e ao mesmo tempo temidas.

Argumenta Weffort que os indivíduos reunidos em massa e não organizados enquanto classe com frequência projetavam dentro do pacto de classes suas inspirações não em projetos políticos, mas em líderes carismáticos que, em maior ou menor escala,

---

<sup>78</sup> IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Pag. 9, itálico no original.

<sup>79</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. Pag. 24.

<sup>80</sup> Ibid. pag.26.

representariam difusos desejos de mudança. A pequena capacidade de penetração dos partidos políticos foi uma das causas deste processo. A desideologização por outro lado, foi também uma das causas da permanência desse caráter oportunista e demasiadamente pragmático dos partidos, que se adaptaram a essa lógica e permaneceram prisioneiros de políticos demagogos. Em função desta pobreza teórica, não se criavam laços mais profundos entre os eleitores e seus partidos, no máximo, entre eleitores e seus candidatos. As eleições, nesse contexto deixam de ser uma relação entre grupos para se tornarem uma relação entre indivíduos<sup>81</sup>. Não só os partidos, mas também os sindicatos padeceram da mesma fraqueza programática. A participação da massa sindicalizada foi historicamente pequena. Questão ainda agravada pelo fato de no modelo de sindicalismo oficial criado Vargas, os sindicalistas atuaram amiúde com intermediários do Governo. Desta forma não só as iniciativas sindicais não patrocinadas pelo governo tenderam a não terem repercussão, como também e em decorrência disto, os trabalhadores não viam em suas entidades, órgão seus de representação.

A emergência da política de massas, na visão de Ianni, trouxe ao cenário político novos atores, tais como a classe trabalhadora organizada, ainda que sob controle e vigilância do Estado e as camadas médias e industriais. Até 1945 as tensões se deram contra os interesses e posições de poder das oligarquias agrárias dominantes na chamada República Velha sendo, portanto, tensões dirigidas ao desenvolvimento industrial. Este período teria marcado também o crescimento da influência dos Estados Unidos sobre a América Latina e sobre o Brasil. A esta potência econômica, o desenvolvimento industrial do Brasil em bases nacionais nunca foi visto com simpatia. O desenvolvimento das indústrias de base necessitava de relativa independência na política externa e proteção do mercado externo. Essa necessidade estaria na base do surgimento do nacionalismo populista, típica do segundo governo Vargas e do governo de João Goulart. Como Ressalta Ianni, o desenvolvimento industrial e a política externa são questões estreitamente associadas: “a história da industrialização do no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis hegemônicos.”<sup>82</sup> Para a plena realização do bloco histórico agrário exportador<sup>83</sup>, uma posição de submissão aos interesses das potências industriais era necessária,

---

<sup>81</sup> Ibid. Pag. 20.

<sup>82</sup> Ibid. pag. 23.

<sup>83</sup> Entendemos por bloco Histórico agrário exportador a unidade entre estrutura econômica e superestrutura política e cultural vigente no Brasil durante a República Velha, grosso modo, tratou-se do momento da hegemonia da elite cafeeira de São Paulo.

reproduzindo o pacto histórico da divisão internacional do trabalho, onde alguns países exportam a produção industrial e outros a produção de gêneros primários.

A chamada política de massas ou populismo, na visão de Ianni, foi elemento necessário para o desenvolvimento do modelo de substituição de importações, na medida em que foi utilizada como instrumento de luta contra os interesses ligados à agricultura voltada para a exportação, esse fenômeno teria se dado não apenas no Brasil, como de um modo geral, em grande parte do continente: “Sob vários aspectos, o populismo latino-americano parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente.”<sup>84</sup> Nela o sindicato pelego foi fundamental, no sentido de implementar na atuação da classe trabalhadora a marca e o programa do Estado. O baixo nível de consciência de classe e experiência de luta política da nascente classe trabalhadora, em grande parte migrada do campo foi funcional à criação e manutenção de um movimento sindical tutelado. Ao lado disso, mesmo as forças da esquerda tendiam a incorporar em seus programas as formulações e bandeiras formuladas pelos políticos populistas no seu próprio interesse.

A criação das novas agremiações partidárias significou em termos políticos a ampliação do pacto populista. Onde além de Vargas, outros atores políticos se utilizaram dos mesmos expedientes para aumentarem sua influência política entre as massas. Entre admirado e odiado, Vargas influenciou os três principais partidos surgidos ao fim da experiência de poder corporativista. De acordo com Schmitt, todo o complexo partidário saído das ruínas do Estado Novo tendeu a gravitar em torno de três partidos principais, a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Incontroversamente na direita do espectro político partidário, em torno da UDN gravitaram agremiações tais como o Partido Republicano (PR)<sup>85</sup> e o Partido de Representação Popular<sup>86</sup> (PRP)<sup>87</sup>. O PSD, de um “getulismo moderado”<sup>88</sup> e de perfil mais governista estava claramente à esquerda da UDN e à direita do PTB. Em torno deste gravitavam legendas consideradas

---

<sup>84</sup> IANNI, 1975. Op cit. Pag. 9.

<sup>85</sup> Fundado em torno da figura do ex-presidente Arthur Bernardes (1922-1926), foi o sucessor do Partido Republicano Mineiro. Mais sobre o assunto em: LEAL, Carlos Eduardo. Verbetes: Partido Republicano (PR). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em 13/05/2013.

<sup>86</sup> Este partido foi fundado por Plínio Salgado, em 26 de setembro de 1945 e representava a continuidade do integralismo na política brasileira. Ver SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 21; CALIL, Gilberto G. *O Integralismo no Pós-Guerra. A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

<sup>87</sup> SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 27.

<sup>88</sup> MOTTA, 1999. Op cit. Pag. 96.

de centro, tais como o Partido Democrata Cristão (PDC)<sup>89</sup> e o Partido Libertador<sup>90</sup> (PL)<sup>91</sup>. Por fim, em torno do PTB gravitavam os partidos chamados de esquerda ou reformista, entre estes, além do PCB, que se articulava com os trabalhistas também em nível sindical<sup>92</sup>, estavam o Partido Social Progressista (PSP),<sup>93</sup> o Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>94</sup>, o Partido Trabalhista Nacional (PTN)<sup>95</sup>, o Partido Social Trabalhista (PST)<sup>96</sup>, Partido Rural Trabalhista (PRT)<sup>97</sup> e o Movimento Trabalhista Renovador<sup>98</sup> (MRT)<sup>99</sup>.

Maria do Carmo Campello de Souza argumenta que não se pode se desconsiderar a influência da tradição autoritária do Estado Novo no Regime democrático iniciado em 1946. Sob a perspectiva da autora, o fim da ditadura varguista

---

<sup>89</sup> Ver SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 19; WIKIPÉDIA, Verbete: Partido Democrata Cristão (1945-1965), disponível in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Democrata\\_Crist%C3%A3o\\_\(1945-1965\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democrata_Crist%C3%A3o_(1945-1965)), acessado em 13/05/2013.

<sup>90</sup> A principal liderança do Partido Libertador era o histórico defensor do sistema parlamentar de governo, o gaúcho Raul Pilla, ver mais em: SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 20 e, WIKIPÉDIA, Verbete: Partido Libertador, disponível in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Libertador](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Libertador), acessado em 13/05/2013.

<sup>91</sup> SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 26.

<sup>92</sup> Como veremos no curso destes capítulos e nos seguintes, a relação entre PTB e PCB era complexa e variou conforme a conjuntura e a linha política adotada por cada um dos partidos em cada momento determinado. Além disto, embora atuassem por vezes em frente no plano sindical, também disputavam entre si o controle das diretorias e a penetração nas categorias mais importantes.

<sup>93</sup> Esta agremiação tinha base privilegiada em São Paulo e tinha como principal liderança o populista paulista Ademar de Barros. Embora a proximidade reformista com o PTB, durante a crise política dos anos de 1960 que precedeu ao golpe, esteve mais próximo da UDN que do partido de João Goulart, e foi um apoio importante para o golpe. Ver mais em: SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 18 e; WIKIPÉDIA, Verbete: Partido Social Progressista, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Social\\_Progressista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Progressista), acessado em 13/05/2013.

<sup>94</sup> Originalmente uma dissidência de esquerda da UDN, ver mais em: SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 21; FERREIRA, Marieta de Moraes, Verbete: Partido Socialista Brasileiro, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em: 13/05/2013 e; WIKIPÉDIA, Verbete: Partido Socialista Brasileiro, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Socialista\\_Brasileiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_Brasileiro), acessado em 13/05/2013.

<sup>95</sup> Ver mais em: SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 20; no Sítio do Partido que reivindica ser a sua continuação: PTN, disponível em: <http://www.ptn.org.br/2012/site/partido.asp?x=1>, acessado em 13/05/2013 e; WIKIPÉDIA, Verbete: Partido Trabalhista Nacional, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Trabalhista\\_Nacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Nacional), acessado em 13/05/2013.

<sup>96</sup> Foi por este partido que Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco em 1962. Mais informações sobre em: SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 20, FERREIRA, Marieta de Moraes, Verbete: Partido Social Trabalhista, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em: 13/05/2013, e; WIKIPÉDIA, Verbete: Partido Social Trabalhista, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Social\\_Trabalhista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Trabalhista), acessado em: 13/05/2013.

<sup>97</sup> SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 21

<sup>98</sup> Ver: SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 26, LEAL, Carlos Eduardo, verbete: Movimento Trabalhista Renovador, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em: 13/05/2013 e, WIKIPÉDIA, verbete: Movimento Trabalhista Renovador, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_Trabalhista\\_Renovador](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Trabalhista_Renovador), acessado em 13/05/2013

<sup>99</sup> SCHMITT, 2000. Op cit. Pag. 27.

foi sucedido por uma “democratização relativa”, visto que muitas das características do regime anterior permaneceram no novo arranjo institucional:

O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência, na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária de Estado<sup>100</sup>.

Mas essas continuidades autoritárias não foram assim interpretadas por todos os pesquisadores que se debruçaram sobre este período. O próprio conceito de populismo é objeto de polêmica entre diferentes correntes historiográficas. Ângela Maria de Castro Gomes, por exemplo, ao negar a validade deste conceito, tende a fazer uma interpretação inversa. Para esta autora, durante o período analisado, a classe trabalhadora teria se feito representar na política por meio da estrutura sindical corporativista sobrevivente. Para defender essa hipótese, cunha o conceito de “trabalhismo”: “o processo pelo qual a classe trabalhadora se configurou como ator político foi fruto de um processo articulado e implementado pelo Estado, projeto este que pode ser chamado aqui de ‘trabalhismo’ brasileiro.”<sup>101</sup> Dentro dessa interpretação, a noção de manipulação presente na interpretação do conceito desaparece. Em seu lugar, no espírito do conceito de “trabalhismo”, os trabalhadores teriam resgatado o seu papel de sujeitos históricos, a participação no pacto entre Estado e classe trabalhadora seria fruto de uma “escolha”, em função das possibilidades objetivamente colocadas. Como observou Virgínia Fontes, a aparente valorização do papel da classe trabalhadora nesse contexto, se faz pelo preço de desconsiderar os limites inerentes a essa participação política: “O louvável intuito redundante, entretanto, em outra dificuldade, ao valorizar positivamente o que antes era criticado como ‘passividade’, agora traduzia numa espécie de ‘consciência possível’ e, portanto, desejável, dos trabalhadores brasileiros, expressa no trabalhismo”.<sup>102</sup> Concordando com as observações feitas por Fontes, nos parece que Gomes ignora alguns aspectos da discussão do conceito feita também por

---

<sup>100</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa e Omega, 1976. Pag. 105,6.

<sup>101</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994. Pag. 7.

<sup>102</sup> FONTES, Virgínia. *Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. Reflexões impertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2005. Pag. 211.

Weffort, o qual sempre enfatizou o risco inerente à manipulação das massas, que é o de que estas ultrapassem as lideranças carismáticas e passem a formular seu próprio programa político.

Em síntese, o conceito de “trabalhismo” da maneira como é colocada por Gomes e alguns de seus repetidores<sup>103</sup> constitui em primeiro lugar num falso problema, posto que as classes sociais, e os trabalhadores entre eles, jamais deixaram de serem sujeitos históricos. Em segundo, e este nos parece o aspecto mais problemático dessa visão, há a tendência à valorização de um tipo de relação entre Estado e classe trabalhadora, que, ainda que não atinja completamente seus objetivos, almejou cooptar e anular a ação independente desta classe. Nesse sentido, essa abordagem tende a valorizar e a positivar a experiência que nós ainda classificamos de populista. Como observou Marcelo Badaró Mattos, esse revisionismo em termos históricos, termina por “defender abertamente os argumentos usados pelos ‘acusados’ de populistas, ou seja, de que na verdade eram legítimas lideranças populares e progressistas, acusados por uma elite conservadora que não se conformava com a entrada dos trabalhadores na cena política.”<sup>104</sup>

### **O retorno de Vargas nas eleições de 1950.**

Nas eleições presidenciais, o novamente candidato udenista brigadeiro Eduardo Gomes<sup>105</sup> apresentava um programa político que em linhas gerais se assemelhava a uma continuidade explícita do governo Dutra. A candidatura do militar antivarguista foi apoiada pela maior parte do empresariado nacional, pelos interesses do capital estrangeiro e pela totalidade dos militares ligados a ala militar antinacionalista. Setores do empresariado nacional que tiveram sob a administração anterior acesso direto aos mecanismos de formulação e decisões, temiam a volta de Vargas. O qual poderia representar o retorno a um Estado centralizador e formulador independente. Vargas por outro lado apresentava um programa que diferia grandemente do que tinha sido sua primeira gestão. Embora ainda defendesse um desenvolvimento industrial assentado em capitais nacionais e orientado pelo Estado, mostrava-se disposto a aceitar de bom grado a penetração dos investimentos externos. Vargas tentou claramente não entrar em conflito com os interesses que se fortaleceram sob a gestão de seu ex-ministro da

---

<sup>103</sup> Ver por exemplo: FERREIRA, Jorge. (org.), *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>104</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ. 2003, p. 28-29.

<sup>105</sup> Já havia sido derrotado nas eleições presidenciais de 1945 para o General Eurico Gaspar Dutra, candidato pela legenda do PSD e apoiado pelo mesmo Getúlio Vargas.

Guerra. Mas o estilo populista que ainda conservava não ajudou muito nesse sentido. Embora fizesse um discurso anticomunista e sinalizasse com a continuidade do alinhamento com os Estados Unidos no plano da Guerra Fria, seu discurso de incorporação e proteção do proletariado desagradava imensamente o setor que tentava atrair. Mas apesar de toda oposição por parte dos setores antivarguista organizados, o ex-presidente ainda era extremamente popular. Como resultado, nas eleições presidenciais de 1950 saiu-se vencedor com uma grande margem de votos sobre o seu concorrente direitista.

Em seu novo mandato, o mestre do populismo da política brasileira, teria que conviver com uma conjuntura política muito diferente daquela que viveu em seus primeiros quinze anos de poder. O congresso nacional, apesar das instâncias paralelas de decisões existentes, era muito mais ativo, e capaz de expressar demandas e movimentos de oposição muito maiores que o legislativo que Vargas suportou entre 1934 e 1937. Ao lado disto, a burguesia nacional já era um setor muito mais consciente dos seus interesses e muito mais articulada. No plano da sociedade civil, essa classe já contava com sólidos aparelhos de hegemonia, tais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, (CIESP), isso sem mencionar organizações congêneres em praticamente todas as unidades da federação. Essa classe já começava a se movimentar no sentido da disputa da hegemonia e vários veículos de informação expressavam sua visão de mundo. Podiam contar com uma grande rede de parlamentares no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas estaduais. Por tudo isso, as condições para um executivo independente e formulador eram muito mais reduzidas.

No plano militar, Vargas tentou diminuir o poder do setor que lhe fazia oposição nomeando militares varguistas para os ministérios militares. Entre os principais, o brigadeiro Nero Moura para o Ministério da Aeronáutica e o general Estillac Leal para o Ministério da Guerra. Embora a disposição de Estillac em limitar o poder da ala antivarguista na força terrestre, seu poder foi muito limitado. Em primeiro por que Vargas no início de seu governo esperava se reconciliar com o setor que lhe fazia oposição (seus ex-apoiadores) e não deu “carta branca” a Estillac para que este pudesse remover dos principais comandos os oficiais que pareciam dispostos a conspirar francamente contra Getúlio. Em função de sua política de conciliação, Estillac Leal não conseguiu anular as transferências punitivas realizadas pelo Ministro da

Guerra anterior.<sup>106</sup> Segundo Peixoto, essa atitude levou a um “racha” dentro da corrente nacionalista, que através do Clube Militar prosseguiu nas discussões dos temas nacionais em postura de oposição aos elementos nacionalistas que se encontravam então nas fileiras do governo.<sup>107</sup> Questões como a Hiléa Amazônica<sup>108</sup>, Guerra da Coréia e evidentemente o monopólio do petróleo foram intensamente debatidas no Clube Militar. O substitutivo do projeto de Estatuto do Petróleo encaminhado por Vargas ao Congresso recebeu do Clube Militar em articulação com a sociedade civil, a mesma oposição.<sup>109</sup> As facções militares ligadas à ala antinacionalista, ainda no comando de postos importantes da hierarquia passaram a acusar diretamente seus adversários de adeptos do comunismo. Pressionado entre a conciliação de Vargas, a oposição de seus correligionários e a força hierárquica da corrente antinacionalista, a posição de Estillac Leal se enfraquecia cada vez mais. Mas o que provocou sua saída foi a assinatura por parte do governo Vargas do acordo militar Brasil-Estados Unidos, o qual foi conduzido de forma quase exclusiva pelo Ministro do Exterior João Neves. O Ministro da Guerra praticamente não foi consultado a respeito da questão. Os termos do acordo, no entender de Estillac Leal constituíam uma violação à soberania do Brasil e a independência do Exército. A atitude de Vargas em permitir que uma questão de importância capital para as instituições militares fosse negociada sem o consentimento do Ministro da Guerra era muito sintomática. Evidenciava sua intenção em se aproximar dos setores antinacionalistas e da sua não confiança e não afinidade ideológica com Estillac e o Setor nacionalista que ele representava. Segundo Peixoto: “Essa tomada de posição consagrou a ruptura entre os nacionalistas radicais e governo Vargas; a demissão de Estillac de suas funções de ministro da Guerra tornou-se então inevitável”<sup>110</sup>.

Em 1952 ocorreu nova eleição para a diretoria do Clube Militar. Estillac Leal, Ministro da Guerra demissionário foi novamente o cabeça da chapa nacionalista. Na outra chapa encabeçada pelo general Alcides Etchegoyen, tendo com vice o também general Nelson de Melo (ambos remanescentes do movimento tenentista) se colocou a oposição militar. Esta chapa se constituiu no movimento autodenominado Cruzada

---

<sup>106</sup> SODRÉ, 1965. Op cit. Pag. 314.

<sup>107</sup> PEIXOTO, 1980 (b). Op cit. Pag. 94.

<sup>108</sup> A Hiléa Amazônica foi uma instituição criada durante a gestão de Dutra que estava associada a um projeto de internacionalização da exploração dos recursos naturais daquela região, os militares nacionalistas se colocavam ao lado dos movimentos populares contra o projeto e neste sentido se batiam com os militares antivarguista associados a setores do empresariado e dos interesses ligados ao capital externo.

<sup>109</sup> PEIXOTO, 1980 (b). Op cit. Pag. 97.

<sup>110</sup> Idem.

Democrática. A chapa de oposição reuniu os oficiais que apoiaram ou fizeram parte do estado-maior do ex-presidente Dutra, da ESG, e recebeu pronto apoio na imprensa antivarguista e de setores organizados do empresariado. Os “cruzados” faziam um campanha em defesa de um “nacionalismo sadio”, que em termos práticos significava a abertura da economia para o capital externo. Em seus materiais procuraram o tempo todo desqualificar a chapa nacionalista vinculando a partir da denúncia de esquerdismo e comunismo. Depois de uma eleição muito tensa em que não faltaram denúncias de fraudes, intimidações, agressões e prisões contra a chapa de oposição, a Cruzada Democrática saiu-se vitoriosa no pleito. Desse momento em diante, à mobilização militar antivarguista se acrescentou um novo elemento de qualidade: uma nova articulação militar aglutinadora da corrente antinacionalista e de vários oficiais da direita militar, alguns dos quais, durante o Estado Novo, estiveram na origem da corrente adversária, como Eurico Gaspar Dutra, por exemplo.

No plano político mais geral, o governo Vargas nunca conseguiu apaziguar os ânimos daqueles que lhe faziam oposição. O que não quer dizer que isso não tenha sido tentado. Em sua primeira fase, Getúlio tentou atrair o apoio das elites empresariais e do capital externo. Manteve o alinhamento aos Estados Unidos e tentou atrair ajuda econômica deste país para seu projeto de desenvolvimento. Mas devido aos mecanismos do populismo e da coligação de forças que o elegeu, não conseguiu resistir às pressões dos movimentos sociais. Os sindicatos já não eram controlados inteiramente pelo Ministério do Trabalho (aliás, o único exercido pelo PTB) e Vargas se viu obrigado a gradualmente abandonar sua primeira opção de conciliação política com a direita civil e militar. Neste aspecto, a força da corrente antinacionalista agora transformada em Cruzada Democrática nas Forças Armadas, fato que Getúlio pouco fez para impedir, viria a lhe custar muito caro. Nos 10 anos que separam 1954 e 1964, o país veria cinco tentativas frustradas de ruptura da ordem constitucional e finalmente um golpe que poria abaixo a carta 1946.

### **A primeira tentativa de golpe, o suicídio de Getúlio Vargas e o surgimento de Goulart como seu herdeiro:**

De acordo com José Álvaro Moisés, 1953 foi o primeiro ano de declínio industrial brasileiro desde 1947 em evidente sinal de esgotamento do surto de

desenvolvimento industrial iniciado depois da Segunda Guerra Mundial. A inflação acumulada desde o início do governo Dutra (1946-1951) comprimiu de uma maneira quase insuportável o poder de compra dos salários. As medidas paternalistas do governo Vargas já não eram suficientes para acalmar as massas trabalhadoras, cujas iniciativas independentes ameaçavam o pacto populista de conciliação de classes. O presidente apelava pela harmonia entre as classes sociais em tom paternalista, mas o retorno era cada vez mais insuficiente. Em virtude do afastamento entre as massas trabalhadoras e o populismo de Vargas, as classes dominantes gradualmente também se afastaram de seu governo, temendo a ação independente dos movimentos sindicais. No período de 1951-52, diante da guerra da Coreia, setores da burguesia especularam que com a demanda internacional por insumos industriais para fins militares, os preços destes itens tenderiam a subir, “daí o início da política de estocagem de alimentos.<sup>111</sup>” Como resultado, verificou-se um abrupto desequilíbrio nas contas externas “já em 1951, houve um déficit de 468 milhões de dólares e, em 1952 (Vargas já era novamente presidente), aumentou para a alarmante cifra de 707 milhões de dólares (...) em junho de 1953, época da greve dos 300 mil em São Paulo, o déficit alcançou nada menos que um bilhão de dólares.<sup>112</sup>” Em síntese, a situação econômica trazia resultados dramáticos para a população mais pobre, que tradicionalmente paga com seu trabalho e condições de vida, as experiências mal sucedidas das classes dominantes.

A esse respeito, Armando Boito Junior analisa a crise de regime que culminou com o suicídio de Vargas em 1954 no marco da mobilização burguesa e da crise do populismo. Para este autor, o projeto de desenvolvimento representado pelo nacional reformismo de Vargas beneficiava especialmente o setor da chamada burguesia industrial, grosso modo, o grupo que produzia bens manufaturados para o mercado interno e dependia diretamente do protecionismo e da intervenção do Estado na economia. Esse modelo de gestão do Estado tinha como os mais ferozes opositores os setores ligados à burguesia exportadora e ao capital externo. Vargas conseguiu manter isolado esse setor das classes dominantes<sup>113</sup> durante os dois primeiros anos de seu

---

<sup>111</sup> MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978. MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978. Pag. 72.

<sup>112</sup> Ibid. pag. 73.

<sup>113</sup> Armando Boito Júnior denomina esta fração de classe pelo conceito de “burguesia compradora”: “A fração comercial da burguesia brasileira constituía-se naquilo que, classicamente, o marxismo denomina uma *burguesia compradora*: a fração da burguesia de um país periférico que se encontra economicamente enfeudada e politicamente atrelada ao capital imperialista. Os interesses dessa fração burguesa identificam-se, plenamente, com os interesses dominantes do capital imperialista”. BOITO JUNIOR,

mandato graças à sua prática populista, que mantinha o apoio das massas com a ajuda dos sindicatos oficiais e das pequenas concessões do Estado. Escrevendo a respeito dos principais setores burgueses, o autor observou que o setor burguês que fazia oposição ao Estado Populista sob Vargas era constituído fundamentalmente “pelas firmas exportadoras que financiavam, adquiriam e exportavam a produção agrícola do país – café, cacau, algodão, etc. – e, de outro lado, pelas firmas importadoras que adquiriam no exterior, para a revenda no mercado brasileiro, os bens manufaturados de consumo.”<sup>114</sup> Ocorre que, enquanto os setores opositores se mobilizavam contra o populismo Varguista, o setor que Vargas beneficiava com seu modelo de desenvolvimento não se identificava com seu protetor, não havendo “a identificação subjetiva do representado com o representante.”<sup>115</sup> A burguesia diretamente industrial, beneficiada pela política de desenvolvimento varguista, possuía uma relação contraditória com o populismo. Aceitava e apoiava as medidas industrializantes e de proteção ao mercado interno, mas questionava ou não aceitava a aproximação de Vargas com os sindicatos e camadas populares. Contudo, esse era o meio pelo qual o populismo se utilizava para pressionar os segmentos no poder sob o bloco histórico anterior e condição para o sucesso da política industrializante. Mas a fração industrialista da burguesia em 1954 ainda não tinha plena noção de seus interesses peculiares de classe, e enquanto elite econômica tendia a se identificar com os outros extratos dominantes contra as massas populares. O ponto nodal da disputa entre as frações burguesas o Estado populista se relacionava à política cambial e ao protecionismo ou não do mercado interno. De acordo com Moisés, diante da necessidade de atrair as massas trabalhadoras, Vargas chegou a tentar uma radicalização do discurso de conciliação, mas além de obter pífios resultados no que tange à política de massas, “o tom nacionalista de Vargas e os seus constantes apelos às massas trabalhadoras alarmava a burguesia e todo setor conservador”<sup>116</sup>. A encruzilhada política vivida pelo precursor do populismo foi capitalizada politicamente pela frente classista ligada aos interesses agroexportadores, que Demian Melo classifica como “partido liberal-oligárquico”, de acordo com este autor, essa frente classista, tomada como partido dentro da acepção gramsciana representava a “nostalgia da República Velha” e nesta condição posicionava-se contrariamente ao fortalecimento do poder de

---

Armando. *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, coleção Tudo é história, 1982. Pag.31.

<sup>114</sup> Ibid. Pag. 32

<sup>115</sup> Ibid. Pag. 20

<sup>116</sup> MOISÉS, 1978. Op cit. Pag. 77.

cidadania e participação política para as camadas populares do campo e da cidade. Assim, para Melo, o movimento de Getúlio no sentido de buscar aproximação com as camadas populares teve como um de seus efeitos diretos, aumentar a oposição que esta frente lhe fazia:

O sentido de classe da ação deste partido fica evidente quando se observa que nos momentos em que o cesarismo de Vargas mais se aproximou da variante progressista, o partido liberal-oligárquico unificou a classe dominante na oposição. Foram, não por acaso, estes setores que desenvolveram campanha contrária ao monopólio estatal do petróleo e pela demissão de Goulart no ministério do Trabalho<sup>117</sup>.

O isolamento do Estado populista veio a se tornar mais drástico com a greve dos 300 mil, realizada em São Paulo no ano de 1953. Boito Junior opina que essa greve, na qual o PCB sob a linha do Manifesto de Agosto<sup>118</sup> exerceu grande liderança, pressionou diretamente o governo de Vargas, pressionando-o para uma definição de classe. A atitude dúbia de Getúlio que misturava repressão e cumplicidade sob a forma de demagogia acabou por unificar contra si os principais setores da burguesia e das oligarquias dominantes, a classe média alta, grande parte dos funcionários públicos e profissionais liberais, além de contribuir para afastá-lo das massas operárias. Em síntese, a greve dos 300 mil isolou o governo Vargas das principais Classes sociais. No parlamento, a oposição dirigida pela UDN se radicalizava, acusando o governo de ser o promotor da greve, buscando atrair para a oposição, com relativo sucesso, o setor da burguesia industrial. Segundo Moisés, setores da imprensa repercutiam as acusações feitas no parlamento pela oposição, denunciando um suposto “plano de intervenção federal em São Paulo e que usaria a greve como pretexto.<sup>119</sup>” A partir da oportunidade aberta com essa crise, para Boito, é que “a conspiração golpista dava os primeiros passos.<sup>120</sup>”

---

<sup>117</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 59.

<sup>118</sup> O Manifesto de Agosto constitui um momento de inflexão à esquerda do PCB. A pressão para a guinada à esquerda veio das bases do partido, mas sofreu também interferências externas expressas no recrudescimento da guerra fria e no Brasil pela perda da legalidade do partido em 1947. No Manifesto de Agosto, os comunistas advogavam a ruptura com Vargas, a quem acusavam de serviçal do imperialismo, da burguesia, do latifúndio, etc. A linha do Manifesto de Agosto contrasta com a postura bastante moderada que o PCB adotou especialmente a partir dos últimos anos do Estado Novo e na opinião de Antônio Carlos Mazzeo constitui: “um hiato da linha política implementada Pelo PCB após 1945”. MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp-Marília-Publicações, São Paulo, Boitempo, 1999. Pag.74 Mais informações sobre o manifesto de agosto em: GORENDER, Jacob, *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática: 1998; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993; VINHAS, 1982. Op cit.

<sup>119</sup> MOISÉS, 1978. Op cit. Pag. 84.

<sup>120</sup> BOITO JUNIOR, 1982. Op cit. Pag. 74

Para Moisés, a greve dos 300 mil marca o momento da crise do modelo populista de Vargas quando: “o ‘Estado de Compromisso’ que tinha sido resultado da Revolução de 30 apresentava-se agora incapaz de absorver, como costumava fazer antes, as pressões que vinham de todos os lados. Vargas, que o personificava, estava isolado e encostado na parede.<sup>121</sup>” Esse enorme movimento paredista foi para este autor o ponto de chegada de um movimento de ruptura com a política de conciliação populista de Vargas já em processo há pelo menos um ano, o “Movimento de 1953 ocorreu depois de uma série de greves, no ano anterior.<sup>122</sup>” A greve foi construída a partir dos sindicatos oficiais, mas um dos alvos principais de suas críticas foi justamente a Delegacia Regional do Trabalho, expressão do sindicalismo oficial. A disposição inicial dos empresários era recusar qualquer aumento e antes de sua eclosão chegaram a se negar a iniciar negociações com os trabalhadores. Diante da intransigência patronal, o movimento foi deflagrado em 26 de março de 1953, inicialmente a partir dos trabalhadores têxteis. Mas em poucos dias recebeu a adesão de várias categorias, tais como metalúrgicos, marceneiros, gráficos, trabalhadores da indústria do papel e de gorduras comestíveis, etc. Como se fosse pouco congregaram várias categorias numa luta unificada, o movimento se estendeu para outras cidades do Estado de São Paulo e exerceu influência mesmo em outros estados, como no Rio de Janeiro, por exemplo. A greve foi dirigida politicamente pelo PCB, em linha de oposição a Vargas, mas havia na base do movimento uma radicalização que ia à frente mesmo do partido comunista<sup>123</sup>. Os tradicionais pelegos tentaram intervir, chegaram conseguir impedir que algumas categorias ingressassem no movimento em troca de aumentos salariais de em torno de 20% e a tentar intervir na negociação dos trabalhadores que seguiam em greve, mas sua influência foi praticamente ignorada por estes. A Delegacia Regional do Trabalho tentou caracterizar a greve como ilegal, com base no decreto 9.070<sup>124</sup>, mas os sindicatos também fizeram a disputa jurídica e alegaram a inconstitucionalidade do referido decreto-lei. O radicalizado movimento, que durou cerca de um mês e foi marcado por várias prisões e enfrentamentos com a polícia, significou para as classes dominantes a prova de que Vargas já não podia controlar o movimento sindical.

---

<sup>121</sup> MOISÉS, 1978. Op cit. Pag.125.

<sup>122</sup> Ibid. Pag. 81.

<sup>123</sup> Ibid. pag. 92.

<sup>124</sup> Este decreto, da época do governo Dutra praticamente inviabilizava a realização de qualquer greve e foi aplicado com truculência pelo então presidente e ex-ministro da Guerra de Vargas, encontra-se disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126565/decreto-lei-9070-46>, acesso em 20 de março de 2013.

A atuação de Vargas foi marcada pela dubiedade, na tentativa de não se afastar definitivamente dos segmentos dominantes e também não destruir suas bases operárias. Na tentativa de enfraquecer o movimento nos seus dias iniciais, prometeu, através de seu Ministro do Trabalho Segadas Viana, realizar estudo para aumento do salário mínimo para o ano 1955<sup>125</sup>”, mas a ação foi completamente ineficaz, em primeiro porque o aumento do salário mínimo tinha sido uma proposta de campanha de Vargas, já se vivia o segundo ano de seu governo e diante da radicalização do movimento, sua proposta era apenas um “estudo de aumento” para dali a dois anos. O movimento esteve associado a uma insatisfação social que estava presente muito além do expressivo número de trabalhadores que a ela aderiram. Em função desta conjuntura de crise, outras manifestações e episódios da luta de classe se deram no bojo de sua articulação, tais como as chamadas passeatas da panela vazia: “Essas manifestações, que ficaram conhecidas pelo nome de passeatas da panela vazia, levaram entre final de 1952 e meados de 1953, quando ocorreu a greve dos 300 mil, cerca de 500 mil pessoas às ruas do Rio e em São Paulo para reclamar do aumento do custo de vida <sup>126</sup>”. A greve teve suas dimensões e características precisamente pela combinação entre ascenso popular, motivado pelo recrudescimento das condições econômicas, e organização sindical de base independente: “As comissões de base prepararam a sua deflagração” <sup>127</sup>. Essas organizações de base, para além do mérito de terem pautado a construção deste movimento, também contribuíram fortemente para o aumento da consciência de classe em prejuízo da noção de “harmonia social” que caracteriza o pacto populista<sup>128</sup>. Desta forma a greve marcou o início da construção de uma estrutura sindical paralela, sendo uma das consequências mais diretas do movimento a evolução em qualidade da organização sindical classista. Das comissões locais de greve se articulou a criação de uma “comissão intersindical de greve”, que se constituiu numa estrutura supra-sindical, que se colocava em importância e autoridade acima dos sindicatos de qualquer das categorias em luta. A presença de lideranças dos trabalhadores que não faziam parte de diretorias sindicais é um bom indicativo de como esse movimento tornou limitados os atestados de ideologia então exigidos para a eleição nestas entidades como forma de isolar os comunistas. Da comissão intersindical de greve, surgiu ainda no bojo da mobilização paredista o primeiro organismo permanente de mobilização independente

---

<sup>125</sup> MOISÉS, 1978. Pag. 82.

<sup>126</sup> Ibid. Pag. 142.

<sup>127</sup> Ibid. Pag. 139.

<sup>128</sup> Ibid. Pag. 141.

da estrutura sindical oficial: o “Pacto dos Quatro Sindicatos”<sup>129</sup>. Este organismo em 1954 evoluiu para dar origem ao Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que pouco depois, em associação com sindicatos do Rio de Janeiro evoluiu para o Pacto de Unidade de Ação (PUA), peça importante para a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), elemento fundamental para se compreender o aguçamento da crise de regime até 1964.

Moisés ressalta várias vezes a importância da linha de ação do PCB na direção da greve. A opção por uma política de enfrentamento e mobilização de classe, malgrado alguns equívocos conceituais, foi muito eficiente para essa organização no sentido de romper o isolamento deste partido em relação à classe que se propunha a representar:

A orientação política adotada pelo partido não tinha possibilidades de oferecer uma perspectiva profícua que fosse capaz de romper com espontaneidade, pois a estratégia de conciliação de classes que ele adotara, de colaboração de classes, conflitava com as exigências de uma política que respondesse aos interesses econômicos corporativos das massas trabalhadoras<sup>130</sup>.

A linha de oposição a Vargas naquele momento, contudo, não era acompanhada de uma proposta de construção de um sindicalismo realmente independente. Em boa medida, a ação desta organização estava orientada no sentido do reforço de sua influência nos sindicatos oficiais<sup>131</sup>. Ainda que dentro de um objetivo que claramente contribuía para o enfraquecimento da organização independente da classe trabalhadora em momento posterior, a atuação dos comunistas na construção de comissões de empresa possibilitou neste momento um salto na organização dos trabalhadores, bem como a diminuição da influência dos sindicatos oficiais e dos pelegos na direção do movimento:

A atividade organizatória dos comunistas teria logrado criar cerca de 500 comissões que, de outra parte, coerentemente com a linha sustentada pelo PC de penetrar na estrutura oficial, teria facilitado a tarefa de sindicalizar um grande número de trabalhadores que, até então, ainda não tinham se associado aos sindicatos de suas categorias.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> *ibid.* Pag. 147.

<sup>130</sup> *Ibid.* pag. 130.

<sup>131</sup> *Ibid.* pag. 133.

<sup>132</sup> *Ibid.* pag. 137.

No interior do governo, a aproximação do PSD à oposição udenista se refletiu em grande divisão e mútuas acusações. A realização de uma reforma ministerial se tornava uma alternativa inevitável. O próprio Ministro do Trabalho se tornou representante da ala dissidente do PSD<sup>133</sup>. É neste momento que um pouco conhecido político gaúcho dá seus primeiros passos rumo a uma projeção nacional. João Goulart foi nomeado para o ministério do trabalho no momento em que a crise entre o governo Vargas e o movimento sindical chegou a seu momento mais crítico, em junho de 1953. Neste momento o então Ministro do Trabalho José Segadas Viana estava em conflito aberto com a greve dos marítimos que acontecia no Rio de Janeiro, Santos e Belém. O ministro ameaçou se utilizar de dispositivo legal criado durante a Segunda Guerra Mundial e ainda não revogado, que permitia convocar a Marinha Mercante como reserva da Marinha de Guerra, e assim obrigar aos trabalhadores a retornar ao trabalho com base na disciplina militar. Os que se recusassem ao retorno às atividades seriam acusados de deserção. Entendendo que o conflito protagonizado por Segadas Viana poderia enfraquecer todo o “esquema sindical” de Vargas, Goulart entrou em conflito público com José Segadas Viana mesmo antes de ser indicado para assumir a pasta do trabalho no lugar deste. Na qualidade parlamentar reconhecidamente próximo do movimento sindical, as negociações entre Goulart e os marítimos já estavam se dando de forma paralela às medidas do titular da pasta do trabalho. Para se sustentar no poder, Vargas precisava se reaproximar das massas, a nomeação de Jango estava em consonância com essa tática, isso consistiu na interpretação de Boito, numa “radicalização do populismo”<sup>134</sup>. Como observa José Álvaro Moisés: “vendo fenecer a sua velha autoridade e tendo que antagonizar com a oposição formada pelos setores mais ortodoxos do PSD dentro de seu próprio governo (...) Vargas voltou-se para as massas populares”<sup>135</sup>. Não por acaso, conforme artigo de Ângela de Castro Gomes<sup>136</sup>: “uma das reivindicações era justamente a nomeação do presidente do PTB para o cargo de ministro”<sup>137</sup>. Para esta autora, naquela ocasião “Goulart já era identificado para o

---

<sup>133</sup> Embora José segadas Viana fizesse parte do PTB e fosse mesmo um de seus fundadores. Mais informações in: KORNIZ, Mônica. *Verbetes: Viana, segadas (dep)*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDC/FGV, disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. acesso em 12 de maio de 2012.

<sup>134</sup> BOITO JUNIOR, 1982. Op cit. Pag. 76 e seguintes.

<sup>135</sup> MOISÉS, 1978. Op cit. Pag 77.

<sup>136</sup> Acreditamos que nossa divergência com a referida autora no que tange aos conceitos de trabalhismo e populismo não invalida sua contribuição neste aspecto em particular que está sendo tratado nesta seção.

<sup>137</sup> GOMES, Angela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006. Pag. 41.

bem e para o mal, como um líder partidário de grande penetração na classe trabalhadora”<sup>138</sup> Assim, a nomeação de Jango “explicita o apoio que Vargas se dispunha a dar a essa nova estratégia de aproximação com os trabalhadores e suas lideranças”<sup>139</sup>. Como observa Kenneth Paul Erickson, a intervenção de Goulart na crise aberta com a greve dos Marítimos foi articulada com o próprio presidente, e marcou o momento da guinada populista à esquerda do governo Vargas:

O Estilo populista de Goulart ficou evidente quando ele apoiou uma greve de marítimos, contra a qual se opunha o Ministro Segadas Viana, em junho de 1953. Isto ocorreu num momento em que Goulart residia no palácio presidencial, tornando clara a posição de Getúlio no conflito. Segadas, em vista disso, renunciou e Goulart foi nomeado.<sup>140</sup>

Assumindo o Ministério, em dois dias a greve chegou ao fim. Não antes que o novo ministro atendesse a maior parte de suas reivindicações. A forma como o conflito foi encerrado gerou conflitos dentro do próprio ministério varguista, em especial com o Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, então empenhado no corte de gastos com essa categoria. A greve terminou entre os dias 22 e 26 de abril (nem todas as categorias voltaram juntas), mas não antes que o governo atendesse a exigência de libertar todos os trabalhadores presos durante o processo e dar garantias contra futuras perseguições. Os trabalhadores reivindicavam aumento salarial de 60%, a maioria das categorias conseguiu 32%, mas os gráficos “permaneceram em greve até o dia 26 de abril, obtendo um aumento de aproximadamente 70%”<sup>141</sup>. Em meio a esta radicalização da luta social, a própria atividade repressora do Estado contribuiu para que a consciência de classe emergisse com mais força. A exigência de que os trabalhadores presos durante o movimento fossem soltos como condição para o retorno ao trabalho, na opinião de Moisés, por exemplo: “impunha uma condição mais geral que dizia respeito à identidade da massa envolvida no movimento como classe”<sup>142</sup>.

Embora fosse grande a influência de Goulart sobre os principais sindicatos, não pôde impedir o aumento das pressões destes sobre o governo. A situação de defasagem salarial e o agravamento da economia em 1953 deram ensejo a um crescente movimento

---

<sup>138</sup> Ibid. Pag. 35.

<sup>139</sup> Ibid. pag. 36.

<sup>140</sup> ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979. Pag 94.

<sup>141</sup> Ibid. pag. 91.

<sup>142</sup> Ibid. pag. 147.

de pressão por parte do movimento sindical, de modo que o objetivo de que Goulart na qualidade de titular da pasta do trabalho funcionasse como força de contenção e colaboração de classes não foi plenamente atingido. Uma das principais reivindicações dos sindicatos era a recomposição salarial. Em janeiro de 1954, visando à reaproximação com os principais sindicatos e a classe trabalhadora em geral, e num momento em que a oposição udenista liderada pelo deputado Carlos Lacerda chegava próximo do insuportável, Jango iniciou os estudos para o projeto de lei que seria o pretexto para sua queda: o aumento de 100% do salário mínimo. Essa proposta não era nova, o PCB já vinha dirigindo uma campanha neste sentido desde o segundo semestre de 1953<sup>143</sup>. O impacto de um reajuste deste tamanho, significava um aumento real de cerca de 54%<sup>144</sup>, e era sem dúvida fator de fortalecimento do governo frente à classe operária, malgrado tivesse efeito inversamente proporcional entre os segmentos dominantes. Segundo Ferreira, o salário mínimo, que valia 1.200 cruzeiros, passaria a valer 2400, “o equivalente ao saldo de um segundo tenente do Exército<sup>145</sup>”. Goulart foi atacado no bojo do movimento de oposição a Vargas. A questão foi utilizada também no âmbito da oposição militar por membros da Cruzada Democrática para mobilizar parte da oficialidade contra Vargas, mas quem foi diretamente atingido foi Jango. Os oficiais mobilizados afirmavam que um aumento deste porte faria um trabalhador não qualificado ganhar quase o mesmo que um profissional de nível superior. E especialmente no que toca à instituição militar, significaria um grande ataque a seu status. Um grande estímulo ao abandono da carreira das armas, na medida em que muitas outras categorias atingiriam ganhos equiparáveis ou até superiores aos oficiais militares<sup>146</sup>. Em 8 de fevereiro de 1954 um grupo de 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis, na maioria ligada à Cruzada Democrática, lançou o “Memorial dos Coronéis”, documento que expunha as principais críticas ao governo de Getúlio, mas que tinha o foco no Ministério do Trabalho e especialmente em Jango. A assinatura de alguns oficiais não alinhados (como o General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, por exemplo) é um indicativo de como aquele grupo estava conseguindo influenciar e mobilizar setores independentes dentro da caserna. Octávio Ianni percebe neste movimento da direita militar a expressão parcial da insatisfação dos setores médios com a movimentação das classes subalternas. Desta forma, o “Memorial dos Coronéis” não

---

<sup>143</sup> BOITO JUNIOR, 1982. Op cit. Pag. 94

<sup>144</sup> BOITO JUNIOR, 1982. Op cit. Pag. 95

<sup>145</sup> FERREIRA, 2012. Op cit.

<sup>146</sup> Ver: SKIDMORE, 1982, op cit.

deve ser desassociado desta insatisfação de classe, embora ressalte que não se podem resumir todos os seus significados neste aspecto. Para este autor, a classe média foi o setor da sociedade que melhor recebeu a doutrinação para o autoritarismo e para o golpe de Estado. Os fenômenos populistas de direita tais como o janismo, lacerdismo, ademarismo seriam variantes golpistas da política de massas a exprimir a insatisfação das camadas médias. O móvel da mobilização deste setor era principalmente o receio de que a mobilização das classes trabalhadoras viesse a impedir suas ambições econômicas: “Por isso, [a classe média] vê nas lutas e reivindicações do proletariado um perigo para suas ambições. A massa operária atemoriza a massa da classe média”<sup>147</sup>. Esse temor foi agravado pela distância sentida entre as aspirações econômicas desta classe e a impossibilidade de realização do nível de status social e consumo realmente existentes. Essa frustração contribuía para que a desconfiança para com a mobilização das camadas populares se tornasse ainda mais aguda.

Jango foi demitido do Ministério do Trabalho em meio a essa crise, mas a indisposição de todo um leque de oficiais contra seu nome permaneceria. A mobilização militar empreendida pela Cruzada Democrática contra o Ministro do Trabalho foi o primeiro enfrentamento sério de afilhado de Vargas com a direita militar. João Goulart, de características conciliadoras, chegou a tentar aproximação com alguns desses oficiais<sup>148</sup>, malgrado algum sucesso com indivíduos isolados, enquanto facção militar, o grupo da Cruzada Democrática sempre se bateu contra a imagem de João Goulart, sua trajetória e seu significado. Mais tarde, na “Campanha da Legalidade<sup>149</sup>”, em 1961, como na campanha para a antecipação do plebiscito<sup>150</sup>, em 1962, o combate à oposição foi ao mesmo tempo a tentativa de enfraquecer e isolar estes setores.

Atacado duramente pela oposição, a passagem de Jango pelo Ministério do Trabalho marcou não apenas a consolidação de seu nome como figura pública nacional,

---

<sup>147</sup> IANNI, 1971. Op cit. Pag. 131.

<sup>148</sup> Especialmente Amaury Kruehl, que era o primeiro signatário do manifesto militar e meses mais tarde tornou-se amigo e depois compadre de Jango, Ver a este respeito: JUREMA, Abelardo de Araujo. *Juscelino & Jango. PSD 7 PTB*. Rio de Janeiro, Artenova, 1979. Pag. 226-230;

<sup>149</sup> Neste momento Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente da República, e seus ministros militares tentaram impedir a posse de João Goulart, que era o Vice-Presidente constitucional.

<sup>150</sup> João Goulart conseguiu assumir, depois de uma grande mobilização civil e do setor nacionalista das Forças Armadas. Mas Jango aceitou algumas imposições dos que tentaram lhe impedir de assumir o cargo. A principal delas foi a emenda parlamentarista, segundo a qual o novo presidente governaria sob um regime parlamentar até pelo menos nove meses antes das eleições de 1965, quando seria realizado um plebiscito para que a população deliberasse acerca da continuidade ou não desta forma de governo. Tão logo assumiu Goulart, juntamente a seus correligionários civis e militares, se mobilizou para antecipar o plebiscito, e neste ponto contou com grande oposição. A antecipação do plebiscito foi afinal aprovada em setembro de 1962, e o plebiscito realizado em janeiro de 1963. Nele, foi restaurado o sistema presidencialista.

como também os processos que, dali em diante iriam servir de argumento para a oposição feroz que a direita militar, especialmente a Cruzada Democrática, lhe fariam até sua morte<sup>151</sup>. Por seu perfil e por sua trajetória de aproximação com os sindicatos, Jango foi um ministro que se notabilizou pela tentativa de diálogo com as entidades e lideranças populares. Foi sob sua gestão que se falou pela primeira vez em extensão dos direitos trabalhistas ao campo<sup>152</sup>. Um pouco da fama de esquerdista que Jango amealhou junto aos setores mais conservadores pode ter se dado em função mesmo de suas atitudes democráticas, como o cumprimento da lei que revogou a exigência de “atestado ideológico” para compor diretorias sindicais e a diminuição da tradição intervencionista que o Ministério do Trabalho ainda tinha quando se tratava de sindicatos importantes<sup>153</sup>. Gomes observa que o estilo pouco burocrático do ministro Goulart e sua prática de receber sindicalistas em grande quantidade e com muita frequência incomodava mesmo seus subordinados no ministério. Ainda que essa prática não significasse identidade ideológica ou mesmo compromisso com estes setores, indubitavelmente marcou nas elites dominantes a imagem de Goulart como “o orientador oficial desses novos emissários da desordem e da agitação”<sup>154</sup>. Não como Ministro do Trabalho, mas como o “ministro dos trabalhadores, pior ainda, dos maus trabalhadores”<sup>155</sup>. Goulart mais do que herdeiro de Getúlio passou a ter sua imagem associada ao nascimento do sindicalismo independente e do CGT. Não por acaso, nos momentos decisivos do golpe em março de 1964, várias vezes lhe foi exigido como condição para sua permanência no poder declarar ilegal esse organismo supra-sindical.

Além da sua alegada aproximação com o sindicalismo independente, Mário Grynzpan destaca mais um dos aspectos fundamentais para o desgaste de Goulart com uma fração significativa das classes dominantes: a questão agrária. Esse aspecto ganha relevância justamente porque um dos pontos intocados no pacto populista de Vargas era a propriedade da terra e submissão do trabalhador do campo. Já em sua experiência como Ministro do Trabalho, a questão agrária foi um ponto importante para a oposição

---

<sup>151</sup> FERREIRA, 2012. Op cit.

<sup>152</sup> Ibid. pag. 49.

<sup>153</sup> Essas ações não expressam necessariamente uma opção de Goulart contra as práticas do sindicalismo de Estado, há que se notar que no contexto em que assumiu o Ministério do Trabalho, a conjuntura não lhe permitia prosseguir nesse tipo de relação com os sindicatos então em momento de crise com o pacto populista e em parte em função da atuação do PCB, como ressalta Moisés: “A oposição do PC a Vargas iria colaborar para que a classe trabalhadora desenvolvesse um grau de independência e autonomia em relação ao governo maior e em certa medida, ao Estado”. MOISÉS, 1978. Op cit. Pag. 78.

<sup>154</sup> GOMES, 2006. Op cit. Pag.50.

<sup>155</sup> Ibid. pag. 51.

que teve do conjunto das frações burguesas. Para o autor em questão, Goulart não era o agente da politização camponesa. Posição que também encontramos em Octávio Ianni, para quem: “É a mudança da situação [relações de trabalho] que favorece o aparecimento de fatores e condições jurídicos e políticos nas tensões surgidas com os proprietários de terras. Em certo sentido, está em curso a proletarização do trabalhador agrícola”<sup>156</sup>. A atenção que o Ministério do trabalho dispensou a esta questão se deve em grande parte a um movimento já existente de ruptura com os padrões tradicionais de dominação, do qual a política do ministro era apenas uma de suas expressões. Mas é fato que sob sua gestão, um número significativo de sindicatos rurais foi reconhecido. Assim como também é fato que tal atitude não teve continuidade nos ministérios posteriores, inclusive sob o governo de Juscelino Kubitschek (o qual analisaremos em seguida) sob o qual pesaram severas críticas dos movimentos camponeses na ocasião da II Conferência Sindical Nacional, realizada em 1959, “quando o então ministro Fernando Nóbrega foi apontado como responsável, dizia a denúncia, pela sustação do registro de mais de 40 sindicatos já organizados e que apenas aguardavam o reconhecimento”<sup>157</sup>.

O movimento de proletarização e suas consequências no aguçamento das tensões no campo estão na base do surgimento e consolidação de algumas principais lideranças surgidas na década 1954-64, tais como Francisco Julião e Miguel Arraes. Sobre o segundo, em especial, Ianni observa que: “o trabalhismo de Arraes repetia no Nordeste o que a Revolução de 30 havia possibilitado (e em boa parte concretizado) nas principais regiões do Centro-Sul. Em outras palavras, a política de massa e getulismo chegam ao Nordeste e às áreas rurais do País com décadas de atraso”<sup>158</sup>. Goulart, já em 1954 percebeu o movimento de radicalização política nas regiões rurais e agiu no sentido de estender a influência que o Estado já possuía sobre uma grande fração do sindicalismo urbano para as massas rurais. A ampliação do pacto populista aos trabalhadores do campo significava simplesmente a intenção de incorporá-los ao sindicalismo de Estado e esvaziar a polarização de classe<sup>159</sup>. Todavia esse movimento que no fundo era populista e não necessariamente comprometido com mudanças profundas, não foi percebido assim pelas classes dominantes, sobretudo as oligarquias

---

<sup>156</sup> IANNI, 1971. Op cit. Pag. 82.

<sup>157</sup> GRYNZPAN, Mário. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006. Pag. 65

<sup>158</sup> IANNI, 1971. Op cit. Pag. 86,7.

<sup>159</sup> Ibid. pag. 88.

agrárias que investiram severamente contra essa atitude, aumentando a oposição para com Goulart naquele e nos momentos posteriores.

O projeto de extensão do sindicalismo de Estado seria retomado quando do período presidencial novamente com a mesma oposição das oligarquias rurais. Neste momento, a radicalização das lutas no campo, que evoluíram em parte pelo abandono que o Estado populista as relegou, já não permitia colocar a luta política em termos da harmonia entre classes. A ruptura entre os segmentos rurais já era ignorável, de modo que não restou ao governo em princípios da década de 1960 nada menos que reconhecer o conflito institucionalmente. Gryspan observa que em 1962 foram emitidas várias portarias presidenciais que modificavam qualitativamente a organização dos sindicatos rurais. Se até aquele momento, pequenos e grandes proprietários eram tomados como sendo uma só categoria de “proprietários”, a nova configuração permitiria que os primeiros fossem considerados trabalhadores e constituíssem juntamente aos meeiros, parceiros e agricultores de todas as espécies, sindicatos com perfil mais definido de classe. O autor enfatiza que semelhante procedimento não traduzia uma opção ideológica de Goulart em favor das populações do campo. Muito pelo contrário, as novas regras visavam favorecer a criação de entidades rurais que pudessem rivalizar e diminuir a influência das Ligas Camponesas, um movimento de radicalização que só fazia crescer com a legislação defasada das relações trabalhistas no campo. Nesse sentido, a futura criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), do Departamento de Promoção e Organização Rural (Depror), o projeto de extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo e mesmo a proposta de reforma agrária e direito de voto aos analfabetos, longe de pretenderem aumentar a radicalização política no campo, visavam ao oposto, isto é, cooptar e manter sob limites institucionais a questão agrária, mediante pequenas concessões. Com efeito, a criação de várias instituições e movimentos identificados com a questão agrária, como a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), do MEB (Movimento de educação de Base), a juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) entre outros foram razoavelmente eficientes em diminuir o espaço das Ligas Camponesas<sup>160</sup>. Não obstante, o radicalismo representado pelas Ligas Camponesas não foi anulado pelas suas concorrentes. Justamente porque estas se constituíam numa expressão de um movimento de classe, as novas entidades em graus diversos foram

---

<sup>160</sup> GRYNZPAN, 2006. Op cit. Pag. 71.

também “contaminadas” de forma que o objetivo de manipulação dos movimentos camponeses, tal como o de controle das classes trabalhadoras urbanas, fracassou.

No plano militar, o setor da Cruzada Democrática intensificou a oposição a Getúlio. Segundo Paul Manor, já em dezembro de 1953, o presidente do Clube Militar, General Alcides Etchegoyen, lançou um manifesto em nome da corrente atacando duramente o presidente da República, seu estilo personalista, seu paternalismo com os sindicatos e sua tendência para a centralização do Estado. Ainda de acordo com o mesmo autor, esse manifesto foi assinado, entre outros, pelos generais Manuel Henrique Gomes, Osvaldo Nunes dos Santos, Humberto de Alencar Castelo Branco, Sizeno Sarmiento, Olímpio de Sá Tavares, dos coronéis Antonio Marques de Amorim, Clóvis Bandeira Brasil, dois majores Jarbas Passarinho, Carlos Meira Mattos e do capitão Odim de Albuquerque Lima, todos conhecidos membros da Cruzada Democrática. No total, o documento foi assinado por cerca de 70 oficiais<sup>161</sup>.

Nas eleições para o Clube Militar em 1954, o grupo da Cruzada Democrática consegue, ser reconduzida para a direção da instituição. Nesta segunda composição, o presidente do Clube foi o General Canrobert Pereira da Costa (ex-ministro da Guerra de Dutra) e Juarez Távora para a vice-presidência. A vitória desta corrente militar para a direção do Clube foi um problema adicional para Getúlio, pois significava a permanência da oposição militar no comando dos principais postos da hierarquia, fato do qual Getúlio tinha sua parcela de responsabilidade, e também no principal organismo de expressão política militar.

A última fase do governo Vargas foi marcada por intensa crise política. Em 5 de agosto de 1954, o jornalista Carlos Lacerda, tido como o crítico mais ácido do Getúlio sofre um atentado em frente de sua residência, no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. O atentado não é bem sucedido, Lacerda sai com um ferimento em seu pé direito somente. Mas o major Rubens Florentino Vaz perdeu a vida neste atentado. As investigações posteriores revelaram o envolvimento de Gregório Fortunato, chefe da segurança de Vargas. Inevitavelmente, o presidente da república foi diretamente associado ao atentado. Uma mobilização militar sob a liderança de oficiais da Aeronáutica para uma nova derrubada de Vargas começa imediatamente a se organizar. Antecipando-se aos acontecimentos, Vargas decide se suicidar, acusando em

---

<sup>161</sup> MANOR, Paul La Cruzada Democrática un groupe militaire de pression de La droite libérale dans l'armée brésilienne, 1952-1962 IN Revue Française d' Histoire D'Outre-mer, Paris Tome LXVI, 1979, pag.435-460

seu “testamento”, as forças que lhe faziam oposição. A repercussão popular do suicídio de Getúlio foi uma das maiores do país até aquele instante. Como observa Souza: “as circunstâncias em que se deu a morte de Getúlio Vargas ocasionaram um evidente enfraquecimento da UDN e uma reabilitação também conjuntural da aliança PSD-PTB”<sup>162</sup>. No plano militar, como observa Peixoto, também a Cruzada Democrática seria enfraquecida, de modo que sua vitória nas eleições daquele ano para o Clube Militar seria “a última de uma longa série de derrotas sofrida pela corrente nacionalista”<sup>163</sup>, a qual viria a recuperar o controle do clube em 1956 e mantê-lo até 1962.

A substituição de Getúlio por seu vice-constitucional, o potiguar João Café Filho, recolocaria temporariamente no poder os interesses da burguesia nacional e associada. O desafio para estes, era evitar que o populismo varguista retornasse ao centro de poder através de alguns de seus herdeiros políticos. Mas as eleições presidenciais de 1955 novamente foram polarizadas por um militar conservador - Juarez Távora, pela UDN – e um herdeiro do populismo varguista – Juscelino Kubitschek, do PSD. Novamente o herdeiro de Vargas foi vencedor do pleito por grande vantagem sobre o seu concorrente. Para Vice-Presidente foi eleito João Goulart, do PTB, herdeiro de Vargas ainda mais comprometido com sua herança populista.

### **Segunda tentativa de golpe.**

Juscelino não havia vencido seu oponente por uma maioria de 50% mais um. Sendo assim, setores da UDN, apoiados por elementos da Cruzada Democrática se manifestaram publicamente contra a posse de Juscelino Kubitschek sob a alegação que o presidente eleito não atingira a maioria absoluta. Assim que assumiu o poder, Café Filho convidou para a pasta da Guerra o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Este oficial era tido por seus pares como um “apolítico”, e foi convocado para o ministério por essa fama e por ter, apesar dela, assinado o Memorial dos Coronéis, em 1954. O novo ministro, em que pese a importância que viria a desempenhar caso o exército tomasse posição contra a posse do presidente eleito, não seguiu a interpretação de seus companheiros de governo no que tangia à tese da maioria absoluta como exigência para a posse de Juscelino Kubitschek. O ministro da Guerra não demoraria a ficar isolado em sua função.

---

<sup>162</sup> SOUZA, 1976. Op cit. Pag. 146.

<sup>163</sup> PEIXOTO, 1980. Op cit. Pag. 101.

Tudo começou com um incidente de natureza disciplinar envolvendo o então coronel Jurandir Bizarria Mamede. Este coronel teria feito um discurso de natureza política defendendo o impedimento da posse de Juscelino Kubitschek durante o funeral do general Canrobert Pereira da Costa. A atitude de Mamede constituía um ato de indisciplina, posto que na presença de oficiais mais graduados na ocasião, caberia ao mais graduado se pronunciar, e não a um coronel. O desrespeito ao protocolo incomodou ao ministro mais que o conteúdo do discurso. Determinado a aplicar as punições regulamentares, o general ministro não encontrou apoio em nenhum de seus colegas de governo, solicitou audiência com Presidente da República. Nesse ínterim, Café Filho foi afastado do cargo em função de um suposto ataque cardíaco, assumindo no seu lugar, o então Presidente da Câmara dos Deputados, o pessedista Carlos Luz, que também conspirava contra a posse de seu companheiros de partido Juscelino Kubitschek. No dia de sua audiência, o Ministro da Guerra chegou a ser posto para esperar duas horas antes de ser atendido pelo presidente em exercício. Depois de ter seu pedido de punição a Mamede negado por este, pediu demissão de sua função. Essa solicitação foi prontamente aceita. Para substituí-lo no dia seguinte foi escolhido o general Álvaro Fiúza de Castro, membro da Cruzada Democrática e partidário do impedimento ao presidente e vice-presidente eleitos.

Neste momento, a posse de Juscelino Kubitschek – assim como a de seu vice, João Goulart – corria grande risco de não se concretizar. O desfecho final desta crise dependeu de um contragolpe preventivo liderado pela ala nacionalista das Forças Armadas (em especial, pelo Exército), no qual intervieram razões de ordem política e militar<sup>164</sup>.

O subordinado imediato de Lott, general Odílio Denys, até este momento um oficial considerado varguista, conseguiu convencer o ministro demissionário, a tomar a dianteira de um golpe preventivo. No dia 11 de novembro de 1955, as forças do exército ocuparam os principais pontos de segurança e neutralizaram mesmo a Marinha e a Aeronáutica. Na verdade Lott simplesmente executou um plano de emergência que já existia e precisava apenas de sua ordem para ser desencadeado. Em depoimento a Hélio Silva, o próprio general o descreve:

---

<sup>164</sup> O incidente disciplinar envolvendo o coronel Mamede e a forma como se processou o pedido de demissão por parte de Lott foi considerado por alguns setores do Exército como um desprestígio a essa instituição. Esse fator também influenciou para adesão de um setor “neutro” da oficialidade. Ver a este respeito as memórias do então general Odílio Denys: DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*, memórias: 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. Pag. 73 e seguintes.

Dei ordem ao general Denys que elaborasse ordens constituindo uma série de destacamentos, para que, se a ordem pública pudesse ser perturbada, imediatamente o exército intervisse e evitasse que a situação se agravasse. (...) Então, o general Denys e um auxiliar redigiram essas ordens, que foram trazidas a mim, e eu as examinei, fiz modificações na constituição dos destacamentos, depois disso, foram copiadas à máquina, seladas, guardadas, estavam prontas. De modo que nessa ocasião bastava distribuir as ordens que já estavam endereçadas aos comandantes, para imediatamente a tropa agir. E assim foi feito, e sem perda de tempo. O exército aqui, na I região militar, tomou todas as disposições necessárias. Agora, isso, eu sabia que iria se passar dessa maneira<sup>165</sup>.

Pressionado, o congresso aprovou o impedimento de Carlos Luz e empossou o deputado do PSD Nereu de Oliveira Ramos no cargo de presidente. Dias depois, novo impedimento diante da tentativa de Café Filho retornar à presidência. Nereu manteve Lott no cargo de ministro da guerra, que foi o homem forte militar da transição para o novo governo. O episódio da Novembrada, como ficou conhecido, foi mais um elemento de luta entre as facções militares que ira persistir ao longo da próxima década e polarizaria até 1964 as correntes militares. De acordo com Peixoto, os acontecimentos de 11 de novembro alteraram em qualidade a composição do setor nacionalista das Forças Armadas, que a partir deste momento, serão mais conhecidos por “legalistas” que nacionalistas:

O reencontro longamente esperado, da corrente nacionalista com uma fração da hierarquia faz-se então sob o pretexto da defesa da constituição. A aliança entre os setores fiéis a Lott e o nacionalistas é selada e Lott torna-se o chefe natural dessa nova corrente que é, sem qualquer dúvida, pelo menos de início, mais constitucionalista do que nacionalista<sup>166</sup>.

### **Divisão Burguesa x Militar durante os anos JK.**

O governo Juscelino Kubitschek não foi um governo de unidade militar. Apoiado pela ala nacionalista inicialmente, terminou por atrair a oposição de um setor desta diante de sua política econômica. Pelo mesmo motivo recebeu a oposição da Cruzada Democrática, mas com o desenrolar de sua gestão, muito dessa oposição se silenciou, ainda que não completamente. A situação da correlação militar será objeto de análise mais à frente. Do ponto de vista da relação com a burguesia, contudo, Juscelino Kubitschek esteve muito próximo do consenso, seu governo esteve inteiramente

---

<sup>165</sup> SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto alegre, L&PM, 1984. Pag. 119.

<sup>166</sup> PEIXOTO, 1980 (b) Op cit. Pag. 104.

dedicado a desenvolver este setor e atrair o capital externo com meio de adquirir tecnologia e *know how*. Apesar de sua maioria parlamentar, garantida pela coalizão PSD-PTB, o governo se empenhou em contornar o legislativo por meio da criação de instâncias de decisão paralelas, tais como os “grupos de trabalho”, compostos por técnicos e membros chaves das administrações públicas e os “grupos executivos” criados por decreto para aprovar pontos do plano de metas.

O projeto econômico e político conduzido pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), estruturado sob o “Plano de Metas”, alicerçava-se sobre uma política explícita de financiamento público do processo de industrialização no Brasil. Em traços gerais, delegava ao Estado investimentos na criação e desenvolvimento de infraestrutura e logística, além de políticas fiscais e cambiais para favorecer o fluxo de capitais externos no país. O “núcleo duro” do processo de industrialização, de produção de bens duráveis – notadamente a produção automobilística - caberia às multinacionais, ávidas por incentivos fiscais e exploração de uma jovem e mal remunerada força de trabalho nativa. Na esteira, e vinculada ao desenvolvimento da indústria de bens duráveis, ao capital nacional comportaria o desenvolvimento da indústria de bens não duráveis. Elemento importante a ser considerado no projeto do governo JK, o Estado deveria subsidiar, por diferentes mecanismos monetários, fiscais e de incentivos, o processo de industrialização de uma economia ainda predominantemente agrícola, voltada para a exportação, fonte fundamental de divisas do país com evidentes perdas por meio de trocas desiguais no mercado mundial. Como observa João Cardoso de Mello: “A entrada nessas indústrias, que exigiam um volume de capital inicial verdadeiramente extraordinário e o domínio de uma tecnologia extremamente complexa, só estava aberta à grande empresa multinacional ou à grande empresa estatal”<sup>167</sup>.

Nesse sentido, a economia brasileira enfrentava graves dificuldades com a queda vertiginosa dos preços do café no mercado internacional a partir de 1954. Além da perda de divisas de exportação de um de seus principais produtos é preciso agregar a intensificação de importação de máquinas, tecnologias e insumos, nos anos seguintes, para o processo de industrialização subordinada. Nesse sentido, segundo Luiz Orentein e Antonio Claudio Sochaczewsk, o saldo de divisas diminuiu progressivamente de

---

<sup>167</sup> MELLO, João Cardoso de, NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. Campinas- SP, editora da UNIFESP, 2009. Pag. 30.

mais de US\$ 1 bilhão em 1953 para menos de US\$ 400 milhões em 1959<sup>168</sup>. O “plano de metas” do governo JK, dependente e subordinado às relações de divisão internacional do trabalho tornou a manipulação de instrumentos monetários componentes importantes para composição de intercâmbio no mercado externo. Assim, com manejo do comércio exterior e de preços, de janeiro de 1959 a março de 1961, houve congelamento do câmbio na proporção de Cr\$ 100,00/US\$ (100 cruzeiros por dólar) enquanto os preços internos aumentaram em mais de 80 %, subsidiando, por meio inflacionário, a importação de produtos essenciais<sup>169</sup>. O mesmo processo, do ponto de vista interno, era fundamental para maximizar a exploração do trabalho e assegurar taxas expressivas de retorno rápido às inversões externas de capital e para tornar ainda mais atrativas instalações de empresas multinacionais no país. Nesse sentido, a industrialização acompanhada de processo inflacionário constituía elemento importante para extração de mais-valor e para elemento estruturante de inversão de capitais<sup>170</sup>. Outro elemento de estímulo à empresa privada era o crédito proporcionado pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e pelo Banco do Brasil, que promovia empréstimos de longo prazo com juros baixíssimos e, com o processo inflacionário, na prática operava com taxa de juros real negativa. Além de empréstimos diretos, o BNDE também avalizava empréstimos privados no exterior.<sup>171</sup>

Nesse sentido, o novo desenho da inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e o processo de expansão capitalista no Brasil foram alicerçados sobre uma intensa exploração do trabalho. Recuando para dados que remetem para o período anterior ao governo JK e se estende até meados de seu mandato, elemento fundamental para produzir efeito comparativo e estatístico, aferimos a intensificação do ritmo e da exploração. Os elevados índices de produtividade podem ser aferidos por meio da taxa de expansão da produção que alcançou 79,4% enquanto o incremento de empregos ficou em apenas 24,7% entre os anos 1949 e 1958<sup>172</sup>. Essa concepção de “desenvolvimento” industrial encontraria limiar nos seus próprios elementos constituintes. Os limites do processo de expansão podem ser verificados na retração do setor de bens de produção entre 1960-61, ainda que a indústria de bens de

---

<sup>168</sup>168 ORENSTEIN, Luiz. SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. *Democracia com desenvolvimento: 1956-1961*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro, Campus, 1990. Pag. 179.

<sup>169</sup> Ibid. pag. 175.

<sup>170</sup> MANTEGA, Guido. MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. Pag. 33.

<sup>171</sup> ORENSTEIN e, SOCHACZEWSKI, 1990. Op cit. Pag. 179.

<sup>172</sup> MANTEGA & MORAES, 1979. Op cit. Pag. 36.

consumo duráveis, a mais dinâmica do período, correspondesse a apenas 11,7% da produção industrial em 1962<sup>173</sup>. Embora o setor interno de bens de produção tenha crescido, o aumento da demanda conduziu à importação. É possível observar o crescimento da produção industrial que aumentou em 5,7% em 1957; passa a 20,3% em 1958; 12,7% em 1959; 11,8% em 1960 e 13% em 1961 que, não obstante, foi acompanhado de um aumento de importações de bens de capital na ordem de 74,5% entre 1955 e 1957. O aumento da demanda interna de bens de capital se espraiou para uma enorme diversidade de atividades industriais, mas a maior demanda é para indústria automobilística<sup>174</sup>. A inversão maciça de bens de capital fixo em tão curto período demandaria, considerando prazo médio de desgaste, depreciação e obsolescência, redução de demanda nesse setor da economia e que havia sido um dos mais dinâmicos na diversificação industrial brasileira. Outrossim, com capacidade produtiva instalada, a demanda desloca-se para a indústria de insumos. Conforme Moraes:

As taxas mais equilibradas de crescimento são as apresentadas pelo setor de bens intermediários porque tendo sido realizadas as grandes inversões de capital fixo em 1957/1958 é evidente que a reprodução do setor de bens de consumo duráveis – enquanto não se completasse o tempo de vida útil dos equipamentos ou não se expandisse o setor – implicaria na demanda proporcional de insumos.

Dentro deste quadro percebe-se que o setor de bens de consumo duráveis – passado o período das grandes inversões iniciais – não poderia continuar demandando bens de capital na mesma proporção, a não ser que se supunha que ele pudesse dobrar sua capacidade produtiva a cada ano, fato que não ocorre em parte alguma<sup>175</sup>.

Seguindo a lógica do capital, grandes inversões para assegurar lucratividade demandam subtração de economia, renda e poupança social por meio de subsídios e inversão de capitais sob a guarda do Estado. Pelo Plano de Metas, para implantação e incentivo das indústrias de bens de produção duráveis, notadamente as indústrias multinacionais automobilísticas, o Estado Brasileiro deveria assegurar a infraestrutura necessária, setores que exigiam altíssimas inversões de capitais, cujo retorno é estimado em médio e longo prazo (setores fundamentais para o desenvolvimento industrial, mas com circulação e realização de mais-valor considerados largos pelos capitalistas). A inversão de somas volumosas por parte do Estado em obras de infraestrutura, pressionou a balança de pagamentos, limitando possibilidades de novos investimentos.

---

<sup>173</sup> Ibid. pag. 39.

<sup>174</sup> Ibid. pag. 40.

<sup>175</sup> Ibid. pag. 41-42.

Esse processo, ainda que em período de refração se estendeu até 1962, quando os investimentos governamentais foram incrementados em 22,8%, enquanto o investimento privado sofrera retração em 11,4% de 1961 para 1962. Sendo os investimentos do Estado responsáveis, em grande medida, pelo crescimento industrial de, aproximadamente 8,2% no último ano<sup>176</sup>. No ano seguinte, as inversões do Estado não podem ser sustentadas e decaem.

O déficit público, produzido em grande medida para alimentar as indústrias multinacionais de capital privado, era coberto por emissões de títulos públicos do Tesouro, constituindo como elemento inflacionário e mecanismo duplo de apropriação de mais-valor ao transferir recursos subsidiados pelo Estado (via impostos) às grandes corporações e ao rebaixar o custo médio da força de trabalho por meio da desvalorização dos salários pela da inflação. Importante salientar o custo social para os anos seguintes do passivo projetado pela dívida pública assumida pelo governo. Nesse sentido, frente ao problema crítico de endividamento externo, o fluxo de capitais para o país apresentou redução drástica, correspondendo, respectivamente: 1961: US\$ 108 milhões; 1962: US\$69 milhões e 1963: US\$ 30 milhões<sup>177</sup>. As dificuldades de inversão de capitais por parte do Estado, em virtude do peso crescente e oneroso da dívida e as incertezas dos agentes econômicos externos que também atuavam no plano político significou uma retração substantiva nos recursos e investimentos no processo de expansão industrial. Para Moraes, “A fase descendente do ciclo industrial encontra o processo de acumulação fundamentalmente comprometido em dois eixos principais: O Estado e o capital estrangeiro”.

A “falha por fadiga” dos elementos centrais da política de industrialização operadas pelo governo Juscelino Kubitschek (investimento estatal em infraestrutura e inversão de capital externo nos setores fundamentais do processo de industrialização, responsável também pelo arranque da indústria nacional, fundamentada em bens de consumo não duráveis) contribuiu, também, para a retração da indústria nacional que havia se expandido, em grande medida, sob o influxo da implantação, expansão e demandas das multinacionais. Por sua vez, o processo inflacionário redundou na corrosão das já precárias condições de vida e dos meios de subsistência e reprodução da classe trabalhadora urbana e do proletariado rural. À incapacidade de inversões nas proporções e ritmos anteriores, o cenário econômico e político passou a processar o

---

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> Idem.

crescimento do processo grevista que crescera nos últimos anos do governo Kubitschek e ganharia maiores proporções, como veremos nos terceiro e quarto capítulo desta tese, com o agravamento do efeito de médio e longo prazo da política econômica de JK, mas também pelo maior influxo e confiança da classe trabalhadora em seu processo de organização e luta, depois dos críticos anos de 1962, 1963. A luta dos trabalhadores ocuparia o cenário político e confrontaria o processo de sub-valorização da força de trabalho ao reivindicar reposição salarial, mitigando as perdas inflacionárias e o processo de apropriação de mais-valor por esse mecanismo.

Para evitar que a luta sindical fugisse ao controle ainda durante seu governo, Juscelino Kubitschek investiu em duas frentes: favorecer acordos salariais com a cúpula sindicalista ligada ao PTB e principalmente com o PCB<sup>178</sup> e investir na consolidação de uma ideologia nacional desenvolvimentista. Não havia um, mas vários nacionalismos no tempo em questão, dentre todos, podemos elencar três principais: o nacionalismo ultraliberal, simpático à entrada sem controle do capital estrangeiro, típico da UDN e a setores a ela associados; o nacionalismo radical: contrário à penetração do capital estrangeiro, por um desenvolvimento capitalista autônomo e soberano, era o discurso do PCB, de setores da esquerda do PTB e de grupos varguistas remanescentes, por último; o nacionalismo desenvolvimentista, mais moderado propunha a entrada do capital estrangeiro, mas sob o controle e normas do estado, era a corrente de Kubitschek, e foi a vitoriosa.

Diferente do discurso varguista, o novo nacionalismo enfatizava o desenvolvimentismo mais do que a soberania, todavia ocultava alguns percalços negativos, como a crescente dependência externa à entrada de capitais e tecnologia, o progressivo aumento dos poderes do executivo e o crescente papel político desempenhado pelos empresários, que em 1964 iriam derrubar o Estado populista. O principal fomentador da ideologia nacionalista foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O pensamento isebiano possui dois pontos marcantes: a) uma visão dualista da sociedade brasileira, b) a eleição da burguesia nacional como vanguarda do desenvolvimento brasileiro. Seu segmento mais moderado, integrado principalmente por Hélio Jaguaribe e Candido Mendes possuía uma visão instrumental do nacionalismo, para estes o capital estrangeiro poderia protagonizar sem problemas o desenvolvimento econômico brasileiro, desde que o fizesse no interesse nacional. Já a

---

<sup>178</sup> Neste momento bem a caminho da moderação, que viria se oficializar com a Carta Política de 1958, ver: GORENDER, 2003. Op cit. Pag. 28 e seguintes.

ala radical do ISEB, representada por Sodré e Vieira Pinto era contrária à entrada de capitais estrangeiros principalmente em áreas estratégicas do interesse nacional. Apesar de grandes diferenças internas o ISEB favoreceu a uma ideologia desenvolvimentista que apontava diretrizes para o desenvolvimento, o qual se apoiando nos setores mais modernos e dinâmicos da economia iria superar os resquícios do atraso representado, sobretudo pelos privilégios das ordens agrárias tradicionais. O desdobramento de todo este projeto seria a “revolução” brasileira, quando a extinção do subdesenvolvimento colocaria o Brasil em novo papel na sociedade internacional, na condição de país desenvolvido. Essa ideologia teve forte impacto na sociedade brasileira, mesmo a vanguarda operária em muitos momentos substituiu o discurso da luta de classes pelo do desenvolvimento nacional. A essa atitude associada à estrutura sindical corporativista, JK deveu muito de sua governabilidade. Além da cooperação ideológica dos sindicalistas (sindicalismo político), a classe trabalhadora por essa época viveu intensas transformações: a absorção veloz de mão de obra migrada do campo mudou o perfil do operariado urbano, agora era composto majoritariamente por mão de obra jovem, sem tradição de lutas e mesmo de experiência de vida urbana, o que num contexto de crescimento econômico dificultava o trabalho das lideranças mais combativas.

O setor multinacional e associado, maior beneficiado do salto industrializante, se organizava cada vez mais enquanto classe. O projeto industrial para o país sob Juscelino Kubitschek pode ser resumido na seguinte fórmula: “capital estrangeiro, mais iniciativa privada nacional, mais controle estatal dos recursos básicos, sem nenhuma competição entre os três (...) jamais defendeu a industrialização autônoma”<sup>179</sup>. Esse setor atuaria em duas frentes: uma oficial para conter via estado as reivindicações trabalhistas, outra paralela, de onde podia chegar a certos ramos paralelos do estado.

A partir do exposto acima podemos compreender por que do ponto de vista burguês Juscelino Kubitschek teve apoio e sustentabilidade. Seu governo foi marcado por uma imensa abertura aos investimentos externos tal com nunca havia se visto antes. As facilidades ao capital estrangeiro foram tantas que os empresários nacionais muitas vezes tiveram de se associar a este setor para desfrutar das mesmas vantagens. Durante os cinco anos de sua gestão, o suposto herdeiro de Vargas utilizou das verbas públicas para dotar o país da infraestrutura necessária para receber as empresas multinacionais, dentre as quais as automobilísticas foram as grandes estrelas. Juscelino Kubitschek

---

<sup>179</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Graal, 1986. Pag. :66.

absorveu como ninguém antes dele, os intelectuais e técnicos ligados ao capital multinacional e associado. As decisões estratégicas eram tomadas em instâncias paralelas, os já mencionados Grupos de Trabalho, onde esses técnicos controlavam diretamente os rumos do Estado. De acordo com Dreifuss: “Eles promoveram uma verdadeira “administração paralela” durante o governo de Juscelino Kubitschek, a qual era livre do escrutínio público e do controle populista (...) aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais”<sup>180</sup>. Ainda segundo o mesmo autor, o sistema só tinha uma falha, dependia da boa vontade do executivo para continuar permitindo aos setores empresariais desempenharem as funções que exerciam. Assim, paralelamente ao apoio a Juscelino Kubitschek existia por parte de muitos o receio em relação a quem deveria sucedê-lo.

### **A conjuntura político-militar do governo Juscelino Kubitschek, segunda e terceira tentativa de Golpe de Estado:**

A Cruzada Democrática, embora enfraquecida diante das circunstâncias em que se deu o suicídio de Getúlio permaneceu ainda no comando do Clube Militar durante dos primeiros meses do governo e desenvolveu intensa pregação contra o governo de Juscelino Kubitschek. O conteúdo das acusações seria em termos gerais o que marcaria a mobilização desta corrente até 1964, segundo Peixoto<sup>181</sup>. A retomada do controle desta instituição pela corrente nacionalista/legalista ainda no pleito de 1956 consolidou uma posição de relativa estabilidade militar no restante do governo Kubitschek, por meio do encontro entre o Clube e a hierarquia militar. O General Lott, que permaneceu à frente do Ministério da Guerra até o final do governo Juscelino Kubitschek, concentrou especialmente deste momento em diante, grande poder militar, pois além de estar no topo da hierarquia, era também o líder natural da corrente militar então predominante, como comenta Peixoto: “O dispositivo militar do governo repousava sobre uma estreita aliança entre nacionalistas e legalistas”<sup>182</sup>. Na opinião de Marly Rodrigues, por exemplo: “O grande responsável pelo apoio que Juscelino recebeu das

---

<sup>180</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 73.

<sup>181</sup> PEIXOTO, 1980 (b). Op cit. Pag. 105.

<sup>182</sup> Ibid. pag. 105,6.

Forças Armadas foi, sem dúvida, Lott, como ministro da Guerra”<sup>183</sup> Durante o governo de Juscelino Kubitschek persistiu uma mobilização da direita militar, em grande parte da Cruzada Democrática, que mesmo isolada, esteve disposta a conspirar e mesmo se mobilizar para sua derrubada. As revoltas militares de Jacareacanga<sup>184</sup> (1956) e Aragarças<sup>185</sup> (1959) merecem atenção e demonstram que persistia certa indisciplina especialmente na Aeronáutica. Todavia, o sucesso de Lott em manter as conspirações militares dentro estreitos patamares é fato observado por muitos contemporâneos, por exemplo, segundo Sodré: “Tal situação, entretanto, repousava muito na autoridade do general Teixeira Lott, ante a qual a cúpula militar temia assumir a posição antigamente comum de pronunciamentos coletivos<sup>186</sup>”. Também o jornalista Carlos Castelo Branco relembra o “dispositivo militar” de Lott:

O primeiro ano de governo do Sr. Juscelino Kubitschek foi assinalado por uma intensa atividade conspiratória. (...) As conspirações, no entanto, restringiam-se a pequenos grupos ou esfacelavam-se. (...) O general Lott identificava com facilidade as atividades conspiratórias e desarticulava os núcleos sem precisar recorrer a processos dramáticos<sup>187</sup>.

Em função de uma conjuntura favorável, em que os militares dispostos a se engajar em movimentos conspiratórios não contaram com o apoio organizado da maior parte da burguesia, e gozando de uma grande obediência por parte dos comandos mais importantes, Lott conseguiu isolar o golpismo militar durante o governo Juscelino Kubitschek. A política de desenvolvimento executada por Kubitschek não foi unânime entre seus apoiadores militares. Se entre o setor legalista, o discurso desenvolvimentista e suas formas de execução era secundarizado em detrimento da defesa institucional, para os nacionalistas, a grande penetração do capital externo era motivo de Crítica. Ainda assim, evitou atacar diretamente a política econômica de Kubitschek durante os primeiros anos a fim de não abalar a estabilidade militar<sup>188</sup>. Todavia de acordo Peixoto,

---

<sup>183</sup> RODRIGUES, Marly. A década de 50. Populismo e metas de desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Editora Ática. 1992. Pag. 60.

<sup>184</sup> Sobre a Revolta de Jacareacanga, ver: LAMARÃO, Sérgio. Verbete: *Jacareacanga, Revolta de*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em: 15/05/2013.

<sup>185</sup> Sobre a Revolta de Aragarças, ver: LAMARÃO, Sérgio. Verbete: *Aragarças, Revolta de*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em: 15/05/2013.

<sup>186</sup> SODRÉ, 1965. Op cit. Pag. 368.

<sup>187</sup> CASTELO BRANCO, Carlos. *Da conspiração à Revolução*. In: DINES, Alberto. et all. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro editor, 1964. Pag.228.

<sup>188</sup> PEIXOTO, 1980 (b). Op cit. Pag. 105.

sob influência do ISEB, as críticas se iniciaram tão logo se considerou que os riscos de uma rebelião vitoriosa da direita militar estavam sob controle<sup>189</sup>. Nesse sentido, a candidatura de Lott para a sucessão de Juscelino Kubitschek foi também resultado da pressão dos nacionalistas das Forças ao final do governo de Juscelino Kubitschek: “Sua candidatura fora aceita pelos partidos populistas, na medida em que significava um reforço às tendências legalistas no âmbito do Exército, mas até certo ponto ela havia sido imposta aos partidos pela hierarquia militar”<sup>190</sup>. Lott foi substituído por ninguém menos que o general Odylio Denys, seu aliado na novembrada, mas que então apresentava posicionamento e aliados diversos.

Desde a Revolução de 30 até o episódio da novembrada, o general Denys foi um conhecido apoiador do varguismo. Sendo duramente combatido pelos oficiais da Cruzada Democrática, especialmente depois de sua participação na “Novembrada”<sup>191</sup>. Mas ao que tudo indica sua atuação em conjunto com a ala nacionalista das Forças Armadas tinha um caráter mais corporativista (no sentido do controle dos movimentos sindicais pelo Estado), que por uma convicção progressista em oposição ao programa da Cruzada Democrática. O anticomunismo, mais do que a soberania nacional era o móvel principal da atuação deste general. Com a radicalização do movimento sindical, esse oficial, por uma opção de ideológica e de classe, rompeu com esse movimento que conforme sua opinião, já não conseguia conter o avanço do comunismo: “O comunismo no Brasil esteve contido durante os governos de Getúlio e do General Dutra. Com a morte de Getúlio ficou solto e nos tem dado e continuará a dar trabalho”<sup>192</sup>. Todavia, morto Getúlio e acentuada a divisão militar em torno das crescentes pressões dos movimentos da classe trabalhadora por mais participação política, esse oficial rompeu com o grupo militar que ele próprio ajudou a promover. Não possuímos elementos para afirmar que Juscelino Kubitschek tinha noção das disposições de Denys no momento em que o convocou para substituir Lott, mas suas medidas de reorganização militar destoavam de maneira clara de seu antecessor. Em suas memórias, esse general justifica suas atitudes como necessárias para conter o “avanço comunista” e para restabelecer a união dos militares que em sua visão haviam sido perseguidos por suas convicções anticomunistas. Sob Denys, a semente do futuro ministério militar janista começou a ser

---

<sup>189</sup> Ibid. Pag. 106.

<sup>190</sup> Ibid. pag. 107.

<sup>191</sup> RAMOS, Plínio de Abreu. Verbete: DENIS, Odilio, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro/CPDOC/FGV, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em 20/08/2010.

<sup>192</sup> DENYS, 1980. Op cit. Pag. 85.

plantada ainda em fins do governo de Juscelino Kubitschek. Imediatamente após assumir, Denys cuidou de deslocar o foco de poder da oficialidade legalista para os setores notabilizados por sua política de oposição, notadamente os oficiais ligados à UDN e à Cruzada Democrática, como pode ser lido em suas próprias palavras:

Ao assumir a pasta da Guerra em 1960, reuni alguns oficiais superiores influentes, tidos como simpatizantes desse partido [UDN], contrário ao governo e disse-lhes: “A situação política do País com o avanço que vai tendo o comunismo exige a nossa união para poder combatê-lo. Meu propósito leal e sincero, é de fazer a união no Exército, que é o principal baluarte da Nação. Unidos venceremos”  
Esse entendimento correspondia à união dos elementos considerados de centro ou direita. Deixei de lado, sem entendimento especial, os oficiais considerados de esquerda ou seus simpatizantes, que passaram a nos olhar como adversários<sup>193</sup>.

No momento em que Denys assumiu o ministério ao final do governo de Juscelino Kubitschek, a disputa eleitoral apresentava muitas características em comum com as eleições de 1950. No interior das Forças Armadas, oficiais da ativa se mobilizavam para apoiar um dos candidatos, o setor da Cruzada Democrática por Jânio, os nacionalistas e legalistas pelo general Lott. Denys, sob pretexto de coibir a partidarização e politização excessiva das Forças Armadas, puniu vários oficiais, mas como nota Ramos: “as medidas punitivas só atingiam os partidários de Lott, que viam nesse comportamento uma mudança radical nas posições de Denis”<sup>194</sup>. Ainda segundo este autor, os ex-partidários de Denys, atribuíam a essa brusca mudança de posição a um oportunismo pelo poder, visto estar o ministro “já persuadido da inevitável vitória de Jânio, à qual na verdade já se haviam acomodado todos os membros do governo Kubitschek<sup>195</sup>”. Contudo, após a vitória de Quadros, os oficiais da Cruzada não continuaram a manifestar apoio à permanência de Denys, à Frente do Ministério da Guerra, novamente de acordo com Ramos: “não se mostraram passivamente favoráveis à continuação de Denis no ministério. O nome mais cotado nas áreas anti-novembristas era sem dúvida o do general Cordeiro de Farias”<sup>196</sup>. Assim, a desconfiança nutrida por seus novos companheiros em função de seu passado varguista pode também ter contribuído para que Odílio Denys se posicionasse cada vez mais claramente em favor dos oficiais conservadores na política de promoções e nomeações militares.

---

<sup>193</sup> DENYS, 1980. Op cit. Pag. 78.

<sup>194</sup> RAMOS, 2010. Op cit.

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Idem.

Rapidamente, a correlação de forças que então sustentara o governo Juscelino Kubitschek se transforma. Esse ex-presidente, evidentemente não tinha muito com o que se preocupar, porque afinal, estava de saída. Os apetites da direita militar seriam satisfeitos ou não no próximo governo. Conforme depoimento do general Rubens Bayma Denys, filho do personagem em questão e então recém-capitão lotado no SIFC<sup>197</sup>:

O Marechal Denys, ao assumir a pasta da Guerra, em fevereiro de 1960, último ano do Governo Juscelino, antevidendo dias difíceis para a democracia no país, em face do avanço do marxismo, inclusive no meio militar, considerava urgente proceder a união do Exército em torno dos ideais democráticos, para melhor prepará-lo para os desafios que se avizinhavam. Para isso, buscou realizar a pacificação dos espíritos no seio dos militares democratas, divididos em razão dos acontecimentos de 1955 e das consequentes discriminações sofridas por muitos daqueles que foram contrários àquele movimento, durante a gestão do Marechal Lott na pasta da Guerra. Dessa forma, com o Marechal Denys na pasta da Guerra, esses últimos passaram a ser tratados com a consideração profissional que mereciam, nas promoções e classificações, voltando a exercer cargos de confiança e comandos de tropa<sup>198</sup>.

A “pacificação dos espíritos”, conforme deve ter ficado explícito na citação significou nada menos do que a desmontagem do “dispositivo militar” de Lott. A reconquista do poder e do prestígio militar para as frações da caserna militantemente anticomunistas e partidárias da intervenção militar. Esse setor era organicamente ligado à Cruzada Democrática. Não negamos que entre os setores militares mobilizados e ganhos para oposição a Jango existia uma grande diversidade, mas indubitavelmente o grupo organizado em torno da Cruzada Democrática era o que possuía elaborações mais acabadas e organicidade suficiente para disputar a consciência política dos descontentes.

A continuidade ou não das posições da direita militar no âmbito da política de Estado iriam depender em grande parte de quem seria o próximo presidente. A independência de Lott face à Cruzada Democrática era evidente, assim como sua rejeição por parte deste grupo. Como candidato, Jânio representou para a UDN e direita militar a oportunidade há tanto desejada de despojar do poder a aliança PSD/PTB. Mas

---

<sup>197</sup> Rubens Bayma Denys foi membro da primeira equipe do Serviço Nacional de Informações e Contra-informações (Sifc), em 1956. Este órgão foi criado por Juscelino Kubitschek sob pressão dos Estados Unidos através do secretário de Estado John Foster Dulles e estava diretamente voltado à repressão do inimigo interno (os comunistas). Bayma Denys era o oficial mais jovem e de currículo mais incipiente nesta primeira equipe. A imagem de seu pai foi um fator decisivo para sua escolha, não apenas por sua patente, mas por suas arraigadas convicções anticomunistas. Ver: FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula*. Spo, Record, 2005. Pag. 61.

<sup>198</sup> Entrevista com o General Bayma Denys, In: MOTTA, Aricildes de Moraes. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora. 2003 (a), Pag. 160.

o então candidato de oposição não era uma liderança orgânica dos partidos conservadores, não sendo, portanto depositário de total confiança, na leitura de Skidmore: “Quadros entrou no cenário político como um corpo estranho, por excelência”<sup>199</sup>. Mas ainda assim foi a sua época o porto seguro da UDN de todo sentimento antivarguista, como nota Dreifuss: “A candidatura de Jânio Quadros representou a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente”<sup>200</sup>. Candidato pelo Partido Trabalhista Nacional (PDC), teve o apoio majoritário da UDN. O então líder udenista da Câmara, Afonso Arinos de Melo Franco revela que o candidato natural da UDN era Juraci Magalhães, mas predominou neste partido o senso de oportunidade mais do que a coerência com os princípios. Segundo seu depoimento, “Era evidente que, caso Jânio fosse escolhido pela convenção do partido, seria eleito presidente da República, assim como era evidente que Juraci não o seria”<sup>201</sup>. Almino Afonso opina que o perfil de Jânio apontava para uma utilização oportunista das legendas partidárias; “A legenda partidária era para ele, meramente, um requisito da lei que lhe cabia respeitar se quisesse candidatar-se a um posto eletivo”<sup>202</sup>. Ainda segundo Arinos, Juraci Magalhães, refletindo um sentimento minoritário já antevia os riscos inerentes à possível eleição de Jânio: “‘Estou sentindo que vocês vão fazer o partido entrar numa fria’. E foi o que aconteceu: todos os partidos entraram numa fria com a renúncia do presidente”<sup>203</sup>.

Conjuntamente a gestão de Juscelino Kubitschek estava passando por acentuado desgaste em função do aumento do custo de vida. O grande endividamento assumido em sua gestão e as contínuas emissões de papel moeda fez a inflação aumentar significativamente e simultaneamente os primeiros sinais de recessão econômica. Amplas camadas da população estavam insatisfeitas com a situação econômica e as iniciativas do movimento sindical transbordavam os limites do sindicalismo de Estado. A situação em sua complexidade levava a que se questionasse o sistema de representação populista como um todo, pela via da pressão pelo aumento da participação política que o governo de Kubitschek, assim como os anteriores não se

---

<sup>199</sup> SKIDMORE, 1982. Op cit. Pag. 231.

<sup>200</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 125.

<sup>201</sup> CAMARGO, Aspásia, MARIANI, TEIXEIRA, Maria Tereza. *Encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal, Dom Quixote; Rio de Janeiro, CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, 1983. Pag. 161.

<sup>202</sup> AFFONSO, Almino. *Raízes do Golpe: Da Crise da Legalidade ao Parlamentarismo*. São Paulo, Marco Zero, 1988. Pag. 10.

<sup>203</sup> CAMARGO, 1983. Op cit. Pag. 161.

mostrou capaz de absorver.<sup>204</sup> Quadros, com seu discurso moralista procurou se aproveitar desta insatisfação. Não por acaso, enquanto candidato, “centrava sua campanha nos ataques à ‘corrupção do governo anterior’”.<sup>205</sup> Político em ascensão, capitalizando a deterioração da popularidade do governo Juscelino Kubitschek ao final de seu mandato, ainda foi favorecido pelo pouco carisma do candidato da situação, o general Lott: “um candidato fraco, sem experiência política e sem nenhum charme pessoal”<sup>206</sup>. Como notou Almino Affonso: “Faltava-lhe, entretanto, a magia da comunicabilidade com o povo; tudo ao contrário de Jânio que, em seu virtuosismo político, era um verdadeiro demônio em praça pública”<sup>207</sup>. Ou como sintetizou Lopez: “Lott, um militar honesto e legalista, era, no entanto, uma candidatura opaca”<sup>208</sup>. Some-se ainda que a candidatura de Lott, por seu perfil, tinha dificuldades de manter os aliados tanto da esquerda com da direita, pois, como observou Benevides:

Além de totalmente desprovido de apelo popular, atemorizava os setores mais conservadores do PSD, partidários da política econômica ortodoxa sugerida por Jânio Quadros. Aos radicais do PTB, por outro lado, constrangiam certos aspectos da campanha do General Lott; este, embora defendesse posições progressistas como o voto do analfabeto e restrições à remessa de lucros, não escondia seu visceral anticomunismo<sup>209</sup>.

As contradições da candidatura da situação explicam em parte a rompimento de parte do PTB com a campanha de Lott. Surgiram em várias cidades os comitês “Jan-Jan” que, como afirma Skidmore: “solicitavam aos eleitores que dividissem seus votos, escolhendo Jânio Quadros para Presidente e João Goulart para Vice-Presidente”<sup>210</sup>. Os dois candidatos (João Goulart e Jânio Quadros) toleraram a existência de tais comitês, que afinal contribuíram para eleger o presidente e o vice-presidente naquele pleito. Para Almino Affonso, “A aliança era pragmática. Expressava recíproco interesse eleitoral”, contudo, “o fato revelava a desimportância dos partidos políticos”.<sup>211</sup> Mas, como observa Benevides, ainda que diante de condições tão favoráveis, “Jânio não conseguiu a maioria absoluta dos votos (48,26%), mas em momento algum os radicais da UDN -

---

<sup>204</sup> Ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Janio Quadros*. São Paulo, Coleção Tudo é história, Brasiliense, 3ª edição, 1985. pag 20 e seguintes, DREIFUSS, 1981. Op cit, caps I e IV, SKIDMORE, 1982. Op cit. Capítulo V.

<sup>205</sup> BENEVIDES, 1985. Op cit. Pag. 23

<sup>206</sup> SKIDMORE, 1981. Op cit. pag. 234.

<sup>207</sup> AFFONSO, 1988. Pag. 16.

<sup>208</sup> LOPEZ, 1990, Op cit. Pag. 15.

<sup>209</sup> BENEVIDES, 1985. Op cit. Pag. 23.

<sup>210</sup> SKIDMORE, 1981. Op cit. Pag. 235.

<sup>211</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 10.

que haviam invocado tal motivo em 50 e 55 - manifestaram intenções golpistas”<sup>212</sup>. Para todos os efeitos, sua vitória significou a primeira vitória da oposição varguista, como enfatiza Moniz Bandeira: “significara o fim do bloco histórico, que se formou com a Revolução de 30”<sup>213</sup>.

### **Jânio e a direita militar.**

No poder o novo presidente eleito, logo começaram as crises, segundo Affonso “tão logo chegou à presidência da República, apressou-se a declarar que se sentia desobrigado para com os partidos que lhe apoiaram”<sup>214</sup>. Em sua atividade cotidiana, “não atuava em equipe. não dividia com ninguém as glórias de seu reinado”<sup>215</sup>. No trato com seus subordinados, mesmo os que em tese eram o mais importantes, o autoritarismo era sua marca: “admoestava os ministros, dava-lhes ordens e estabelecia prazos peremptórios, tudo de público, num grande “*show*”. Desde logo, não havia direito de réplica: as falhas eram dos ministros, os acertos, dele próprio”<sup>216</sup>. Em nível de sua relação com o legislativo, a atitude não era diferente, na visão de Hermes Lima: “Nem sequer tentou abrir no Congresso, pela liderança poderosa do Executivo, um roteiro de reformas”<sup>217</sup>. Sobre o mesmo assunto, de acordo com Bandeira:

A Câmara dos deputados estava submetida a permanente processo de desmoralização, enquanto Quadros alimentava o propósito – e chegou mesmo a anunciá-lo – de promover a responsabilidade do Congresso, caso não lhe desse as leis pedia<sup>218</sup>.

A formação de sua equipe de governo constitui objeto de particular interesse. Não sendo nosso objetivo analisar a fundo os nomes escolhidos para seu ministério civil, cumpre-nos observar, contudo que poucos ministros tinham autonomia de ação. Como já comentado acima, estiveram sob constante pressão e autoritarismo do presidente. Jânio reforçava seu personalismo ao escolher uma equipe sem um perfil definido, tornando-se assim o “elemento moderador” das diferenças. Segundo

---

<sup>212</sup> Ibid. pag. 29

<sup>213</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64. O 24 de agosto de Jânio Quadros. O caminho da Revolução brasileira*. São Paulo. Editora Brasiliense. 2 edição, 1979. Pag. 17.

<sup>214</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 10.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Ibid. pag. 13.

<sup>217</sup> LIMA, Hermes. *Travessia, memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio editora, 1974. Pag. 245.

<sup>218</sup> BANDEIRA, 1979. Pag. 26.

Benevides, seu ministério civil foi formado por figuras pouco influentes de vários partidos que em seu conjunto não apontava para uma conformação política homogênea:

O governo Jânio Quadros, ao contrário, acirrou contradições, jogando com forças políticas que se repeliam mutuamente. Todos “pertenciam” ao governo, um caleidoscópio que iluminava ora o moralismo bacharelesco da UDN, ora o conservadorismo e o industrialismo do PSD. Ou o trabalhismo do PTB e a crescente participação os sindicatos. Ora os interesses agrário-modernizantes sulistas, ora os dos coronéis do Nordeste. O impulso desenvolvimentista dos herdeiros de JK e a moderação estabilizadora dos ortodoxos. Ou seja, uma amplíssima “frente”, que tinha em comum os louros da vitória eleitoral; nenhum programa coerente garantia a unidade. Em resumo, os que apoiavam o moralismo, condenavam o trabalhismo; os que defendiam a política econômica ortodoxa odiavam a política externa independente e vice-versa.<sup>219</sup>.

E como que para manter uma política de terror para seus opositores, o recém empossado presidente instaurou 33 comissões de sindicância como a dizer para a opinião pública que estava cumprindo suas promessas de campanha. Como relata Hermes Lima:

Empossado a 31 de janeiro de 1961, logo desfecha uma série de inquéritos espetaculares (...) provavelmente mais destinados a reforçar e dourar a fama da vassoura, que lhe servira de símbolo na campanha eleitoral, do que ir ao fundo das investigações, matéria prima destinada a nutrir a expectativa sensacionalista em torno do seu governo<sup>220</sup>.

Em matéria de direito administrativo, a comissão de sindicância constitui instrumento de levantamento de informações, como etapa prévia para medidas posteriores, como a instauração de um inquérito administrativo ou mesmo uma ação judicial, conforme o caso. Mas durante o governo de Jânio, este detalhe foi ignorado: “Jânio Quadros inaugura um estilo inquisitorial de denúncia da “crise moral” (...) do governo anterior”<sup>221</sup> As informações obtidas no interior destes fóruns eram imediatamente divulgadas pela grande mídia.<sup>222</sup> Esse afã pretensamente moralizador trazia embutido uma das características marcantes de seu governo que será objeto de análise mais detalhada logo a seguir: o desprezo e desqualificação dos políticos civis, “em favor de um significativo respeito pelo papel dos militares”<sup>223</sup>. Em praticamente

---

<sup>219</sup> BENEVIDES, 1985. Op cit. Pag. 33.

<sup>220</sup> LIMA, 1974. Op cit. Pag. 243,4.

<sup>221</sup> BENEVIDES, 1985. Op cit. pag. 43.

<sup>222</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 11.

<sup>223</sup> BENEVIDES, 1985. Op cit. Pag. 11.

todas essas comissões, um oficial do Exército as presidiam.<sup>224</sup> Malgrado a propaganda de moralidade, as sindicâncias foram usadas principalmente como arma de disputa política, não por acaso, na maioria dos casos “tendiam a comprometer medidas, pessoas ou grupos vinculados ao governo Kubitscheck”<sup>225</sup>. Não demorou em que o próprio vice-presidente<sup>226</sup> (notoriamente conhecido por sua influência na gestão e administração previdenciárias desde o início da década de 1950) fosse também envolvido nos escândalos. A exposição do nome de João Goulart no bojo das denúncias de corrupção, para Almino Affonso, tinha um objetivo claro: “o objetivo político, disfarçado pelo farisaísmo moralista, era desmerecer a um só tempo: o vice-presidente da República e eventual sucessor de Jânio Quadros em caso de vacância ou impedimento”<sup>227</sup>. Esse episódio marcou a ruptura formal entre vice-presidente e presidente. Jango escreveu carta a Jânio quadros e pediu ao deputado Almino Affonso e ao senador Barros Carvalho que a levassem ao presidente. A solicitação de audiência com o presidente para a entrega do documento foi prontamente aceita. Segundo o relato de Almino, foram recebidos com cortesia, mas na medida em que a carta começou a ser lida por Jânio, a tensão tomou conta do ambiente:

Lida a carta, entretanto, Jânio transfigura-se: como se estivesse alheio à nossa presença, indagava-se esbravejando que propósitos animavam aquela atitude do “senhor Goulart” (...) De repente, pôs-se de pé empertigado. Nervosamente, recolocou a carta de Jango no envelope, dirigindo-se para nós em tom imperativo, com o seu modo arrevesado de falar ao qual eu não busco reproduzir:

- Não posso recebê-la. Devolvo-a porque não está vazada em termos<sup>228</sup>.

Os dois parlamentares se recusaram a receber a carta de volta e se retiraram da sala, mas em poucos minutos foram alcançados pelo secretário de imprensa do governo,

---

<sup>224</sup> Ver: AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 10, BENEVIDES, 1985. Op cit. Pag.44, LIMA, 1974. Op cit. 244, VILLA, Marcos Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Porto Alegre: Globo, 2004. Pag. 42.

<sup>225</sup> Entre os principais alvos destas investigações estiveram: a “COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços), no Instituto Brasileiro do Café, no IBGE, na SUMOC (Superintendência de Moeda e Crédito), no Conselho Nacional de Pesquisas, na SPVEA (Superintendência pela Valorização da Amazônia), Rede Ferroviária Federal, na Cia. Siderúrgica nacional, na Cia. Vale do Rio Doce, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, entre outros. Os diversos Institutos da Previdência Social foram os mais atingidos pela ânsia das delações e devassas”. BENEVIDES, 1985. Pag. 44.

<sup>226</sup> De acordo com a constituição de 1946, os candidatos para titular e vice dos cargos executivos eram objeto de votação separada. Desta forma Jânio foi eleito para presidente como candidato da oposição, mas Jango, representando a situação, fora eleito como vice-presidente.

<sup>227</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 11.

<sup>228</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 12.

o jornalista Castelo Branco, que lhes trazia de volta o envelope. Segundo o aliado de Jango: “Com este episódio, selava-se a ruptura entre Jânio e Jango”<sup>229</sup>.

Mas se em sua prática política como os políticos civis Jânio acentuou diferenças, promoveu rupturas e formou equipes sem coerência interna, o mesmo não se viu em sua política militar. Na formação de seus ministérios militares podia se ver desde logo uma coerência: a opção pelo fortalecimento da direita militar, particularmente dos setores ligados à UDN e à Cruzada Democrática. Os ministros militares de Jânio eram conhecidos reacionários e conspiradores e todos eles teriam participação significativa na deposição de Jango em 1964. É interessante observar os argumentos do próprio Jânio para a escolha de seu *Staff* fardado. Em obra escrita conjuntamente a Afonso Arinos de Melo Franco, o ex-presidente reconhece que deu às pastas militares uma atenção especial: “Era nas pastas militares, porém, que um dos fundamentos do quinquênio inaugurante se findava”<sup>230</sup>. Como ministro da Marinha, foi escolhido o vice-almirante da reserva Silvio Heck. Escolha que, nas palavras de Jânio e Arinos: “fazia uma ostensiva *concessão ao espírito legalista que presidira a aventura do cruzador Tamandaré*, (sic) (...) após 11 de novembro de 1955”<sup>231</sup>. Para ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Grün Moss, para os referidos autores, a nomeação deste brigadeiro: “*a que se ligavam os oficiais da aventura de Aragarças, na Aeronáutica, era a garantia de que a arma se pautaria por disciplina* (sic) nos moldes de sua penetração udenista à imagem da vocação política de Eduardo Gomes”<sup>232</sup>. Para o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) o General de Exército Oswaldo Cordeiro de Farias, e para ministro da Guerra, o Marechal Odílio Denys, cuja escolha, Quadros e Arinos assim justificam:

Na verdade, mantendo o general Denys na pasta da Guerra, Quadros se beneficiava da ação que este exercera durante o quinquênio findante, quando pudera manter coesas as tendências do exército impedindo que repontassem com maior frequência insubordinações udeno-militaristas, que em mais de uma oportunidade haviam posto a prova a estabilidade e viabilidade do governo Kubitschek<sup>233</sup>.

---

<sup>229</sup> Ibid. pag. 13.

<sup>230</sup> QUADROS, Jânio & FRANCO, Afonso Arinos Melo. *História do povo brasileiro*. Vol. VI (“O Brasil contemporâneo, crises e rumos”). São Paulo: Jânio Quadros Editores Culturais, 1967. Pag. 222.

<sup>231</sup> Idem, grifo meu. O Cruzador Tamandaré foi a embarcação que deu fuga aos envolvidos na tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart (presidente e vice-presidente respectivamente) diante do contragolpe preventivo liderado pelo então ministro da Guerra Henrique Lott. Esse processo foi objeto de análise mais detida no primeiro capítulo desta tese.

<sup>232</sup> Idem, grifo meu.

<sup>233</sup> Idem.

Os argumentos apresentados para a justificativa da escolha da equipe militar beiram ao cinismo, mais ainda por ser um texto escrito vários anos após o desfecho dramático da gestão de Quadros. Denys não poderia ser o promotor da disciplina acompanhado justamente de dois oficiais diretamente ligados às tentativas de golpe de Estado em 1955 (Heck, no episódio da Novembrada e de Aragarças) e 1959 (Grum Moss, no caso de Aragarças). Isso sem contar a presença de Cordeiro de Farias, um dos oficiais mais notabilizados por sua prática conspiratória. Eram evidentes os riscos que tal equipe extrapolasse os limites constitucionais. Como veremos logo a seguir, alguns autores levantam a hipótese de que era exatamente este o objetivo de Quadros. Uma rápida visita ao currículo conspirativo de cada um desses homens pode ilustrar melhor seu significado político.

O almirante Silvio de Azevedo Heck, conforme Sérgio Lamarão era uma dos mais conhecidos conspiradores de todas as épocas da Marinha. Antivarguista e anticomunista radical, Heck participou ativamente da tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, tendo sido inclusive o comandante do Cruzador Tamandaré, que deu fuga aos conspiradores. Removido deste comando em maio de 1956, Heck tomou parte em várias conspirações contra Kubitschek. Em janeiro de 1957 participou de uma conspiração que pretendia prender Juscelino Kubitschek no Cruzador Barroso. A conspiração foi abortada em função dos receios, defecções e discordâncias de vários oficiais. Mesmo assim, Heck lançou manifesto público lamentando o fracasso do plano e culpando por isso os oficiais que se recusaram a colaborar, sendo por este motivo preso por cinco dias a bordo de um navio. Em 1958, em Pernambuco, tentou sem sucesso sublevar a Marinha naquele estado. Prejudicado nas promoções em função de suas atividades conspirativas, Heck pediu transferência para a reserva, sendo promovido automaticamente a vice-almirante. Mesmo na reserva, foi punido com 10 dias de prisão, em setembro de 1959 por ter prestado duras declarações contra o governo. Mais tarde, esteve diretamente implicado na revolta de Aragarças <sup>234</sup>.

O Brigadeiro Gabriel Grün Moss, de acordo com Lamarão, atuou na repressão à Revolução Constitucionalista de 1932. Nesta época tinha a patente de capitão-tenente e fazia parte do quadro de aviadores da marinha. Embora estivesse formalmente dentro das tropas do governo, de acordo com este autor: “Na fase final do conflito, contudo, foi preso sob a acusação de simpatizar com a causa rebelde, permanecendo dez dias detido

---

<sup>234</sup> LAMARÃO (b), Sérgio. Verbete biográfico de Silvio de Azevedo Heck; <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, consultado em 21/12/2011.

num presídio no subúrbio carioca do Méier e mais dez no navio-presídio *Pedro I*, ancorado na baía de Guanabara”<sup>235</sup>. Com a criação da Força Aérea Brasileira em 1942, abandonou a Marinha e passou a integrar a nova Força. Durante quase todo o governo de Eurico Gaspar Dutra, já na patente de coronel-aviador “foi subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, exercendo paralelamente as funções de adjunto de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional”<sup>236</sup>. Em 1952 foi diretor de ensino da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar), mas foi com a morte de Getúlio a posse de Café Filho que chegou à direção desta instituição. Foi durante o governo de Café Filho que foi promovido a Brigadeiro e chegou a chefiar interinamente o Estado Maior da Aeronáutica. No começo do governo de Juscelino Kubitschek chegou a ocupar um dos postos mais importantes da Aeronáutica: o Comando de Transporte Aéreo (Comta), mas foi afastado do cargo em função de divergências com o brigadeiro Francisco Correia de Melo, então ministro da Aeronáutica. Em junho de 1959 foi eleito presidente do Clube da Aeronáutica e em dezembro do mesmo ano se utilizou de sua posição pra prestar assistência aos rebeldes envolvidos na Revolta de Aragarças (GO), alegando que “os estatutos do clube preveem o fornecimento de assistência humana, sem qualquer caráter político, aos sócios do clube.”<sup>237</sup> .

Mas era entre os ministros provenientes do Exército que os currículos mais se destacavam. Ocupando o EMFA, estava o general Cordeiro de Farias. Conspirador histórico, Cordeiro ao longo de sua carreira tinha participado de praticamente todos os episódios de conspiração do Exército Brasileiro. Conforme o trabalho de Renato Luís do Couto Neto e Lemos, entre 1922 e 1927, Cordeiro participou ativamente do movimento tenentista e da Coluna Prestes. Em 1928 retornou ao Brasil, inicialmente na cidade de Uruguaiana, foi beneficiado por manobras jurídicas de um promotor amigo seu, escapou da condenação no processo que investigava a revolta dos tenentes. Todavia respondeu no Rio de Janeiro um processo por deserção. Preso naquela cidade e logo depois transferido para São Gabriel e foi lá absolvido em primeira instância, até que, em dezembro de 1929 foi finalmente absolvido pelo Supremo Tribunal Militar. Promovido a várias patentes durante o governo Vargas e assumindo funções importantes, teve papel destacado na repressão à Revolução Constitucionalista (1932) e à tentativa de revolução

---

<sup>235</sup> LAMARÃO, Sérgio. Verbete Biográfico de Gabriel Grün Moss; <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, consultado em 21/12/2010.

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> Idem.

da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. Em março de 1938, durante o Estado Novo, foi nomeado interventor do Rio Grande do Sul. Em maio do mesmo ano, por acaso no Rio de Janeiro, participou da repressão ao levante integralista. Ainda segundo Renato Lemos, a filha de Getúlio, Alzira Vargas, chegou a levantar suspeitas “acerca da demora de Cordeiro em intervir”<sup>238</sup>. Foi um dos principais comandantes da FEB e o mais jovem general de sua época. Em 1945, participou do movimento de deposição a Vargas tendo sido o responsável por comunicar a este o ultimato dos generais e conseguir sua renúncia. Cordeiro de Farias não ficaria ausente de um grupo político-militar organizado, em 1952 apoiou a chapa da Cruzada Democrática, composta pelos generais Alcides Etchegoyen e Néelson de Melo para a direção do Clube Militar. Em 1954, foi eleito governador de Pernambuco, tomando posse no ano seguinte. Em fins de 1955 chegou a ser procurado pelos grupos militares que então planejavam impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart. Ao final de seu governo, sofrendo oposição até dos usineiros de Pernambuco, renunciou um mês antes de terminar o mandato. Quando foi convidado para assumir o Estado Maior das Forças Armadas em 1961, era uma das principais lideranças da direita militar na ativa, e sob qual pairavam sérias desconfianças por parte de amplos setores da sociedade civil e militar<sup>239</sup>.

A posição de maior poder – o Ministério da Guerra – foi entregue ao Marechal Odílio Denys. Segundo Plínio Ramos, Denys participou em 1922 da revolta militar de 5 de julho no lado dos rebeldes. Fracassada a rebelião, Denys foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão, mas foi pouco depois beneficiado por um *habeas-corpus*. Em 1924, participou também da tentativa frustrada de conspiração do capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães<sup>240</sup>, foi preso novamente e enviado para o presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, sendo posto em liberdade pouco depois de ter duas crises de

---

<sup>238</sup> LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. Vebete: Farias, Cordeiro. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em 21/12/2011.

<sup>239</sup> LEMOS, 2011. Op cit.

<sup>240</sup> Nesta ocasião, o Capitão de Mar e Guerra Protógenes Pereira Guimarães, tentou levantar contra o Governo de Arthur Bernardes (1922-1926) a tripulação do encouraçado São Paulo. Entre seus objetivos estavam a deposição do governo, a criação de uma junta governativa, a convocação de uma nova constituinte e a anistia de presos políticos. A ação planejada para 21 outubro de 1924 não teve êxito porque a polícia tomou conhecimento dos planos antes da data marcada e prendeu vários envolvidos. Fracassado o levante, o São Paulo tomou rumo para o Uruguai com seiscentos tripulantes, chegando a Montevideú em 12 de novembro. Os fugitivos conseguiram asilo naquele país, não obstante, a embarcação foi devolvida ao Estado Brasileiro. Ler mais sobre o assunto em: RAMOS, 2010. Op cit, e na página eletrônica do Supremo Tribunal Federal: Julgamentos históricos, disponível in: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico&pagina=rcr553>. Acessado em 16/05/2013.

malária. Como suas condenações não implicavam na perda da patente, foi promovido a capitão em dezembro de 1927. Em 1930 foi um dos signatários do “manifesto dos tenentes” no qual se declarava divergir radical e absolutamente das posições assumidas por Luiz Carlos Prestes, antigo líder do movimento, que tinha aderido ao comunismo. Durante o primeiro período Vargas (1930-1945), Denys esteve sempre ao lado deste presidente e teve participação destacada na repressão à Revolução Constitucionalista e na repressão ao governador Flores da Cunha<sup>241</sup>. Em 1945, Denys ocupava a Chefia da Polícia Militar do Distrito Federal e diante do ultimato para que Vargas deixasse o poder, chegou a colocar suas tropas em prontidão para a defesa do governo a que foi fiel até o último instante. Em 1955 foi um dos principais líderes militares que impediram a tentativa de golpe contra a posse de Juscelino Kubitschek e de seu vice, João Goulart. Por este motivo exerceu importantes funções durante todo o governo de Kubitschek. Em agosto de 1956 ao chegar o momento de sua ida para a reserva, o presidente fez aprovar a “Lei Denys<sup>242</sup>”, que prorrogou por mais dois anos seu tempo na ativa. O prazo se esgotou em 1958, e Denys foi para reserva no posto de marechal, mas mesmo assim Juscelino o convocou e o manteve no comando do I Exército até fevereiro de 1960, quando substituiu Lott no Ministério da guerra<sup>243</sup>.

Denys e Cordeiro provinham de grupos não apenas diferentes, mas mesmo hostis entre si. Denys podia até então ser considerado como um oficial varguista,

---

<sup>241</sup> Flores da Cunha tinha sido um dos principais aliados de Getúlio na deposição de Washington Luiz e o único governador mantido no poder pela revolução de 30. Todavia ao final do governo constitucional de Vargas (1934-1937), já havia rompido com o presidente e estava apoiando publicamente a anunciada candidatura do paulista Armando Sales. O rompimento de Flores da Cunha era especialmente preocupante para Vargas em função da permanência no Rio Grande do Sul dos “corpos provisórios”, grupos de civis armados, ainda remanescentes da Revolução de 30. Em agosto 1937, o general Daltro Filho recebeu ordens de assumir o comando da 3ª RM, em Porto Alegre, para também foi o então major Denys, para chefiar a 3ª Seção do Estado-Maior da Região, pouco depois, em setembro, foi promovido a tenente-coronel e recebeu o comando do 7º BC, cujo quartel ficava a pouca distância do palácio do governador. Em outubro a brigada militar foi colocada sob comando do general Daltro. A Denys coube cercar o palácio do governo e desativar as poucas forças de defesa que ainda possuía. Sem condições de resistir, Flores da Cunha resolveu abandonar o governo e rumar para exílio no Uruguai. Pouco depois de vencido o perigoso dissidente, Vargas deu o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Informações in: RAMOS, 2010. Op cit.

<sup>242</sup> Segundo Ramos, Juscelino Kubitschek interferiu diretamente nas regras militares em favor de Denys em função de sua importância no controle da subversão militar. Sua participação no movimento de 11 de novembro e seu apoio durante o primeiro ano de governo foram elementos que pesaram na decisão. A chamada “lei Denys” foi muito combatida pela direita militar. Juntamente ao dispositivo que permitiu a este general permanecer mais dois anos na ativa também foi reformulada a estrutura do Exército Brasileiro. As zonas militares Leste, Centro, Sul e Norte passaram a ser chamadas de I, II, III e IV Exércitos respectivamente. Mesmo depois de transferido compulsoriamente na reserva em 1958, Denys permaneceu no comando do I Exército (de maior importância política por se situar na capital federal) já no posto de marechal até 1960, quando assumiu a pasta do Ministério da Guerra no lugar de Lott. Mais informações In: RAMOS, 2010. Op cit e DENYS, 1980. Op cit. Pag. 84

<sup>243</sup> RAMOS, 2010. Op cit.

enquanto o segundo, antivarguista. Mas por uma circunstância histórica os dois faziam parte do estado-maior militar de Jânio e estavam empenhados em promover o mesmo grupo militar. Maria Victória Benevides observa que em contraste com a formação dos ministérios civis, os militares apresentavam uma clara coerência conservadora. O poder quase total dado às facções direitistas das forças armadas, em que pese a pouca duração de seu governo, constituiu numa poderosa experiência de poder para esses grupos, precedente, que segundo Benevides, foi repetido no pós-64: “o governo Quadros teria contribuído decisivamente para reforçar o papel “avalista” das Forças Armadas, na linha seguida após 64”<sup>244</sup>. Não apenas os ministros, mas também na secretaria de segurança, onde figuravam militares ligados à ESG e às figuras de conhecida atuação golpista como Carlos Lacerda. Entre estes oficiais estavam, por exemplo, o então coronel Golbery do Couto e Silva. De acordo com Dreifuss, Quadros tornou o setor ideológico da direita militar amplamente dominante no seio da caserna. Como o leitor poderá notar na citação que se segue, todos os nomes mencionados tiveram participação ativa no movimento de deposição de João Goulart, como também participação destacada na ditadura militar que se seguiu:

O governo Jânio Quadros foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da ESG, Coronel Golbery do Couto e Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (Auxiliado pelo Tenente Heitor de Aquino Ferreira, pelo Tenente-Coronel Mário Andreazza e pelo Tenente-Coronel João Baptista Figueiredo, sobrinho do presidente do Banco do Brasil e filho do General Euclides Figueiredo<sup>245</sup>), Tenente-Coronel Walter Pires de Carvalho Albuquerque, do Serviço Federal de Informações e Contra-informações – SIFICI (...) contou ainda o apoio do General Orlando Geisel, da ESG e do IBAD, irmão de Ernesto Geisel e que se tornou Chefe de Gabinete e Chefe de Estado Maior do Ministro da Guerra.<sup>246</sup>

Para alguns de seus contemporâneos, a conformação ideológica no poder sob Jânio era inédita mesmo em um país com forte tradição de intervencionismo militar. Segundo Bandeira, a colocação de militares de perfil golpista em posições de importância era tão grande, que alguns oficiais legalistas chegaram a procurar autoridades vinculadas ao governo para alertá-lo dos riscos que tal situação envolvia. Francisco de Castro Neves, seu ministro do Trabalho, por diversas vezes teria tentado alertar o presidente das inquietações que lhe chegavam através de sindicalistas e oficiais

---

<sup>244</sup> Benevides, 1985. Op cit. Pag. 81,2.

<sup>245</sup> E também membro fundador do IPES. DREIFUSS, 1981, Op cit. Pag. 161.

<sup>246</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 127.

legalistas, mas Quadros sempre desconversava do assunto. Ainda para Bandeira não existia nenhuma inocência por parte do comandante em chefe das Forças Armadas: “Não se deixaria envolver numa rede contra ele, a ponto de ter que, depois, renunciar”<sup>247</sup>. De carta branca para gerir a política militar, este grupo atuou agressivamente para impedir que a ala nacionalista e outros setores não alinhados com a política militar da situação tivessem quaisquer meios de se opor à linha traçada pelos oficiais da situação, de acordo com Sodré:

Jamais existiu em nosso país dispositivo militar como aquele que, à sombra da omissão ou da ingenuidade do presidente Jânio Quadros, foi montado. O golpismo afastou, sem nenhuma exceção, sem nenhuma tolerância, de todos os comandos, de todas as funções, de todos os campos, de todas as atividades, todos os elementos que não merecessem a máxima confiança. Montou dispositivo integralmente seu. Colheu todos os elementos suspeitos e deslocou-os para pontos distantes; cortou-lhes as perspectivas de carreira; privou-os de todos os direitos e recompensas, atirou todos à margem. Nos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, a limpeza foi também rigorosa. (...) Assim, a reação militar assumiu as rédeas do poder e, dentro em pouco, Jânio Quadros estava nas condições de simples prisioneiro daqueles que escolhera<sup>248</sup>.

Não por acaso, a política militar de Quadros não visou somente a promover a direita militar. Os setores das chamadas alas nacionalista e legalista foram retirados de quase todos os postos importantes de comando e atacados em todas as suas trincheiras: “degolou dos postos da administração e dos comandos militares aqueles que se identificavam como socialistas, trabalhistas ou comunistas<sup>249</sup>”. Nesta época, a direção do clube militar estava sob o comando de uma diretoria nacionalista, mas como observa Peixoto: “Nem o governo de Quadros, nem a hierarquia militar poderiam tolerar que o clube se tornasse um foco de oposição”<sup>250</sup>. Como forma de anular qualquer foco de oposição militar também esta instituição foi atacada, de forma a anular qualquer poder de questionamento. Como nota Moniz Bandeira: “Os oficiais nacionalistas e de esquerda, sobretudo os que compunham a diretoria do Clube Militar, foram transferidos para os diversos pontos do País. Falou-se no fechamento do Clube Militar e sete dos seus doze diretores tiveram que sair do Rio”<sup>251</sup>. Anulada a diretoria do Clube Militar, o

---

<sup>247</sup> BANDEIRA, 1979. Op cit. Pag. 29.

<sup>248</sup> SODRE, 1965. Op cit. Pag.371.

<sup>249</sup> BANDEIRA, 1979. Op cit. Pag. 30.

<sup>250</sup> PEIXOTO, 1980. Op cit. Pag. 107.

<sup>251</sup> BANDEIRA, 1979. Op cit. Pag. 28. A perseguição á diretoria nacionalista do Clube Militar foi facilitada pelo próprio presidente desta instituição, o General Justino Alves Bastos, que foi cooptado. Em fins de abril, a diretoria nacionalista redigiu uma carta de apoio à política externa de Jânio quadros. Mais

presidente também investiu contra os oficiais que possuíam alguma liderança, que tivessem ocupado posições importantes durante a gestão Kubitscheck e possuíssem vínculos políticos com Lott e com Jango. Ficaram sem funções “19 brigadeiros e mais 60 oficiais superiores, na Aeronáutica, 12 almirantes, na Marinha, 40 generais e mais 20 oficiais, no Exército<sup>252</sup>”. Mesmo oficiais conservadores e sem funções importantes, mas que pudessem desempenhar algum papel de oposição foram procurados e convidados para missões em lugares distantes, “até, às vezes, em tom de ultimato, como no caso do General Kruehl”<sup>253</sup>. Para Bandeira, a promoção da direita militar fazia parte de um plano de fortalecimento do golpismo, uma reserva de forças para, no momento certo pressionar as instituições por poderes extraordinários. Em suma para este autor, o novo presidente já tinha desde o início de seu governo o objetivo de se fortalecer em relação ao Congresso, já planejava protagonizar um golpe de Estado, e sua aliança com Lacerda e a direita militar estava a serviço desta estratégia:

Assim, tanto no plano administrativo como no setor militar, estava articulado o dispositivo da direita, ao qual intimamente se ligava Carlos Lacerda. Os postos de comando das Forças Armadas, Quadros passou a elementos altamente reacionários, comprometidos com movimentos golpistas desde o golpe de 24 de agosto de 1954. Se Quadros tivesse o propósito de executar uma política progressista, eleito com mais de seis milhões de votos, poderia muito bem não só tirar o Marechal Odylio Denys do Ministério da Guerra como não entregar os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica ao Almirante Silvio Heck e ao Brigadeiro Grüm Moss, pessoas da confiança de Carlos Lacerda, permitindo que se formasse um dispositivo conservador e reacionário. Também para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas foi nomeado o general Cordeiro de Farias, conhecido golpista e ao qual Quadros emprestou todo o prestígio<sup>254</sup>.

A política econômica de Jânio se colocada em perspectiva aos seus aliados militares é absolutamente coerente com o que se podia esperar. Pouco depois de dois

---

interessado em anular esses oficiais do que em obter deles seu elogio, Quadros se utiliza do fato para convocar o presidente da associação para uma audiência no dia 10 de maio de 1961. Nesta, ofereceu a Justino uma viagem ao Paraguai na condição de Embaixador (posto em que seria mantido em seguida) e ao mesmo tempo comunicou que iria punir os oficiais nacionalistas da diretoria que o mesmo presidia. Justino não fez qualquer esforço para defender seus camaradas. Dias depois foi confirmado como embaixador do Paraguai e abandonou seus colegas de gestão. Entre os oficiais que foram punidos com dois dias de prisão e/ou transferidos para regiões distantes estavam o coronel Crisanto de Figueiredo, tenente coronel Donato, os majores Alan Kardec Leme e Osório de Pina, além de outros oficiais que não faziam parte da diretoria, mas que também foram atingidos pelas retaliações, tais como o coronel aviador Fortunato de Oliveira, coronel Nelson Werneck Sodré, tenente-coronel Proença Gomes, major Hugo Amorin, entre outros. Sobre o assunto, ver: BASTOS, Joaquim Justino Alves. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre, Editora Globo, 1965. Pag. 309-313.

<sup>252</sup> BANDEIRA, 1979. Op cit. Pag.29

<sup>253</sup> Idem.

<sup>254</sup> ibid. 27.

meses de governo impôs um severo ajuste fiscal, a Instrução 204 da SUMOC. Sob os aplausos do FMI e da UDN pretendia estabelecer a “verdade cambial”. Entre suas medidas estava a elevação do custo do câmbio de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00, com forte impacto na elevação dos preços. A receita era simples e pesada para a parte mais carente da população: arrocho salarial, fim dos subsídios à importação de trigo e petróleo com o conseqüente aumento de preços para alguns dos itens mais essenciais à sobrevivência das camadas mais baixas, tais como o pão e o transporte público, aperto creditício, corte nos gastos públicos etc<sup>255</sup>. Simultaneamente à ortodoxia econômica veio a truculência com as reações do movimento sindical e sua recusa de dialogar com categorias em greve<sup>256</sup>.

A política externa, de outro lado, parecia à primeira vista, contraditória. Já durante a campanha eleitoral, visitou Cuba, e no poder, além de manter relações comerciais com este país, buscava se aproximar da China e até da União Soviética (URSS). Se no âmbito interno Jânio promovia em seu governo a direita ideológica e era por esta apoiada, no plano externo anunciava independência face às disputas entre as duas superpotências mundiais e defendia a autodeterminação dos povos. Publicamente, se propunha a ampliar o número de parceiros comerciais e para isso, buscava aproximação com os países do chamado bloco socialista. Na verdade, como observa Bandeira, relações diplomáticas com países do campo socialista não eram novidades na política brasileira: “esta tendência, manifestada desde o tempo de Getúlio Vargas e acentuada durante o Governo de Juscelino Kubitschek, continuou com Quadros, que a formulou teatralmente, para fins de propaganda interna (avigorar o carisma) e de barganha com os Estados Unidos”<sup>257</sup>.

O Item mais polêmico da agenda externa em 1961 era sem dúvida a questão de Cuba. Jânio Quadros fez grande estardalhaço a respeito de uma ríspida audiência que supostamente teria tido com o embaixador americano Adolf Berle Jr que veio ao Brasil para conquistar apoio para uma intervenção na ilha. Pela versão divulgada, o presidente teria resistido com firmeza às pressões do representante do governo americano. Segundo a versão de Quadros, teria inclusive se recusado a apertar a mão do embaixador quando este se retirou da sala. Todavia, não existe prova alguma deste debate, e a diplomacia americana se pronunciando a respeito, afirmou haver grande exagero na versão

---

<sup>255</sup> Ver por exemplo: AFFONSO, 1988, Op cit. Pag. 14, BENEVIDES, 1985. Op cit. Pag. 52, e SKIDMORE, 1982, Op cit. pag 240-242

<sup>256</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. pag. 15.

<sup>257</sup> BANDEIRA, 1979. Op cit. Pag. 16.

divulgada. Para Moniz Bandeira, todo o episódio foi apenas mais uma teatralização: “O propalado incidente (...) não ocorreu, na verdade”<sup>258</sup>. Ainda segundo este autor, Jânio utilizava o argumento da política externa para confundir e jogar ilusões nos movimentos de esquerda. Não apenas a aparente aproximação com Cuba e os países socialistas era motivo de expectativas para estes, como também os próprios ataques que Lacerda lhe fazia em função de sua orientação diplomática contribuía para confundir ainda mais os setores da esquerda:

Quadros sabia que uma das restrições que a esquerda lhe fazia era o apoio de Carlos Lacerda. Os seus ataques á política externa contribuíram, pois, para desorientar socialistas, trabalhistas e comunistas, que passaram a alimentar esperanças de que aquelas divergências poderiam trazer Jânio Quadros para seus Braços.<sup>259</sup>

O ápice da crise entre Jânio e a direita ideológica foi, sem dúvida quando decidiu condecorar o famoso guerrilheiro e ministro de Estado cubano Ernesto Che Guevara com o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul. A razão para esta homenagem seria a libertação de aproximadamente duas dezenas de sacerdotes católicos que estavam presos naquele país e que foram exilados para a Espanha por pedido de Jânio. O governo cubano aceitou libertar os prisioneiros em agradecimento ao posicionamento contrário manifestado internacionalmente pelo Brasil à invasão da Bahia dos Porcos, em Cuba, por tropas cubanas treinadas pelos Estados Unidos. A condecoração aconteceu às 6 horas da manhã, sem nenhum convidado, apenas Che e Jânio entre as autoridades presentes<sup>260</sup>, mas foi suficiente para provocar apaixonadas críticas ao governo. Não deixa de ser curioso um detalhe da medalha em si, que conforme depoimento de Afonso Arinos continha os nomes dos membros do conselho da Ordem do Cruzeiro do Sul: “mandou assinar o meu nome, o do ministro da Guerra e o do ministro da Marinha”<sup>261</sup>. Possivelmente o marechal Denys e o almirante Heck se incomodaram um tanto a mais em função deste detalhe. Mas ao conjunto dos militares no poder hierárquico naquele instante, incomodou muito mais o discurso de Chê, que associou a homenagem ao significado da revolução cubana: “não posso concebê-la [a medalha] nunca como uma condecoração pessoal, mas sim como uma condecoração ao povo e à nossa

---

<sup>258</sup> BANDEIRA, 1979. Op cit. Pag. 13.

<sup>259</sup> Ibid. pag. 31.

<sup>260</sup> Ver: Entrevista com Paulo de Tarso, in: Dines, Fernandes JR, Salomão, 2000, op cit, pag.152.

<sup>261</sup> CAMARGO, 1983. Op Cit. Pag. 176.

revolução<sup>262</sup>”. Como protesto, Lacerda condecorou neste mesmo dia o líder anticastrista Manoel Verona com as Chaves da Guanabara<sup>263</sup>. As relações entre Quadros e sua base de apoio passavam então pelos momentos mais tensos. Lacerda tomou iniciativa de procurar o presidente. Em Brasília foi recebido pelo Ministro da Justiça Pedroso Horta. O conteúdo desta conversa foi causa de grande controvérsia. Na saída da reunião quando se preparava para repousar, “Lacerda verifica, com estupefação, que a sua mala havia sido devolvida à guarita por ordem do presidente”<sup>264</sup>, esse episódio que serviu para tensionar ainda mais a situação. No dia seguinte, 24 de agosto, o governador da Guanabara foi à televisão denunciar que o Ministro da Justiça o havia convidado a participar de um golpe de Estado. É certo que sobre o conteúdo da conversa jamais poderemos ter certeza. Teria sido verdade o que Lacerda denunciava? E sendo verdade, teria justamente o “derrubador de presidentes” se recusado a participar? Para Almino Affonso, sim, “Ao fim e ao cabo, Lacerda preparava-se para ser candidato a sucessão de Jânio”<sup>265</sup>. As declarações do ex-aliado do presidente retumbaram no Congresso no dia seguinte. Rapidamente o assunto ganha enorme repercussão e o ministro em questão foi convidado a prestar esclarecimentos a respeito ao Congresso Nacional. Foi neste instante que, para surpresa geral, Jânio apresentou sua renúncia, no dia 25 de agosto de 1961. Gestos teatrais de renúncia não eram novos na carreira política deste homem. Enquanto candidato a Presidente, por exemplo, também havia ameaçado renunciar. Segundo Carvalho Pinto, aquela não era a primeira vez que Jânio teria escrito cartas de renúncia, enquanto governador, Jânio já havia ameaçado renunciar duas vezes:

Pelo menos duas vezes fingiu que renunciava, mandando preparar a mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, convocando-nos, a mim e ao brigadeiro Faria Lima, passou-nos o papel, que não lhe devolvemos mais, rasgando-o devidamente. Poucas horas depois, Jânio fazia de conta que o assunto nunca existira<sup>266</sup>.

Para Benevides, Jânio tentava um golpe mas não era o único, para a autora havia dois golpes em marcha, um de Jânio, confirmado por suas declarações posteriores e outro de Lacerda<sup>267</sup>. Seria possível? Não colocamos em questão a prática golpista do então governador da Guanabara, mas um golpe de Estado contra Jânio naquele

<sup>262</sup> MARKUN, Paulo. HAMILTON, Duda. 1961, o Brasil entre a ditadura e a guerra civil. São Paulo, Benvirá, 2011. Pag. 75.

<sup>263</sup> Ibid, 78.

<sup>264</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 18.

<sup>265</sup> Idem.

<sup>266</sup> Citado por: FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1989. Pag. 212.

<sup>267</sup> BENEVIDES, 1985. Op cit. Pag. 79.

momento só poderia ser dado pela direita militar que ele próprio promoveu. E, no entanto, abundam testemunhos que, a despeito de toda a crise gerada por sua política externa independente e mesmo pela recente condecoração de Guevara. Seus ministros fariam qualquer coisa para mantê-lo no poder.

Os ministros militares foram informados da decisão da renúncia ainda na manhã do dia 25. Segundo Paulo Markun, a reação destes foi emotiva e desesperada, partiram de imediato para ter com o presidente, “O nervosismo era tão grande que Moss esqueceu seu quepe na sala do chefe da Casa Civil”<sup>268</sup>. Na presença do presidente, os ministros, atônitos, o exortam de todas as maneiras a voltar atrás. Denys teria dito: “Diga o que devemos fazer, que será feito”<sup>269</sup>. Heck, em lágrima apelou: “Mas, presidente, levamos tantos anos para tirar essa gente do poder. Como é que V. Exa. vai lhes entregar o Governo novamente?”<sup>270</sup> Moss, visivelmente transtornado só conseguiu dizer: “Presidente, pelo amor de Deus, não faça isso...”<sup>271</sup>. Diante da estupefação de seus ministros, e do perfil que estes tinham, Jânio jogou sua cartada decisiva: “Formem uma junta militar”<sup>272</sup>, no que não foi atendido por ministros. A instalação de uma junta militar em lugar do sucessor constitucional teria sido o melhor cenário para Jânio. Transpareceria para a opinião pública que estava sendo deposto por um golpe militar, e as pressões de todos os lados seria para o seu retorno. Além disso, sendo sexta feira, se conseguisse que a carta chegasse depois de uma determinada hora da tarde, poderia ficar para apreciação somente na semana seguinte, e teria todo o final de semana para desfrutar das repercussões de sua carta e impor condições para seu retorno. O próprio Jânio reconhece seu plano em seu livro escrito junto a Afonso Arinos:

Seu raciocínio foi o seguinte: primeiro, operar-se-ia a renúncia, abrir-se-ia um vazio sucessório – visto que a João Goulart, distante na China<sup>273</sup>, não permitiriam as forças militares a posse, e destarte, ficaria o país acéfalo; terceiro, ou bem se passaria a uma fórmula, em consequência da qual ele mesmo emergisse com primeiro mandatário, mas já dentro do novo regime institucional, ou bem, sem ele, as forças armadas se encarregariam de montar esse novo regime, cabendo, em consequência, depois a um outro cidadão – escolhido por qualquer via

---

<sup>268</sup> MARKUN & HAMILTON, 2011. Op cit. Pag. 91.

<sup>269</sup> BANDEIRA, 1979. Op cit. pag. 51.

<sup>270</sup> CARLI. Gileno de. JQ, Brasília e a grande crise. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1961. Pag. 22.

<sup>271</sup> Idem.

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> Embora a viagem à China já estivesse programada com antecedência, não deixava de ser um ingrediente a mais na crise, como observou Almino Affonso: “Tê-lo [João Goulart] na República Popular da China, mesmo que em missão oficial, era, no mínimo, um estímulo às objeções militares”. AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 25.

– presidir ao país sob o novo esquema viável e operativo; (...) O plano, porém, falhou exatamente na vacilação dos chefes militares.<sup>274</sup>

Chega a soar risível o fato de ter-se montado um dispositivo militar altamente golpista e depois lamentar sua “ineficiência”. Mas o gesto de Jânio, por mais tresloucado que fosse, tinha possibilidades de sucesso. Houve de fato movimentos no sentido de impedir a consumação da renúncia. O brigadeiro José Vicente Faria Lima, chegou a pedir a Denys que o autorizasse a reempossar Jango à força na presidência. Novamente segundo Falcão: “O ministro brigadeiro Grüm Moss ainda esboçou uma tentativa de retardar o encaminhamento contendo a renúncia, em poder do ministro Pedroso Horta”<sup>275</sup>. Mesmo no PCB existiram vozes a sugerir o retorno de Jânio, como conta Prestes: “No dia em que Jânio renunciou, um homem sério como Mário Alves defendeu na Comissão executiva a tese de que nossa tarefa era lutar pela volta de Jânio”<sup>276</sup>. Todavia, a manobra falhou. Por volta das 16 horas, a carta de renúncia foi lida para uma surpresa plateia de deputados. A renúncia foi formalizada e o presidente da câmara dos deputados tomou posse interinamente pouco depois.

Os episódios mais dramáticos da crise política começaram a partir deste momento. Depois de permitir a entrega da carta em nome da legalidade e da ética, tais ministros começaram a relativizar uma em função da outra. Nenhum deles queria ver Jango na presidência, nem Denys, apesar de seu passado varguista. As diferenças de passado e as rivalidades entre Denys e Cordeiro subitamente cessaram em prol de uma causa maior: impedir Jango de assumir o poder. A determinação de impedir a posse de Goulart foi assumida publicamente e a despeito de todos os protestos, em nome da constituição. Em suas memórias, o marechal Odílio Denys chega a fazer malabarismos jurídicos para explicar de que maneira a atitude dos ministros militares estava em consonância com as leis existentes. O marechal reivindica o artigo 141, § 13 da constituição, que segundo o mesmo: “proíbe a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático”<sup>277</sup>. Apoiado neste argumento e arrogando-se ao direito discricionário de “julgar e determinar” que Jango era comunista, conclui: “Portanto, se o comunista não pode candidatar-se, é porque é inelegível. Se ele é inelegível, não pode

---

<sup>274</sup> QUADROS & MELO FRANCO, 1967. Op cit. Pag. 241,2.

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco. *Prestes, lutas e autocríticas*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes, 1982. Pag. 164-5.

<sup>277</sup> DENYS, 1980, Op Cit. Pag. 97.

permanecer no cargo”<sup>278</sup>. Quanto ao fato de Goulart ter sido eleito por um partido legal e juridicamente reconhecido, pondera: “pode ocorrer que determinado cidadão, que professe ideias democráticas, venha a eleger-se e depois de eleito e de se achar no exercício do cargo se torne comunista”<sup>279</sup>. Logo, por tais circunstâncias, deve ser esse cidadão obrigado a renunciar ou ser deposto: “É evidente que esse comunista tem que renunciar à investidura, ou, então, ser compelido a deixá-la. No caso de Goulart no episódio de agosto de 1961”<sup>280</sup>. A visão de Denys expressa a disposição da direita militar em se colocar como avalista ideológica da sociedade mesmo em tempos de “normalidade”. Assume explicitamente a preponderância do poder militar sobre o poder civil e do direito à classificação ideológica e criminalizante (do seu ponto de vista) sem direito a defesa ou réplica. Como veremos nos terceiro, quarto e quinto capítulos desta tese, a política militar de João Goulart foi razoavelmente eficiente dentro do objetivo de dissolver o bloco golpista militar então encastelado durante o governo Jânio, mas se descuidou completamente dos aspectos ideológicos e doutrinários, de modo que esse *modus operandi* de interpretação da realidade e das instituições não só permaneceu como se difundiu.

No Congresso, os rumores a respeito do veto militar à posse de João Goulart já começava a se tornar uma certeza. Lott escreveu um manifesto repudiando a violência contra a constituição levada a cabo pelos ministros, que foi lido no plenário do congresso, no dia 28. No mesmo dia, o presidente em exercício Ranieri Mazzili enviou a Auro de Moura a seguinte comunicação:

Eu tenho a honra de comunicar a V.Ex.<sup>a</sup> que, na apreciação da atual situação política, criada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso do Presidente de República João Marques Belchior Goulart<sup>281</sup>.

As tropas, de prontidão desde o dia 25, passaram a vasculhar os voos que chegavam a Brasília, com ordens de prender João Goulart caso este ousasse desembarcar na capital federal. A grande maioria dos congressistas, dos governadores e da imprensa em geral, se manifestou contra o golpe que então se anunciava. Mas coube

---

<sup>278</sup> Idem.

<sup>279</sup> Ibid. pag. 98.

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> ANDRADE, Auro de moura. *Um Congresso contra o arbítrio*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. Pag. 64.

ao governador do Rio Grande do Sul os passos mais radicais contra o veto dos ministros militares à posse de seu cunhado João Goulart. Brizola requisitou a rádio Guaíba, ocupou militarmente outras rádios importantes e passou a transmitir simultaneamente em todas as rádios gaúchas a chamada “Cadeia da Legalidade”, passando imediatamente a transmitir para todo o país. Requisitou 3000 revólveres à fábrica Taurus, passou a controlar os voos da Varig<sup>282</sup> e instalou postos de recrutamento para a resistência, criando no estado gaúcho um clima de exaltação coletiva. Num primeiro momento, a posição do general Machado Lopes – comandante do III Exército – foi seguir as ordens de Denys, perguntado por Brizola a respeito de qual seria sua atitude, teria respondido: “eu não posso me definir assim, sou soldado e fico com o Exército”<sup>283</sup>. De acordo com as memórias deste general, antes de romper oficialmente com Denys, enviou o chefe de seu estado-maior, General Antonio Carlos da Silva Muricy para expor ao ministro da Guerra a situação de rebeldia no Rio Grande do Sul e apelar para uma solução negociada. No retorno de sua missão, Muricy não trouxe nenhuma informação concreta, teria dito simplesmente: “tudo resolvido, o Sr. será chamado a Brasília, onde o marechal Denys o porá a par de tudo”<sup>284</sup>. Machado Lopes teria interpretado que sua ida a Brasília significaria sua prisão. Imediatamente teria liberado o general Muricy de suas funções de chefe do seu estado-maior e permitido ao mesmo que tomasse a direção que quisesse<sup>285</sup>, segundo seu depoimento: “Ao despedir-se, o General Muricy, sensivelmente emocionado, declarou que lamentava minha decisão e que eu seria esmagado rapidamente. Respondi-lhe, com calma, ser possível; *‘mas cairei de pé’*”<sup>286</sup>. Logo em seguida, o comandante do III Exército José Machado Lopes recebeu ordens de parar os protestos de Brizola ainda que fosse necessário bombardear o palácio do governo do estado. Mas em vez disso, esse general rompeu com os ministros militares e aderiu com suas tropas ao movimento que exigia a posse de João Goulart. Ainda no dia 28, o Governador de Goiás, Mauro Borges (coronel da reserva do Exército) lançou manifesto defendendo a posse de Goulart. Foi grande o número de oficiais que atenderam ao seu manifesto e começam a questionar as orientações dos ministros militares. Em Brasília, a

---

<sup>282</sup> A Viação Aérea Rio-grandense (VARIG) ficava sediada no Rio Grande do Sul, tal situação facilitou o controle desta pelo governo do estado.

<sup>283</sup> BRIZOLA, Leonel, et al. Legalidade, 25 anos. A resistência popular que levou Jango ao poder. Porto Alegre, Redactor, SD. Pag. 52.

<sup>284</sup> LOPES, José Machado. O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros. Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1979. Pag. 46,7.

<sup>285</sup> De acordo com o livro de memórias do general Machado Lopes, nenhum dos oficiais que discordaram de sua decisão recebeu ordem de prisão.

<sup>286</sup> LOPES, 1979. Op cit. Pag. 46.

maior parte dos oficiais e praças se manifestou contrariamente ao impedimento de Jango. Nesta cidade, a força pública chegou mesmo a planejar a prisão dos ministros militares e demais militares golpistas, junto com Mazzilli. A ação seria coordenada por um coronel reformado do exército. O plano só não foi levado à frente, na visão de Carli, por causa da intervenção de um deputado federal do PTB, muito ligado a Jango: “A ponderação era a de que o governo do Presidente Mazzilli era legal e o golpe contra os ministros militares de um governo constitucional, seria um desserviço à causa do vice-presidente da República<sup>287</sup>”.

Ocupando interinamente a Presidência da República, mas sem o poder de fato, Mazzilli convidou para reunião no Palácio do Planalto os líderes partidários que naquela ocasião eram 12. O objetivo era buscar uma solução de conciliação. Começou a surgir a ideia da solução parlamentarista. No dia 30, na tentativa de fazer cessar a resistência e se livrar de um incômodo, Denys nomeou Cordeiro de Farias comandante do III Exército<sup>288</sup>. Machado Lopes, em pleno processo de resistência se recusou a passar o comando. Cordeiro se limitou a mobilizar em torno de 1200 homens em Santa Catarina e de lá pressionar Machado para que passasse o comando. Enquanto isto, o número de unidades que se declaram contrários à orientação dos ministros militares se avolumava. No dia 31 de agosto, coronel Luna Pedrosa, comandante do 11º Regimento de Infantaria, em Minas Gerais se declarou fiel à constituição e se recusou a movimentar suas tropas conforme determinação do comandante do I Exército, general Nestor Souto de Oliveira<sup>289</sup>. Logo em seguida, em São Paulo (região do II Exército) o Coronel Creso Coutinho da Costa, após reunião com os oficiais do 2º Batalhão de Caçadores, sediado em São Vicente, recusou as ordens do comandante do II Exército general Oswaldo de Araújo Mota de Marchar contra as tropas do III Exército. Percebendo que a maior parte das tropas paulistas apoiava a posse do vice-constitucional, o comandante do II Exército mandou prender e substituir o coronel desobediente, mas começou a mudar de posição em relação ao impedimento de Goulart e passou a afirmar que seu exército estaria pronto a aceitar a decisão do Congresso, ainda que manifestasse uma simpatia maior pelo parlamentarismo de tipo alemão. No dia 31 de agosto, em consonância com

---

<sup>287</sup> CARLI, 1961. Op cit. Pag. 142.

<sup>288</sup> De acordo com Bandeira, as divergências entre Cordeiro de Farias e Denys estavam se tornando mais fortes em meio à crise da renúncia, e o chefe do EMFA já estava se movimentando para derrubar Denys. Este teria sido um dos motivos para a nomeação de Cordeiro de Farias para o comando do III Exército: “nomeando-o comandante do III Exército rebelado no sul, para que não tomasse posse e se desmoralizasse”. BANDEIRA, 1979. Op cit. Pag. 58.

<sup>289</sup> GUEDES, Carlos Luís, *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979. Pag.62.

Machado Lopes, o general Benjamin Rodrigues Galhardo distribuiu comunicado dando integral apoio à posse de Jango. Na área do I Exército, no Rio de Janeiro, todas as unidades mais importantes se manifestavam contrárias às orientações de Denys. Entre as unidades sublevadas na Guanabara, estavam: “o 3º Batalhão de Carros de Combate (Realengo), o 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (Vila Militar), o Regimento de Reconhecimento Mecanizado (Campinho), a maioria dos paraquedistas da divisão Aerotransportada, do Regimento Escola de Infantaria, subunidades do Regimento Floriano e o Regimento Escola de Infantaria. Já 150 oficiais, por esse motivo, estavam presos”.<sup>290</sup>

Em 1º de setembro, Goulart chegou a Porto Alegre e recebeu apelos de Brizola para que não aceitasse a emenda parlamentarista, embora contatado por congressistas ele já tivesse cedido. Logo em sua chegada, Goulart tomou contato com Kruel. Esse general que, conforme demonstraremos no terceiro capítulo, seria a partir daí até o primeiro semestre de 1963 seu principal assessor militar, se manifestou favorável à posse de Jango na condição em que este aceitasse. Como Jango já concordava com a fórmula parlamentar, o trabalho ficava ainda mais fácil, ainda mais que o “dispositivo militar” de Denys já dava claros sinais de esgotamento, visto o grande número de manifestações contrárias a seu intento de impedir a posse do vice-presidente eleito. Segundo Carli, às 16 horas o general Kruel teria procurado no Rio o general Segadas Viana para, na qualidade de general mais velho do exército, transmitir aos ministros militares o comunicado de um grupo de generais de que não estavam de acordo com o posicionamento assumido pelos ministros e que estavam prontos a empossar o vice-presidente João Goulart na forma que determinasse o Congresso Nacional. Os generais que faziam semelhante pronunciamento eram: Osvino Ferreira, Ladário Teles, Amaury Kruel, Paiva Chaves, Teles da Costa, Idílio Sardemberg e Nelson de Melo. Ainda de acordo com este autor, também no dia 1º de setembro os ministros militares receberam um memorial assinado por vários almirantes em que manifestaram sua discordância em relação ao impedimento de Jango. Assinaram o memorial os almirantes: Luis Otávio Brasil, Fernando Carlos Matos, Ângelo Nolasco, Figueiredo Costa, Melo Batista, Hélio Guarnieri Sampaio, Araripe Macedo e Chagas Diniz, logo mais 12 almirantes se solidarizam aos signatários do documento.

---

<sup>290</sup> CARLI. 1961. Op cit. Pag. 145.

O comandante do II Exército, sentindo a mudança na correlação de forças, começou a mudar de posição. Ao receber um telefonema de Kruel, (este general pretendia levar Goulart do Rio Grande a Brasília por via terrestre) para saber do seu comportamento caso Jango passasse na área de seu comando, o general Oswaldo de Araújo Mota se mostrou disposto a cooperar, de acordo com Kruel:

Telefonei para o Oswaldo, que no começo também estava indeciso, não é que ele fosse contrário, nem a favor, ele não sabia o que estava acontecendo. Tanto que o Oswaldo me disse: “Mas se vier ordem do ministro da Guerra”? Eu disse: “Isso é problema teu. Eu quero saber o que você resolve”. Ele me disse: “Não! Eu não faço nada aqui a ele”<sup>291</sup>

No dia 2 de setembro, os jornais davam destaques às declarações do coronel Fausto Gerp em discordância às ordens de Denys. Tal coronel havia sido preso por ordem do brigadeiro Ernani Pedrosa Hardman, chefe da 1ª Zona Aérea, mas a situação no Pará estava longe de ser considerada tranquila<sup>292</sup>. Mas neste mesmo dia 2, a emenda parlamentarista foi aprovada.

De início os ministros militares se recusavam a permitir a posse de Goulart ainda que sob regime parlamentar. Mas diante da possibilidade de que Jango viesse a assumir o poder na crista de um movimento de massas, a solução foi rapidamente aceita. Em suas memórias, Denys procura eufemismos para justificar a atitude tomada:

Nessa conjuntura, os governadores dos estados apresentaram uma solução de acordo com a emenda parlamentarista, que aceitei, com os outros dois ministros militares, para contrariar os comunistas, que queriam uma solução pelas armas, ode lucrariam, mesmo vencidos, por introduzir no País, uma divisão interna que se eternizaria e lhes daria oportunidades boas para outras lutas futuras<sup>293</sup>.

Antes da chegada de Goulart, ainda uma nova tentativa de golpe partindo da Aeronáutica ameaçava o desfecho negociado da crise. Um grupo de oficiais da Aeronáutica (talvez ainda impregnados de Aragarças e Jacareacanga), inconformados com a solução parlamentarista e com a iminente posse de Jango ameaçava abater o avião que transportaria o Presidente ou forçar-lhe a rendição, era a chamada “Operação Mosquito”. Ainda no dia 4, Mazzilli recebeu a visita dos ministros militares,

---

<sup>291</sup> Entrevista com Amaury Kruel, realizada por Maria Cecília Ribas Carneiro e Hélio Silva, Rio de Janeiro, Arquivo Pessoal de José Murilo de Carvalho, SD.

<sup>292</sup> CARLI, 1961. Op cit. Pag. 161

<sup>293</sup> DENYS, 1980. Op cit. Pag. 102.

informando-o de que não poderiam manter a promessa anteriormente feita de garantir a segurança de Jango em seu traslado do sul ao planalto central em razão de não possuírem condições técnicas para impedir que uma operação como esta pudesse frustrar todos os seus esforços. Diante da insatisfação de Mazzilli com a situação apresentada pelos ministros, Grüm Moss apresenta seu pedido de demissão, mas esta é recusada pelo Presidente em exercício (ao que parece, neste momento, com um pouco mais de autoridade). Mazzilli questionou Grum Moss sobre o porquê o ataque ao voo de Goulart não podia ser impedido. Afinal se existiam pilotos dispostos a abater o avião que transportaria o presidente, haveria também pilotos que o defendessem, e abatessem o avião rebelde, se necessário. Após tensa negociação, em que se envolveram também Denys e Geisel, ficou acertado que o Exército impediria a decolagem dos aviões mediante uma espécie de “operação Limpeza”, que consistiu na vigilância das bases da Aeronáutica e no afastamento dos elementos potencialmente suspeitos dos meios necessários a realizar tal intento. Além das medidas tomadas pelas altas autoridades militares, os sargentos, que então já constituíam uma força política organizada também deram sua contribuição por sua própria conta, retirando dos aviões peças essenciais ao seu funcionamento. No capítulo seguinte, abordaremos em mais detalhes a relevância da mobilização dos praças nesse período tanto como força política em defesa da legalidade, tanto como elemento de crise hierárquica que foi explorada pela oposição militar.

Vencidos em seu intento de impedir pelas armas a posse de João Goulart, os golpistas não foram, todavia completamente derrotados. A emenda parlamentar foi, para todos os efeitos, o golpe possível, na medida em que constituía uma clara limitação para o herdeiro de Vargas no poder.

Goulart tomou posse no cargo de presidente da República no dia 7 de setembro de 1961. A continuidade da crise política e militar que viria a culminar com o golpe de 31 de março/1º de abril será analisada detidamente nos terceiro, quarto e quinto capítulos deste trabalho. Analisaremos a seguir a mobilização dos praças e a difusão pelos oficiais ligados à oposição militar da doutrina da Guerra Revolucionária. Instrumento doutrinário-militar que se constituiu na principal ferramenta de mobilização ideológica dos golpistas no período que precedeu à deposição do presidente constitucional.

## Capítulo 2:

### **A mobilização dos sargentos: a farsa da quebra de hierarquia.**

#### **Introdução:**

Para além da cooptação de uma parte importante da oficialidade para um projeto burguês de Estado sob a hegemonia do bloco multinacional e associado, a subversão militar durante o governo Jango também contou com elementos intrínsecos à caserna. Entre as principais motivações deste tipo está o fenômeno da politização dos subalternos, o chamado “movimento dos praças” ou “movimento dos sargentos”. Essa mobilização foi um fator de divisão não apenas entre conspiradores e legalistas como também entre as próprias hostes de defesa de Jango. Não é objetivo deste trabalho fazer uma profunda reflexão sobre o movimento dos praças. Cabe-nos, todavia apontar algumas das principais pesquisas sobre o tema. Malgrado a centralidade que os militantes do golpe atribuíram a esse fato, as pesquisas sobre a luta dos subalternos demoraram bastante para atrair na historiografia o devido interesse. A menção ao despertar político deste segmento ainda tem por parte de trabalhos importantes sobre o processo do golpe de 1964 uma abordagem superficial e não raro reprodutora dos argumentos da oficialidade conservadora em defesa da “hierarquia”, “contra o comunismo”, etc.

Liseane Morosini<sup>294</sup> analisa o movimento dos praças nas Forças Armadas desde o período aberto com a Revolução de 30 até a década de 1960. A autora aborda o movimento de politização deste segmento no período anterior ao governo de Goulart, mas a leitura de seu trabalho fornece vários elementos no que concerne aos móveis dessa mobilização e o tipo de reação da oficialidade a essa manifestação política. Como observa a autora, a luta política dentro das Forças Armadas era um fato na história brasileira, todavia a oficialidade em sua maioria, no mesmo movimento em que arrogava a legitimidade de seus pronunciamentos, recusava esse direito quando os atores não eram eles e sim seus subordinados: “Nas revoltas lideradas por oficiais superiores e intermediários muitas vezes houve condescendência, mas, nas promovidas por praças, o argumento da corrosão da estrutura fez com que o combate fosse sempre

---

<sup>294</sup> MOROSINI, Liseane. Mais deveres que direitos: os sargentos e a luta pela cidadania Negada (1930-1960). Dissertação de Mestrado, IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

mais ostensivo”<sup>295</sup>. Para Morosini, o movimento dos subalternos e sua luta pelos direitos de cidadania devem ser compreendidos dentro do contexto da politização das classes populares nesse período. Nesse sentido é preciso analisar não apenas a politização militar em si, mas sua interação e articulação com o conjunto da sociedade civil e a identificação de classe que os sargentos faziam entre si próprios e conjunto das classes populares. Essa convergência os levava a não se identificarem meramente como subalternos, mas como parte das classes trabalhadoras em luta por seus direitos e interesses.

Paulo Parucker<sup>296</sup> aborda o movimento dos sargentos a partir de um episódio de grande significação histórica: A Revolta dos Sargentos de 1963 em Brasília. Além de um resgate factual sobre este episódio histórico e suas repercussões políticas e militares, o autor faz uma reflexão acerca da busca dos direitos políticos por parte desse segmento e contra a cassação do mandato de seu representante eleito para a Câmara dos Deputados, o Sargento Antonio Garcia Filho. Sendo esse um dos eventos principais reivindicado pelos militares oposicionistas para justificar o engajamento pela deposição do governo Goulart, chama atenção o fato de o trabalho do autor ser até os dias atuais o único a analisar em profundidade esse evento.

Flávio Luís Rodrigues<sup>297</sup> faz um balanço historiográfico da abordagem sobre o a Rebelião dos Marinheiros em março de 1964. O objetivo do autor é questionar alguns dos argumentos centrais presentes nos principais trabalhos sobre o processo do golpe, onde o movimento dos praças e especificamente a Revolta dos Marinheiros aparecem como “responsáveis” pela reação da direita militar. Em sua abordagem, Rodrigues faz um balanço desde os governos de Vargas, passando pelo governo Goulart e pelo contexto nacional e internacional em que se deu a politização dos praças. O foco do autor é a formação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e todas as influências e elementos que influíram em sua formação e atuação política. A partir da voz dos próprios sujeitos históricos (os marinheiros), o autor elabora sua crítica às interpretações mais conhecidas sobre esse movimento.

---

<sup>295</sup> Ibid. pag. 68.

<sup>296</sup> PARUCKER, P. E. C. Praças em pé de guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964. Dissertação (Mestrado) — PPGH/ICHF, UFF, Niterói, 1992..

<sup>297</sup> RODRIGUES; Flávio Luís: *Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo; Ed. Cortez, 2004.

Anderson da Silva Almeida<sup>298</sup> tem como objeto de estudo as trajetórias de vida dos praças envolvidos na Revolta dos Marinheiros em março de 1964. O autor parte da análise da revolta, a qual prefere o termo “rebelião”<sup>299</sup> e vai até o momento da anistia, em 1979. Almeida aborda ainda, a interpretação que esses personagens faziam de sua própria história e do processo que viveram. Analisa a trajetória pessoal e política de alguns dos principais membros do movimento que derrotados em 1964, permaneceram ainda em luta contra os oficiais golpistas vitoriosos dentro dos movimentos de resistência à ditadura militar. Alguns ingressaram em organizações da esquerda armada. Outros prosseguiram na luta pela reconquista de seus direitos de cidadania. E também existiram aqueles que, com todas as limitações impostas a um cidadão expulso das Forças Armadas em um país com governo militar, tentaram sobreviver e se reintegrar à sociedade.

César Daniel de Assis Rolim<sup>300</sup> estuda a relação entre o Leonel Brizola e o movimento dos subalternos das Forças Armadas entre 1962 e 1964, período em que exercia o governo do Rio Grande do Sul. Seu trabalho dedica especial atenção aos movimentos do então governador gaúcho no sentido de atrair o apoio organizado dos praças para um determinado projeto reformista e pela resistência a um possível golpe de Estado, bem como a reação deste movimento no seio das correntes militares nacionalistas e antinacionalistas. Este processo de pesquisa se dá mediante a contextualização do movimento dos praças e de Brizola a partir da interação entre estes personagens e o prática populista do PTB e das articulações das correntes políticas militares com a sociedade civil.

Há que se mencionar ainda, como importante fonte para o conhecimento do assunto, o livro de memórias de Avelino Bioen Capitani<sup>301</sup>, um dos participantes da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e ativo participante do processo. Avelino faz uma rica reflexão sobre a politização desse segmento, de suas articulações com os outros movimentos sociais, suas principais reivindicações, e sobre a natureza da mobilização dos subalternos no interior da Marinha, sendo uma das mais valiosas fontes publicadas sobre o assunto.

---

<sup>298</sup> ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. Dissertação de Mestrado - UFF, Niterói, 2010.

<sup>299</sup> Ibid. pag. 20.

<sup>300</sup> ROLIM, Cesar Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas brasileiras: (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado UFRGS, Porto Alegre, 2009.

<sup>301</sup> CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos marinheiros*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

Uma parte significativa dos sargentos apoiou João Goulart especialmente em relação às reformas de base. Mas a disposição por vezes mencionada de deter com a força das armas, se preciso, um eventual golpe das “forças reacionárias” foi um fator de crise no seio do próprio “dispositivo militar” do presidente. Segundo Raimundo Porfírio Costa, a época Delegado da Associação de Cabos e Marinheiros do Brasil, a importância dos praças como força de contenção da direita militar era correntemente conhecida entre os apoiadores de Goulart: “Aqueles ministros mais chegados ao Goulart, apoiavam nossa associação porque sabiam que os praças de todas as três forças no caso aí, estavam com o governo”<sup>302</sup>. No interior da caserna, o apoio à politização dos subalternos não foi unânime, e mesmo alguns oficiais que em princípio estavam dispostos a reconhecerem a justeza das reivindicações sentiam-se tolhidos na possibilidade de prestar maior auxílio ao movimento. Segundo o general João Evangelista Mendes da Rocha, mesmo entre o grupo de oficiais mais progressistas e até favoráveis aos pontos de vistas defendidos pelos sargentos, não existiu uma ação clara no sentido de apoio. Para o depoente, isso se deveu em grande parte às questões hierárquicas, as quais dificultavam qualquer manifestação de simpatia: “Esse sentimento hierárquico é um dos motivos de 64. Essa cadeia de comando hierárquico bloqueou muito a ação. Esse espírito de disciplina e hierarquia talvez sobrepujasse a questão de uma ajuda e colaboração dos sargentos”<sup>303</sup>. Mesmo diante das dificuldades apontadas por esse general, alguns oficiais do “dispositivo militar” de João Goulart procuram dialogar com os sargentos. Segundo Porfírio, em 1962, vários oficiais apoiaram a iniciativa e: “Nós tínhamos como padrinho da nossa associação, almirante, que era Ministro da Marinha na época, que era o Pedro Paulo de Araújo Suzano”<sup>304</sup>.

Esse também é o caso do Brigadeiro Dirceu Guimarães, que pouco depois do golpe, na preparação de sua defesa (que não evitou sua reforma), também mencionou o movimento dos sargentos. Diferentemente de muitos de seus contemporâneos e até do que muitos historiadores consideraram razoável em momento posterior, tal oficial sempre buscou o diálogo: “Sempre, como comandante, procurei entrar em contatos diários com meus comandados”<sup>305</sup>. Esse brigadeiro assume em sua defesa que, logo

---

<sup>302</sup> Entrevista com Raimundo Porfírio da Costa, realizada por Fabiano Godinho Faria, Rio de Janeiro, 18/01/2012.

<sup>303</sup> Entrevista com João Evangelista Mendes da Rocha, Realizada por José Murilo de Carvalho e José Maria Jardim, Rio de Janeiro, 15/12/1979.

<sup>304</sup> Entrevista com Costa, 2012. Op cit.

<sup>305</sup> Carta de autodefesa de Dirceu de Paiva Guimarães. Rio de Janeiro, manuscrito, Arquivo pessoal de Carlos Gabriel Guimarães, SD.

após a rebelião dos sargentos em 1963, por exemplo, foi um dos primeiros a defender o diálogo como forma de se evitar novas rebeliões. O fato do apelo de Dirceu não ter encontrado eco pode ser explicada tanto pela arraigada tendência a soluções pela via da repressão da direita militar, quanto pelo possível interesse de que o problema não fosse solucionado. Não só Dirceu, mas também o próprio Ministério da Aeronáutica também se inclinou pelo diálogo. Em sua defesa, Dirceu anexa um rádio oficial deste ministério que foi transmitido a todas as unidades da FAB, logo após a Revolta de 1963, determinado “que os oficiais mantivessem diálogos com os sargentos afim de melhor esclarecê-los”<sup>306</sup>. Abaixo segue o conteúdo da comunicação:

Para todos os comandos (cifrado)

123/GM2/1010 – Recomendo todas medidas devem ser tomadas afim de evitar divórcio entre oficiais ET<sup>307</sup> sargentos PT Oficiais devem compreender que têm que prestar assistência pessoal VG manter diálogos VG esclarecer VG orientar sargentos mantendo máximo contato possível ET fazendo com que os mesmos compreendam por fatos ET atitudes não existir nenhuma prevenção dos oficiais para com seus subordinados diretos PT Essa ação de presença compreensiva ET cordial deve inclusive se manifestar pelo acompanhamento VG assistência ET interesse dos oficiais para com os serviços especializados executados pelos sargentos VG que certamente sentirão nessa atitude natural dos oficiais uma prova de estímulo ao trabalho que realizam PT

Miniaer<sup>308</sup>

A movimentação dos praças não foi algo que surgiu no tempo de João Goulart, conquanto seja inegável que durante sua gestão teve esta sua maior articulação, força e prestígio. O movimento reivindicatório por parte dos subalternos das Forças Armadas surgiu no início do século XX. No Brasil, a Revolta da Chibata (1910) foi seu momento mais glorioso e importante. Para boa parte dos praças, a figura de João Cândido, líder mais conhecido deste processo histórico, era a um só tempo mito e inspiração<sup>309</sup>. A mesma Revolta da Chibata é assunto tabu até os dias atuais para a oficialidade (especialmente da Marinha). Constitui também vigoroso argumento de que a hierarquia pode sim ser repensada e transformada. As agitações militares que ocorreram no Brasil ao longo da década de 20 e que de modo geral são colocadas dentro do largo conceito do tenentismo tiveram também a participação dos praças. Em uma república formada

---

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Para compreensão do texto: por “ET” se compreenda “e”, por PT e VG, respectivamente ponto (.) e vírgula (,).

<sup>308</sup> Cópia rádio circular: “123/GM2/1010”, Rio de Janeiro, manuscrito, Arquivo Pessoal de Carlos Gabriel Guimarães, SD. Grifos no original.

<sup>309</sup> Para uma leitura mais aprofundada recomendamos: MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*, 5ª edição, 2009, Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ.

sob a recorrência de intervenções militares, não demorou muito para que não apenas os comandantes, mas também os homens que manejavam diretamente as armas e tropas percebessem sua importância e logo em seguida pensassem em si mesmos enquanto categoria também importante e com interesses próprios. As principais bandeiras e reivindicações dos praças no começo do século eram muito parecidas com aquelas levantadas na década de 60: estabilidade, direito de contrair matrimônio e constituir família independente de autorização de oficial superior, melhores soldos, possibilidade de ingresso no oficialato, melhor alimentação, valorização da carreira, etc. Todavia desde o primeiro momento, a tomada de consciência para si por parte dos praças foi combatida pelos oficiais, mesmo entre a maioria dos tenentes e também pelos revolucionários de 30. Como exemplifica Carvalho: “Mesmo iniciativas pacíficas, como a Federação de Sargentos, fundada em 1935, não foram aceitas por Góis Monteiro, com base na alegação de que quem devia defender os sargentos eram seus chefes”, e enfatiza que para os oficiais daquela época, a subversão dos subalternos: “Constituía ameaça mais séria do que as rebeliões de oficiais”<sup>310</sup>. Mesmo após a cisão dos oficiais nas facções nacionalistas e antinacionalistas, a defesa de uma rígida hierarquia, ao ponto da separação, entre praças e oficiais foi senso comum e dogma para grande maioria de membros dos dois lados. Qualquer que fosse o posicionamento dos oficiais a respeito de questões políticas mais gerais, a noção de que aos praças não cabia pensar sobre si mesmos e menos ainda sobre a sociedade era amplamente predominante. Segundo Sodré, falando do contexto da década de 1960:

Sargento pensar, sargento estudar, sargento participar, sargento ter direito de julgamento pareceram formas subversivas, a que era necessário atender de pronto, não no sentido de encaminha-las, de coloca-las a serviço da estrutura militar e do país, mas no sentido de reprimi-las de vigia-las de considera-las marginais e condenáveis<sup>311</sup>.

A movimentação dos praças na década de 1960 ameaçava colocar em xeque alguns dos pressupostos tidos como básicos da instituição militar. O que queremos afirmar aqui é que, caso tivessem sucesso em suas reivindicações, o movimento dos cabos e sargentos poderia colocar em novos termos as relações entre praças e oficiais. Em um país de pouca participação em conflitos internacionais, a estruturação das Forças Armadas serviu ao longo da história ao duplo objetivo de garantir pelo uso da violência

---

<sup>310</sup> CARVALHO, 1999. Op cit. Pag. 58.

<sup>311</sup> SODRÉ, 1965. Op cit. Pag. 385.

considerada legítima, um tipo de Estado excludente em favor das classes dominantes, e de outro servir de porto seguro aos filhos desta elite que encontravam nestas instituições emprego seguro e estável enquanto oficiais. No Brasil, historicamente a distância entre praças e oficiais foi mantida de forma muito intensa. De acordo com Rouquié, durante o período do colonial “Os oficiais de carreira tornaram-se nobres, já que sua patente era reconhecida pelo Rei. Seus descendentes são igualmente nobres e podem, dessa forma, tornarem-se oficiais”<sup>312</sup>. Ao passo que no caso da tropa: “O recrutamento e a disciplina eram assegurados através de arregimentação forçada e castigos corporais”<sup>313</sup>. Ainda segundo o mesmo autor:

Mesmo levando em conta a diferença de natureza entre as forças armadas brasileiras pelos idos de 1810 e as forças armadas no fim do século XX, ainda podemos acreditar que a arrogância militar, assim como o sentimento messiânico de superioridade, não é apenas uma decorrência previsível da ética corporativa, mas pode igualmente derivar de uma certa nostalgia aristocrática, de um traçado subterrâneo na memória coletiva imperial<sup>314</sup>.

Essa tradição, de raízes recuadas no tempo, era percebida claramente por alguns oficiais durante a década de 1960, entre eles, o almirante Ivo Corseuil<sup>315</sup>, que em entrevista concedida a José Murilo de Carvalho e a José Maria Jardim, assim explicou a tendência conservadora da Marinha: “Isso vem da velha aristocracia do Império, a Marinha era muito aristocrática. Quando eu entrei para a Marinha gente de cor não entrava”<sup>316</sup>. Em se tratando de uma instituição do tipo das Forças Armadas, a permanência de valores e protocolos de pensamento e leitura de mundo durante períodos tão longos não deve causar espanto, afinal, como observa Rouquié: “É surpreendente constatar como os comportamentos são semelhantes e as “mentalidades” são próximas em militares afastados no tempo e no espaço”<sup>317</sup>. Assim, a submissão da tropa constituída por elementos com origem nos estratos mais baixos da população a uma oficialidade recrutada na elite é anterior à existência dos regulamentos disciplinares que visaram a todo tempo ocultar com linguagem jurídica um conflito que no fundo é de classe, ou seja, que reproduz de forma ritualizada no interior de uma instituição de

---

<sup>312</sup> ROUQUIÉ, 1984. Op cit. Pag. 64.

<sup>313</sup> Idem.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> À época dos acontecimentos aqui analisados, Ivo Corseiuu era membro do Alto Comando Militar. Entrevista com Ivo Corseiuu, realizada por José Murilo de Carvalho e José Maria Jardim, Rio de Janeiro, Arquivo Pessoal de José Murilo de Carvalho, 07/12/1979.

<sup>316</sup> Idem.

<sup>317</sup> ROUQUIÉ, 1984. Op cit. Pag. 92.

Estado, uma forma de dominação que se processa no âmbito civil sob os aspectos político e econômico. José Murilo de Carvalho observa que a organização das forças armadas como instituição nacional obedeceu ao imperativo de mascarar esse conflito por meio dessa submissão regulamentar:

Havia dois tipos distintos de conflito: um entre praça e oficiais, outro entre oficiais. O primeiro era estrutural, dividia o Exército e a Marinha horizontalmente e provinha de um modelo de organização militar adotado no Brasil – tradicional nos Exércitos ocidentais –, que separava nitidamente o oficialato dos praças. Nesse modelo, a posição dos praças é sempre difícil e incômoda, pois se veem em permanente desvantagem diante do oficialato <sup>318</sup>.

O corpo de oficiais proviria das escolas militares acessíveis, apesar dos discursos em contrário, apenas a um grupo restrito, que podia atender aos critérios de seleção que envolvia desde a exigência de alfabetização, estruturação familiar e até a herança étnica. Os critérios de seleção visavam explicitamente à seleção dos filhos das camadas mais favorecidas e em menor grau daqueles que poderiam a ela ascender. Ainda de acordo com Carvalho, na organização das Forças Armadas durante a reforma promovida por Góis Monteiro, os legisladores procuraram dificultar ao máximo os meios para que os praças pudessem chegar ao oficialato e mesmo para que se sentissem estáveis em suas funções.

Procurou-se dificultar ainda mais a sua promoção ao oficialato. Os comissionados no campo de batalha foram transferidos para um quadro especial de segundos-tenentes. Além disso, procurou-se limitar seu tempo de permanência no serviço há nove anos, findos os quais teriam de voltar à vida civil. Tais medidas tinham a clara intenção política de eliminar os conflitos gerados pela situação das praças, além de buscar a formação de reservas. Seus efeitos, no entanto, foram duvidosos, e o problema dos sargentos retomou com força ao final da Era Vargas, constituindo fator importante na crise de 64<sup>319</sup>.

Deste modo, o posicionamento em relação à luta dos subalternos em defesa de sua estruturação e valorização nas forças armadas brasileiras durante todo o século XX, é também em parte uma tomada de posição com respeito ao tipo de Forças Armadas que se quer. Nesse sentido, os praças e alguns movimentos populares conseguiram ver e questionar uma realidade de maneira muito mais profunda e coerente que certa tradição historiográfica, a qual se apropriou dos conceitos de “hierarquia” e “disciplina” como se

---

<sup>318</sup> CARVALHO, 1999. Op cit. Pag. 59,60.

<sup>319</sup> CARVALHO, 1999. Op cit. Pag. 53.

esses não tivessem uma história e não pudessem ter um significado diferente que aquele professado pelos oficiais, especialmente os mais conservadores.

Para a quase totalidade dos oficiais que se engajaram no movimento conspiratório contra o governo de Goulart, ou mesmo para aqueles que aderiram a este em seus instantes decisivos, a mobilização dos praças foi apontada, não raro, como o motivo determinante. Esse é o caso, por exemplo, de Gustavo Moraes Rego, à época tenente coronel e conspirador: “A grande falha, que desencadeou o processo e colocou a instituição militar mobilizada, foi quando o Jango mexeu com os sargentos”<sup>320</sup>. A revolta dos sargentos em 1963, a Rebelião dos Marinheiros e a visita de Jango à solenidade promovida por sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro no Automóvel Clube (estes dois últimos eventos às vésperas do golpe) são apontados por grande parte dos historiadores e personagens como elementos decisivos para explicar a adesão de um grande número de oficiais ao movimento de deposição do presidente constitucional. O então coronel Kardec Leme, só para citar um exemplo, era importante homem do “dispositivo militar” de João Goulart, mesmo ele ressalta a repercussão negativa a um destes eventos: a Rebelião dos Marinheiros no sindicato dos metalúrgicos. De acordo com seu depoimento, no dia seguinte ao acontecido, era comum ouvir nos quartéis frases do tipo: “Olha, lamento muito, mas não podemos manter a legalidade se os que querem a legalidade estão agindo assim, quebrando a hierarquia e a disciplina”<sup>321</sup>. Na mesma linha, o general Octávio Costa atribui ao suposto incentivo de Goulart ao movimento dos subalternos um dos elementos chave para explicar o crescimento da oposição da oficialidade ao seu governo:

Profundo desconhecedor do papel dos militares na vida republicana, cometeu o erro palmar de tentar tratar as Forças Armadas através dos seus subordinados, através dos seus sargentos. (...) Ele achava que tendo a solidariedade dos militares subalternos poderia conquistar a solidariedade da própria classe militar. (...) Esses episódios foram se acumulando e geraram o episódio maior que foi o 31 de março de 64<sup>322</sup>.

---

<sup>320</sup> Entrevista com Gustavo Moraes Rego, In: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. Pag. 41.

<sup>321</sup> Apud MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. Pag. 103.

<sup>322</sup> Entrevista com Octávio Costa, in: DINES, Alberto, FERNANDES JR, Florestan, SALOMÃO, Nelma. *Histórias do Poder, 100 anos de política no Brasil, volume I: Militares, Igreja e Sociedade Cível*. São Paulo, editora 34, 2000 (a). Pag.164

De uma forma geral, a maior parte dos historiadores sobre o período em questão, acolheu de forma muito acrítica o argumento de “risco à hierarquia e das instituições” representado no movimento dos sargentos sem atentar para a historicidade desta questão. Apresentaremos a seguir os principais exemplos os quais, no curso deste capítulo, tentaremos desconstruir.

Um dos precursores das hipóteses que atribuem peso determinante à chamada “quebra de hierarquia” é Alfred Stepan, que tenta explicar o golpe de 1964 a partir das relações militares-política. Segundo este autor: “Ainda nos princípios de março de 1964, havia uma apreensão geral de que Goulart contava com um apoio bastante ativo”<sup>323</sup>. E teria sido justamente os acontecimentos do mês de março de 1964, com destaque para o comício de 13 de março e a Revolta dos Marinheiros, que teriam ocasionado à queda do presidente constitucional. As medidas de Jango diante do desafio lançado pelos subalternos mobilizados foi, de acordo com esse autor, a razão da falência do seu “dispositivo militar” citando um membro não identificado do alto comando à época: “A coisa afinal mais importante para movimentar a opinião militar contra ele [Goulart] foi a ‘inversão da hierarquia’. Mesmo os poderosos janguistas romperam com ele após o motim e seu discurso aos sargentos”<sup>324</sup>. Afirma que Jango, premido entre manter sua popularidade entre os praças e acalmar os oficiais apreensivos, optou pela primeira alternativa. Essa decisão, no julgamento desse autor aumentou a oposição dos oficiais<sup>325</sup>. Sendo talvez o primeiro a formular uma hipótese que seria amplamente aceita, afirma que o argumento de defesa da legalidade em função, entre outros motivos, pela quebra da hierarquia, funcionou como agregador para os oficiais indecisos e que recebiam uma ação contra Goulart em virtude de seus poderes constitucionais: “O rótulo de defensivo dado a esta conspiração aumentou a sua capacidade de angariar apoio”<sup>326</sup>.

Na trilha de Stepan, muitos autores atribuíram peso decisivo aos supostos equívocos de Goulart no trato com os praças mobilizados, entre estes, Argelina Figueiredo:

O tratamento que o governo deu a esse acontecimento [a Rebelião dos Marinheiros] foi mais um estímulo à ação dos militares. Goulart reverteu a ordem dada pelo Ministro da Marinha de reprimir o movimento, levando à sua demissão. (...) Com essa atitude, Goulart

---

<sup>323</sup> STEPAN, 1975. Op cit. Pag. 139.

<sup>324</sup> Ibid. Pag. 152.

<sup>325</sup> Ibid. Pag. 150.

<sup>326</sup> Ibid. Pag. 139.

foi acusado de transgredir ele próprio, os princípios de hierarquia e disciplina das forças armadas<sup>327</sup>.

Para Jorge Ferreira, a Revolta dos Marinheiros foi decisiva para golpe. De acordo com seu texto, não fosse os acontecimentos relacionados à mobilização dos subalternos durante o mês de março de 1964, os conspiradores não teriam força para depor Jango do poder:

Mesmo que grande parte dos oficiais não simpatizasse com Goulart, o sentimento negativo necessariamente não significaria que dessem um passo adiante no sentido de destituí-lo do poder. A meu ver, foi a revolta dos marinheiros o momento em que os militares legalistas cederam aos argumentos dos conspiradores, agravada com a ida de Goulart no Automóvel Clube ao lado de sargentos, marinheiros, fuzileiros navais e, inclusive, do cabo Anselmo. Tratou-se, para a oficialidade, de uma questão de sobrevivência da própria instituição<sup>328</sup>.

Skidmore também se coloca entre os autores que absorvem os argumentos da oposição militar contra Goulart ao afirmar que desde o segundo semestre de 1963: “parecia ele agora disposto a violar a disciplina do exército”<sup>329</sup>. Para este autor, reafirmando as versões correntes entre os militares conspiradores, o comparecimento de Goulart à solenidade promovida pelos sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro foi uma espécie de suicídio político:

Como para dar a seus inimigos uma justificativa final, o presidente concordou em comparecer a uma reunião de sargentos no Automóvel Clube, domingo à noite, dia 30 de março. Foi uma decisão que correspondeu praticamente a um suicídio político. Deixando de lado o texto preparado de seu discurso, recusou-se a fugir à responsabilidade dos ataques à disciplina militar. O tom com que discursou foi o de uma beligerante oração de despedida<sup>330</sup>.

Mesmo Luiz Carlos Prestes, dirigente do PCB e apoiador de Goulart, em entrevista concedida a Dênis de Moraes muito tempo depois dos fatos narrados, viu na mobilização dos praças durante o mês de março de 1964, os equívocos que possibilitaram o golpe (por mais que o jornal do PCB *Novos Rumos* à época tivesse tomado outra postura): “Nós nos opomos ao levante de sargentos em Brasília e não

---

<sup>327</sup> FIGUEIREDO, 1993. Op cit. Pag. 184.

<sup>328</sup> FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. O Brasil republicano. O Tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Pag. 397.

<sup>329</sup> SKIDMORE, 1982. Op cit. Pag. 321.

<sup>330</sup> Ibid. pag. 362.

participamos da organização da reunião dos sargentos no Automóvel Clube. Aquela reunião foi decisiva para o golpe. Qual é o oficial do Exército que vai ficar tranquilo sabendo que o presidente da República se dirige, naquela linguagem, aos sargentos”<sup>331</sup>?

É facilmente constatável que noção de que o golpe militar foi um acontecimento determinado num curto prazo está consolidada para um setor importante da historiografia. O objetivo deste capítulo é dialogar com essas interpretações e relativizar a importância dos eventos do mês de março de 1964, em especial a mobilização dos praças, enquanto causas fundamentais para a deposição de Jango. Para tanto, analisemos em seguida o significado que o conceito de hierarquia tem nas instituições militares e de que forma essa questão se tornava num elemento central na análise que os oficiais da direita militar faziam da conjuntura àquela época.

### **As Forças armadas enquanto Instituições Totais:**

Para debater o tipo de relação que se trava no interior das Forças Armadas entre praças e oficiais, utilizaremos o conceito de “instituição total”, na acepção de Erving Goffman<sup>332</sup>. As instituições totais são espaços de poder que, como sugere o segundo termo, tem por fim o controle total de seus internos, desde a indumentária, passando pelos corpos físicos e chegando mesmo à consciência e visão de mundo, de acordo com o autor: “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”<sup>333</sup>.

Na sociedade moderna, os indivíduos de uma forma geral tendem a dormir, trabalhar, interagir socialmente, estudar e se divertir em lugares específicos para cada um destes fins. Nas instituições totais, estas diferentes esferas de socialização tendem a se concentrar num único estabelecimento. Estas características são perfeitamente visíveis nas instituições militares. Com frequência os praças (especialmente de patentes mais baixas) vivem nos quartéis, seja em função da internação em escolas militares (de praças), seja em função da proveniência de cidades distantes ou mesmo por

---

<sup>331</sup> APUD, MORAES & VIANA, 1982. Op cit. Pag. 173.

<sup>332</sup> Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1974.

<sup>333</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 11.

comodidades financeiras. O indivíduo militar nestas condições tem absoluta consciência de que está à disposição de seus superiores a qualquer tempo.

O processo de condicionamento dentro de uma instituição total se inicia com um violento choque, uma separação radical de sua antiga convivência e de sua antiga identidade social. É muito comum a prática do trote, uma espécie de boas vindas. O recém-ingresso passa por várias experiências traumatizantes, como o corte de cabelo, a atribuição de um nome e um número, rituais de humilhação frente aos colegas mais antigos na instituição, além de uma grande quantidade de exercícios físicos. As recepções aos calouros e os diversos ritos de entrada que fazem parte da iniciação militar e tem o objetivo de marcar aquela experiência como o começo de uma nova fase em sua vida, o adquirir de uma nova qualidade e uma nova dimensão que há de marcar o indivíduo por toda a sua vida. Um exemplo do ritual de trote pode ser observado no trabalho de Celso Castro, no ingresso dos novos alunos da AMAN: “Só se tornam cadetes após a matrícula (...). Nesse meio tempo eles vivem o que é conhecido como ‘período de avaliação’. (...) a transição é brusca e intensa”<sup>334</sup>. Nas escolas militares este processo de dessocialização é acentuado em função da mudança da cidade de residência. A mudança de nome e o registro de sua admissão na instituição tem a função de estabelecer uma nova cronologia para uma supostamente nova identidade: “É assim que as datas de idade podem ser suprimidas, em instituições totais muito radicais pode ocorrer a mesma coisa com os nomes, trocados no momento da admissão, como (presumivelmente) para simbolizar uma ruptura com o passado e uma aceitação da vida do estabelecimento”<sup>335</sup>.

Nos primeiros meses, receberá designações pejorativas, como calouro ou peixe<sup>336</sup>. Aos novatos serão dadas tarefas sempre pesadas ou consideradas de pouco valor. Além disso, a quantidade de minúcias exigidas, muitas delas aparentemente inúteis, pode transmitir aos recrutas a ideia de que seu tempo não tem valor. Esta característica é também observada por Castro no caso dos cadetes na AMAN: “Essa pressão seria exercida principalmente pelos tenentes (...) através dos ‘exercícios de vivacidade’, ordens dadas em sequência rápida e sem uma finalidade aparente”<sup>337</sup>. Os ritos de ingresso são justificados com aparente racionalidade. Todavia a lógica só é

---

<sup>334</sup> CASTRO, 1990. Op cit. Pag. 19.

<sup>335</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 104.

<sup>336</sup> “Peixe” é um gíria muito comum no exército brasileiro, não se sabe ao certo a origem, mas o significado algo pejorativo, refere-se a alguém protegido.

<sup>337</sup> CASTRO, 1990. Op cit. Pag. 20.

aceitável abstraindo-se o discurso ideológico nela embutido. Seguindo ainda o exemplo da AMAN, o rigor no trato com os novatos é aceito por todos como “uma ‘peneira’ que visa levar à desistência pessoas que não possuem vocação ou força de vontade suficiente para o ingresso na carreira militar”<sup>338</sup>. Tal afirmação carrega a noção não questionada de que as habilidades requeridas para a vida militar são inatas e que as pressões exercidas sobre os candidatos seriam um meio eficiente para revelar os “fracos” e os “aptos”. Como todos os oficiais de carreira foram “aprovados” neste teste, assim como todos os cadetes que efetuam a matrícula, tal argumento é aceito por todos e constitui uma forma de auto-valorização, de distinção, entre os de “dentro” e os de “fora”. Mesmo depois de concluído o curso em escola militar, sua vida profissional será marcada por constantes mudanças de endereço, de modo que a possibilidade de constituir relações duradouras será imensamente dificultada, o maior vínculo afetivo ao longo do tempo de vida de sua carreira militar, será com a instituição e seus pares. Permanecendo no exemplo da AMAN, existe também um rito de saída. O qual mesmo sendo um tipo de despedida, também carrega fortes elementos de continuidade, de passagem a um estágio superior:

Quatro anos mais tarde tos que conseguirem “transpor os obstáculos” sairão da academia pelo mesmo portão, mas agora pelo lado oposto, onde está escrito “Saída dos novos aspirantes”. Nesse intervalo, lerão diariamente outra inscrição, em letras grandes, no pátio interno: “Cadetes”! Ides comandar, aprendei a obedecer<sup>339</sup>.

Todas as instituições totais almejam o controle o maior possível de seus membros, especialmente de seus subordinados. Esse controle não circunscreve tão somente ao tempo em que o indivíduo em questão está servindo-a diretamente. Deve necessariamente se estender a todos os aspectos de sua vida, de suas atividades físicas, de seus pensamentos, comportamentos sociais e pensamento político. A contínua referência aos mitos nacionais e personalidades históricas de prestígio militar (Como Duque de Caxias, por exemplo), o exercício da participação política e o cuidado com a aparência. Na AMAN, para citar mais um exemplo, as Normas Gerais de Ação (NGA) regulam não somente a rotina dentro da instituição, mas o comportamento dos cadetes nos horários de folga. As normas de conduta nem sempre são objetivas e deste modo podem ser reivindicadas a qualquer momento para punir o “mau” comportamento do aluno: “Quando dançando, deverá evitar o exibicionismo, fugindo sempre do ridículo ou

---

<sup>338</sup> Ibid. Pag. 19.

<sup>339</sup> Ibid. Pag. 21.

das atividades incompatíveis com a seriedade do uniforme e dignidade do próprio militar”<sup>340</sup>.

O treinamento militar pressupõe uma grande quantidade de condicionamentos, que uma vez adquiridos e diariamente exercitados vão deixar nos indivíduos marcas permanentes que irão acompanhá-lo por toda a vida. Servirão de instrumentos para sua leitura e interpretação do mundo mesmo em assuntos que quase nada ou nada tenham com as instituições militares. De acordo com Goffman: “A tradução do comportamento do internado para termos moralistas, adequados à perspectiva oficial da instituição, necessariamente conterà algumas pressuposições amplas quanto ao caráter dos seres humanos”<sup>341</sup>. Esse tipo especial de educação para a obediência é um dos princípios basilares de organização militar moderna, de acordo com Foucault:

Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inato, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos<sup>342</sup>.

Em função deste forte adestramento, é que existe um ditado popular, de autoria evidentemente ignorada que proclama: “é possível militarizar um civil, mas é impossível civilizar um militar”. Nas outras instituições totais, tais como os presídios e os manicômios, os indivíduos muitas vezes são destreinados de suas habilidades sociais. A este fenômeno, Goffman utiliza o conceito de “desculturamento”, e consiste basicamente na perda da capacidade de viver sua vida em sociedade da forma como estava acostumado antes de ingressar na instituição: “que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns dos aspectos de sua vida diária”<sup>343</sup>. Nas Forças Armadas este destreino pode ser relativizado. Um ser que tenha vivido muitos anos em serviço militar não se torna em momento algum inábil para a vida em sociedade. Contudo, adquire padrões de comportamento e deferência social (tais como a convicção nacionalista, a organização metódica do tempo e por vezes a tendência à rigurosidade no trato com os filhos, etc.) que exatamente por não serem incompatíveis com a convivência social, tornam-se cada vez mais consolidados.

---

<sup>340</sup> Ibid. Pag. 23.

<sup>341</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 80.

<sup>342</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Vozes, Petrópolis – RJ, 1977. Pag. 125.

<sup>343</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 23.

A relação entre praças e oficiais se traduz nos termos da instituição total como entre subordinados<sup>344</sup> e equipe dirigente: “A mobilidade social entre os dois grupos é grosseiramente limitada”<sup>345</sup>. A instituição total faz tudo para socializar o internado num sistema de práticas e valores mortificantes do eu. Buscando o máximo de cooperação e obediência e o mínimo de resistência. O controle visa não somente a disciplina na instituição, mas inculcar valores que os internos deverão reproduzir em todas as esferas sociais, tais como na família, na vida em sociedade e nos conceitos de leitura da sociedade. A formação de um oficial implica na sua imersão em um universo novo e particularíssimo de valores e modos de atuação. A cadeia de comando, o desenvolvimento da noção do mérito e do desejo de autoridade implícito das forças armadas. A enorme preocupação com as minúcias do fardamento e a teatralização constante do poder só podem ser considerados normais pela aceitação não refletida dos pressupostos de natureza do poder dos militares.

No âmbito da equipe dirigente (no caso, os oficiais), a relação com os subalternos deve ser a mais fria possível. Como observa Piero de Camargo Leirner, a distância entre praças e oficiais, assim como entre oficiais cujas patentes sejam relativamente distantes é questão que precisa ser reafirmada com constância. No interior das instituições militares brasileiras, conforme estudo deste autor, o contato ou demasiada proximidade entre militares de patentes distantes é visto com muito preconceito, tendendo a ser interpretado pela designação depreciativa de “promiscuidade hierárquica”: “um oficial superior conversar com praças sem a presença de escalões intermediários constitui um ‘escândalo’. E uma cena destas – na qual uma transgressão expõe a regra – é praticamente impossível de ser flagrada por um civil”<sup>346</sup>. O exercício do poder sobre um grupo mais ou menos numeroso exige uma uniformização no tratamento destes, o que na maioria dos casos significa uma desindividualização radical. A prática da constante mortificação da personalidade individual é um meio de afastamento e controle. No caso específico das instituições militares, o não envolvimento afetivo dos oficiais com os soldados pode ser essencial para a tomada de decisões difíceis, como por exemplo, de enviar um soldado para uma

---

<sup>344</sup> O texto de Goffman utiliza a denominação de internados para se referir aos participantes das instituições totais subordinados à equipe dirigente. Todavia, o trabalho deste autor não está circunscrito, como o nosso, às instituições militares, mas também aos conventos, presídios e manicômios. Em nosso caso específico, por se tratar de um tipo específico de instituição total, nos parece preferível utilizar a expressão subordinados ao invés de internados.

<sup>345</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 19.

<sup>346</sup> LEIRNER, 1997. Op cit. Pag. 77.

missão demasiadamente arriscada: “Esta é, afinal de contas, a explicação que os oficiais dão para manterem distância com relação aos soldados” <sup>347</sup>. Outra característica das instituições totais muito presente na caserna é a realização coletiva das tarefas de instrução e recreação, “uma obrigação de executar a atividade regulada em uníssona com grupos de outros internados. É isso que às vezes se denomina arregimentação” <sup>348</sup>. Nas instituições totais, grande parte das atividades diárias é realizada em grupos relativamente numerosos criteriosamente constituídos. Podemos observar isso claramente na formação das tropas, nas atividades físicas, nas marchas, nas ordens unidas, etc. Segundo Foucault:

Implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” <sup>349</sup>.

A instituição total em seu processo de adestramento constitui uma “organização instrumental formal”. Isto significa, de acordo com Goffman: “um sistema de atividades intencionalmente coordenadas e destinadas a provocar alguns objetivos explícitos e globais.” <sup>350</sup>. Entre os principais objetivos destas instruções coletivas está a uniformização do grupo, a diminuição e de preferência a anulação dos caracteres individuais. Em tropa, cada soldado só deve existir enquanto parte de um grupo maior ao qual este se integra passivamente, de acordo com Goffman:

...parte das obrigações do indivíduo é participar visivelmente, nos momentos adequados, da atividade da organização, o que exige uma mobilização da atenção e de esforço muscular, certa submissão do eu à atividade considerada. Esta imersão obrigatória na atividade da organização tende a ser considerada como símbolo do compromisso e da adesão do indivíduo; além disso, indica a aceitação, pelo indivíduo, das consequências da participação para uma definição de sua natureza<sup>351</sup>.

---

<sup>347</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 75.

<sup>348</sup> Ibid.pag. 44.

<sup>349</sup> FOUCAULT, 1977. Pag. 126.

<sup>350</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 149.

<sup>351</sup> Ibid. pag. 150.

Na maioria dos casos o serviço militar não é uma opção. O indivíduo tem a obrigação de se alistar mesmo que não sinta pessoalmente de assim proceder. Uma vez selecionado e ingresso, terá que atender disciplinadamente a todas as solicitações que lhe são feitas. Quanto maior for a sua vontade de resistir, maior será o seu sofrimento, poderá ser preso, obrigado a realizar atividades físicas, ser humilhado diante de seus iguais, transferido e em casos extremos, expulso, o que implicará (no caso brasileiro) em não possuir o certificado de reservista, documento essencial para o acesso a muitos direitos de cidadania. Assim, uma vez designado para prestar o serviço militar, a sua melhor alternativa será obedecer e cooperar com seus superiores, e agindo assim, vai facilitar o seu processo de condicionamento.

O exame, realizado na tropa regularmente, ou de surpresa a qualquer subordinado, nas palavras de Foucault: “combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante (...) o exame é altamente ritualizado”<sup>352</sup>. Escrevendo sobre o mesmo fenômeno, Goffman observa que a minuciosidade das exigências quando da realização do exame, tende a enfatizar a deficiência individual: “Sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros”<sup>353</sup>. Todo o conjunto de minúcias contidas no exame e o tipo de dominação humilhante que este implica, constituía não por acaso um dos principais motivos de queixa dos praças mobilizados. De acordo com Porfírio:

Você era uma pessoa, como eu falei, profissional a bordo, né? Mas na hora de você ir pra terra, que era o licenciamento, aí um oficial, pegava na tua pasta, [via] se você fez a barba, se tava com a barba legal, o sapato, se tava bem limpinho, entendeu? A roupa se estava muito bem passada. Então qualquer coisa que ele visse, você não ia mais pra terra, cortava teu direito, de ir a terra, né? Muitos companheiros casavam, mas não oficialmente, mas com família constituída, é o que? Com quatro cinco filhos! Aí ele deixava de ir pra casa beijar os filhos porque o uniforme dele não estava bem passado, né? O cabelo dele estava grande, né? A barba não estava perfeita, o sapato não estava bem engraxado. Então isso constrangia os marinheiros. E aqueles que eram mais velhos sentiam-se bastante humilhados<sup>354</sup>.

Outra evidência da superioridade ritual dos oficiais sobre os praças é a continência. De acordo com Goffman: “Parece característico de todo estabelecimento, e

---

<sup>352</sup> FOUCAULT, 1977. Op cit. Pag. 164.

<sup>353</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 18.

<sup>354</sup> Entrevista com Raimundo Porfírio da Costa, 2012. Op cit.

sobretudo das instituições totais, que algumas formas de deferência sejam específicas, e que os internados devam apresentá-las, enquanto a equipe dirigente deve recebê-las”<sup>355</sup>. A continência é uma espécie de cumprimento deferente típico das Forças Armadas. O inferior está obrigado a sempre utilizar este cumprimento ritual antes do mais antigo, sendo que a continência prestada a um superior oficial é diferente daquela prestada a um praça mais antigo ou em posição hierárquica superior. Ao oficial, o praça é obrigado a parar e prestar continência, a outro praça, pode fazer a continência enquanto está andando. O ato de parar para prestar continência a um oficial ainda tem o inconveniente de se obrigar ao eventual exame por parte deste oficial do estado de seu fardamento, do corte de cabelos e da barba feita ou não. A continência como saudação específica da caserna é justificada com argumentos corporativos. Para justificar a situação de submissão entre o inferior e o superior, afirma-se que não é ao homem-oficial ou superior em questão a quem está se saudando: “a noção de que é o uniforme, e não o homem, que é saudado”<sup>356</sup>. O treinamento da tropa que deve executar este procedimento prontamente e disciplinadamente fica a cargo dos praças em situação hierárquica mais elevada, os quais em termos disciplinares constituem o elemento mediador entre oficiais e soldados rasos:

Fundamentalmente, a função do membro intermediário é instruir e disciplinar o terceiro membro quanto às formas de comportamento que deve adotar em seus contatos com o primeiro. A babá ensina à criança como comportar-se com relação aos pais, assim como o suboficial ensina e disciplina o praça quanto à maneira pela qual deve comportar-se com relação aos oficiais<sup>357</sup>.

No interior das instituições militares de uma maneira geral, não existe nenhum receio de etiqueta em afirmar a maior importância do oficial sobre o praça. A constante afirmação desta máxima deu ensejo ao longo da história, a relações de poder diretamente violentas, como por exemplo, a permissão para o já mencionado uso da chibata até o início do século XX, na Marinha Brasileira.

No que tange à gestão pessoal, o subordinado não tem controle sobre decisões que envolvem diretamente o seu interesse. Pode ocorrer que o comandante da unidade decida pela transferência de um subordinado seu para uma região distante sem qualquer consulta a opinião deste. Ocorre com frequência que o maior interessado só venha a

---

<sup>355</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 100.

<sup>356</sup> Ibid. pag. 102.

<sup>357</sup> BATESON, Gregory. Em Mead M. e Métraux, R. (orgs) *The Study of culture at a distance*, Chicago, University of Chicago Press, 1953. Pag. 372. APUD GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 102.

saber da decisão no momento em que esta já estiver sido tomada e restarem poucos meios de revertê-la. Como salienta Goffman: “há também restrições à transmissão das informações (...). Geralmente, estes [os subordinados] não têm conhecimento das decisões quanto ao seu destino”<sup>358</sup>. A família é mais um elemento atingido pela instituição total. De acordo com Goffman, “a formação de lares dá uma garantia estrutural de que as instituições totais não deixarão de enfrentar resistências”<sup>359</sup>. Exatamente por isso, existiam as restrições à formação livre de núcleos familiares e a constante afirmação da maior importância do serviço militar sobre qualquer outra coisa. Não é por acaso que uma das principais reivindicações dos praças do Brasil em inícios da década de 1960 era o direito de contrair matrimônio independentemente da autorização do oficial responsável<sup>360</sup>, nas palavras de Porfírio:

Você andar a paisano, você não ter certos direitos como o cidadão tinha. Poder se casar e constituir família, você não tinha. Poder votar e ser votado enquanto você fosse marinheiro. As promoções eram muito demoradas, você levava dez anos de cabo para ir a sargento. Se você era cabo, era um praça graduado, mas por ser praça, você não tinha direito de constituir família. Às vezes você fazia isso à revelia da Marinha. E era considerada uma [infração] disciplinar, essa questão. No caso de votar, seu filho votava, mas você não, você não era cidadão, mas seu filho era, entendeu? Essa coisa complicada, né? Onde o marinheiro visto pela sociedade não era nada<sup>361</sup>.

Mesmo a comunicação entre um membro do grupo subordinado e outro da equipe dirigente requer a observância de rituais e formas de linguagem apropriadas. Nas instituições militares, o contato entre um praça e um oficial é mediado por uma série de

---

<sup>358</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 20.

<sup>359</sup> GOFFMAN, 1974. Op cit. Pag. 22.

<sup>360</sup> Citamos a seguir trechos do Título VII, do decreto lei o Decreto lei nº 3.864, de 24 de novembro de 1941, o qual regulamenta as regras o casamento para os militares dentro do período analisado: Art. 110. O militar da ativa ou da reserva, convocado, só pode contrair casamento mediante licença da autoridade superior. (...) Art. 111 Só podem contrair matrimônio os militares em serviço ativo que preencham os seguintes requisitos: a) Oficiais: ter no mínimo 25 anos de idade, completos, ou posto de Primeiro Tenente; b) Suboficial, Subtenente ou Sargento, ter no mínimo 25 anos de idade completos e mais de 9 de serviço; c) outras praças da Armada: ter a graduação mínima de cabo, com 3 anos completos de posto e mais de 10 anos de serviço, excetuando-se os taifeiros, cuja única exigência é o limite mínimo de 25 anos de idade. (...) Art. 112 Nenhum militar, seja qual for a sua situação, pode contrair casamento com mulher estrangeira, sem autorização expressa do Ministro da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica. Art. 113 A concessão da licença para contrair casamento será, quando necessário, precedida de sindicância sigilosa, ordenada pela autoridade a quem for dirigido o pedido. Art. 114 Não podem casar os Aspirantes do Exército e da Aeronáutica, os Guardas marinha e os alunos das Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas ativas. Art. 115 A transgressão de qualquer das determinações dos artigos 110 a 114, ainda quando o casamento resulta de imposição legal, importa a transferência compulsória para a reserva, se o transgressor é oficial ou suboficial, e a exclusão imediata do serviço ativo das Forças Armadas, nos demais casos. Disponível no sítio eletrônico do Palácio do Planalto: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del3864.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3864.htm), acessado em 20/05/2013.

<sup>361</sup> Entrevista com Raimundo Porfírio da Costa, 2012. Op cit.

procedimentos hierárquicos. A um soldado raso não é permitido se dirigir diretamente ao oficial que pode ajudá-lo num eventual problema, antes ele deve falar com seu superior imediato que levará o assunto por sua vez ao seu outro superior imediato e deste modo o assunto percorre toda uma cadeia hierárquica. Todo este rigor quanto aos meios para um subordinado consultar ou se comunicar com seus superiores só vem a reforçar outra característica das instituições totais, a sensação de que o estabelecimento em questão pertence unicamente à equipe dirigente: “É significativo observar que o edifício da instituição e seu nome passem a ser identificados, tanto pela equipe dirigente como pelos internados como algo que pertence à equipe dirigente”<sup>362</sup>. Acredito nem ser necessário nos estendermos para afirmar que a massa dos praças não possui nenhum controle a respeito do que vai ser decidido nas altas esferas das instituições militares. Por outro lado, não há como negar que o controle dos oficiais sobre a tropa tem alguns limites, de modo que não regulamentarmente, mas na prática do dia a dia, os estratos superiores dos praças tem sobre os oficiais algumas vantagens que podem servir de trincheira de resistência contra algumas iniciativas consideradas inconvenientes ou autoritárias demais por parte destes. Precisamente pelo fato de os oficiais terem pouco ou nenhum contato direto com a tropa, majoritariamente composta de soldados rasos, os cabos, sargentos e suboficiais logram se colocar numa posição mais confortável, mais próxima e com mais influência emocional sobre estes. Este fato constituiu desde sempre o receio dos oficiais quanto à politização dos praças e de outro lado um dos grandes trunfos do movimento. De acordo com Goffman: “às vezes, na realidade, o homem de posto mais elevado no extrato mais baixo tem mais poder e autoridade do que o homem de posto mais baixo no extrato mais elevado”<sup>363</sup>.

Em espaços de sociabilidade diferentes, como por exemplo, nas universidades, a capacidade crítica costuma ser valorizada. Como regra, um acadêmico ascende em prestígio e importância por questionar. Nas instituições militares ocorre justamente o inverso, o aprendizado acrítico e obediente dos conceitos e visão de mundo cristalizada é um pré-requisito para a evolução na carreira. Desta forma, é preciso “aprender o que é certo”, “convencer-se”. A disciplina e a obediência são coisas indissolúvelmente associadas. Quando um indivíduo consegue galgar todas as patentes e chegar às posições superiores (general, almirante e brigadeiro), via de regra já se tornou um especialista em obedecer e não questionar e em esperar de seus subordinados nada

---

<sup>362</sup> Ibid. pag. 20.

<sup>363</sup> Ibid. pag. 102.

menos que obediência absoluta. Justamente ao chegar ao topo esse indivíduo poderia em tese, operar modificações, mas nesse momento já se tornou demasiadamente condicionado para não ousar qualquer inovação qualitativa. Por estes mecanismos a evolução cultural e comportamental nas instituições militares tende a ser muito mais lenta do que na sociedade civil. As fronteiras que se estabelecem entre a vida militar e a civil são a um só tempo uma proteção e também um meio de garantir a pureza do que se tem como conceito de si e da sociedade e da humanidade em geral.

O conceito de instituição total aplicado à organização militar é aceito por vários pesquisadores<sup>364</sup>, embora não consensual. Celso Castro, por exemplo, defende a sua não aplicação especialmente para o caso das academias militares:

... creio que se perde mais do que se ganha com essa classificação, (...). Em primeiro lugar, num academia militar inexistente uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internados” (...). Em segundo lugar, Goffman deixa claro que nas instituições totais não se busca uma “vitória cultural” sobre o internado, mas a manutenção de uma tensão entre seu mundo doméstico e o mundo institucional, para usá-la como “uma força estratégica no controle de homens”. Numa academia militar busca-se justamente uma “vitória cultural”, e não criar uma “tensão persistente”: a academia é claramente vista como um local de passagem, um estágio a ser superado. Em terceiro lugar, Goffman trata principalmente dos estabelecimentos de participação compulsória. Numa academia militar, ao contrário, só fica quem quiser<sup>365</sup>.

Assim, no que toca as instituições militares de uma forma geral e mais especificamente às escolas militares, Castro defende uma sensível modificação no termo. De instituição total, para “totalizante”<sup>366</sup>. Aos questionamentos colocados esse autor devemos colocar algumas diferenças. Em primeiro, não é verdade que no trabalho de Goffman o foco seja principalmente as instituições de internamento compulsório. Castro faz também uma profunda análise de instituições de ingresso voluntário, como os conventos e mosteiros, por exemplo. Tal como nas academias militares, o internado em uma destas instituições pode se retirar a qualquer momento, assim como também não existe uma rígida divisão entre “equipe dirigente” e “internados”. De outro lado, um grande número de ingressos (frequentemente majoritário) nas academias militares

---

<sup>364</sup> Para José Murilo de Carvalho, por exemplo: “as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Erving Goffman chama de instituições totais”. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 2005. Pag. 13. Ver também SANTOS, Mírian de Oliveira. *Berço de Heróis, o Papel das Escolas militares na formação de “salvadores da pátria”*. São Paulo, Anablume, 2004. Pag. 54, GORENDER, 2003. Op cit. Pag. 57 e,

<sup>365</sup> CASTRO, Celso. O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990. Pag. 37.

<sup>366</sup> Idem.

provém de famílias militares, rigidamente estruturadas (à moda militar) de modo que as pressões para a permanência do indivíduo são muito intensas mesmo de “fora” para “dentro”. Esses mecanismos são evidentemente de difícil mensuração, mas nem por isso, desconhecidos dos aspirantes a oficiais. Ademais, reputo muito subjetivo afirmar que não existe uma rígida divisão entre cadetes e oficiais dentro das academias militares (Celso Castro fez uma pesquisa na AMAN). Ocorre que o trato dos oficiais sobre os cadetes é diferente ao trato dado aos praças. Em função de uma ideologia consolidada de que os cadetes serão os oficiais do futuro, qualidade recusada a todos os que não passam pela academia militar<sup>367</sup>. Sem dúvida a separação entre “equipe dirigente” e “internados” é de natureza diferente neste espaço quando comparada ao tratamento dispensado à tropa. Em terceiro, a academia só de um ponto de vista reduzido pode ser vista como um local de passagem, mais propriamente pode ser conceituada como a “primeira estapa”, o momento de ingresso na carreira. Para os oficiais, o tempo de curso na academia militar é o início de sua vida militar e como tal marca o abandono de sua vida civil. Por fim, é certo que nas academias militares o aluno pode pedir para sair a qualquer momento. Não é este, porém, o que acontece na tropa. O alistamento militar é obrigatório e não é permitido aos recrutas ou soldados rasos saírem a qualquer tempo, mas somente ao término de um período constitucionalmente determinado, onde podem optar pelo engajamento ou não nas forças regulares. A sutil modificação do termo de “total” para “totalizante” não configura uma transformação qualitativa do conceito. Primeiro porque os atributos que o autor elenca como sendo para o conceito de instituição “totalizante”, também são aplicados por Goffman para definir instituição “total”. Em segundo, porque essas peculiaridades não se aplicam à instituição como um todo, mas apenas dentro do círculo de oficiais, ou seja, da equipe dirigente em relação aos membros em escala hierárquica inferior deste mesmo grupo. As razões alegadas não diminuem as características de instituição total, visto que em todas as outras instituições, como nos presídios, manicômios, mosteiros, conventos, etc., existem também hierarquias entre a equipe dirigente. E possivelmente em nenhuma delas (com exceção das instituições religiosas), a permanência do *habitus* institucional na vida social é tão intensa como entre os militares.

---

<sup>367</sup> Na verdade existe a possibilidade de os praças atingirem o oficialato, mas ainda assim não se tornam oficiais da mesma qualidade que os advindos das academias militares. Compõem um corpo auxiliar de oficiais e possuem limites para a promoção aos postos superiores. Uma das maiores razões de queixa dos oficiais em relação à política militar de João Goulart, por exemplo, foi a promoção de Cândido Aragão para o almirantado, visto que este homem não passou pelo Colégio Naval.

Por todo o exposto, embora as palavras “disciplina” e “hierarquia” possam ser localizadas por qualquer indivíduo alfabetizado num dicionário, não possuem o mesmo significado para militares e civis. A utilização do argumento da quebra da disciplina e hierarquia militar como causa para o golpe de Estado de 1964, sem a devida análise das implicações destes conceitos para os agentes diretamente envolvidos no processo em questão, pode constituir em grave erro. Em primeiro por desconsiderar toda a interpretação feita por um lado do conflito (os praças e alguns oficiais nacionalistas) que possuíam uma apreensão própria destes conceitos formada na luta política. Em segundo por assumir como se fosse absolutamente natural e necessário os argumentos da direita militar, como se seus pontos de vista não fossem parciais e não tivessem relações diretas com a conjuntura e o momento vivido. Em suma, os praças não defendiam o fim da disciplina e da hierarquia militar. Simplesmente não aceitaram que esses conceitos devessem ser compreendidos somente dentro da ótica da direita militar. Esse equívoco historiográfico no caso em questão é ainda mais grave em função da Doutrina da Guerra Revolucionária, que será analisada em seguida. Como veremos, a partir da referida teoria, todo um grupo de oficiais militares defenderam que cabia a eles regular a sociedade civil ao passo que recusavam terminantemente às autoridades civis qualquer interferência na organização militar. Desse modo, se colocaram numa posição arbitral do que é tido como “certo” ou “errado”, “admissível” ou “não admissível”. Esse sentimento de autonomia já tinha precedente histórico no Brasil desde, pelo menos, as questões militares que contribuíram para a queda da monarquia em 1889<sup>368</sup>, mas foi intensificado no período em questão. O desconhecimento destes mecanismos e o acolhimento dos argumentos da direita militar pode ter como desdobramento indireto a legitimação da intervenção inconstitucional que depôs Jango em 1964.

### **A Doutrina da Guerra Revolucionária:**

A questão a ser desenvolvida não é se os oficiais em sua maioria apoiavam ou não o movimento político dos praças, mas sim por que uma parte deles associava o movimento dos subalternos a uma engrenagem maior de subversão da ordem como entendiam. Esse receio se explica em parte pelo aumento da demanda por participação política, pela mobilização pelas reformas de base, por distribuição de renda e pela

---

<sup>368</sup> Ver: CASTRO, Celso. A proclamação da República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, Capítulo 1, pags: 28-32.

consequente crise do populismo que marcou o início dos anos de 1960. No interior do bloco histórico formado desde 1945, os setores organizados da classe trabalhadora gradualmente se libertaram das amarras do sindicalismo corporativo. As grandes cidades cada vez mais concentravam uma classe trabalhadora numerosa e mais consciente de si. Ao longo das quase duas décadas que separam o fim do Estado Novo e o fim do governo de Juscelino Kubitschek, organizações de cunho popular cresceram em força e prestígio. Esse processo, mesmo que não representasse ainda a expressão de um projeto político alternativo para a sociedade, constituía uma inegável forma de pressão sobre as formas com as quais se davam até então a dominação econômica das classes trabalhadoras e o processo de acumulação das frações dominantes. De acordo com Dreifuss, “o populismo era transformado em meio a essa luta de classe (...) perdia uma parte substancial de seu caráter manipulador” e “Tal ruptura político-ideológica continha em si a ameaça de subversão denunciada pelo conjunto das classes dominantes e suas camadas militares”<sup>369</sup>.

Ao ler hoje os depoimentos de diversos oficiais sobre o fenômeno político dos sargentos, não é difícil perceber um exagero a respeito das possíveis consequências nefastas que poderiam resultar da politização dos subalternos das Forças Armadas. O despertar político deste setor, sob uma determinada interpretação, constituía em conjunto com a mobilização do proletariado, a antessala para a tomada de poder pelos comunistas. Esta superestimação das possibilidades de subversão dos movimentos de esquerda fazia parte do período em questão. Como bem apontou O’Donnel, o empresariado e as forças políticas conservadoras de uma maneira geral também tivessem uma perspectiva exagerada das possibilidades e dos riscos de que a polarização política entre as classes fundamentais poderia significar: “de que o que está em jogo não é este ou aquele aspecto do governo ou do regime, mas sim a própria sobrevivência do capitalismo”<sup>370</sup>.

A questão que se coloca é: por que este exagero? No ano de 1984, num momento em que a ditadura militar encontrava-se já profundamente desgastada, e muitos com exagerado otimismo estavam na expectativa de um novo presidente civil, os cinemas exibiram um documentário sobre o golpe de 1964: “*Jango*”. A película foi dirigida por Silvio Tendler e foi à época um dos filmes mais assistidos em todo o país. Nesse documentário, constou uma das últimas entrevistas do General Antônio Carlos

---

<sup>369</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 141.

<sup>370</sup> O’DONNEL, 1987. Op cit. Pag. 15.

Muricy. O então general reformado foi um ativo participante do golpe. E em várias passagens justificou segundo seus critérios o movimento de insubordinação de uma parte dos oficiais contra João Goulart. Analisemos uma de suas passagens:

E aqueles mais preocupados com o problema de luta que existia no Brasil tomaram uma posição contra a subida de Jango, embora pessoalmente Jango não fosse um homem que nós tivéssemos um atitude contrária por ele, mas pelos homens que o cercavam, e que o estavam levando para um lado de esquerdismo que não era o que nós queríamos. E é preciso prestar atenção que *neste momento a guerra revolucionária já instalada no Brasil* estava preconizando a conquista pacífica do poder. E era isso que nós queríamos evitar que ocorresse no Brasil, que o Brasil fosse seguir o caminho da Tchecoslováquia<sup>371</sup>.

A maioria dos expectadores provavelmente não sabia o significado que a expressão “guerra revolucionária” tinha para o general que então prestava o seu depoimento, mesmo que essa expressão aparecesse como central na fala Muricy. A Doutrina da Guerra Revolucionária foi intensamente estudada e difundida neste período. Inicialmente nas escolas militares para oficiais e rapidamente para o meio civil pela via do complexo ESG-IPES-IBAD. A chamada Guerra Revolucionária dava nome a uma doutrina militar que deu os conceitos e argumentos para que grande parte dos oficiais afirmasse que Jango era, à revelia de sua própria vontade, um grande “perigo” para o país. A elaboração desta doutrina, segundo Martins Filho (2008), se deu a partir da experiência francesa na Argélia em 1955, com a instalação dos *Bureaux Psychologiques* (unidades de Estados-Maiores militares voltados ao recolhimento de informações ação contra-insurgentes). Esses oficiais, que já tinham enfrentado resistência da sociedade organizada contra a ocupação francesa também na Indochina, tomaram a iniciativa de catalogar as formas de resistência dessas populações. Procuraram ver nelas uma lógica sequencial. Associaram todas, como é típico em oficiais conservadores em época de Guerra Fria, ao comunismo. E concluíram que todas as modalidades de mobilização social nos países periféricos estavam associadas a uma nova forma de subversão conduzida pela União Soviética. Passaram a afirmar com grande convicção que a civilização cristã ocidental estava às vésperas de insurreições comunistas, e que cabia às Forças Armadas “democráticas” intervir da forma como fosse preciso para “salvar a humanidade”. Fazendo uma leitura própria dos acordos realizados no pós-II Guerra Mundial, os elaboradores criticavam a postura das grandes potências capitalistas que, na

---

<sup>371</sup> TENDLER, Silvio, DIAS, Maurício. Jango. Revista suplemento ao filme. Porto Alegre, L&PM, 1984. Pag. 29. Grifo meu.

leitura que faziam, não teriam percebido ainda que o comunismo teria desenvolvido novas estratégias para chegar ao poder:

Ao término da Segunda Guerra mundial, reinou uma atmosfera de amplo e geral otimismo, (...) foi criada o O.N.U. Num ambiente de esperanças ilusórias, perfeitamente justificado ao deixar para o passado tamanha hecatombe.

A observadores mais argutos ficou evidente que, no conflito iniciado em 1939, o Ocidente perdeu a batalha da paz (...) tais observadores levam tal fato à conta de Yalta, onde as concessões feitas aos soviéticos iniciavam nova fase de intranquilidade política, econômica, social e militar<sup>372</sup>.

Convictos de suas elucubrações, esses pensadores militares franceses se esforçaram para divulgar suas ideias onde quer que encontrassem forças militares aliadas dispostas a ouvi-los. A divulgação desse ideário para a América Latina é assim um movimento de ambos os lados: dos teóricos ansiosos pela expansão de suas elucubrações e dos oficiais de direita argentinos e brasileiros principalmente, bastante receptivos por algo que legitimasse seu já histórico interesse em intervir no Estado civil. Segundo Martins Filho, antes mesmo da Revolução Cubana, esse setor já estava procurando uma doutrina de guerra que lhes legitimasse um papel interventor, antipopular e anticomunista. A Doutrina da Guerra Revolucionária, desse modo, encontrou terreno fértil e pré-existente à sua própria elaboração. Em documento reservado do EMFA, de 1961, que recomendava a necessidade do estudo entre militares brasileiros acerca da Doutrina da Guerra Revolucionária os aspectos indicados acima são assim expostos:

Sob o peso dos acontecimentos na Ásia e na África do Norte, os pensadores militares franceses tiveram necessidade de se embrenharem no conhecimento desta forma de guerra que, embora possuindo raízes profundas na História, passara a ostentar uma nova fronde, alimentada pela nova seiva que lhe foi ministrada, principalmente, por Karl Marx, Lenine, Mao Tse-Tung<sup>373</sup>.

Os elaboradores desta teoria advogavam um novo papel para as forças armadas ocidentais, com foco na luta contra o “inimigo interno”. Colocavam ênfase na necessidade da guerra psicológica e, sobretudo, na doutrinação social dentro dos

---

<sup>372</sup> C-20-69. Op cit. Pag. 04.

<sup>373</sup> BRASIL, Presidência da República, Estado Maior da Forças Armadas. *Conceituação de Guerra insurrecional, Guerra Revolucionária, Subversão (Guerra Subversiva), Ação Psicológica, Guerra Psicológica e Guerra Fria.*, 1ª edição, EMFA, 1961, FA-E-01/61. Pag. 01.

preceitos “democráticos”, como escreveu Gabriel Bonnet (1963) – teórico da Doutrina da Guerra Revolucionária muito lido entre militares brasileiros – “somente uma revolução doutrinária nos permitirá descobrir os caminhos que conduzem à salvação do país”<sup>374</sup>.

Em teoria a Doutrina da Guerra Revolucionária se dividiria em cinco fases. A primeira seria a preparação do terreno, onde os comunistas atuavam sem declarar seus objetivos, buscando diminuir as resistências da população à sua existência. Seria a etapa da agitação democrática. Nos termos da “Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária”: “1ª) constituição de núcleos ativos, inicialmente secretos – de agitação, de propaganda e de informação –, difundindo a ideia, envenenando as contradições e se opondo às medidas imprudentes do poder”<sup>375</sup>. No caso brasileiro, desde 1958, por força da Carta Política de 1958<sup>376</sup>, o PCB defendia a atuação democrática. Ainda que no campo da esquerda essa linha fosse motivo de forte polêmica interna, esses militares afirmavam com convicção que tudo não passava de uma ação psicológica. Uma teatralização que visava minar as resistências da população à atuação institucional deste partido para, em momentos posteriores colocar em práticas seus “verdadeiros objetivos”. Neste ponto, a Doutrina da Guerra Revolucionária promovia uma campanha contra os setores da esquerda que, para desespero e crítica de seus pares, mais se esforçavam para se adaptarem ao capitalismo e à “democracia” de sua época. Não importava o quão claro fosse o apelo do PCB para se fazer palatável e assumir o reformismo. Cada uma de suas ações no campo democrático ou das reformas foi ativamente denunciada como início da revolução comunista na sua pior acepção. O “exemplo” mais comumente utilizado pelos defensores desta doutrina com respeito à chegada dos comunistas ao poder por meios pacíficos, era a Tchecoslováquia. De acordo com sua interpretação, o modelo da revolução ocorrido neste país, era associável à estratégia pacifista do PCB e, portanto, estaria servindo de inspiração no Brasil, citando o militante comunista Tchecoslováquio Jan Kosak: “Uma condição elementar de êxito é, por conseguinte, a combinação da pressão de cúpula com a pressão de base e seu efeito conjunto sobre o desenvolvimento e poderio da Revolução”<sup>377</sup>. Os oficiais divulgadores desta doutrina conseguiram sem muita dificuldade aliados civis que

---

<sup>374</sup> BONNET, Gabriel. *Guerras insurrecionais e revolucionárias*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1963. Pag. VI.

<sup>375</sup> FA-E-01/61. Op cit. Pag. 21.

<sup>376</sup> Analisaremos brevemente a conjuntura das esquerdas no Brasil adiante.

<sup>377</sup> Ibid. pag. 27.

emprenharam forças para divulgá-la. Um dos principais foi o deputado udenista Bilac Pinto. Na tribuna do Congresso, esse conspirador foi um dos principais a denunciar as supostas “verdadeiras intenções” da esquerda, que como exposto acima, faziam parte da primeira etapa de subversão. Em um de seus discursos, aponta conhecidas campanhas pacíficas do PCB. No mesmo movimento, associa-as a outros movimentos sociais também de caráter democrático (como o movimento dos sargentos), ou mesmo a políticas de Estado que, dentro de sua ótica também estariam promovendo a primeira etapa da guerra revolucionária:

a) campanhas civilistas (...); b) propaganda de paz e desarmamento; c) propaganda contra o serviço militar (...); d) criação e alimentação de dissensões entre as forças armadas e, no seio delas, entre escalões e grupos integrantes; e) indisposição das forças armadas com a opinião pública; f) incentivo do emprego das forças armadas em tarefas inadequadas; g) pressão favorável à escolha e promoção de chefes militares capazes de favorecer os objetivos revolucionários; h) Má remuneração das forças armadas, particularmente da oficialidade<sup>378</sup>.

O segundo momento seria a construção de uma rede de organizações subversivas, controladas por militantes comunistas: “2ª) (...) instituição de organizações locais (urbanas, rurais), formando uma rede de vigilância e de resistência passiva”. Essa rede teria como meta: “raptar os refratários, isolar e intimidar os adversários e arruinar as associações e os meios da sociedade e desarticular”. No Brasil, o ascenso das lutas sociais no período pós-1945 e especialmente desde o fim da década de 1950<sup>379</sup> seria uma evidência clara da construção desta segunda etapa. Cada novo sindicato independente, cada nova organização de base era tida como uma ação dentro deste objetivo: “a criação de um clima “favorável” à expansão da ideia caso o próprio Poder ameaçado não ofereça por sua passividade ou sua inépcia, as ocasiões procuradas”<sup>380</sup>. O movimento dos sargentos é referido claramente neste momento como uma das principais ações do comunismo para anular a possibilidade de enfrentamento das Forças Armadas no Brasil através da suposta destruição da hierarquia. O então capitão de fragata conspirador contra o governo Goulart Julio de Sá Bierrenbach cita trecho de discurso do deputado Bilac Pinto sobre a movimentação dos praças dentro da lógica da guerra revolucionária:

Os vermelhos buscam solapar a ordem militar, estimulando por todos os meios os choques entre os subalternos e superiores, a fim de

---

<sup>378</sup> PINTO, 1964. Op cit. Pag. 142,143.

<sup>379</sup> Ver, por exemplo: GORENDER, 2003. Op Cit. MATTOS, 1998. Op cit e, MOISES, 1978. Op cit.

<sup>380</sup> FA-E-01/61. Op cit. Pag. 21.

enfraquecer o potencial ofensivo e o defensivo das Forças Armadas, pois sabem que elas são o mais importante anteparo protetor das instituições democráticas que pretendem destruir.<sup>381</sup>

Ainda nesta segunda etapa, estaria o movimento de infiltração do comunismo dentro do Estado. Esse ponto foi de decisiva importância para a divulgação da Doutrina da Guerra Revolucionária, visto que para os militares de direita o conceito de comunismo era tão elástico que qualquer um poderia sofrer essa acusação. Os meios de comunicação mobilizados para a conspiração contra o Estado populista denunciaram incansavelmente a penetração de comunistas em postos importantes da administração federal. Nesse ponto, a doutrina francesa pôde sempre contar também com o seu “aliado da América do Norte”, com frequência com a participação do próprio embaixador. Como por exemplo, na palestra de Lincoln Gordon na ESG em 1962, citada por Dreifuss, onde menciona a infiltração comunista no governo de Jango: “Não existem provas em todas as partes de uma sistemática infiltração comunistas nas universidades e nos grupos estudantis, nos sindicatos e nos meios de comunicação, no serviço público e nos partidos políticos”<sup>382</sup> De acordo com os ideólogos da referida doutrina, estas duas primeiras etapas, constituiriam a chamada fase pré-revolucionária: “Aquele luta, em princípio sem violência e sem sangue (...) a que alguns autores chamam de GUERRA SUBVERSIVA”<sup>383</sup>. Contudo, longe de considerar essa batalha eminentemente psicológica como mais branda, os defensores da Doutrina da Guerra Revolucionária não hesitam em afirmar o contrário. Como dentro das regras do Estado de direito, as Forças Armadas não estariam autorizadas a intervir em casos como estes, a fase pré-revolucionária é tida como a mais preocupante: “Nunca será demais insistir em que o primeiro período é o mais perigoso do processo, porque é o mais difícil de combater”<sup>384</sup>.

A terceira etapa consistiria na instituição de grupos armados e das ações de guerrilha e terrorismo. A organização dos “grupos dos 11”<sup>385</sup> por parte de Brizola, as Ligas Camponesas<sup>386</sup> e as ameaças do movimento dos sargentos em resistir pelas armas

---

<sup>381</sup> Apud BIERRENBACH, Julio de Sá. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro, editora Domínio Público, 1996. Pag.154.

<sup>382</sup> Apud DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 140.

<sup>383</sup> FA-E-01/61. Op cit. Pag. 16, grifo no original.

<sup>384</sup> *ibid.* Pag. 22.

<sup>385</sup> Ver, por exemplo, entrevista com Leonel Brizola em: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 347-59.

<sup>386</sup> Ver, por exemplo: GRYNZPAN, 2006. Op cit. Pag. 71.

a uma tentativa golpista contra o governo João Goulart eram lidas pelos militares brasileiros como ações que visavam estabelecer no Brasil esta terceira etapa:

3ª) constituição de bandos: núcleos de choque permanentes, ou milícias locais prontas a se reunirem para um golpe de mão e a se dispersarem logo. É o momento escolhido pelos “rebeldes” para passarem à ação: sabotagens mais numerosas, atentados para eliminar quadros locais adversos, terrorismo, propaganda sempre mais violenta e mais intensa, recrutamento dos primeiros “combatentes” formados militarmente e, sobretudo, “convertidos”. A guerrilha aparece<sup>387</sup>.

Para a maior parte dos analistas da Doutrina da Guerra Revolucionária no Brasil já estavam consolidadas a primeira e a segunda etapa, e estaríamos então iniciando esta terceira etapa. Isso foi denunciado repetidas vezes no Congresso nacional por Bilac Pinto: “Estudo realizados na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Estado-Maior (...) chegaram à conclusão de que, no Brasil, a ‘guerra revolucionária’ está na terceira fase”<sup>388</sup>.

A quarta etapa consistiria no estabelecimento de “zonas livres”, onde o Exército nacional já não teria mais controle. Como veremos a seguir, naquele momento já existia no campo da esquerda um intenso debate sobre as formas de luta visando ao socialismo e sobre as estratégias de organização da esquerda revolucionária. Para os defensores da Doutrina da Guerra Revolucionária, contudo, a guerrilha não era uma alternativa à linha do PCB, mas uma continuação dela:

4ª) a rebelião se esforça em instalar um rede de bases seguras em todo o país, (...). Propagandistas armados (...) dosam judiciosamente terror e persuasão para conquistar os espíritos, para aprofundar o fosso entre governo (Poder) e as populações, para comprometer essas últimas. Os esforços são concentrados sobre zonas cuidadosamente escolhidas (...) Células, organizações locais, bandos proliferam; unidades regionais, bem comandadas e armadas, suscetíveis de manter campanha.<sup>389</sup>

A instalação dessas zonas livres seria a base para o desencadeamento da quinta e última etapa, a constituição de um exército revolucionário para a ação violenta direta contra o governo e a tomada do poder.

5ª) então a luta pode entrar na sua última fase, período ativo de guerra revolucionária, combinando estreitamente operações de tipo clássico e ações de guerrilha; a ação psicológica continuando a atacar o moral

---

<sup>387</sup> Ibid. pag. 21.

<sup>388</sup> PINTO, 1964. Op cit. Pag. 53.

<sup>389</sup> FA-E-01/61. Op cit. Pag. 20.

adverso já quebrantado (abalado). O fim não está mais longe: a revolução triunfa quando se ultima a conquista de toda a população, e quando a “contraofensiva geral” esmaga as forças do poder estabelecido ou o força à capitulação<sup>390</sup>.

Para os crentes da Doutrina da Guerra Revolucionária a leitura da conjuntura brasileira em inícios da década de 1960 podia parecer desesperadora. Mesmo porque, a referida teoria se mostrava absolutamente descrente das capacidades do Estado liberal em resistir a essa tática comunista. Dentro da ótica da direita militar a legislação em vigor: “não está adaptada à luta contra as ações subversivas (...) e, embora as Forças Armadas devam participar (...) essa participação é excepcional, limitada (...) à estrita formalidade da prévia requisição”<sup>391</sup>. Mesmo as convenções internacionais não escaparam das críticas dos defensores da Doutrina da Guerra Revolucionária: “as novas Convenções de Genebra, de 1949, estendem a proteção da instituição aos participantes dos conflitos que surjam”. A referida convenção, na opinião da direita militar, se: “sujeita a ser aplicada unilateralmente, implicará em manter a repressão nas vias humanitárias e nas convenções enquanto o terrorismo dos revolucionários vai se desenvolvendo perigosamente sua psicose de medo”<sup>392</sup>. Aliada a esta crítica às fragilidades das instituições liberais e convictos da justeza dos seus pressupostos e causas, os crentes da Doutrina da Guerra Revolucionária não têm receio em defender um Estado de exceção para aqueles que representariam risco para a sociedade tal como concebiam, assim como defender uma ampliação do escopo de atuação das Forças Armadas na repressão aos delinquentes políticos: “não se pode manter em relação aos militantes da guerra revolucionária, o respeito das liberdades individuais asseguradas aos demais cidadãos e as medidas de proteção que beneficiam, na ação judiciária, os delinquentes de direito comum”<sup>393</sup>. E como conclusão de tudo isso, defendem uma nova concepção dos direitos civis, subordinando diretamente o conceito de cidadania à política de segurança: “o fundamento da liberdade individual dos cidadãos deve ser concebido não como um fim em si, mas nos limites compatíveis com o ‘bem comum’ e do Estado, notadamente, com sua defesa”<sup>394</sup>. Aos estudiosos do período 1964 e posterior não será difícil perceber como tais princípios foram incorporados à legislação e mesmo à Constituição após a consolidação do golpe que depôs Goulart.

---

<sup>390</sup> Ibid. pag. 21.

<sup>391</sup> FA-E-01/61. Op cit. Pag. 22.

<sup>392</sup> Ibid. Pag. 23.

<sup>393</sup> Ibid. Pag. 22.

<sup>394</sup> Ibid. Pag. 23.

Curiosamente, até os dias atuais, os pressupostos da Doutrina da Guerra Revolucionária e mesmo a sua existência é algo quase completamente ignorado pelas forças de esquerda e mesmo pela historiografia em sua maior parte. A maioria dos analistas do período embora reconheça o forte movimento de conspiração então existente, desconhece a origem dos principais conceitos que, pela via da “guerra psicológica” chegavam aos jornais e eram defendidos pelos civis e militares conspiradores. Tal é o caso de Dreifuss, por exemplo. Não encontramos no extenso volume deste autor, uma só referência à guerra revolucionária. Todavia na medida em que descreve os movimentos conspiratórios da elite orgânica, usa sem se dar conta, os conceitos desta teoria que estavam na origem da conspiração. No capítulo VI de seu livro, cujo título é: “A Ação de Classe da Elite Orgânica: a Campanha Ideológica da Burguesia” este autor trata das campanhas gerais ou dirigidas a públicos específicos do IPES conjuntamente ao IBAD e os militares contra o governo Goulart. Provavelmente seguindo de perto a terminologia encontrada nos documentos do IPES, o autor nem se dá conta de como está subdividindo o capítulo a partir dos conceitos da Doutrina da Guerra Revolucionária:

*Ação ideológica e social, 231.*

*Doutrinação geral, 232.*

*Guerra psicológica através do rádio e televisão, 244.*

*Guerra psicológica através de cartuns e filmes, 250.*

*Doutrinação específica, 252 (DREIFUSS, 06).*

No Brasil, o primeiro passo oficial no sentido de divulgação da nova doutrina, segundo Martins Filho (2008), data de 1959, quando o general Augusto Fragoso pronunciou palestra sobre o assunto no curso de Estado-Maior, da ESG. No ano anterior alguns artigos sobre o tema já haviam aparecido em periódicos militares. Mas foi durante o governo Janio, quando a direita militar estava mais próxima ao centro do poder com a montagem do “dispositivo militar” de direita, analisado no capítulo anterior, que a ordem para o estudo e aprofundamento da Doutrina da Guerra Revolucionária foi dada através do general Cordeiro de Farias, então chefe do EMFA. Todavia, a renúncia deste presidente e a campanha da legalidade que possibilitou a posse de João Goulart fizeram o processo diminuir em intensidade. Mas permaneceram ainda vários oficiais ativistas que se esforçaram com os meios à disposição por manter viva a sua discussão. Segundo Martins Filho, da renúncia de Jânio Quadros (agosto de 1961) à subida de Castelo Branco ao Estado Maior do Exército (junho de 1963), artigos a respeito da Doutrina da Guerra Revolucionária foram regularmente publicados em

periódicos militares, com destaque para o *Mensário de Cultura Militar*, o *Boletim de Cultura Militar* e *Boletim de Informação*, todos de circulação restrita aos Estados Maiores das três armas. Mais tarde, quando Castelo Branco assumiu a chefia do EME, a divulgação da nova doutrina voltou à tona com força total. Tão logo a oportunidade se apresentou, Castelo Branco fez tudo o que pôde para que a oficialidade das três armas fosse instruída dentro do espírito da Doutrina da Guerra Revolucionária. De acordo com o mesmo, a finalidade do curso era alertar aos militares brasileiros sobre as “questões ideológicas, Guerra Revolucionária e outros problemas correlatos<sup>395</sup>”. Evidentemente a referida doutrina não visava unicamente o enriquecimento cultural, uma edição especial do *Mensário* de agosto de 1962, deixava bem claro seu objetivo: “a criação de reflexos e atitudes adequadas”<sup>396</sup>. A mesma edição especial do *Mensário* reproduz documento do EME enfatizando a importância atribuída por este órgão à essa divulgação:

A importância da Ação Educacional e de Instrução contra a Guerra Revolucionária tem sido ressaltada pelo Estado-Maior do Exército, através de Diretrizes, Programas e Conferências, com o objetivo de preparar o Exército, psicológica e materialmente para opor-se a qualquer tipo de ação subversiva<sup>397</sup>.

As aulas no Estado Maior do Exército, segundo Martins Filho, tiveram início a partir de 31 de agosto de 1962, no Rio de Janeiro (em pleno governo de João Goulart). No ano anterior essas aulas já haviam sido ministradas na Argentina e os oficiais responsáveis pela aplicação do curso no EME o fizeram no país vizinho. Neste momento, a catequese anticomunista e intervencionista da direita militar especialmente sobre média oficialidade foi facilitada pela própria política militar de João Goulart que isolou esse setor nas escolas militares<sup>398</sup>. Ao que tudo indica nem Jango nem seus assessores militares diretos deram a devida importância ao que acontecia nestes estabelecimentos. Talvez porque a Doutrina da Guerra Revolucionária tenha sido introduzida de forma sutil e discreta.

---

<sup>395</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de. 1964*. Disponível em: [www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc](http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc). Acessado em 02/10/1012. Pag. 1

<sup>396</sup> *Ibid.* Pag. 27.

<sup>397</sup> *Idem.*

<sup>398</sup> Como Será abordado no próximo capítulo desta tese, a política militar de João Goulart no sentido de impedi-los de que executassem uma rebelião militar se deu no sentido do afastamento destes oficiais dos principais postos de comando das tropas. Em função desta prioridade, muitos destes oficiais foram classificados nas escolas militares e outros postos da hierarquia relacionados à doutrina militar. Nessas condições, esses oficiais se utilizaram da própria política militar de Jango para difundirem a Doutrina da Guerra Revolucionária.

Até 1961, os militares norte-americanos pouco se esforçaram para colocar em ação seus aliados latinos. Para os estadunidenses, as estratégias anti-insurrecionais jamais ocuparam espaço destacado em sua doutrina militar. Já os militares anticomunistas franceses, colocaram a Doutrina da Guerra Revolucionária como o elemento mais importante de seu pensamento militar. Segundo Joaquim Xavier da Silveira, a importância do pensamento francês contrarrevolucionário foi muito superior que a doutrina americana sobre o mesmo tema: “Os estudos militares brasileiros passaram a atentar para esse novo fenômeno social-militar, o que talvez venha a explicar o movimento anti-insurrecional de março de 1964. A tão decantada influência americana, nesse movimento político militar, foi praticamente nula”<sup>399</sup>. A Doutrina da Guerra Revolucionária tinha o valor adicional de atribuir primeira importância à luta contra o comunismo no terceiro mundo. Para países como o Brasil, em que as Forças Armadas desempenharam funções historicamente policiais, isto é, voltadas para a repressão dos movimentos populares, o chamado francês soava irresistível. Para quem pouco podia fazer no âmbito da guerra nuclear, a Doutrina da Guerra Revolucionária era a grande chance para arrogar um papel de destaque internacional por meio do combate à estratégia maior do comunismo internacional. Afinal, dentro dos pressupostos e conceitos da doutrina, o Brasil teria potencial para ser um dos principais palcos da batalha em defesa da “democracia mundial”. A descoberta da nova elaboração doutrinária, foi para alguns militares, uma luz que se acendia no fim do túnel, como enfatizou o general Octávio Costa:

Nesse momento, estávamos profissionalmente perplexos, sem saber que direção tomar. No interregno entre 45 e 64, nesses 19 anos, há uma terrível perplexidade militar. O que fazer? Para onde ir? Para que guerra devemos preparar-nos? Então começamos a tomar conhecimento de novas experiências: a da guerra interna da Grécia, das guerras na França, na Indochina e na Argélia, e até mesmo o problema dentro do próprio território metropolitano Frances, com De Gaulle às voltas com violentas reações internas. Nessa ocasião, a literatura militar francesa (...) começa a formular um novo tipo de guerra. Era a guerra infinitamente pequena, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. (...) isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as ideias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro de nossa própria possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. (...) isso tudo contribuiu para a formulação da nossa própria

---

<sup>399</sup> SILVEIRA, Joaquim Xavier da, *A FEB Por Um Soldado*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1989. Pag. 264. Apud. MARTINS FILHO, 2008. Op cit. Pag. 49.

Doutrina da Guerra Revolucionária, que resultou no movimento militar de 64<sup>400</sup>.

De acordo com João Roberto Martins Filho (2008), a divulgação da Doutrina da Guerra Revolucionária no Brasil e na Argentina bem como de todo o seu apelo em prol do intervencionismo militar se deu antes mesmo de Kennedy promulgar o Memorando de Ação de Segurança Nacional, em 18 de janeiro de 1962, dando início ao movimento de contra-insurreição americana dos anos 60<sup>401</sup> que seria decisivo para os futuros Golpes de Estado na América Latina durante as décadas de 60 e 70. Contudo, a avaliação do risco potencial em cada caso era altamente genérica e subjetiva, o que permitia aos oficiais latino-americanos advogar a qualquer tempo essa necessidade para seus países. Como a atuação violenta é colocada ao final do processo, após várias ações preparatórias, qualquer associação de fins humanistas ou reformistas deveria ser vigiada.

Depois de divulgar a Doutrina da Guerra Revolucionária a um setor importante da oficialidade. O passo seguinte foi transmitir os ensinamentos aos aliados civis. “A organização dessa defesa interna sólida ultrapassa o quadro restrito das forças armadas”<sup>402</sup>. O então presidente da UDN, deputado Bilac Pinto (já citado) e o dono do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho são apenas alguns exemplos de aliados civis que contribuíram para, com os meios a disposição de cada um, tornar os conceitos da referida doutrina conhecidos para o grande público. Bilac Pinto então presidente da UDN e ativo opositor de Jango, subiu várias vezes à tribuna para denunciar o governo Goulart de promover ou permitir a instalação no Brasil da Guerra Revolucionária. O Jornal “O Estado de São Paulo”, no período 1962-1964 enfatizou em todas as suas

---

<sup>400</sup> Entrevista com Octávio Costa, In: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO. Op cit. Pag. 77.

<sup>401</sup>A tendência de intervencionismo por parte dos governos dos Estado Unidos sofreram sensíveis alterações ao longo do século, XX, todavia, de acordo com Hélio Franchini Neto, desde a década de 1950 e com mais força depois da Revolução Cubana (1959), os governantes dos Estados Unidos já se inclinavam para uma política externa intervencionista em relação à América Latina. O móvel central desta guinada intervencionista era o combate ao comunismo. De acordo com esse autor, essa disposição os levava a avaliações precipitadas sobre o conteúdo das expressões políticas deste continente: “Foi determinante, também, para criar sérios erros de interpretação que confundiram revoltas nacionais com avanços da infiltração comunista”, em função desta disposição, emergiu neste período a tendência ao apoio a governos autoritários, ou mesmo da instalação de ditaduras alinhadas pela violência à política externa norte-americana: “os Estados Unidos confundiam o nacionalismo nascente na região com infiltração comunista, o que os levava a apoiar ditadores impopulares”. FRANCHINI NETO, Hélio. *A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962*. Rev. bras. polít. int. [online]. 2005, vol.48, n.2, pp. 129-151. Pags. 6 e 8. Sobre a política externa norte americana no âmbito da Guerra Fria neste período, ver também: AYERBE, Luis Fernando. A revolução Cubana. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

<sup>402</sup> FA-E-01/61. Op cit. Pag. 46.

edições os riscos de uma revolução comunista no país. Tal jornal virou uma publicação especializada sobre o “mundo comunista”. Declarações de autoridades desses países, que quase nenhuma relação tinha com a realidade local eram noticiadas à exaustão, buscando-se a todo tempo fazer uma associação com o que ocorria no Brasil. Um bom exemplo pode ser um artigo publicado em 08 de setembro de 1963, onde se fala das divergências entre URSS e China no que tange a estratégia de revolução mundial: “[os chineses] desempenhando contra Krushchev o papel que Trotsky desempenhou contra Stalin, (...) por meio da promoção da “permanente revolução” asiática”<sup>403</sup>. Outro exemplo pode ser visto na edição de 12/09/1963, onde se reproduzia parcialmente o discurso do general chinês Chen Xi: “O presidente do conselho e ministro do Exterior Chinês, afirmou que “o Exemplo do povo coreano”<sup>404</sup> confirma a vitalidade das teses chinesas segundo as quais, não são as armas e sim as massas populares as que desempenham um papel decisivo na guerra”<sup>405</sup>. Tais exemplos foram recolhidos aleatoriamente. Em determinadas edições, a cobertura dos acontecimentos no “mundo comunista” pelo “O Estado de São Paulo” chega a superar em destaque e volume as notícias nacionais. Mas estes não foram os únicos divulgadores. De acordo com Dreifuss, o Estado-maior da conspiração – o IPES – financiou a publicação de vários livros com conteúdo anticomunista e antiesquerdista. Tal instituto não publicou apenas livros relacionados à Doutrina da Guerra Revolucionária, mas o número de títulos que estão associados a esta teoria é um bom indicativo de como os conspiradores civis se esforçaram para tornar os pressupostos desta teoria conhecidos do grande público e da intelectualidade. Segue uma lista com alguns destes títulos:

*A guerra política* – Suzanne Labin (publicado pelo IPES, 28.000 cópias); *Amostra da infiltração comunista no Brasil* (2 edições); (...) *Democracia e comunismo* – “A defesa nacional” (18.000 cópias); *O discurso secreto de Krushchev*. (...) *A China comunista em perspectiva* – A. Doak Barnett (Publicado pela G.R. D editora); *Anatomia do comunismo* – Margaret Dorvar, Walter Kolarz et ALL (Publicada pela G.R. D Editora); *Cuba: nação independente ou satélite?* – Michel Aubry (5000 cópias, publicado pela G.R. D Editora); (...) *Krushchev e a cultura* – Walter Lazuer (“Cadernos Brasileiros”); *A rebelião da juventude na URSS* – Balashar et all; *Armas, democracia e algemas* –

<sup>403</sup> O Estado de São Paulo, 8/09/63. Pag. 8.

<sup>404</sup> Referência à Coreia do Norte, país formado em 1948 em alinhamento com o campo de países sob a liderança da então União Soviética, o chamado Bloco Socialista. Desde então, a China tem sido um dos países com relação diplomática e comercial mais intensa com os norte-coreanos. Tanto os sul-coreanos como os norte-coreanos reivindicam até hoje a soberania sobre as duas Coreias. Entre 1950 e 1953 os dois lados travaram uma guerra pela supremacia nacional. O conflito foi interrompido com um armistício, mas oficialmente a guerra permanece até o momento em que escrevemos esta tese.

<sup>405</sup> O Estado de São Paulo, 8/09/63. Pag. 1.

Theófilo de Andrade; (...) *A agricultura sob o comunismo* – George Benson (Publicado pela G.R.D. Editora); *A América vermelha* – Danilo Nunes; *As condições de trabalho em Cuba* – José R. Alvares Dias; (...) *As defesas da democracia* – Gustavo Corção; *Como os vermelhos preparam uma arruaça* – Eugene H. Methvin; (...) *Como lidar com os comunistas* – Wilhelm Roepke; (...) *Cartilha do comunismo: teoria e prática* – M. Decter; (...) *Estratégia e tática dos Comunistas para a América Latina* – Eudócio Ravies; *Continuismo e comunismo* – Glycon de Paiva; *Governo: Empreendedores de comunismo*; (...) *Do comunismo de Karl Marx ao muro de Berlin* – Editora Abril; (...) *A revolução de Fidel Castro* – Theodore Draper (G.R.D. Editora) (...) *O que você deve saber sobre o comunismo; Relatório sobre o comunismo* (5000 cópias); (...) *Anatomia do comunismo*; 5000 cópias; *A Rússia de Stalin*; (...) *Ideologia e poder na política Soviética* – Z. Brzezinsky (G.R.D. Editora) (...) *Você pode confiar nos comunistas (... eles são comunistas mesmo)* – Fred Schwarz; *O livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil* – Pedro Brasil; *A Iugoslávia de Tito* – Drago Ivanovic; (...) *A conduta soviética nas relações internacionais* – (G.R.D. Editora).<sup>406</sup>

Dreifuss observa como o complexo IPES/IBAD/ ESG insuflaram a opinião pública, assim como o grosso das forças armadas “difundindo o senso de iminente destruição da “hierarquia, instituições e da nação” e estimulando uma reação quase histórica das classes médias que”, por sua vez, fortaleciam a racionalização militar para a intervenção<sup>407</sup>. Através do IPES o general reformado Golbery do Couto e Silva mobilizou toda uma equipe de doutrinadores para que o clima de terror fosse divulgado em todas as frentes possíveis:

Em 1962, a equipe do general Golbery destacou 200 militares das três forças, enquanto Glycon de Paiva ofereceu uma lista de 200 políticos (do congresso e governadores de Estado), 200 estudantes, 150 profissionais, 50 jornalistas, 50 empresários e 100 associados do IPES de São Paulo, todos influentes “formuladores” de opinião, para receber e participar vitalmente da disseminação de material ideológico fornecido pela elite orgânica. Tomou-se a decisão de que o nome do IPES não deveria aparecer em muitas das publicações que fossem distribuídas<sup>408</sup>.

Nesse contexto, vale observar que o movimento dos sargentos não aparece nas falas dos golpistas desconectado de um contexto mais amplo, ou seja, de uma interpretação que o localiza como parte de um processo maior cujo objetivo final seria o estabelecimento de uma “tirania comunista”. O jornal “O Estado de São Paulo”, por exemplo, ao noticiar a Revolta dos Sargentos em 1963 procura associá-la com os

---

<sup>406</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 653,654.

<sup>407</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 244,5.

<sup>408</sup> Ibid. pag. 235.

conceitos da Doutrina da Guerra Revolucionária, contribuindo para aumentar sua aceitação no público amplo “se é possível negar a responsabilidade do presidente por tudo quanto está ocorrendo no país, é ainda difícil saber até que ponto o levante de Brasília poderia estar enquadrado num esquema manobrado e instigado pelo Sr. Goulart”. Tampouco o motim em questão é desassociado pelo jornal do que acontecia nas outras esferas da esquerda: “Num tal esquema, a rebeldia dos sargentos, somada a movimentos grevistas, serviria como elemento provocador de uma contraofensiva oficial que acabasse levando ao estado de sítio de fato e à supressão das liberdades constitucionais”<sup>409</sup>. É nesta mesma linha que Bilac Pinto acusa diretamente João Goulart pela suposta subversão da hierarquia: “Estamos censurando o Sr. Presidente da República por provocar e favorecer a divisão das Forças Armadas”<sup>410</sup>. Ainda de acordo com este deputado, essa subversão teria objetivos muito definidos: “solapar a disciplina e a hierarquia (...) de modo a reduzir ou anular sua eficiência, quando tiverem de ser utilizadas nas fases finais da “guerra revolucionária”<sup>411</sup>.

Por todo o exposto, não vemos como analisar o movimento dos sargentos tendo como base principal as repercussões negativas que suas ações tiveram na grande imprensa. Afirmar que Goulart se aproximou demasiadamente dos sargentos ou que abriu precedentes preocupantes quanto à disciplina por não puni-los exemplarmente pode ser, e com frequência é, tão somente repetir um discurso cuidadosamente construído pelo Estado-Maior do golpe.

### **O Movimento de politização dos praças dentro da correlação de forças políticas na década de 1960:**

É preciso entender também em que consistia a militância e o engajamento dos subalternos. De que modo suas ações se conjugavam dentro do contexto da luta por um regime mais humano e realmente democrático. O papel desempenhado pelos praças quando da luta pela posse de Jango em 1961 se constituiu em perigoso precedente para quem desejava uma tropa obediente para manter o papel político-interventor das Forças Armadas. A politização dos praças poderia significar, caso viesse a se consolidar, uma dificuldade adicional em fazer as Forças Armadas intervirem contra os interesses das classes populares de onde vinham os praças e com as quais seu movimento de

---

<sup>409</sup> O Estado de São Paulo, 13/09/63. Pag. 1.

<sup>410</sup> PINTO, 1964. Op cit. Pag. 28.

<sup>411</sup> Ibid. Pags. 111,2.

ampliação da participação política se identificava. Os praças traziam as marcas de sua classe social original com muito mais força que os oficiais. Diversamente dos seus superiores, os vínculos com a comunidade e os hábitos da classe trabalhadora raramente se rompiam. Isso sem falar das condições econômicas que colocavam o militar de patente inferior no mesmo campo de interesses econômicos e políticos que seu amigo e parente da classe trabalhadora. As bandeiras eminentemente democráticas e progressistas por eles defendidas são apenas uma evidência deste fato. O engajamento das forças subalternas no interior da caserna reproduzia assim a luta de classe que se travava na sociedade como um todo. Em seu depoimento, Porfírio deixa muito claro que para além da mobilização em defesa do que consideravam direitos básicos de cidadania, o movimento dos subalternos estava também inserido na politização geral da sociedade:

Quando na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que foi fundada (...) ela tinha como objetivo corrigir toda essa coisa que deixava o marinheiro fora da sociedade. Era trazer o marinheiro para a questão social, com direito, igual tinha os oficiais. Os sargentos ou qualquer outro cidadão. Que naquela época tinha bonde. Você era marinheiro, pegava o bonde na Central, se viesse uma moça, sentava ao lado dela, ela se levantava. Porque você era tido como pessoa que não tinha muito caráter. Por viver no mangue ou na Central do Brasil atrás da prostitutas, né? Você não tinha aonde fazer seu lazer. Você não tinha um clube pra frequentar. Você tinha a Casa do Marinheiro, mas um negócio com aquela rigidez militar, e não trazia liberdade nenhuma. Então era uma coisa que não compensava bem e a associação dos marinheiros foi criada para isso. Onde o marinheiro tinha... onde ele pudesse aglomerar, e inclusive evoluir politicamente, se politizar. [e isso era] Explícito, e bem explícito! Havia uma convulsão política muito grande, e como todo jovem dos anos 60 levantou a cabeça, levantou o braço, num brado de mudança. Nos anos 60 a juventude inteira se espalhou. E tinha a UNE, né? A UNE era uma das entidades que tinha a maior força política nesse país, né? E que arrebanhava jovens de tudo quanto era setor. Aí por que não os marinheiros? Que eram jovens também? Daí, fundou-se a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais Brasileiros onde lá se pudesse discutir as questões, política, as injustiças e uma série de coisas. E os direitos que nós achávamos que devíamos ter. E levávamos aquilo lá pra dentro, mas não era aceito. Porque era tido como uma contravenção disciplinar. Por estar querendo modificar a Marinha. Não era modificar a Marinha! A gente estava querendo ser cidadão. Estávamos querendo ter voz. Assim como todo ser humano tem, né? E o fato era esse<sup>412</sup>.

A politização das Forças Armadas não teria sido responsabilidade deste segmento, já existia há muito entre os oficiais. No máximo poderia significar a

---

<sup>412</sup> Entrevista com Raimundo Porfírio da Costa, 2012. Op cit.

ampliação deste movimento também para os quadros subalternos, de modo que projetos políticos de origem popular também pudessem penetrar na politização militar via escalões inferiores. A repressão aos soldados politizados, muito mais do que uma questão de disciplina, era a continuidade da luta contra as forças sociais transformadoras que se corporificavam na base do aparelho repressor do Estado burguês. No caso da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, por exemplo, chegou-se a produzir um jornal, que tinha considerável circulação no interior da Marinha: “Tinha a ‘Tribuna do Mar’ (...) que era um jornal que tinha uma tiragem muito grande (...) e todo mundo lia, até os navios liam, os oficiais dos navios liam esse jornal. E lá estava o pensamento político da Associação”<sup>413</sup>. A disputa de consciência, mais do que a alegada defesa da disciplina, era o maior temor dos oficiais que tendiam a ver nesse movimento o prenúncio do apocalipse militar e por vezes, até da civilização.

Os sargentos eram à época uma força política organizada e reconhecida. Esse fato pode ser atestado por vários indícios. A eleição de um deputado federal, alguns deputados estaduais e vereadores constituem indicativo que por si só atestam a força e organização do segmento. As principais interpretações historiográficas sobre o período são generosas em demonstrar as repercussões negativas dessa politização, mas pouco falam das frequentes manifestações de apoio e esperança. Não por acaso, nos discursos e intervenções de vários segmentos de esquerda e personagens históricos, os subalternos das forças armadas foram continuamente mencionados. Tal fato pode ser observado no discurso de Brizola durante o comício de 13 de março de 1964, ao defender “a eleição de um congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas”<sup>414</sup>. E por que não, do próprio presidente. Porfírio observa que no discurso de Jango no dia do comício da Central do Brasil, as palavras de Goulart davam ênfase especial aos praças em relação aos oficiais: “[ele disse] ‘eu estou com as Forças Armadas, com os praças’, (...) mas não falou que estava com o generalato, com o ‘coronelato’, não falou nada disso”<sup>415</sup>. Muitas outras menções podem ser vistas, por exemplo a de Francisco Julião: “Os rígidos preceitos militares estão sendo quebrados, desmoralizados pelos soldados, que, sentindo-se povo, já não aceitam a condição histórica de instrumentos antipovo”<sup>416</sup>. A esperança que muitos setores nutriam era precisamente que os praças pudessem por um freio à direita militar. Moraes

---

<sup>413</sup> Idem.

<sup>414</sup> Apud MORAES, 1989. Op cit. Pag. 188.

<sup>415</sup> Entrevista com Raimundo Porfírio da Costa, 2012. Op cit.

<sup>416</sup> MORAES, 1989. Op cit. Pag. 97.

comenta que logo após a rebelião dos sargentos, em 1963, numerosos setores da esquerda perceberam com mais clareza a força que poderiam ter os subalternos num eventual embate militar:

Mesmo com o fracasso do motim, a alta oficialidade e os setores políticos moderados ou conservadores ficaram de cabelos em pé. No outro lado do Front, forças de esquerda e nacionalistas sonhavam, mais do que nunca, em agregar os sargentos às suas hostes, ou pelo menos manter o movimento sob seu raio de influência<sup>417</sup>.

Muitos setores da esquerda (e não apenas da esquerda), senão todos, tentaram se aproximar dos sargentos. O PCB tinha um histórico trabalho de penetração neste setor<sup>418</sup>, mas no período em questão os militantes pecebistas do movimento estiveram longe de chegar a sua liderança. A esquerda do PCB, em especial, se esforçou mais nesse sentido. Enquanto o célebre cabo Anselmo era uma figura de ponta do movimento, o dirigente pecebista Carlos Marighella o acompanhou de perto. Não por acaso, o nome de Marighella aparece associado à Rebelião dos Marinheiros de março de 1964. Percival de Souza menciona Marighella como o autor do discurso lido por cabo Anselmo no dia da Rebelião dos Marinheiros, a fonte de Percival é ninguém menos que o próprio Anselmo “Foi Carlos Marighella que enxertou o tom político que Anselmo interpretou nessa assembleia. O discurso original (...) era conciliador nas referências às autoridades navais”<sup>419</sup>. Também Dênis de Moraes cita a participação de Marighella no episódio. Segundo este autor, o coronel Alan Kardec Leme, membro do então “dispositivo militar” de João Goulart recebeu telefonema de Marighella no dia da Rebelião. Marighella teria dito: “- Kardec, vem para o Sindicato dos Metalúrgicos. Aqui está se decidindo o futuro do Brasil”<sup>420</sup>. Dada a enorme expectativa em torno das possibilidades do movimento, também o governo federal buscou manter influência sobre ele. Quando perguntado se Jango tentou se aproximar do movimento, Porfírio foi bem enfático: “ Tentou e muito! E nós estávamos verdadeiramente com ele”. De acordo com o personagem em questão, o movimento assumia a defesa do governo como um dos objetivos centrais do movimento: “ Os sargentos todos eram uma força do governo”<sup>421</sup>.

---

<sup>417</sup> Ibid. pag. 96.

<sup>418</sup> Para uma análise sobre a penetração do PCB nas Forças Armadas, ver: CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro, Revan, 2002.

<sup>419</sup> SOUZA, Percival. Eu, cabo Anselmo. São Paulo, Globo, 1999. Pag. 78.

<sup>420</sup> Apud MORAES, 1989. Op cit. Pag. 103.

<sup>421</sup> Entrevista com Raimundo Porfírio da Costa, 2012. Op cit.

Todavia, parece claro que, entre todos, Brizola foi o político influente que mais tentou se aproximar e capitalizar o movimento. Segundo Porfírio: “a fala do Brizola era uma fala que falava muito sobre nós”. E realmente, o citado político gaúcho logrou ter relevante influência sobre o movimento: “E eu posso até dizer que a nossa associação, a orientação política veio dos discursos do Leonel Brizola”. Porfírio exemplifica a referência que o comum dos praças tinha de Brizola: “O marinheiro quando vinha para a terra, ele fazia de tudo para chegar cedo em casa, pra pegar o discurso do Brizola à tarde”<sup>422</sup>.

Embora todo o assédio de várias forças políticas relevantes, as associações de praças espalhadas em vários estados sempre agiram com grande independência. No seu conjunto existia uma grande heterogeneidade ideológica. Segundo Edegard Nogueira Borges, a época sargento participante do movimento: “tínhamos comunistas, brizolistas, seguidores de Francisco Julião e até trotskistas contumazes”<sup>423</sup>. Os oficiais conservadores, alguns políticos civis e mesmo alguns historiadores, ainda assim procuraram questionar essa independência, atribuindo a “guerra revolucionária” como a motivação do movimento. O então ministro da Justiça Abelardo Jurema, por exemplo, ao se referir à Rebelião dos sargentos fez o seguinte julgamento: “um movimento sem direção, sem consistência e, ao mesmo tempo, sem lideranças capazes”<sup>424</sup>. A afirmação do Ministro da Justiça de Jango não diferiu em nada da lógica do jornal “O Estado de São Paulo” no dia seguinte à revolta: “Não são só eles os autores únicos e exclusivos desta atitude condenável, senão meros instrumentos úteis”<sup>425</sup>.

Outra característica da subestimação do movimento dos sargentos está relacionada à figura do Cabo Anselmo. O personagem em questão vira a se converter em momento posterior em informante das forças de repressão e seria nos anos seguintes um dos principais responsáveis pelo desmantelamento de uma das maiores organizações da esquerda armada que viria a se formar: a VPR<sup>426</sup>. Em 1964, o mesmo Anselmo era o presidente da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais. Muitos interpretaram as atitudes de Anselmo em 1964 em função de suas atitudes em 1969, sem jamais apresentar fontes, no máximo, o conhecido “ouvi dizer”. Ivo Corseuiu constitui um desses exemplos: “estudando o procedimento dele, chegamos à conclusão que de fato

---

<sup>422</sup> Idem.

<sup>423</sup> Apud MORAES, 1989. Op cit. Pag. 96.

<sup>424</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 116.

<sup>425</sup> O Estado de São Paulo 13/09/63. Pag. 1.

<sup>426</sup> Vanguarda Popular Revolucionária.

ele era um agente da CIA” cujo objetivo, de acordo com esse oficial, era: “fomentar a baderna dos marinheiros. Aí ele já estava apoiado pelo pessoal do Lacerda”<sup>427</sup>. Segundo Porfírio: “Isso a oposição falou muitas vezes (...) mas tinha um objetivo (...) era menosprezar o nosso movimento”. Ainda de acordo com o depoimento de Porfírio, todas as ações atribuídas ao cabo Anselmo, foram na verdade deliberações coletivas do movimento. Ainda segundo este participante direto do movimento, Anselmo foi convidado pelos marinheiros a ingressar para a associação precisamente por que estavam à procura de alguém com seu perfil para poder substituir o primeiro presidente da referida associação. Este sim, não era de confiança de seus pares: “O João Barbosa, que era o nosso presidente, a gente já não confiava muito nele, por que ele tava muito ligado aos oficiais reacionários. Era um cabo marinheiro ligado ao Clube Naval”<sup>428</sup>. O chamado Cabo Anselmo foi encontrado, filiado, mobilizado e convencido a concorrer à diretoria da associação. A politização deste se deu juntamente aos demais. Foi durante a gestão do cabo Anselmo, que a associação ampliou o contato com os sindicatos e outras forças políticas. Isso não foi uma decisão do referido personagem, mas uma demanda do próprio movimento. Para os crentes da Doutrina da Guerra Revolucionária e mesmo para alguns aliados de Jango, como Corsenil e Jurema, foi muito mais cômodo dizer que a politização vinha de “fora para dentro”, ao invés de reconhecer que esta fazia parte do contexto vivido e que, portanto, existia também nas fileiras militares. A aproximação dos praças com outros movimentos políticos organizados, contudo, aumentou ainda mais os receios da oficialidade conservadora ao movimento:

O Anselmo levava a diretoria toda com ele para uma determinada reunião de sindicato. Começou a se envolver com os sindicatos. E os sindicalistas eram tidos como comunistas. “se esse presidente da associação dos marinheiros está metido com os sindicatos”... Vamos dizer, o Sindicato dos Marítimos, o sindicato dos portuários, que era o mais visado na época. “Se esse presidente está metido com eles é claro que essa associação é de comunistas, é um antro de comunistas”... Assim diziam os “gorilas”<sup>429</sup>.

Não temos a pretensão de haver esgotado todas as dimensões do movimento político dos subalternos nas Forças Armadas. cremos, contudo, ter apresentado alguns subsídios para atestar que a interpretação deste movimento pela historiografia revisionista tem desprezado a originalidade e a autonomia destes personagens. Não raro,

---

<sup>427</sup> Entrevista com Ivo Corseuiu, 1979. Op cit.

<sup>428</sup> Entrevista com Raimundo Porfírio da Costa, 2012. Op cit.

<sup>429</sup> Idem.

os argumentos que atribuem eventos como a Revolta dos Marinheiros à ação de agentes provocadores numa clara atribuição teleológica do marinheiro Anselmo, por exemplo, incorrem amiúde da reprodução dos preconceitos nutridos por uma parte da oficialidade que não conseguiam ou não queriam ver na atuação de seus subordinados uma organização legítima e imbuída de propostas progressistas em articulação com a luta das camadas populares.

No capítulo seguinte, abordaremos a linha da política militar do governo Goulart em seus aspectos gerais até o fim de 1963, visando a demonstrar a lógica da estruturação de sua política de defesa contra a mobilização da direita militar, bem como os principais acontecimentos que influíram na crise militar durante esse período.

## Capítulo 3

### A política militar de João Goulart

#### Introdução:

A primeira questão a ser analisada para compreender o porquê das crises entre os militares e João Goulart é: quem era Jango? Quais as razões de tanta desconfiança e resistências em relação a este homem? E a resposta é: Jango era um dos políticos brasileiros que melhor personificava a cisão entre os grupos políticos militares. Praticamente nenhum outro nome, entre os políticos tradicionais do Brasil, seria capaz de polarizar, de forma tão radical, os partidos militares brasileiros. Como afirmou Jarbas Passarinho: “o Exército (...) tinha horror ao Jango”<sup>430</sup>. E a ditadura fundada por Passarinho e seus iguais, fez de tudo para deixar na história uma imagem do ex-presidente que correspondesse a este “horror”. Ao iniciar este capítulo, faremos uma reflexão sobre o perfil político e pessoal de Jango. Não nos deteremos em um período específico de sua biografia, nem seguiremos uma linha rigidamente cronológica. Nosso objetivo será fundamentalmente apontar os aspectos fundamentais da trajetória de Jango que podem fornecer uma explicação para a mobilização da direita militar e civil contra sua posse e contra seu governo.

Para Marieta de Moraes Ferreira, João Goulart é, entre todos os presidentes do Brasil, o mais criticado<sup>431</sup>. Hildete Pereira de Melo enfatiza: “Nenhum presidente da República foi tão vilipendiado quanto Jango”<sup>432</sup>. Tais críticas partem não apenas dos que o derrubaram, como mesmo pelos que, junto com ele, foram os alvos do golpe de 1964. Na opinião de Ferreira, grande parte da imagem que se construiu a respeito desse personagem se fez a partir dos argumentos formulados nos meses e anos que antecederam sua queda, ou seja, por: “posicionamentos ideológicos de curto prazo”<sup>433</sup>, que possuem como fontes principais os depoimentos e opiniões dos atores que, junto com ele, participaram daquele processo histórico ou o sofreram. A avaliação histórica

---

<sup>430</sup> Entrevista com Jarbas Passarinho, in: DINES Alberto, FERNANDES JR (org), Florestan, SALOMÃO, Nelma. *Histórias do Poder. 100 anos de política no Brasil. Vol. I Militares, Igreja e Sociedade Civil*. São Paulo, Editora 34, 2000. Pag:329

<sup>431</sup> Talvez com a exceção de Fernando Collor do Mello, em relação ao qual, até este momento, a historiografia ainda não tomou o devido distanciamento.

<sup>432</sup> MELO, Hildete Pereira de, BASTOS, Carlos Pinkusfeld, ARAÚJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006. Pag. 80.

<sup>433</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre memória e história*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006. Pag: 11.

do governo Goulart é, assim, objeto de disputas e interesses, posto que o modo de sua interpretação repercute diretamente não apenas nas causas e justificativas para a ditadura militar, mas também nas responsabilidades pessoais e coletivas para o encadeamento desse processo. Como observa Carlos Fico, com certa frequência Jango é apontado como “o principal responsável por ter lançado o país na ditadura”<sup>434</sup>. Não é difícil perceber o quanto é cômodo para seus críticos atribuírem à suposta incompetência e covardia de um único indivíduo todos os revezes de um “mal necessário” para um lado, ou de toda a derrota política que sofreram as esquerdas, para o outro. A infeliz imagem de Jango como responsável principal pelo golpe serviu muito bem ao longo destas décadas para esconder – ou pelo menos diminuir – a responsabilidade que também tiveram outros indivíduos e grupos, fossem golpistas ou “golpeados”. De outro lado, a crítica a Goulart, ainda na opinião do mesmo autor, também foi um meio de indiretamente questionar a ditadura: “Goulart teria atraído contra si a fúria dos que não podiam criticar diretamente regime com o mesmo ardor”<sup>435</sup>.

Para os vitoriosos no golpe, o discurso anti-janguista foi uma necessidade, presente nos principais argumentos que justificariam sob uma determinada ótica, o rompimento constitucional. É por isso, afirma seu então assessor de imprensa Raul Riff, que “a ele se referem em termos de insistente crítica negativa, arguindo muitas distorções e muitas falsidades, na preocupação obsessiva de denegri-lo”<sup>436</sup>. Para Marieta Ferreira, nos discursos conservadores, ou seja, entre os que se colocam no *front* oposto a Goulart e seu significado, grande parte das críticas está associada ao suposto perigo que este representava em função de sua proximidade com os sindicatos e com a esquerda de uma maneira geral. Desde 1954, em sua curta passagem pelo Ministério do Trabalho, seu nome havia sido ligado, por esses setores, à “penetração comunista”, para os quais “a visão de que Goulart representava uma ameaça, pois seu governo marcado pelas propostas de reformas sociais possibilitaria a entrada do comunismo no país e a instauração de uma *República sindicalista*”<sup>437</sup>. Esse temor ao “perigoso Jango” persistiu desde o momento em que jovem político gaúcho ganhou projeção nacional e permaneceu até sua deposição, em 1964. No pós-golpe, essas acusações sempre foram

---

<sup>434</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2008. Pag: 72.

<sup>435</sup>Idem.

<sup>436</sup> RIFF, Raul. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1979. Pag. 6.

<sup>437</sup> Ferreira, 2006, op cit. Pag.:11, grifo no original.

ênfâtizadas e, mesmo no pós-ditadura, ainda sobrevivem. Vejam-se, como exemplos, as acusações de que Goulart estivesse planejando/orquestrando um golpe de Estado (hipóteses que combatemos ao longo de toda esta tese), elas permaneceram na história, até mesmo sendo difundidas por alguns historiadores. A título de ilustração, vale mencionar Marco Antônio Vila, que na biografia escrita sobre o ex-presidente deposto afirmou: “Em diversos momentos dessa trajetória na Presidência da República, o leitor observará que Jango ameaçou com a possibilidade de dar um golpe de Estado<sup>438</sup>”. Jango não foi o único que sofreu esses tipos de ataques visando à desqualificação por parte da UDN. No período mais tenso da guerra fria, acusar adversários de comunistas era uma ação corriqueira não apenas no Brasil. Mas, como observa Lopez, Goulart até que se saía bem diante dessas provocações. Lembrava a seus acusadores que não só ele, mas políticos como Virgílio Távora, Milton Campos e mesmo Afonso Arinos, em algum momento, haviam sido apoiados pelos comunistas “e que ninguém se lembrara de acusar de comunistas a estes líderes que tinham se beneficiado da foice e do martelo nas urnas<sup>439</sup>”.

Porém, no contexto do início da década de 1960, diante da polarização de classe em função mesmo da crise de regime e das repercussões do modelo de desenvolvimento vigido no governo Juscelino Kubitschek, esse temor foi ainda mais acentuado. Não obstante, Marieta Ferreira opina que, em seu conteúdo, as críticas provindas da oposição direitista carregavam uma contradição, na medida em que, ao mesmo tempo em que se acusava Jango de tentar promover o comunismo e a República sindicalista, também se afirmava que, como demagogo, era caracterizado pelo “descumprimento com qualquer projeto de reforma existente”<sup>440</sup>. Não pretendendo negar que tal contradição também fosse real, parece-nos que, em alguns momentos, ela não existiu, especialmente na fala dos militares. À guisa de exemplo, quando a autora menciona entrevista do General Antônio Carlos Muricy, comenta: “Há uma incoerência discursiva que fica patente quando Muricy traça um perfil de Jango como um indivíduo que ‘não tinha valor combativo, não tinha capacidade de luta’ e, no entanto, logo em seguida o apresenta como o articulador de uma radicalização política que levaria ao um golpe comunista”<sup>441</sup>. Nesse caso, a crítica de Muricy faz sentido se aceitos os pressupostos da Doutrina da Guerra Revolucionária, visto que, nela, Jango não seria necessariamente o agente ativo

---

<sup>438</sup> VILLA, Marco Antonio. Jango, um perfil (1945-1964) São Paulo, Editora Globo. 2004. Pag.9

<sup>439</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *João Goulart*, Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1990. Pag.35.

<sup>440</sup> Ferreira, 2006, op cit. Pag.:11

<sup>441</sup> Idem

do “golpe comunista”, mas a “ferramenta” com a qual supostamente os comunistas, infiltrados em diferentes instâncias da sociedade e frequentemente ocultando suas reais intenções executariam sua ação. Deve-se observar que os elementos da Doutrina da Guerra Revolucionária não estavam presentes com força no período em que Jango foi Ministro do Trabalho. Logo, embora houvesse grande influência da tradição anticomunista para um amplo setor das forças armadas desde o início do século XX, as críticas a Goulart, a partir de 1961, trazem elementos qualitativamente novos se comparados àquelas recebidas em 1954. Em seu período como Ministro do Trabalho, as acusações de um modo geral giravam em torno de sua suposta intenção de implantar no Brasil uma “República Sindicalista”: “uma ditadura no estilo justicialista-peronista”<sup>442</sup>, como a que atribuíam então existir na Argentina. As palavras do então deputado Armando Falcão, feroz crítico de Vargas e futuro conspirador no processo do golpe de 1964 exemplificam bem o tom dessas críticas: “É peronista exaltado e exerce influência sobre Vargas”<sup>443</sup>. Mas, como observa Rodrigo Patto Sá Motta, nos ataques que Jango recebeu em seu período presidencial “Essa imagem era um tanto vaga (...) estava apenas a imagem de que o presidente poderia estabelecer um tipo de governo autoritário escorado no apoio dos sindicatos”<sup>444</sup>. Naquele momento, o tom das críticas era fundamentado em “ataques baseados no argumento anticomunista”<sup>445</sup>. A sutil mudança no tom das críticas teve, na emergência da Doutrina da Guerra Revolucionária como doutrina militar, uma de suas melhores explicações.

No que se refere às forças de esquerda, podem-se perceber alguns consensos e divisões na interpretação da personalidade do ex-presidente. Por um lado, havia a imagem de “homem bom”, do ser afável que era João: “um homem extremamente educado, incapaz de indelicadezas e de exercitar qualquer espécie de autoritarismo”<sup>446</sup>. Mesmo o então coronel João Figueiredo, ativo conspirador e participante do golpe e mais tarde presidente do país sob a ditadura, ao sair de uma audiência com seu desafeto político, exclamou: “para ser inimigo desse homem não se pode deixá-lo falar, que cara simpático!”<sup>447</sup> Segundo seu piloto e amigo pessoal, Manuel Leães, Jango não fazia

---

<sup>442</sup> LOPEZ, 1990. Op cit. Pag. 14.

<sup>443</sup> Apud: BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964*. São Paulo, Brasiliense, 1989: Pag. 99, Apud VILLA, 2004. Op Cit. Pag. 21.

<sup>444</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ED., 2006. Pag. 103.

<sup>445</sup> Idem.

<sup>446</sup> PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro, Record, 1993. Pag.11

<sup>447</sup> A audiência que João Batista Figueiredo teve com Goulart ocorreu no segundo semestre de 1963 e foi solicitada pelo então capitão Ernani Corrêa de Azambuja. O acontecimento se deu, segundo o depoimento

questão dos rituais inerentes ao cargo, mesmo se justificados em razão da segurança. Um exemplo pode ser sua recusa em utilizar batedores para conduzir o veículo presidencial em Brasília logo em seu primeiro dia como presidente: “Ele não parecia incomodado com os batedores, mas ao chegar no Palácio ordenou que não queria vê-los no dia seguinte<sup>448</sup>”. Ou como relata Raul Riff o episódio em que o presidente, dirigindo seu veículo particular em Brasília, foi parado por um caminhão. O motorista perguntara: “Ei, moço, pode me dizer onde fica a W-3?” e o presidente, com tranquilidade, respondeu: “Ainda não sei, companheiro. Desculpe, é que sou novo aqui”.<sup>449</sup> Mesmo em seus mais ácidos críticos, não é raro encontrar elogios a esse aspecto de sua personalidade, como observou Elio Gaspari: “Os ódios que despertou vieram todos da política, nunca de sua pessoa”<sup>450</sup>. Como conclui o mesmo Riff: “No governo ou fora dele, Jango sempre foi o mesmo: um homem simples, sem medos nem prevenções”<sup>451</sup>.

Porém, dentro do mesmo grupo de “aliados” nota-se que havia uma polêmica quanto à suposta responsabilidade do então presidente em não combater os golpistas, em ter sido “fraco”, conciliador demais. Em suma, foi tido “como responsável pela derrota política diante dos militares”<sup>452</sup> Além desse aspecto, com frequência é ressaltada sua indefinição ideológica, sua postura pendular, que hora vai para a direita, hora para a esquerda, conforme fica exemplificado no depoimento citado de Francisco Julião: “Eu considero que ambivalência de Jango facilitou muita coisa (...) Ele perdia a confiança num setor e não adquiria em outro. Com essa ambivalência foi criando um vazio em torno de si.<sup>453</sup>” Quanto a este ponto, é conveniente observar que também a esquerda teve uma parte da responsabilidade no golpe, já que também ela não cuidou de se preparar para qualquer resistência e aceitou passivamente o discurso do governo de que existia um “dispositivo militar” invencível. Nesse sentido, uma parte considerável das críticas feitas tem como objetivo tão somente responsabilizar unicamente Goulart por equívocos

---

de Azambuja, em função de uma provocação de Figueiredo e outros alunos da ECEME, que afirmaram que Goulart só atendia “os comunistas” e jamais os receberia. Azambuja afirmou o contrário e, diante do ceticismo de seus colegas oficiais, solicitou a audiência – que foi concedida, para espanto e desconforto daqueles oficiais (que sequer tinham algo para falar com ele). Mais detalhes no depoimento de Ernani Corrêa de Azambuja ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, Aricildes de Moraes. *1964 – 31 de março: O Movimento Revolucionário e sua história*. tomo 13, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2003 (m)

<sup>448</sup> BRAGA, Kenny. *Meu amigo Jango: depoimento de Manoel Leães./ Kenny Braga*. Porto Alegre: Sulina, 2003. Pag: 23)

<sup>449</sup> RIFF, 1979. Op cit. Pag.11

<sup>450</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, companhia das Letras, 2002. Pag. 46,7

<sup>451</sup> RIFF, 1979. Op cit. Pag. 12

<sup>452</sup> FERREIRA, 2006 (B), op cit. Pag: 22.

<sup>453</sup> Depoimento de Francisco Julião ao Programa de História Oral do Cpdoc/FGV em 6/12/1977, citado por: Ferreira, 2006(b) op cit, pag: 21

praticados por um numeroso grupo de indivíduos e forças sociais – equívocos que, com muita frequência, Jango mais expressou do que cometeu.

João Goulart veio de uma família de posses. Gaúcho de São Borja, terceiro filho entre oito irmãos, filho de Vicente Rodrigues Goulart, rico estancieiro, Jango desde cedo foi ligado a Getúlio Vargas. Seu pai, que era amigo do ilustre político gaúcho, chegou a lutar na Revolução de 30 ao lado de seu afeto e partidário. E Jango, em sua juventude, foi amigo íntimo de um dos filhos do líder da Revolução de 30, Manuel Antônio Vargas, conhecido como “Maneco”<sup>454</sup>. O primeiro contato entre João e Getúlio foi em 1934, na propriedade de sua família. Nesse dia, Goulart improvisou um discurso em saudação ao presidente. Em seu agradecimento, Vargas teria dito ao jovem de dezessete anos: “Tu vais ser político, Jango? Pois devias. Tu falas bem”<sup>455</sup>. Além da relação com Vargas, também era ligado por laços familiares a Leonel Brizola, com quem sua irmã Neusa se casara<sup>456</sup>.

Seu ingresso na política ocorreu após o Estado Novo, em 1945. Seu aprendizado e iniciação na militância se deram com o próprio Getúlio, que após a deposição, voltou para sua cidade natal e recebia visitas frequentes de Goulart<sup>457</sup>. A aproximação entre os dois tornou-se muito grande, a ponto de alguns que conviveram com Vargas, como o médico Tuffik Mattar, observarem que “Getúlio o queria como filho”<sup>458</sup>. Jango foi, inclusive, o portador da mensagem de apoio de Getúlio a Dutra, nas primeiras eleições pós-Estado Novo. Sob o patrocínio de Getúlio e por sua própria popularidade em sua região, conquistou o primeiro mandato eletivo em 1946, como deputado estadual, tendo uma atuação discreta nesta primeira experiência. Durante esse tempo, manteve contato constante com Getúlio e acompanhou de perto as negociações para o lançamento das candidaturas presidenciais de 1950. Nesse processo, adquiriu mais experiência política e contatos com nomes de influência nacional de seu tempo. Graças a sua militância petebista (assim como pelo seu poderoso patrocinador), tornou-se presidente do diretório estadual e também da comissão executiva desse partido no biênio 1950-1952<sup>459</sup>.

---

<sup>454</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete: João Goulart, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro/CPDOC/FGV, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 26 maio de 2012.

<sup>455</sup> PINHEIRO NETO, 1993, op cit. Pag. 24.

<sup>456</sup> FERREIRA, 2012. Op cit.

<sup>457</sup> IDEM

<sup>458</sup> MATTAR, Tuffik. *Nas entranhas do poder: depoimentos prestados ao repórter Adherbal O. Figueiredo*. São Paulo: Maltese, 1992. Pag:39

<sup>459</sup> FERREIRA, 2012. Op cit.

Foi um dos principais coordenadores da campanha de seu protetor a presidente, em 1950. Em função dessa grande proximidade, simultaneamente a seu crescimento pessoal em importância política, ganhou também seus inimigos. Em termos gerais, quem era antivarguista, tendia a ser também anti-Jango. Os constantes ataques da imprensa antivarguista não o impediram (ou quem sabe ajudaram?) de conquistar uma vaga na Câmara Federal na mesma eleição que levou Vargas de volta à presidência. De início, não teve uma atuação parlamentar destacada. Logo se licenciou para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul. Teve grande atuação nesse estado nas eleições municipais de 1951 e na militância interna do PTB. Por sua atuação partidária, gradualmente adquiriu influência nacional junto a políticos de várias legendas e também no movimento sindical. Não teve dificuldades para ser reconduzido à direção desse partido para o biênio 1952-1954<sup>460</sup>.

Em 1952, atendendo a chamado de Getúlio, deixou seu cargo no governo Rio-grandense e reassumiu sua vaga na Câmara dos Deputados. Nesse movimento, ampliou seus contatos nos meios sindicais, tornou-se importante liderança entre os trabalhistas e um dos principais assessores do presidente. Com controle sobre os principais cargos dos institutos de previdência e sólidos contatos nos meios sindicais, Jango militou fortemente para que estes adquirissem maior importância na vida nacional e pudessem dar sustentação a Getúlio, então duramente atacado pela oposição ligada à UDN. Segundo Jorge Ferreira, sua atuação se dava dentro do objetivo de “construir uma base operária para respaldar o presidente que, naquele momento, vivia delicada situação política<sup>461</sup>”. Goulart não só conhecia de dentro o “esquema sindical” de Getúlio, base do populismo Varguista, como foi também um de seus principais articuladores durante a década de 1950, como observa Moisés: “Goulart, como tinha, sabidamente, um controle bastante estreito da burocracia sindical na época<sup>462</sup>”. Sua influência política estava longe de ser desprezível. Alguns sindicatos inclusive passaram a pleitear a intermediação de Goulart e mesmo sua indicação para ministro. Como nota Jorge Ferreira, ainda quando deputado federal, “já frequentava o noticiário político da imprensa<sup>463</sup>”. Mas a emergência de Goulart enquanto uma figura de expressão nacional

---

<sup>460</sup> Idem

<sup>461</sup> FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. 2ª Ed. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2011. Pag. 79

<sup>462</sup> MOISÉS, 1978. Op cit. Pag. 128.

<sup>463</sup> FERREIRA, 2011. Op cit. Pag. 79

se deu mesmo a partir de sua indicação para o Ministério do Trabalho<sup>464</sup>. Como afirma Fico, “A gestão de Goulart à frente do Ministério do Trabalho foi decisiva para a construção de sua memória<sup>465</sup>”.

João Goulart era tido como o melhor herdeiro (ou pior, de acordo com o perfil do opinante) do populismo varguista, de maneira que, morto Vargas, a mobilização contra Goulart seria o caminho esperado, quase natural, do antivarguismo em seus vários grupos civis e militares. Todavia, a imagem de “aliado dos sindicatos”, da qual tantas vezes foi acusado (ou pela qual foi elogiado), não deve ser aceita plenamente. Como expressão do populismo varguista de esquerda, Jango mantinha relações estreitas com o movimento sindical, o que não significava que os representasse. Na visão de Boito, a indicação de Jango para o Ministério estava relacionada a um objetivo bem claro: “fortalecer o sindicato de Estado, recompor e fortalecer o populismo e abortar a iniciativa independente das massas”<sup>466</sup>. Isso significa que o novo ministro fazia concessões sempre como meio de manter a influência do Estado sobre o movimento sindical e que, sempre quando podia, agia no sentido de frustrar as iniciativas independentes dos trabalhadores. Ainda sobre esse ponto, Armando Boito Junior menciona, como exemplo, o discurso de Jango em 29 de junho de 1953, em que parabeniza o sindicato dos operários navais pela recente greve que haviam realizado e em função da qual ele tinha sido nomeado ministro. Todavia, como lembra o mesmo autor, tão logo o sindicato reiniciou sua mobilização meses depois, Goulart não hesitou em reprimi-los:

O leitor não deve perder de vista a função ideológica dessa súbita declaração de simpatia do Governo para com a luta popular. Dois meses depois dessa declaração, quando os marítimos tentaram realizar uma segunda greve nacional. Goulart desencadeou uma repressão brutal contra os trabalhadores e conseguiu impedir a realização do movimento. Teve o cuidado, apenas, para resguardar a sua imagem de “defensor dos pequeninos”, de tirar uma licença temporária e providencial do Ministério, desaparecendo de circulação durante o período em que as forças policiais agiam contra os trabalhadores<sup>467</sup>.

Como parte dessa radicalização do populismo, esse período também contou com uma forte ênfase no discurso nacionalista. A campanha do “Petróleo é Nosso” e uma lei que limitava a emissão de lucros para o exterior foram acontecimentos dessa

---

<sup>464</sup> Para uma análise detalhada sobre a atuação de Jango no ministério do trabalho, ver seção correspondente no capítulo 1 desta tese.

<sup>465</sup> Ibid, Pag: 70.

<sup>466</sup> BOITO JUNIOR, 1982. Op cit. Pag. 88

<sup>467</sup> BOITO JUNIOR, 1982. Op cit. Pag. 85

conjuntura<sup>468</sup>. Todavia, esse movimento partia fundamentalmente da burocracia de Estado e não de qualquer setor da burguesia, de modo que a crise de representação continuava. No âmbito sindical, várias importantes empresas já contavam com organizações sindicais paralelas – as Comissões de Empresas – criadas em sua maioria pelo PCB. Goulart conseguiu impedir, ou pelo menos limitar, o crescimento do sindicalismo independente em função de a maior parte das categorias ainda terem, nessa ocasião, o sindicato atrelado ao Estado, sua principal referência. De outro lado, Jango também foi ajudado pela própria imperícia do PCB, cuja linha excessivamente sectária do Manifesto de Agosto dificultava a penetração nas classes trabalhadoras<sup>469</sup>. Em boa parte, a imagem que construiu de si mesmo neste período foi a que ficou até 1964. Jango foi formado politicamente no seio do populismo varguista: era um produto desse meio e dessa prática política. Para os setores de esquerda, a herança varguista também era clara, mas conseguiam (ou queriam) perceber algumas diferenças entre Goulart e Getúlio. Expressando academicamente esse movimento, Moniz Bandeira, por exemplo, recusa para Goulart alguns aspectos fundamentais do populismo e prefere classificá-lo como “reformista”:

Ele não atuava como um demagogo, que entorpecia as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital (...) era um reformista. E sua política se assentou fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e nos partidos políticos<sup>470</sup>.

Ou para outros, como Lopez, ele se constituía como um populista de fato, mas um populista “bem intencionado” que tinha na melhoria das condições de vida dos mais pobres, mais que no poder, o motivo de sua atuação:

Jango falou em povo e conciliação, pretendeu um projeto que incluísse e englobasse e não que excluísse; não quis eliminar a burguesia e sim atraí-la: não foi contra o lucro capitalista; não visava conduzir ao enfrentamento de classes, pretendia uma vasta pacificação nacional. Sua visão de capitalismo era a de um capitalismo humanizado e capaz de beneficiar a todos<sup>471</sup>.

Como Ministro do Trabalho, Goulart se empenhou na ampliação do “esquema sindical populista”, apoiando “pelegos” na sucessão de diretorias sindicais e utilizando expedientes tais como a realização do I Congresso Brasileiro de Previdência Social

---

<sup>468</sup> BOITO JUNIOR, 1982. Op cit. Pag. 79-81

<sup>469</sup> MAZZEO, 1999. Op cit. Pag. 74 e seguintes.

<sup>470</sup> BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964). 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1977. Pag. 28.

<sup>471</sup> Ibid. pag. 37.

(realizado em agosto de 1953, no Rio de Janeiro) para aumentar a influência de sua pasta junto às diretorias e federações. Jango foi ativo na construção de sua fama de “defensor dos trabalhadores”. Pode-se mesmo afirmar que sua prática enquanto ministro tinha elementos mais avançados que a dos ministros anteriores, expressa na não exigência de atestado de ideologia, na recusa de intervenções em eleições sindicais, nos primeiros passos da sindicalização rural, etc. Mas não há quem afirme com bons argumentos que Jango algum dia desistiu de estimular o sindicalismo de Estado, como afirma Lopez: “observe-se que Jango não pensou em tirar os sindicatos da tutela do Estado (...), uma legislação cuja fonte inspiradora ainda era o fascismo”<sup>472</sup>. Esse limite inerente ao populismo de Goulart trazia como consequência o germe de seu isolamento político, pois motivava a desconfiança de setores da esquerda, ao mesmo tempo em que não diminuía as críticas que lhe vinham da direita.

Para a oposição udenista e a Cruzada Democrática, trazia o que consideravam o pior da política getulista: a participação política das camadas populares e a aliança com as forças de esquerda. Com frequência Jango foi acusado de conluio com os comunistas, de tentar manipulá-los ou de ser por eles manipulado. Essas críticas, frequentemente vindas da oposição udenista e tendo em vista a desqualificação, exatamente por serem tão repetidamente enfatizadas, acabavam ocultando que entre Goulart e os comunistas existia uma permanente tensão, como observa Motta:

Tal leitura maniqueísta do jogo político escamoteava o relacionamento, por vezes tenso, entre Goulart e a esquerda revolucionária. De fato havia uma aliança entre o presidente e o mais forte partido revolucionário da época, o Partido Comunista Brasileiro, ou PCB. Mas também existia entre eles uma disputa pelo controle dos movimentos sociais, notadamente dos sindicatos. Goulart não confiava plenamente nos comunistas e esses viviam sob o constante temor de que o presidente desse uma guinada para a direita e passasse a persegui-los<sup>473</sup>.

Mas, mesmo entre os que acusavam Goulart de fazer política com os comunistas, poucos chegavam ao extremo de acusá-lo de ser comunista<sup>474</sup>. Existia até quem o considerasse “incapaz” para tal. Ocorre que Jango governou o país num tempo de grande polarização política e a própria luta pela sua posse contribuiu para aumentar a fermentação política e para radicalizar os movimentos populares. À revelia de sua

---

<sup>472</sup> LOPEZ, 1990. Op cit. Pag. 34.

<sup>473</sup> MOTTA, 2006. Op cit. Pag. 104.

<sup>474</sup> Encontramos um único exemplo nas memórias de Odílio Denys: DENYS, 1980. Op cit. Pag. . 96-99.

própria opção política, João Goulart incorporou a imagem do populismo nacionalista e, como será desenvolvido mais à frente, esse movimento que o caracterizou inicialmente incorporou alguns elementos de “frente popular<sup>475</sup>”. Por sua trajetória e pela maneira como chegou ao poder, Goulart estava desde o início em luta com a direita militar. Seu governo foi alvo constante de ataques e ainda teve de conviver com uma grave crise econômica herdada do governo Juscelino Kubitschek e nem de longe solucionada por Janio Quadros. Nesse sentido, para assumir a presidência, assumir os poderes presidenciais e se manter no poder (enquanto foi possível), teve de utilizar todo seu capital político para harmonizar aliados e isolar a direita militar.

De acordo com os objetivos e desafios que se apresentaram, a linha política a ser adotada necessitou ser atualizada. Conforme a correlação de forças se transformava, seus aliados principais e também o núcleo do governo se modificava. Em função disso, como será debatido ao longo deste capítulo, o governo Jango teve uma grande rotatividade ministerial. Durante sua gestão, ocorreram cinco grandes mudanças ministeriais: uma primeira formação durante o gabinete de Tancredo Neves (setembro de 1961), outra com Brochado da Rocha (julho de 1962), mais uma com Hermes Lima (setembro de 1962) e finalmente mais duas durante o período presidencialista: uma ao recuperar os seus poderes presidenciais (janeiro de 1963) e outra após o fracasso do Plano Trienal (junho de 1963). Não foram poucos os pesquisadores que se debruçaram sobre esse aspecto. Nas páginas que seguem, apresentaremos uma visão geral do governo Jango, suas contradições e características mais marcantes.

### **Governo Goulart: Populismo versus Nacionalismo.**

A queda do governo de Goulart em 1964 marca o fim de uma crise de regime que se dá no marco da quebra de um aspecto central do populismo: a sua capacidade de controlar as iniciativas independentes da classe trabalhadora. Dreifuss observa que durante a fase “clássica” do populismo no Brasil (1945-1960) o Estado conseguiu

---

<sup>475</sup> Para Silvano Belligni, frente popular consiste numa configuração de Estado marcado pela união tática entre várias classes sociais: “Consiste na unidade de ação em torno de objetivos comuns, estendida não só aos partidos operários e às classes trabalhadores, como também aos partidos democráticos e radicais e às classes pequeno-burguesas dos campos e das cidades (...) essa coalizão entre partidos políticos da esquerda em torno de objetivos comuns intermédios pode e, em certos casos, deve ter um prolongamento e uma sanção a nível parlamentar e governamental, com a formação de acordos eleitorais, de programas comuns e de Governos de frente popular”. BELLIGNI, Silvano. *Verbetes: Frente Popular*. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução. Carmen C. Varriale Et all: Coord. Trad. João Ferreira; ver. Geral; João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 11ª Ed. Vol. 1, 1998. Pag. 530

combinar “pluralismo e limitação, força e autoridade, coerção e consentimento<sup>476</sup>”. Os partidos, por meio de seus líderes carismáticos expressavam algumas reivindicações mais amplas. O Estado fazia algumas concessões, mas nunca ao ponto de promover uma significativa transformação social. As massas foram mobilizadas, mas não organicamente, isto é, sem que estivessem constituídas a partir de instituições formadas na sua auto-organização. Como prática política mais geral, predominavam as formas tradicionais de dominação, tais como o coronelismo, o clientelismo, o apadrinhamento, o peleguismo etc. Isso apenas foi possível devido à eliminação ou limitação das forças sociais que poderiam protagonizar uma ação de classe fora dos mecanismos tolerados. Para tanto, o PCB foi excluído do processo eleitoral, os sindicatos independentes foram isolados ou expurgados e cerca de metade da população impedida de participar do colégio eleitoral pela via da proibição do voto aos analfabetos.

No governo de Goulart, esse sistema já não funcionava a contento. A emergência de uma estrutura sindical paralela tal como CGT, exigia do executivo maiores concessões. Ainda que dentro de limites, a politização no período aumentou, como observa Melo: “Mesmo levando-se em conta o fato do próprio PCB estar nesse momento vivendo sua fase reformista, com o papel de ponta no movimento pelas reformas de base, há de se notar que fazia isto mobilizando os trabalhadores para pressionar o governo Goulart para a esquerda<sup>477</sup>”. Particularmente preocupante ao bloco multinacional e associado era o fortalecimento do viés ideológico nas frentes de esquerda, especialmente a Frente de Mobilização Popular (FMP), um complexo multipartidário e extraparlamentar que combinava diversas organizações, tais como as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista, os sindicatos rurais, o CGT, PUA, UNE, AP, PCB e militares nacionalistas<sup>478</sup>. A atuação das organizações de esquerda em defesa das “reformas de base”, contrariamente ao que afirmava a Doutrina da Guerra Revolucionária, não se propunha à instauração do socialismo, mas se apresentava como uma “iniciativa para ampliar os marcos do regime”<sup>479</sup>. Uma ampliação democrática nos marcos capitalistas, mas ainda assim uma transformação que alterava em qualidade o pacto populista e modelo modernista conservador que se sagrou historicamente.

---

<sup>476</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 136.

<sup>477</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 86.

<sup>478</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pags. 139 e seguintes.

<sup>479</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 87.

A mobilização das classes subalternas era ainda inorgânica, ainda não se constituindo em partido<sup>480</sup>. Suas bandeiras chegavam a pensar o Estado, mas se ressentiam de um projeto político construído organicamente junto às classes trabalhadoras, em suma, um projeto de classe contra hegemônico. Em seu conjunto, sua mobilização não questionava a fundo a estrutura social e política existente. Observamos que, o reformismo é o melhor termo para definir a pauta política desses setores. No entanto, sua atuação se dava num momento de falta de consenso entre as frações dominantes. Jango tentou, ao longo de seu governo, se reaproximar de alguns setores burgueses e manter o apoio que possuía de uma fração da burguesia industrial. Contudo, o seu descontrole em relação às iniciativas do movimento social só fez consolidar a postura de oposição destes e acelerar o rompimento dos poucos que até então mantinham apoio a seu governo. E na medida em que os setores subalternos ultrapassavam o pacto de classes, os setores dominantes viam cada vez menos sentido em mantê-lo.<sup>481</sup>”

A emergência do nacionalismo econômico como objetivo reformista das esquerdas de uma forma geral pressionava continuamente o governo federal a ir mais além do que o pacto populista jamais se mostrou disposto a conceder. Como ressalta Melo: “os movimentos das classes subalternas não se dispuseram a limitar suas reivindicações e conter suas lutas”. Em vez disso, atuaram dentro do objetivo de “dinamizar as lutas dos trabalhadores no período, fazendo com que os mesmos

---

<sup>480</sup> Para Gramsci, o momento em que as forças sociais se tornam “partido” constitui o ápice de sua consciência de classe. Segundo este autor, a consciência de classe se dá em três momentos principais, o “econômico corporativo”: “um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc. (...) sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda da unidade do grupo social mais amplo”. Um segundo momento quando se evolui de uma compreensão estritamente de solidariedade no interior limitado de algumas categorias para uma atuação coletiva de classe: “se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico”. Conforme nosso ponto de vista, a atuação das classes trabalhadoras no período analisado pode ser compreendida dentro desse momento de consciência. Um terceiro e superior momento, constitui-se naquele em que a experiência na luta política permite uma compreensão para além dos ganhos e objetivos parciais. “em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tensa a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não plano corporativo, mas num plano universal. Criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”. Como será demonstrado ao longo desta tese, o segmento da burguesia ligado ao capital monopolista foi o que, dentre todas as classes sociais, mais se aproximou desse nível de consciência de classe. GRAMSCI, 2002. Op cit. Pag. 41.

<sup>481</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag.136.

rompessem o ciclo restrito de suas reivindicações corporativas e se vissem como ator político naquela quadra histórica”<sup>482</sup>. Como conclui Dreifuss:

O que estava se tornando a questão política crucial era o fato de que o populismo era transformado em meio a essa luta de classe, passando de uma forma de manipulação (articulação de consentimento) para uma forma de participação (expressão de demandas), para a qual os novos centros de ação política, além dos partidos tradicionais, podiam apelar. Ademais, foi através da própria estrutura política e do tegumento social-populista que as forças sociais trabalhadoras urbanas lutaram para se tornar uma classe política. Foi no curso desse processo que vieram à tona os limites históricos e deficiências políticas, ou as posições necessariamente “economicistas” das classes trabalhadoras e sua liderança estabelecida<sup>483</sup>.

A crise do populismo teve como contraponto a formação de associações de caráter político por parte de um segmento da burguesia que tradicionalmente se opunha a este regime e à participação popular de uma forma geral. Conforme assinalado por Dreifuss, as raízes do IPES, do IBAD e outras organizações das classes dominantes são do fim do governo JK, cujo estilo populista e descontrole inflacionário geraram descontentamentos entre alguns membros do complexo. Embora os interesses privados, individuais e setoriais se articulassem durante a gestão do ex-governador mineiro através da administração paralela promovida por este em favorcimento à implantação de um modelo de desenvolvimento associado, não existia ainda uma liderança desse setor de classe organizada. Não eram ainda capazes de, enquanto grupo econômico, pressionar o governo e propor alternativa política e programática fora dos marcos existentes do populismo tradicional. Esses grupos, de uma forma geral, aceitavam a política econômica dirigida a suas demandas econômicas, mas não toleravam muito bem a participação do proletariado no jogo político – ainda que tutelado pelo Estado. Essa rejeição à ampliação da participação política era uma característica difundida em todas as frações dominantes, mesmo entre as diretamente beneficiadas pelo pacto populista. A eleição de Jânio com seus postulados genéricos de conservadorismo e moralismo constituiu momento de expectativa positiva para esses, mas sua inesperada renúncia os obrigou a evoluir em tática e organização frente à expectativa da emergência do populismo nacionalista representado por Goulart.

O IPES, por exemplo, se formou justamente neste momento. Um dos elementos mais fortes para a aproximação e associação foi o anticomunismo: “a ideia de estimular

---

<sup>482</sup> Ibid. pag. 89.

<sup>483</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 141.

em todo o país uma reação empresarial ao que foi percebido como uma tendência esquerdista da vida política”<sup>484</sup>. Com a posse de Goulart, um grupo de não muito mais de uma dezena de jovens empresários, sobretudo das capitais do Rio de Janeiro e São Paulo iniciou as articulações. Entre os principais fundadores, estiveram o empresário de origem americana Gilbert Huber Jr., Paulo Ayres Filho, João Batista Leopoldo Figueiredo, Glycon de Paiva, José Garrido Torres, Augusto Trajano Azevedo Antunes entre outros. O recém-general reservista Golbery do Couto e Silva participou, como convidado, da formação da organização desde as primeiras reuniões. O papel por ele desempenhado foi de suma importância, não apenas pela sua capacidade organizacional (que foi muito eficazmente aplicada) na definição das táticas de espionagem, guerra psicológica e gerenciamento de informações, como também fundamentalmente para aproximar o IPES das Forças Armadas, em especial da ESG. O núcleo inicial de fundadores foi ativo e eficiente em recrutar lideranças empresariais para sua organização. O IPES e o IBAD tiveram um surgimento independente: ambos expressavam a necessidade de uma articulação de interesses de classe, notadamente de um setor específico da burguesia, aquela que Dreifuss classifica sob o conceito de “bloco multinacional e associado”. O grupo que esteve à frente da fundação do IPES, de intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado lograram construir um projeto político capaz de colocar sob sua hegemonia o conjunto das frações dominantes. Como enfatizado por Dreifuss, a organização dos empresários almejando unificar sob um programa político o conjunto das frações dominantes se constituiu na “fase mais genuinamente política e que marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da complexa superestrutura: essa é a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam ‘partido’”<sup>485</sup>.

O IPES foi fundado oficialmente em 29 de novembro de 1961<sup>486</sup> e seu aparecimento foi saudado, ainda que com alguns meses de atraso, por alguns dos principais jornais, tais como “*o Jornal do Brasil, o Globo, o Correio da Manhã e a Última Hora*”<sup>487</sup>. O IPES se colocava publicamente como um instituto educacional, voltado a estudar os problemas nacionais e propor soluções. Assim, por exemplo, que é anunciado pela primeira vez no Jornal do Brasil:

---

<sup>484</sup> Ibid. pag. 163.

<sup>485</sup> Idem.

<sup>486</sup> Idem.

<sup>487</sup> Ibid. Pag. 162.

IPES vai planejar a democracia.

O Sr. João Batista Leopoldo Figueiredo, ex-presidente do Banco do Brasil lançou, ontem, no clube de engenharia, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, que reúne empresários do Rio de São Paulo dispostos a financiar os estudos dos problemas nacionais e seu o enquadramento em bases democráticas. A política será uma das mais sérias preocupações do IPES, no que se refere a chamar a atenção dos seus componentes e do povo para as questões nacionais<sup>488</sup>.

Quem lesse apressadamente essa mesma edição, na página 4, não desconfiaria em nada da fundação dessa entidade. Tão insuspeitas as atividades a que se propunha, parecia até um braço do PCB: “1º acelerar o desenvolvimento do País; 2º) assegurar melhor distribuição da renda nacional; 3º) elevar o padrão de vida do povo e, 4º) preservar a unidade nacional mediante a integração das regiões menos desenvolvidas<sup>489</sup>”. O IPES, contudo, construiu-se sob duas faces: publicamente era uma instituição educacional, apartidária e democrática; a outra face era a atuação política. Os fundadores recrutaram um núcleo de 50 membros, cada um responsável em trazer mais cinco. Alguns membros chegaram a propor que o IPES fosse uma organização secreta, mas decidiram que o instituto teria uma face pública e outra clandestina<sup>490</sup>. No começo, o IPES não chegou a grandes resultados, mas gradualmente conseguiu construir um consenso nas classes dominantes quanto à mobilização contra o governo e necessidade de sua urgente derrubada.

Os fundadores do IBAD acreditavam fazer parte de uma “elite da elite” (em torno de 4% da classe dominante) capaz de liderar um movimento em defesa dos ideais burgueses. Vê-se que o IBAD atuava abertamente em defesa dos interesses das frações dominantes. A Ação Democrática Popular do IBAD (ADEP) desenvolveu, a princípio, duas campanhas, uma para se posicionar contra os empresários que não se engajavam contra o governo e outra para ganhar a opinião pública. Várias mobilizações foram dirigidas às frações dominantes no intuito de despertar suas “virtudes cívicas”. Gradualmente, os empresários líderes de 500 empresas multinacionais e associadas começaram a financiar o IPES e IBAD.

Um grande problema foi atrair a oligarquia rural mais atrasada, visto que também o IPES precisou elaborar uma proposta de reforma agrária para contrapor

---

<sup>488</sup> Jornal do Brasil, 02 de fevereiro de 1962, pag. 1.

<sup>489</sup> Ibid. pag. 4

<sup>490</sup> Como revela Dreifuss: “Em verdadeiro estilo militar, as operações coordenadas pelo IPES recebiam codinomes, como por exemplo “Operação Brado de Alerta”, “Projeto Gammon” e outros. DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 211.

àquela contida no bojo das reformas de base. Atrair a oligarquia rural tornava-se importante como meio de diminuir o apoio desse setor ao Estado populista e combater a organização dos trabalhadores rurais. O projeto ipesiano favorecia o setor agrário moderno, mas alienava o tradicional, que chegou a ver nos representantes do IPES “agentes do comunismo”. Os ipesianos souberam agir com diplomacia, pois, reconhecendo que as associações rurais viviam fortes desavenças, descobriram como ser conciliadores. Finalmente, importantes lideranças rurais aderiram ao IPES. Os principais dirigentes das associações de classe burguesa em nível nacional faziam parte do IPES. No caso específico de Nordeste, o IBAD aparecia como maior catalisador político<sup>491</sup>. Já ao final de 1962, o IPES se encontrava em condições de ser o partido da classe dominante, o Estado Maior do golpe. Em 1963, cresceu de 80 para 500 associados e congregava a nata empresarial do país. Não só homens de negócio faziam parte da estrutura formal de autoridade, mas também oficiais militares (alguns membros de diretoria de importantes empresas), jornalistas, acadêmicos e técnico-empresários. Alguns agentes chave da organização, porém, não integravam a estrutura formal, e figuravam apenas como colaboradores.

Por seu grande número de associados, o IPES não era uma unidade ideológica. Questões como a reforma agrária, por exemplo, provocavam grandes divisões. A existência de tais divergências estimulou o estabelecimento de diversos níveis de tomada de decisão, alguns desconhecidos para os membros menos atuantes. Estava estruturado em Conselho Orientador (CO), Comitê Diretor (CD) e Comitê Executivo (CE). Este último, com número de oito integrantes, se reunia diariamente, tomava as principais decisões e encaminhava as decisões dos centros regionais (IPESUL), IPES PE, BH, Paraná, Manaus, etc., pois a centralização das atividades focava no eixo Rio-São Paulo. Acima do CE (que existia no Rio e em São Paulo), existia o CEN (Comitê Executivo Nacional), todos com importantes contatos no mundo político e econômico. Existiam ainda os GEs (Grupos de Estudo) e os GTA (Grupos de Trabalho e Ação). Existia mesmo alguma tensão entre os dirigentes do Rio e São Paulo, mas que foram contornadas em função do que consideravam sua ação prioritária. De um modo geral, as elaborações e planos de estudo partiam do Rio e a execução era realizada em São Paulo. O Rio atuava mais publicamente; São Paulo era responsável pelas atividades secretas.

---

<sup>491</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 161-227.

Em termos gerais, esse Estado Maior burguês expressava o que Octávio Ianni denominou “modelo de desenvolvimento associado”, que tinha sido predominante sob o governo de Juscelino Kubitschek. Neste, um setor da indústria se colocava em posição de dependência ao capital monopolista para a importação de tecnologia de ponta. Este momento implicou o resgate das doutrinas de livre mercado e abertura aos capitais externos, e se constituiu na prática em uma mudança qualitativa do modelo exportador vigente no pré-1930. O governo de Kubitschek sob o qual se iniciou o modelo de desenvolvimento associado marcou também a aproximação entre capital agrário e um setor industrial ligado aos interesses do capital monopolista:

Entretanto, quando o modelo de desenvolvimento autônomo começou a ser abandonado, em especial a partir da política econômica posta em prática com o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o padrão colonial de organização do setor agrário brasileiro passou a conjugar-se, em novo estilo, com o padrão “internacionalista” de desenvolvimento econômico. De certo modo, reencontram-se a sociedade rural e a sociedade industrial, estabelecendo-se novos compromissos com os setores externos. Se num primeiro momento, predominou um conflito de interesses entre cidade e campo, este tendeu a uma considerável diminuição e transformação na medida em que no âmbito da divisão interna do trabalho estes formaram associações mais complexas. Nesse contexto, os antagonismos entre a cidade e o campo são minimizados. Isto não significa que as contradições são eliminadas, significa somente que se reduz a profundidade dos antagonismos entre a cidade e do campo, já que a industrialização não está mais vinculada a um “projeto” de desenvolvimento nacional e autônomo. Não se coloca mais a necessidade de rompimentos externos e internos drásticos, pois que se redefine a *dependência estrutural*<sup>492</sup>.

Jango expressava publicamente outro modelo de desenvolvimento, o nacionalismo econômico. Esse modelo de ideologia desenvolvimentista é uma expressão do varguismo, apesar de um viés ideológico mais forte. O populismo nacionalista não foi elaborado como programa político deliberadamente, surgiu como resultado da necessidade de se contrapor à oposição de direita que defendia a abertura econômica ao capital monopolista. Não obstante, foi reconhecido como alternativa para um setor importante das esquerdas e pela ala militar nacionalista, como observa Francisco Weffort:

O reformismo nacionalista foi também espontaneísta, porém em forma mais elaborada. Diferentemente do populismo, expressão tópica da ascensão das massas e de sua incorporação ao regime, o nacionalismo

---

<sup>492</sup> IANNI, 1971. Op cit. Pag. 45.

foi sua expressão global e emerge, portanto, diretamente ao nível do Estado. Ele corresponde, neste período que se inicia com o segundo Governo Vargas, a grupos políticos, tecnocráticos e militares situados no aparelho do Estado ou diretamente associados a ele e que tratam de definir uma estratégia para o Estado em face dos problemas criados ou enfrentados pelo desenvolvimento industrial e urbano do País. A ideologia nasce, pois, dentro do Estado ou em associação com ele, embora pretendendo traduzir os interesses gerais do todo o povo.<sup>493</sup>.

Embora quisessem representar as massas, estas não se reconheciam nos pressupostos da ideologia nacionalista. Na medida em que o Líder populista se afastava das expectativas de seus presumidos representados, o nacionalismo também se enfraquecia, tornando-se cada vez mais sem representatividade: “Deste erro participaram não só os ideólogos do nacionalismo, mas também as esquerdas de uma forma geral, que se deslumbraram com as possibilidades reformistas do poder de Estado”<sup>494</sup>. Como resultado deste impasse, na medida em que a polarização aumentava e as ameaças de golpe de Estado foram se tornando mais claras, o governo Jango foi se transformado, à revelia de sua própria vontade, num governo de “frente popular”.

O conceito de “frente popular” tem origem nas resoluções do Sétimo Congresso Mundial da Internacional Comunista realizado em 1935. Como tática, substituiu a chamada linha do segundo período, caracterizada pela recusa do *komitern* em qualquer frente única com os sociais democratas ou setores burgueses<sup>495</sup>. Pelo novo encaminhamento, os comunistas deveriam mudar sua orientação em 180°, buscando aliança com “a burguesia progressista” para a luta contra o fascismo, conforme lembra Nahuel Moreno:

A política dos partidos comunistas em todos os países deve orientar-se em torno ao fortalecimento do campo democrático “antifascista” a nível nacional e mundial. É necessário fazer todos os esforços por manter a burguesia “Democrática” no campo antifascista, o qual é precisamente o que propõem os mencheviques com respeito à burguesia “liberal”<sup>496</sup>.

Embora com forte viés “*putchista*”, como observa Mazzeo<sup>497</sup>, essa tática foi adotada pela primeira vez no Brasil quando da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) – antes mesmo que fosse adotada como tática oficial por parte do

---

<sup>493</sup> WEFFORT, 1978. Op cit. Pag. 40.

<sup>494</sup> Ibid. pag. 42,3.

<sup>495</sup> Mais informações sobre a “linha do segundo período” em: CARONE, Edgard. *O PCB. 1922 a 1943*. São Paulo - SP: Difel, v.1, 1982; HOBBSAWN,1995. Op cit.; HOBBSAWN, Eric. (org) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1985; VINHAS, 1982. Op cit.

<sup>496</sup> MORENO, Nahuel. *As frentes populares na história*. São Paulo: Sudermann, 2002. Pag. 32.

<sup>497</sup> MAZZEO, 1999. Op cit. Pag. 59.

Komitern<sup>498</sup>. Sua reedição no momento em tela estava consignada na “Carta Política de 1958”<sup>499</sup>, que defendia a “revolução por etapas” e a aliança com a “burguesia progressista”, compreendida com sendo a “burguesia nacional”.

Semelhante correlação de forças acabou por opor duas grandes frentes durante o governo Jango: de um lado, havia o conjunto de forças que compunham a frente popular, o “Partido do reformismo”, e de outro uma frente composta por setores ligados ao capital multinacional e associado, o “Partido do capital”. Na primeira, estava um setor cada vez mais diminuto dos segmentos dominantes vinculados ao pacto populista e com cada vez mais intensidade as forças populares organizadas que, não obstante sua crescente independência na ação política, projetavam em seu governo o meio de realização de suas reformas e a derrota das forças reacionárias em atuação. Nessa associação, nem Goulart e seus aliados conseguiam reproduzir o pacto de classe populista, nem as esquerdas em sua atuação colaboravam<sup>500</sup> para essa alternativa. Como resultado, Goulart, a cada dia mais, via diminuído seu apoio nos setores da burguesia que lhe deram aval, até decidir, tal como Vargas em 1954, radicalizar seu discurso a fim de promover a mobilização da classe trabalhadora organizada, mas sem o poder de controlá-la como antes. Como observa Caio Navarro de Toledo: “o governo Goulart nem conseguia o pleno respaldo das classes populares e trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes”<sup>501</sup>.

Nenhum presidente teve tanta dificuldade de assumir sua função como João Goulart. De todos os presidentes do Brasil até a sua época, nenhum antes de Jango tivera tanto de se preocupar com uma revolta militar, como este, desde o primeiro dia. Em cada momento de seu governo, precisou enfrentar desafios novos. No primeiro ano, houve os limites do parlamentarismo e sua determinação em derrubá-lo. Depois, ocorreram as divisões no seio de seus aliados, as conspirações militares e civis, a oposição radical de uma parte importante do Congresso Nacional. Indiscutivelmente seu governo foi o mais instável, o mais atacado, o mais incerto. E, sendo assim, sua política de defesa, assim como todas as outras, variou consideravelmente ao longo do tempo de seu governo.

---

<sup>498</sup> VIANNA, Marly Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Cia. das letras. 1992. Pag. 138.

<sup>499</sup> Sobre a “Carta política de 1958”, ver: GORENDER, 2003. Op cit. ; REIS FILHO, 1990. Op cit. e, RIDENTI, 1993. Op cit.

<sup>500</sup> ainda que a defendessem em seus discursos a conciliação de classe

<sup>501</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo, Brasiliense, 5ª edição, 1984. Pag. 119.

A primeira observação a ser feita em respeito à alegada instabilidade do governo de Jango contrastará com esse quase consenso da historiografia<sup>502</sup>: este foi menos instável do que pode parecer à primeira vista, especialmente em sua política militar, que variou muito mais taticamente que estrategicamente. Não queremos negar que houve inconstância durante o governo Jango. Entretanto, a questão é que essa constante incerteza com relação ao futuro não partia do seu governo, partia da conjuntura, existia de forma independente de suas opções e ações. E as respostas que Jango e seus principais aliados apresentaram a tais desafios foram adequadas para responder-lhes.

No que tange a sua política militar, durante a maior parte desse período houve um líder um condutor principal: o general Amaury Kruel. Enquanto Kruel permaneceu fiel a Goulart, foi o seu principal assessor para assuntos militares. Assim, embora os ministérios civis tenham refletido uma rotatividade muito grande em razão mesmo das regras do sistema parlamentarista, os ministros militares só nominalmente mudavam. Pois, como iremos demonstrar, a presença de Kruel se fazia sentir a todo o instante. Oficial da direita militar, amigo e compadre de Goulart, Kruel desempenhou importante papel entre os oficiais que apoiaram a posse de Goulart, assim como contribuíram para o isolamento dos setores oposicionistas até abril de 1963. Como será demonstrado ao longo deste capítulo, o tempo da presença desse general à frente de seu esquema militar, foi também o momento em que seu governo mais contemporizou com as forças conservadoras e com a burguesia.

Conforme as pressões políticas e econômicas levaram Goulart a conciliar seu governo com o movimento operário e com o movimento dos sargentos, os atritos com Kruel se iniciaram. O leque de aliados mais à esquerda identificou em Kruel, não sem razão, um dos esteios da direita militar em seu ministério e, por essa razão, o atacaram com força. A questão da elegibilidade dos sargentos e o aumento da influência dos setores reformistas de esquerda na linha política de Goulart contribuíram para isolar este general. Até chegar o momento em que, premido por críticas e denúncias, ele também caiu. A queda de Kruel marca o momento de ruptura com um setor da direita militar que o então Ministro da Guerra conseguira manter sob controle. A subida de Jair Dantas, apoiado por Brizola, pelo movimento organizado dos praças e pelos setores mais à

---

<sup>502</sup> Entre os principais autores que atribuem a linha política adotada por Goulart às razões de sua instabilidade ministerial, podemos citar: FIGUEIREDO, 1993, Op cit; SANTOS, 1986. Op Cit. SKIDMORE, 1982. Op cit; FERREIRA, 2003. Op cit. SKIDMORE, 1982 Op cit.

esquerda que então buscavam mais espaço, teve como uma de suas consequências a polarização entre os setores nacionalistas e de esquerda e a direita militar, fortemente influenciada pelo grupo organizado da Cruzada Democrática. Desse ponto em diante, sob a gestão de Jair Dantas no Ministério da Guerra, os conflitos militares foram mais intensos. Jair assumiu e permaneceu numa conjuntura muito mais conflituosa. Diferentemente do período de Kruel, Jair não desfrutou do mesmo poder, não teve o mesmo comando. Como será demonstrado mais à frente, durante sua gestão, os outros ministérios militares foram utilizados como moeda de troca para diminuir a oposição. Assim é que Peri Bevilaqua fora nomeado para o EMFA, a fim de evitar que continuasse atacando o movimento sindical em São Paulo. Assis Brasil foi para o Gabinete Militar do Presidente por ser considerado de lealdade inquestionável. Mas nem Peri, nem Assis Brasil, e nem Castelo Branco (que foi para a chefia do EME) foram escolhidos por Jair Dantas. Esses exemplos isolados por si já demonstram parcialmente a posição mais desfavorável de Jair em relação à Kruel no manejo da política militar e no combate à subversão militar. Mas exatamente em função dessa polarização e oposição militar é que, durante o período em que Jair foi ministro, a preocupação em isolar oficiais potencialmente conspiradores e reservar o comando das tropas a homens de máxima confiança, foi marcante. É neste segundo período que podemos falar da construção do célebre “dispositivo militar”.

Desta maneira, apesar da aparente instabilidade e descontinuidade ministerial, do nosso ponto de vista houve apenas duas fases da política militar de Jango: uma sob Kruel, de perfil mais conservador e tendendo mais para a direita, típica de uma fase mais acentuadamente populista de seu governo. E uma segunda fase, sob a liderança principal de Jair Dantas Ribeiro, de tendência mais para a ala nacionalista das Forças Armadas, quando a prática populista já começava a naufragar e os movimentos de conspiração e descontentamento se tornavam mais articulados.

### **Início do governo Goulart: “A era Kruel”:**

O governo de João Goulart se iniciou em 7 de setembro de 1961, após um tenso processo no qual predominou seu caráter conciliatório<sup>503</sup>. A aceitação por parte de Goulart da emenda parlamentar foi assunto de viva polêmica, seja entre os personagens históricos que assistiram e/ou participaram do processo que a antecedeu, seja entre os

---

<sup>503</sup> Para uma discussão mais detalhada da Campanha da Legalidade, remetemos o leitor ao primeiro capítulo, na seção correspondente.

autores que se debruçaram sob o desafio de interpretar o seu significado. Para seu aliado Almino Affonso, Goulart foi induzido ao erro, pois acredita que o mesmo poderia ter sido convencido do contrário, caso os defensores da emenda parlamentar não tivessem impedido que o representante do PTB compusesse a delegação parlamentar que partiu de Brasília para encontrá-lo em Porto Alegre, a fim de tratar desse assunto dias antes de sua votação no Congresso<sup>504</sup>. Paulo Shilling tem outra opinião: “Se Getúlio podia ser cognominado ‘o conciliador’ Goulart era a própria conciliação”<sup>505</sup>. Em sua interpretação, o latifundiário conciliador, avesso ao confronto de classes, pesou mais na decisão, já que “os interesses de classe de Goulart falavam mais alto que a multidão frente ao Piratini”<sup>506</sup>. Tal sistema de governo não era o preferencial para as principais lideranças políticas brasileiras. Certamente, se não fosse pela rejeição a Jango, o parlamentarismo jamais teria sido proposto naquele contexto histórico<sup>507</sup>.

O objetivo implícito da emenda que instituiu o parlamentarismo foi diminuir os poderes de Jango. Para alguns autores, tais como Argelina Figueiredo, a posição de Jango apontava no sentido da construção de uma “coalizão democrática”, acertada naquele momento histórico<sup>508</sup>. Outros, como Demian Melo, percebem o que a citada autora se recusa a admitir: “o parlamentarismo foi o “golpe possível” articulado pelas forças mais conservadoras, mas feito de forma tão improvisada que desagradou não só as esquerdas e Goulart, mas um amplo espectro político”<sup>509</sup>. E precisamente por ser “meio golpe” numa conjuntura em que Jango poderia ter ganhado por inteiro, é que a ala antinacionalista a aceitou. Mas essa fração também sofreu a meia derrota, pois Jango assumiu. Além disso, como observa Almino Affonso, a intenção original da emenda parlamentarista, que foi obrigar a Goulart um papel coadjuvante na administração federal não foi atingida: “era evidente que a liderança de João Goulart tinha lastro popular (...) Como não reconhecer nele a figura proeminente do Governo? Sobretudo num país sem tradição parlamentarista”<sup>510</sup>? Nos primeiros dois anos de governo, em função do caráter limitador a seu poder e por todo o seu significado, Jango não se mobilizou para o sucesso da experiência parlamentarista. O presidente se utilizaria de

---

<sup>504</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 33.

<sup>505</sup> SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. Vol.1 (Os protagonistas). São Paulo: Global, 1979. Pag. 112.

<sup>506</sup> Idem. O Palácio Piratini é a sede do governo Gaúcho.

<sup>507</sup> SILVA, Hélio, *Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Pags. 155 e seguintes.

<sup>508</sup> FIGUEIREDO, 1993. Op cit. Pags. 38-50.

<sup>509</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 100.

<sup>510</sup> Ibid. pag. 57.

todas as Armas à disposição para antecipar o plebiscito que, afinal, viria a lhe devolver os poderes presidenciais. E neste ponto contava com Lacerda (ainda que a contragosto), Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto e tantos outros que faziam planos de chegar ao executivo e também não iriam fazer campanha pelo “sim” na hora do plebiscito<sup>511</sup>.

Todo o tipo de expectativa existiu a respeito de seu governo nos primeiros dias. A UDN se dividia quanto a continuar a se comportar com seu estilo típico de oposição bacharelesca ou atuar um pouco mais propositivamente. O PSD também começava a apresentar fissuras, um grande número de representantes das oligarquias rurais estava preocupado com a possibilidade de uma reforma agrária. O PTB apresentava uma grande variedade de opiniões, desde os que desejavam uma gestão moderada, baseada na tradicional aliança PSD-PTB, até os que defendiam uma posição mais radical pelas reformas de base<sup>512</sup> com aproximação maior para com os movimentos populares, até aos que insistiam na busca do fortalecimento da base parlamentar até com a UDN. O PCB esperava um governo “mais patriótico e progressista” e, quem sabe, a sua legalização.<sup>513</sup>

A posição de primeiro ministro coube ao pessedista Tancredo Neves. Para Almino Affonso, a indicação de um nome do PSD era quase inevitável, visto ter este partido a maior base parlamentar. Além disso Tancredo também seria o nome preferido de Jango. Mas Tancredo não era o único nome, pois Segundo Almino, o nome preferencial da bancada do PTB era outro: “Para nós, de tal modo se engrandecera a figura do senador Auro de Moura Andrade, na resistência à tentativa golpista, que nos parecia natural que viesse a ser ele o primeiro-ministro”<sup>514</sup>. Novamente conforme o relato deste mesmo personagem, os petebistas acordaram em não indicar um nome, mas submeter ao PSD três nomes, e dar a este partido a autonomia de escolha. Foi enviada então a seguinte lista tríplice: “Moura Andrade, Tancredo Neves e Gustavo Capanema”<sup>515</sup>. Ainda segundo Affonso, em momento algum Tancredo tentou se impor a Goulart, os nomes para os ministérios, por exemplo, foram acordados com esse. Sua composição final demonstra o seu caráter de “união nacional”, uma ampla frente partidária: PSD, UDN, PTB e PDC. Os seus ministros civis eram:

---

<sup>511</sup> Ver: MELO, 2009. Op cit.

<sup>512</sup> As “Reformas de Estrutura” ou “Reformas de Base” como ficaram mais conhecidas, consistiam numa série de medidas, tais como as reformas bancária, fiscal, administrativa, e agrária. Além destas, existia também a defesa da extensão do direito de voto aos analfabetos e o direito de elegibilidade para os praças das Forças Armadas.

<sup>513</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 156.

<sup>514</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 51.

<sup>515</sup> Ibid. pag. 52.

Do primeiro gabinete participaram líderes dos grandes partidos conservadores, o PSD, com Antônio de Oliveira Brito (Educação), Armando Monteiro Filho (Agricultura), Ulisses Guimarães (Indústria e Comércio) e o próprio Neves (na presidência do Conselho), a UDN, com Virgílio Távora (Viação e Obras Públicas) e Gabriel Passos (Minas e Energia), enquanto o PTB, partido de Goulart, ocupava o mesmo número de ministérios que a UDN, com San Tiago Dantas (Relações Exteriores) e Estácio Souto Maior (Saúde). Fariam parte ainda, pelo PDC, Franco Montoro (Trabalho) e na pasta da Fazenda o banqueiro Valter Moreira Sales (sem partido)<sup>516</sup>.

Essa composição refletia grande concessão às forças conservadoras, como observa Caio Navarro de Toledo, o perfil e plataforma programática do governo Goulart eram muito parecidos com os governos Jânio e Café Filho. Não por acaso: “não se fazia nenhuma crítica à reforma cambial implementada no governo anterior”<sup>517</sup>, observação também feita por Almino Afonso, para quem, “no plano econômico, a reforma cambial, implantada pela Instrução 204 da SUMOC durante o governo Jânio quadros, ficara intocada”.<sup>518</sup>

Um dos pontos mais sensíveis para montagem de seu ministério eram as pastas militares. Esta não era uma dificuldade inédita. Em um país de forte tradição de intervencionismo militar como o Brasil, a atenção permanente aos militares era uma preocupação constante. Jurema relata que Juscelino Kubitschek tinha uma frase feita para esse fenômeno: “No Brasil, elege-se pelo povo, mas governa-se com os olhos voltados para as classes armadas...”.<sup>519</sup> Paulo Shilling afirma que: “para que o candidato civil pudesse tomar posse era necessário que, entre as eleições e a data da posse, conseguisse um respaldo militar suficiente; esse era obtido mediante uma série de compromissos, entre os quais a designação prévia dos ministros militares”.<sup>520</sup> Do ponto de vista militar, as negociações que envolveram a adoção da solução parlamentarista foram condicionadas pelas imposições de um setor das Forças Armadas para que aceitassem a posse de Jango. A política militar de Jânio Quadros, já analisada acima, ainda impunha algumas limitações às iniciativas do novo governo, os oficiais da direita militar ainda ocupavam os principais comandos e estavam em condições de criar novos impasses militares. Era ainda bem viva a lembrança das conspirações militares durante o governo de Juscelino Kubitschek (tais como Aragarças, Jacareacanga e as “operações

---

<sup>516</sup> MELO, 2009. Pag. 105.

<sup>517</sup> TOLEDO, 1984. Op cit. Pag. 26.

<sup>518</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 58.

<sup>519</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 200.

<sup>520</sup> SHILLING, 1979. Op cit. Pag. 71.

tartarugas”<sup>521</sup>). A situação de Goulart era, todavia, muito mais preocupante que a de Juscelino. As Forças Armadas ainda estavam divididas. Havia grande resistência a seu nome e nenhum apoio forte.

Toda a reconfiguração de poder entre os grupos militares que fora promovida pelo general Odílio Denys precisava ser desfeita. Todavia, este objetivo não podia ser atingido rapidamente em função mesmo da maneira como Goulart assumira o cargo de presidente – através de um acordo e não derrotando o grupo que tentou impedir sua posse. Dessa forma, dentro da correlação de forças militares que marcou o governo Jango em seu início, podemos afirmar que este vivia sob uma espécie de “tutela militar”. Não seria possível indicar sem riscos oficiais que representassem claramente uma ameaça às posições de força da direita militar (um ministro com o perfil de Lott, por exemplo), tampouco aqueles que tivessem se oposto à solução parlamentarista e atraíssem a suspeição de querer sabotá-la. Impunha-se, também em sua política militar, a conciliação.

Foi montado, então, um ministério militar moderado, com ênfase em oficiais mais antigos e que tivessem sido favoráveis à solução parlamentarista. Os seguintes nomes foram escolhidos: para a pasta da Guerra, o general de exército João Segadas Viana; para o Ministério da Marinha, foi nomeado o almirante Ângelo Nolasco de Almeida; como ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Clóvis Monteiro Travassos. Para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), o general Oswaldo de Araújo Mota – que deixava, para isso, o comando do II Exército. Mas o nome mais forte estava no Gabinete Militar: o general Amaury Krueel. Este último entre todos os ocupantes das pastas militares era o que havia se colocado mais claramente em defesa da posse de Jango. À exceção de Krueel, nenhum dos nomes do primeiro ministério militar de Goulart tinha uma longa história de militância política de direita ou de esquerda. Uma rápida visita à biografia desses homens pode nos propiciar uma melhor compreensão da primeiro ministério militar de Goulart.

---

<sup>521</sup> Na gíria militar, operação tartaruga é uma atitude assumida para dificultar o comandante, que consiste na falta de empenho em realizar as tarefas ordenadas, na lentidão, na passividade, etc. De acordo com o Dicionário de Expressões: “Diminuição premeditada do ritmo de trabalho, usar de lentidão na execução de algo”. *Dicionário de Expressões*, verbete: *operação tartaruga*, disponível in: <http://www.dicionariodeexpressoes.com.br/busca.do?expressao=Opera%E7%E3o%20tartaruga>. Acesso em 13 maio. 2013. No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: “bras. Forma atenuada de greve, que consiste na diminuição premeditada do ritmo de trabalho”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Verbete: *operação/operação tartaruga*. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986. Pag. 1226

O almirante Ângelo Nolasco de Almeida não era uma militar conhecido por participar de conspirações políticas. Proveniente de família de classe média na cidade do Rio de Janeiro, ingressou na Escola Naval em 1923 e no serviço ativo na Marinha em 1927, como guarda-marinha. Não participou de qualquer revolta militar em toda a sua carreira. Em 1932, na patente de primeiro-tenente, participou das operações navais de repressão à Revolução Constitucionalista. Em novembro deste mesmo ano foi promovido a capitão-tenente. Entre janeiro de 1939 e fevereiro de 1943 foi ajudante-de-ordens de Vargas e depois subchefe interino do Gabinete Militar da Presidência da República. Durante o exercício deste cargo foi promovido a capitão de corveta. Após essa experiência, foi nomeado adido militar nas embaixadas do Uruguai e da Argentina – função que exerceu por pouco mais de um ano. Em 1951, ocupou o cargo de subchefe do gabinete do Ministro da Marinha, o almirante Renato Guillobel; em 1952, foi promovido a chefe de gabinete. Em 1953, foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra e pouco depois deixou esse posto para atuar como adido naval da embaixada brasileira na Espanha. Sua promoção a contra-almirante se deu em 1959, e nesta patente foi designado subchefe do serviço de informações e operações do Estado-Maior da Armada (EMA) e, pouco depois, para a presidência da Marinha Mercante. Estava retornando às suas funções no EMA quando Jânio Quadros renunciou.<sup>522</sup> Em sua história militar, sempre esteve ao lado das forças do governo da situação. Por sua fama de apolítico e legalista, sua nomeação não teve de enfrentar resistências significativas de nenhuma corrente militar da Marinha.

O mesmo se pode dizer do Brigadeiro Clóvis Monteiro Travassos que, além de uma participação ativa na Revolução de 30 e uma amizade longamente cultivada com o Brigadeiro Eduardo Gomes, nunca mais teve seu nome destacado em outros movimentos político militares<sup>523</sup>.

Para a casa militar foi escolhido o general Amaury Kruehl, oficial ligado à direita militar e à Cruzada Democrática, condição que não despertou maiores desconfianças, embora houvesse sua proclamada amizade com Jango. Gaúcho de Santa Maria, filho de fazendeiros, era irmão de Riograndino Kruehl, oficial que também alcançou o Generalato. Segundo seu verbete no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, escrito por Amélia Coutinho, sua primeira atuação política como militar foi em 1923, na

---

<sup>522</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Verbetes: NOLASCO, Ângelo. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 10/06/2012.

<sup>523</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, verbete: Clóvis Monteiro Travassos FGV/CPDOC, <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/06/2012.

patente de segundo tenente, quando participou de manifestação com seus companheiros de farda em apoio à Revolução Federalista<sup>524</sup> no Rio Grande do Sul. Participante ativo da Revolução de 30, também foi membro do Clube 3 de Outubro, associação que defendia o aprofundamento daquele processo. No ano de 1954, na ocasião em que um grupo de 83 coronéis e tenentes coronéis redigiu o “Memorial dos Coronéis” atacando duramente o então ministro do Trabalho João Goulart, Krueel foi o primeiro signatário do documento e o responsável por entregá-lo ao então ministro da Guerra general Ciro do Espírito Santo Cardoso. Em julho de 1955, foi designado para chefiar o Estado-Maior da Zona Militar Sul, ocasião em que começou a travar relações pessoais com João Goulart e se tornou seu amigo. Durante o curto governo Jânio, foi convidado por este para ser o embaixador Brasileiro na Bolívia, mas em virtude de sua renúncia, preferiu ficar no Brasil para apoiar a posse de seu amigo.<sup>525</sup> A amizade entre Krueel e Goulart foi a principal razão para o apoio deste oficial à sua posse e ao seu governo. Oficial conservador, militante de Cruzada Democrática, conhecido por suas posições reacionárias, este oficial era mais próximo dos setores conservadores das Forças Armadas que da ala nacionalista. A proximidade entre Krueel e Goulart durante o primeiro ano e meio de governo tornou-o um dos oficiais mais influentes das Forças Armadas. Enquanto Goulart pôde contar com Krueel, teve estabilidade militar.

Atribuir a Krueel o papel principal na construção do dispositivo de defesa de Goulart, justamente no período em que esse foi militarmente mais forte, é questão que pode suscitar algumas discussões. Grande parte dos autores que pesquisam o período vê em Krueel uma adesão de última hora ao golpe militar. Do nosso ponto de vista, como será exposto à frente, esse militar estreitou seus contatos com a oposição durante o processo de sua demissão do Ministério da Guerra, vários meses antes da consumação do golpe, atuando objetivamente como opositor. Porém, ainda permanece a dúvida a respeito de quando rompeu efetivamente com Goulart e qual era sua real disposição no papel de opositor contra seu compadre e amigo. Dreifuss, citando uma fonte em princípio muito forte, aponta o início da conspiração de Krueel, já em março de 1963:

---

<sup>524</sup> O ato político em questão aconteceu em Santana do Livramento (RS), quando um grupo de oficiais, liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, protestou contra o líder republicano Antônio Augusto Borges de Medeiros, então reeleito pela quinta vez consecutiva para a presidência do estado. Diante do grande número de manifestações, estabeleceu-se em janeiro de 1923 o chamado Pacto de Pedras Altas, que manteve Medeiros no poder mas impediu que se reelegesse novamente nas futuras eleições. Mais informações in: COUTINHO, Amélia. Verbete: Krueel, Amauri, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 12/03/2011.

<sup>525</sup> COUTINHO, 2011. Op cit.

O General Amaury Krueel foi descrito como “uma adesão de última hora, relutante, mas decisiva para a revolução de 1964”, devido à sua proclamada amizade com João Goulart. Entretanto, de acordo com um relatório da CIA enviado do Rio de Janeiro em março de 1963, a posição do General Krueel era diferente. Na verdade, o relatório dizia que a 13 de março de 1963 um grupo de líderes militares que já estava conspirando, dirigido pelo general Nelson de Mello, General Krueel (que era então Ministro da Guerra do presidente João Goulart), Marechal Denys, Marechal Dutra e Almirante Heck, planejava reunir-se em Petrópolis para discutir planos para um golpe contra o governo do presidente Goulart. Estava ligado a este grupo de conspiradores o General Olympio Mourão Filho<sup>526</sup>.

Citamos a seguir o documento mencionado por Dreifuss, traduzido por profissional especializado (o original segue em Anexo)<sup>527</sup>:

Classificação – Controles de disseminação  
Cópia depurada<sup>528</sup>

Planos de grupo militar dirigido pelo general Amaury Krueel, Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, General Nelson de Melo e outros para discutir planos para um golpe contra o governo.

Avaliação: 3

*Esta é uma informação não avaliada, classificações da fonte são definitivas, avaliação do conteúdo é incerta.*

À data de 13 de março de 1963, um grupo de líderes militares, dirigidos pelo *general Nelson de Mello; Ministro da Guerra, Amaury Krueel; o Marechal Denys, antigo Ministro da Guerra no governo Jânio Quadros, o Marechal Dutra, ex-presidente do Brasil; e o Almirante Heck, Ministro da Marinha durante o governo de Jânio Quadros, planejaram se encontrar em 18 de março na cidade de Petrópolis, a fim de discutir planos para um golpe de Estado contra o governo do presidente João Goulart. Também nesse grupo se encontravam um outro almirante e dois generais da Força Aérea Brasileira: (Comentário de campo: a fonte não conhecia os nomes desses três últimos oficiais.)*<sup>529</sup>

Antes de tecer qualquer comentário sobre as fontes acima, cabe uma observação preliminar: o trabalho de Dreifuss, que aponta com maestria a conspiração civil-militar que precedeu o golpe de 1964, não tinha, diversamente deste trabalho, na conspiração de Krueel um de seus objetivos relevantes. Dreifuss teve acesso a uma fonte importante e

---

<sup>526</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 372.

<sup>527</sup> Traduzido pela professora Dra. Leila Maria Taveira Monteiro, currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4248163Y0>

<sup>528</sup> Nota da tradutora: Sanitizar/higienizar ou depurar um documento se refere ao processo de remover dados considerados confidenciais, a fim de permitir seu acesso a uma audiência mais ampla. O termo, a princípio aplicado a documentos escritos, tem sido igualmente usado no caso de meios digitais de comunicação.

<sup>529</sup> Grifos meus.

a citou como forma de ilustrar um de seus argumentos: a penetração da conspiração entre militares presumidamente próximos ao presidente. A apontada conspiração de Kruegel, já em março de 1963, soma à argumentação deste autor, mas, tampouco, sua não existência altera qualitativamente suas conclusões diante do grande número de fontes por ele citadas. Precisamente por não ser essa uma questão central para o seu trabalho é que Dreifuss não atenta para as grandes fragilidades dessa fonte, aspecto que, deste ponto em diante, comentaremos.

Façamos, antes de tudo, uma crítica interna da fonte. Em primeiro lugar, não se trata de um relatório, mas de um breve telegrama. Podemos presumir a existência de um documento com mais informações, a partir da própria afirmação contida no cabeçalho, de que se trata de uma cópia depurada. Pelo volume das informações contidas, a possibilidade de que não exista um relatório é grande. Com mais probabilidade, a informação depurada da fonte original é tão somente o nome do informante.

Em segundo lugar, o próprio documento coloca dúvidas a respeito da veracidade da informação, e isso de duas formas. Primeiramente, como documento de espionagem, possui uma classificação de confiabilidade. O cabeçalho indica o número 3 como índice de classificação (no texto, avaliação). Não conseguimos informações sobre os métodos de classificação de informações da CIA, mas podemos levantar algumas possibilidades lógicas. A indicação do número 3 sugere a existência de, pelo menos, dois outros níveis. Caso o índice de confiabilidade obedeça a uma escala crescente e existam três níveis, o índice de classificação do documento em questão seria o mais alto possível. Inversamente, se o índice de confiabilidade obedecer a uma escala decrescente, presumivelmente existem pelo menos dois níveis acima, o “1” e o “2”, caso também não exista o “0”, que é hipoteticamente possível.

Parece-nos mais crível que a segunda possibilidade seja a correta, a partir do próprio texto do cabeçalho: “Esta é uma informação não avaliada, classificações da fonte são definitivas, avaliação do conteúdo é incerta”. Logo, na melhor das hipóteses, a própria espionagem americana considera a informação como de 3ª, podendo ser de 4ª categoria. A informação contida no texto é tão somente que: “planejaram se encontrar em 18 de março na cidade de Petrópolis”, ou seja, permanece em aberto tanto se a reunião aconteceu, como se os presumíveis participantes estavam cientes do encontro, ou se apenas seriam convidados, ou ainda se objetivo da reunião era o mesmo para todos. Igualmente, é de se mencionar no telegrama a forma como o General Nelson de Mello é citado: como líder do movimento. Em que pese sua conhecida participação na

conspiração, jamais Nelson jamais foi apontado, antes ou depois, como o principal líder. Isso não quer dizer que fosse impossível a ele assumir esse papel, mas é a primeira e única vez em que é nomeado como o principal articulador da conspiração. É de se estranhar que Mello estivesse nesse momento articulado com Kruel, pois, como veremos à frente, Nelson foi objeto de uma manobra articulada pelo próprio Kruel na qual a antecipação do parlamentarismo foi conquistada com ajuda de pressão militar, sendo Nelson de Melo demitido do Ministério da Guerra e substituído pelo próprio personagem em questão. Outro ponto que merece ser destacado é o possível conflito de informações entre o cabeçalho e o texto principal. O primeiro indica corretamente Kruel como o Ministro da Guerra de Goulart, mas o texto atribui esse cargo, equivocadamente, a Nelson de Mello. Tal conflito de informações pode se explicar pela plausível hipótese de que o cabeçalho tenha sido inserido posteriormente, de modo que aquele que o preencheu evitou repetir o crasso erro contido no texto. Tal erro pode ser um mero problema de redação, como pode também refletir o desconhecimento da realidade brasileira pelo agente que elaborou a redação. Pode-se dizer que foi apenas um erro de redação, em todo o caso, um erro que lança dúvidas na credibilidade da fonte.

Relacionemos agora o conteúdo do telegrama e as informações de Dreifuss a outras fontes. Em primeiro lugar, as reuniões em Petrópolis já existiam há algum tempo, e são mencionadas pelo autor em outros momentos de seu trabalho. Esse núcleo de conspiração será objeto de menção mais detalhada no próximo capítulo desta tese. A referência à participação de Kruel nesses encontros só é feita nesse telegrama e em nenhuma outra fonte. Em todos os livros anexos à bibliografia desta tese, em todas as entrevistas de militares e civis de ambos os lados do conflito, em todas as memórias publicadas, não encontramos nenhuma pista ou qualquer suspeita levantada em relação à Kruel, em data próxima a esse telegrama. Entre todos os trabalhos historiográficos, além dessa menção feita por Dreifuss, só encontramos um autor que igualmente sustenta essa hipótese, baseado unicamente na informação fornecida por Dreifuss, de modo que nos parece, no mínimo, precipitado atribuir papel conspirativo a esse personagem, apoiado nessa única fonte.

Outro personagem citado por Dreifuss como um dos componentes desse grupo era o General Olympio Mourão Filho. Há que se destacar que, de acordo com o próprio Dreifuss, os militares mais articulados no processo de conspiração não confiavam em Mourão: “O General Mourão Filho, um *troupiér* que demonstrava desprezo pela ESG, era a personificação do militar menos passível de ter sido arregimentado pelo complexo

IPES/IBAD”.<sup>530</sup> Assim, presumindo que tenha existido uma articulação entre oficiais, supostamente para discutir sobre a deposição do presidente, não nos parece crível que Mourão fosse para ela convidado, mesmo porque, nessa época não tinha boas relações com o Ministro da Guerra e não é de se admitir que fosse bem vindo em reunião tão importante. Conforme revela o próprio Mourão em seu diário, falando sobre sua transferência para São Paulo (que tinha conquistado em fevereiro de 1963), por exemplo, afirma que essa só foi possível em função da interferência de outro oficial: “Para mim foi o pedido do Oromar<sup>531</sup>; parece-me que, do contrário, Amaury acabava me barrando”. (...) Recebi logo um telegrama de Krue: ‘você fica até 28 de fevereiro’<sup>532</sup>. É de se notar que suas referências a Krue não o apontam absolutamente como aliado de conspiração, sendo carregadas de desconfianças. Ao mencionar nomes que pretende convidar para seu Estado-Maior em seu novo posto: “Tenho procurado contato com o pessoal daqui. Rio Branco, Euclides Figueiredo, que tem um filho no E.M. da 2ª R.M que vou tirar para meu secretário assistente, se não conseguir levar Conti, que tem um inimigo qualquer junto a Krue”<sup>533</sup>. Mais adiante, ao mencionar um discurso do General Peri Bevilacqua (comandante do II Exército), em suposto desacordo com a política sindical do governo João Goulart, fala sobre seu receio de que esse seja prejudicado por Krue: “João Goulart não o promoveria a general de Exército. Pelo menos, podia-se contar com oposição tenaz do Brizola e não seria Krue que irá defendê-lo”<sup>534</sup>.

Na data do telegrama, Mourão havia sido nomeado há poucos dias para comandar a Segunda Região Militar, no estado de São Paulo e estava em viagem de carro, na qual passou pelo Rio de Janeiro, em algum dia entre 12 e 14 de março. Em seu diário, Mourão dá pistas de haver se encontrado com alguns dos membros citados no telegrama em algum desses dias, mas não menciona nada parecido com o planejamento de uma reunião. Muito pelo contrário, suas observações sobre o estado de espírito de alguns dos nomes citados não deixa transparecer nada que se possa associar a uma conspiração com propósitos tão ousados. Na página de seu diário, referente ao dia 12/03/63, comenta sobre sua viagem e em dado momento diz:

---

<sup>530</sup> DREIFUSS, 1981, Op cit. Pag. 372.

<sup>531</sup> Provavelmente Oromar Osório, curiosamente oficial fiel a Goulart e que permaneceu assim até a deposição deste presidente.

<sup>532</sup> MOURÃO FILHO 1978. Op cit. Pag. 153.

<sup>533</sup> Ibid. Pag. 177.

<sup>534</sup> Ibid. pag. 179.

De lá [local ignorado] fomos ao Denys, que sempre tem uma conversa mais ou menos, não define bem as coisas. Ou esconde o leite (não creio nisto), ou não tem mesmo mais elementos e não quer confessar nada, sua impossibilidade. Eu acho, da conversa que tenho tido com ele, que eu sou o único que ainda o procura<sup>535</sup>.

Menciona ainda outros nomes que aparecem no telegrama e de outros oficiais superiores: “estive também com o Cordeiro de Farias e o Nelson de Mello, Maurell<sup>536</sup> e Queiroz<sup>537</sup>, Cordeiro está abatidíssimo com a situação”<sup>538</sup>

Convém lembrar ainda que o documento aqui analisado não menciona o nome desse general. Seguindo uma nota de Dreifuss em cima do nome de Mourão chegamos à menção de um outro documento da CIA, datado de 30 de abril de 1963, no qual mencionam o fato de Mourão ter procurado o Almirante Silvio Heck:

O General Mourão Filho convidou o Almirante Heck para coligar as forças, com que o último concordou. Os almirantes S. Heck e Mário Cavalcanti procuraram um grupo de capitães para se unirem com o General Mourão.<sup>539</sup>

O encontro com Heck é confirmado por Mourão, em dois momentos de seu diário. Primeiramente, na página referente ao dia 28 de fevereiro de 1961. A data do encontro, todavia, permanece obscura, pois a anotação do dia 28 é a única de fevereiro daquele ano e cobre um intervalo desde 21 de janeiro:

Antes de deixar o Rio, fui procurar o Sílvio Heck para estabelecer ligação. Disse-lhe o seguinte: “Sou o Gen. Mourão, Comandante da 3ª D.I em Santa Maria; dentro de poucos dias serei transferido para o Comando da 2ª R.M, estou fazendo uma grande conspiração para derrubar Jango e como sei que o Sr. é o revolucionário nº1, vim fazer ligação com o Sr.

O Heck quase desmaiou de surpresa. Parece que ninguém lhe havia antes falado assim. Gaguejou, tatamudeou, aí notei que estava era desconfiado comigo. Despedi-me e disse a ele que voltaria<sup>540</sup>.

Em seguida, na página referente ao dia 28 de março de 1961 (exatamente um mês depois), nesse trecho, revela a data em que ocorreu o primeiro encontro: “Fui logo procurado pelo Dr. D’Alamo Lousada, representante do Almirante Silvio Heck, com

---

<sup>535</sup> Ibid, pag. 178.

<sup>536</sup> General Emílio Maurell Filho, ex-comandante da ESG, em 1961, e na ocasião classificado no EME.

<sup>537</sup> Provavelmente Ademar de Queiroz.

<sup>538</sup> Idem.

<sup>539</sup> DREIFUSS, 1981, Op cit. Pag. 406.

<sup>540</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 154.

quem já estava em ligação e visitara em Petrópolis pela segunda vez, no dia 10 de fevereiro, domingo”. Depois dessa menção, Keck não é mais citado no diário do General Mourão. Logo, a julgar pelas datas 10 de fevereiro, a primeira, e 7 de abril, a segunda, nada parece indicar que a ligação entre os dois oficiais guarde qualquer vínculo entre a planejada reunião do dia 13 de março, e nem do pertencimento de Mourão ao grupo citado. Uma última observação, de ordem subjetiva, sobre o general Mourão é que seu diário foi publicado postumamente e não omitiu nenhum detalhe dos acontecimentos que viveu. Tivesse Mourão sabido que reunião com esta pauta estava sendo planejada, dificilmente não constaria em seus escritos.

Merece igual atenção o momento pelo qual passava o governo Goulart, no instante do telegrama. Goulart estava prestes a dar início ao Plano Trienal, sob a liderança de Celso Furtado. Na data do telegrama, San Tiago Dantas estava em Washington, e sua visita estava envolta em expectativas positivas, por parte de amplos setores das classes dominantes. No dia 12, o *Jornal do Brasil* noticia em sua primeira página: “Kennedy apoia plano antiinflação de San Tiago”, no dia 13: “San Tiago negocia novos créditos nos EUA”<sup>541</sup> No exato dia 13 de março, mencionado no documento, Krueel realmente estava no Rio de Janeiro, participando de reunião com o Ministro Celso Furtado, sobre o Plano Trienal, juntamente com vários outros oficiais superiores. A reunião foi noticiada pela *Folha de São Paulo*: o texto não deixa claro se os participantes eram apenas do Exército, ou se também participavam oficiais das outras Armas. De qualquer modo, é grande a possibilidade de que essa reunião seja o ambiente do qual saiu a informação contida no referido telegrama, visto ser um acontecimento de plausível interesse para um espião da CIA e por contar com grande número de oficiais, do meio dos quais qualquer boato poderia surgir:

Celso explica Plano Trienal a generais. Rio 13 (Folha) – O Ministro Celso Furtado, iniciando uma série de explicações pessoais sobre o Plano Trienal aos altos chefes das Forças Armadas, em nome do governo federal, fez uma exposição hoje no EM para o ministro Amaury Krueel e mais 22 oficiais- generais especialmente convidados. A conferência teve caráter reservado, informando-se mais tarde que o general Osvino Ferreira Alves, nos 30 minutos finais reservados a debates, foi quem mais perguntou. Entre outros, estavam presentes os generais João Segadas Viana, José Machado Lopes, Emílio Maurell Filho, Décio Palmério Escobar, Carlos Lindenberg, Vasco Kropfeft de Cavalho, Oromar Osório, Batista Rangel, Ururá Magalhães e Orlando Ramagem.<sup>542</sup>

---

<sup>541</sup> *Jornal do Brasil*, 12,13/03/1963

<sup>542</sup> *Folha de São Paulo*, 14/03/1963, pag. 39.

De volta a Krueel, nos parece evidente que esse general não foi conspirador desde o início do mandato, vide o papel que desempenhou para garantir a posse de Goulart e, também, o retorno do presidencialismo. Mesmo no instante em que decidiu romper definitivamente com o mesmo e aderir ao golpe em marcha, em 31 de março 1964, ainda se comunicou com o presidente por telefone, exortando-o a romper com seus aliados mais à esquerda e com o movimento sindical. Se restava ainda qualquer chance de Goulart permanecer no poder ou não, ainda que se curvasse aos apelos de Krueel, é um detalhe que necessita ser avaliado em outro momento. O importante a se observar é que, ainda no instante decisivo, Krueel tentava oferecer uma alternativa a Goulart, atitude que não era cogitada pelos oficiais então engajados no golpe de Estado e que, naquele momento, pressionavam o Comandante do II Exército por sua adesão. Embora alguns fatos nunca possam ser plenamente verificados, as evidências apontam que Krueel jamais rompeu completamente com o grupo da Cruzada Democrática, do qual foi um dos fundadores. Por outro lado, também nos parece crível que realmente tenha apoiado Goulart durante um período relevante. A esse respeito, convém lembrar que, durante o período em que Krueel esteve ao lado do governo, seja na qualidade de chefe do Gabinete Militar, seja na qualidade de Ministro da Guerra, foi o período em que mais se encontram menções ao isolamento dos opositores militares a Goulart. Ainda que não se possa afirmar com certeza, parece-nos que Krueel apoiou Goulart até por volta do início de abril de 1963. É perfeitamente possível que, mesmo antes de sua queda, o então Ministro da Guerra já mantivesse contatos com oficiais conspiradores (alguns inclusive membros do IPES<sup>543</sup>), mas não existem evidências de que estivesse tramando contra o governo do qual ainda fazia parte. O que se pode perceber com clareza, é que Krueel sempre foi uma força conservadora a pressionar o governo Jango para a direita.

De volta ao ministério militar em sua primeira composição, das três pastas principais, o general João Segadas Viana – Ministério da Guerra – é o que mais se destaca. João de Segadas Viana veio de uma família política: seu irmão, José de Segadas Viana, foi deputado federal constituinte entre 1946 a 1951, ministro do Trabalho no governo Vargas de 1951 a 1953, novamente deputado federal até 1958 e ministro interino do Trabalho logo após a renúncia de Jânio Quadros, sempre pelo PTB. Isso pode ter facilitado ainda mais sua indicação, além do fato de ser Segadas Viana um dos generais mais antigos em atividade.

---

<sup>543</sup> Ver Dreifuss, 1981, op cit capítulo VIII.

No início de sua carreira militar, integrou as tropas do governo contra o movimento tenentista em 1922, e de 1924 até 1927. Na ocasião da Revolução de 30, combateu junto às tropas federais os rebeldes que vinham do sul. Entretanto, depois da vitória do movimento que levou Vargas ao poder, também defendeu seu governo na ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, no cerco ao governador gaúcho Flores da Cunha e também na repressão da tentativa de levante integralista no início do Estado Novo. Durante os acontecimentos de 11 de novembro de 1955, Segadas apoiou ativamente o contragolpe de Lott. Em 1956, foi eleito presidente do Clube Militar pela chapa nacionalista. Nos episódios que envolveram a renúncia de Jânio e a batalha pela posse de Goulart, Segadas foi emissário de um grupo de oficiais a Denys, no sentido de pressioná-lo a reconhecer a posição do Congresso, fosse qual fosse. Definida a solução parlamentarista, mostrou-se como um dos campeões na defesa desse regime. Por sua consolidada fama de legalista (ou governista), a indicação de seu nome para o ministério da guerra não gerou resistências<sup>544</sup>. Esse fato é realçado, inclusive, pelo depoimento de Cordeiro de Farias, um dos generais que estiveram à frente da tentativa de impedimento de Jango:

Não houve reservas com relação a Segadas, sobretudo porque ele nunca foi um chefe militar com ambições políticas. No ministério, cercou-se de gente competente e comprometida com os interesses do país. Homem decente, reto, Segadas não era do tipo que atropela pessoas para conquistar posições. Por isso, sua nomeação foi muito bem recebida no Exército. Todos nós sabíamos que era um homem de temperamento ameno, incapaz de conspirar para provocar sublevações civis ou militares. Permaneceu pouco tempo no cargo. (...) Creio que, em parte, ele foi nomeado por causa de seu irmão, José Segadas Viana, ministro do Trabalho no último governo Getúlio<sup>545</sup>.

Na visão do então coronel Jaime Portella, destacado conspirador durante todo o governo Goulart, a gestão de Segadas Viana foi, desde o início, marcada pela perseguição aos oficiais que se opuseram à posse de Goulart e ainda àqueles que haviam se envolvido na tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek em novembro de 1955:

O general Segadas Viana era um bom profissional, nunca tendo se imiscuído em questões políticas, ficando sempre à parte. Mas levou para a chefia do seu Gabinete, o general Henio Garcia, homem rancoroso, que sempre estivera ligado ao dispositivo “lotista”. Era

---

<sup>544</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete: VIANA, Segadas (João)*, FGV/CPDOC, <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/06/2012.

<sup>545</sup> CAMARGO & GÓES 1981. Op cit. Pag. 539)

conhecedor de todos os oficiais que haviam sido contrários ao “11 de Novembro” e que não formavam em suas hostes. Dominou, de saída, o general Segadas e moveu perseguição aos oficiais que lhe eram hostis, sobretudo aos que estavam saindo dos postos do Governo Jânio Quadros e os que serviam junto ao governador Carlos Lacerda. Esses oficiais foram espalhados pelos diversos recantos do país.<sup>546</sup>

De acordo com Portella, Golbery do Couto e Silva, o qual havia acabado de retornar para a Chefia do Conselho de Segurança Nacional (depois de ficar afastado durante todo o governo de Juscelino Kubitschek), foi demitido no exato dia da posse de Goulart. Transferido para João Pessoa e revoltado com sua sorte, pediu passagem para a reserva, segundo seu próprio depoimento: “Quando fui para a reserva, a pedido em 1961, fiz isso com asco. Asco do medo, da pusilanimidade, que foram os fatores essenciais para permitir a posse do João Goulart na Presidência, depois da renúncia do Jânio”<sup>547</sup>. Visto ser o conselho de segurança nacional órgão estratégico de inteligência, todos os principais assessores de Golberi foram também transferidos para regiões distantes. O próprio Portella foi transferido para Cachoeira de Sul (RS). Lauro Alves Pinto foi transferido para Santo Ângelo (RS), Amerino Raposo, para Ponta Grossa (PR). Os oficiais que serviam no Gabinete da Presidência também não foram poupados e também dispersados pelos rincões do território brasileiro. Todavia, alguns dos que serviam no Conselho de Segurança Nacional tiveram sorte diferente: embora afastados de suas posições e mantidos longe das tropas, conseguiram permanecer no Rio de Janeiro, como instrutores de escolas militares e do Estado-Maior do Exército. Entre os oficiais que tiveram esse destino, estão: o Tenente-coronel Mario Andreazza e os majores, João Batista Figueiredo, Walter Pires, Cerqueira Lima, Hugo Abreu. Antônio de Barros Nunes, que era comandante da Polícia Militar de Brasília, foi para Ponta Grossa (PR) e até o general Sizeno Sarmiento, Chefe da Secretaria de Segurança Pública e que estava no hospital depois de um enfarte, foi transferido para Corumbá (MT)<sup>548</sup>. Adyr Fiúza de Castro foi o único comandante do Rio Grande do Sul que não apoiou Machado Lopes e permaneceu com a sua unidade sob seu comando, sem rebeliões entre praças e oficiais subordinados. Porém, tão logo assumiu o primeiro ministério de Goulart, com Segadas na Pasta de Guerra, Adyr perdeu seu comando<sup>549</sup>. De outro lado, nem todos os oficiais que foram retaliados por apoiarem a posse de Jango tiveram suas

---

<sup>546</sup> MELLO, Jayme Portella de. *A revolução e o Governo Costa e Silva*. São Paulo, editora Guavira, 1979. Pag. 45.

<sup>547</sup> Apud: GASPARI, 2002. Op cit. Pag. 24.

<sup>548</sup> Idem.

<sup>549</sup> Entrevista com Adyr Fiúza de Castro. In: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 153,4.

transferências anuladas na gestão de Segadas Viana. Nelson Werneck Sodré, oficial ligado à esquerda militar, por exemplo, era coronel em 1961 e, durante campanha pela legalidade, foi punido com uma transferência para Belém. Depois da tentativa de golpe, sua transferência não foi anulada. O citado Coronel pediu transferência para a reserva. A assessoria militar de Goulart anulou a transferência para a reserva, mas o manteve em Belém. Sodré pediu a transferência para a reserva pela segunda vez e foi atendido. Outros equívocos ou conciliações também aconteceram no momento das promoções, de acordo com o então capitão ligado à esquerda militar Eduardo Chuahy:

Na primeira promoção de Generais, durante o Governo Goulart, havia três Coronéis: José Horácio Coelho Garcia, (...) inimigo feroz, ultradireitista; José Carlos de Moura e Cunha, que fora Chefe do Serviço Secreto do General Estillac Leal; e o Coronel Tácito, excelente figura, Vice-Presidente do Clube Militar na gestão Estillac Leal. Quem fosse preterido iria para a reserva. Foi promovido o inimigo-mor de Jango, José Horácio Coelho Garcia<sup>550</sup>.

Além dessas transferências, Segadas também efetuou mudanças no comando de três dos quatro exércitos. Para o II Exército, nomeou o general Nelson de Mello. Oswaldo de Araújo Mota, que então comandava o II Exército, foi enviado para o comando do Estado-Maior das Forças Armadas. Para o I Exército, o General Osmino Ferreira, um dos principais nomes da esquerda militar<sup>551</sup> e aliado incondicional de Goulart. Para o III Exército, o nome escolhido foi Nestor Penha Brasil, oficial que apoiou a posse de Goulart. Machado Lopes, que foi um dos principais nomes da

---

<sup>550</sup> Entrevista com Eduardo Chuahy realizada por Dênis de Moraes, in: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 335.

<sup>551</sup> Entendemos por esquerda militar os grupos de praças e oficiais que desde o interior da caserna se organizaram e se contrapuseram às iniciativas militares que entendiam contrárias ao interesse nacional e/ou como politicamente retrógradas. A atuação destes militares se pauta por valores morais e políticos e com frequência também por uma opção pelas classes trabalhadoras. João Quartim de Moraes identifica a organização de militares de esquerda em atuação num largo espectro temporal, ainda no império entre os militares que se posicionaram pela abolição, na primeira república em setores do tenentismo, na década de 1930 entre que os que militaram na Aliança Nacional Libertadora em oposição ao fascismo integralista e a Vargas, os militares antiimperialistas dos anos 50, muitos dos quais de envolveram na campanha do “O Petróleo é Nosso”, os militares antigolpistas de inícios da década de 1960, entre outros. Osmino Ferreira se enquadra no último grupo e também como parte dos militares ditos nacionalistas e anti-imperialistas. A formação dos partidos militares e suas consequentes opções ideológicas é assunto tratado no primeiro capítulo desta tese, ao qual remetemos o leitor. Para uma leitura mais aprofundada sobre este assunto ver: MORAES, João Quartim de. *A esquerda Militar no Brasil, Vol. 1: Da conspiração Republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo, Siciliano, 1991; MORAES, João Quartim de. *A esquerda Militar no Brasil, Vol. 2: Da Coluna à Comuna*. São Paulo, Siciliano, 1994; CUNHA, Paulo Ribeiro da. *A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas*. Disponível in: [http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/paulo\\_cunha\\_25-09-07.pdf](http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/paulo_cunha_25-09-07.pdf), acesso em 13/04/2013; PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica. Disponível in: [www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/.../893](http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/.../893), acesso em: 13/04/2013; VIANNA, 1992, Op cit. e SODRÉ, 1965. Op cit.

campanha da legalidade foi para o Departamento de Provisão Geral do Exército, posto que até então era ocupado pelo próprio Segadas Viana. No IV Exército, foi mantido o general Artur da Costa e Silva. O então comandante do IV Exército foi um dos oficiais que se opuseram à posse de Goulart. Contatado pelo governador do Rio Grande do Sul logo em seguida ao anúncio pelos ministros militares de não permitir a posse de Jango, houve tensa conversa com este: “Nosso diálogo foi duro e violento. Respondi com a mesma moeda suas grosserias e agressividade”<sup>552</sup>. A permanência desse general em posto tão importante pode soar incoerente face ao tratamento a que foram submetidos os outros oficiais que tomaram a mesma postura que ele. Mas, como veremos nas páginas seguintes, Costa e Silva viria a ser substituído em poucos meses e sua permanência neste comando por ainda algum tempo pode se explicar pelo fato dos menores e mais dispersos efetivos militares do IV Exército frente às outras três grandes unidades cujos comandos já estavam em mão de oficiais de confiança.

Em meio às transferências e nomeações, Segadas não se esqueceu de Mourão, oficial de passado não muito confiável (pois fora o pivô do Plano Cohen)<sup>553</sup>, e mais tarde aquele que em 1964 iria dar o primeiro passo para a derrubada de Goulart. Mas, por essa época, era tido como um apoiador de Jango. Mourão se encontrava em Petrópolis (RJ), cumprindo sua licença prêmio, quando foi chamado por Segadas. Este teria lhe dito: “larga essa licença boba, apresenta-te, vais ser nomeado Comandante da 3ª DI em Santa Maria, porque vou mandar o Pery Beviláqua para a 3ª R.M e V. vai ser promovido a general de Divisão de qualquer jeito”<sup>554</sup>.

Sob a sombra de Krueel, a maior parte dos oficiais que conspiraram contra Jango foi afastada de posições importantes. Há alguns indícios (em sua maioria da parte de conspiradores) de que essa linha de orientação, que partia do Gabinete Militar se

---

<sup>552</sup> BRIZOLA, SD. Op cit. Pag. 54.

<sup>553</sup> O Plano Cohen, como ficou conhecido, data de 30 de setembro de 1937, e consistiu na revelação por parte do então capitão do Exército Brasileiro e membro do integralismo Olympio Mourão Filho de um documento alertando para uma nova tentativa de levante comunista (havia o antecedente histórico de uma tentativa frustrada de revolução comunista em 1935) ainda mais violenta. Getúlio Vargas utilizou o documento (que mais tarde foi comprovado ter sido escrito pelo próprio Mourão) para conseguir do Congresso a decretação do estado de sítio. Getúlio usou essa prerrogativa para perseguir opositores, aumentar ser poder e por fim, impor a ditadura o Estado Novo em 10 de novembro do mesmo ano ver: BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 3. Ed. São Paulo : Fulgor, 1967; CARONE, 1976. Op cit.; FAUSTO, Bóris. *Pequenos ensaios de história da república : 1889-1945*. 2. ed. São Paulo : Cebrap, 1972; SALGADO, Plínio. *Integralismo na vida brasileira*. Rio de Janeiro : Clássica Brasileira, s.d; SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. DRUMMOND, José Augusto. *A Ameaça vermelha: o plano Cohen*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1980.

<sup>554</sup> MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 3ª edição. Porto Alegre, RS, L&PM, 1978  
Pag. 98.

sobrepuña até mesmo ao ministro da Guerra. Por exemplo, pelo depoimento de Cordeiro de Farias, Segadas não teve forças para indicá-lo para nenhum posto. Na opinião desse general, a interferência de Kruel foi determinante para o seu isolamento:

Queria nomear-me para uma comissão – um cargo militar – e o chefe da casa militar, Amaury Kruel, vetou meu nome. O cargo escolhido por Segadas para mim me permitiria viajar constantemente pelo país. Kruel não queria que eu ficasse com tanta liberdade. Provavelmente não se opunha a que eu tivesse uma comissão qualquer, mas jamais uma função como aquela, que me facilitaria agir<sup>555</sup>.

O gabinete de Tancredo foi formado às pressas, assim como também às pressas e de improviso tinha sido adotado o sistema parlamentar no Brasil. As atribuições do presidente e do primeiro-ministro não eram claras. Em função disto formou-se uma comissão para cuidar da regulamentação e institucionalização do novo sistema. Participavam dessa comissão os parlamentares Etelvino Lins, Nelson Carneiro e Hélio Cabral pelo PSD; Pedro Aleixo e Nestor Duarte, representando a UDN, Tristão da Cunha do PSP, além de Chagas Freitas do PST. Almino Afonso e Wilson Fadul, parlamentares do PTB, também faziam parte desta, mas segundo Melo: “mais interessados em corroer por dentro o novo sistema”<sup>556</sup> O ministério de Tancredo, de caráter de união nacional, não demorou também a sofrer com a instabilidade do período. A passagem do governo Jânio para o governo Goulart não contribuiu para esmaecer a crise econômica, por causa do déficit nas contas e das dívidas a vencer. Além disso, vivia-se um momento de polarização política, com destaque especial para a polêmica em torno da reforma agrária. Essa questão colocava o governo entre as pressões dos interesses latifundiários representados no Congresso (inclusive dentro da base de sustentação do governo, por meio do PSD) e os movimentos sociais que por esta época viviam um momento do crescimento em suas mobilizações, especialmente as ligas camponesas lideradas pelo deputado Francisco Julião.<sup>557</sup> Mas as limitações e a indefinição de seus reais poderes dificultavam o encaminhamento de soluções, especialmente no caso das questões mais candentes.

Na tentativa de superar o hibridismo do novo sistema, o primeiro-ministro tentou conseguir do Congresso, poderes extraordinários, mas não encontrava meios de consegui-los em curto prazo, visto que haviam infundáveis negociações a serem feitas

---

<sup>555</sup> CAMARGO E GÓES, 1981. Op cit. Pag.540

<sup>556</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 106.

<sup>557</sup> Ver: BANDEIRA, 1977, op cit, Capítulos III e IV. E DREIFUSS, 1981, op, cit, capítulo 4.

com os partidos e seus parlamentares. Seu primeiro momento de tensão mais forte se deu em pouco mais de dois meses, quando o ministro das Relações Exteriores Francisco Clementino San Tiago Dantas, anunciou, em 23 de novembro, o reatamento das relações do Brasil com a União Soviética. Os primeiros passos dessa ação, com vimos, foram tomados ainda sob o governo Jânio, mas a oposição udenista e parte da bancada do PSD, assim como a direita militar, não pouparam críticas ao sucedido. Segundo Affonso, “A direita parlamentar (sem fronteiras partidárias) apresenta Moção de Censura, buscando derrubar o ministro polêmico”<sup>558</sup> Ao mesmo tempo Goulart atuava nos bastidores para antecipar o plebiscito não se mostrou disposto a apagar as crises do sistema parlamentar. Em março começou a tramitar na Câmara o projeto de lei complementar ao Ato Adicional, que deveria enfim definir com maior precisão os termos do funcionamento do sistema parlamentar. Mas a mensagem do presidente ao Congresso, longe de contribuir para a celeridade da tramitação, era muito mais um apelo pelo fim do novo sistema:

Reconhecendo o patriotismo do Congresso na solução da crise, reitero a convicção, expressa no discurso de posse perante Vossas Excelências, de que o Parlamento saberá devolver à soberania do pronunciamento popular a decisão política que em instante de perigo tomou em suas mãos para a transformação do regime.<sup>559</sup>

No dia 1º de maio de 1962, na cidade Volta Redonda, Goulart proferiu um discurso enfatizando a necessidade da realização das reformas de base e associando a demora em sua aprovação ao regime parlamentar. Nos dias seguintes, alguns políticos importantes, como Juscelino Kubitschek, também se pronunciavam em tom semelhante, conforme noticiado pela *Folha de São Paulo*: “Depois de um hiato em sua campanha, volta o Sr. Juscelino Kubitschek a pregar o plebiscito imediato para a manutenção do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo”. As intenções de Goulart e Juscelino Kubitschek não encontraram unanimidade nos meios de comunicação uma vez que, na mesma página, esse jornal criticava as pressões feitas por Goulart sobre o regime parlamentar. Em matéria com o título: “Diagnóstico certo, remédio errado”, dizia: “Quando se esperava, entretanto, que o Sr. João Goulart fosse apontar os responsáveis por essa situação [a demora na aprovação das reformas] – e o povo os conhece, sem dúvida – viu-se que S. Exa. Preferiu... Culpar a constituição<sup>560</sup>”. Num último esforço

---

<sup>558</sup> AFFONSO, 1998. Op cit. Pag. 59.

<sup>559</sup> Apud, AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 58.

<sup>560</sup> *Folha de São Paulo*, 03/05/1962. Pag. 4.

para salvar seu gabinete, Tancredo ainda tentou enfatizar seu compromisso com as reformas. A manchete do Jornal do Brasil do dia 03 de maio estampou: “Governo lança ofensiva para mudar a constituição”; no texto da reportagem relatavam-se as declarações do primeiro-ministro, as quais prometiam: “o governo não medirá consequências nem os limites de sua ação na tentativa de ver aprovada a reforma da constituição que permitirá ao futuro congresso a efetivação de outras, como a agrária, impraticáveis no atual texto constitucional”. Logo em seguida, como preparar a opinião pública, avisava: “o governo considera que a rejeição da emenda representará a queda do gabinete”.

Em meio à crise do gabinete de Tancredo, o governador de Minas Gerais, o udenista Magalhães Pinto, também se movimentou para pressionar pelo fim da experiência parlamentar. No dia 8 de junho, por iniciativa de Magalhães, governadores de todas as unidades da federação ou seus representantes compareceram a uma conferência, na cidade de Araxá (MG). Formalmente o evento se destinava a debater os problemas econômicos e sociais, com enfoque especial para as reformas de base, entretanto, segundo Melo, “a maior importância da reunião foi mesmo a de medir a impopularidade do parlamentarismo entre os governadores”<sup>561</sup>.

Em função de tantas pressões, Tancredo Neves anunciou a renúncia coletiva do gabinete em início de junho. O argumento utilizado para a ação foi a não aprovação a tempo da legislação complementar, o que inviabilizaria a candidatura dos membros do gabinete nas eleições a ocorrerem no mesmo ano. A endossar parcialmente os argumentos apresentados pelo gabinete em seu conjunto, Almino Affonso afirma que, de fato, com a proximidade das eleições, havia no Congresso uma pressão para que os ministros renunciassem coletivamente. “Levantou-se uma grita contra os ministros que, parlamentares ou não, concorriam a cargos eletivos em posição de vantagem”<sup>562</sup>. Há que se observar que a função de primeiro-ministro dentro de um sistema parlamentar é mais importante que a de governador e muito mais relevante que a de deputado federal (cargo que Tancredo afinal disputou e foi eleito). Somente a instabilidade do sistema pode explicar a opção de Tancredo por renunciar ao segundo cargo mais importante do país com esse argumento. A somar a hipótese de que mais motivos havia além do alegado, Almino opina que: “não descarto que as medidas adotadas, no âmbito da política externa e de corte nacionalista, tenham aguçado a insatisfação que forçou a queda do

---

<sup>561</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 109.

<sup>562</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 60.

Gabinete”.<sup>563</sup> A renúncia do primeiro-ministro, fazendo cair todo o seu gabinete, constituiu a primeira crise do sistema parlamentar então vigente.

Encerrada a gestão de Tancredo como primeiro-ministro, as principais discussões ao longo do restante do mês de junho e de julho, giravam em torno de quem seria o próximo nome. O primeiro a ser aventado foi San Tiago Dantas, político respeitado do PTB e, na época, com razoável apoio na sociedade civil. Após o anúncio da indicação, Tancredo fixou a data para desincompatibilização e Renúncia para o dia 26 de junho.<sup>564</sup> Todavia, UDN e PSD se uniram para combater o nome de Dantas. Entre as razões, estava o desejo do PSD de manter o cargo de primeiro-ministro – mas esse não era o motivo principal. Na opinião de Toledo, “San Tiago, que fazia parte da chamada ‘esquerda positiva’, notabilizara-se nos meses anteriores, pela condução da política externa independente”<sup>565</sup>. Assim, na interpretação deste autor, “O febril anticomunismo da direita brasileira jamais poderia perdoar-lhe o reatamento das relações diplomáticas com a URSS”<sup>566</sup>. Por conta desse fato, seu nome foi rejeitado pelo placar de 174 a 110<sup>567</sup>. De forma penetrante, Almino observa: “o PSD e a UDN se empenhavam pela sobrevivência do sistema parlamentar de Governo e, não obstante, negaram a investidura de primeiro-ministro a San Tiago Dantas, o único que talvez houvesse conseguido consolidá-lo”<sup>568</sup>. Em seguida a San Tiago Dantas, Goulart indicou o senador pessedista Auro de Moura Andrade – opção que irritou as esquerdas, visto ser, o referido senador, representante dos grupos mais reacionários do PSD e da UDN. Segundo Affonso, a indicação de Auro “foi uma frustração imensa”<sup>569</sup>. Mas há evidências de que Jango optou por esse nome com o intuito de gerar um impasse político. De acordo com Bandeira, Goulart conseguira previamente de Auro uma carta de renúncia<sup>570</sup>. Essa informação também é confirmada por Almino Affonso com riqueza de detalhes:

Levei ao presidente a inconformidade da Bancada Trabalhista, argumentei exaustivamente, mostrei a contradição entre a campanha pelas reformas de base (que Jango encarnava) e o perfil político de Moura Andrade... Tudo em vão. Arrematei dizendo: além do mais não vai cumprir o compromisso assumido com o senhor, vai cercar-se pela UDN e pelo PSD e o plebiscito ficará para as calendas gregas... Jango,

---

<sup>563</sup> Ibid. pag. 61.

<sup>564</sup> *Jornal do Brasil*, 16/06/1962.

<sup>565</sup> TOLEDO, 1984. Op cit. Pag. 32.

<sup>566</sup> Ibid. pag. 32,3.

<sup>567</sup> AFFONSO, 1988. Pag. 62.

<sup>568</sup> Idem.

<sup>569</sup> Idem.

<sup>570</sup> BANDEIRA, 2001. Op cit. Pag. 77.

sem alterar-se, abriu uma gaveta, tirou um documento e me disse: então lê isto...

O que o presidente João Goulart me passara às mãos era um ofício, sem data, do senador Auro de Moura Andrade renunciando ao cargo de primeiro-ministro. Era uma renúncia antecipada ao sabor da conveniência de Jango.<sup>571</sup>

No dia 02 de julho, não obstante a todos os protestos, o nome de Auro foi aprovado no Congresso por 222 votos a favor e 55 contra<sup>572</sup>. De acordo com Melo: “À aprovação do nome de Andrade, o movimento sindical respondeu com a greve geral de 5 de julho”<sup>573</sup>. Disposto a enfrentar seus opositores e possivelmente tentado adquirir condições de melhor barganhar com Goulart (que afinal podia derrubá-lo a qualquer instante), Andrade segundo noticiou o jornal *A Folha de São Paulo* estava se movimentando no sentido de se fortalecer:

Homenageado à noite no senado, o Sr. Moura Andrade anunciou que pretende pedir poderes especiais ao congresso para enfrentar os graves problemas do país. A UDN, em reunião, condicionou seu apoio ao governo: 1) a que seja formado um gabinete de alto gabarito moral; 2) a que se arme um esquema militar capaz de “garantir a tranquilidade pública”<sup>574</sup>.

As disputas entre Auro e Goulart não tardaram, porém, a começar, visto não terem conseguido construir um acordo quanto a constituição do novo ministério. De acordo com o próprio Auro, “a maior dificuldade estava na formação do ministério militar, particularmente na pasta do Ministério da Guerra<sup>575</sup>”. A afirmativa de Auro põe em evidência a importância que as pastas militares tinham naquele momento para o governo Jango. Com efeito, no dia 04, o *Jornal do Brasil* publicou reportagem cobrindo os desentendimentos entre o presidente e o primeiro ministro sobre as pastas militares: “Com a minha transigência ou responsabilidade – disse mais o Sr. João Goulart – não constituirão um gabinete no qual as pastas militares sejam distribuídas aos mesmos elementos que tentaram golpear a constituição em 1961 para impedir a posse do Presidente da República”<sup>576</sup>. No dia 05, a *Folha de São Paulo* também noticiou os desentendimentos entre presidente e primeiro-ministro sobre essa questão: “Na manhã de ontem, já aprovada sua indicação pela Câmara, o Sr Moura Andrade avistou-se com

---

<sup>571</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 63.

<sup>572</sup> Idem.

<sup>573</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 112.

<sup>574</sup> *Folha de São Paulo*, 04/07/1962. Pag. 1.

<sup>575</sup> ANDRADE, 1985. Op cit. Pag. 118

<sup>576</sup> *Jornal do Brasil*, 04/07/1962. Pag. 6.

o presidente e lhe deu conta de que os partidos políticos se opunham aos três ministros militares – Nelson de Melo, Pedro Paulo de Araújo Suzano e Reinaldo de Carvalho, e que, portanto não poderia indicá-los”<sup>577</sup>. De acordo com a mesma reportagem, Goulart com visível irritação, respondera ironicamente às objeções de Andrade: “sugerindo, em tom de mofa, que fossem convidados o Marechal Denys, o Alm. Heck e o Brigadeiro Moss”<sup>578</sup>. Antes de divulgar a carta de Auro, Jango utilizou o incidente para desgastar ainda mais o parlamentarismo, ameaçando recorrer ao Supremo Tribunal Federal para anular o Ato Adicional que o instituiu. Essa ameaça foi noticiada em primeira página pelo *Jornal do Brasil*, com letras em destaque: “O presidente João Goulart não deverá indicar um novo primeiro ministro, segundo se informou ontem no Supremo Tribunal Federal. Segundo a mesma fonte, o presidente entrará com recurso no STF pedindo a inconstitucionalidade do ato adicional que instituiu o parlamentarismo”<sup>579</sup>”

Naquele mesmo dia, divulgou a carta de renúncia de Auro. Enquanto a carta era lida no congresso, o povo estava na rua. A greve geral estava relacionada à indicação de Auro e foi de acordo com Melo, um importante momento do fortalecimento sindical, lançando as bases para a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores – organização que até 1964 teria um papel fundamental na política daquele período:

Como balanço da greve geral temos um fortalecimento da influência do movimento sindical, que, além do mais, criara o Comando Geral de Greve para coordenar a paralisação. Tal organização seria o embrião do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fundando durante o IV Encontro Sindical Nacional, entre 17 e 19 de agosto em São Paulo. A partir deste ponto, até o golpe de Estado, os trabalhadores passariam a contar com um importante instrumento de unificação das lutas e de pressão, o CGT, a mais importante organização “paralela” do sindicalismo rebelde.<sup>580</sup>

As condições aceitas por Auro para a indicação ao cargo são inéditas na história do Brasil. Somente um indivíduo sedento pelo poder poderia assinar uma carta de renúncia como condição para assumir. A forma como caiu em tão poucos dias, não foi esquecida por Auro. Parlamentar de destaque na defesa da legalidade em 1961, o presidente da Câmara teria também papel fundamental na deposição de Jango em 1964. O nome seguinte a ser indicado para o cargo foi o de Francisco de Paula Brochado da Rocha, político do Rio Grande do Sul. Inexpressivo em termos nacionais, Brochado era

---

<sup>577</sup> *Folha de São Paulo*. 05/07/1962. Pag.1

<sup>578</sup> *Idem*.

<sup>579</sup> *Jornal do Brasil*, 05/07/1962. Pag. 1.

<sup>580</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 123.

o nome certo para um Primeiro Ministro fraco e à serviço da causa da antecipação do plebiscito. Restava apenas fazer o Congresso aprová-lo, o que foi conseguido não sem uma pequena pressão militar.

Durante o breve interregno entre a renúncia de Auro e a sabatina de Brochado, as tropas federais foram colocadas de prontidão em várias regiões, embora a resolução do impasse fosse de competência exclusiva do Congresso Nacional e não houvesse nenhuma evidência de movimentação conspirativa entre os oficiais que não apoiavam Goulart. O presidente utilizou sua posição de comandante das Forças Armadas para pressionar o Congresso. Sua primeira ação foi mudar o comando do III Exército, colocando o general Jair Dantas Ribeiro no lugar de Penha Brasil. Não podia contar com o IV Exército ainda comandado por Costa e Silva, que não fazia parte de seu grupo de confiança. Mas logo em seguida à queda de Auro, as tropas do I, II e III Exército entraram em regime de prontidão. No Rio Grande do Sul, Jair ordenou rigorosa prontidão e mandou reunir os generais em serviço sob seu comando para tentar obter seus apoios para uma declaração a favor de Jango, de acordo com Mourão, que presenciou tal reunião:

À minha chegada, o gen. Jair, visivelmente perturbado, começou a expor o assunto, informando que o presidente havia sido traído pelo Senador Auro de Moura Andrade. Jair estava decidido a apoiar o gen. Osvino e era este o motivo da reunião<sup>581</sup>.

Dos oito generais que Jair conseguira reunir, apenas o general Peri, que comandava a 3ª Região Militar o apoiou. As evidências que sustentam a hipótese de que tenha existido uma pressão militar por parte dos aliados de Jango têm aqui uma fraqueza essencial, visto ser o general Mourão Filho uma testemunha muito crítica em relação ao significado do governo Goulart. Por outro lado, é fato que houve prontidão rigorosa tanto no I, quanto no II e no III Exército, durante o episódio da crise política entre Auro e Goulart. No dia 04, a Agência Nacional emitia comunicado, publicado no dia seguinte em vários jornais onde se justificava a prontidão das tropas federais:

A Agência Nacional informa, para tranquilidade do povo brasileiro, que as tropas sob o comando do general Osvino Ferreira Alves estão em perfeita sintonia com as tropas do II e III Exércitos no patriótico intuito de preservar a ordem legal e as instituições democráticas.<sup>582</sup>

---

<sup>581</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 118.

<sup>582</sup> *Folha de São Paulo*, 05/07/1962. Pag. 7.

A prontidão das tropas em apoio a um dos lados do conflito, no caso ao Presidente, evidencia a disposição da política militar de Jango neste momento, em agir não apenas defensivamente, mas também ofensivamente, sob a forma de pressão. Ao longo dessa narrativa, destacaremos outros fatos para sustentar a hipótese de que esta característica ofensiva da política militar foi marcante durante o tempo em que Kruel foi o principal formulador da política militar de Goulart. Em depoimento, o próprio Kruel à Maria Cecília Ribas Carneiro e Hélio Silva, falou de suas disposições neste momento:

[Brochado da Rocha] Veio. Mas custou a vir. Houve aqueles debates, a votação não foi, tudo mais. Mas nessa ocasião, isso eu disse para o Jango: “Isso não pode continuar. O país está vivendo a crise, o país está num foco, a um passo da revolução, não é? E isso não pode acontecer. Ou eles nomeiam, aprovam o primeiro ministro, ou então tem que fechar o Congresso. Isso não pode continuar como está. Tem que dar um prazo para eles fazerem isso”<sup>583</sup>.

O depoimento de Kruel é muito eloquente em demonstrar o uso do aparato militar como forma de pressão. Ao que tudo indica, a arquitetura do movimento de pressão coube exatamente a Kruel. Em primeiro lugar porque a indicação de Brochado da Rocha para a chefia do gabinete parlamentar estava a serviço da antecipação do plebiscito que devolveria os poderes presidenciais a Goulart, motivo que seria suficiente para a não colaboração do ministro da Guerra, o general Segadas Viana - que era contra o retorno de presidencialismo. Em segundo porque Kruel foi, além de Oswaldo de Araújo Mota, no EMFA, o único nome militar que permaneceu na mudança do ministério.

Como resultado da pressão militar, o nome de Brochado da Rocha foi aprovado com folga, com 217 votos a favor contra 59. O novo Primeiro Ministro assumiu o cargo comprometido com o objetivo de antecipar a realização do plebiscito que devolveria os poderes presidenciais a Goulart. Tal comprometimento ficou patente ao fim de sua gestão. Algumas modificações foram feitas nos ministérios militares e nos comandos do Exército que merecem a especial atenção. Para a Pasta de Marinha, saiu Ângelo Nolasco e subiu o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, oficial identificado com a ala nacionalista da arma. Para o Ministério da Aeronáutica, foi nomeado o brigadeiro Reinaldo Ribeiro de Carvalho Filho.

Reinaldo Joaquim Ribeiro de Carvalho Filho, oficial legalista, desde o começo de sua carreira até a ocasião da novembrada, não se envolveu em nenhum evento

---

<sup>583</sup> Entrevista com Amaury Kruel, SD. Op cit.

político de significância. Em 1955, apoiou Lott no episódio da Novembrada. Durante o governo Jânio, foi afastado de qualquer função relevante<sup>584</sup>.

Pedro Paulo de Araújo Suzano era conhecido com um dos oficiais mais progressistas dentro da Marinha, razão pela qual foi duramente criticado pela direita militar e defendido pelo movimento dos subalternos. Sua indicação para o ministério da Marinha denotava, pois, uma mudança de perspectiva. Segundo Mônica Kornis, Suzano não aderiu às revoltas tenentistas da década de 20, combatendo ao lado das forças federais durante todo o processo. Em 1932, na ocasião da Revolução Constitucionalista, apoiou os paulistas contra o governo Vargas. Derrotado o movimento, foi preso e pouco depois reformado, mas em maio de 1934 foi beneficiado por um decreto anistiando os revoltosos e pôde retornar à vida militar. Mais tarde, então na qualidade de apoiador de Vargas, Suzano foi simpático ao movimento “queremista”, favorável à permanência de Getúlio no poder durante a elaboração daquela que veio a ser a Constituição de 1946. Em 1955, apoiou o contragolpe liderado por Lott a 11 de novembro e, durante o governo de Juscelino Kubitschek, participou da repressão à revolta de Aragarças. Durante o final do governo Juscelino Kubitschek e durante o governo Jânio, foi colocado no ostracismo pelo grupo então alçado ao poder militar. Na ocasião da renúncia de Jânio, Suzano, que estava no Rio de Janeiro, foi um dos principais líderes na Marinha a favor da posse de Goulart, sendo inclusive preso por suas atividades.<sup>585</sup>

A indicação de Suzano para a pasta da Marinha foi a mais polêmica, a ponto de um grupo de almirantes ligado à Cruzada Democrática declarar publicamente que não reconhecera a autoridade do novo ministro, acusado de comunista. Tal fato teve ampla repercussão na imprensa. No dia 14, por exemplo, uma reportagem na *Folha de São Paulo* anunciou: “15 Almirantes vetam a indicação de Suzano”<sup>586</sup> O episódio, apesar de tenso, serviu para fortalecer a figura de João Goulart frente às Forças Armadas. Dos quarenta e dois almirantes na ativa, vinte e nove manifestaram apoio à indicação do almirante Suzano para a pasta da Marinha. Fortalecido, Jango demitiu de suas posições

---

<sup>584</sup> *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, Verbete: CARVALHO, Reinaldo. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 13/04/2011.

<sup>585</sup> KORNIS, Mônica. Verbete: SUZANO, Pedro Paulo de Araújo. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/03/2011.

<sup>586</sup> *Folha de São Paulo*, 14/07/1962. Pag. 03

de comando todos aqueles que haviam se declarado não dispostos a se submeter ao novo ministro<sup>587</sup> e pôde manter no isolamento aqueles que não tinham função.

Segadas Viana não foi mantido na pasta da Guerra. Havia sido um bom aliado, mas, como já foi mencionado, pessoalmente era contrário ao retorno do presidencialismo. Foi escolhido então o general Nelson de Mello. Para o comando do IV Exército, foi nomeado o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Costa e Silva foi para uma função burocrática: chefiar o Departamento de Pessoal, no Rio de Janeiro. Esse general, embora com reconhecidas inclinações para a direita militar, não era tido como um oficial militante, ou seja, não estava organicamente articulado à Cruzada Democrática e outros grupos organizados. Além disso, em seu passado militar, tinha se posicionado por mais de uma vez em favor de Getúlio Vargas, assim como também em favor da posse de Kubitscheck e Jango em 1955. Essas credenciais, se não o tornavam um oficial de confiança, ao menos não lhe colocavam dentro da lista insuspeitos golpistas.

A trajetória de Costa e Silva era a de um oficial politizado, mas, até aquele momento, de perfil não completamente definido. De acordo com Renato Lemos, sua primeira atuação político-militar se deu em 1922, quando se envolveu no levante de 5 de julho, ocorrido no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República, assim como em solidariedade aos militares punidos pelo então presidente Epiácio Pessoa. Costa e Silva chegou a ser preso e respondeu inquérito militar por seu envolvimento neste processo. Mais tarde, quando em 5 de julho de 1924 foi deflagrado novo movimento militar, desta vez em São Paulo e sob a liderança do General Isidoro Dias Lopes, Costa e Silva novamente aderiu. Desta vez, em companhia do também tenente Oswaldo Cordeiro de Farias. Os dois jovens oficiais tentaram convencer os soldados do 8º RI, de Cruz Alta (RS) a não obedecer à ordem de reforçar os contingentes do governo para a repressão do movimento rebelde, chegaram a organizar um comício para convencer as tropas, sendo por esta atitude, presos. Os rebeldes chegaram a dominar a cidade de São Paulo por três semanas, mas, sem condições de manter a posição, rumaram em direção ao sul a fim de se unirem aos

---

<sup>587</sup> Foram eles: Luiz Clóvis de oliveira, da força de transporte; Silvio Moutinho da Costa, do Arsenal de Marinha; José Santos Saldanha da Gama, Da Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos; Ari dos Santos Rangel, Chefe do Estado Maior da Armada; Augusto Rademaker Hamman Grunwald, da Diretoria de Aeronáutica; Ernesto Melo Batista, do Estado-Maior da Armada; Waldeck Vampré, do Estado Maior da Armada; Mário Cavalcanti, da Escola Superior de Guerra; Haroldo Matias da Costa, Vice Diretor de Pessoal; Levy Penna Aarão Reis, da Escola de Guerra Naval, e Acir Carvalho Rocha, sem comissão. *Tribuna da Imprensa*, 4/07/1962. A maior parte dos oficiais acima elencados seriam ativos articuladores do golpe de 1964.

insurretos gaúchos. Costa e Silva não pode se juntar aos rebeldes então sob o comando de Luiz Carlos Prestes, que estavam estacionados em Luiz Gonzaga (RS) em função de problemas de saúde (uma crise de apendicite, que o levou a uma cirurgia). Deste grupo de insurretos se formou a célebre Coluna Prestes. Pouco mais tarde, quando integrava o 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), em São Leopoldo (RS), chegou a atuar no combate ao movimento que quase fez parte. Foi incumbido de participar das ações de repressão a exilados no Uruguai e Argentina, muitos dos quais remanescentes da Coluna Prestes que tentavam rearticular o movimento a partir da fronteira do Rio Grande do Sul. Em 1930, foi apoiador e participante da Revolução de 30. Sua participação não se deu sem custos pessoais, pois, segundo Lemos: “Esses acontecimentos impediram que na época Costa e Silva usufrísse do prêmio a que fizera jus — uma viagem a França para complementar os estudos — por ter-se classificado em primeiro lugar no curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)”<sup>588</sup>. Ainda segundo esse autor, Costa e Silva recusou cargos oficiais do novo governo. Em 1932, quando da Revolução constitucionalista, lutou ao lado das tropas do governo federal. Em 1938, sob o Estado Novo, chegou a compor o gabinete do chefe do Estado-Maior do Exército (EME), general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Em sua carreira militar, foi promovido por merecimento a major (1937), tenente-coronel (1942) e coronel (1944). Durante a Segunda Guerra Mundial, a partir do momento em que o governo brasileiro declarou guerra aos países do eixo, foi incumbido de organizar a unidade blindada que iria combater em território europeu. Para isso, estagiou entre janeiro e junho de 1944 em *Fort Knox*, nos Estados Unidos. Chegou à patente de general-de-brigada em agosto de 1952, ano no qual foi designado como adido militar junto à embaixada do Brasil na Argentina. No episódio da Novembrada, tomou posição pela legalidade e, sob as ordens do general Olímpio Falconière da Cunha, reprimiu em Cumbica uma tentativa de resistência da FAB comandada pelo brigadeiro Antônio Guedes Muniz, então mobilizado para impedir a posse de Kubitscheck. Promovido a general de Divisão em 1958 e a general de Exército em 1960<sup>589</sup>, foi designado para o comando do IV Exército em agosto de 1961, já na patente de General de Exército, pouco antes da renúncia de Jânio Quadros. Mantido em seu comando pelo Ministro da Guerra Segadas Viana, Costa e Silva se notabilizou por agir com truculência contra o movimento sindical e

---

<sup>588</sup> LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e, Verbete: *SILVA, Costa e*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 05/03/2013.

<sup>589</sup> Boletim Reservado do Exército, Arquivo do Exército, Nº 1-A, 25/01/1960.

estudantil. Em abril de 1962, Costa e Silva reprimiu manifestação estudantil na Paraíba em protesto contra o assassinato do presidente da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira<sup>590</sup>. Essa atitude pode ter influenciado na perda de seu comando.

A decisão de transferir Costa e Silva para o Departamento Geral de Pessoal do Exército acabou por se revelar um problema. O departamento que chefiava era estratégico, visto que responsável, entre outras coisas, pelas transferências de oficiais. Mais à frente, como veremos, esse general criou várias dificuldades para as transferências de oficiais conspiradores promovidas pelo Estado-Maior militar de Jango. O general Osvino Ferreira foi mantido no I Exército. Para ocupar a vaga de Nelson de Melo no II Exército, foi nomeado o general Peri Constant Bevilacqua. No comando do III Exército, Jair Dantas já estava desde o início da crise.

Algumas observações devem ser feitas a propósito desses fatos relatados. A primeira coisa que chama a atenção é o convite de Nelson de Melo para uma função tão estratégica. A segunda é o convite a Castelo Branco que claramente não era um general que se pudesse considerar simpático ao governo Goulart, para chefiar o IV Exército.

Segundo Renato Lemos, Nelson de Melo foi um dos participantes do movimento militar de 5 de julho de 1924, sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes. Preso por conta dessa atuação, chegou a ficar em torno de três anos encarcerado. Novamente em liberdade, foi participante ativo da Revolução de 30 e fez parte também do Clube 3 de Outubro, associação que reivindicava o aprofundamento das reformas desencadeadas por aquele processo histórico. Deflagrada a Revolução Constitucionalista de 1932, solidarizou-se com Vargas e combateu os paulistas. Em 1950, foi o vice de Cordeiro de Farias na primeira chapa da Cruzada Democrática, em eleição para o Clube Militar, mas foi derrotado pela chapa de tendência nacionalista, liderada pelos generais Newton Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa. Em maio de 1952, conseguiu ser eleito vice-presidente do Clube Militar, na chapa encabeçada pelo general Alcides Etchegoyen, em eleição na qual muitas denúncias de irregularidades foram feitas. Em 1954, durante a crise política que levou Vargas ao suicídio, esteve quase para ser preso pelo ministro da Guerra Zenóbio da Costa, em virtude de denúncias de que não estava disposto a defender o Presidente. Em 1955, apoiou o movimento da Novembrada, liderado pelo Marechal Lott. Como chefe do Gabinete Militar da Presidência da República no governo Juscelino Kubitschek a partir de janeiro de 1956, foi um dos

---

<sup>590</sup> Idem.

coordenadores da ação que reprimiu a revolta de Jacareacanga. Durante a crise que envolveu a posse de Goulart, Nelson de Melo se opôs ao veto liderado por Denys, tendo sido, inclusive, um dos signatários do comunicado levado ao ministro da guerra por Segadas Viana no intuito de fazê-lo aceitar a decisão do Congresso<sup>591</sup>. Assim como Segadas, também era amigo de Cordeiro de Farias e, tal como o primeiro, também não conseguiu aproveitá-lo em nenhuma função. Cordeiro se lembra de Nelson o explicando sobre essa impossibilidade:

Nelson é como um irmão; somos muito ligados. Procurou-me e disse: “eu não vou lhe dar cargo nenhum, por que se eu o fizer cairei do ministério”. (...) Mesmo assim, Nelson não durou no cargo. Tenho a impressão que sua queda foi manobrada, mais uma vez, pelo chefe da Casa Militar Amaury Krueel, e por aquele outro rapaz lá do Rio Grande do Sul, oficial do Exército, conselheiro de Jango [Provavelmente Osvino Ferreira]<sup>592</sup>.

Nelson de Melo era um oficial de direita e um dos fundadores da Cruzada Democrática, e ligado por vínculos pessoais e políticos a alguns dos mais severos opositores militares de Goulart. Em depoimento prestado pelo próprio Nelson de Melo, sua presença como ministro da Guerra no gabinete de Brochado o transformava numa espécie de “fiador” do governo Goulart em um de seus momentos mais críticos. No mesmo depoimento, dá a entender que se arrependeu depois:

Quando mandaram me convidar para o ministério eu não queria. Eu era o comandante do II Exército. Tiraram o Tancredo e entrou o Brochado. Não foi o Jango propriamente, foi indução do Krueel. Ele não me convidou pessoalmente, o Krueel me convidou em nome do presidente. Eu não desejava ser ministro da guerra, era muito complicado. Recebi da Câmara, do pessoal da UDN, Lúcio Cardoso... Uns 6 ou 7 mais exaltados da UDN pediram que eu aceitasse, pois só podia ser ministro com a maioria da Câmara. Eles não quiseram o San Tiago Dantas. Aceitei e me arrependi amargamente. (...) Quando desembarquei no aeroporto o Amaral Peixoto me disse: “Nelson, o PSD aceitou esse ministério por sua causa, caso contrário não aceitaríamos”. O PSD era a maioria, eu disse: “Já recebi da UDN uns 8 ou 10, Menezes Cortes, o pessoal todo”. Achavam que eu era uma garantia, pois temiam um golpe do Jango. Como eu tinha sido chefe

---

<sup>591</sup> LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e, Verbete: MELO, Nelson. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível In: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 28/01/2013.

<sup>592</sup> CAMARGO & GOES, 1981. Op cit. Pag. 540.

do Gabinete Militar de Juscelino, eles acharam que eu poderia ser um elemento maleável e que ia ajudá-los.<sup>593</sup>

O período em que Nelson de Melo se manteve à frente do Ministério da Guerra foi o mais curto dentre todos os Ministros da Guerra durante o governo Goulart. Além de ser oficial de direita, que não despertava desconfianças na oposição, era pessoalmente a favor do retorno ao parlamentarismo. Em função disso, não criou quaisquer dificuldades para a atuação do primeiro Ministro que tinha, na emenda de antecipação do plebiscito, sua prioridade número um. Some-se ainda que, para seu lugar no Comando do II Exército, foi o General Peri Constant Bevilaqua, oficial que nesta época era forte aliado de Goulart. Como vemos logo à frente, os comandantes dos I, II e III exército executariam uma manobra de pressão militar sobre o parlamento à sua revelia, evidenciando o descontrole do ministro sobre seus subordinados.

Castelo Branco era um oficial notoriamente direitista e também um dos principais introdutores da Doutrina de Guerra Revolucionária nas escolas militares. A escolha desse general para o IV Exército se deu, em primeiro lugar, por uma questão de hierarquia. Castelo era o terceiro general de Exército no Almanaque Militar<sup>594</sup> de 1962<sup>595</sup>; na segunda colocação, estava o próprio Costa e Silva (que estava de saída), e na primeira colocação, Cordeiro de Farias, que estava sem funções e assim permaneceria até o fim do governo Goulart. Castelo Branco, que no começo de sua carreira não apoiou as rebeliões tenentistas, teve uma participação discreta em movimentos conspiratórios.<sup>596</sup> O próprio e seus apoiadores muito se esforçaram, especialmente após o golpe, para cultivar essa imagem que não corresponde exatamente à verdade. A Doutrina da Guerra Revolucionária, que teve no citado general um de seus introdutores mais entusiásticos, era em essência conspiratória e intervencionista. Nos anos que precederam ao golpe, Castelo Branco proferiu várias conferências associando

---

<sup>593</sup> Entrevista com Nelson de Melo, in: BOMENY, Helena; MOTTA Marly (Orgs.). A ESCOLA que faz Escola: EBAP 50 anos, depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. 492p. il.

<sup>594</sup> O Almanaque militar é uma publicação interna das Forças Armadas que consiste basicamente na listagem por antiguidade de todos os oficiais da ativa. Naquela época, o almanaque de determinado ano era publicado apenas no início do ano seguinte. Logo, optamos por fazer um balanço das promoções tendo por base os anos do governo Goulart até 1963, visto que no período que estamos analisando (começo de 1964), os oficiais só tinha acesso até o almanaque do ano anterior.

<sup>595</sup> Almanaque Militar do Exército, ano 1962, arquivo do Exército.

<sup>596</sup> Embora em 1922, durante o seu curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, tenha ficado preso em torno de dois meses por suspeição de simpatizar com esse movimento, consultar a este respeito, seu verbete em: KORNIS, Mônica. Verbetes: *CASTELO BRANCO, Humberto*, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, Acesso em 12 abr. 2010.

à conjuntura brasileira às supostas etapas da Doutrina da Guerra Revolucionária. Assim, foi um dos doutrinadores mais ativos para a subversão militar. Seu principal mérito foi o de ser discreto, de ser eficiente em cultivar sua imagem de “apolítico”. A cuidadosa construção desta imagem é que lhe possibilitou assumir cargos importantes no governo Goulart. Tais cargos, nos momentos decisivos, foram muito bem usados para a deflagração da insurreição militar. De todo modo, o Estado-Maior de Jango parecia não atribuir à região do IV Exército muita importância, devido ao seu efetivo menor e mais precário que os outros três, e de sua localização geográfica. Se Castelo não apoiasse o governo, mas também não conspirasse, a tranquilidade do governo estaria garantida. Uma possível hipótese adicional para a nomeação de Castelo Branco nos é dada por um dos futuros pivôs do golpe de 1964, o general Carlos Luís Guedes. De acordo com este oficial, àquela época as relações entre Goulart e Magalhães Pinto eram relativamente boas, visto ser o governador de Minas Gerais uma liderança da ala “bossa nova” da UDN<sup>597</sup>, com a qual o presidente mantinha algum diálogo. Magalhães teria pedido a Goulart que nomeasse Castelo Branco, com quem tinha boas relações pessoais para algum comando, pois, embora o referido general tivesse sido promovido durante seu governo, não tinha nenhuma função importante<sup>598</sup>. Apesar de partir de uma fonte conhecida por sua participação no processo conspiratório, a hipótese nos parece plausível, levando-se em conta quem Castelo Branco era, e a importância relativamente um pouco menor deste Exército. Além disso, como oficial reacionário, Castelo Branco viria se constituir num contraponto à direita em Pernambuco, onde se vivia um clima de radicalização no campo e se tinha o governo populista de esquerda de Miguel Arraes, do PSB. No IV Exército, Castelo tinha seis generais sob seu comando, além de mais um almirante e um brigadeiro em sua área. Mas, de acordo com o Gustavo Moraes Rego<sup>599</sup> (que à época era Major), uma parte destes generais era afinada politicamente com Jango, o que tornava qualquer improvável rompante conspiratório de Castelo mais arriscado e menos eficaz. Desta forma, a indicação de Castelo para comando do IV Exército combinou aspectos hierárquicos e políticos. Enquanto política conciliatória, atendeu a uma solicitação de Magalhães Pinto. Enquanto política militar, obedecia ao

---

<sup>597</sup> A chamada “Bossa Nova” era uma facção da UDN caracterizada pela divergência com a linha tradicional de oposição deste partido. Seus integrantes demonstravam mais maleabilidade em negociar com a situação e até de assumir alguns cargos. Ver o verbete sobre a “Bossa Nova da UDN” em: BENEVIDES, Maria vitória, Verbetes: *Bossa Nova da UDN. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, FGV/CPDOC, <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/01/2013.

<sup>598</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag 106.

<sup>599</sup> Entrevista com Gustavo Moraes Rego, in: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 45.6

critério de antiguidade. E precisamente por se encaixar dentro desta norma, tornava-se mais difícil criticar a escolha de um general jurista para um cargo tão importante. Enquanto esteve neste comando, visto ser o IV Exército uma região para onde eram transferidos vários médios oficiais descontentes, Castelo Branco estreitou contato com alguns deles. Gustavo Moraes Rego, por exemplo, foi um desses. No ano seguinte, por solicitação do então chefe do EME<sup>600</sup>, este oficial foi transferido para a divisão Blindada do Rio, sob o comando do general Luna Pedrosa (oficial legalista que em 1961 havia se recusado a mover as tropas de São João Del Rei contra o III Exército), onde mais tarde pôde se engajar na conspiração da média oficialidade.

Como já mencionado, a principal tarefa de Brochado era conseguir a antecipação do plebiscito. A tática usada foi a pressão, por isso o Gabinete de Brochado, além de ser o mais curto, foi também o mais problemático. A relação do Gabinete com o Congresso era tensa. Brochado era ironizado pela oposição por sua pouca expressividade; ao mesmo tempo, o Primeiro Ministro nunca escondera que a antecipação do plebiscito era sua maior prioridade. De acordo com Paulo Schilling, Brochado, com o apoio de Brizola, articulou uma manobra de pressão sobre o Congresso Nacional. De acordo com o autor, a manobra consistiu no seguinte: “O plano era elaborar uma série de projetos de ‘leis delegadas’ para serem apresentadas ao Congresso. Este, colocado sob pressão popular e militar, ficaria frente à alternativa: aprovação ou fechamento”<sup>601</sup>. Ainda segundo esse autor, “eram leis bastante radicais, que alterariam fundamentalmente a infra-estrutura, as relações econômicas internas e externas”<sup>602</sup>.

À revelia de Nelson de Melo, as hostes militares de Goulart se movimentaram no sentido de transmitir ao Congresso que uma parte importante e considerável de seus comandantes apoiava e queria o retorno do presidencialismo. Segundo a *Tribuna da Imprensa*, oficiais das três armas manifestaram seu apoio ao retorno do sistema presidencialista: “resolveram dar cobertura a qualquer forma legal que, dentro da constituição, venha a ser tomada por autoridade competente”<sup>603</sup>. No dia seguinte, a Folha de São Paulo divulgava (sem revelar fonte) informação de que Goulart “cogita dissolver o congresso e convocar para o dia 7 de outubro eleições para a

---

<sup>600</sup> Como veremos mais à frente, Castelo Branco assumiu a chefia do Estado Maior do Exército após seu comando no IV Exército.

<sup>601</sup> SCHILLING. 1978. Op cit. Pag. 235.

<sup>602</sup> Idem.

<sup>603</sup> *Tribuna da imprensa*, 04/07/1962

constituente”<sup>604</sup>; segundo a mesma notícia: “o Sr. João Goulart teria feito esse pronunciamento depois de receber a ‘mais ampla solidariedade dos comandos militares’”<sup>605</sup>. Como parte das pressões, os movimentos sindicais e populares intensificaram, durante o começo do mês de setembro, as pressões para a antecipação do plebiscito. Em um dos pontos mais altos deste processo, “Em 11 de setembro, o CGT divulgou novo manifesto onde exigia a realização do plebiscito para coincidir com as eleições de outubro”<sup>606</sup>. Segundo Schilling, como continuação da operação, “no dia 13, ele [Brochado] se apresentaria ante ao Congresso com o pedido de delegação de poderes e exigiria uma definição categórica e imediata, com o respaldo dos comandantes de exército”<sup>607</sup>.

Nesse mesmo dia, Nelson de Melo recebeu de Jair Dantas, comandante do III Exército, uma mensagem que, além de fazer a defesa eloquente do plebiscito, alertava para uma possível convulsão social na região do III Exército, caso a emenda não fosse aprovada. A mensagem de Jair, que teve ampla repercussão, foi a seguinte:

Face à intransigência do parlamento e à iminência da renúncia do Gabinete, e tendo ainda em vista as primeiras manifestações de desagrado que se pronunciam nos territórios dos Estados ocupados pelo III Exército, cumpre-me informar a V. Excia., como responsável pela garantia da lei, da ordem, do sossego público e da propriedade privada deste território, que me encontro sem condições de assumir com segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento de tais missões, se o povo se insurgir pelas circunstâncias de o Congresso recusar o plebiscito para antes ou, no máximo, simultaneamente com as eleições de outubro. O povo é soberano no regime democrático. Negar o direito de pronunciar-se sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime ou querer destruí-lo. Qualquer solução contrária será fatalmente o princípio do fim de todas as memoráveis conquistas dos nossos antepassados. A presente explanação não é uma ameaça, nem uma imposição, mas apenas uma advertência que julgo do meu dever levar a V.Excia., ante a possibilidade de me encontrar na contingência de transferir aos poderes constitucionais da República o meu compromisso de guardião das instituições, caso advenha de tal circunstância uma luta fratricida. Enquanto aguardo instruções de V. Excia., tudo farei para garantir a ordem pública, estando o III Exército em regime de rigorosa prontidão<sup>608</sup>.

---

<sup>604</sup> *Folha de São Paulo*, 05/07/1962. pag. 1

<sup>605</sup> *Idem*.

<sup>606</sup> MELLO, 2009. Op cit. Pag. 135.

<sup>607</sup> SCHILLING, 1978. Op cito. Pag. 235.

<sup>608</sup> Apud MELLO, 1979. Op cit. Pag. 53

A mensagem de Jair surpreendeu o Alto comando militar, segundo reportagem o *Jornal do Brasil*: “tão logo a notícia foi conhecida pelo Alto Comando do Exército, o general Ribeiro Paz procurou articular-se com o ministro Nelson de Melo (...) enquanto o assunto era submetido ao ministro da Guerra, o chefe do gabinete do ministro reunia-se com o chefe do Estado Maior do Exército<sup>609</sup>”. O então chefe do EME, general José Machado Lopes convocou imediatamente toda a alta oficialidade sob seu comando e decidiram: “manifestar ao ministro Nelson de Melo, a surpresa do Estado maior pela atitude<sup>610</sup>”. Decidido a tomar uma decisão em relação a Jair, reúne seu conselho de generais para analisar a situação. A maioria dos generais-de-Exército reunidos no conselho se posicionou contra a atitude Jair Dantas. Entre estes generais, estavam: Machado Lopes (chefe do EME), João Segadas (Ex-Ministro da Guerra), Nestor Souto de Oliveira (presidente da comissão mista Brasil - Estados Unidos), Emílio Maurel Filho (comandante da 1ª Região Militar) e Ademar de Queirós (diretor da Artilharia da Costa e Antiaérea). Logo após a reunião, Nelson pediu audiência com o presidente a fim de saber seu posicionamento em relação ao que estava acontecendo no Rio Grande do Sul. Obteve de Goulart a vaga resposta de que “não queria ilegalidades<sup>611</sup>”. Em seguida mostrou a Jango uma nota oficial de resposta e, diante da aprovação deste, enviou-a ao comandante do III Exército:

Respondendo ao telegrama de Vossa Excelência a respeito da data da marcação do plebiscito, comunico que a solução do assunto está sendo buscada mediante entendimento entre o Conselho de Ministros, o Presidente da República e o Congresso Nacional, com o nobre fim de encontrar uma forma que dirima a crise institucional. Só a mim, como chefe do Exército e membro do Conselho de Ministros, compete opinar sobre tal matéria. Manifestações dessa natureza, partidas de escalões subordinados, não se coadunam com a disciplina. Com referência à manutenção da ordem pública no território sob sua jurisdição, julgo vossa excelência em condições de realizá-la.<sup>612</sup>

Ao enviar a resposta, ato contínuo, deu declarações à imprensa repudiando a atitude de seu subordinado:

Em resposta, o ministro da Guerra, declarando que sua posição se identificava “integralmente” com a da maioria dos seus comandados anunciou que daria uma demonstração definitiva deste pensamento, condenando de imediato e publicamente a atitude assumida pelo

---

<sup>609</sup> *Jornal do Brasil*, 13/09/1962. Pag. 3.

<sup>610</sup> *Idem*.

<sup>611</sup> *Jornal do Brasil*, 14/09/1962. Pag. 3

<sup>612</sup> *Idem*.

general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército e dos que pensam como ele<sup>613</sup>.

Jango (que segundo Schilling, não participou dos detalhes do planejamento), logo depois da conversa com Nelson de Melo, chamou à sua presença o deputado Almino Affonso, segundo as memórias do próprio:

Na Granja do Torto (...) o presidente me informava que o general Nelson de Melo, ministro da Guerra, estava decidido a punir o general Jair Dantas Ribeiro, o que implicava no seu afastamento do III Exército. Visivelmente apreensivo, Jango mostrava-me os alcances do fato: se Jair cai, perdemos uma posição-chave de nosso esquema militar... E concluía direto: para evitar que isso ocorra só derrubando Conselho de Ministros e com isto se afasta o General Nelson de Melo... O raciocínio era irresponsável. Mesmo assim ponderei: o primeiro-ministro Brochado da Rocha, a pedido dele próprio, comparece hoje à noite ao Parlamento. Vai insistir em sua solicitação de delegação de poderes para que possa formular as reformas<sup>614</sup>... Jango atalhou-me: mas o que tu queres que eu faça? Ou cai o professor Brochado da Rocha ou eu fico nas mãos do General Nelson de Melo.<sup>615</sup>

A partir daí, Goulart e Almino estabelecem contato com Brochado da Rocha. Schilling e Brizola souberam que, antes de se dirigir ao congresso, o primeiro ministro teria um encontro com o presidente. Como não tinham informações sobre as disposições de Nelson de Melo, receberam a notícia com preocupação, supondo que Jango estaria disposto a abortar o plano:

O primeiro sintoma de que algo andava mal nos chegou sob a forma de um telefonema de Cibilis:<sup>616</sup> avisava que, atendendo a um chamado do presidente da República, Brochado passaria pela Granja do Torto antes de dirigir-se ao Congresso. E todos conhecíamos sobejamente a capacidade dissuasiva – o “deixa disso” – do presidente.<sup>617</sup>

Enquanto isso, a resposta de Nelson de Melo a Jair gerou suas repercussões. Logo em seguida a esta, Jair Dantas recebeu mensagens de apoio ao comandante do III Exército por parte do general Osvino Ferreira (comandante do I Exército) e Peri Bevilaqua (comandante do II Exército). Apenas o general Castelo Branco, que

---

<sup>613</sup> Idem.

<sup>614</sup> Paulo Schilling revela em suas memórias não conhecer os detalhes da elaboração do plano e por isso se refere com mais frequência a Brizola e Brochado da Rocha. Mas o conhecimento por parte de Goulart e Almino Affonso dos passos seguintes da manobra é um indício forte de que o esquema não foi montado sem anuência do presidente e de seus assessores mais chegados.

<sup>615</sup> AFFONSO, 1988. Op cit. Pag. 69.

<sup>616</sup> Cibilis Da Rocha Viana, chefe da assessoria do Brizola, SCHILLING, 1978. Op cit. Pag. 235.

<sup>617</sup> SCHILLING, 1978. Op cit. Pag. 237.

comandava o IV Exército, não tomou nenhuma atitude. O comandante do I Exército foi bem sintético em sua declaração de apoio, mas também muito incisivo: “Tomei conhecimento da sua mensagem ao Ministro da Guerra. Conte com meu apoio em quaisquer circunstâncias<sup>618</sup>”. Peri, de outro lado, mais inclinado a respostas elaboradas, enviou um rádio a Nelson e outro ao comando do III Exército. Na mensagem que enviou a Jair, anexou as palavras dirigidas ao ministro:

Acuso e agradeço a comunicação do prezado amigo. Em consequência passei o seguinte rádio ao Sr. Ministro da Guerra: “Fui informado pelo comandante do III Exército da mensagem dirigida a V. Ex<sup>a</sup>, sobre as apreensões que lhe inspira o pensamento popular consequente da possível negativa do Congresso na concessão do plebiscito. Acabo de receber do Sr. Fernando Gasparian, presidente da classe patronal das indústrias de Fiação e tecelagem, que me autorizou a manifestar a V. Ex<sup>a</sup> iguais apreensões no setor de sua atividade e me autorizou a previsão de possíveis e inevitáveis perturbações da ordem pública. Declarou a existência de sensível retraimento para o reinvestimento de capitais nas empresas nacionais em virtude da falta de indispensável segurança e confiança nos dias futuros. Este comando julga legítima as apreensões do comandante do III Exército e do Dr. Gasparian que refletem inequivocamente a conjuntura atual. Compreendendo que o Congresso, concedendo o plebiscito a 7 de outubro, interpretará com autenticidade os desejos do povo brasileiro e contribuirá, de modo cabal para o restabelecimento da tranquilidade que o povo tanto deseja e merece.<sup>619</sup>

A existência de um clima de inquietação social era fora de dúvida. O que permanece nebuloso é se os ânimos sociais estariam exaltados o suficiente para tais mensagens. Para Moniz Bandeira, a mensagem de Jair não era exagerada: “realmente, o general Jair Dantas Ribeiro tinha razão, quando previra a possibilidade de guerra civil do país<sup>620</sup>”. Mas vários dos próprios subordinados de Jair não concordavam com ele ou, mais propriamente, não queriam colaborar para a antecipação do plebiscito. Entre eles estavam: Ernesto Geisel (5<sup>a</sup> DI e 5<sup>a</sup> RM), Antônio Acioli Borges (6<sup>a</sup> DI), Olympio Mourão Filho (3<sup>a</sup> RM), Manuel Mendes Pereira (Artilharia Divisionária), José Horácio da Cunha Garcia (6<sup>a</sup>DI), Álvaro Tavares do Carmo (2<sup>a</sup>DC), e Idálio Sardemberg (3<sup>a</sup>DC)<sup>621</sup>. Além desses, o prefeito de Porto Alegre, Loureiro da Silva e o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul se apressaram em desmentir as

---

<sup>618</sup> Idem.

<sup>619</sup> Idem.

<sup>620</sup> BANDEIRA, 2001. Op cit. Pag. 61.

<sup>621</sup> MOURÃO, 1978. Op cit. Pag. 135.

apreensões de Jair. Brizola o apoiou. No Rio de Janeiro, as lideranças da CAMDE<sup>622</sup> lançaram uma nota em apoio ao Ministro Nelson de Melo. Em Goiás, o governador Mauro Borges<sup>623</sup>, diante da ofensiva do movimento estudantil em favor da antecipação do plebiscito, chegou a fazer um apelo na imprensa para que os ‘pais de família’ não permitissem que seus filhos saíssem à rua ‘com o propósito de praticarem atos de violência contra pessoas ou bens, quer sejam eles públicos ou particulares’<sup>624</sup>

Esta operação articulou o conjunto das forças que apoiavam Goulart. No Rio de Janeiro, o Comando Geral dos Trabalhadores, que congregava em torno de 1900 sindicatos em todo o país, estava em assembleia permanente e ameaçava deflagrar uma greve geral a qualquer momento. Diante da repreensão de Nelson de Melo a Jair, os sindicatos redigiram imediatamente uma mensagem de apoio ao comandante do III Exército: “O Comando Geral dos Trabalhadores congratula-se e manifesta apoio às declarações de V. Ex<sup>a</sup>. Unido, o povo brasileiro derrotará os inimigos da emancipação do Brasil”<sup>625</sup>. Como os comandantes do I e II Exércitos também declararam apoio a Jair, também receberam mensagens de apoio. A mensagem, idêntica para os dois era a seguinte: “O Comando Geral dos Trabalhadores enviou congratulações e apoio ao ilustre general Jair Dantas por sua posição patriótica. Apoia igualmente a corajosa atitude de V. Ex<sup>a</sup> nesta hora decisiva para o Brasil”<sup>626</sup> (idem). E, ato contínuo, como observa Melo: “O movimento sindical resolveu solidarizar-se com Dantas Ribeiro e convocou uma greve nacional para exigir a antecipação do plebiscito”<sup>627</sup>. A manobra foi ajudada ainda por alguns dos opositores de Goulart. No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda concedeu declarações a favor da antecipação do plebiscito; o mesmo fez Ney Braga no Paraná, na Câmara, Aldo de Moura Andrade fez a mesma defesa para acabar o “pretexto para as desordens”<sup>628</sup>.

Como visto, a disposição do ministro da Guerra diante da situação criada pelo Jair Dantas caminhava mais no sentido da desaprovação e possível punição, do que em alimentar o clima de pressão. Brochado reuniu o Conselho de Ministros sem chamar

---

<sup>622</sup> Campanha da Mulher Pela Democracia: trata-se de uma organização feminina que teve destacada participação na conspiração contra o governo de João Goulart e no apoio ao golpe de estado que o depôs. Mais informações em: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, verbete: Campanha da Mulher pela Democracia, FGV/CPOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 18/02/2013.

<sup>623</sup> O qual em 1961 assumiu posição em defesa da posse de Goulart.

<sup>624</sup> *Jornal do Brasil*, 14/09/1962. Pag. 4.

<sup>625</sup> *Jornal do Brasil*, 14/09/1962. Pag. 3

<sup>626</sup> Idem.

<sup>627</sup> MELO, 2009. Op cit. Pag. 137.

<sup>628</sup> Idem.

Nelson de Melo. Depois que foi dado a entender a todos o que estava acontecendo, Nelson foi chamado, mas não chegou a se reunir com o Conselho. Foi recebido por Brochado, com o qual se reuniu em sala separada. Tais eventos são narrados pelo próprio:

Recebi a convocação para a reunião do ministério, através do palácio Laranjeiras. Fui sem saber o que era. Quando cheguei, já estava o ministério reunido. Fiquei numa sala separada e o Brochado (eu é que tinha força, tinha o Exército) disse: “fiz a reunião do ministério porque não posso... Fui achincalhado”. O Lacerda fez um artigo chamando-o de provinciano, mas isso não é insulto nem nada, e mesmo que fosse (...) ele dizia: “Não, eu não posso. Ou intervenção federal ou renuncio”<sup>629</sup>.

Com a renúncia do ministro, Nelson de Melo pouco pôde fazer. O Congresso pressionado acabou por votar uma proposta pelo senador Benedito Valadares, que modificava o projeto de Gustavo Capanema, antecipando em sessão tumultuada o plebiscito. A data foi marcada para 6 de janeiro de 1963 e não para junto das eleições de 1962, como desejavam Jango e seus aliados. Dias depois, um novo Primeiro Ministro foi sabatinado: Hermes Lima.

Caído Nelson de Melo, o novo ministro da Guerra durante o último Gabinete do Parlamentarismo foi Amauri Krueel. De início, as mudanças foram mínimas: como foi obrigado a abandonar o Gabinete Militar, convidou o general Albino Silva para o seu lugar, manteve Suzano e Reinaldo, e não mexeu nos comandos de nenhum dos quatro exércitos. No plano político não militar, o governo Jango passava um de seus melhores momentos, com um aumento da base parlamentar nas eleições de 1962. Embora os ataques violentos da oposição ainda se sucedessem, a situação militar era de controle e estabilidade. A arrumação das tropas sob Krueel foi um dos momentos em que a oposição militar estava mais isolada. Para comprovar isso, basta observar os comentários de alguns conhecidos conspiradores, como do então adido militar da Embaixada dos Estados Unidos, o Coronel Vernon Walters<sup>630</sup>, por volta de setembro de 1962:

Eles [os oficiais opositores] se ressentiam do poder de Goulart para, em escala crescente, designar oficiais esquerdistas para postos-

---

<sup>629</sup> Entrevista com Nelson de Melo, in: BOMENY, Helena; MOTTA Marly, 2002. Op cit.

<sup>630</sup> O coronel americano Vernon Walters foi adido militar no Brasil desde o final de 1962 até pouco depois do golpe em 1964. Além de Militar experiente em missões de inteligência, Walters atuou junto à FEB na II Guerra Mundial e tinha conhecimento e relações pessoais com muitos militares brasileiros, com destaque especial para Castelo Branco. Walters também falava muito bem o português.

chaves das Forças Armadas (...). Muitos dos meus amigos expressavam suas frustrações e, alguns, até mesmo desespero<sup>631</sup>.

E Mourão, em torno de outubro de 1962:

A conspiração no Rio não andou nem um palmo. O célebre “dispositivo militar” e a cadeia de comando tornam impossível qualquer tentativa. Cordeiro, Denys e Nelson não podem sair de sua posição de fofoqueiros porque não comandam nada. Nelson, depois que deixou o cargo de Ministro, anda como um fantasma, sem conseguir nada dos que o obedeciam na véspera. Cordeiro, este há muito está arquivado, e o Denys não passa de um fantasma de Castelo Inglês; nem os outros fantasmas lhe prestam atenção. Vamos, pois, ter o plebiscito<sup>632</sup> ...

Há que se fazer algumas observações em respeito às duas testemunhas citadas acima. Em primeiro, não é verdade que os oficiais ocupantes dos principais comandos fossem “esquerdistas” ou tivessem essa fama. O livro de Walters foi escrito muito tempo depois do golpe, e como norma estabelecida, utilizava-se a pecha de “esquerdista” ou comunista para todos os apoiadores de Goulart. Também o depoimento de Mourão tem suas fragilidades. Como este general gozava de pouca confiança por parte de seus colegas, é natural que ele não soubesse das ações dos outros grupos políticos militares. Ou seja, avançasse ou não avançasse a conspiração, o mais provável é que Mourão não soubesse de nada. Ainda que feitas essas ponderações, os meses que seguiram à aprovação do plebiscito até, pelo menos, abril do ano seguinte foram de grande estabilidade militar.

Todavia, a oposição militar estava à espreita de qualquer oportunidade para desgastar o governo. No período que ora analisamos, um episódio marcante, à guisa de exemplo, pode ser a crise aberta na Marinha quando da concessão, por parte do Ministro Suzano, da Comenda da Ordem do Mérito Naval para civis e militares em 13 de dezembro de 1962. Nessa ocasião, personalidades civis consideradas hostis à ala mais conservadora daquela arma receberam a medalha. A menção já era oferecida por tradição não apenas a militares, mas também a civis que, a critério de um colegiado composto pelo ministro da Marinha e um grupo de almirantes, fossem julgados merecedores da homenagem. Todos os anos, algumas personalidades polêmicas recebiam a comenda, visto ser impossível indicar somente nomes que agradassem a todas as opiniões (especialmente em momentos de crise entre facções militares). Desta

---

<sup>631</sup> WALTERS, Vernon. *A Missões silenciosas*. Rio de Janeiro, Record, 1980. Pag. 348.

<sup>632</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 140.

vez um grupo de oficiais da Marinha se julgou no direito de questionar as escolhas realizadas pela equipe do Almirante Suzano e transformar esse episódio num capítulo do desgaste dos ministros militares de Jango com suas bases militares<sup>633</sup>. Ao saber da condecoração, via *Diário Oficial*, o capitão de fragata Julio de Sá Bierrenbach<sup>634</sup> tomou a iniciativa de devolver sua insígnia. Em carta ao ministro da Marinha argumentou:

Em 1959 ingressei na Ordem como “cavaleiro”, depois de ter prestado à Marinha cerca de 25 anos de serviço, dos quais três em operações de guerra. (...) a Ordem do mérito Naval tinha, para mim e para os meus, muita significação. (...) vejo, com profundo pesar, os nomes daqueles que acabam de ingressar na Ordem por indicação de V. Ex<sup>a</sup>. (...) nada tendo feito por ela, *a meu ver menos merecedores do nosso apreço do que os desocupados que em qualquer cais prestam a sua cooperação* (...). Para alguns desses novos agraciados V. Ex<sup>a</sup>. poderia mandar retirar a lista azul claro existente no centro da fita da condecoração, deixando-a somente com o vermelho, para ficar mais de acordo com a ideologia que esposam.<sup>635</sup>

O protesto de Bierrenbach lhe custou a imediata perda de comando no navio Sirius. Mas o protesto rendeu frutos. No dia 11 de dezembro, mais sete oficiais, entre elementos da ativa e da reserva acompanhavam Bierrenbach na devolução de suas insígnias: almirantes Rademaker, Levy Aarão Reis, Mello Baptista, Waldeck Vampré, Mário Cavalcante de Albuquerque, Antônio Silveira Lobo e Zenha Figueiredo; e os Comandantes Sávio Duarte Nunes, Jayme de Campos Esposel, Olivar Sardinha, Geraldo Henning e Nicolau Fernando Malburg<sup>636</sup>. Em função do movimento que começava a se formar, Suzano decidiu enquadrar Bierrenbach no Código Penal Militar. Determinou seu indiciamento no artigo 140, parágrafo único: “despojar-se de uniforme, condecoração militar, insígnia ou distintivo por menosprezo ou vilipêndio” e também no artigo 144: “Publicar o militar ou seu assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar, publicamente, ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar”<sup>637</sup>. Mas a ameaça não impediu novas manifestações. No dia 15, o número de protestantes já era de 36; no dia 19, chegava à cifra de 49 oficiais, sendo 22 da ativa.

---

<sup>633</sup> Entre os agraciados, conforme o *Diário Oficial da União* do dia 27 de novembro de 1962, estavam: Samuel Wainer (jornalista de posições progressistas e fundador do jornal *Última Hora*), Raul Riff (secretário de imprensa do governo Goulart), Adalgisa Néri (jornalista e deputada federal pelo PSB), Elói Dutra (jornalista e deputado federal pelo PTB), Sérgio Magalhães (deputado federal pelo PTB), João Mangabeira (então ministro da Justiça do governo Goulart), brigadeiro Francisco Teixeira (liderança da ala nacionalista da Aeronáutica), Leonel Brizola (governador do Rio Grande do sul, liderança nacional do PTB e cunhado de Goulart), entre outros.

<sup>634</sup> Este oficial, segundo Dreifuss, era ligado ao IPES, DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 364.

<sup>635</sup> BIERREMBACH, 1996. Op cit. Pag. 127, 8. Grifo meu.

<sup>636</sup> Ibid. pag. 130.

<sup>637</sup> Idem.

Aqueles oficiais que se opuseram à posse de Suzano e foram afastados encabeçavam e lideravam o movimento. Suzano encaminhou ao Procurador Geral da República as cartas e ofícios recebidos ao longo do episódio. No dia 21, decidiu punir, com dez dias de reclusão, cada oficial envolvido no acontecimento. No dia 22, os jornais davam amplo destaque às punições. Mas os almirantes Luiz Teixeira Martini e José Moreira Maia, diretores, respectivamente, da Escola de Guerra Naval e do Pessoal Armado, se negaram a cumprir as ordens do ministro de punir oficiais da ativa que participavam do movimento, pondo seus cargos à disposição. Em praticamente todas as unidades em que serviam os oficiais processados, os comandantes se negavam a cumprir as punições determinadas pelo ministro. Vendo que a situação poderia se constituir numa desmoralização de seu ministério, Suzano resolveu recuar. Ao final, nenhum oficial foi punido. Esse episódio serviu para desgastar a imagem e a autoridade do ministro da Marinha, que sofria oposição da direita militar em função de seu perfil nacionalista. A suspensão dos inquéritos foi comemorada pelos oficiais opositores como uma vitória política contra o governo Jango – o que, de fato, era verdade. Em confraternização de fim de ano entre os oficiais da Marinha, Suzano assim se referiu ao fato:

Encarei a devolução das medalhas como indisciplina e ainda encaro. Estou disposto, no entanto, a reconsiderar tal atitude anulando as punições para que o episódio aqui se encerre. Não desejo que o futuro me aponte como homem que, por intransigência, contribuiu para o nosso desprestígio. Forçoso é, no entanto, que nos unamos para enfrentar as duras responsabilidades com que o futuro nos espera. Isso só será possível com disciplina, não mais transigirei com indisciplinas, venham de onde vieram, e estou certo de que os senhores almirantes me auxiliarão em tal tarefa de restaurar o nosso prestígio<sup>638</sup>.

Como ministro da Marinha, Suzano encontrou muitas dificuldades para fazer valer a sua autoridade. De acordo com o depoimento do almirante e membro do alto comando durante a segunda metade do governo Goulart, Ivo Corseuiu, “Suzano era um grande oficial, legalista até a alma, do lado do governo, não porque gostava do Doutor João Goulart, mas porque ele considerava, como eu, que ele era o presidente legal”<sup>639</sup>. De acordo com Corseuil, o número dos oficiais descontentes com o governo Goulart na Marinha era percentualmente muito maior que no Exército, por exemplo. Este episódio certamente ajudou a agravar esse fato. Novamente segundo este depoente, os oficiais da Marinha que tinham apoiado a posse de Juscelino Kubitschek em 1955 e a posse de

---

<sup>638</sup> Ibid. pag. 133.

<sup>639</sup> Entrevista com Ivo Corseuiu, 1979. Op cit.

Goulart em 1961 eram pejorativamente chamados de “canelas pretas”, segundo seu depoimento: “Queriam dizer que nós éramos mais do Exército do que da Marinha”<sup>640</sup>. Suzano não conseguiu, como Krueel e depois Jair no Exército, impor a sua autoridade e fazer valer as suas nomeações. À guisa de exemplo, segundo Hélio Silva, podemos citar a ocasião, em princípios de 1963, quando teria tentado nomear para o comando do Cruzador Barroso o comandante Paulo Werneck. Embora o oficial em questão apresentasse todos os requisitos para o cargo, seu nome teria sido embargado pelo comandante da Esquadra, almirante Cesar de Andrade, que teria argumentado que o currículo do indicado não o credenciava para a função. Suzano teria apresentado a Goulart as fichas dos comandantes anteriores e demonstrado que o currículo de Werneck e os dos comandantes anteriores se equivaliam. O chefe da Esquadra teria apresentado relatório do CENIMAR<sup>641</sup> que apontava o oficial como simpatizante do comunismo. Em audiência com Goulart, o Presidente lhe teria perguntado: “Pois é, comandante, o senhor tem ideias comunistas! Como é que eu posso promover um almirante comunista”<sup>642</sup>? O oficial teria respondido que as acusações de comunismo lhe estavam sendo feitas por suas atitudes em 1955 e 1961, ocasiões em que ele estava contra a maioria dos oficiais e do mesmo lado que ele, o Presidente. A resposta impetuosa do oficial teria impressionado e desarmado Jango, que imediatamente teria autorizado a nomeação do comandante. Apesar disso, tal oficial jamais assumiu o comando do cruzador Barroso, segundo Silva, em função das sabotagens de seus opositores. Esta foi outra característica constante de Jango, antes dele, Juscelino Kubitschek, no embate com a direita militar: evitava ao máximo levar o conflito até o fim. Opções como essas podem ter sido producentes no sentido de diminuir a disposição de combate justamente dos oficiais que, ao longo de seu governo, poderiam ter sido muito importantes para defender o governo diante da campanha de doutrinação a que foram submetidos os médios oficiais.

Chega enfim o ano de 1963 e, com ele, a realização do plebiscito. Alguns setores da UDN e da direita militar viam com muita apreensão a volta do presidencialismo e se posicionavam contrariamente. Todavia, um largo espectro de forças políticas muito além daquelas que apoiavam Jango, tais como políticos importantes que pretendiam disputar as eleições de 1965, setores do empresariado e da imprensa, apoiaram o retorno

---

<sup>640</sup> Idem.

<sup>641</sup> Centro de Informações da Marinha.

<sup>642</sup> SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos, militares x militares*. Petrópolis, Vozes, 1988. Pag. 94.

do presidencialismo<sup>643</sup>. O resultado foi uma acachapante derrota do parlamentarismo. Goulart interpretou o resultado do plebiscito como uma consagração, visão que na verdade não correspondia aos fatos. Nem todos votaram a favor de Goulart, e sim contra um sistema de governo que não queriam para o futuro, para os outros potenciais presidentes depois dele. Mas Jango conseguiu o que há tempos desejava: derrotar a emenda parlamentar que simbolicamente representava uma imposição humilhante e no plano prático um grande limite à sua autoridade presidencial.

O governo Jango herdou uma grave crise econômica do governo de Juscelino Kubitschek e da fracassada gestão de Jânio Quadros. A inflação em alta, o descontrole nas contas públicas, os déficits com a balança comercial, as dificuldades de saldar os compromissos com a dívida externa, entre outros problemas. Necessitava de mais empréstimos, mas não pôde contar com a boa vontade do Governo dos Estados Unidos. A imprensa americana veiculava insistentemente declarações de porta-vozes do governo alertando contra a grande infiltração comunista nos escalões do governo brasileiro, reproduzindo de certa forma o mesmo tom que os jornais brasileiros de oposição, impregnados dos conceitos da Doutrina de Guerra Revolucionária, esboçavam desde meados de 1962. E além disso o FMI exigia contrapartidas antipopulares para os empréstimos pedidos pelo Brasil, tais como o arrocho salarial e a encampação de subsidiárias americanas pelo governo brasileiro a preços escorchantes<sup>644</sup>. Alguém sairia prejudicado, e a primeira intenção do governo Jango foi jogar o peso desse esforço sobre os ombros da classe trabalhadora. Para isso, a existência de forças independentes do movimento sindical e a oposição radical protagonizada por elementos como Lacerda eram elementos que traziam grande dificuldade. Os primeiros meses de presidencialismo do governo Goulart foram marcados por tentativa de conciliação com as classes dominantes e um substancial afastamento em relação ao movimento sindical, como observa Bandeira: “temeu-se que Goulart, sob o manto do centrismo, inflectisse para a direita”<sup>645</sup>

Do ponto de vista de sua política militar, a passagem do parlamentarismo para o presidencialismo em nada influenciou na sua composição de forças. Os ministros militares do início do seu período presidencialista eram rigorosamente os mesmos do Gabinete parlamentar de Hermes Lima, embora no que tangesse a seus ministros civis, algumas

---

<sup>643</sup> Ver MELO, 2009. Op cit, pag. 111 e seguintes.

<sup>644</sup> BANDEIRA, 2001. Op cit.

<sup>645</sup> BANDEIRA, 2001, Op cit. Pag. 95.

importantes modificações tivessem sido feitas. De interesse direto à nossa abordagem, vale a pena sublinhar a nomeação do pessedista Abelardo Jurema para o Ministério da Justiça. Além das funções tradicionais dessa pasta, Jurema tinha outra importante incumbência: sabotar e enfraquecer Lacerda. Uma das principais obsessões do esquema de defesa de Jango era a anulação política deste, que era o seu maior rival. De acordo com Jurema, a disposição de Jango contra seu principal opositor era algo, desde o início, inegociável:

Só num ponto não transigiria o presidente e não queria diálogo – com o governador da Guanabara. Achava a sua posição irreversível para a democracia e para a convivência federativa, ao mesmo tempo em que o considerava um conspirador contra as instituições e a sua própria presença à frente do Governo da república<sup>646</sup>.

Desde o início de seu governo, o esquema de segurança de Goulart se moveu no sentido de enfraquecer as forças de segurança de Lacerda, esvaziando-as através de transferências de oficiais das Forças Armadas que estivessem a serviço de Lacerda. De acordo com Bierrenbach:

Em setembro mesmo [de 1961], começaram as represálias de toda a ordem contra o Estado da Guanabara. Todos os oficiais das Forças Armadas que serviam no Governo do Estado foram afastados com sérios prejuízos, principalmente para a Secretaria de Segurança que contava com destacados oficiais do Exército<sup>647</sup>.

Assim que se iniciou a fase presidencialista de Goulart, seu Ministro da Justiça iniciou um cuidadoso trabalho de enfraquecimento das forças de segurança de Lacerda. De acordo com Araújo Neto:

O Ministro da justiça, deputado Abelardo Jurema, um festivo provinciano, encarregara-se de desfalcas as polícias do Sr. Lacerda, na Guanabara, oferecendo aos seus integrantes a oportunidade de optar, com maiores vantagens, pela polícia federal. Esvaziava-se, desta forma, o governador da Guanabara, identificado como o mais perigoso, o mais implacável e ameaçador inimigo do presidente Goulart. Um “expert” em deposições; um bem sucedido derrubador de presidentes – contra quem o ministro da justiça iniciou um paciente trabalho de levantamento, colecionando e catalogando fatos e razões capazes de justificar a intervenção federal na Guanabara.<sup>648</sup>

---

<sup>646</sup> JUREMA, Abelardo. *Sexta feira, 13. os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964. 21.

<sup>647</sup> BIERREMBACH, 1996. Op cit. Pag. 118.

<sup>648</sup> NETO, Araújo. *A paisagem*. In: DINES, Alberto. Et all. *Os idos de março e a queda de abril*. José Alvaro editor, Rio de Janeiro, 1964. Pag. 24.

De acordo com Jurema, a tradição de centro político, a melhor infraestrutura de radiodifusão, a grande concentração urbana, maior porto, maior guarda costeira, etc., mantinham a Guanabara uma das unidades mais importantes da federação. A transferência da capital para o planalto central não retirou dessa unidade da federação sua importância política e ainda dotava o governador desse estado de condições originariamente construídas para dar suporte ao governo federal. Ainda de acordo com Jurema, toda essa força do Estado da Guanabara tornava-se um inconveniente ainda mais sério quando o “governador da Guanabara é um Carlos Lacerda”<sup>649</sup>.

Mas, existem evidências de que, paralelamente aos esforços que visavam enfraquecer Lacerda baseados em suporte jurídico e institucional, o “dispositivo militar” tentou armar ciladas contra esse adversário, tentando desencadear crises que possibilitassem a intervenção federal na Guanabara e, quem sabe, até anulação, pela via da desmoralização, de Lacerda. Em seu livro *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender Relata uma presumível manobra de Krueel e Goulart para, a um só tempo, intervir na Guanabara (Lacerda havia atacado Jango pela televisão há poucos dias) e fechar o CGT. De acordo com esse autor, que era importante dirigente do PCB naquele período, a manobra constituiria no seguinte:

No dia 4 de abril, a Agência Nacional difundiu a convocação de um comício das organizações filiadas à FMP<sup>650</sup> para o largo do Machado, às 17 horas, em desagravo ao Presidente da República. Dali, a massa devia se deslocar em passeata até o Palácio da Guanabara, sede do Governo de Lacerda. Como era de esperar uma reação violenta da polícia lacerdista, o conflito daria motivo à ação repressora de tropas do exército, que executariam a intervenção federal no estado da Guanabara, a prisão de seu Governador e o simultâneo fechamento do CGT. A convocação do comício despertou suspeitas e as lideranças sindicais e populares foram alertadas para a armadilha da provocação pelo general nacionalista Osvino Ferreira Alves, comandante do I Exército, sobre cuja prisão corriam boatos. Frustrou-se o comício no Largo do Machado, a provocação falhou e foi denunciada pela imprensa de esquerda. À hora marcada para o comício, em perfeita sincronização, Jango fazia um discurso em Marília, no interior do estado de São Paulo, no qual se apresentou como anticomunista mais credenciado do que o falso democrata Lacerda. Tanto repelia o extremismo comunista, que o governo federal teria tomado medidas contra o anunciado Congresso comuno-fidelista em solidariedade à Cuba<sup>651</sup>.

---

<sup>649</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 37.

<sup>650</sup> Frente de Mobilização Popular.

<sup>651</sup> GORENDER, 2003. Op cit. Pag. 61.

O mesmo evento também é narrado por Moniz Bandeira. Para este autor, os efeitos da ação repressiva do governo poderiam até ir além da intervenção na Guanabara: “se receou que, no impulso dos acontecimentos, o governo federal interviesse igualmente em Pernambuco para derrubar Arraes”<sup>652</sup>. Ainda de acordo com Bandeira, o objetivo de Krueel (que seria o arquiteto da operação) sequer tinha Lacerda como alvo principal, mas sim as esquerdas, Arraes e Osvino Ferreira, o incômodo aliado da esquerda militar<sup>653</sup>. O comandante do I Exército teria percebido as intenções subliminares do ministro da Guerra, recusando-se a garantir o ato e ainda precavendo as forças de esquerda quanto aos riscos de realizá-lo, de modo que nada aconteceu. Bilac Pinto, ferrenho opositor de Goulart, denunciou a operação frustrada em um de seus discursos da tribuna do Congresso Nacional:

Essa tentativa, que contava com a cobertura do então Ministro da Guerra, não pôde ter prosseguimento em sua execução, porque o General Osvino, então no Comando do I Exército e que não havia sido consultado sobre a operação, a ela se opôs. Na época, essa atitude foi explicada como de defesa das esquerdas, porque à intervenção na Guanabara seguir-se-ia a intervenção em Pernambuco<sup>654</sup>.

O resultado da operação ficou resumido a uma troca de acusações entre Lacerda e o governo federal, no dia seguinte, pelos jornais – o que não era nenhuma novidade. Os jornais do dia 5 de abril daquele ano registravam com destaque o discurso direitista que Goulart havia feito no dia anterior, no interior de São Paulo, quando o comício deveria estar acontecendo e a operação estaria em ação. O *Jornal do Brasil* noticiava com destaque a virada à direita de Goulart. A manchete em letras garrafais dizia: “Goulart firme contra a agitação”. O conteúdo da reportagem se encaixa perfeitamente com os fatos narrados por Gorender e por Bandeira:

O presidente João Goulart afirmou ontem, em Marília, São Paulo, que “no Brasil não há mais lugar para agitadores e que jamais permitirá a instalação de um governo comunista no País”.

O senhor João Goulart disse que “a segurança está sendo oferecida ao povo” e que “este povo tranqüilo continua trabalhando e está surdo às provocações de certos agitadores que só sabem viver na intranquilidade e na agitação”.

No Rio de Janeiro, o Ministro da Guerra Amauri Krueel, afirmou que “o governador Carlos Lacerda, apesar de ter conhecimento dos atos do

---

<sup>652</sup> BANDEIRA, 1977. Op cit. Pag. 96.

<sup>653</sup> Idem.

<sup>654</sup> PINTO, 1964. Op cit. Pag. 49.

governo federal contrários à realização do Congresso Pró-Cuba, ataca e injuria o Presidente João Goulart”.

– Parece que alguém deseja incendiar esta cidade e o país – disse o general Amauri Krueel – mas fique certo o povo brasileiro que esse incêndio quer parta da direita quer parta da esquerda, nós do Exército, o apagaremos no nascedouro.

O comandante do I Exército, general Osvaldo Ferreira Alves, depois de conferenciar por mais de uma hora com o Ministro da Guerra, reuniu em seu gabinete os comandantes das grandes unidades da Guanabara e de Niterói, inclusive o comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante Cândido de Aragão, “para tomar medidas de caráter estritamente militar”.

O chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Albino Silva, exprimindo a decisão do governo e um estado de espírito dos comandantes de tropa, tem manifestado nas últimas horas, em contatos que manteve no Rio, que não se repetirão agressões à honra do Presidente da República. (...) O general Osvaldo Ferreira Alves, procurado pelo Vice-Governador Elói Dutra e por vários deputados trabalhistas, negou cobertura militar para um comício que o PTB da Guanabara pretendia realizar ontem no Largo do Machado<sup>655</sup>.

Na página 4 do mesmo jornal, as referências a Lacerda também eram claras, trazendo mais declarações do general Albino Silva e ainda ameaças, como a de que “tudo o que fizer o Sr. Lacerda, daqui por diante, terá consequências”<sup>656</sup>. Na mesma página, em uma matéria intitulada “Lacerda injuria Goulart, afirma Krueel”, esse general ameaça o governador da Guanabara com a misteriosa afirmação: “fique certo o povo brasileiro que a ordem será mantida, a qualquer preço”<sup>657</sup>. O jornal *O Estado de São Paulo* também reproduziu a íntegra do discurso de Goulart em sua página 5. Na mesma página, destacou o assunto em outra reportagem, sob o título: “Brizola ameaça Lacerda e prega abertamente a subversão no Rio”<sup>658</sup>. Nesta, foram destacados alguns trechos de um discurso de Brizola, acontecido também no dia anterior, quase ao mesmo momento em que seu cunhado discursava em Marília. Referindo-se ao governador da Guanabara como “personagem que tem sido uma asa negra neste país”<sup>659</sup>, Brizola chegou a estabelecer prazo para que Lacerda se retratasse: “tem cinco dias para se retratar publicamente – pública e claramente. Se não o fizer, nós vamos agir contra ele”<sup>660</sup>. Ainda segundo o então ex-governador gaúcho: “teremos a nos ajudar contra ele, a própria Política Militar do Estado”<sup>661</sup>. A ameaça de intervenção na Guanabara era

---

<sup>655</sup> *Jornal do Brasil*, 05/04/1963. Pag. 1.

<sup>656</sup> *Ibid.* pag. 4.

<sup>657</sup> *Idem.*

<sup>658</sup> *O Estado de São Paulo*, 05/04/1963.Pag. 5.

<sup>659</sup> *Idem.*

<sup>660</sup> *Idem.*

<sup>661</sup> *Idem.*

sentida pela própria UDN. O líder udenista Daniel Krieger rebateu, em declaração às acusações do governo federal, a Lacerda: “evidente que as ameaças de intervenção na Guanabara são um processo de preparação para os objetivos visados pelos elementos inadaptáveis ao regime democrático”<sup>662</sup>.

A manchete da *Folha de S. Paulo* trazia com destaque o mesmo assunto. Sua manchete de primeira página era: “Goulart reafirma: paz e ordem no país para assegurar a democracia”<sup>663</sup>. Em um trecho transcrito de seu discurso na cidade de Marília, Goulart procurava deixar claro sua disposição de atacar à direita e à esquerda: “Eu não permitirei que se instale um governo comunista, mas também não permitirei um governo apenas a favor das minorias privilegiadas da nossa pátria”<sup>664</sup>.

O assunto também foi destaque do Jornal *A Última Hora*. Sua manchete principal dizia: “Lacerda quer o Golpe e o falso martírio”<sup>665</sup>. Na página correspondente à notícia, o jornal destacava discurso do Ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima, que também ocorreu por volta da mesma hora do discurso de Goulart. Em seu discurso, Lima acusava Lacerda de querer provocar uma intervenção federal na Guanabara com intenção de se fazer de vítima. Mas o tom das palavras permitia deduzir que uma intervenção federal naquele estado era realmente uma possibilidade iminente. Em um de seus trechos, dizia: “Não é possível admitir que na federação brasileira autoridades que detêm mandatos oriundos da vontade popular se deem a liberdade de se dizerem insultos e de se injuriarem”.<sup>666</sup>

O malogro da operação, em função da não cooperação do general Osório, teve como consequência uma crise político-militar ao longo dos dias seguintes. As manchetes dos jornais especulavam sobre a “quase” intervenção na Guanabara. Aumentando as suspeitas sobre as intenções de Jango, no dia seguinte a *Folha de São Paulo* noticiava a ida do general Albino Silva, no exato dia 05, para “resolver” a crise na Guanabara:

O general Albino Silva, chefe do Gabinete Militar da presidência da República, viajou ontem de manhã para o Rio, com plenos poderes para encontrar uma solução para a situação que se criara na Guanabara. O deputado Leonel Brizola, ao fixar um prazo para que o governador Lacerda se retratasse, exprimia a irritação dos elementos

---

<sup>662</sup> Jornal do Brasil, 05/04/1963. Pag.4.

<sup>663</sup> *Folha de São Paulo* 5/04/1963.pag. 1

<sup>664</sup> Idem.

<sup>665</sup> *Jornal Última Hora*, 05/04/1963. PAG. 1.

<sup>666</sup> Ibid. pag. 2

mais chegados ao senhor João Goulart e contava com o apoio do gen. Osvino Alves e outros setores militares para sua atitude<sup>667</sup>.

Diante da oportunidade perdida, a Jango, só restou desmentir, tal como foi noticiado na manchete do *Jornal do Brasil*, naquele mesmo dia: “Governo não intervém na Guanabara, diz Goulart”<sup>668</sup>. Lacerda aproveitou a situação para criticar Goulart e seu ministro da guerra: “É deplorável que uma exposição de fatos esteja sendo deturpada com alusões pessoais. O que não posso admitir é que pretenda criar um clima de agitação para intervir na Guanabara”<sup>669</sup>. Mas ao mesmo tempo, na medida em que dizia que sua mensagem original tinha sido deturpada, afirmava também que não tinha feito ao presidente nenhuma acusação tão grave como se lhe atribuiu. Brizola aproveitou esse detalhe para dizer que estava: “satisfeito, em princípio com a retratação do governador Carlos Lacerda”<sup>670</sup>.

Em meio à crise, Osvino decidiu por sua própria conta inflectir o discurso militar para o populismo de esquerda: em solenidade de comemoração ao terceiro aniversário do Batalhão de Guardas, teceu elogios à Goulart a quem se chamou de “Getúlio Redivivo”<sup>671</sup>. Em relação às acusações feitas ao presidente pelo governador da Guanabara, afirmou que o I Exército, sob seu comando, iria garantir a realização de um comício de desagravo ao presidente:

Esperamos ter força para defender o governo que nesta oportunidade histórica tem no seu leme um nacionalista ponderado, mas firme em seus intuitos de libertar econômica e socialmente o Brasil. E neste momento, dirigindo-me a todo o povo do Brasil, proclamo, bem alto e solenemente, que majestade mais expressiva não poderei desejar numa missão do I Exército, do que a de dar garantia ao povo para que ele se reúna em praça pública a fim de desagrar seu presidente e manifestar suas justas aspirações<sup>672</sup>.

As manifestações públicas de Osvino desagradaram o Ministro da Guerra que viu, na atitude do comandante do I Exército, uma desobediência à hierarquia – pelo menos isso foi o alegado publicamente. O comício foi adiado por tempo indeterminado a pedido de Jango, e depois sequer chegou a ser realizado. O general Osvino Ferreira foi

---

<sup>667</sup> *Folha de São Paulo*, 06/04/1963. Pag. 4.

<sup>668</sup> *Jornal do Brasil*, 06/04/1963. Pag. 1.

<sup>669</sup> *Folha de São Paulo*, 06/04/1963. Pag. 4.

<sup>670</sup> *Jornal do Brasil*, 06/04/1963. Pag.1.

<sup>671</sup> *Jornal do Brasil*, 08/04/1963. Pag. 1.

<sup>672</sup> *Folha de São Paulo*, 07/04/1963. Pag. 5.

chamado a se explicar ao Gen. Kruel. Após a conversa, o Ministério da Guerra divulgou nota sobre a reunião, que, em um dos seus trechos, dizia:

O Ministro da Guerra, inspirado no sentimento de exigir o exato cumprimento do dever de cada um, em todos os escalões de comando e graus de hierarquia afirmou sua autoridade, exigindo daquele comando, as manifestações essenciais à disciplina militar, no que foi atendido plenamente pelo comandante do I Exército<sup>673</sup>.

Dias depois, Kruel foi homenageado em sua chegada ao aeroporto de Brasília em função da proximidade do seu aniversário. Perguntado pelos jornalistas a respeito da recente crise militar, limitou-se a afirmar: “O exército está na mais perfeita calma e disciplina”<sup>674</sup>. Mas a ferida no seio do esquema militar de Goulart estava aberta e não mais se fecharia. Embora as declarações públicas afirmassem estar o assunto resolvido, informações de bastidores começaram a circular nos jornais. O nome do General Jair Dantas começou a ser ventilado como substituto para Kruel. A queda do general começou a ser colocada, apesar dos desmentidos públicos. Segundo a reportagem da *Folha de São Paulo* do dia 16 de abril com o título “Notícias sobre Jair e Osvino são provocação”, Jair: “desmentiu com veemência (...) que teria sido convidado para substituir o Gen. Amauri Kruel no Ministério da Guerra. Afirmou que tais declarações são ‘incompatíveis’ com a conduta de um chefe militar<sup>675</sup>”. Na mesma reportagem, o general Osvino também dava declarações visando a diminuir as especulações: “Também o Gen. Osvino Ferreira, comandante do I Exército desmentiu notícia sobre um pronunciamento político que faria ontem a propósito da nota oficial do ministro da guerra divulgada na semana passada”<sup>676</sup>.

Para tentar contornar o mal-estar, especialmente entre Kruel e Osvino, ainda no mês de abril Goulart promoveu um encontro em Brasília para pacificar o desentendimento no seu estado-maior militar. Os comandantes dos quatro exércitos foram convidados. De acordo com o depoimento do então tenente coronel Gustavo Moraes Rego<sup>677</sup>, Jango teria dito a Castelo Branco que aquele encontro havia sido sugestão de San Tiago Dantas “porque o ambiente estava grave e eles queriam ver se

---

<sup>673</sup> *Folha de São Paulo*, 10/04/1963. Pag. 1.

<sup>674</sup> *Folha de São Paulo*, 11/04/1963. Pag. 17.

<sup>675</sup> *Folha de São Paulo*, 16/04/1963. Pag. 03

<sup>676</sup> *Idem*.

<sup>677</sup> A época em serviço no IV Exército sob o comando do general Castelo Branco.

com aquela reunião aplainavam a situação<sup>678</sup>”. Mas os desentendimentos não cessaram: muito ao contrário, eles aumentaram até o ponto da queda de Kruel.

Embora o suposto plano tenha fracassado, terá constituído uma evidência da tentativa, por parte de Goulart, de usar força militar para anular seu principal opositor, ao mesmo tempo em que, em nível do discurso, fazia uma inflexão para a direita – possivelmente para calar os setores conservadores que há mais de uma década o acusavam de pretender um golpe pela esquerda (a instauração de uma república sindicalista). Essa hipótese torna-se ainda mais crível depois de observados os principais aliados militares de Goulart naquele momento. Osvino era o que mais destoava por ser ligado à ala nacionalista de esquerda. Mas, ainda naquele ano, seria reformado em função da idade. Além disso, o comandante do I Exército poderia facilmente ser responsabilizado pela truculência de uma intervenção federal sobre um governo eleito e ser removido de seu comando, sendo substituído por um general mais confiável.

Quanto à alegada intenção de intervir também sobre o governo de Arraes, o que seria mais uma concessão aos setores conservadores, não foi encontrado, em nenhum dos autores que sustentam esta possibilidade, qualquer fonte ou indício de que essa fosse também a intenção de Jango. De qualquer forma, sendo o comandante do IV Exército o General Castelo Branco, é de se acreditar que este obedeceria com prazer a uma ordem como esta, se fosse dada. Sendo mantido no comando do IV Exército, apoiaria sem problemas um governo de truculência contra o movimento sindical e as Ligas Camponesas. À possível exceção de Osvino Ferreira que, como já observado, poderia ser removido, todos os outros comandantes de exércitos, bem como o ministro da Guerra, eram partidários de um regime de direita com repressão ao movimento independente da classe trabalhadora. Não é acidental que exatamente um ano depois, no momento em que Goulart estivesse sendo deposto por um movimento militar, três generais lhe tenham oferecido a possibilidade de permanecer no governo se fosse declarado ilegal o CGT, se expelisse os aliados “comunistas” de seu governo e se governasse com as forças conservadoras. Esse três generais foram justamente Kruel (então comandante do II Exército), Peri (na ocasião Chefe do EMFA), e Jair Dantas Ribeiro (ministro da Guerra depois de Kruel). Kruel e Jair fizeram essa proposta a Jango ainda no dia 31 de Março. Jair intimou Jango no dia 1º de abril e, diante da negativa de

---

<sup>678</sup> Entrevista com Gustavo Moraes Rego, in: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 45.6

Goulart, renunciou a seu cargo<sup>679</sup>. Em 1963, no episódio que estamos analisando, estes homens eram justamente o ministro da Guerra e os comandantes do II e III Exércitos respectivamente. Isso nos leva a concluir que, no contexto da relação entre Goulart e as Forças Armadas, o momento de maior estabilidade foi justamente quando tinha entre seus assessores uma tendência para a direita militar. Talvez tenha sido esta a primeira tentativa real (embora malograda) de usar a pressão militar para intervir na política. Entretanto segundo Jorge Ferreira, não foi a primeira sugestão, citando entrevista feita com Wilson Fadul (à época deputado federal pelo PTB), afirma que logo no começo de seu governo: “Kruel simplesmente propôs que Jango fechasse o Congresso Nacional, restituísse seus poderes presidenciais e decretasse as reformas de base”<sup>680</sup>. Ainda segundo Ferreira, pelo menos desta vez: “As propostas golpistas foram ignoradas”.<sup>681</sup>

Essa manobra fracassada, típica de uma política oscilante que pende ora para a direita, ora para a esquerda, pode ter sido o início da cisão entre as hostes militares que davam sustentação a Goulart: um setor mais à esquerda e ligado ao PTB e a Brizola, e um setor tradicionalista, ligado a Kruel. A disputa entre estes dois setores se tornou dramática daquele momento em diante. É a partir deste período que as forças de esquerda tentarão, em todas as oportunidades, atacar e desmoralizar o ministro da Guerra e os grupos militares com ele identificados.

Em comício em defesa das reformas de base, na cidade de Natal, no dia 5 de maio de 1963, Brizola deu início a mais uma das crises militares do governo Jango. Em discurso de 1 hora e 45 minutos, o deputado distribuiu críticas e acusações a várias personalidades. Ao embaixador dos Estados Unidos Lincoln Gordon, por exemplo, chamou de “inspetor de colônias”. Mas a referência mais polêmica foi ao general Antônio Carlos Muricy. Na ocasião da tentativa de veto militar à posse de Goulart, em 1961, esse foi o único general do Rio Grande do Sul que não apoiou Machado Lopes e inclusive se retirou do estado para se engajar nas hostes do veto militar. Brizola se referiu diretamente a Muricy, a quem chamou de “gorila verde oliva”, covarde, e o acusou de fugir do Rio Grande do Sul com medo de ser preso. Fez ainda um chamado

---

<sup>679</sup> O momento em que esses três generais tentarão pressionar Goulart para abandonar os aliados de esquerda e tomar posição de repressão ao movimento sindical independente com suposta condição para sua permanência no poder é assunto do quinto capítulo desta tese. O leitor encontrará referência à pressão feita pelo então comandante do II Exército Amaury Kruel In: MELLO, 1979. Op cit. Pag. 129, sobre a mesma proposta feita por Peri Bevilaqua, então ministro do EMFA in: SILVA, 1975. Op cit. Pag. 402, e o momento em que o general Jair Dantas, Ministro da Guerra na ocasião, rompeu com o presidente depois de ter negadas exigências semelhantes, in: SILVA, 1975. Op cit. Pag. 400.

<sup>680</sup> FERREIRA, 2011. Op cit. Pag. 268.

<sup>681</sup> Idem.

aos soldados do Nordeste a não obedecerem a Muricy e outros oficiais golpistas que a seu serviço estivessem e que, se necessário, pegassem em armas em defesa das reformas de base<sup>682</sup>. Alguns oficiais a serviço de Muricy cogitaram até mesmo o espancamento do deputado. Muricy, não teria permitido que isso acontecesse, talvez para que Brizola não saísse como vítima do processo, mas percebeu que o acontecimento era mais uma boa oportunidade para desgastar o governo Jango com as Forças Armadas. Assim, teria mandado que os oficiais dispostos a tomarem essa iniciativa violenta ficassem detidos, e colocou suas tropas em regime de prontidão.

O discurso de Brizola provocou revolta entre os aliados do general Muricy e atiçou e fortaleceu os brios corporativistas. Logo de manhã, em torno das 11 horas, Muricy recebeu manifestações de solidariedade dos comandantes de todas as três armas sediadas na cidade, além da solidariedade de várias organizações de praças (fato de grande significância vide a popularidade que Brizola tinha no movimento dos sargentos). Muricy ainda aproveitou a oportunidade para justificar sua atuação em 1961 e demonstrar como, na ótica da Doutrina de Guerra Revolucionária, o governo Jango era uma ameaça às forças armadas e estava a serviço do comunismo, acusando-o ainda de usar dinheiro público para promover subversão<sup>683</sup>. Às 10 horas, Brizola já tinha viajado para Recife. Interpelado por repórteres no aeroporto a respeito de seu discurso da véspera reafirmou tudo o que havia dito e ainda ameaçou processar Muricy pelas acusações que este lhe fizera naquela manhã. Ainda neste dia, em outro comício na cidade do Cabo, afirmou que sua ida a Pernambuco tinha o objetivo de mobilizar o povo para as reformas de base. À noite, em outro comício na cidade de Recife, fez novo discurso televisionado e transmitido em cadeia de rádio, no qual repetiu todas as acusações. No dia seguinte, conferenciou com membros do PTB local, encontrou-se com o governador Miguel Arraes e partiu para o Rio de Janeiro. No dia 6, Muricy foi conferenciar com o comandante do IV Exército, general Castelo Branco, para o qual levou extenso relatório do ocorrido e a gravação do discurso de Brizola, que tivera a precaução de mandar seu serviço secreto fazer. Castelo se solidarizou de pronto com seu colega de farda e subordinado. No dia 7, enviou um relatório ao Ministro da Guerra com o seguinte conteúdo:

1- Já apurei que o Dep. Leonel Brizola, na noite de 5 para 6 do corrente, em NATAL, discursando, declarou que o Gen. Bda. Antônio Carlos da Silva Muricy “é um golpista e um gorila”.

---

<sup>682</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 268.

<sup>683</sup> SILVA, 1975, Op cit. Pag. 267.

Tal afirmação foi feita absolutamente sem causa ou pretexto, entre chacotas do orador, seguida de incitamento às Forças Armadas para a reação contra a situação atual. Houve, de maneira incisiva, uma provocação.

2- Posso dar o meu testemunho, a Vossa Excelência, de que o Gen. Muricy não é um reacionário e não está conspirando para, com um grupo de militares, empalmar o poder.

3- Percebo que o Dep. Brizola, em seus discursos no Nordeste acusa de “golpista” os militares que não o acompanham na montagem de seu golpe e de “gorila” os que não participam de sua política para, de qualquer jeito, dominar o poder.

4- É notório, então, o esforço desse Deputado para dividir o Exército, agora, em “brizolistas” e “gorilas”, em desmoralizar seus chefes, Generais e Coronéis, e voltar-se para os Sargentos como seus adeptos. Já se vislumbra que tal processo de difamação e insídias se reproduz no meio de estudantes, sindicatos e na imprensa, ofendendo as instituições militares numa quadra difícilíssima da Nação.

5- Primeiramente, desejei responder ao Dep. Leonel Brizola para mostrar ao acusador intempestivo que a sua injúria parece fazer parte de um propósito de solapamento das instituições armadas do País.

6- Se Vossa Excelência, no entanto, achar que se trata de uma questão local e restrita a elementos do IV Exército, estou pronto para, dentro da disciplina, revidar os provocantes ataques do Dep. Leonel Brizola ao Gen. Muricy<sup>684</sup>.

Nos dias seguintes, o número de mensagens partindo de todo o país em solidariedade a Muricy foi tão grande, que o governo precisou proibir o uso dos sistemas de comunicação militares para essa finalidade. Não adiantou, porque passaram-se a redigir abaixo assinados, alguns com mais de 500 assinaturas, que lhe foram entregues pessoalmente. No Congresso, parlamentares da UDN usavam o acontecido para realçar seus ataques ao governo Jango e a Brizola. A tensão chegou a níveis tão extremos, que alguns parlamentares precisaram intervir fisicamente para que não acontecesse uma briga entre o pivô do escândalo e o deputado da UDN, Adauto Lúcio Cardoso. Brizola ainda teria tentado, junto a Jango, que Muricy fosse demitido do comando da ID-7<sup>685</sup>, mas nada conseguira. Para isso, interveio o Ministro da Guerra Amaury Kruel. Ele visitou pessoalmente João Goulart, rechaçou a possibilidade de punição para Muricy e ainda cobrou providências para conter os ímpetos de Brizola. Enquanto isso, os movimentos de esquerda também se mobilizavam. O deputado comunista Hércules Correia ocupou a tribuna para, em nome do CGT, manifestar solidariedade e concordância quanto ao discurso de Brizola. Afirmou que “Há militares que não aprenderam a se comportar devidamente na caserna e vão a público ditar

---

<sup>684</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 271,272.

<sup>685</sup> 7ª Infantaria Divisionária

normas<sup>686</sup>”. Antes de concluir, ainda ameaçou com uma greve geral a ser marcada para depois do dia 25. No Rio de Janeiro, partidários de Brizola tentavam, sem sucesso, conseguir uma declaração do general Osmino a favor deste. Episódios como este serviram para fortalecer o moral dos setores ligados à Cruzada Democrática e enfraquecer a ala nacionalista/legalista que estava comprometida com a manutenção da ordem constitucional. O gradual rompimento dos militares tradicionalistas e de direita com a legalidade também foi facilitado pela própria frente de esquerda que apoiava o governo de Goulart.

Desde a tentativa de manobra fracassada na Guanabara, em abril, Kruel se tornou alvo de constantes ataques por parte de Brizola, Osmino e do movimento organizado dos sargentos. Ao mesmo tempo, era aliciado pela oposição. Enquanto permaneceu à frente do Ministério, suportou as críticas, resistiu aos convites para conspirar e fez a sua parte de tentar inflectir o governo para à direita. Numa ocasião, ao final do primeiro semestre de 1963, San Tiago Dantas estava a proferir uma conferência a generais e oficiais do Estado-Maior do Exército com Kruel presente. No meio de sua fala, o general Costa e Silva, então chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, apartou o conferencista e fez duras críticas ao governo Jango. Alguns generais o aplaudiram, porém o efeito desejado de atrair a simpatia manifesta de Kruel não foi atingido. De acordo com Portella: “O ambiente ficou tumultuado, ele foi aplaudido, mas o ministro, general Kruel, não se sentiu motivado, quando um dos objetivos do brado era estimulá-lo<sup>687</sup>”. Após a conferência, procurado por Costa e Silva, Kruel teria dito que não poderia conspirar contra seu aliado e amigo João Goulart. Costa e Silva alertou-o de que Goulart estava para pôr Jair em seu lugar; porém, Kruel não reagiu. Tanto o governo como a oposição reconheciam nesse momento a importância de Kruel para a estabilidade do governo Goulart, de seu papel desempenhado para a posse do presidente, além de sua contribuição para a derrubada da emenda parlamentar. Brizola por outro lado, se colocava não apenas como uns dos maiores responsáveis pela posse de seu cunhado, mas por vezes como o maior responsável por ela, e disputava um espaço no governo proporcional a esta alegada importância. Depois de identificar em Kruel um muro entre ele e o presidente, empenhou-se decididamente em derrubá-lo. Kruel não escondia o quanto se incomodava com as perseguições do então deputado Leonel Brizola:

---

<sup>686</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 273.

<sup>687</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag.62.

Depois eu substituí o Nelson de Melo. Houve aquela briga com o Brizola. O Brizola começou a me atacar. A história é grande aí... Então eu disse pro Jango: “Ou você fica com o teu cunhado, e eu vou me embora para o Exército. Não pode ficar nessa indecisão”<sup>688</sup>

As disputas pelo poder e pela influência junto a Jango foram a causa principal do desmoronamento de seu primeiro esquema militar. Essa mudança se deu no momento de maior pressão das forças de esquerda sobre o governo Goulart, no momento em que avaliavam a correlação de forças como favorável no sentido de conquistar mais espaço e influência do governo federal. Enquanto persistia o parlamentarismo e ainda posições de força das alas conservadoras a limitar o poder de Jango, os braços esquerdo (Osvino) e direito (Kruel) trabalharam coordenadamente. Depois de conquistar o presidencialismo, isolar e descoordenar a oposição militar, os dois lados começaram a entrar em disputa, revelando as divergências que num momento defensivo não tiveram a oportunidade de manifestar. Moraes Rego, que pertencia à oposição militar, comentou a disputa entre os dois generais: “Os dois eram amigos de Jango e ambos queriam ter influência sobre ele. O Osvino dominado pela linha sindicalista, pelo pessoal da esquerda, e o Kruel ainda tentando, como tentou até 1964, que o Jango fizesse uma declaração, fizesse qualquer coisa”<sup>689</sup>.

Mas, além de Brizola e Osvino, Kruel ainda tinha outros inimigos. Por esta época havia sido eleito um sargento (Antônio Garcia Filho) para a Câmara federal. A eleição de sargentos, bem como de qualquer praça no serviço ativo das forças militares, não era permitida na letra da constituição de 1946. Todavia, alguns militares do corpo subalterno já haviam cumprido mandatos eletivos explorando uma brecha na lei, o artigo em que se afirmava que todos os votantes (e os praças tinham direito ao voto) eram elegíveis. No contexto do início da década de 1960, a eleição de praças em meio a um fortalecimento do movimento organizado desse setor era um tema bastante controverso entre as fileiras militares. Nem todos os oficiais superiores e nem todos os políticos se manifestavam contrariamente a esse direito. Mas ainda havia, no âmbito das Forças Armadas, um número muito grande de oficiais que pressionava para proceder à cassação dos parlamentares vindos dos corpos inferiores das forças armadas. Solidário aos oficiais conservadores que não admitiam que os inferiores pudessem se candidatar, o ministro da Guerra pressionou continuamente o Supremo Tribunal Federal para que

---

<sup>688</sup> Entrevista com Amaury Kruel, SD. Op cit.

<sup>689</sup> Entrevista com Gustavo Moraes Rego, In: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 46.

deliberasse pela não elegibilidade dos praças e, assim, cassasse o mandato do sargento Antônio Garcia Filho<sup>690</sup>. De acordo com o depoimento do sargento-deputado Garcia<sup>691</sup>, algumas oportunidades se apresentaram como táticas para conservar o seu mandato. A primeira, aconselhada pelos deputados da Frente Parlamentar Nacionalista<sup>692</sup> (especialmente pelos companheiros petebistas) e até pelo presidente do Supremo Tribunal Federal Lafaiete de Andrade, era não se expor, evitar aparecer ao máximo até que as pressões diminuíssem. A segunda, aventada por algumas lideranças do movimento, era procurar o próprio Kruehl para negociar. Segundo seu próprio depoimento:

Aí, um belo dia, o deputado Henrique La Rocque (...) me apareceu e disse: “olha, o ministro mandou lhe chamar prá uma feijoada” (...) Fui todo importante: o presidente do Supremo manda me chamar prá uma feijoada na casa dele. Fui lá, só ele, eu e o La Rocque, nós três. (...) em determinado momento ele diz: “olha, o problema é sério. Não dá prá ficar nessas agitações, nesse negócio, que isso está dificultando muito. O Ministro da Guerra está pressionando muito prá julgar o seu mandato. Eu acho que se você maneirasse um pouco e tal”... “não foram essas as palavras mas o que ele quis dizer: “você melhora a situação aqui prá nós podermos julgar” (...). Aí, reuni o pessoal e expus a eles que a situação estava daquela maneira e o Amaury Kruehl era muito político. Então, nós tínhamos duas opções ou duas alternativas: uma era ir falar com ele e negociar com ele diretamente. Parava tudo, ele ia dizer o que que ele queria e segurava o mandato. Era a saída política. A outra é que ele é um sujeito que vem protegendo o contrabando, comprometido com o lenocínio, que na época não existia motel, o cara que passava pela chefatura de polícia prá receber dinheiro do bicheiro (...) Mas nós não podemos conciliar com um ladrão. Isso foi um imperativo. Só tinha uma saída: era denunciar<sup>693</sup>.

Pouco dispostos a negociar com Kruehl, os sargentos partiram para o ataque ao ministro da Guerra. Um dos momentos mais marcantes depois de tomada essa decisão aconteceu via rádio. O sargento e deputado Garcia foi convidado para uma entrevista na rádio Mayrink Veiga<sup>694</sup>. Como medida de prevenção contra conduções indesejadas de

---

<sup>690</sup> Sobre a mobilização dos sargentos, ver: PARUCKER, 1992. Op cit.

<sup>691</sup> Entrevista com Antônio Garcia Filho, realizada por José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, arquivo pessoal de José Murilo de Carvalho, 1980.

<sup>692</sup> A Frente Parlamentar Nacionalista composta principalmente por deputados federais do PTB e da esquerda do PSD era a principal base de sustentação de Goulart no Congresso Nacional.

<sup>693</sup> Entrevista com sargento Antônio Garcia Filho, 1980. Op cit.

<sup>694</sup> De acordo com Carla Siqueira, a Rádio Mayrink Veiga era uma das maiores e mais ouvidas em inícios da década de 1960. Politicamente estava entre os meios de comunicação que se posicionavam de forma simpática às reformas de base e ao governo de Goulart. De acordo com a autora: “Durante os anos de 1962 e 1963, já eleito deputado federal, o mais votado da antiga Guanabara, Leonel Brizola ocupava quase que diariamente o microfone da Rádio Mayrink Veiga, onde proclamava que iria conseguir a aprovação das reformas de base ‘na lei ou na marra’”. SIQUEIRA, Carla. Verbetes: Rádio Mayrink Veiga.

sua entrevista, convidou seus correligionários sargentos para lotarem o auditório da rádio durante a entrevista. De acordo com Garcia, o entrevistador tentou direcionar a entrevista para a questão das ligas camponesas. As perguntas se remetiam basicamente para as atividades deste movimento camponês e particularmente para o Deputado Francisco Julião. Percebendo a manobra, Garcia mudou o assunto e começou a falar do Ministro da Guerra Amaury Krueel: “Olha, o atual Ministro da Guerra, general Amaury Krueel, é o maior protetor do lenocínio aqui, contrabandista e corrupto”<sup>695</sup>. Ao conduzir a entrevista nessa direção, o âncora tirou a emissora do ar e assim teria permanecido, se os sargentos presentes não se levantassem imediatamente ameaçando quebrar toda a rádio. De volta ao ar, o sargento repetiu suas acusações e falou por mais duas horas. No dia seguinte, chegando a Brasília, encontrou o general Albino Silva (chefe do Gabinete Militar da Presidência da República) muito nervoso e ressentido com a situação criada pela entrevista dada pelo sargento parlamentar. Segundo seu depoimento, Garcia teria reafirmado as acusações: “tem que parar com esse negócio de endeusar ministro da Guerra prá ele ficar tutelando presidente da república, fazendo o que bem entende, protegendo contrabandista, ladrão, aí”<sup>696</sup>. Teria ainda afirmado a Albino que o melhor nome para substituir Krueel seria o de Jair Dantas Ribeiro, então comandante do III Exército. Dias depois, em viagem ao Rio Grande do Sul, Garcia teve a oportunidade de revelar essa preferência ao Jair em pessoa: “Bom, general, eles estão cogitando de substituir o Ministro da Guerra. O nosso candidato natural é o senhor”<sup>697</sup>. A pressão da frente reformista sobre o governo Goulart teve seu maior poder de pressão justamente nesse momento. Tal como os setores conservadores do governo pressionavam Jango para que este se afastasse da esquerda, seus aliados reformistas o pressionavam para que se afastasse da direita. E Krueel era um dos nomes mais identificados com as forças conservadoras presentes no governo. Goulart estava a ponto de não suportar as pressões e a substituição de Krueel passou a ser uma hipótese a cada dia mais provável.

A oposição militar via com bons olhos a crise entre Krueel e o governo. Por essa época, de acordo com Bandeira: “Dantas (...) alertou-o [Jango] para a ‘manobra dos gorilas’, que tramavam contra o governo, sob o pretexto de defender à *outrance* a

---

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 11/04/2013.

<sup>695</sup> Entrevista com Antonio Garcia Filho, 1980. Op cit.

<sup>696</sup> Idem.

<sup>697</sup> Idem.

permanência de Kruel no Ministério da Guerra”<sup>698</sup>. Com efeito, a demissão do Ministério da Guerra foi razão de uma ríspida tomada de satisfação de Kruel em relação a Jango. Quando já estava ciente de sua queda iminente, o ainda ministro da Guerra ficou esperando Goulart no aeroporto onde este iria desembarcar em regresso de uma viagem ao México. Tão logo avistou o seu alvo, já foi logo disparando:

“Infelizmente, o senhor, como disse, não cumpriu... O senhor já está preparando, já está mudando o seu ministério, inclusive os militares, e não me disse coisa nenhuma. De maneira que a partir deste momento o senhor não conte mais comigo”. Aí ele disse: “Não, porque eu não resolvi ainda”. “Não senhor, não vou mais lhe apoiar”. Então eu pedi demissão. Fiquei aborrecido com isto. Não por eu ter de deixar a pasta. Muitas vezes eu disse: “O meu nome não será empecilho para qualquer coisa”<sup>699</sup>.

A queda do ministro da Guerra se fez em meio a uma reforma ministerial. Dessa forma, não apenas Kruel foi substituído, como também os ministros da Marinha e da Aeronáutica. Num primeiro momento, não houve modificações no Gabinete Militar, nem no EMFA. O almirante Suzano e o Brigadeiro Reinaldo de Carvalho foram substituídos pelo almirante Silvio Borges de Souza Mota e o brigadeiro Anísio Botelho, respectivamente. A queda dos ministros da marinha e da Aeronáutica pode ser explicada pela tendência conciliatória da personalidade de Goulart em fazer concessões à esquerda e à direita. Assim, no mesmo momento em que remove um nome da direita, demite dois da ala nacionalista das Forças Armadas. Suzano era o oficial de perfil mais progressista no ministério e tinha bom diálogo com o movimento organizado dos praças. Como será visto no próximo capítulo, o seu substituto, de perfil mais tradicionalista será o pivô da maior crise militar de seu governo, alguns dias antes do golpe de Estado.

A queda de Kruel foi explorada, ainda que sem o sucesso desejado, pela oficialidade conservadora. No dia em que viajou para o Rio de Janeiro, (ele havia sido transferido para o setor de Material Bélico, que ficava nessa cidade), foi recepcionado por uma multidão de oficiais. Estes tentaram convencê-lo a não passar o cargo para Jair e criar mais uma crise militar para Jango. Os apelos foram muitos, mas o general não aceitou. Disse que não podia conspirar ainda contra o governo de João Goulart, de acordo com o próprio:

Quando cheguei ao Rio fui recebido por mais de oitenta generais, Mascarenhas de Moraes, Cordeiro de Farias, todos eles foram me

---

<sup>698</sup> BANDEIRA, 2001. Op cit. Pag. 106.

<sup>699</sup> Entrevista com Kruel, Op cit.

esperar (...). Então fomos lá para cima, no restaurante do Aeroporto. (...) [disseram]: “E você tem que tomar conta disto”. Eu disse: “Olha, eu não faço isso não, porque a história vai dizer que só fiz isso porque fui tirado do Ministério da Guerra. Eu não faço uma coisa destas. Mas isso vai de roldão, porque vocês contem comigo em qualquer situação. Isso não vai ficar assim, não. Porque com esse gabinete que vem aí, isso não fica nisto. A crise vem, e aí vocês contem comigo. Mas agora, eu vou deixar a Pasta da Guerra, um dia, para no dia seguinte me revoltar contra o presidente?! Não posso”!<sup>700</sup>

Na opinião de Ferreira, a substituição do general Amaury Krueel no Ministério da Guerra foi uma atitude desafiadora de Jango e, segundo o jornalista Carlos Castelo Branco, se o general atendesse aos numerosos e insistentes apelos para não passar a chefia do ministério, poderia ter havido um segundo ‘novembro’, como em 1955<sup>701</sup>. O episódio da recepção do ministro demitido por uma multidão de oficiais conspiradores pode se desdobrar em três interpretações possíveis. A primeira interpretação diz respeito a não haver possibilidades reais de impor o nome de Krueel para o Ministério e nem de depor Goulart naquele momento, sendo todo o acontecido nada mais do que um ato político para marcar posição. Segunda possibilidade: Os oficiais pretendiam mesmo ou impor Krueel (nesse caso Goulart ficaria enfraquecido diante de seu Ministro da Guerra) ou depor Goulart, mas Krueel não aceitou por considerar o intento muito arriscado e não existir correlação de forças favorável para isso. E por último: os oficiais queriam depor Goulart, mas Krueel não estava disposto a isso ainda. Das três possibilidades, a primeira se apresenta como a mais provável. O que nos parece claro é que Krueel ajudou a construir um mecanismo de isolamento dos oficiais opositores enquanto esteve ao lado de Goulart, e que Krueel nunca se afastou da direita militar, mas também não conspirou até o momento em que foi demitido do Ministério da Guerra. Desse momento em diante, o compadre do presidente será cada vez mais suscetível aos convites e alianças com aqueles que, até aquele momento, tinha conseguido manter quietos. Para uma parte importante da direita militar, a demissão de Krueel significou a adesão de Goulart à ala mais à esquerda das forças armadas. Do ponto de vista pragmático, Krueel conseguiu conter os impulsos golpistas da direita militar e era respeitado e obedecido por um grande número de oficiais, tanto os nacionalistas, como aqueles ligados à Cruzada Democrática. Sua demissão pode ter sido o momento em que Goulart começou a perder o controle da situação militar. Segundo o então capitão do Exército, Ernani Corrêa de

---

<sup>700</sup> Idem.

<sup>701</sup> FERREIRA, 2011. Op cit. Pag. 346.

Azambuja, que era ajudante de ordens de Jango durante praticamente todo o seu governo e acompanhou todos os processos de crise militar:

Falando de esquema militar, em minha modesta opinião, os equívocos do Presidente Goulart nesta área foram o afastamento do General Kruel de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e, posteriormente do Ministério da Guerra e a nomeação do General Assis Brasil para a Chefia da Casa Militar.

Tenho plena convicção de que, se o General Kruel fosse ministro da Guerra, o Presidente João Goulart completaria o seu mandato integralmente. Eu não via o General Assis Brasil com prestígio no meio militar para fazer funcionar qualquer esquema, logo eu não acreditava em nada nesse sentido<sup>702</sup>.

De outro lado Goulart também não privilegiou o general Osvino em detrimento de Kruel. Decidiu se afastar dos dois. A decisão de Goulart pode ter sido a pior possível, pois, se de um lado se livrava de um problema, teria agora de reformular toda a sua política militar que, até então, estava sustentada em Kruel. De outro lado, ao não se movimentar para impedir que Osvino se reformasse compulsoriamente<sup>703</sup>, perdia seu principal nome representante dos setores nacionalistas e da esquerda militar. Resultado: de tanto pendular para a esquerda e para a direita, Goulart saiu deste episódio enfraquecido nos dois lados. Estava para começar uma nova fase da política militar de João Goulart.

### **A era Jair Dantas:**

O escolhido para substituir Kruel foi o então comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro. Este oficial tinha sido um dos homens de confiança de Kruel, e teve atuação de destaque nas pressões que o “dispositivo militar” fez sobre o Congresso na ocasião da renúncia de Tancredo e na renúncia de Auro. Mas a sua localização geográfica (o III Exército, no Rio Grande do Sul) o tornou muito suscetível à influência da parte esquerda da disputa (Brizola, por exemplo). Jair recebeu o apoio de Brizola e dos sargentos para assumir o ministério da Guerra. Não foi por acaso que tenha sido justamente Jair a alertar Jango para o ato de força dos oficiais da oposição caso Kruel caísse. Falar de uma suposta “traição” de Jair a Kruel pode parecer uma explicação um

---

<sup>702</sup> Entrevista com Ernani Corrêa de Azambuja, in: MOTTA, 2003(1). Op cit. Pag. 237.

<sup>703</sup> Em tese, havia o precedente da “lei Denys”, a qual permitiu a permanência deste general por mais dois anos além da idade limite. Há que se lembrar que, mesmo após a reforma compulsória de Denys, Juscelino Kubitschek ainda o manteve como comandante do I Exército no posto de Marechal. Nenhum expediente parecido foi tentado por Goulart.

pouco simplista para o processo, porém, não se trata de tomar este fato como determinante: se Jair tivesse apoiado Kruel até o último instante, provavelmente seria outro indicado em seu lugar. Mudar de lado para conquistar cargos e posições não é um privilégio das disputas militares, e Jair, que não era um dos representantes mais credenciados da “ala nacionalista” e muito menos da esquerda militar, assumiu o Ministério da Guerra, em 15 de junho de 1963, apoiado por esses grupos. A contingência de simpatizar com um grupo e ser apoiado por outro trouxe, como será visto adiante, dificuldades para Jair, que não conseguiu ter o mesmo poder de seu antecessor. As dificuldades de Jair e as instabilidades do grupo militar que apoiava Jango aumentaram ainda mais quando foi indicado para Chefe da Casa Militar o general Argemiro de Assis Brasil.

O novo ministro fez inicialmente pequenas mudanças no esquema militar de Goulart. No âmbito dos comandos dos Exércitos, o único novo nome foi o do general Benjamin Rodrigues Galhardo, para ocupar o comando do III Exército. A mudança de Kruel para Jair só se fez sentir em toda a sua dimensão com o passar dos dias.

O general Osvino Ferreira permaneceu ainda no comando do I Exército. Conhecido homem forte de Goulart e general influente da “ala nacionalista de esquerda” das Forças Armadas, Osvino não era um subordinado obediente, como demonstrou durante a gestão de Kruel, mas fazia parte do círculo de oficiais nos quais Goulart depositava maior confiança e por isso Jair não o substituiu. Mas a permanência deste general no comando do I Exército não iria durar muito tempo, porque Osvino estava a um passo da compulsória. Para Moniz Bandeira, a aposentadoria do general Osvino foi, até aquele momento, um dos maiores prejuízos para o esquema de defesa de Goulart:

O general Osvino Ferreira Alves tinha sua própria faixa de influência no Exército, uma das razões pelas quais o Ministro Dantas Ribeiro não quis que ele continuasse como seu subordinado, e gozava de enorme prestígio com CGT, pelas atitudes consequentes que tomara. Seu afastamento da tropa, indo para a reserva em virtude da idade, debilitou, sem dúvida, a linha de defesa do Governo. Goulart perdeu, aí, o controle da situação militar e a conspiração começou a envolver maior número de oficiais brasileiros<sup>704</sup>.

No começo de outubro, um novo oficial foi nomeado para substituir Albino Silva na Casa Militar: o general Argemiro de Assis Brasil. Esse general tinha boas relações tanto com Brizola como com Jango, podendo, quando necessário servir de

---

<sup>704</sup> BANDEIRA, 2001. Op cit. Pag. 121.

intermediário entre os dois. De acordo com Bandeira, a convocação de Assis Brasil para o Gabinete Militar foi uma questão polêmica mesmo para quem confiava nele, como Brizola:

O general Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência da República e, por conseguinte, Secretário-geral do CSN<sup>705</sup>, era um homem extremamente ingênuo. Quando Goulart pretendeu nomeá-lo Adido Militar em Buenos Aires, Brizola se opôs. Era seu amigo, conhecia-o bem, não duvidava de que tivesse valor nem de que fosse leal. Não o considerava, entretanto, apto para desempenhar aquela função, devido à sua falta de malícia e de vivência política. Julgava-o melhor na tropa, comandando um Regimento ou uma Divisão. E temia que ele se perdesse, num ambiente estranho, afastado da caserna, onde sempre vivera. Brizola advertiu a Goulart e, pelas mesmas razões, não só não indicou, ao contrário do que muitos acreditam, como também não concordou com a designação de Assis Brasil pra a Chefia da Casa Militar da Presidência da República<sup>706</sup>.

Aparentemente, a nomeação do novo Chefe da Casa Militar não agradou a Jair, mas o autor de sua indicação é uma questão controversa. A maior parte dos autores a atribui a Brizola; contudo, Moniz Bandeira, como visto acima, rechaça essa possibilidade. De acordo com seu verbete no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, a opção foi do próprio Goulart (afinal, Assis Brasil teve um papel de destaque na campanha da legalidade, em 1961), a partir de uma lista de quatro generais recém-promovidos por indicação de Osvino Ferreira:

O presidente constituiu um dispositivo de composição, resultante de entendimentos entre os generais Jair Dantas Ribeiro, seu novo ministro da Guerra, representante da corrente militar defensora dos princípios de autoridade e da hierarquia militar, e Osvino Ferreira Alves, militar nacionalista que então deixava o comando do I Exército, no Rio, transferido para a reserva. O acordo tratou da redistribuição de comandos e permitiu a Osvino a indicação de quatro coronéis na lista de promoções ao generalato, dentre os quais deveria sair o novo chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Assis Brasil teve seu nome incluído nessa relação e foi escolhido pelo presidente para seu assessor militar. No entanto, alegando problemas pessoais, manifestou o desejo de permanecer em Buenos Aires até o final do ano, desagradando aos militares ligados a Osvino, que o convenceram a aceitar pelo menos sua promoção a general-de-brigada. Em meados de agosto de 1963, Goulart convocou Assis Brasil para que retornasse ao país, dada a necessidade de sedimentar seu dispositivo de segurança, que atravessava um período crítico devido ao reajustamento dos comandos e à situação política geral<sup>707</sup>.

---

<sup>705</sup> Conselho de Segurança Nacional.

<sup>706</sup> BANDEIRA, 2001. Op cit. Pag. 129.

<sup>707</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Berbete: Brasil, Assis (mil). FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 14/04/2013.

A escolha de Assis Brasil é uma evidência da força que a esquerda militar teve após a queda de Kruel. Jair não confiava plenamente em Assis Brasil, que era tido como excessivamente esquerdista para a ala mais à direita das Forças Armadas e, além disso, inapto para o tipo de tarefa – mesmo para alguns de seus aliados. Para Pinheiro Neto, Assis Brasil era uma figura “inteligente, mas completamente fora da realidade”<sup>708</sup>, anarquista, admirador de Bakunin e outras referências do socialismo libertário, “leitor desavisado de Proudhon, de quem sabia de cor trechos inteiros de QUE É A PROPRIEDADE?”<sup>709</sup>. Pinheiro Neto comenta que Assis Brasil gostava muito de falar sobre suas convicções em conversas às vezes intermináveis, regadas à uísque escocês: “e eu tinha que ficar, mergulhando sem querer no socialismo lírico do general (...). Mas confesso que gostava de nossos diálogos, tantas vezes tão fora da realidade, tão distantes do mundo que se agitava lá fora”.<sup>710</sup> Apesar de sua fama de esquerdista, também era amigo do ex-ministro da Guerra, Amaury Kruel e foi responsável por sua posterior indicação para o comando do II Exército, como veremos à frente. As opiniões de seus pares a respeito dele variavam bastante. Para Adyr Fiúza de Castro, Assis Brasil nunca teve a possibilidade de atuar junto ao Ministro do Exército<sup>711</sup>, porque eles também eram rivais: “o general Jair não tinha nada de ‘melancia’<sup>712</sup>, era um tipo mais ou menos feito o Kruel<sup>713</sup>”. Todavia o serviço burocrático não era definitivamente seu perfil. Assis era muito mais um comandante de tropas que um quadro da inteligência militar. Muito expansivo e extrovertido, era do tipo que falava demais e confiava muito nas pessoas. Isso foi um contratempo para o Governo, especialmente nas ocasiões em que, por força do cargo, era convidado para solenidades oficiais, de acordo com Cordeiro de Farias:

Geralmente em jantares e coquetéis, Assis Brasil bebia, e muita gente dava-lhe bebida para extrair informações, Walters não me contava nada da conversa com Assis Brasil. Apenas dizia: “Seu amigo bebeu muito ontem e estava animado”<sup>714</sup>

---

<sup>708</sup> PINHEIRO NETO, João, 1993. Op cit. Pag. 78.

<sup>709</sup> Idem, grifo do autor.

<sup>710</sup> Idem.

<sup>711</sup> Na época não existia o cargo de Ministro do Exército; essa função era ocupada pelo Ministro da Guerra.

<sup>712</sup> A expressão “melancia”, na gíria militar, era usada para designar os oficiais simpatizantes do comunismo, porque a melancia é verde por fora e vermelha por dentro.

<sup>713</sup> À época tentente coronel em serviço no EME. Mais informações in: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. 1994. op cit.

<sup>714</sup> CAMARGO & GÓES, 1981. Op cit. Pag. 572.

Esta informação sobre Assis Brasil também é confirmada pelo general Octávio Costa<sup>715</sup>, que embora tenha sido um dos apoiadores do movimento de 64, nutria amizade pessoal por Assis e até alguma admiração: “O Assis Brasil foi instrutor comigo na Escola de Estado-Maior, era brilhante, mas bebia demasiadamente, vivia no ‘mundo da lua’, era um homem interessantíssimo, mas superestimava suas possibilidades”<sup>716</sup>. Além de tudo isso, o Chefe do Gabinete Militar estava seguro demais da estabilidade militar do governo. Demonstrava, em várias oportunidades, que não acreditava na força da oposição militar contra Jango, e essa crença de certa forma ajudou aos conspiradores, que foram menos incomodados. A chefia do Gabinete Militar era também a via de informações do serviço secreto ao Presidente da República, mas contrariamente ao esperado, Assis não levava muito a sério as informações que lhe chegavam. Chegou mesmo a ocultar de Jango e Jair várias informações relevantes durante o tempo que esteve à frente da pasta por considerá-las “exageradas”. Já no início de sua gestão, de acordo com alguns autores, Assis deu flagrantes demonstrações da displicência com que iria gerenciar os serviços de inteligência do governo. De acordo com Lucas Figueiredo, já no traslado da Argentina para o Brasil, Assis foi avisado por agentes do SFICI<sup>717</sup> que estava sendo seguido por dois agentes da CIA, mas não deu importância: “Assis Brasil – autoridade que deveria ser a mais preocupada com a espionagem estrangeira – achava que não tinha nada demais ser seguido pelo serviço secreto de um país que sabidamente conspirava contra o presidente”<sup>718</sup>.

De passagem pelo Rio, recebeu convite do empresário Hélio Gerstein para se hospedar em um de seus apartamentos. Novamente alertado pelo SFICI de que este empresário era colaborador da CIA<sup>719</sup>, mais uma vez ignorou os alertas e aceitou a oferta. Contra a sua vontade, Assis Brasil foi o melhor nome possível dentro dos interesses de quem conspirava contra o governo, constituindo-se, de fato, no elo mais fraco do esquema militar construído por Jair. Nos momentos em que o movimento rebelião militar em Minas Gerais já estava bem adiantado, o assessor de imprensa da Presidência da República perguntou ao Chefe da Casa Civil por mais informações, e

---

<sup>715</sup> Octávio Pereira da Costa, na ocasião desses acontecimentos, era instrutor na Escola de Comando e Estado Maior, participou da doutrinação da Doutrina da Guerra Revolucionária e já tinha servido com Assis Brasil com quem tinha boas relações pessoais. Mais informações in: MOTTA, 2003 (b). Op cit. 43-92.

<sup>716</sup> Entrevista com Octávio Pereira Costa, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag.55.

<sup>717</sup> O SFICI, Serviço Nacional de Informações e Contra-Informações, era o serviço secreto do Exército até ser substituído, no início da ditadura militar, pelo SNI (Serviço Nacional de Informações).

<sup>718</sup> FIGUEIREDO, 2005. Op cit. Pag. 115.

<sup>719</sup> E de acordo com Dreifuss, também do IPES, DREIFUSS, 1981. Op cit. Cap. VIII.

teve como resposta: “Mas, Riff, quantas vezes eu já lhe disse que os generais Guedes e Mourão são dois velhinhos gagás! Não são de nada. E não se iluda: o nosso dispositivo é imbatível”<sup>720</sup>. O balanço da atuação de Assis Brasil é um dos raros consensos entre todas as correntes civis e militares que se confrontaram no processo histórico que culminou com o golpe de 1964. Falando em nome dos golpistas, o então tenente coronel Moraes Rego observa que:

Jango foi vítima, de um lado, da desinformação e dos maus conselheiros, por inapetência e por incompetência. Ao general Assis Brasil – eu não o conheci – faltou o conhecimento antecipado e oportuno. Era uma inteligência no exército, mas o que aconteceu com o Jango, 80% foi sua culpa. Erros graves de avaliação da situação e descaso, na condição de chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional.<sup>721</sup>

A gestão de Jair foi marcada desde o início por um intenso combate aos oficiais conspiradores. Suas armas mais utilizadas foram a preterição nas promoções, a retirada dos comandos e principalmente as transferências. Jair modificou radicalmente a estrutura de comando de seu antecessor. Para o comando da Brigada Pára-quedista, nomeou o general Alfredo Soares Pinheiro; para a 5ª Região Militar, o general Silvino Castor da Nóbrega. Os Generais Aluísio Miranda Mendes e Armando Bandeira de Moraes foram nomeados para 2ª DI e 2º Região Militar. Jair já sabia que o general Mourão Filho, que então comandava a 2ª Região Militar, estava conspirando contra o governo. Por isso, decidiu mandá-lo para um comando menos importante, pensando em, ao menos, diminuir o problema: enviou-o para o comando da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora<sup>722</sup>. O fato de Jair e Mourão serem amigos pessoais talvez tenha contribuído para que Mourão não ficasse num cargo burocrático. Em seu diário, Mourão comentou sua transferência como se fosse um mal menor:

Ele [Jair] está desconfiado e deve ter recebido denúncias contra mim. O Zerbini tem trabalhado bem no caso. Assim, para não ser transferido para um canil qualquer como o que ocupam os generais fazedores de croquet do Rio, aceitei Minas e firmei indiretamente o compromisso do Jair<sup>723</sup>.

---

<sup>720</sup> PINHEIRO NETO, 1993. Op cit. Pag. 78.

<sup>721</sup> Entrevista com Gustavo Moraes Rego, in: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso, 1994. Op cit. Pag. 40, 41.

<sup>722</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 109 e seguintes.

<sup>723</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 221.

Simultaneamente, sob o ministério do general Jair Dantas foram identificados os principais oficiais opositoristas e suas transferências foram ordenadas, de modo a dispersar as conspirações logo em seu início. Costa e Silva, que chefiava o Departamento de Pessoal, logo percebeu que os oficiais transferidos eram justamente os mais críticos ao governo Goulart. Determinou ao coronel Jayme Portella que sabotasse a tática de Jair e classificasse <sup>724</sup> todos os oficiais transferidos no eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais. Não demorou muito para que o Gabinete de Jair percebesse a sabotagem. Jair então determinou explicitamente que os oficiais fossem transferidos de acordo com o destino determinado por ele, e não para onde Costa e Silva pensasse que seria melhor. Costa e Silva continuou a desobedecer à ordem. Chamado a presença do Ministro da Guerra, o Chefe do Departamento Pessoal se justificou dizendo que assim procedia em função das necessidades de pessoal das unidades e também em função dos próprios interesses dos oficiais que já tinham a vida estruturada na região, inclusive com os filhos estudando. A solução foi afastar Costa e Silva do departamento de pessoal e encaminhá-lo para o Departamento de Obras e Fortificação. Antes de sair, Costa e Silva instruiu o coronel Portella a manter a mesma política de sabotagem, até mesmo porque o general designado para substituí-lo era o general Décio Escobar, também simpático à conspiração. As sabotagens ainda continuaram por algum tempo, mas o Gabinete de Jair percebeu o papel que Portella tinha no esquema e decidiu transferi-lo também. O episódio é narrado pelo próprio Portella: “Mas qual a surpresa quando, certa manhã, abri o ‘Diário de Notícias’, que publicava uma seção militar, e vi minha transferência para a chefia de uma circunscrição de Recrutamento em Ilhéus, na Bahia.<sup>725</sup>” Os generais Décio Escobar e Costa e Silva foram protestar pessoalmente com o ministro. Os dois tiveram longa e tensa conversa com Jair, especialmente Costa e Silva, que valendo-se de sua amizade pessoal com o ministro em questão, e por ser oficial mais antigo, chegou a discutir com aspereza, mas não obstante, nada conseguiram. Na tentativa de não perder Portella, Décio concedeu a ele uma licença prêmio de seis meses. Ao final desse período, a transferência acabou não se concretizando. Mas, com ou sem Portella, a sabotagem ainda continuou durante um tempo, pois os outros oficiais que assessoravam Portella continuaram aplicando a tática de classificar os transferidos no eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais. O problema só foi resolvido com a transferência

---

<sup>724</sup> Classificar um oficial em algum comando significa em termos civis transferi-lo para lá.

<sup>725</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 67.

quase total dos oficiais que serviam no DGP, até os sargentos do órgão foram transferidos por ordem de Jair<sup>726</sup>.

### **A Crise dos vencimentos militares:**

Durante a implementação do Plano Trienal, no primeiro semestre de 1963, sob a coordenação do ministro Celso Furtado, uma espiral inflacionária corroeu o salário de todo o funcionalismo público e privado, gerando pressões de parte a parte por aumentos salariais que, na ótica do então ministro do planejamento poderiam comprometer o sucesso do plano (o que acabou se sucedendo). Um episódio interessante e que resultou em diversas punições foi a crise em torno do reajuste dos vencimentos militares. Assim como todas as categorias profissionais, também os militares sentiam o impacto da inflação sobre o seu nível de vida. Logo no começo da gestão de Jair, essa questão foi o estopim de mais uma crise militar durante o governo Goulart. De acordo com Portella: “A questão chamada dos ‘Vencimentos’, surgiu como de boa oportunidade para tirar-se partido em favor da Revolução”<sup>727</sup>. O problema da defasagem salarial começou a ser debatido no Clube Militar. Rapidamente o debate se acalorou e a desculpa dos vencimentos opôs militares pró e contra o governo Jango. Os mais exaltados atacaram diretamente a pessoa do Presidente e chegaram a marcar prazo para o atendimento das reivindicações. Jair não perdoou as manifestações de rebeldia: logo no dia seguinte à assembleia, mandou transferir vários oficiais. Um caso interessante foi o de Meira Mattos:

Fui comandar o 16º BC, em Cuiabá, MT, e o Ministro do Exército, general Jair Dantas Ribeiro, disse-me que era por castigo. (...) Por que castigo? Nessa fase efervescente aconteciam sucessivas reuniões e, numa delas, no Clube Militar, o clima ficou tão quente que a mesa da diretoria do clube, que a estava presidindo, sentindo que não podia mais levar a reunião adiante, devido à turbulência que se formou, retirou-se e deu-a por terminada. Mas os assistentes não aceitaram seu encerramento e fizeram uma votação, elegendo uma outra mesa para dar prosseguimento à reunião, fui designado membro da mesa, composta, ainda, por outro oficial que não me lembro quem era. Fizemos o possível para acalmar os ânimos, porque a reunião estava realmente, de uma extrema violência de palavras. No dia seguinte, quando cheguei ao quartel general, onde servia na 2ª Seção do Estado maior, o chefe da mesma me comunicou que eu estava transferido. A reunião fora à noite e no dia seguinte pela manhã, logo cedo, quando

---

<sup>726</sup> Idem.

<sup>727</sup> Ibid.pag. 65.

cheguei, já estava transferido para o comando do 16º BC. E o Ministro disse que eu ia de Castigo<sup>728</sup>.

A questão se tornou ainda mais grave depois que uma circular reservada aos grandes comandos (a qual atribuía a exploração política da crise dos vencimentos ao governador Carlos Lacerda) vazou e foi publicada no jornal lacerdista *A Tribuna da Imprensa* pelo jornalista Hélio Fernandes, que acabou preso. A referida nota, publicada na edição de 22 de Julho de 1963, na coluna “Em Primeira Mão”, dizia em um de seus trechos:

Comunico que a agitação criada na área militar, sob o pretexto de aumento de vencimentos, coincide a agitação desencadeada pelo governador da Guanabara e tumultuação através da televisão, rádio e imprensa, sobre os problemas nacionais, visando a desmoralizar poderes constituídos e criar um clima pré-revolucionário.<sup>729</sup>

O governo reagiu de duas formas: além das transferências dos mais exaltados, de pronto se propôs a reajustar os salários. A política de transferências, se tinha um resultado positivo contra a conspiração num curto prazo, a longo prazo perdia um pouco da eficiência. Isso ocorria porque os oficiais transferidos levavam consigo os contatos com a conspiração do lugar de onde partiam, construindo assim pontes entre os núcleos isolados de insatisfação e contribuindo para diminuir a dispersão dos oficiais insatisfeitos, de acordo com Portella:

Havia-se feito um trabalho de doutrinação naqueles oficiais transferidos do Rio pelo Ministro da Guerra, como consequência das reuniões do clube militar: Chegados às respectivas guarnições, o trabalho foi intensificado, de sorte a mantê-los comprometidos com o movimento<sup>730</sup>.

### **O Malgrado Estado de Sítio.**

Em fins de setembro de 1963, Lacerda concedeu uma entrevista ao jornal americano *Los Angeles Time*, fazendo duras críticas ao governo federal. A entrevista foi divulgada no dia 31 de setembro de 1963. Nela, o governador afirmou que o governo vivia grande crise e que a qualquer momento seria derrubado pelos militares. O governador sugeria, ainda, que os Estados Unidos devessem dar apoio ao golpe que se avizinhava. Lacerda foi criticado por um amplo leque de forças sociais, inclusive pelos

---

<sup>728</sup> Entrevista com Carlos de Meira Mattos, in: MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 226.

<sup>729</sup> SILVA, 1988. Op cit. Pag. 101.

<sup>730</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 88.

banqueiros e demais forças patronais. Assustado com o resultado de sua bravata, o governador da Guanabara procurou desmentir a entrevista que dera, mas acabou se complicando ainda mais. Jurema observa em seu livro que, se fosse Jango a dar uma declaração daquela gravidade, a “UDN saberia aproveitar a oportunidade para um movimento que galvanizaria uma opinião militar e política capaz de derrubar qualquer esquema militar”<sup>731</sup>. Em meio aos acontecimentos, chegou a notícia de que Lacerda teria viajado a São Paulo e, lá, se encontrado com o Governador Ademar de Barros, o qual também teria prestado graves declarações em solidariedade ao seu companheiro de oposição. Ademar de Barros, de acordo com Jurema, chegou ao ponto de afirmar: “dispor ele de homens e armas para a ação revolucionária contra o Governo da República”.<sup>732</sup> Os ministros militares divulgaram uma nota repudiando a entrevista de Lacerda que teve ampla repercussão; o Ministro da Guerra foi o mais veemente nas críticas a ele. Para a oposição a Jango, o caso não parecia tão grave. Mourão, por exemplo, apresentou mais críticas à nota conjunta dos ministros militares do que às declarações de Lacerda e Ademar: “Onde já se viu Ministros de Estado, numa federação, emitirem pronunciamentos contra dois governadores, dos principais estados?”<sup>733</sup>. O próprio Lacerda, em depoimento a um grupo de jornalistas, reconheceu o teor da entrevista, ao mesmo tempo em que minimizou sua importância: “Dei uma entrevista muito franca dizendo que o país estava em perigo e num clima de agitação insuportável. Essa entrevista foi reproduzida no Rio e interpretada de novo como um ato de traição à pátria. Houve quem sugerisse que eu desmentisse a entrevista”<sup>734</sup>.

Esse episódio esteve na base de uma segunda tentativa de utilizar a força militar como mecanismo de pressão contra seu principal opositor político. Pela segunda vez desde abril, o esquema de defesa de Goulart tinha a oportunidade de dar uma demonstração de força e, quem sabe, desencorajar a oposição da direita militar. Na qualidade de Ministro da Justiça, Jurema estudou uma fórmula jurídica para uma possível reação e chegou ao estado de sítio. Os ministros militares prontamente concordaram com a iniciativa. A mensagem pedindo o estado de sítio foi preparada às pressas e encaminhada ao Congresso imediatamente (era uma sexta-feira). Jair insistiu na necessidade de que sua aprovação se desse em, no máximo, 24 horas. Foi difícil para

---

<sup>731</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 126.

<sup>732</sup> Ibid. pag. 127.

<sup>733</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 261.

<sup>734</sup> LACERDA, CARLOS. Depoimento. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1978. Pag. 270.

Jurema convencer Jair de que um pedido daquela gravidade dificilmente seria aprovado assim tão rapidamente, ainda mais num fim de semana. A bancada do PTB inicialmente apoiou a proposta, mas todas as outras forças políticas se posicionaram contra. Não apenas a oposição, mas até os aliados da esquerda. De acordo com Prestes, o PCB desconfiou da proposta de sítio desde o primeiro momento. Embora os comunistas apoiassem o governo Jango, sabiam muito bem da sua oscilação ora para a direita, ora para a esquerda. O PCB, malgrado a sua condição de aliado, não estava disposto a permitir que o governo de Jango possuísse instrumento de força tão grande o suficiente para prescindir do movimento sindical e de seus aliados à esquerda. Segundo seu depoimento: “O pretexto era a luta contra Lacerda (...). Mas, quando li o projeto, compreendi imediatamente, que o estado de sítio era contra nós”<sup>735</sup>. Ainda segundo Prestes, alguns parlamentares e militares ligados a Goulart chegaram a se reunir com lideranças do CGT, da UNE e do PCB para conseguir apoio para a emenda, mas não chegaram a um acordo. Prestes, segundo seu depoimento, falou diretamente a San Tiago Dantas rechaçando qualquer possibilidade de acordo: “O estado de sítio é contra nós e nós vamos tomar uma posição contra”<sup>736</sup>. E foi exatamente o que fizeram o CGT e a UNE, usaram todas as suas forças para denunciar a suposta tentativa de golpe de Jango. Outro que se opôs ao sítio foi o governador Arraes, em Pernambuco. Determinado a contribuir com todas as suas forças contra a decretação do estado de sítio, o governador de Pernambuco declarou publicamente:

O sítio é contra o povo! Sei que grupos reacionários estão tentando interromper o processo de transformação pacífica da sociedade brasileira. O governo, porém, apoiando-se nas forças populares, deve e tem de encontrar os verdadeiros caminhos que nos conduzam a uma solução. Esse caminho não pode ser o da supressão dos direitos e das liberdades. Esse caminho da ilegalidade pode levar o país a uma guerra civil.<sup>737</sup>

A hostilidade de Arraes aparentemente não era sem propósitos. A experiência desse governador com o esquema de segurança de Jango não era das melhores possíveis, aliás muito ao contrário. Arraes sofria desde o início de seu governo com os generais conservadores que Jango nomeava para sua região. Segundo Adirson de Barros, “por mais de uma vez o Palácio das Princesas foi cercado por tropas do IV

---

<sup>735</sup> MORAES & VIANA, 1982. Op cit. Pag. 167.

<sup>736</sup> Idem.

<sup>737</sup> SILVA, 1988. Op cit. Pag. 105.

Exército. Os pontos estratégicos da cidade ocupados por soldados sob o comando dos coronéis Bandeira, Ibiapina, Viloch e outros”<sup>738</sup>. E, função de fatos como esses, suspeitava que ele também seria um dos alvos do estado de sítio. Em depoimento prestado anos depois, Arraes revela que não tinha discordância absoluta com a proposta, mas “Entendíamos que se tivesse que ser adotado, deveria estar restrito a certas áreas”<sup>739</sup>. Diante do posicionamento de Arraes, Lacerda chegou a comentar que seu governo foi em parte salvo pelo governador de Pernambuco:

Essa tentativa de intervenção na Guanabara, por incrível que pareça, foi barrada pelo governador Miguel Arrais (sic), que fez o seguinte raciocínio e mandou me comunicar: a intervenção começa na Guanabara e acaba em Pernambuco; o Lacerda cai primeiro como reacionário e depois caio eu como comunista. E mandou dizer ao Jango que não contasse com ele e nem com o PTB de Pernambuco<sup>740</sup>.

### **O afastamento de Peri.**

As críticas e acusações de toda ordem a Jango, em função de seu pedido de estado de sítio, acabaram por colocar o governo na defensiva e desviar de Lacerda o foco das atenções. Sem condições de fazer passar a mensagem, o presidente ordenou que esta fosse retirada. Sentindo-se desmoralizado com o fracasso do sítio, e de certa forma responsáveis por mais uma crise de sérias proporções no governo Jango, os ministros militares colocaram seus cargos à disposição, mas Jango os manteve. De acordo com Jurema, a retirada da mensagem foi um tônico a mais para as forças que conspiravam contra o governo: “verificaram que o dispositivo militar do Presidente era mais para defensiva, para a sustentação legal, do que para o ataque”<sup>741</sup>. A tentativa de sítio foi ainda enfraquecida pela não cooperação do comandante do II Exército, general Peri Bevilaqua.

Por essa época, o general já dava alguns sinais de estar descontente com os rumos do governo federal. O principal fator de descontentamento de Peri era o crescimento do movimento sindical independente, principalmente no estado de São Paulo, maior polo industrial do país. Na ocasião da tentativa de estado de sítio, Peri não

---

<sup>738</sup> BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. São Paulo, Editora equador, 1965. Pag. 97.

<sup>739</sup> ARRAES, Miguel, TAVARES, Cristina, MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*. Recife. Fundação João Mangabeira, 1979. Pag. 6.

<sup>740</sup> LACERDA, 1978. Op cit. Pag. 270.

<sup>741</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 131.

tomou qualquer iniciativa de preparação de suas tropas para o evento que, naquela ocasião, acreditava-se que iria acontecer em breve. De acordo com Jurema, Jair já vinha percebendo o afastamento desse general e chegou a sugerir a Jango a sua substituição; contudo, não logrou obter consentimento:

Era a presença do general Pery Bevilaqua, no comando do 2º Exército que o preocupava! Já há muito que queria alterar aquele comando, sem conseguir, entretanto, a anuência do Presidente, que se mostrava muito confiante naquele comandante que tanto o havia ajudado na luta para assumir a Presidência da República<sup>742</sup>.

Enquanto a situação ainda estava indefinida, militares da ala conspiradora planejaram se utilizar do evidente descontentamento de Peri com o Governo Jango para, se as circunstâncias fossem favoráveis, capitalizar o descontentamento geral e iniciar uma rebelião contra o estado de sítio e o governo federal a partir de São Paulo. De acordo com Cordeiro de Farias, enquanto Jango não havia ainda retirado seu pedido de estado de sítio, a apreensão era grande, e alguns conspiradores contavam em transferir a capital federal para outro estado da federação e lá instalar a resistência. Cordeiro visitou, em São Paulo, o comandante do II Exército Peri Bevilaqua e com ele entrou em entendimentos. Foi proposto que, em caso de o estado de sítio ser aprovado, a capital seria transferida para São Paulo e que precisavam de garantias de Pery, de acordo com o depoimento de Cordeiro:

E Pery garantiria o Congresso em São Paulo. Chegou a pedir-me que enviasse um grupo de parlamentares à casa dele, ou mesmo ao QG do II Exército, a fim de combinar detalhes da operação. Curiosamente, Peri era contra a Revolução, isto é, ele se opunha à conspiração que desenvolvíamos. É engraçado, o Pery Ninguém entende...<sup>743</sup>

Na continuação da entrevista, Cordeiro de Farias, revelou que esse oficial impunha uma condicionante: não tomaria posição contra o governo, a não ser que o congresso fosse fechado. Essa situação, para o então comandante do II Exército, caracterizaria a quebra da legalidade por parte do governo federal: “Fora da hipótese de fechamento do Congresso, ele não nos daria apoio”<sup>744</sup>. Antes de Cordeiro de Farias, de acordo com Renato Lemos, o comandante do II Exército já havia sido procurado pelo Marechal Odílio Denys, logo em seguida à aprovação em plebiscito pelo retorno ao

---

<sup>742</sup> Ibid. pag. 129.

<sup>743</sup> CAMARGO & GÓES, 1981. Op cit. Pag. 554.

<sup>744</sup> Ibid. pag. 555.

presidencialismo. O marechal tentou convencê-lo a tomar posição contra João Goulart, mas foi rechaçado por esse oficial, que lhe afirmou que, por princípio, se manteria fiel à legalidade<sup>745</sup>.

O general Peri Bevilaqua fora, em 1961, um dos primeiros defensores da posse de Jango, tendo tomado esta posição antes mesmo de Machado Lopes. Era positivista e orgulhoso descendente do famoso Benjamin Constant, de quem era sobrinho-neto. Este general era tido como um dos principais apoiadores do governo Jango. Todavia, Peri nunca foi confundido com um “general do povo”. Desde que Nelson de Melo fora para o Ministério da Guerra, Peri era o comandante do II Exército, e se esperava dele, se não apoio, ao menos que não criticasse ou provocasse embaraços ao governo. Ocorre que este general não permaneceu neutro enquanto a situação de polarização política e social aumentava. Peri já há alguns meses estava em vivo conflito com o movimento sindical de São Paulo. Em 16 de março de 1963, na ocasião em que o general Mourão estava assumindo o comando da 2ª região militar, Peri já havia proferido um longo discurso, em presença de várias autoridades e com grande repercussão na imprensa, em que atacava o direito de greve e defendia a vigilância do exército sobre esse tipo de mobilização. Em junho de 1963, Peri inclusive empregou as tropas federais para intervir em uma greve de estivadores, no Porto de Santos. Segundo Mourão: “Peri estrilou e mandou minhas tropas a Santos ocupar o Porto, entre elas, o 6º G/CAM. Não achando suficiente, mandou o I btl. De 4º R.I de Quitaúna”<sup>746</sup> Esta era a primeira vez, durante o governo Jango, que as tropas federais, eram usadas para intervir diretamente sobre o movimento sindical, o que foi motivo de atrito entre Jango e o comandante do II Exército, mais ainda quando foi informado de que alguns sindicalistas estavam presos. Como observa Renato Lemos: “A reação do General Peri Constant Bevilaqua à ofensiva sindical indicava um sério problema para o esquema de sustentação do presidente João Goulart”<sup>747</sup>. De acordo com Jurema, Jango “ficou uma fúria, quando soube que o general Pery, numa de suas agitações em São Paulo, havia prendido líderes sindicais”<sup>748</sup>. Essa foi a primeira rusga entre Jango e Peri. Poucos meses mais tarde, Peri mandou publicar na região sobre seu comando uma instrução destinada a orientar seus oficiais a respeito de como proceder diante das greves que por aquela época começavam

---

<sup>745</sup> LEMOS, Renato (org). O general Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969). Rio de Janeiro, Bom texto. 2004. Pag. 17.

<sup>746</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 187.

<sup>747</sup> LEMOS, 2004. Op cit. Pag. 19.

<sup>748</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 137.

a se tornar mais frequentes. Na referida instrução, intitulada “Esclarecimento sobre o Problema Social da Greve”, Peri faz duro ataque ao movimento sindical independente e à suposta fraqueza do governo em lidar com esses “agitadores” que colocavam em risco a paz social e a propriedade privada. Analisando a Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei de Greve e a Lei de Segurança Nacional, o documento interpretava a atividade grevista como a:

Imposição da vontade de uma minoria ou grupo indiferente aos prejuízos causados a terceiros e à população em geral. Portanto, uma violência contra o direito dos que querem trabalhar e dos que necessitam do fruto da atividade paralisada<sup>749</sup>.

Caracterizando a greve no rol das atividades anti-sociais, dava orientação aos oficiais do II Exército que reprimirem esse tipo de manifestação. Num dos trechos mais incisivos, afirmava:

Greve em atividades fundamentais é crime previsto em lei integralmente vigente. Não há, assim, motivos para escrúpulos de consciência ao tratar grevistas (e principalmente com seus incitadores) como criminosos que são, em flagrante delito.<sup>750</sup>

A instrução citada acima se destinava exclusivamente à circulação interna, preferencialmente entre os comandos de unidade. Mas “inesperadamente” vazou para a imprensa e foi objeto de inúmeros comentários. O PCB, o CGT, o PUA e outras organizações sindicais protestaram vivamente ao passo que, do lado da oposição ao governo (militar e civil), partiam rasgados elogios. As duas alas extra-congressuais que defendiam o governo (sindicatos e militares nacionalistas) entravam em amargo conflito, e Jango precisava encontrar um saída para a situação de modo a diminuir a tensão. O II Exército era localizado na região industrial mais importante do país. Em função disso, estava lá o grupo de industriais mais poderosos e também o movimento sindical mais estruturado. Por suas convicções políticas, Peri era um legalista, e sua atuação em favor de Jango, quando da Campanha da Legalidade em 1961, era fato de desconfiança para as associações empresariais (algumas ligadas ao IPES), então em atrito com o governo de João Goulart. Contudo, o novo comandante da região, em virtude de suas convicções positivistas<sup>751</sup> era avesso ao conflito, e em seu caso com

---

<sup>749</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 231.

<sup>750</sup> Idem.

<sup>751</sup> Peri Bevilacqua era sobrinho neto de Benjamim Constant, fato do qual se orgulhava muito, e que teria influenciado em sua apropriação desta filosofia de seu antepassado, Ver: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Verbete: BEVILACQUA, Peri. FGV/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 18/04/2013.

mais ênfase, à luta de classes. Seus sucessivos pronunciamentos, atitudes contra a organização sindical em sua região e contra o que considerava “greves políticas”, acabaram por atenuar a resistência dos setores industriais à sua pessoa, e ao mesmo tempo criar atritos com os aliados sindicais do presidente, com destaque para o CGT. A repressão aos sindicalistas em Santos foi, por assim dizer, o momento em que Peri excedeu o último limite, e sua permanência no comando da região já não seria mais possível sem graves prejuízos com os aliados de esquerda do presidente<sup>752</sup>. A solução encontrada foi a nomeação de Peri para o EMFA, em 10 de dezembro de 1963. Embora esse organismo se encontrasse no topo da hierarquia militar, não era exatamente uma promoção, pois o EMFA era um organismo eminentemente burocrático, função altamente honorífica, mas distante de qualquer comando de tropas. Curiosamente, como observa Lemos, embora esse oficial estivesse obrigando o presidente a tomar partido em favor dos sindicalistas presos em desaprovação ao sentimento dominante nas Forças Armadas, que de modo geral apoiaram Peri, tornava-se formalmente: “o principal assessor do presidente para assuntos militares”<sup>753</sup>. A transferência de Peri ensejou aos conspiradores mais uma tentativa de criar um impasse militar no governo Jango. Pensaram em convencê-lo a não aceitar a transferência e a se recusar a passar o comando fosse a quem quer que fosse. Esperava-se com isso explorar ao máximo a crise. Do Rio de Janeiro, partiram emissários a vários estados para conseguir apoio para um pronunciamento coletivo e mesmo militar, se a situação desse margem para isso. O responsável por convencer Peri em recusar a transferência foi novamente o general Cordeiro de Farias. Peri no começo foi contra; depois de muita insistência e argumentação, chegou a pensar na proposta, mas a interferência de seu filho dissipou suas dúvidas: Peri recusou o convite<sup>754</sup>. Como observou Hélio Silva, ao receber a visita da comissão de militares, Peri estava tomando conhecimento de um movimento conspirativo contra as instituições que tanto dizia defender, mas jamais se dispôs a revelar o acontecido, ou seja, Peri se omitiu de defender o governo com quem não rompera e de quem estava recebendo um importante cargo: “Ou seja, ‘ilegal’ e ‘subversiva’ somente a agitação da CGT”<sup>755</sup>.

## **O Retorno de Krueh.**

---

<sup>752</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Verbete: BEVILACQUA, Peri, 2013. Op cit.

<sup>753</sup> LEMOS, 2004. Op cit. Pag. 22.

<sup>754</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 71.

<sup>755</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 304.

Para o lugar de Peri, foi designado Kruel, já em avançado envolvimento com oficiais descontentes e conspiradores, fato em que, como demonstraremos no capítulo 5, Goulart se recusou a acreditar até o último momento e que lhe custou muito caro. A sugestão de empossar o ex-ministro da Guerra no comando do II Exército foi de Assis Brasil (amigo de Kruel), de acordo com depoimento do próprio <sup>756</sup>. O próprio Kruel relatou como se deu o convite de Jango para o comando do II Exército e as mágoas que, naquele momento, nutria em relação a seu compadre:

Um dia fui surpreendido com o Jango me chamando. Passou (...) [a demissão do Ministério da Guerra] e eu fiquei uma porção de meses sem falar com ele nunca mais. Ele fez essa desatenção. Ele foi desleal comigo. E eu disse: “Ora, sim senhor, esse homem vem me chamar”. Muita gente pensa que eu saí do Ministério da Guerra, que saí bem, e tudo mais. A história foi esta. Ele chamou e disse: “Olha general Kruel”... E não tocou mais no passado. Disse: “Vai vagar agora em São Paulo, o Peri está lá, está fazendo política, discursos... Eu quero muito bem o Pery (...) e eu me lembrei de o senhor ir prá lá.”<sup>757</sup>

Ao final de 1963, ocorreu um grande número de promoções. Entre os contemplados estava o comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos. Os agraciados viajaram ao Rio de Janeiro para confraternizar com o Presidente. Nessa ocasião, o general Décio Escobar <sup>758</sup>, em discurso representando os generais, teceu algumas críticas à política de distribuição dos comandos sob Jair. De acordo com Justino, “agradeceu por nós a promoção recente, mas fez críticas à organização do Exército e sobretudo à seleção dos chefes, a seu parecer muito ao arbítrio no Governo”<sup>759</sup>.

A característica mais marcante da gestão de Jair à frente do Ministério da Guerra foi o enfraquecimento e o isolamento dos oficiais conspiradores, e a construção de uma cadeia de comando completamente sob seu controle. Não contava Goulart que no momento em que era mais necessário, Jair iria estar hospitalizado por razão de um câncer. Graças as suas transferências, e principalmente por suas promoções, surgiu durante a gestão de Jair o mito dos “Generais do Povo”. As referências a esse grupo, supostamente formados por generais incompetentes e simpáticos ao comunismo, abundam entre aqueles que são críticos ao governo Goulart. E os adjetivos são tão agressivos que despertam espanto; por exemplo, em Justino: “Promovia aos altos postos

---

<sup>756</sup> Entrevista com Argemiro de Assis Brasil à revista ELE ELA em Maio de 1980, disponível em <http://assisbrasil.org/argemiro/eleela.html>, acessada em 30 de Março de 2011.

<sup>757</sup> Entrevista com Amaury Kruel, SD. Op cit.

<sup>758</sup> Cunhado de Peri Bevilaqua e substituto de Costa e Silva no Departamento Geral de Pessoal do Exército.

<sup>759</sup> BASTOS, Joaquim Justino Alves. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre, Editora Globo, 1965. Pag. 341

das classes armadas os mais conhecidos filo e criptocomunistas, que passavam a constituir o grupo de ‘generais do povo’<sup>760</sup>. Para Jarbas Passarinho: “Desmontar o Exército Brasileiro era fazer os coronéis menos qualificados, no julgamento dos seus pares, generais. Eram os generais do povo. Então, isso é que conspirou contra o Jango”<sup>761</sup>. Afirmações como estas poderiam ser citadas à exaustão, e a maioria delas estariam carregadas de adjetivos. Depois de analisar as memórias e os depoimentos de vários oficiais<sup>762</sup>, pudemos constatar que a crítica aos “generais do povo” sempre é feita em termos genéricos: ao conjunto dos “generais do povo”. Mas as referências a cada um deles em particular era, via de regra, elogiosa. Com a exceção significativa ao “almirante do povo” Candido Aragão: “Homem atrabiliário, de poucas luzes, *oriundo* ainda do corpo de praças daquela instituição armada, era de inteira confiança do Governo, com muito prestígio entre os inferiores da corporação”<sup>763</sup>. Mas a maior parte das críticas deriva principalmente do fato de Aragão não ter passado pela Escola Naval e, dessa forma, desafiar como nunca antes os critérios de promoção nesta arma. A verdade é que Jair soube se cercar de oficiais contrários à Cruzada Democrática<sup>764</sup> e, por esta condição, foram impiedosamente criticados por aqueles que se identificavam com esse movimento. É claro que esses generais faziam parte da situação e, como tais, apoiavam o governo de Goulart. Contudo, Goulart não terá sido o primeiro presidente a desfrutar do apoio dos oficiais que promoveu. As críticas à competência, ao posicionamento político e mesmo à honestidade dos oficiais que apoiaram o governo Jango faziam parte da prática da oposição militar ao seu governo – e esse aspecto deve ser considerado ao se analisarem os vários tipos de acusações.

O “dispositivo militar” tinha dois objetivos principais. Em primeiro lugar, afastar os oficiais notoriamente conspiradores dos principais comandos militares, de modo que estes não tivessem tropas à sua disposição. Em segundo, construir uma cadeia de comando com oficiais de confiança, dispostos a defender o governo contra uma eventual quartelada de opositores. Como veremos no capítulo a seguir, nenhum dos

---

<sup>760</sup> Ibid. pag. 326.

<sup>761</sup> Entrevista com Jarbas Passarinho, in: DINES Alberto, FERNANDES JR (org), Florestan, SALOMÃO, 2000. Op cit. Pag. 330.

<sup>762</sup> BASTOS, 1965, Op cit. BIERRENBACH, 1996, op cit. CAMARGO, Aspásia & GÓES, 1981, Op cit. D’AGUIAR, Hernani. “*Estórias*” de um presidente. Rio de Janeiro, Razão Cultural, 1999. DENYS, 1980, op cit. GUEDES, 1979, op cit. MELLO, 1979, op cit. MOURÃO FILHO, 1978, op cit. Etc. <sup>763</sup> MELO, 1979. Op cit. Pag. 78. Grifo meu.

<sup>764</sup> Como já mencionado, a Cruzada Democrática nasceu como uma chapa para disputar as eleições para o Clube Militar em 1952, mas permaneceu como uma referência para oficiais de direita, de um modo geral próximos à UDN e partidários da repressão ao movimento sindical e do intervencionismo militar.

dois objetivos foi conquistado completamente. Embora seja certo que Jango chegou a dispor de certa força militar, esse poder foi minado em função de uma grande campanha de desgaste movida dentro e fora do ambiente das Forças Armadas. No momento decisivo, que coincidiu com sua hora de maior fraqueza, suas possibilidades de reação estavam dramaticamente reduzidas. Ainda assim, como veremos no capítulo 5, a vitória da sublevação militar de 31 de março de 1964, foi em grande parte resultado da decisão de João Goulart em não reprimi-la.

## Capítulo 4:

### A construção do golpe em março de 64.

#### Introdução:

Teria sido a deposição de Goulart um acontecimento determinado pela crise política de março de 1964? Ou se explicaria esse por um processo longamente planejado? Pelas interpretações do revisionismo historiográfico, o mês de março foi determinante e, não fossem as opções de confronto tomadas pelo presidente, o golpe não teria acontecido. Essa mesma “desculpa” está presente em numerosos momentos na fala dos próprios golpistas. Como já esboçado várias vezes neste trabalho, tais argumentos ajudam a “justificar” o acontecido. De outro lado, atribuir peso decisivo aos últimos dias que precederam à rebelião é apenas mais uma forma de escamotear a longa conspiração de classe que precedeu à ruptura constitucional. Fazendo uma crítica a essa hipótese, Sodré observa que:

A partir do momento mesmo em que ficou assegurada a posse do vice-presidente João Goulart no cargo que vinha de ser abandonado pelo Sr. Jânio Quadros, elementos militares iniciaram a conspiração para depô-lo. Todos eles, após a vitória do golpe de abril de 1964, confessaram tal atitude e vangloriaram-se dela. Aos primeiros conspiradores, de número reduzido, outros se foram juntando, à medida que o tempo avançava, mas à medida, principalmente, em que, no governo do Sr. João Goulart, abriam-se condições para o alargamento da democracia brasileira e esse alargamento permitia encaminhar as reformas de que a estrutura brasileira necessitava, de forma cada vez mais premente. Assim, a afirmação de que o golpe resultou de acontecimentos de março de 1964 – o comício do dia 13, o episódio dos marinheiros, a solenidade do Automóvel Clube, já ao findar o mês – não corresponde à verdade<sup>765</sup>.

Ao lado deste aspecto, há que se apontar os principais agentes do levante. As interpretações que negam a mobilização de classe nesse processo tendem a apontar entre os militares os sujeitos principais. Não é nosso propósito negar o papel importante, e em última instância decisivo, que os mesmos cumpriram, contudo sem esquecer o conteúdo classista de sua ação. Do nosso ponto de vista, o momento do golpe foi nada menos que a conclusão de uma conspiração que teve em setores da burguesia seu estado-maior, e nos militares os elementos indispensáveis para uma solução de força. Escrevendo este trabalho às vésperas de esse acontecimento completar 50 anos, é muito cômodo para esses mesmos indivíduos, seus filhos e netos, atribuírem toda a “culpa” aos oficiais que

---

<sup>765</sup> SODRÉ, 1965. Op cit. pag. 389.

se colocaram à frente. O mês de março foi, sim, muito significativo para a deflagração do movimento, mas não porque tinha que ser assim, mas porque as condições para a crise política foram eficientemente construídas ao longo dos anos anteriores.

O objetivo deste capítulo é analisar os principais grupos civis e militares que se mobilizaram contra o governo Jango, bem como suas principais características e táticas de ação. Igualmente, queremos revisitar o conturbado mês de março e seus “graves acontecimentos”. Nosso objetivo é demonstrar a existência de uma grande conspiração burguesa, a qual construiu pontes com importantes grupos de oficiais e foi agente de uma grande insatisfação militar. Tentaremos demonstrar que não existiu uma conspiração generalizada entre os militares e não houve uma vasta gama de oficiais se articulando ao longo dos anos anteriores: o golpe militar foi, em sua maior medida, um movimento de fora para dentro da caserna.

### **Núcleos de insatisfação existentes nas Forças Armadas apesar do “dispositivo militar”:**

Definir os principais oficiais que estiveram à frente do movimento militar que depôs Jango da presidência em 1964 é uma tarefa controversa, visto que vários generais se atribuem (ou seus aliados mais próximos o fazem) o papel principal da trama. Os nomes mais lembrados são os generais Olympio Mourão Filho, Luiz Carlos Guedes, Cordeiro de Farias, Costa e Silva, Castelo Branco e o marechal Odílio Denys. Nas memórias daqueles que participaram do movimento, invariavelmente algum desses nomes surge como “grande líder da Revolução”. Por outro lado, um estudo mais aprofundado da atividade conspirativa militar durante o governo Jango vai revelar que nenhum desses se constituiu realmente em uma liderança acima de todas as outras, e que poucos foram os generais que realmente conspiraram. Grande parte dos generais que aderiram ao golpe o fez no calor dos acontecimentos, na medida em que ficava mais claro que o “dispositivo militar” estava desmoronando sem reagir. Assim foi com o general Poppe, em Santa Maria, com Justino no IV Exército e, em certa medida, até com Krueel, no II Exército, só para citar alguns exemplos dos mais conhecidos. O período que vai de 1961 a 1964 contou com vários grupos de oficiais militares que, a sua maneira, faziam oposição ao governo federal, mas nem todos tiveram a mesma importância. Dreifuss, por exemplo, intuiu a existência de várias conspirações militares

durante o governo de João Goulart, mas não se aprofunda na questão, visto não ser o objeto central de sua pesquisa. Contudo, deixa a sugestão dessa investigação para os futuros historiadores a se debruçar sobre o tema: “uma reconstituição histórica plena das diversas conspirações faccionárias da campanha civil-militar que derrubou João Goulart (...) ainda há a necessidade de uma ampla descrição e análise das atividades políticas das Forças Armadas”<sup>766</sup>.

Na mesma linha, para Silva, por exemplo, existiram várias conspirações isoladas e Denys teria sido o primeiro conspirador: “a conspiração militar teve como iniciador e chefe o Mal. Odílio Denys”<sup>767</sup>. Considera igualmente as atividades de Mourão como a evidência de mais um grupo, sob a liderança desse general: “O general Mourão Filho começou a conspirar em Santa Maria, nomeado comandante da 3ª. DI, em substituição ao Gen. Peri Constant Bevilaqua”<sup>768</sup>. No plano civil, destaca as articulações de Magalhães Pinto: “A partir desta época [1961, depois da posse de Goulart] Magalhães começa seus contatos com governadores e líderes políticos que irão se intensificando até a eclosão do movimento em 31 de março”<sup>769</sup>. Assim como em São Paulo, onde o autor identifica três correntes: “a primeira a surgir, ainda muito restrita, em 1961: a do empresariado”<sup>770</sup>, a segunda liderada pelo governador Ademar de Barros, e a terceira, a dos militares opositores no Estado de São Paulo. Segundo esse autor, essas duas correntes, com o tempo, vieram a se fundir: “Esta segunda corrente [a de Ademar de Barros] completa com elementos militares a trilogia conspiratória paulista”<sup>771</sup>. Silva ainda considera o IPES<sup>772</sup>, bem como as pequenas associações de ultradireita, como o Grupo de Ação Patriótica (GAP): “que atuava no Rio, em Minas Gerais e em São Paulo e era composto por jovens estudantes entre 17 e 26 anos de idade, e em sua maioria das classes alta e média alta”<sup>773</sup>.

Um dado reconhecido por grande parte dos autores analisados é que as atividades de subversão que tinham como objetivo a derrubada do presidente Goulart se verificaram desde os primeiros dias de seu governo. Para Stepan, por exemplo, a derrota da tentativa de golpe contra Goulart em 1961, foi a um só tempo fator de descontentamento, mas da mesma forma de divisão entre os militares no período

---

<sup>766</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 361.

<sup>767</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 199.

<sup>768</sup> Ibid, pag. 205.

<sup>769</sup> Ibid. pag. 243.

<sup>770</sup> Ibid. pag. 249.

<sup>771</sup> Idem.

<sup>772</sup> Ibid. pags. 253 a 256.

<sup>773</sup> Ibid. pag. 257.

posterior: “embora bastante cedo surgissem grupos de conspiradores a buscar claramente um pretexto para depor o presidente Goulart, os militares em conjunto estavam bastante divididos, devido principalmente à tentativa frustrada, em 1961, de impedir que Jango assumisse a presidência em consequência da renúncia de Jânio Quadros”<sup>774</sup>. Ao mencionar depoimento de Golbery, observa que “em 1963, os ativistas favoráveis a uma revolução representavam tão somente cerca de 10% dos oficiais superiores”<sup>775</sup>. Ainda de acordo com o mesmo autor, o receio de muitos militares de que uma nova tentativa de golpe contra Goulart não fosse vitoriosa, era mais um elemento a dificultar o recrutamento entre a alta oficialidade para a subversão: “Ainda em princípios de março de 1964, havia uma apreensão geral de que Goulart contava com um apoio bastante ativo, de tal modo que qualquer tentativa de depô-lo poderia significar uma guerra civil de dois a três meses”<sup>776</sup>.

Para Argelina Figueiredo, entre 1961 e 1964, as oposições militares e civis encontravam como obstáculo principal para a organização conspiratória a falta de unidade entre os grupos anti-Goulart. Condição que teve como resultado a dispersão dos conspiradores em vários grupos. A autora em questão recusa a hipótese de que nesse período estivesse em ação uma coalizão burguesa voltada à conspiração contra o governo Goulart: “Parece, ao contrário, que havia diversos grupos conspirando dentro das elites militares e civis, e, a despeito da interação entre eles, é exagerado considerar suas ações como uma conspiração única com um comando unificado”<sup>777</sup>. Contudo, a autora, apoiando-se na versão de militares conspiradores, tais como Cordeiro de Farias e Odílio Denys, afirma que com o retorno ao regime presidencialista é que as condições de coalizão entre os grupos conspiradores militares se deram. A partir desse momento, as ilhas de conspiração civis e militares se aproximam e passam a constituir núcleo central de conspiração. Ainda segundo Figueiredo, coube aos militares a liderança do processo, a busca do apoio da burguesia e a realização das mobilizações da classe média em 1964 que, por exemplo, foram motivadas pelo “aprendizado” dos militares conspiradores com a derrota de 1961: “Da experiência de 1961 os militares haviam aprendido a lição ensinada por Maquiavel de que conspirações sem apoio popular estão destinadas a fracassar”<sup>778</sup>. Sodré concorda com a avaliação de que a disposição de depor

---

<sup>774</sup> STEPAN, 1975. Op cit. pag. 139.

<sup>775</sup> Idem.

<sup>776</sup> Idem.

<sup>777</sup> FIGUEIREDO, 1993. Op cit. pag. 174.

<sup>778</sup> Ibid. pag. 177.

Goulart aumentou depois da realização do plebiscito que devolveu a Goulart seus poderes presidenciais: “A decisão para a solução de força amadureceu, sem a menor dúvida, a partir do plebiscito em que o presidente retomou os poderes que o golpe político de setembro de 1961 lhe havia retirado”<sup>779</sup>.

Pensamos que não há como negar que existiam movimentos dentro e fora das Forças Armadas que visavam a se opor ao governo Goulart. É preciso, no entanto, qualificar a atuação desses grupos. Para um razoável número de autores, a atuação de vários núcleos oposicionistas contra o governo Goulart testifica a existência de vários grupos conspiradores. Do nosso ponto de vista, deve-se atribuir o caráter de “conspiradores” com mais cautela. Apenas merecem esse adjetivo os grupos e organizações que efetivamente apresentavam uma alternativa de organização social e política, aqueles que aplicaram planos e táticas em sua ação, ou que tenham sido protagonistas de um processo de convencimento para a subversão contra o governo federal, e não, simplesmente, a expressão de um descontentamento que se tornou gradualmente mais forte, na medida em que a Doutrina da Guerra Revolucionária se tornava mais consolidada entre a média oficialidade. Há que se destacar que a introdução de conceitos ideológicos da Doutrina da Guerra Revolucionária (e não sua assimilação) para um grande número de oficiais constitui o trabalho de conspiração por excelência.

Não por acaso, como observa Stepan, “dos generais que haviam se diplomado pela ESG, 60% eram conspiradores ativos, enquanto que apenas 15% dos que não haviam frequentado a ESG se achavam entre os conspiradores ativos”<sup>780</sup>. Em suma, existiram os agentes do descontentamento e aqueles que foram a expressão desse, mas só os primeiros foram efetivamente conspiradores. Ou seja, a conspiração não foi feita por grupos que “reagiam” ao que consideravam evidências da “comunização”, da quebra da hierarquia, da “democracia” como eles entendiam. A conspiração propriamente dita foi realizada precisamente por aqueles que atuaram decisivamente para tornar predominante essas motivações, para um vasto número de médios oficiais. Em suma, os conspiradores se organizaram como um estado-maior, ou um partido, na acepção gramsciana, capaz de planejar a guerra psicológica com base em um conhecimento do público a que se dirigia. Assim puderam capitalizar o sentimento de descontentamento e oposição. Os vários grupos que surgiram foram, desse modo,

---

<sup>779</sup> SODRÉ, 1965. Op cit. pag. 390.

<sup>780</sup> STEPAN, 1975. Pag. 135.

resultantes desse processo, e não cada um deles um pequeno núcleo de conspiração. Queriam conspirar, mas não tinham tática ou estratégia, não se articulavam, não tinham planos de atuação. Eram muito mais focos de insatisfação. Sabotavam no que podiam, tentavam aumentar o descontentamento em relação ao governo, mas tiveram atuação limitada. A atividade de partido do estado maior do golpe foi uma ação de classe, nas palavras de Gramsci: “a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal”<sup>781</sup>. No decorrer deste capítulo, nos referiremos a esses muito mais como “núcleos de descontentamento” do que de conspiração, mais como “descontentes” do que como conspiradores. No pós-golpe, muitos oficiais que apoiaram a deposição de Goulart (alguns somente quando tudo estava dado) escreveram memórias pessoais exaltando seu suposto papel de destaque no processo. Mas na verdade não foram ativos, foram reativos. Mesmo o sentimento de insatisfação que os movia foi em grande parte construído em meio à conspiração da burguesia organizada em classe, da qual retiravam seus argumentos e da qual raras vezes eram conscientes. Como nem sempre conheciam a conspiração organizada pela elite orgânica (o IPES se esforçava por ter uma atuação discreta), nem se davam conta de como eram acompanhados de perto e, às vezes, sutilmente guiados.

O grupo conspirador realmente existente e com estratégia de atuação nas Forças Armadas era o grupo da ESG, coordenado pelo general da reserva Golberi do Couto e Silva. Formado por altos oficiais, este grupo era um dos poucos que podiam contar com mais de um general da ativa e um numeroso grupo de coronéis. Conhecido nos meios militares (para o bem e para o mal) pelo apelido de “Sorbonne” (por contar com vários oficiais conhecidos como intelectuais nas Forças Armadas) era também o que possuía contatos mais sólidos com os grupos conspiradores dos meios civis. Dentre esses, o principal era o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), ou mais precisamente, a frente IPES\IBAD<sup>782</sup>, que junto com a ESG atuava como uma frente, formando como que um complexo, para o cientista político René Armand Dreifuss<sup>783</sup>. De acordo com esse autor, esse grupo, que tinha no IPES sua principal base, acompanhava de perto os focos de insatisfação nas Forças Armadas e os estimulava com publicações dirigidas e até com incentivo financeiro, quando fosse o caso. Mas,

---

<sup>781</sup> GRAMSCI, 2002. Op cit. pag. 61.

<sup>782</sup> A atuação coordenada entre o IPES e o IBAD, todavia, não aconteceu durante todo o governo Goulart, visto o segundo ter sido foco de uma CPI no congresso e ter sido fechado ainda em 1962.

<sup>783</sup> DREIFUSS, 1981, op cit.

além disso, possuía também a sua própria infraestrutura de comando<sup>784</sup>. Para dar conta desse intento, não apenas acompanhavam de perto os grupos regionais de insatisfação, como também mantinham contato com alguns dos militares da linha de frente do esquema de defesa de Goulart, tentando cooptá-los ou distraí-los. Entre os militares que foram contatados em algum momento por membros do IPES estavam os Generais Peri Bevilaqua (em 1962, enquanto ainda defendia o governo Jango), Osvino Ferreira, (enquanto ainda era comandante do I Exército) Jair Dantas Ribeiro e também Assis Brasil<sup>785</sup>.

Em seu trabalho, Dreifuss demonstra que muitos dos contatos entre os focos de descontentamento que acabaram por unificar e fortalecer os movimentos de conspiração foram feitos através de membros do IPES. Para se manter informado dos movimentos de insubordinação nas Forças Armadas, o IPES contava com uma equipe chefiada pelo general da reserva Golbery do Couto e Silva no Rio de Janeiro, assessorado pelo general (também da reserva) Agostinho Teixeira, em São Paulo: o Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC). Entre os importantes oficiais que tinham contatos com essa equipe estavam os generais José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Cordeiro de Farias, Menezes Cortes, José Canavarro, o marechal Denys, almirante Pena Boto e brigadeiro Grüm Moss, entre outros oficiais de alto escalão, da ativa e da reserva. O grupo da ESG/IPES ainda estava articulado à embaixada americana e à *Central Intelligence Agency* (CIA), e grande parte dos contatos entre a agência americana e alguns grupos de oposição militar foi promovida e/ou facilitada por esse núcleo. A organização desse complexo foi, segundo o autor, uma das maiores causas responsáveis pela aproximação e articulação entre as ilhas de descontentamento existentes. A coordenação das atividades desses focos de insatisfação, num movimento crescente que ganhou maiores dimensões no início de 1964, talvez não fosse possível sem a ação organizativa promovida pelos oficiais ligados ao IPES, e sem a infraestrutura fornecida pela burguesia organizada para esse fim. Muito embora nem todos os núcleos de insatisfação militares fossem controlados por esses ativistas, ainda assim esse grupo procurava se manter informado sobre todos os que estavam dispostos a se engajar num movimento de oposição ao governo federal

<sup>786</sup>.

---

<sup>784</sup> Idid, pag. 361.

<sup>785</sup> Ibid, ver página.

<sup>786</sup> Ibid. pag. 368.

A atuação detalhada do IPES não é o objetivo deste trabalho, mas é importante frisar que esse instituto tinha oficiais contatados em muitos dos núcleos de insatisfação que vão ser mencionados neste capítulo. Por vezes, esses oficiais não tinham informações muito precisas a respeito da natureza do instituto e se referiam à sua relação com membros do IPES vagamente como “relações com os civis”, com os “empresários”, com “as famílias”, etc.

Entre os principais objetivos da conspiração estava o de enfraquecer a linha de defesa militar de Jango, o seu “dispositivo militar”. Isso foi conquistado em primeiro lugar pela tomada de posição em favor de uma corrente política militar específica, a Cruzada Democrática. No interior das Forças Armadas, a Cruzada Democrática e os chamados “nacionalistas” já digladiavam há anos em torno das questões políticas nacionais as mais diversas, tais como questões relativas à soberania nacional, ao direito de participação política das camadas populares, à participação dos próprios militares na política, entre outros temas. Mas, as polêmicas entre a Cruzada Democrática e o setor nacionalista, no momento aqui analisado foram colocadas nos termos da “luta da democracia contra o comunismo”. A relação que se buscava estabelecer com a massa de oficiais médios não era racional. Não se procurou fazer um exame sincero da situação política e da conjuntura. Em vez disso, promoveu-se uma mobilização dos brios anticomunistas e tradicionalistas. Mais do que um convencimento e cooptação para um projeto de Estado e regime político, a doutrinação atuava muito mais no sentido de fortalecer concepções abstratas de um Estado forte e alinhado com “as forças da democracia”, mobilizado contra o “inimigo interno e externo”. Os membros da ala nacionalista foram constantemente criticados e combatidos. Os chamados “generais do povo”, em grande parte do setor nacionalista das Forças Armadas ou sob sua influência, foram duramente atacados, acusados de “colaboradores do comunismo”, quando não de comunistas e promotores do caos nas Forças Armadas. Para esse fim, a Doutrina de Guerra Revolucionária foi uma das armas propagandísticas mais úteis. Seus pressupostos foram amplamente divulgados para um público amplo pela via da mobilização dos meios de comunicação. A divulgação dessa teoria militar da Guerra Fria permitiu criar um sentimento de pânico nas classes médias, fortalecendo a falsa noção de que o Brasil estava à beira da “tirania comunista” sob as bênçãos do governo federal. O sucesso relativo da propaganda permitiu em médio prazo a esse grupo capitalizar a crescente oposição ao governo Goulart diante dos “riscos” que este representava, segundo os argumentos extensamente apresentados à opinião pública. A

ocultação de seus objetivos estratégicos pode ter sido fundamental para a não reação do “dispositivo militar” e para o amplo apoio que conquistou entre camadas significativas da população (especialmente na classe média) e ainda entre instituições e políticos importantes. Nos meses e anos seguintes, mesmo alguns apoiadores de primeira hora, como Lacerda, foram surpreendidos com os desdobramentos do golpe, e muitos deles foram perseguidos pelo regime que ajudaram a criar. Leonel Brizola revela que somente no exílio Jango compreendeu a dimensão do golpe: “Na verdade, Jango me confessou no exílio que a sua reação teria sido outra se tivesse condições de prever o que aconteceria com a sua deposição”<sup>787</sup>. Fora do grupo da ESG, a mobilização militar em seus núcleos de insatisfação foi feita principalmente por oficiais médios<sup>788</sup>, sob a liderança dos coronéis. Segundo Plínio Pitaluga: “[...] sobretudo da juventude militar. Dos maiores, capitães e dos tenentes”<sup>789</sup>. Para Antonio Carlos da Silva Muricy<sup>790</sup>, doutrinar e aliciar a média oficialidade não era uma opção, era praticamente o único meio de tentar organizar uma oposição militar contra o governo de João Goulart: “Nós trabalhávamos em todas as áreas, e conseguimos conquistar os de postos mais baixos; mas a parte de cima era do governo”.<sup>791</sup> A ratificar essa afirmação Cyro Guedes

---

<sup>787</sup> Entrevista com Leonel Brizola, in: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. Pag. 356.

<sup>788</sup> Entendemos como oficiais médios, principalmente as patentes de capitão a tenente-coronel, embora tenentes e coronéis também tenham feito parte do movimento, ainda que os primeiros sem exercer liderança, e os segundos em número relativamente menor.

<sup>789</sup> Durante a ditadura militar, Plínio Pitaluga foi um oficial de destacada importância. Em sua homenagem foi criado em 2002 o Museu Capitão Pitaluga e posteriormente a Medalha Capitão Plínio Pitaluga, ver: WIKIPEDIA, verbete: Plínio Pitaluga, disponível in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%ADnio\\_Pitaluga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%ADnio_Pitaluga), acesso em 18/04/2013. Durante os anos imediatamente anteriores ao golpe, Pitaluga estava lotado na Circunscrição de Recrutamento de João Pessoa (PB). Seu depoimento e de vários outros oficiais médios ao longo deste capítulo é representativo da insatisfação deste setor já mencionada em vários trechos desta tese. Entrevista com Plínio Pitaluga, in: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). 1964 – *31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 11. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(j). pag. 76.

<sup>790</sup> O General Antonio Carlos da Silva Muricy foi um dos oficiais superiores mais notoriamente envolvidos na oposição ao governo Jango. Como mencionado no capítulo anterior, durante a Campanha da Legalidade em 1961, foi o único general do Rio Grande do Sul que se posicionou contra a posse de Goulart. Muricy esteve a ponto de ir para a reserva, foi promovido a General julho de 1960, pelo governo Jânio, e não obteve mais nenhuma promoção durante o governo Jango. Foi salvo pelo golpe, sendo promovido a general de divisão em julho de 1964 e a general de Exército dois anos depois. Em maio de 1963 foi um dos protagonistas de uma crise militar desencadeada a partir de um discurso de Brizola, como visto no capítulo anterior. Pouco depois da crise referida foi transferido para o Rio de Janeiro na Subdiretoria da Reserva (um cargo burocrático). Na ocasião da deflagração do golpe, a convite do general Mourão Filho, foi o comandante das tropas que se deslocaram de Juiz de Fora.

<sup>791</sup> Entrevista com o General Antonio Carlos da Silva Muricy, In: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). 1964 – *31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 14. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(m). Pag. 37.

Etchegoyen<sup>792</sup> afirma que havia uma tendência de os núcleos de conspiração seguirem um movimento de expansão para as patentes baixas. De acordo com o entrevistado, isso se dava porque em função do *habitus*<sup>793</sup> militar era mais fácil discutir política com um oficial médio do que com um oficial superior:

Normalmente quando você conspira, trabalha no seu nível. Apesar dos pesares, mesmo conspirando, a hierarquia é respeitada no Exército. Eu não vou “ganhar” um major ou um coronel, sendo capitão. Posso no máximo sondar. Mas não vou chegar e doutrinar o cara, “ganhar” o cara para ser nosso. Agora, de capitão para baixo, a gente trabalhava<sup>794</sup>.

Também as primeiras pontes entre o núcleo propriamente conspirador do golpe e as instituições militares se deram a partir da mobilização da média oficialidade. Assim afirma Rubens Restel<sup>795</sup>, oficial ligado ao IPES, que localiza em São Paulo o início da conspirata civil-militar:

A revolução de 1964 foi planejada em São Paulo<sup>796</sup>. O exemplo paulista proliferou. No Rio de Janeiro, no sul e no nordeste, civis e militares passaram a entender-se, a confabular, a prever as consequências (...) Devemos enfatizar bem que as reuniões, no meio militar, começaram no Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) de São Paulo. Eram capitães e tenentes, também praças

---

<sup>792</sup> Cyro Guedes Etchegoyen, no período analisado era major e instrutor da ECEME. Foi um dos oficiais médios mais envolvidos nos movimentos de oposição ao governo Jango até por uma questão familiar, era filho do general Alcides Etchegoyen, um dos fundadores da Cruzada Democrática e também um dos oficiais mais atuantes na oposição aos governos de Vargas e Juscelino Kubitschek. Tinha vínculos pessoais com alguns dos maiores representantes militares da oposição e conspiração deste período, tais como Cordeiro de Farias, Golbery do Couto e Silva, João Baptista Figueiredo e outros.

<sup>793</sup> O conceito de *habitus*, conforme a acepção de Pierre Bourdieu constitui um conjunto de disposições regradas, incorporadas ao indivíduo a partir da vivência em determinado meio: “As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”. BOURDIEU, 2003. Op cit. Pags. 53,4. Para uma discussão mais aprofundada sobre o *habitus* militar, ver primeiro capítulo desta tese.

<sup>794</sup> Entrevista com Cyro Guedes Etchegoyen, in: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, op cit. Pag. 175.

<sup>795</sup> No período analisado, Rubens Restel era major e servia no Quartel General do II Exército, ver: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(f). Pag. 95. Era um médio oficial diretamente envolvido na conspiração militar, ligado ao Grupo da ESG e também ao IPES. Ver: DREIFUSS, 1981. OP CIT. Pag. 364.

<sup>796</sup> A afirmação de que a conspiração começou em São Paulo é uma possibilidade, visto o peso da burguesia neste estado, todavia, não temos elementos para confirmar esta hipótese. Assim como vários oficiais disputam em suas memórias o papel de liderança deste processo, também é comum que esta competição se traduza em termos geográficos (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, etc). De acordo com Dreiffuss, as primeiras reuniões do grupo ligado à ESG e ao IPES aconteceram no Rio de Janeiro, mas pela leitura de seu texto, a conspiração se deu mais propriamente no eixo Rio – São Paulo do que propriamente em um desses estados, ver: DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 374,5. O que nos parece mais representativo no depoimento de Restel é a afirmação de que as primeiras articulações entre o estado-maior conspirador com os militares da ativa se deram principalmente com a média oficialidade.

graduadas, trocando informações, analisando a situação do Brasil e eventualmente a projeção dos acontecimentos. Os próprios alunos do CPOR começaram a integrar-se com os oficiais. Organizamo-nos muito bem, trabalhamos a ligação civil/militar, como o objetivo determinado de impedir que a nação brasileira fosse lançada em uma aventura marxista<sup>797</sup>.

### **Limitações objetivas à atuação da oposição militar**

Uma primeira questão a responder é: por que entre os conspiradores existia um número muito maior de oficiais médios do que superiores? E a resposta pode ser que, embora pouco mencionado, a linha de isolamento operada pelo “dispositivo militar” em relação aos oficiais conspiradores tenha rendido frutos no que tange aos generais, almirantes e brigadeiros. Tais oficiais existiam em número muito mais reduzido, e vigiá-los não era tarefa das mais difíceis. No caso do Exército, não existia oficial tido como conspirador em comandos importantes<sup>798</sup>. Todos os generais que foram identificados como potencialmente perigosos foram afastados de comandos importantes, e muitos foram para a reserva, conforme demonstraremos mais à frente, ao analisar algumas promoções de Goulart. Segundo o então coronel Sebastião José Ramos Castro<sup>799</sup>, durante o governo Jango: “O ambiente político era o pior possível, Goulart conseguiu a adesão de alguns militares, mediante promoções políticas e hábeis transferências, criando o que denominou seu “esquema militar<sup>800</sup>”. Assim, mesmo alguns generais que em 1964 aderiram ao golpe, passaram os anos anteriores tentando não figurar na lista de suspeitos do “dispositivo militar” de Goulart. Isso explica o baixo número de generais nos núcleos iniciais de insatisfação até os momentos decisivos<sup>801</sup>. Essa carência de generais (principalmente da ativa) foi um elemento de dificuldade para

---

<sup>797</sup> O termo marxista só tem sentido se referido a Goulart e seus principais aliados se aceitos os pressupostos da Doutrina da Guerra Revolucionária. Entrevista de Rubens Restel ao Projeto História Oral do Exército, in: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(f), pag. 96.

<sup>798</sup> É certo que o general Castelo Branco era chefe do EME e sua posição foi muito importante para a conspiração propriamente dita. Todavia até muito próximo ao golpe, os oficiais do “dispositivo militar” não consideravam que este general estava conspirando contra o governo, e este fato explica sua permanência em seu posto. Assim como vários outros oficiais que com sua adesão nos momentos decisivos no momento do golpe o tornaram possível eram considerados de confiança até os últimos instantes.

<sup>799</sup> Sebastião José Ramos Castro, em 1964 era coronel e chefe da 3º Seção da 6ª Região Militar, em Salvador (BA), ver: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 117.

<sup>800</sup> Entrevista com Sebastião José Ramos Castro, in: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 119.

<sup>801</sup> No início de 1964 as informações de oficiais conspiradores começam a aumentar em volume. Mourão e Guedes, por exemplo, estavam prestes a serem removidos de seus postos. Ainda assim, os assessores militares de Goulart pareceram não se preocupar muito com esse fato, em função de as tropas mais treinadas e bem armadas continuarem, segundo sua avaliação, em mãos de confiança. Ver por exemplo: GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 169; MOURÃO, 1978. Op cit. Pag. 290 e PINHEIRO NETO, 1993. Op cit. Pag. 78.

a conspiração em seus primeiros anos. Os grupos formados por oficiais médios ansiavam pela participação de oficiais superiores e, na falta de generais, foram liderados principalmente por coronéis, ou simplesmente pela patente mais alta disponível. Nas memórias dos oficiais médios que se organizaram nos focos de insatisfação, desde o seu início, abundam referências à procura, por parte desses, de um general (de preferência de quatro estrelas) que aceitasse liderá-los em sua luta<sup>802</sup>. Mas, geralmente, seus comandantes se mantinham a uma distância segura. Como os principais comandos estavam nas mãos de oficiais, em princípio da confiança do governo, o caminho mais comum foi doutrinar as patentes mais baixas. Em alguns casos, o comandante da unidade colaborava tacitamente fingindo não perceber as movimentações de seus subordinados. Em raríssimos casos, os comandantes das unidades assumiam saber o que se passava, mas em praticamente nenhum desses se envolviam no trabalho de aliciamento. Esse comportamento deixava em aberto para o militar engajado na conspiração qual seria a posição de seu comandante num momento decisivo, e essa dúvida certamente era um fator complicador. Como veremos mais à frente, alguns oficiais em tese a serviço da defesa do governo resolveram colaborar com o movimento precisamente quando a subversão militar ocorria em seus momentos decisivos. Quanto aos oficiais médios, por existirem em grupo muito mais expressivo, era-lhes mais fácil atuar em grupos de oposição militar e, em muitos casos, escapar da sanção do “dispositivo militar”. Mesmo quando identificados e transferidos, simplesmente levavam os contatos da conspiração em sua região original para o lugar para onde eram transferidos. Nos depoimentos dos oficiais que se envolveram no golpe, são várias as menções à transferência punitiva. Ramão Menna Barreto<sup>803</sup>, na região do III Exército, por exemplo, menciona o receio de vários oficiais de serem apanhados em conspiração: “Agíamos muito, mas em sigilo absoluto, porque se algo transpirasse seríamos transferidos”<sup>804</sup>. A política de transferência tinha, contudo, um limite: se pulverizava a

---

<sup>802</sup> Mesmo em sua atuação política, a hierarquia há muito era uma questão fundamental para os militares, foi a condição de marechal, por exemplo, que possibilitou a Deodoro da Fonseca assumir a liderança no processo de proclamação da República, ver: SODRÉ, 1965. Op cit. Pags. 153 e seguintes. Também na Revolução de 30, essa questão teve peso importante. Para consolidar seu poder nas Forças Armadas, Vargas precisou promover vários expurgos entre a alta oficialidade entre 1930 e 1938 e promover rapidamente alguns de seus apoiadores militares, que à época ainda não tinham atingido o generalato, entre estes, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, ver: CARVALHO, 1999. Op cit.

<sup>803</sup> Ramão Menna Barreto na ocasião deste acontecimentos era coronel e também ligado ao núcleo central da conspiração. Em sua passagem pelo comando do 3º Regimento de infantaria de Santa Maria (RS), o general Mourão Filho convidou esse oficial para a chefia do seu “estado-maior conspirador”. Ver: DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 376 e MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 99.

<sup>804</sup> Entrevista com Ramão Menna Barreto, in: MOTTA, Aricildes de Moraes, 2003 (a). Op cit. Pag. 139.

oposição militar no curto prazo, no médio prazo servia para espalhá-la e fortalecê-la. Como veremos no curso deste capítulo, em algumas regiões do país, o estado de espírito era amplamente favorável ao golpe, pois, tamanho era o número de oficiais que tinham sido mandados para lá, que mesmo os chamados “neutros” acabaram se inclinados para a oposição.

A transferência para regiões distantes não foi a única tentativa de isolamento dos opositores. Um expressivo grupo de oficiais foi lotado nas escolas ou designado para o desempenho de funções burocráticas, os “canis<sup>805</sup>”, conforme já mencionado em capítulo anterior. Um dos generais que desempenhou um papel relevante no momento do golpe, o general Antonio Carlos da Silva Muricy, estava em cargo burocrático, segundo seu depoimento: “O governo não tinha confiança em mim, me colocou na Subdiretoria da Reserva, um lugar de General mas cujo comando era sobre papéis e escrivadinhas. Não havia nenhuma possibilidade de lutar com meus próprios elementos<sup>806</sup>.” Costa e Silva também estava em um cargo burocrático. E, realmente, as possibilidades de atuação política a partir de funções burocráticas eram bastante reduzidas. Costa e Silva permaneceu isolado quase até o momento do golpe e, quando contatado por outros conspiradores, mostrava-se bastante arreado. Em seu livro, Portella descreve Costa e Silva como um conspirador de primeira hora<sup>807</sup>, todavia, segundo o depoimento de vários outros conspiradores, tais como Mourão e Cordeiro de Farias, entre outros, Costa e Silva não se definiu até o último instante. Esse oficial, pelo seu perfil legalista e tradicionalista, não era homem de confiança do “dispositivo militar”, razão pela qual foi afastado do comando do IV Exército e enviado para a chefia do Departamento Pessoal. Nesse órgão, se Costa e Silva não conspirou diretamente, ao menos sabotou as transferências de oficiais promovidos por ordem do Ministro da Guerra, para enfraquecer os focos de conspiração, motivo de sua nova transferência para o Departamento de Obras. Parece-nos verossímil que Costa e Silva não apoiava Goulart, mas também não se envolvia em conspirações públicas o suficiente para colocar em

---

<sup>805</sup> Na gíria militar, o termo “canil” designa um posto de pouca importância, não honorífico.

<sup>806</sup> Entrevista com Antonio Carlos da Silva Muricy, in: MOTTA, 2003 (m). Op cit. Pag. 34.

<sup>807</sup> De acordo com Dreifuss, Costa e Silva não era ligado ao estado-maior do golpe. Após estes figurou como expressão da direita ideológica das Forças Armadas e precisou ser combatido pelos representantes da elite orgânica. Esse fato ficou evidente quando o golpe foi vitorioso e as disputas entre as frações militares pelo poder de Estado ganharam densidade: “os oficiais da ESG, ainda estavam longe de ter um domínio efetivo sobre as Forças Armadas, ao passo que os troupiers e extremistas de direita encontraram um canal de expressão apropriado através do ministro da Guerra – general Costa e Silva, e através do ministro da Marinha – almirante Radmacker, membros importantes da junta militar que assumiu o comando da situação após o golpe”, DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 420.

risco sua permanência na ativa. Assim, apesar da insistência de Portella em apresentar Costa e Silva como o “o líder da Revolução”, esse não foi nada além de um adesista de última hora. O verdadeiro líder dos oficiais ligados a Costa e Silva era o próprio coronel Portella, que utilizava o nome de Costa e Silva para convencer outros oficiais médios de que ele tinha um general de quatro estrelas em seu grupo. O papel desempenhado por Costa e Silva no dia 31 de março se deveu ao trabalho conspirativo feito por ele durante vários meses. Sabemos que Costa e Silva não denunciou seu subordinado para o “dispositivo militar”, mas não existem fatos que comprovem que esse general tenha também se envolvido no movimento, no máximo, manteve-se informado e agiu quando as possibilidades lhe pareciam altamente favoráveis.

O caso de Castelo Branco é diferente, pois, embora o EME<sup>808</sup> seja uma posição burocrática, é igualmente uma função de grande importância hierárquica. A indicação de Castelo Branco para a direção desse órgão custou caro a Goulart, diante do papel que o chefe do EME desempenhou no mês de março. A indicação de Castelo Branco talvez se explique, primeiramente pela imagem que esse general sempre procurou manter de si mesmo: a de legalista<sup>809</sup> e, de outro lado, a presença de um oficial conservador no EME era de certa forma coerente com a linha da política militar de Jango e seus assessores.

---

<sup>808</sup> Formalmente o EME: “é o órgão de direção geral responsável pela elaboração da política militar terrestre, pelo planejamento estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento da destinação constitucional do Exército Brasileiro. Sua missão é estudar, planejar, orientar, coordenar e controlar, no nível de direção geral, as atividades da Força, em conformidade com as decisões e diretrizes do comandante do Exército”. In: WIKIPEDIA. Verbete: *Estado – Maior do Exército (Brasil)* in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-Maior\\_do\\_Ex%C3%A9rcito\\_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-Maior_do_Ex%C3%A9rcito_(Brasil)), acesso em 18/04/2013. Oficiais de grande importância já ocuparam o posto que entre 1963 e 1964 estava sob o comando de Castelo Branco, como por exemplo, Goes Monteiro (1937-1943). Contudo a força do chefe do EME dependia da sua articulação com outras instâncias da hierarquia militar, notadamente do ministério da Guerra. Desta forma, neste período, a ação o chefe do EME estava limitada por Jair Dantas, que era seu superior hierárquico. A atuação de Castelo Branco no EME foi principalmente doutrinária. Utilizou o órgão para difundir a Doutrina da Guerra Revolucionária. Os oficiais do “dispositivo militar”, ao que tudo indica, não se preocuparam em ter um oficial direitista e reacionário à frente deste órgão em função de sua prioridade manifesta pelo controle das tropas.

<sup>809</sup> A imagem de Castelo Branco como um oficial legalista foi muito defendida após o golpe por seus aliados. Em alguma medida esta imagem também teve no próprio personagem em questão um de seus principais defensores. Em diversas oportunidades, Castelo Branco se colocou contra a intervenção militar na política, como por exemplo em discurso proferido em setembro de 1955 e tomado por muitos como uma das provas de seu legalismo, segundo “após ter defendido a ‘mentalidade dos Exércitos profissionais’ contra a ‘mentalidade miliciana’ alimentada pela ‘versatilidade do espírito político, sempre agitado entre a conquista do poder e a sua conservação’ e condenando oficiais que conjugam carreira política e militar, rejeita formalmente a entrada na ilegalidade que se traduziria na criação no Brasil de uma ‘república latino-americana’ de ‘totalitarismo ditatorial’. ‘Se adotarmos esse regime, o que entrar pela força, só se manterá pela força e dela só sairá pela força. Que finalidade retardatária e reacional! Assim não haverá recuperações’. CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012. Pag. 41. Segundo João Pinheiro Neto, Castelo Branco levava tão a sério a manutenção de imagem de legalista disciplinado, que chegava a ameaçar suicídio, se fosse punido: “o general Assis Brasil me disse que o homem é muito sensível. E que se fosse punido poderia até se suicidar”. PINHEIRO NETO, 1993. Op cit. Pag. 77.

Como direcionaram grande parte dos oficiais da direita militar para as escolas militares, a presença de Castelo Branco no topo da hierarquia desse setor era uma tentativa de evitar atritos entre os oficiais transferidos e o EME. Além disto, Castelo Branco tinha boas relações com o então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, do qual Goulart procurou se aproximar durante um período de seu mandato.

Mas o “dispositivo militar” mandou tantos oficiais conspiradores para esse órgão que mesmo que esse general fosse realmente arredo a conspirações (o que não era real), acabaria por colaborar com o golpe. Castelo Branco não correspondia à imagem que procurava fazer de si mesmo. Foi um dos principais introdutores da Doutrina de Guerra Revolucionária nas Forças Armadas brasileiras, teoria que tem entre seus pressupostos a defesa da intervenção militar e a primazia do “poder militar” sobre o civil. Apenas em sua ótica pessoal, Castelo Branco era legalista, ou seja, apenas se aceitarmos os pressupostos da doutrina por ele introduzida para justificar a intervenção militar na política, podemos atribuir a esse general a qualidade de “defensor das instituições”. A indicação de Castelo Branco para um cargo tão importante só se explica pela maior falha no esquema de defesa de Goulart, pela quase total despreocupação de seus assessores militares em respeito ao que se fazia nas escolas militares, e nos espaços de divulgação doutrinária das Forças Armadas. Os que se envolveram diretamente na conspiração não têm dúvidas em apontar esse fato. Segundo o coronel Luiz Paulo de Macedo Carvalho<sup>810</sup>, o “dispositivo militar” cometeu um grande erro ao transformar as escolas militares e instituições burocráticas, tais como o EME, em uma espécie de “arquivo” para os oficiais indesejáveis. Justamente porque esse procedimento permitiu a reunião e a articulação dos oficiais conspiradores: “começou a formar um núcleo de pessoas que eram contrárias ao governo”<sup>811</sup> Dessa forma, a posição de Castelo Branco foi muito útil à conspiração. Em primeiro lugar, porque o chefe do EME pôde garantir a difusão da Doutrina de Guerra Revolucionária em todos os espaços possíveis nas Forças. De certa forma, o principal núcleo conspirador militar (a *Sorbonne*) foi reunido pela política do “dispositivo militar”. Como visto no segundo capítulo desta tese, Castelo Branco chegou a proferir conferências reservadas a numerosos grupos de oficiais relacionando a conjuntura então vivida à Doutrina de Guerra Revolucionária.

---

<sup>810</sup> Luís Paulo de Macedo Carvalho em 1964 era capitão e servia no EME como ajudante de Ordens do General Emílio Maurell Filho, subchefe do órgão. Entrevista com Luís Paulo de Macedo Carvalho ao o Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 283.

<sup>811</sup> Entrevista com Luís Paulo de Macedo Carvalho ao o Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 290.

Nos vários momentos decisivos antes do desencadeamento da rebelião, este general pôde figurar no imaginário dos conspiradores como uma liderança institucional do Exército envolvido na “resistência”. Além disto, ter um chefe simpatizante da conspiração era um fator de segurança contra represálias do “dispositivo militar”. Ajudado por sua falsa imagem de legalista, outros grupos também atuavam sem serem molestados pelos homens do esquema de defesa de Goulart. O então major Everaldo de Oliveira Reis, adjunto da 1ª Seção do EME, por exemplo, fazia parte de um foco de descontentamento chefiado pelo general Ulhoa Cintra<sup>812</sup>. E graças à “proteção” de Castelo Branco pôde desenvolver sua atividade política sem ser incomodado. Uma das contribuições mais importantes do grupo de Ulhoa Cintra foi reaproximar duas importantes lideranças da conspiração que estavam rompidas desde 1961<sup>813</sup>. De acordo com o então capitão Rubens Bayma Denys, filho do marechal Odílio Denys e à época aluno da ECEME, em meados de 1963, o general Cintra intermediou um encontro entre o general Cordeiro de Farias e Denys, a fim de reaproximá-los com vistas a fortalecer a conspiração contra Goulart.

### **O grande pecado do “dispositivo militar”**

As escolas militares foram um destino muito comum para os oficiais não alinhados ao governo federal. Dentro da política de afastar os oficiais conspiradores das tropas, a opção por colocar muitos deles nas posições de prestígio dentro da caserna foi uma das decisões mais contraproducentes para quem queria, na verdade, diminuir a força da conspiração. Isso porque, nas Forças Armadas brasileiras, as escolas militares recebem anualmente um grande número de oficiais, e seus diplomas com frequência são pré-requisitos para promoção, como nota Stepan: “Como um oficial, para poder candidatar-se à promoção de general ou a qualquer dos comandos gerais, precisava ser diplomado pela ECEME, quase todos os oficiais brasileiros foram expostos intensamente às doutrinas de guerra interna”<sup>814</sup>. Como o “dispositivo militar” transferiu

---

<sup>812</sup> Everaldo de Oliveira Reis ao Projeto História Oral do Exército, in MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 142.

<sup>813</sup> De acordo com Bandeira, durante a crise da legalidade, o general Cordeiro de Farias estava conspirando para derrubar o marechal Denys do posto de ministro da Guerra e assumir a direção do movimento: “tinha por detrás preparando sua queda [do marechal Denys], o general Cordeiro de Farias. Estavam com ele, contudo, os comandantes militares e pôde, assim, mais tarde, liquidar o General Cordeiro de Farias, nomeando-o comandante do III Exército, rebelado no sul, para que não tomasse posse e se desmoralizasse”. BANDEIRA, 1979. Op cit. Pag. 58. Essa pode ser a razão do receio pessoal nutrido entre ambos desde 1961, mencionado, mas não explicitado por Rubens Bayma Denys ao Projeto História Oral do Exército, IN: MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 164.

<sup>814</sup> STEPAN, 1975. Op cit. pag. 133.

muitos oposicionistas para, todos os que nela ingressaram durante o período do governo Goulart foram doutrinados e até mesmo diretamente aliciados para a conspiração contra seu governo. O resultado da pretensa política de isolamento foi o de criar núcleos de insatisfação com oficiais de prestígio, muitos deles em posições hierárquicas importantes e de grande significado simbólico para a caserna. As escolas (ECEME, ESG, EsAO e AMAN<sup>815</sup>) e o EME foram as principais trincheiras da conspiração militar desde, pelo menos, 1962. Como os núcleos isolados de oficiais descontentes estavam procurando comunicações entre si, essas instituições puderam, no momento decisivo do golpe, figurar como direção hierárquica para os núcleos menores que ansiavam por oficiais superiores que assumissem a chefia do movimento. Esse equívoco cometido pelo *staff* militar de João Goulart foi inclusive apontado por muitos dos oficiais que se envolveram na conspiração militar. Segundo o então Major José Luiz Coelho Neto<sup>816</sup>, a conspiração na ECEME era generalizada: “Quase todo o grupo de instrutores e a maioria dos oficiais-alunos. A conspiração era livre lá dentro. Enfim, as pessoas criticavam livremente o governo. A oposição ao governo era total”<sup>817</sup>. Perguntado se haveria algum grupo de oficiais legalistas nessa escola, o entrevistado responde: “Não, na época não. E se houvesse, eles não teriam coragem de pôr a cara para fora”<sup>818</sup>. De acordo com o então coronel Sebastião José Ramos Castro, instrutor da ECEME entre 1960 e princípios de 1964, sob a direção do comandante coronel Sylvio Cunha, assessorado pelo coronel João Bina Machado, o currículo de formação da escola foi radicalmente reformulado durante o governo de João Goulart a fim de preparar os oficiais alunos para o que acreditavam eles serem os desafios daquela conjuntura: “É importante ressaltar que as Situações Gerais eram pormenorizadas, indicando o inimigo como adepto da ideologia comunista e dando os preceitos legais que justificavam o emprego do Exército Brasileiro”<sup>819</sup>. A instrução naquela escola teve como foco privilegiado a difusão da Doutrina de Guerra Revolucionária e a preparação para o combate ao “inimigo interno”, ou seja, a quem se considerava comunista.

---

<sup>815</sup> Respectivamente: Escola de Comando e Estado Maior, Escola Superior de Guerra, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Academia Militar das Agulhas Negras.

José Luis Coelho Neto, em 1964 era major e cursava a ECEME. In: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994 op cit, doravante identificada pela sigla: “JCN,1994”. Pag.189.

<sup>817</sup> Entrevista com José Luis Coelho Neto, In: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 190.

<sup>818</sup> Idem.

<sup>819</sup> Entrevista com Sebastião José Ramos Castro ao Projeto História Oral do Exército, in: Motta, 2003 (a). Op cit. Pag. 122.

Conforme depoimento do então coronel Antonio Jorge Correa<sup>820</sup>, quando o general Médici<sup>821</sup> assumiu o comando da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), tomou prontas medidas para tornar esse estabelecimento um núcleo organizado de conspiração. Além do foco nos cursos sobre a Doutrina de Guerra Revolucionária, que envolviam todos os oficiais, alunos e até docentes civis, constituiu de imediato um Grupo Especial de trabalho (GET) sob a chefia do então coronel Antonio Jorge Correa. O grupo organizado na AMAN não dialogava com os comandantes do estado da Guanabara, visto serem homens de confiança do esquema de defesa de Goulart, mas possuía contatos com muitos oficiais da mesma região (como, por exemplo, o grupo de Portella). Em Minas Gerais, esses contatos se faziam com os generais Mourão e Guedes, além de muitos outros na área do II Exército, onde dialogava com vários oficiais médios, assim como estabeleceu grande proximidade com o general Amaury Krueel, comandante do II Exército.

O general Emílio Garrastazu Médici e seu *staff* mantinham ainda excelentes relações com o general Castelo Branco, no EME. De acordo com o depoimento de Geise Ferrari, à época capitão e comandante do Curso de Infantaria daquela instituição, o grau de organização era tão sofisticado que, além de um acompanhamento minucioso da conjuntura, o grupo vigiava o tipo de jornal lido em cada alojamento a fim de acompanhar as presumíveis posições políticas de cada aluno da AMAN: “pelos jornais que eram lidos, tínhamos um levantamento, feito pelo oficial de informações do curso, das tendências de cada apartamento dos cadetes”<sup>822</sup>. Por determinação do comando da AMAN foi preparado ainda no mês de março de 1963, pelo então coronel Moacyr Barcelos Potyguara (comandante do Corpo de Cadetes), o “Plano Lealdade”, “que consistia, basicamente, da guarda de pontos sensíveis pelos cadetes e elementos do

---

<sup>820</sup> Em 1964, Antônio Jorge Correa era coronel e subcomandante da AMAN. In: Motta, 2003 (a). Op cit. Pag.29.

<sup>821</sup> Não conseguimos identificar em nenhuma das fontes ligadas ao governo Goulart, que o general Emílio Garrastazu Médici despertasse desconfianças do “dispositivo militar”. Entre 1958 e 1960 foi chefe do estado-maior de Costa e Silva, então comandante da 3ª Região Militar e desde então possuía vínculos pessoais com este. Não cursou a ESG, foi promovido a general de brigada durante a gestão de Denys no ministério da Guerra. Em 1961 se posicionou a favor da posse de João Goulart. Não recebeu qualquer outra promoção no governo Goulart, mas também não há indícios de que tenha sido vigiado ou sofrido quaisquer retaliações. Mais informações em: DIAS, Sonia. Verbete: MEDICI, Emílio Garrastazu. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 15/04/2013.

<sup>822</sup> Entrevista com Geise Ferrari ao Projeto História Oral do Exército, in: Motta, 2003 (a). Op cit. Pag. 196.

Batalhão de Comandos e Serviços”<sup>823</sup>. Ainda segundo o entrevistado, os cadetes e oficiais eram doutrinados de acordo com os conceitos da Doutrina de Guerra Revolucionária: “o Comandante da Academia, seguindo orientação do Estado-Maior do Exército, designou oficiais para frequentarem curso especialmente voltado (...) [para a] Guerra Revolucionária”<sup>824</sup>. Conforme narrado por Portella, em princípios de 1964, o trabalho de aliciamento para a conspiração tinha evoluído muito em função do trabalho realizado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). De acordo com esse oficial, os alunos dessas escolas, depois de doutrinados, cumpriram um importante papel como difusores do movimento nas unidades para onde retornavam: “havia sido trabalhados os capitães que cursavam a Escola de Aperfeiçoamento, de sorte a levarem às suas unidades a semente da conspiração”.<sup>825</sup>

### **A política de promoção e distribuição dos comandos do “dispositivo militar”**

Promover aliados e prejudicar adversários não era absolutamente um fenômeno novo na história do Exército brasileiro. Mas, especialmente depois do fracasso em impedir a posse de Jango em 1961, a vingança contra os que o ameaçaram naquela ocasião (e em 1954) era para valer. Antes de findar o mandato de Jango, muitos dos que eram então coronéis ou tenente coronéis não seriam promovidos e iriam para a reserva. A disposição da oficialidade média para conspirar era tanto maior quanto mais claramente ela percebia que, se Jango não fosse derrotado, a carreira de todos eles estaria comprometida, era só observar quem era promovido e quem recebia comissões e comandos importantes. À guisa de exemplo, alguns dos oficiais que mais se destacaram na defesa do governo foram promovidos em detrimento de outros que foram para a oposição. O então coronel Ruy de Paula Couto<sup>826</sup> relata que estava no Rio de Janeiro e tinha sido convidado pelo general Franklin Rodrigues de Moraes para chefiar seu

---

<sup>823</sup>Entrevista com Moacyr Barcellos Potyguara ao Projeto História Oral do Exército, in: Motta, 2003 (a), Op cit. Pag. 55.

<sup>824</sup> Ibid. Pag. 54.

<sup>825</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 88.

<sup>826</sup> Rui de Paula Couto era oficial militantemente anticomunista e difusor da Doutrina da Guerra Revolucionária. Fez curso da ESG em 1959, no período analisado era comandante da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria sendo um dos principais oficiais a pressionar para a adesão do General Poppe de Figueiredo (comandante da 3ª DI), como veremos no capítulo. In: in: MOTTA, 2003 (m), Op cit. Pag. 27.

estado-maior quando esse mesmo oficial foi preterido em uma promoção, segundo o depoente: “o General Franklin fora preterido na promoção; se não me engano, pelo General Oromar”<sup>827</sup>. Outro exemplo de promoção de aliados é o do general João de Deus Nunes Saraiva, que apoiou Jango até o fim, de acordo com o então Capitão Ernani Correa de Azambuja, ajudante de ordens de Jango no período em questão:

Sendo amigo pessoal de Jango, deixou de constar na relação para a promoção expedida pelo Alto Comando. O Presidente Goulart não se conformou, devolveu a relação para que o nome do coronel fosse nela incluído, e o promoveu. Pelo que me recordo o Saraiva foi promovido em detrimento de um coronel que já desempenhava funções de general, aguardando sua promoção que era tida com certa<sup>828</sup>.

Uma rápida análise do almanaque militar entre os anos 1961 e 1963 demonstra com clareza a tendência ao desaparecimento dos oficiais organicamente ligados à Cruzada Democrática e às demais facções da direita militar dos quadros superiores do Exército<sup>829</sup>. Durante o período em que Denys foi ministro da Guerra, ao final do governo Juscelino Kubitschek e no governo Jânio, dois oficiais foram promovidos a general de Exército, cinco a general de divisão e 18 para general de Brigada<sup>830</sup>. Nessa lista, estão alguns conhecidos nomes ligados à direita militar conservadora. Os promovidos a general de Exército foram Emílio Rodrigues Ribas Junior e Américo Braga. O primeiro era diplomado pela ESG, tendo ingressado nessa escola na turma de

---

<sup>827</sup> Entrevista com Rui de Paula Couto, in: MOTTA, 2003 (m), Op cit. Pag. 29. Na verdade, conforme pode ser consultado na relação dos oficiais promovidos e reformados entre os anos de 1961 e 1963, nos anexos deste trabalho, o general Franklin Rodrigues de Moraes, que era o primeiro na lista de promoções, não foi preterido diretamente pelo General Oromar Osório. Ocorre que neste ano, vários oficiais foram preteridos em suas promoções para general de divisão em função de oficiais que eram então tidos como de confiança do governo. Oromar Osório era o quarto da lista e foi também promovido. Foram promovidos também os Generais Mario Poppe de Figueiredo (segundo da lista), Francisco Damasceno Portugal (terceiro), Silvino Castor da Nóbrega (oitavo), Aluízio de Miranda Mendes (nono), Armando Bandeira de Moraes (décimo), Adalberto pereira dos Santos (décimo Primeiro), Altair Franco Ferreira (décimo segundo) e Floriano da Silva Machado (décimo sexto). A maior parte destes oficiais foram considerados base do “dispositivo militar” até 31 de março de 1964. Nesta data, alguns decidiram abandonar o governo e salvar suas carreiras: Poppe de Figueiredo, Aluízio de Miranda Mendes, Armando Bandeira de Moraes e Altair Franco Ferreira. Vários além do general Franklin se transferiram para a reserva. Mas alguns, embora preteridos, se recusaram a reforma e continuaram no serviço ativo conspirando como podiam, entre estes casos mais emblemáticos estão: Orlando Geisel (que era o quinto da lista) e José Pinheiro de Ulhoa Cintra (décimo quinto). O general Adalberto Pereira dos Santos também era envolvido com a oposição, mas conseguiu ser promovido, o esquema de punição não era perfeito.

<sup>828</sup> Entrevista com Ernani Correa de Azambuja ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (m), op cit. Pag. 271.

<sup>829</sup> Ver nos anexos, gráfico com a lista de oficiais generais entre 1961 e 1963.

<sup>830</sup> Ver nos anexos a relação dos oficiais promovidos e reformados entre os anos de 1961 e 1963.

1954<sup>831</sup>. Seria um dos apoiadores do Golpe de 1964 e, nessa qualidade, o interventor militar no estado de Goiás entre 1965 e 1966<sup>832</sup>. Sobre Américo Braga, o segundo nome promovido por Denys a esse posto, não encontramos informações relevantes sobre suas vinculações políticas. Esses dois oficiais não figuram no almanaque do ano seguinte. Ribas foi classificado na chefia do EME até setembro de 1962, quando foi substituído pelo General Machado Lopes. Depois de um período em que não conseguimos identificar qualquer função por parte de Ribas, o mesmo foi promovido a marechal em fevereiro de 1963 e passou para a reserva. O segundo foi promovido a marechal em julho de 1962 e transferido para a reserva. Em agosto de 1963, chegou a ser nomeado para auxiliar de Gabinete do Ministério da Guerra, mas a nomeação foi anulada em setembro seguinte<sup>833</sup>.

Entre os oficiais promovidos a general de divisão, a tendência da reforma é também visível. Os nomes alçados a este posto por Denys foram: José Theophilo de Arruda, Aurelio Alves de Souza Ferreira, Inima Siqueira, Amaury Kruel, Emilio Maurell Filho e Augusto da Cunha Magessi Pereira. Absteremo-nos de analisar o nome de Kruel, visto que já o fizemos em vários pontos deste trabalho. Vale registrar, no entanto, que foi dentre esses o único que desempenhou funções importantes no governo Goulart e que recebeu a promoção a general de Exército, em 25/11/1963. Todos os outros deixaram de figurar na listagem do almanaque nos dois anos seguintes e foram transferidos para a reserva. Inimá Siqueira, do qual não encontramos qualquer informação relevante sobre suas vinculações políticas, deixou de constar na listagem de generais ativos em 1962, tendo ido para a reserva em algum momento entre 1962 e 63. Aurélio Alves de Souza Ferreira, sobre o qual, além do fato de ser diplomando pela ESG na turma de 1959<sup>834</sup>, não encontramos nenhuma evidência de atuação política, igualmente não constava no almanaque de 1962 e, portanto, foi transferido para a reserva entre 1962 e 63. Emilio Maurell Filho, que também não constava do almanaque em 1962, era oficial de destacada atuação política. Foi um dos oficiais que apoiaram Lott em 1955. No início de 1962, chegou a assumir o comando da 1ª Região Militar,

---

<sup>831</sup> Ver Almanaque Militar do Exército – 1961, Rio de Janeiro, 1962. Pag.24, e o portal da ESG: turma de 1954, disponível em: <http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1954/>, acesso em 25/04/2013.

<sup>832</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: RIBAS JUNIOR, Emilio Rodrigues. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

<sup>833</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: BRAGA, Américo. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

<sup>834</sup> Ver Almanaque Militar do Exército – 1962, Rio de Janeiro, 1962. Pag., e o portal da ESG: turma de 1954, disponível em: <http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1959/>

quando o Ministro da Guerra era o General Segadas Viana. Porém, rapidamente passou a se identificar com os oficiais opositores ao governo de João Goulart e entrou em atritos com o então comandante do I Exército, General Osmino Ferreira. Transferido para o EME por ordem de Goulart, passou a atacar violentamente o presidente, denunciando a suposta infiltração comunista em seu governo. Em função de sua oposição, segundo o seu verbete no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, “teve negada sua promoção ao posto de general-de-Exército”. Chegou a chefiar interinamente o EME entre 13 de março e 14 de abril de 1963, quando foi substituído por Castelo Branco. Pouco depois foi transferido para a reserva<sup>835</sup>. Segundo Dreifuss, esse oficial também era ligado ao IPES<sup>836</sup>.

José Theophilo de Arruda também era diplomado pela ESG. Havendo ingressado na instituição na turma de 1952<sup>837</sup>, deixou de figurar no almanaque militar em 1963 e, portanto, foi transferido para a reserva entre 1963 e 64<sup>838</sup>. No mesmo almanaque, o nome de Augusto da Cunha Magessi Pereira, também foi subtraído. Esse era oficial de conhecida atuação política, tendo sido um dos que apoiou Lott, em 1955. No começo do governo Juscelino Kubitschek, foi chefe de polícia do Distrito Federal (Departamento Federal de Segurança Pública — DFSP). Nesse posto, junto a outros oficiais, foi acusado de empastelar o jornal *A Tribuna da Imprensa*, em função dos ataques desferidos por esse jornal a Lott e ao movimento por ele liderado<sup>839</sup>. Durante o governo Jango, todavia, aproximou-se do grupo de militares opositores e foi o titular da chapa apoiada pela Cruzada Democrática nas eleições para o Clube Militar em 1962<sup>840</sup>.

Denys igualmente promoveu 18 oficiais para general de Brigada. Entre esses, vários viriam a atuar na oposição ao governo Goulart, tais como Carlos Luiz Guedes,

---

<sup>835</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Verbetes: MAURELL FILHO, Emilio. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

<sup>836</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. pag. 367.

<sup>837</sup> Ver Almanaque Militar do Exército – 1962, Rio de Janeiro, 1963. Pag.19, e o portal da ESG: turma de 1952, disponível em: <http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1952/>

<sup>838</sup> No almanaque militar de 1962, Theóphilo de Arruda estava à frente o General Kruehl, mas teve a sua promoção a general de Exército negada. Ver nos anexos, gráfico com a lista de oficiais gerais entre 1961 e 1963.

<sup>839</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: PEREIRA, Augusto da Cunha. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

<sup>840</sup> VASCONCELOS, Claudio Beserra de. A Política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em História Social, 2010. Pag. 107.

Paulo Francisco Torres<sup>841</sup>, Jurandyr de Bizarria Mamede, Antonio Carlos da Silva Muricy, Dario Coelho, etc. Nenhum desses oficiais receberia qualquer outra promoção durante o governo Goulart, assim como estiveram à beira da reforma outros oficiais que se destacaram na oposição ao governo<sup>842</sup>. Entre os promovidos por Denys a essa patente, cinco deixaram de figurar no almanaque militar nos anos seguintes: Joaquim Vicente Rondon, Arnaldo Augusto da Matta e Paulo de Queiroz Duarte, ausentes no almanaque de 1962, e Sylvio Americo Santa Rosa e Vasco Kropf de Carvalho<sup>843</sup>, ausentes do almanaque de 1963. Outros oficiais que se manifestaram com mais clareza pela oposição foram, do mesmo modo, para a reforma durante o governo Goulart, entre esses podemos citar o general João Punaro Bley<sup>844</sup>, Oscar Rosa Nepomuceno da Silva<sup>845</sup>

---

<sup>841</sup> Ligado à direita militar, assumiu a chefia do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) após o atentado contra Lacerda na Rua Toneleiros em 1954 com apoio dos militares da Aeronáutica. Presidiu as investigações ao atentado e teve papel importante na reunião das provas que foram utilizadas contra o presidente, e que deram ensejo à crise política que culminou com seu suicídio. Sob o governo de Café Filho foi nomeado governador do então território do Acre em 2 de março de 1955. Em julho de 1961 substituiu o general Joaquim Justino Alves Bastos no cargo de presidente do Clube Militar, depois que o então presidente Jânio quadros conseguiu anular pela via das transferências, a diretoria ligada à ala nacionalista desta instituição. Em 1961, colocou-se a favor da posse do vice-presidente João Goulart. no começo de seu governo, foi nomeado, em outubro de 1961 para exercer o comando do Grupamento de Elementos de Fronteira, com sede em Manaus, em janeiro de 1963 assumiu o Comando Militar da Amazônia, permanecendo neste posto até setembro, quando foi substituído pelo também general-de-brigada Nairo Vilanova Madeira. Deste momento em diante ficou sem função no governo de Jango. Após o golpe de 1964, foi nomeado para a chefia do estado-maior do I Exército. Posteriormente foi eleito por via indireta para o governo do estado do Rio de Janeiro em substituição a Badjer da Silveira, que foi deposto pelo golpe. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *TORRES, Paulo*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

<sup>842</sup> José Pinheiro de Ulhoa Cintra era o número 15 na lista de promoções de 1962, na mesma listagem, Orlando Geisel era o número cinco. Foi promovido o número 16, General Floriano da Silva Machado, que viria ser um dos oficiais de confiança do “dispositivo militar” no III Exército, como veremos á frente ainda neste capítulo.

<sup>843</sup> Antes de ir para a reserva, este general foi mais um exemplo de oficial isolado em cargo burocrático, em janeiro de 1962, foi nomeado segundo-subchefe do Departamento de Provisão Geral do Exército até a data de sua reserva, em outubro de 1963. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *CARVALHO, Vasco Kropf de*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

<sup>844</sup> Segundo Dreifuss, também era ligado ao IPES. DREIFUSS, 1981. Op cit. pag. 366. Ligado à direita Militar, esse general foi demitido do comando da 4ª Divisão de Infantaria depois de um incidente com um repórter do Jornal Binômio: “No final de 1961 o jornal publica uma reportagem revelando o passado germanófilo do general João Punaro Bley, (...) a matéria dizia mais: além de integralista e hitlerista, o general ficara conhecido no Espírito Santo, estado no qual fora interventor, como um brutal torturador de presos políticos. Ao ler aquilo, Punaro Bley vai à sede da publicação e, em meio a um bate boca, agride o jornalista, que reage desferindo-lhe dois socos no rosto. Horas depois, centenas de soldados armados fecham as ruas que davam acesso ao prédio do jornal, situado no centro de Belo Horizonte, sobem à redação e reduzem o *Binômio* a pó”; REBELO, José Maria. Diáspora, os longos caminhos do exílio. São Paulo, Geração Editorial, 2001. Pag. 12

<sup>845</sup> Na listagem de generais de divisão do ano de 1962, o General Rosa Nepomuceno era o segundo da lista, mas teve sua promoção negada. Antes de ser reformado, foi transferido para a chefia do Departamento de Produção e Obras do Exército. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *SILVA, Oscar Rosa Nepomuceno da*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013

e Ademar de Queiroz<sup>846</sup>. Apesar disto, alguns oficiais conseguiram passar despercebidos dos oficiais do dispositivo e conseguiram não só ser promovidos, como assumiram postos importantes. Dentre esses, podemos citar o General Adalberto Pereira dos Santos, o qual foi promovido a general de divisão em 1962 e, no comando da 4ª divisão de infantaria, em Porto Alegre, foi peça importante para conseguir a adesão do General Poppe de Figueiredo e sabotar as possibilidades de resistência do “dispositivo militar” no III Exército<sup>847</sup>.

Poucos foram os oficiais-generais que se empenharam realmente no movimento de conspiração, e nem sempre com os resultados desejados, como os generais Ulhoa Cintra, Muricy, Cordeiro de Farias e o marechal Denys. Mas os maiores destaques desse grupo são justamente os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes, especialmente o primeiro. Os generais de Minas Gerais eram também, dentre os oficiais superiores que conspiravam abertamente, os únicos que comandavam alguma tropa. As tentativas de articulação com vistas a um levante armado por esses generais eram conhecidas por praticamente todos os oficiais descontentes com o governo, e curiosamente, até pelos oficiais que o defendiam. Cordeiro de Farias, um dos mais reconhecidos conspiradores, chegou a comentar em seu depoimento o estranhamento que lhe causava ver Mourão à frente de uma tropa:

Mourão estava antes em Santa Maria [RS]. Foi pilhado em conspiração e o transferiram para São Paulo. Sua ação foi novamente detectada e o mandaram para Minas. Por isso, não consigo entender até hoje como pôde o governo, diante de tamanhas evidências, dar a Mourão um comando de tropa e logo em Minas Gerais! (...) Conspirava publicamente, e no entanto, recebia comandos importantes.<sup>848</sup>

A conspiração de Mourão era a mais pública entre todos os generais, a energia desse conspirador era paradoxalmente sua maior fraqueza. O próprio governo parecia não acreditar que ele pudesse fazer algo mais do que “tentar” organizar uma conspiração. E os outros generais descontentes não costumavam lhe dar crédito. O

---

<sup>846</sup>Integrou a chapa de Cordeiro de Farias na eleição do Clube Militar de 1950: COSTA, Octávio. Vida e Obra de Nelson Werneck Sodré. IN: CUNHA, Paulo Ribeiro da. CABRAL, Fátima(Org). Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. São Paulo, Editora da UNESP, 2006. PAG. 22. Signatário do Memorial dos Coroneis; Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *QUEIRÓS, Ademar de*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013. Esse oficial também era muito ligado ao general Castelo Branco; VIANA FILHO, Luiz. O Governo Castelo Branco. Tomo II. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1975 (b). pag. 404.

<sup>847</sup> FIGUEIREDO, 1970. Op cit. pag. 29.

<sup>848</sup> CAMARGO & GÓES, 1981. Op cit. Pag. 570.

comandante da 4ª RM chegou a procurar Kruehl, Cordeiro de Farias, o almirante Heck, Costa e Silva e Castelo Branco, entre outros, e de nenhum deles conseguiu qualquer compromisso de colaboração. O “dispositivo militar” estava prestes a remover os dois generais mineiros de seus comandos, quando o golpe foi deflagrado. Mas, ainda assim, a subestimação foi exagerada, mesmo no momento em que as tropas de Minas começaram a se movimentar, o fato não mereceu dos assessores militares de Jango, especialmente de Assis Brasil, a atenção devida.

Quando Mourão assumiu o comando da 4ª Região Militar, em 28 de agosto de 1963, já existia em Minas um grupo de oficiais médios descontentes, que estavam dispostos a conspirar. Logo que assumiu, consultou vários oficiais em relação ao estado de espírito de cada um sobre o governo Goulart e suas disposições para o engajamento num movimento de levante das Forças Armadas. De acordo com o depoimento do então major José Antônio Barbosa de Moraes<sup>849</sup>, Mourão formou um estado-maior em Minas com os seguintes oficiais: o tenente coronel Virgínio Vargas Moreira Brasileiro, o major Antônio Curcio Neto, José Ramos de Alencar e o próprio depoente. Além dos membros de seu estado-maior, também estavam articulados com o grupo de Mourão os majores Feliciano José Parreiras Henrique, Alísio Sebastião Mendes Vaz e David Ribeiro de Faria<sup>850</sup>. A maior parte dos descontentes com o governo Goulart procurava manter distância desse oficial, de acordo com Dreifuss: “os companheiros de conspiração dele suspeitaram devido ao seu estilo exuberante e atitudes pattonescas”.<sup>851</sup> Ainda segundo esse autor, os núcleos mais organizados no combate ao governo Jango, chegaram a estimular as atividades de Mourão para que as atenções do dispositivo se voltassem para ele e permitissem maior liberdade de movimento para outros oficiais: “Suas atividades também foram encorajadas na medida em que chamavam a atenção da rede de informações do governo sobre sua pessoa, permitindo uma certa facilidade de operação a outros elementos no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte”<sup>852</sup>. De acordo com Barbosa de Moraes, era intrigante que um oficial que conspirava tão abertamente não fosse destituído imediatamente de seu comando. Na opinião do entrevistado, o descrédito nutrido por Mourão pelos outros oficiais superiores pode ter sido o fator decisivo para sua permanência no cargo:

---

<sup>849</sup> No momento do golpe, José Antônio Barbosa de Moraes era major e servia em Minas Gerais, como chefe da 3ª seção do Estado-Maior da 4ª RM/DI em Juiz de Fora. In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 195-212.

<sup>850</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 232.

<sup>851</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 373.

<sup>852</sup> Idem.

Fiquei com a sensação de ele seria imediatamente exonerado do comando; no entanto, esta conversa<sup>853</sup> repetiu-se em todas as Unidades da 4ª DI, e ele continuou à frente da GU, talvez, por que tivesse fama de “boquirroto” ou fosse um oficial-general sem prestígio no Exército. Os outros generais não tomavam muito conhecimento dele, e esta pode ser a razão pela qual o Governo não tenha se preocupado<sup>854</sup>.

### **Principais núcleos de insatisfação militar**

Uma das regiões onde o “dispositivo militar” estaria, em princípio, em posição de maior força era no estado da Guanabara, território que até pouco tempo fora a capital do país, e que ainda guardava grande parte dessa estrutura. A cidade do Rio de Janeiro possuía várias unidades de importância, como a Vila Militar e a sede da Esquadra brasileira, por exemplo. E nessa região, oficiais de total confiança do “dispositivo militar” tinham o comando de todas as principais unidades. Muitos oficiais temiam o esquema de defesa de Goulart exatamente pelas posições que esse tinha na Guanabara. Em função da força do governo, a tática da conspiração na Guanabara foi qualitativamente diferente das outras regiões. Enquanto no resto do país se buscavam tropas para aderir ao levante, na Guanabara o esforço principal era aliciar os descontentes para sabotar a ação do “dispositivo militar” quando esta acontecesse. De acordo com depoimento de Adyr Fiúza de Castro, lotado no EME desde 1961, a maior parte dos conspiradores na Guanabara era de oficiais mais modernos<sup>855</sup>. O trabalho de conspiração era facilitado quando se tinha o apoio do comandante da unidade, como no caso do comandante do Batalhão de Carros de Combate (coronel Arnaldo Calderari) que era simpático à conspiração e soube não despertar a desconfiança do “dispositivo militar”. Quando isso não acontecia, os contatos eram feitos, sobretudo sobre os oficiais mais modernos: “Então, nós tínhamos que trabalhar embaixo, nos capitães, comandantes de bateria, tenentes e mesmo majores, para termos a possibilidade de que a unidade pelo menos retardasse qualquer atuação contra nós”<sup>856</sup>. Relata ainda a dificuldade de conseguir oficiais superiores: “Tínhamos um general de Brigada, mas

---

<sup>853</sup> O entrevistado se refere aqui à sondagem que Mourão lhe fez a respeito de qual era a sua opinião em relação ao governo Goulart e se estava disposto a se engajar num movimento armado para depô-lo.

<sup>854</sup> Entrevista com José Antônio Barbosa de Moraes ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 197.

<sup>855</sup> Dentro das regras militares a antiguidade é critério de hierarquia, os oficiais há mais tempo em uma patente tem formalmente prioridade e voz de comando sobre aqueles promovidos mais recentemente, os “modernos”.

<sup>856</sup> Entrevista com Adyr Fiúza de Castro, in: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 156.

ele, como todos os outros generais simpatizantes, estava em funções burocráticas”<sup>857</sup>. Expõe a aproximação com Costa e Silva: “Lá para novembro de 63, por aí, o então coronel Jaime Portella procurou-me e disse: ‘Fiúza, nós conseguimos um chefe. Mas ele quer que a coisa fique absolutamente em segredo, senão é um cara queimado. Era o Costa e Silva, que era um homem de tropa’”<sup>858</sup>. Em relação aos contatos com outros estados, de acordo com Fiúza, seu grupo não tinha muitas esperanças com Minas, pois não havia ainda percebido nenhum sinal, fosse de Mourão, fosse de Guedes. Em São Paulo, os contatos eram em maior número e qualidade. Nesse caso, menciona o contato com o comandante da mais poderosa unidade, o 4º RI, sob o comando do coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, e um grande número de oficiais médios, embora praticamente todos os generais paulistas, na visão de Fiúza, fizessem parte, àquela época, do esquema de Goulart. Ainda de acordo com esse depoente, o chefe da estação de rádio do Exército, major Natalino Brito, era participante do mesmo grupo e enviava ao entrevistado os telegramas de Jair, que eram posteriormente decifrados<sup>859</sup>.

Um dos focos de maior atuação na conspiração foi liderado pelo coronel Jayme Portella de Mello. O grupo de Portella é mencionado por quase todos os grupos conspiradores espalhados pelo país, tendo contato com oficiais de todas as armas. Esse grupo também contava com membros da Marinha e da Aeronáutica, inclusive com um grupo ultradireitista, à época comandando pelo então coronel João Paulo Moreira Burnier<sup>860</sup>. Também tinham contato com os generais Nelson de Melo, Cordeiro de Farias e Mourão<sup>861</sup>. O então tenente coronel Luís de Alencar Araripe foi um dos oficiais a se engajar no grupo chefiado por Portella. O depoente assim descreve a personalidade deste oficial:

O Portella era uma figura bastante interessante. De poucos amigos, tratava a estes de modo fraterno, mas conspirador nato, mostrava-se extremamente avaro na partilha de informações. Por outro lado, quem o tivesse como inimigo, não precisaria de outro. Era uma pessoa objetiva, determinada. Nunca percebi nele vestígios de intelectual, nunca detectei intimidade sua com os livros. Em compensação, provou ser inteligente e possuir fino senso político e notável capacidade de manipulação de pessoas<sup>862</sup>.

---

<sup>857</sup> Idem.

<sup>858</sup> Idem.

<sup>859</sup> Idem.

<sup>860</sup> DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 370.

<sup>861</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 84.

<sup>862</sup> Entrevista com Luís de Alencar Araripe ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (b). op cit. Pag. 219.

Ainda segundo Araripe, a atuação de Portella foi muito importante como articulador entre os oficiais conspiradores, principalmente por ter se constituído como elemento de ligação entre conspiradores gerais, separados por inimizades e rancores pessoais, e até com oficiais ligados a Castelo Branco com quem ele próprio não tinha boas relações:

Ligado a Costa e Silva e a Cordeiro, dois generais que não se entendiam, para dizer o menos, Portella provava notável habilidade, preservando a amizade dos dois, e participando dos grupos de cada um deles. Mesmo com certos castelistas, como o general Meira Mattos, mantinha relações estreitas<sup>863</sup>.

Em seu livro, Portella aponta alguns precursores da conspiração em São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo, os contatos de Portella eram principalmente com o coronel Cid Osório e o major Restel, que mantinham informados os generais Gorreta Júnior e Dalízio Mena Barreto<sup>864</sup>. Os dois oficiais tinham uma espécie de divisão de tarefas entre eles: enquanto Cid Osório trabalhava, sobretudo com os oficiais superiores (de coronel em diante), o major Restel atuava especialmente sobre os oficiais médios, inclusive entre alguns oficiais da Aeronáutica. Graças ao trabalho de Cid Osório, o grupo de Portella pôde fazer contatos importantes em São Paulo, como, por exemplo, o coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, comandante do 4º RI. Também estavam ganhos para a conspiração os coronéis Paulo Thomaz Alves, da guarnição de Campinas, Marques Ambrósio, comandante do 2º Regimento de Cavalaria, o ajor Leonardo do 2º Grupo de Canhões Antiaéreos e o tenente-coronel Toledo, do 4º regimento de obuses, entre outros. Entre os contatos apontados por Portella na Guanabara, havia da mesma forma, oficiais ligados à ESG, com destaque para a participação dos coronéis Afonso de Albuquerque e Edson Figueiredo, assim como outros ligados à ECEME, com ênfase para os Tenentes Coronéis Hélio Mendes, João Figueiredo, Hiran Arnt, Tancredo Jubé, Hernani D'Aguiar e Medeiros, Além dos Coronéis Alvarenga Navarro e Francisco Barroso, entre outros.

O III Exército, especialmente o estado do Rio Grande do Sul, era a região onde o “dispositivo militar” era mais forte, onde um número maior de oficiais apoiava o governo de João Goulart. Podemos afirmar que nessa região, a ala nacionalista das Forças Armadas tinha também sua maior força, principalmente em Porto Alegre e em

---

<sup>863</sup> Idem.

<sup>864</sup> Irmão do também coronel Ramão Menna Barreto, já mencionado acima, que fez parte do estado-maior do General Mourão em Santa Maria.

suas regiões adjacentes, como em São Leopoldo, por exemplo. Mesmo nos comandos do interior, os oficiais eram tidos como de confiança. Tal como em todas as outras regiões, a conspiração no III Exército foi liderada por oficiais médios, que se colocavam sob a liderança de alguns coronéis. Na cidade de Santa Maria (RS), existia um foco de insatisfação composto por vários oficiais médios, liderado pelos coronéis Paula Couto, Ito do Carmo, Edmundo da Costa Neves e Gabriel D'Annunzio Agostini. Essa região era comandada pelo então general Mario Poppe de Figueiredo, que não se definiu pela conspiração até a manhã do dia 1º de abril. A guarnição de Uruguaiana (RS) constituiu um exemplo muito eloquente dos limites do “dispositivo militar”. Entre os conspiradores mais aguerridos, estava o então coronel Amerino Raposo Filho, comandante do 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (4º GA75 Cav), que mantinha um diálogo constante com o comandante do 8º Regimento de Cavalaria (8ºRC), da mesma região, coronel Carlos Alberto da Fontoura. Nessa guarnição, o ministro Jair Dantas colocou comandantes de sua inteira confiança: os coronéis Carlos Ramos de Alencar e Geraldo Knaack, e o general Joaquim de Mello Camarinha. A maior parte dos oficiais colocados nos postos de comando para defender o governo era realmente de confiança no momento em que foram nomeados. O que o governo não conseguiu perceber foi que essa disposição não era imutável, e muitos deles mudaram de posição, especialmente nos últimos momentos do golpe, vendo que a adesão era o único meio de salvar suas carreiras.

### **Crise e ação da oposição golpista no início de 1964**

A polarização política entre governo e oposição estava chegando ao ápice no início de 1964. Com o avançar da crise política e econômica, as manifestações de oficiais descontentes se tornaram mais explícitas. No Ceará, embora existissem alguns oficiais conspirando, também havia outros a serviço do “dispositivo militar”: no mês de fevereiro de 1964, por exemplo, o então Tenente-Coronel Hélio Duarte Pereira<sup>865</sup> chegou a ficar vinte e três dias preso por ordem do comandante da 10ª Região Militar, por haver determinado a distribuição de alguns panfletos de cunho conspirativo contra o governo de Goulart. Depois da prisão, o oficial em questão foi transferido para a cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, onde pouco depois pôde participar ativamente do golpe. Portella exemplifica sob o ponto de vista dos opositores este fenômeno. No dia 7 de março, as militantes da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia)

---

<sup>865</sup> Entrevista com Hélio Duarte Pereira Lemos, in: MOTTA, 2003 (a), op cit, pag. 239-252.

conseguiram esvaziar um comício supostamente convocado pelo PCB, para celebrar o aniversário de Jango, no bairro de Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro<sup>866</sup>. O aumento do engajamento de militares e civis era claramente percebido por um setor da esquerda organizada, embora em um segmento majoritário reinasse ainda grande otimismo. No início de março, Marighela chegou a se reunir com o brigadeiro Francisco Teixeira – Comandante da 3ª Zona Aérea – e dois dos principais dirigentes da Associação de Cabos e Marinheiros, os marinheiros Marco Antônio da Silva e Antônio Geraldo da Costa. Na reunião, os presentes discutiram sobre o crescimento do movimento conspiratório, e a possibilidade de um golpe de direita. Ficou acordado que, caso isso acontecesse, “os praças e suboficiais das guarnições dos cruzadores *Barroso* e *Tamandaré* tomariam controle dos navios e bombardeariam o Palácio Guanabara”<sup>867</sup>

A burguesia organizada em classe já desenvolvia uma campanha de desgaste do governo João Goulart, desde a sua posse. Mas a inflexão decisiva na direção de um golpe de Estado ficou mais clara a partir da vitória eleitoral de Jango nas eleições de 1962, e, mais ainda, após o plebiscito que lhe devolveu os poderes presidenciais. Não obstante a mobilização de classe da burguesia, com amplo apoio de intelectuais e dos meios de comunicação, Goulart não iria cair “de maduro”. Ainda mais, porque o desgaste impingido a Jango não fez mais do que polarizar o antagonismo entre as classes sociais. Ao passo que sua rejeição nas camadas dominantes e médias era grande, entre a massa da população, o presidente conservava ainda grande apoio popular. Isso é o que demonstraram pelo menos duas pesquisas de opinião feitas pelo Ibope<sup>868</sup>. Na primeira, realizada entre os dias 9 a 26 de março de 1964, foi perguntado aos entrevistados entre outras coisas, se votariam em Jango, caso ele pudesse se candidatar em 1965<sup>869</sup>, e, para a surpresa de muitos, o “sim” ganhou em capitais importantes, como Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. O “não” ganhou em São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, mas, ainda nestas regiões, o “sim” não teve um

---

<sup>866</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 92.

<sup>867</sup> MAGALHÃES, 2012. Op cit. Pag. 283.

<sup>868</sup> Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

<sup>869</sup> Como em todo ano pré-eleitoral, em 1964 havia especulações quanto aos possíveis nomes a serem candidatos a sucessão presidencial em 1965. No bojo das acusações aos projetos continuístas a Goulart, também era muito frequente a acusação de que este planejava modificar a constituição para permitir a reeleição e assim disputar as próximas eleições. Especulações sobre a possível reeleição de Goulart eram frequentes nos jornais, por exemplo, no *Jornal do Brasil*, em data próxima a realização destas pesquisas: “Arraes favorável a elegibilidade, mas sem exceção: O governador Miguel Arraes manifestou-se favorável (...) à reforma constitucional no capítulo das inelegibilidades a fim de tornar elegíveis o presidente João Goulart, o deputado Leonel Brizola, O ex-presidente Jânio Quadros, os sargentos”: *Jornal do Brasil*, 10/03/1964. Pag. 1.

desempenho desprezível, oscilando entre 39 a 41%. Essa pesquisa demonstrava também que Jango, apesar de toda a campanha contra ele, estava muito melhor e mais popular do que seus acirrados críticos. Lacerda, por exemplo, na simulação da pesquisa sem reeleição, apenas na Guanabara conseguia superar a marca de 20%. Magalhães Pinto mal passou de 6% na capital mineira<sup>870</sup>. Outra pesquisa do mesmo instituto, realizada na capital paulista durante os últimos dez dias de governo de Jango (em plena mobilização das Marchas Pela Família, com Deus pela Liberdade<sup>871</sup>), registra os parcos resultados obtidos na campanha anti-Goulart às vésperas de sua queda. A aprovação do governo estava muito superior ao que se poderia esperar de um presidente diariamente atacado. É certo que apenas 7% responderam que seu governo era “ótimo”, mas a aprovação ficou bem à frente da reprovação. O governo era considerado bom por 29% e regular por 30%; era mau para 7%, péssimo para 12% e 9% não souberam ou não quiseram responder. Ainda de acordo com essa pesquisa, 80% dos entrevistados tinha conhecimento das principais medidas políticas anunciadas para breve pelo governo Goulart, tais como a encampação das refinarias de petróleo, medida que tinha aprovação de 47% contra 28%, e a desapropriação de terra e tabelamento dos aluguéis, aprovados por 64% , com apenas 20% de reprovação. Como vitória parcial da campanha burguesa, a entrada de capitais estrangeiros era tida como vantajosa para 47% e não vantajosa para 33%. O receio do “perigo comunista” também foi mensurado nessa pesquisa: 32% receavam que o regime viesse a ser implantado no País num curto prazo, 36% como um perigo para o futuro, e apenas 19% não tinham sido afetados pela propaganda anticomunista e não achavam que o regime era um perigo, mesmo para o futuro<sup>872</sup>. Diante de fatos como esses, a mobilização da direita militar era decisiva, mas para desencadear o golpe era necessário um momento de crise política e institucional. E essa condição se apresentou afinal no mês de março de 1964, embora seja preciso dizer que não veio “naturalmente”. O cenário favorável foi possibilitado pelo aproveitamento, por partes dos conspiradores da conjuntura, da forte crise econômica e do isolamento diplomático que a gestão de Jango viveu a partir da tentativa fracassada de estado de sítio em outubro de 1963, fato já analisado ao final do capítulo anterior. Esse último

---

<sup>870</sup> Apud MAGALHÃES, Mário. *Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012. Op cit. Pag.: 291.

<sup>871</sup> As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram manifestações da classe média estimuladas pela burguesia organizada em classe e constituíram argumento de que a deposição de Jango foi precedida de clamor popular. Trataremos destas manifestações adiante, ainda neste capítulo.

<sup>872</sup> SUGIMOTO, Luiz, *O Golpe deu Ibope*, Jornal da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas – 24 de fevereiro a 9 de março de 2003, disponível in: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/jornalPDF/204pag03.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/204pag03.pdf) , acesso em 12/02/2013.

episódio não foi um determinante isolado: junto a essa crise militar outros fatores contribuíram para o desenvolvimento da conjuntura favorável ao golpe de Estado.

No plano internacional, com o assassinato de Kennedy em 22 de novembro de 1963, verificou-se uma tendência de endurecimento da política externa norte-americana, que passou a se inclinar de maneira mais explícita no sentido da aceitação de soluções de força no âmbito da América Latina, tal como afirmou Edwin Lieuwen, pouco depois do golpe:

Por conseguinte, a administração Johnson foi pressurosa em dar boas-vidas à mudança [o golpe] tornou-se claro que a nova administração se convenceu de que as tentativas de Kennedy para impor a democracia à América latina provaram-se infrutíferas. E que, no futuro, Washington empenhar-se-ia menos apaixonadamente com o princípio da liberdade política na América Latina<sup>873</sup>.

Não se deve, entretanto, supor que, mesmo sob Kennedy, essa tendência não existisse<sup>874</sup>. O presidente do partido democrata, embora protestasse, aceitou a queda do Presidente da Argentina Arturo Frondizi, “do mesmo modo que a deposição de Manuel Prado, no Peru”<sup>875</sup>. Todavia, para qualquer observador atento, com Lyndon Baines Johnson, vice de Kennedy, a tendência intervencionista da maior potência imperialista ganhou impulso substancial, como será inclusive enfatizado mais a frente.

No cenário interno, o período foi marcado por agravamentos políticos e econômicos que aumentaram em muito o desgaste sofrido pelo governo com a decretação frustrada do estado de sítio. Com o fracasso do Plano Trienal, o que levou João Goulart a uma apressada reforma ministerial, as finanças do Estado brasileiro chegaram perto da insolvência. O governo federal já vinha encontrando crescentes dificuldades, mesmo durante a época de Kennedy, em reescalonar as dívidas existentes e contrair novos empréstimos, em função das condições exigidas pelo governo americano. Entre essas exigências, estava a compra da AMFORP<sup>876</sup>, e a adoção das

---

<sup>873</sup> Edwin Lieuwen, *U.S. Policy in Latin America, A Short History*, Frederick A. Praeger, New York, 1965, pag. 122-3, Apud, IANNI, Octávio, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, pag: 147.

<sup>874</sup> Há que se lembrar que em relação a Cuba, a tendência intervencionista já existia desde 1959. E mesmo sob Kennedy ocorreu uma frustrada tentativa de invasão da ilha, a chamada Invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, poucos dias depois que Fidel Castro anunciou pela primeira vez em discurso o caráter socialista da revolução, em 16 de abril de 1961.

<sup>875</sup> BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, ECB, 1973 Pag. 463.

<sup>876</sup> *American and Foreign Power Company*. O governo americano colocou como condição para qualquer entendimento que o Estado brasileiro adquirisse essa companhia a preço muito acima do mercado, num primeiro momento, o governo Goulart chegou a sinalizar em atender as exigências de Washington, mas as

medidas de estabilização propostas pelo FMI. Ao mesmo tempo, as esquerdas de uma maneira geral se mobilizavam para pressionar o governo a levar até o fim seu discurso nacional populista, e nacionalizar grande número de empresas estrangeiras, com destaque para as refinarias de petróleo e as firmas ligadas a prestação de serviços essenciais.

Goulart tinha à sua frente duas opções mutuamente excludentes: infletir para a direita, ou para a esquerda. No primeiro caso, teria de adotar medidas de contenção dos salários, visando a aumentar a extração de mais valia, para garantir fundos capazes de sustentar a economia, sem mexer na remessa de lucros para o exterior. Assim procedendo, afastaria-se de sua base popular e sindical, e teria de se apoiar justamente nos setores que lhe faziam oposição, dentro e fora do Congresso Nacional. Na segunda opção, teria de entrar em rota de enfrentamento com os interesses americanos e seus associados internos. Nesse caso, se isolaria ainda mais dos poucos setores burgueses que ainda o apoiavam, e teria de contar com a base dos movimentos sindicais e populares que não confiavam plenamente em seu governo, e haviam acabado de se mobilizar contra o estado de sítio. Ou seja, a crise exigia de Goulart uma definição de classe e entre os dois caminhos apontados, optou pelo segundo. Durante a gestão de Carvalho Pinto (que havia substituído San Tiago Dantas) no Ministério da Fazenda, mandou desengavetar a lei de remessas de lucros para o exterior e encomendou de seus assessores a elaboração de decreto para a sua regulamentação. O então Embaixador Lincoln Gordon tentou em várias audiências, e mesmo através de outros contatos pessoais com acesso ao presidente, evitar que a lei fosse regulamentada, sobretudo a parte que dizia respeito ao reinvestimento de capitais acumulados dentro do Brasil, “mais da metade dos registrados como estrangeiros”<sup>877</sup>. Mas todo esforço foi em vão, e o decreto foi assinado em janeiro de 1964. Em fins de dezembro de 1963, o governo concedeu à Petrobrás o monopólio da importação de petróleo, com prejuízo para os trustes internacionais e para a burguesia interna associada com eles.

A pressão surtiu algum efeito: Lindon Johnson enviou carta a Goulart se colocando à disposição da reabertura das negociações, embora sem avançar em propostas concretas para a superação do impasse. Ao mesmo tempo, o novo Secretário

---

condições eram tão desfavoráveis que Jango recebeu críticas até da UDN e demais setores que lhe faziam oposição pela direita. O negócio acabou não se concretizando e as dificuldades de negociação envolvendo o reescalonamento da dívida brasileira e o acesso a novos créditos permaneceu e se intensificou no final de 1963. Sobre a questão envolvendo a compra da AMFORP, ver: SKIDMORE, 1982. Op cit. Pag. 298 e seguintes.

<sup>877</sup> BANDEIRA, 1973. Op cit. Pag. 465.

de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos, Thomas Mann, retomou os investimentos da Aliança para o Progresso dirigidos com prioridade para os governadores que faziam oposição a Goulart, as chamadas “ilhas de sanidade”<sup>878</sup>. De janeiro a março, a embaixada americana no Brasil atuou desinibidamente junto à oposição mais radical contra Goulart. Do ponto de vista militar, uma questão que interessava sobremaneira aos americanos era a renovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o que foi feito pelo ministro das Relações Exteriores, João Augusto de Araújo Castro, a pedido do General Castelo Branco, que sequer era ministro de Estado<sup>879</sup>.

Nos primeiros meses de 1964, o deputado Bilac Pinto fez os discursos mais virulentos contra Goulart, acusando-o de pretender promover a “Revolução Comunista” no Brasil se utilizando das táticas da Guerra Revolucionária. No ambiente conturbado que então se vivia, chegou-se a cogitar a renúncia, de acordo com Bandeira. Essa sugestão chegou a ser feita ao presidente pelo dono do Jornal *A Última Hora*: “Samuel Wainer o aconselhou a renunciar, a repetir o gesto de Jânio Quadros”<sup>880</sup>. Ainda de acordo com o mesmo autor, também houve quem, a exemplo de Jorge Serpa, o aconselhou a abandonar o projeto das medidas de caráter nacionalista e a guinar para a direita. Mas Goulart manteve o curso e sinalizou ainda mais claramente no sentido de medidas nacionalistas e reformadoras. No curso dos primeiros meses de 1964, o discurso em defesa das “Reformas de Base”<sup>881</sup> foi intensificado. A reforma agrária era um dos carros chefes desse pacote, não era, entretanto, a única medida. Estavam previstas a reforma política com ampliação do direito de voto aos analfabetos e praças das Forças Armadas, alterações constitucionais para a delegação de poderes legislativos para o presidente da República, além da reforma universitária, entre outras medidas de caráter nacionalista e popular, tais como o tabelamento dos aluguéis, reajustes dos salários, encampação das refinarias de petróleo, etc. Tais medidas nada tinham de comunistas, mas a mera sinalização dessas foi suficiente para o acirramento das

---

<sup>878</sup> Ver por exemplo, BANDEIRA, 1973. Op cit. Pag. 463 e seguintes, e FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo, Editora 34, 2004. Págs. 282 e seguintes.

<sup>879</sup> BANDEIRA, 1973. Op cit. Pag. 465,6.

<sup>880</sup> Ibid. pag. 469.

<sup>881</sup> Ver: MUNTEAL, Oswaldo. As reformas de Base na era Jango. Tese de Doutorado, FGV-RJ, 2008; SKIDMORE, 1982. Op cit. Cap. VII e VIII, SILVA, 1975. Op cit. Pags. 181 e seguintes; DREIFUSS, 1981. Op cit. Cap. I e IV; IANNI, 1979. Op cit; WEFFORT, 1978. Op cit. Pag. 40 e seguintes.

atividades conspiratórias a níveis inéditos, como demonstraremos a seguir, mesmo considerando ser esse um governo que nasceu e morreu sob o signo do golpe de Estado.

## **Goulart parte para o ataque**

Premido por uma feroz oposição, Jango decidiu se aproximar dos setores populares como forma de fortalecer a campanha pelas reformas de base, como observa Abreu, “Goulart decidiu apoiar a esquerda radical e promover comícios nas principais cidades do país a fim de mobilizar a população em favor das ‘reformas de base’”<sup>882</sup>. O objetivo era realizar uma sequência de comícios em várias capitais, como Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, de modo a estimular um sentimento favorável às reformas e pressionar o Congresso Nacional a partir da opinião pública, para que as aprovasse<sup>883</sup>. Decidiu-se que a primeira dessas manifestações seria no Rio de Janeiro, a ser realizada na Central do Brasil no dia 13 de Março de 1964 e a última em São Paulo, no dia 1º de maio, mas a que aconteceu primeiro, acabou sendo a única. Segundo Silva, a ideia do comício teria surgido em janeiro, em reunião de Goulart com lideranças sindicais:

Jango reuniu-se, no Palácio Laranjeiras, com as lideranças sindicais. Nasceu, nesse encontro, a ideia da convocação de um ato público para que o presidente fizesse a “prestação de contas” ao povo e ao mesmo tempo buscasse o apoio popular para o seu programa de reformas de base. Essa manifestação serviria para pressionar o congresso na votação dos respectivos projetos<sup>884</sup>.

Para Paulo Schilling, a realização desse ato político era, em primeiro lugar, uma tentativa do governo de fortalecer sua imagem junto aos movimentos sociais organizados: “O desprestígio de Goulart, devido a sua política de conciliação, as suas vacilações, a sua indefinição, era enorme (...) era necessário convencer o povo de que o culpado de tudo era congresso”<sup>885</sup>. A expectativa com o comício e seus possíveis desdobramentos era geral. O presidente e seus aliados viam no acontecimento a oportunidade de se fortalecer junto à opinião pública e às forças sociais organizadas, como forma de fazer pender para si a correlação de forças políticas, pressionando, a

---

<sup>882</sup> ABREU, Alzira. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006. Pag. 122.

<sup>883</sup> BANDEIRA, 2001. Op cit.

<sup>884</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 320.

<sup>885</sup> SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder. Vol.2. os acontecimentos*. São Paulo, Global editora, 1981. Pag. 20.

partir da sociedade civil os setores que lhe faziam oposição no Congresso Nacional e fora dele. Do mesmo modo, Goulart parecia estar ciente de que uma vez realizado o ato político, as pressões dos setores da oposição também iriam aumentar. Segundo Antônio Callado, na manhã do comício, ao conceder entrevista a um jornalista, teria dito: “Hoje vou correr todos os riscos. O máximo que poderá me acontecer é a deposição. Eu não renuncio e nem me suicido”<sup>886</sup>. Na continuação da entrevista, o presidente deixa claro que uma tentativa de levante militar não era descartada, mas, nesse momento, demonstrava confiança em suas possibilidades de defesa. Em resposta a seu interlocutor, que ponderara não ser a ocasião motivo para suicídio e tampouco de renúncia, o presidente respondeu:

Eu sei. Estou imaginando por assim dizer o máximo que pudesse acontecer, diante da minha decisão de fazer as reformas e de conseguir maiores poderes do Congresso. Mas não pode haver nada porque meu dispositivo militar é excelente. O Assis Brasil me garante que a um gesto meu o Exército me segue. Tu sabes? Pelo gosto deles a Guanabara já estava sob intervenção há muito tempo. Eu é que seguro eles<sup>887</sup>.

No lado oposto do *front*, a possibilidade de que a tática de Jango surtisse efeito nunca deixou de ser um receio entre aqueles que o queriam derrubar. A ação dos golpistas, no momento da sublevação, de ordenar a prisão de inúmeros sindicalistas e dissolver a tiros as manifestações contrárias ao golpe é uma clara demonstração do receio do que os movimentos de esquerda organizada poderiam fazer. A reação das forças oposicionistas ao comício foi intensa, como observa Silva: “repercutia violentamente nos meios conservadores”<sup>888</sup>. Os dias que antecederam ao comício foram marcados por uma clara mobilização de classe burguesa, sinalizando um momento de quase total ruptura dos aparelhos de hegemonia da burguesia, organizada para si, contra um presidente que tentava reeditar a frustrada aproximação com o movimento operário, que Vargas tentara dez anos antes. Tal como em 1954, o chefe do executivo tentava se apoiar na massa da população como forma de constranger as forças burguesas, então em processo de ruptura. No plano nacional, o “Jornal do Brasil” do dia 12 março traz na primeira página a declaração de Jorge Bhering de Matos em reunião com vários

---

<sup>886</sup> CALLADO, Antonio. Jango ou o suicídio sem sangue. In: DINES, Alberto. et all. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Alvaro editor, 1964. Pag. 256.

<sup>887</sup> Idem.

<sup>888</sup> SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *A fuga de João Goulart (1962/1963)*. São Paulo, Editora Três, 1998. Pag. 133.

empresários na Associação Comercial do Rio de Janeiro: “Armai-vos uns aos outros porque nós já estamos armados”. Tal declaração de guerra, nunca enfatizada pelos que atribuem ao movimento golpista a “defesa da legalidade”, não deixou de gerar repercussões. Na mesma reportagem, também se falava da disposição de Goulart e de seus aliados de fazer frente a essa mobilização de classe:

O Presidente João Goulart determinou ontem ao Ministro da Justiça a instauração de processo de intervenção na Associação Comercial do Rio de Janeiro, devido aos pronunciamentos, considerados subversivos, feitos em reuniões recentes das classes produtoras<sup>889</sup>.

No plano internacional, por volta de três ou quatro dias antes do comício, Goulart e o Embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, tiveram tensa audiência. Gordon insistiu, ainda uma última vez, nessa reunião (que seria a última entre os dois), para que Goulart recuasse de sua determinação de limitar a remessa de lucros para o exterior. A conversa durou cerca de dez minutos, “Goulart não o recebeu a sós, mas diante de Valdir Pires e Darci Ribeiro, com os quais insistiu para que permanecessem no gabinete”<sup>890</sup>. O Presidente e o Embaixador não chegaram a nenhum acordo. Poucos dias depois, no dia 16, em Washington, o Mesmo Lincoln Gordon participou de reunião com os embaixadores dos Estados Unidos para a América Latina. O encontro, sob a direção do Subsecretário de Estado Thomas Mann, teve o objetivo de informar as novas diretrizes do governo dos Estados Unidos para a América Latina. Mann declarou na ocasião que os Estados Unidos não se esforçariam para impedir golpes militares de direita nos países da região, e que “a luta contra o Comunismo e a defesa dos investimentos do país constituem os objetivos principais da política dos Estados Unidos na América Latina”<sup>891</sup>. A sutil mudança de linha da política externa americana foi noticiada em primeira página pelo jornal *O Estado de São Paulo*, na manchete: “Johnson oferece todo o poderio dos EUA para a defesa das Américas”. No texto da reportagem, Thomas Mann recebia, do então Presidente do EUA, carta branca para agir: “ao Subsecretário Mann, que merece minha inteira confiança, amplas faculdades em relação ao papel que nos corresponde representar na aliança [com as Américas]”<sup>892</sup>. Quando Gordon voltou ao Brasil, no dia 21 de março, o processo de mobilização para o golpe já estava em plena execução. O ambiente era o mais propício possível para dar

---

<sup>889</sup> *Jornal do Brasil*, 12/03/1964. Pag. 1.

<sup>890</sup> BANDEIRA, 1973. Op cit. Pag. 470.

<sup>891</sup> Ibid. pag. 471.

<sup>892</sup> *O Estado de São Paulo*, 17/03/1964. Pag. 1.

seguimento às suas novas instruções: a polarização de classe já dava mostras da atuação de um estado-maior<sup>893</sup> articulador das ações contra o governo federal, segundo Moniz Bandeira: “O tom e cadência mostravam que existia um regente invisível, orquestrando a campanha”<sup>894</sup>

De volta ao contexto nacional, o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, arqui-inimigo de Jango fez tudo o que pôde para esvaziar o comício, chegando mesmo a decretar ponto facultativo nas repartições públicas estaduais naquela sexta feira treze. Mas o governo se organizou no sentido de providenciar transporte para os manifestantes, não apenas na Guanabara, mas até de cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro. Não só o “povão” e os aliados de Jango participaram do ato, mas grupos de oficiais conspiradores também se infiltraram na massa e acompanharam atentamente as fala, mas não tiveram a oportunidade agir<sup>895</sup>. Do lado do governo, todo o I Exército foi colocado de prontidão e as imediações do comício foram cuidadosamente guarnecidas com cerca de dois mil homens, além da Polícia Federal. Algumas faixas mais polêmicas (como as que pediam a reeleição de Jango) chegaram a ser atribuídas a agentes provocadores e foram proibidas. As possibilidades de se contrapor a um ato de tamanhas dimensões eram pequenas, mesmo assim, a CAMDE promoveu uma manifestação silenciosa, convocando os descontentes com o comício a acender uma vela na janela das suas residências, como forma de protesto. Em São Paulo, algumas senhoras ligadas à CAMDE também fizeram seu protesto, rezando o terço nas escadarias da Sé, enquanto se passava no Rio o comício, estando entre as beatas a esposa do governador da Bahia. Os protestos do movimento feminino teriam passado praticamente despercebidos, caso não fosse a boa vontade da imprensa em repercuti-los nas manchetes dos principais jornais do dia seguinte.

Pode-se dizer que o comício foi um sucesso realmente impactante. No dia seguinte, o assunto central em quase todos os grandes jornais do país falava sobre esse acontecimento e suas repercussões. O jornal *A Última Hora*, de abordagem mais simpática a Goulart, deu destaque bastante positivo ao acontecimento, exibindo uma grande foto na primeira página com os dizeres acima: “Foi o maior comício da história do Brasil” e, logo abaixo, em letras garrafais: “O povo com Jango começa a

---

<sup>893</sup> Para um conhecimento detalhado da atuação do estado-maior conspirador, por meio do complexo IPES/IBAD/ESG remeto ao leitor á leitura do trabalho de Dreifuss, 1982, Bandeira, 1977, e BANDEIRA, 1973.

<sup>894</sup> BANDEIRA, 1973. Op cit. Pag. 470.

<sup>895</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 95

reforma”<sup>896</sup>. Na página seguinte: “Jango encampa refinarias e desapropria latifundiários”<sup>897</sup> *A Folha de São Paulo*, em sua primeira página destacava algumas das medidas anunciadas no discurso do presidente: “Goulart assina decreto que tabela os aluguéis”, e, logo depois, sobre o projeto de reforma agrária: “1<sup>as</sup> desapropriações em 60 dias”<sup>898</sup>. Na página cinco, o título da reportagem assim se referia ao evento: “Comício: JG sente o povo e passa da palavra aos atos”<sup>899</sup>. E, pouco depois, sobre as repercussões no âmbito da oposição: “Cerdeira<sup>900</sup> quer impeachment de Goulart; Ademar apoia”<sup>901</sup>. O *Jornal do Brasil*, talvez o mais lido naquela época, noticiava em suas manchetes de primeira página: “Goulart decreta desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova constituição”<sup>902</sup>, e na página seguinte: “Ademar vê plano de agitação com comício e compra novo travesseiro para dormir”<sup>903</sup>, e “Polícia mineira adverte que reprimirá invasões”.<sup>904</sup>

Os principais líderes da esquerda nacional estiveram presentes ao evento. Os mais visados, além do próprio presidente, foram o governador de Pernambuco Miguel Arraes e o deputado federal e ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Esse último foi também o orador mais exaltado, chegando a falar na necessidade de outro Congresso, e até de outra constituição. Jango foi o último a falar: em seu pronunciamento anunciou os primeiros pontos do pacote das Reformas de Base, tais como o tabelamento do preço dos aluguéis, o encampamento das refinarias de petróleo e uma primeira proposta concreta de reforma agrária, que visaria à desapropriação futura das terras que margeassem as rodovias federais numa faixa de 10 km de cada lado<sup>905</sup>. Se, por um lado, essas medidas contribuíam para fortalecer os laços de Goulart com a esquerda e com os movimentos sindicais e populares, constituíram-se, igualmente, em

---

<sup>896</sup> *Última Hora*, 14/03/1964. Pag.1.

<sup>897</sup> *Ibid.* Pag. 2.

<sup>898</sup> *Folha de São Paulo*, 14/03/1964, Pag. 01.

<sup>899</sup> *Ibid.* pag. 5.

<sup>900</sup> Como informado no próprio jornal, o deputado federal Arnaldo Cerdeira era líder do PSP na Câmara.

<sup>901</sup> *Idem.*

<sup>902</sup> *Jornal do Brasil*, 14/03/1964. Pag. 1.

<sup>903</sup> *Ibid.* pag. 2

<sup>904</sup> *Idem.*

<sup>905</sup> De acordo com João Pinheiro Neto, o projeto original do governo era reservar uma faixa de vinte quilômetros para desapropriação para reforma agrária, mas foi reduzido por sugestão do líder comunistas Luis Carlos Prestes: “O Senador Prestes ponderava, e me pedia que fizesse chegar ao presidente suas palavras, que o chamado Decreto da SUPRA, considerado de utilidade pública, para efeito de desapropriação, faixas de vinte quilômetros ao lado de ferrovias açudes e rios navegáveis, pecava por um excesso. Qual? É que iria atingir não apenas o latifundiários mas também os pequenos proprietários, complicando ainda mais o problema da reforma. ‘Como sei’, dizia-me o senador Prestes, ‘que esta não é a intenção do governo, peço que leve ao presidente a sugestão de reduzir para dez quilômetros a faixa de terra a ser desapropriada’”; PINHEIRO NETO, 1993. Op cit. Pag. 81.

combustível para a máquina da conspiração. A partir delas, puderam acusar o governo, até mesmo com mais convicção, de pretender implantar o comunismo no Brasil. Mais ainda nos dias seguintes, quando João Goulart enviou ao congresso sua Mensagem Presidencial para o ano de 1964, na qual propôs, além dessas medidas, outras também muito polêmicas para os militares conservadores, como a regulamentação do direito de elegibilidade, para os praças das Forças Armadas. A realização do comício de certa forma favoreceu os conspiradores, pois com a elevação dos ânimos à direita e à esquerda, a perspectiva de um confronto se tornava mais factível. Do lado do governo, o sucesso do comício trouxe uma falsa sensação de força, o CGT chegou a estipular um prazo de 30 dias para que o Congresso aprovasse as reformas. A tática de Jango, de realizar vários atos em escala crescente e com ampla mobilização dos movimentos sociais, tinha chances reais de desequilibrar o jogo político a seu favor, numa conjuntura polarizada como aquela. É impossível dizer qual teria sido a repercussão de todos os comícios programados, mas está claro que as forças opositoras do governo tinham um enorme receio dessa possibilidade, assim como também, que diante da nova tática de Jango, a sua deposição se tornasse uma questão mais urgente<sup>906</sup>.

Do lado da oposição, a atitude foi de união de forças, de intensificação da doutrinação e mobilização para o golpe, embora não estivesse claro, de 14 de março em diante, se seria possível a deposição do presidente nos próximos dias. Os contatos entre os conspiradores se solidificaram e mudaram de qualidade no plano militar, como será demonstrado à frente, a partir desta data. De acordo com Portella, sempre pronto a apontar Costa e Silva como “o líder da Revolução”, foi exatamente depois desse dia que esse general decidiu que “assumiria o comando do movimento”<sup>907</sup>. Para os oficiais das Forças Armadas pró e contra Jango, os dias que se seguiram ao ato foram de grande tensão. Entre os militares, em função da grande doutrinação feita há tempos, por meio da Doutrina de Guerra Revolucionária, as repercussões foram, de um modo geral, negativas. A utilização de tropas do Exército na segurança do ato contribuiu para aumentar ainda mais o mal estar com o governo. E muitos oficiais conservadores que até então estavam entre os “indecisos” ou legalistas podiam agora ser aliciados em melhores condições para a derrubada do governo, ou, ao menos, para a passividade, em um eventual golpe de Estado.

---

<sup>906</sup> Ver por exemplo: SCHILLING, 1981. Op cit. Pags. 20 e seguintes; SILVA, 1975. Op cit. Pags. 320 e seguintes, JUREMA, 1964. Op cit. Pags. 144 e seguintes.

<sup>907</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 96.

Na véspera do comício, os generais Costa e Silva e Otacílio Ururaí procuraram o Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro, a fim de convencê-lo a não participar do ato. O mesmo pedido foi feito via telefone pelo general Castelo Branco, o que nos leva a suspeitar se essa insistência não foi uma ação coordenada. Jair, num primeiro momento cedeu às insistências de seus colegas. Tanto Castelo Branco como Costa e Silva comunicaram a um número grande de generais a decisão do Ministro da Guerra de não participar do comício. Mas, intimado pelo presidente, Jair compareceu ao ato. Diante de uma grande mobilização conservadora no espírito dos “indecisos”, o comparecimento do Ministro da Guerra ao comício foi mais um fato explorado pelos conspiradores, para provocar desgaste nas hostes de defesa do governo. Costa e Silva não perdeu a oportunidade de procurar Jair no dia seguinte, para reclamar de sua suposta “traição”, o que levou os dois generais a discutir asperamente.<sup>908</sup> Entre os conspiradores, o acontecimento foi recebido com uma relativa “alegria”, pois aumentava o espaço para o desgaste do presidente entre suas forças de defesa. O General Antonio Carlos da Silva Muricy, por exemplo, conta que, no dia seguinte, a perplexidade entre os oficiais que serviam sob o seu comando era muito grande. Conforme o seu depoimento, diante da reação de um subordinado, que atribuiu ao comício o adjetivo de “barbaridade”, teria respondido: “Barbaridade, não. Que maravilha! - lhe disse - Depois daquele comício não pode mais haver dúvidas das intenções do governo”<sup>909</sup>. Portella, por exemplo, relata que, no dia seguinte ao episódio, foi procurado por Cordeiro de Farias para comparecer à sua residência para discutir as repercussões do dia 13 de março. O objetivo era articular os contatos de Cordeiro com o grupo de Portella e Costa e Silva. Nesse mesmo dia, Cordeiro teve igual conversa com Castelo Branco. Alguns dos oficiais mais antigos e importantes para o movimento de oposição ao governo fortaleceram sua cooperação a partir do dia 14 de março<sup>910</sup>.

Não só os militares intensificaram sua mobilização, como também os representantes da burguesia organizada em classe estreitaram contatos nesse momento. Armando Falcão, então deputado federal pela UDN, já havia procurado o General Castelo Branco por diversas vezes, sem conseguir, contudo, avanços significativos. Nos dias que sucederam ao ato, todavia, consegue não apenas ser bem recebido pelo general, como fica sabendo por antecipação a respeito de breve nota a ser distribuída pelo EME

---

<sup>908</sup> Idem.

<sup>909</sup> Entrevista com Antonio Carlos da Silva Muricy, in: MOTTA, 2003 (m). Op cit. Pag.: 38.

<sup>910</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 96 e seguintes.

nos dias seguintes. Saindo da residência do Chefe do EME, Falcão<sup>911</sup> (de acordo com sua versão) se dirigiu à casa do Ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra, homem muito respeitado entre a oficialidade conservadora. O ex-presidente concordou em assinar um manifesto, que, na versão de Falcão, foi escrito pelo deputado. No dia 19 de março o manifesto de Dutra seria publicado pelo *Jornal do Brasil* e pelo *O Estado de São Paulo*. Em um dos seus trechos fazia um veemente chamado para a reunião dos conservadores em face da “gravidade” da situação: “não posso me furtar a fazer um apelo à lucidez e ao tradicional bom senso dos meus compatriotas, no sentido de que se unam os democratas, enquanto é tempo”<sup>912</sup>. Um Box da primeira página da *Folha de São Paulo* assim se referia às declarações do ex-presidente e suas repercussões:

Depois de permanecer em deliberado silêncio durante 18 anos, o Marechal Eurico Gaspar Dutra voltou a pronunciar-se ontem, fazendo um apelo pela manutenção da paz no país. Em setores influentes do Ministério da Guerra, informou-se que as declarações do ex-presidente repercutiram principalmente na alta chefia militar, acima de qualquer expectativa<sup>913</sup>.

As declarações do ex-presidente não por coincidência aconteceram no mesmo momento em que se passou um dos principais atos da oposição golpista: a passeata oposicionista, que ficou conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”<sup>914</sup>. Essa passeata, assim como as outras do mesmo tema que a sucederam em várias capitais, nos dias seguintes, constituiu-se na reação das classes médias, mobilizadas pelo estado-maior do golpe, como contraposição à manifestação da Central do Brasil. A cobertura que esse acontecimento obteve na imprensa refletiu a tensão do momento, com jornais exaltando o movimento e outros o criticando. O jornal *A Última Hora*, de tendência favorável a Goulart, deu destaque às declarações do líder da extinta Ação Integralista Brasileira (AIB): “Plínio Salgado prega a Revolução nas ruas de São Paulo contra as reformas”<sup>915</sup>. O *Jornal do Brasil* estampou em primeira página: “Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime”<sup>916</sup>. O *Estado de São Paulo*, em

---

<sup>911</sup> FALCÃO, 1989. Op cit. Pags. 242 e seguintes.

<sup>912</sup> *Jornal do Brasil*, 19/03/1964. Pag. 1.

<sup>913</sup> *Folha de São Paulo*, 19/03/1964, PRIMEIRO CADERNO. Pag. 1.

<sup>914</sup> Sobre as “Marchas da Família com Deus pela liberdade”, ver por exemplo: ANDRADE, 1985. Op cit; BANDEIRA, 1973 Op cit; BANDEIRA, 2001. Op cit; FALCÃO, 1989. Op cit; FERREIRA, 2011. Op cit; GUEDES, 1979. Op cit; MORAES, 1989. Op cit; PEDREIRA, 1964. Ob cit; e Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Verbete: Marcha da Família com Deus pela Liberdade, FGV/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 21/04/2013.

<sup>915</sup> *Última Hora*, 20/03/1964. Pag. 2.

<sup>916</sup> *Jornal do Brasil*, 21/03/1964. Pag.1.

sua manchete principal noticiava: “Enquanto há liberdade”, mostrava uma grande foto aérea da passeata e uma legenda dizia: “Meio milhão de paulistanos e paulistas manifestaram ontem em São Paulo, no nome de Deus e em prol da liberdade, seu repúdio ao comunismo e à ditadura e seu apego à Lei e à Democracia”<sup>917</sup> A manchete principal da *Folha de São Paulo* proclamava: “São Paulo parou ontem para defender o regime”<sup>918</sup>, um *box* na primeira página indicando a “Opinião” do veículo dizia:

O povo mesmo, não um ajuntamento suspeito e longamente preparado, reuniu-se ontem, espontaneamente, nas ruas desta cidade, para exprimir seu sentimento e sua vontade. Foi uma dura lição para aqueles que necessitam de demorada propaganda, manipulações de cúpula e tremendos dispositivos de força para concentrar massas humanas. E não se diga que a “Marcha da Família” reuniu defensores de “estruturas arcaicas”. Ao contrário, os manifestantes de ontem reconhecem a necessidade de reformas, mas sabem que elas podem e devem ser feitas dentro da ordem e da lei<sup>919</sup>.

Embora a intenção de desprestigiar o comício realizado dias antes, e supostamente longamente preparado, o então agente da CIA Philip Agee afirma que tal passeata nada tinha de espontânea. Em livro publicado alguns anos depois, quando o referido agente decidiu romper com a agência, menciona as famosas manifestações de repúdio a Goulart:

Nossa campanha contra ele [Goulart] seguiu a mesma linha que as efetuadas contra a infiltração comunista nos governos Velasco e Arosemena, dois ou três anos atrás, no Equador. Segundo Holman, a base do Rio e suas outras dependências estavam financiando as manifestações urbanas em massa contra o governo de Goulart para provar que os velhos temas como Deus, pátria, família e liberdade sempre prevalecem. A queda de Goulart se deve, indubitavelmente, em grande parte à operação eleitoral que retrocede ao ano 1962<sup>920</sup>.

O mesmo fato é narrado também por Dom Valdyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, e à época padre. Segundo o religioso, que participou das marchas: “Os empresários norte-americanos e seu governo patrocinaram uma intensa campanha contra o comunismo e injetaram muito dinheiro na sua promoção”<sup>921</sup>. A *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* noticiaram um comparecimento de meio milhão de manifestantes, ou seja, mais ou menos o dobro do comparecimento ao comício de 13 de

---

<sup>917</sup> *O Estado de São Paulo*, 21/03/1964. Pag.1.

<sup>918</sup> *Folha de São Paulo*, 21/03/1964. Pag. 1.

<sup>919</sup> Idem.

<sup>920</sup> AGEE, Philip. Dentro da “companhia”: diário da CIA. São Paulo, Círculo do Livro, 1976. Pag. 366.

<sup>921</sup> COSTA, Cecília Maria Leite, PANDOLFI, Dulce Chaves, SERBIN, Kenneth. *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Valdyr Calheiros*, 2ª edição, Rio de Janeiro, FGV, 2001. Pag. 65.

março. Não há, contudo, como verificar se existe exagero nesses números. A passeata foi organizada em articulação com vários grupos de oposição e, de certa forma, foi um marco na unificação desses movimentos. Foi, acima de tudo, uma manifestação de oposição da classe média, sob hegemonia da burguesia organizada para si, contra o governo Goulart. Os que estiveram à frente do golpe e sempre viram com desprezo as manifestações desse tipo, quando partiam dos movimentos populares e de esquerda, utilizaram e utilizam até hoje a realização desse movimento como um apelo popular pela deposição do presidente. Foi também durante o mês de março, e especificamente depois da primeira manifestação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que as articulações entre os governadores opositores ganharam contornos mais objetivos no sentido do apoio a um golpe de Estado. Os principais governadores a se articular foram: Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Ademar de Barros (São Paulo), Ildo Meneguetti (Rio Grande do Sul), Ney Braga (Paraná) e Mauro Borges (Goiás). A esse respeito, na página 6 da “*Folha de São Paulo*”, uma reportagem com o título: “Lacerda: São Paulo começa a salvar o Brasil”<sup>922</sup>, relata o encontro realizado no mesmo dia, entre o Governador da Guanabara e Ademar de Barros, dando a entender que os dois governadores se articulavam contra uma eminente “guerra civil”.

No rastro das repercussões da Passeata em São Paulo, noticiadas no dia 21, o Governador de Minas Gerais fez uma declaração, em forma de manifesto contra o governo Federal. A Proclamação de Magalhães Pinto ocorreu por volta de 21 horas do dia 21, e ocupou as páginas dos jornais no dia seguinte, mantendo o clima de tensão contra o governo Jango. Magalhães não falou diretamente em deposição do Presidente em seu discurso, mas as críticas feitas em meio às repercussões dos dias anteriores ajudaram a alimentar a fogueira da conspiração. Duas das características de todas as manifestações públicas ocorridas contra Goulart naquele momento podem ser percebidas com clareza no manifesto de Magalhães. A primeira delas é a defesa das reformas de base. Precisamente porque Jango tentava se apoiar nelas, seus opositores escolheram a tática de igualmente defendê-las<sup>923</sup>, e, nessa defesa, acusavam João Goulart de delas se utilizar para propósitos continuístas, ainda que tais acusações não se apoiassem em qualquer ato concreto. Com efeito, Magalhães Pinto não só defende as

---

<sup>922</sup> Folha de São Paulo, 21/03/1964, pag. 6.

<sup>923</sup> Há que se ressaltar que o IPES elaborou projeto alternativo de reformas de base (inclusive agrária) para disputar a hegemonia com o governo Jango. Algumas dessas reformas foram inclusive encaminhadas para o congresso por meio de parlamentares da “Ação Democrática Parlamentar” (ADP), frente parlamentar multipartidária com vários deputados associados ao IPES. Ver: DREIFUSS, 1981. Op cit.

reformas de uma maneira geral, como inclusive menciona com certo destaque a reforma agrária:

O povo já sabe que a Constituição lhe dá o direito à “justa distribuição de terra com igual oportunidade para todos” (...) Sabe também, hoje mais do que nunca, que ele, povo, é o único proprietário das reformas (...) Não reconhece autenticidade no que, apresentando-se como donos das reformas, delas se utilizam como pretexto para agitação, visando a perpetuar grupos ou pessoas no poder<sup>924</sup>.

A articulação entre os opositoristas a Jango foi de tal monta que, entre os dias 20 e 31 de março, não houve um só dia sequer, em que não houvesse fatos novos contra o governo federal e, a cada dois dias em média, um grande acontecimento capaz de gerar grandes repercussões. No plano militar, um passo importante para a organização e preparação dos espíritos para a sublevação foi dado a partir da própria estrutura oficial do Exército. Além disso, a demora do “dispositivo militar” em dar uma resposta rápida e efetiva não só facilitou o desencadeamento da rebelião, como permitiu a consolidação de um estado de espírito propício ao grande número de adesões que se verificou. O passo foi dado por Castelo Branco, elemento há meses engajado na conspiração e ainda assim chefe do Estado-Maior do Exército. Consistiu em dois documentos: uma circular oficial do EME distribuída às unidades do Exército no dia 20 de março e, logo em seguida, de outro documento, esse em caráter sigiloso e altamente subversivo, o Leex (Lealdade ao Exército) que funcionou como *feedback* da nota anterior.

A circular era dirigida “aos generais e demais militares do EME e das Organizações subordinadas”<sup>925</sup>, mas, depois de alguns dias, foi tornada ostensiva. Entretanto, antes mesmo de sua circulação se tornar permitida, foi lida no auditório da ECEME para todo o corpo discente e docente<sup>926</sup>. O texto consistia na tradução em termos burocráticos do estado de espírito da oficialidade conspiradora e da aplicação prática dos princípios da Doutrina de Guerra Revolucionária. Falava do risco da “comunização” do Brasil e da instalação de um regime totalitário com o fechamento do Congresso e da ilegalidade das ações do CGT, entre outros argumentos já bem conhecidos, tais como a suposta incompetência e corrupção do governo Goulart, as altas taxas de inflação, o aumento do custo de vida, a perda de *status* dos militares, etc. Dentro do Exército, anteriormente à divulgação do referido documento, o terreno já

---

<sup>924</sup> Apud GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 173,4.

<sup>925</sup> VIANA FILHO, Luís. O Governo Castelo Branco. Tomo 1, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1975. Pag. 19.

<sup>926</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 101,2.

estava convenientemente preparado. Não apenas pelos cursos e palestras para os oficiais sobre a Doutrina de Guerra Revolucionária, mas pela edição Quinzenal dos “amarelinhos”. Boletins do EME que eram lidos para as tropas fazendo a ampla divulgação dos conceitos dessa doutrina. O argumento central da circular era o de que antes de obedecer ao Presidente da República, as Forças Armadas deveriam respeitar a Constituição e a ordem. Esse argumento em particular, como visto no segundo capítulo deste trabalho, constituía um dos pontos centrais da doutrina, atribuindo às Forças Armadas primazia em relação ao poder civil no que tange à segurança interna:

Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou aquele poder. Se lhes fosse permitido a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e outros<sup>927</sup>.

A circular teve um efeito muito positivo para a conspiração: era a primeira vez durante o governo de João Goulart, que uma autoridade hierárquica militar se pronunciava explicitamente a favor da desobediência à autoridade presidencial, ainda que em nome da Constituição. Esse documento era para muitos a afirmação de legitimidade hierárquica e institucional para o levante, pois poderia ser interpretada como uma instrução oficial do EME. Para Jarbas Passarinho, a circular de Castelo Branco foi considerada decisiva para a mobilização golpista: “Aí acontece o fato decisivo para nós: no dia 20 de março, o General Castelo expediu uma circular (...) E terminava num ponto que para nos era importantíssimo, em 20 de março, que dizia ser o direito de uma população se rebelar”<sup>928</sup>. De acordo com Luís Viana Filho: “a Circular era o sinal verde para os que desejavam derrubar o Governo. Dificilmente poderia ser entendida de outro modo”<sup>929</sup>. A mesma leitura teve o General Poppe, mesmo se considerando que, no momento da circular, ainda não houvesse decidido aderir a um eventual golpe contra o presidente:

Em síntese, podia-se concluir, apesar do documento não fazê-lo explicitamente, que os militares não eram obrigados à lealdade a um Governo que ostensivamente descumpria a Constituição. A partir

---

<sup>927</sup> PINTO, 1964. Op cit. Pag. 199-202.

<sup>928</sup> *Caros Amigos*. Nº 19, edição especial: O Golpe de 64. São Paulo, Imprensa Prol, março de 2004. Pag. 27.

<sup>929</sup> VIANA FILHO, 1975. Op cit. Pag. 20.

deste momento era certo que se caminhava para uma decisão, sob a orientação do Alto comando do Exército<sup>930</sup>.

A circular foi enviada para os quatro cantos do país. No IV Exército, foi divulgado pelo Coronel Hélio Ibiapina, que a apresentou ao comandante do IV Exército General Justino Alves Bastos obtendo sua aprovação. Castelo recebeu do comandante do IV Exército a seguinte mensagem: “O IV Exército está árdego por servir às grandes causas do Brasil e da lei. Preciso ser mantido informado”<sup>931</sup>. No Rio Grande do Sul, o principal difusor do documento foi o General Adalberto Pereira dos Santos, que chegou a obter a aprovação do documento pelo comandante do III Exército<sup>932</sup>. No Rio o Coronel Jayme Portella esteve entre os principais propagandistas. Além dele o General Jurandir Bizarria Mamede também fez grande divulgação ao autorizar, como já mencionado, sua leitura no auditório da ECEME.

Castelo Branco escolheu um ótimo momento para divulgar a circular, pois o ministro da Guerra Jair Dantas estava fazendo exames médicos com vistas a se internar em hospital do Rio de Janeiro a fim de realizar uma cirurgia. Castelo Branco, depois de saber da moléstia de Jair, tentou procurá-lo a fim de lhe fazer uma consulta. Em função do fato de o general Jair Dantas estar hospitalizado, seu pedido não pôde ser imediatamente atendido. Diante das circunstâncias favoráveis, divulgou a circular sem a sua permissão, embora o 1º subchefe do Estado-Maior, general Lyra Tavares tenha chegado a tentar dissuadi-lo. Assim que conheceu o conteúdo do documento, Tavares escreveu carta ao chefe do EME, na qual em um dos trechos dizia: “Continuo a achar que o referido documento devia, e deve, ser discutido com o ministro, antes de sua expedição definitiva”<sup>933</sup>. Mas o desconhecimento do Ministro era justamente a condição para que o documento pudesse ser despachado pelas vias oficiais, e não tardou para que um documento dessa gravidade chegasse ao conhecimento do Ministro e de outras autoridades importantes. Entretanto, antes mesmo que o Ministro da Guerra fizesse qualquer pronunciamento a respeito, ou que chamasse o chefe do EME para prestar explicações, Castelo Branco se antecipou e redigiu uma carta a seu superior hierárquico, no dia 23 de março, justificando o envio da circular aos seus subordinados:

---

<sup>930</sup> FIGUEIREDO, 1970. Op cit. Pag. 39.

<sup>931</sup> Apud VIANA FILHO, 1975. Op cit. Pag.22.

<sup>932</sup> Idem.

<sup>933</sup> Apud GASPARI, 2002. Op cit. Pag. 56.

Prezado camarada Jair. No dia 20 do corrente mês, baixei o documento anexo. Procurei, antes de efetuar a sua distribuição, levar a seu conhecimento. Pedi audiência e fui informado de que você não viria ao ministério. Avistei-me com o general Genaro Bontempo a fim de verificar a possibilidade de uma visita minha a você, no mesmo dia ou nos seguintes. Notei a inconveniência do encontro por motivo de você já estar entregue a um programa de tratamento. Escrevo-lhe então esta carta para pôr você ao corrente da natureza e propósito do documento. Antes de tudo, desejo lembrar que, na última audiência que você me concedeu, eu lhe disse que iria esclarecer os meus subordinados sobre a atual situação. Não se trata de um papel para lançar confusão, nem buscar solidariedade ou estabelecer polêmica. Apenas para mostrar a gravidade que rodeia a conduta militar e para esclarecer subordinados<sup>934</sup>.

É possível que o conteúdo acima citado não tenha sido suficiente para convencer Jair. Para os oficiais encarregados da defesa institucional, o posto de Castelo Branco, como veremos, estava com os dias contados. Mas o Ministro da Guerra decidiu não tomar decisões antes de sair do hospital, e a sublevação que depôs João Goulart viria a acontecer em exatamente onze dias, com uma Semana Santa no meio. O feriado prolongado e o estado de saúde do Ministro favoreceram Castelo Branco no sentido de sua permanência no cargo durante os dias decisivos que se seguiram.

Castelo Branco, por sua posição institucional, tornou-se uma das peças-chave do esquema golpista. Mesmo porque, como já mencionado, a maior deficiência da conspiração militar era não ter muitos generais da ativa em postos importantes para figurar de liderança hierárquica legítima (e isso é um mérito da política militar de João Goulart). É certo que o engajamento dos oficiais do EME existia independentemente da vontade de seu chefe, mas foram colocados ali pelo próprio Castelo. A mera existência de um general de Exército como referência hierárquica contribuía para apoiar a interpretação de que a adesão ao golpe podia se dar pelo obediência da cadeia de comando. Por esse motivo, para os golpistas, manter esse general à frente do EME era muito importante, e, em consequência, sua posição foi defendida de todas as formas. Nas semanas anteriores ao golpe, por exemplo, alguns oficiais da 2ª seção do EME, entre eles os Coronéis Pamplona, Carlos Pinto e o então major Geraldo de Araújo Ferreira Braga<sup>935</sup> tomaram a iniciativa de guarnecer a casa do General Castelo Branco, temendo possíveis represálias: “no grupo que era formado pelo Carlos Pinto e o Pamplona, o pensamento era unânime - para que fizéssemos a segurança do Presidente

---

<sup>934</sup> Apud VIANA FILHO, 1975. Op cit. Pag. 21.

<sup>935</sup> Naquela época, Geraldo de Araújo Ferreira Braga era major e estava classificado na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército. MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 93.

Castelo, à época chefe do EME, durante a noite, em casa, contra a vontade dele”<sup>936</sup>. A circular não foi um documento isolado. Como já mencionado, essa foi sucedida de outro documento, de caráter ainda mais subversivo, que foi distribuído apenas para alguns oficiais tidos como de confiança; o “Leex”, cuja sigla significa Lealdade ao Exército. O próprio título do documento é uma reafirmação da lógica da Doutrina de Guerra Revolucionária, que coloca as instituições militares em situação de autonomia em relação ao poder civil em questões de segurança contra o “inimigo interno”, como anteriormente apontado. Podia-se ler “Lealdade ao Exército, não ao Presidente”. Segundo o General Muricy, o Leex foi marcante no sentido de demonstrar que alguma ação concreta já estava sendo estudada e em vias de ser executada:

E começamos então a nos articular para a luta, agora já abertamente. Viajava-se para cá, viajava-se para lá, mandava-se emissários. (...) o documento “Leex” (Lealdade ao Exército), que foi formulado basicamente pelo General Cintra, levado ao Cordeiro, depois ao Castelo, e foi batido à máquina pelo Superintendente da Cruzeiro do Sul<sup>937</sup>, o Ribeiro Dantas. Esse documento que foi espalhado pelo Brasil inteiro informou muitos militares sobre o nosso movimento<sup>938</sup>.

O Leex era uma aplicação da Doutrina de Guerra Revolucionária ao momento vivido, o conteúdo do texto em si não trazia nada de novo; acusações de omissão, comunicação etc. A novidade principal é ser este documento proveniente de uma fonte oficial, embora seu caráter fosse assumidamente semioficial. O documento está dividido em duas partes, apresentando em primeiro uma análise da conjuntura e um apelo aos militares “democráticos”. Seu caráter sigiloso estava explícito na primeira frase: “Este documento deverá ser entregue, em cada um dos Grupos de Tropa, a um só oficial, da mais absoluta confiança”<sup>939</sup>. O texto fala da insatisfação generalizada dentro das Forças Armadas, e informa que um grupo de oficiais de “convicções rigorosamente democráticas (...) decidiu agir”<sup>940</sup>. Como medida de segurança, o texto evita falar de deposição: “Antes e mais nada é essencial deixar bem claro que não é nosso intuito tramar a destituição do atual governo”<sup>941</sup>. E em seguida passa a enumerar os fatos geradores do descontentamento dos militares “democratas”:

---

<sup>936</sup> Entrevista com Geraldo de Araújo Ferreira Braga, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 95,6.

<sup>937</sup> Observar a presença direta de civis na articulação do golpe. De acordo com Dreifuss, a empresa Cruzeiro do Sul era uma das contribuintes do IPES: DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 504.

<sup>938</sup> Entrevista com Antonio Carlos da Silva Muricy, in: MOTTA, 2003 (m). Op cit. Pag. 38.

<sup>939</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag. 466.

<sup>940</sup> Idem.

<sup>941</sup> Ibid. pag. 467.

A agitação dirigida das massas operárias dos centros urbanos e meios rurais (...) a constante ameaça de intervenção em alguns Estados, cujos Executivos constituem entraves ao processo de bolchevização do país; a tentativa de denegrir e empenhar a força militar na execução de missões ilegais e criminosas; o estímulo à baderna e à rebelião de inferiores e o ulterior procedimento de certas autoridades visando a tolher a ação do Poder Judiciário; o prêmio imediato aos que tiveram a fraqueza de vencer as últimas resistências morais e perpetrar os atos que lhes foram propostos ou insinuados; a subversão dos valores profissionais e morais, que mais se evidencia por ocasião das promoções e classificações;<sup>942</sup>

Na segunda parte é onde o caráter subversivo aparece com total nitidez. Constitui-se em um roteiro para entrevista. Nele, os oficiais são instados a informar ao portador do documento a disposição de suas unidades para agir:

Para evitar distorção ou errôneas interpretações do conteúdo deste documento, pedimos ao distinto camarada a devida cautela e a indispensável discrição que o trato do assunto está a exigir. Solicitamos que dele retire, de próprio punho, as anotações que se tornarem necessárias para a posterior troca de ideias com alguns camaradas da mais absoluta confiança, de tal sorte que lhe seja possível, em curto prazo, proporcionar-nos uma ideia de conjunto do ambiente militar em que convive e das possibilidades da unidade em que serve. Entre outros dados que lhe possam ocorrer como úteis, oportunos e objetivos, solicitamos que nos esclareça, da forma que lhe for possível, as questões abaixo formuladas. Como a maioria dos oficiais de sua unidade encara o atual panorama político-social, econômico e militar do Brasil? Mostram-se eles preocupados com o advento de graves acontecimentos? Já se organizaram contra alguma surpresa? Estão convencidos de que certos setores do governo alimentam o propósito de subverter as instituições sociais e políticas para implantar no Brasil um regime de feição comunista? (sindicalista, síndico-comunista, “nacionalista”, castrista ou mesmo fascistóide?) Caso positivo estariam dispostos a reagir? Em que circunstâncias, sob que condições? *Terão a clara percepção de que a partir de certo momento já não será possível pensar em repressões com possibilidades de êxito? (Este aspecto exige judicioso julgamento)*<sup>943</sup>.

O Leex foi distribuído às vésperas dos acontecimentos, por emissários de Castelo Branco, para todas as principais regiões militares, mesmo algumas daquelas onde os Comandantes eram considerados como de confiança do governo. O portador do documento, via de regra, era um oficial de serviço no EME<sup>944</sup>. No dia 22 de março,

---

<sup>942</sup> Idem.

<sup>943</sup> Ibid. Pag. 469. Grifo no original.

<sup>944</sup> Conforme consta no relatório: A Revolução de 31 de março de 1964 na 3ª DI: “que naquele momento estava o referido documento sendo levado por oficiais do EME para diversos pontos do país a fim de que

como forma de manter a tensão no plano civil e militar, um grupo de oficiais assinou um manifesto que foi publicado no jornal “Diário de Notícias”. O texto fazia um apelo às Forças Armadas para não obedecerem a Jango. Assinaram, entre outros, os Generais Bertoldo Klinger e Pedro A. Menna Barreto<sup>945</sup>.

Diante da crescente pressão, o grupo que dava sustentação a Goulart realizou algumas reuniões para avaliar a conjuntura. No dia 22, a convite do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, vários oficiais compareceram a um almoço para debater a situação. Os generais presentes manifestaram desconfiança em relação a Krueel (Comandante do II Exército) e Galhardo (Comandante do III Exército). A desconfiança foi também manifestada pelo próprio Jurema. Surgiu a proposta da nomeação de Ladário para o comando do III Exército, já que Jair, como já foi referido, planejava se internar na Semana Santa, para tratamento de saúde do qual desconhecia a gravidade<sup>946</sup>.

No dia seguinte, praticamente os mesmos oficiais se reuniram com o próprio Presidente. Comparecem à reunião Oromar Osório, Antônio Henrique Almeida de Moraes, Luís Tavares da Cunha Melo, Anfrísio da Rocha Lima, Argemiro de Assis Brasil e Ladário Teles. Nessa reunião, Jango leu a nota reservada de Castelo Branco (não tinham ainda acesso ao Leex) e comunicou a decisão de exonerar esse general do EME, colocando em seu lugar Galhardo<sup>947</sup>. O General Ladário seria nomeado para o comando da 4ª DI (para afastar o General Adalberto Pereira dos Santos, comandante da 4ª DI, sabidamente envolvido na conspiração) e exerceria simultaneamente o comando do III Exército, na qualidade de general de Divisão mais antigo. Nessa ocasião, Ladário aproveitou para manifestar ao presidente suas preocupações com relação ao possível comportamento de Krueel, no II Exército. Goulart reconheceu o risco, mas não determinou sua substituição. Determinou a Assis Brasil que tomasse medidas para que os I e II Exércitos pudessem convergir sobre São Paulo em caso de rebelião<sup>948</sup>. A expectativa de adesão de Krueel já era um fato para os oficiais que apoiavam Goulart. Algumas semanas antes, exercícios militares foram feitos no sentido de simular a ação

---

dele tomassem conhecimento os chefes militares não comprometidos com o governo João Goulart; anexo á entrevista de Rui de Paula Couto, In: MOTTA, 2003 (I). op cit. pag. 50.

<sup>945</sup> SILVA, 1988. Op cit. pag. 115.

<sup>946</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 354.

<sup>947</sup> O Leex ainda não era de conhecimento nem de Jango, nem de seus oficiais de confiança. Não há registros de que este documento tenha circulado antes do dia 25 de março, e de acordo com o relatório: A Revolução de 31 de março de 1964 na 3ª DI, apenas em 28 de março, este documento chegou ao conhecimento das forças do governo: “o general professor Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, tendo tomado conhecimento do documento elaborado pelo general Castelo Branco, levou-o ao ministro da Guerra”. In: MOTTA, 2003 (I). op cit. pag. 53.

<sup>948</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 354.

das tropas do I Exército contra a região de São Paulo. Contudo, pouca gente atentou para um pequeno detalhe: as tropas a serem utilizadas, eram as mineiras<sup>949</sup>. Ao que tudo indica, Goulart e seus assessores consideravam possível uma sublevação, mas pensavam que essa viria de São Paulo, e não de Minas Gerais.

Do lado conspirador, as articulações se tornavam cada vez avançadas. De acordo com Portela uma semana antes do levante foi realizada uma reunião na qual participaram os generais Costa e Silva, Castelo Branco, Cordeiro de Farias, Otacílio Terra Ururahy e Riograndino Krueel. Nessa reunião, o irmão do Comandante do II Exército assegurou a todos a respeito da adesão do cunhado de Goulart ao golpe. De acordo com Portella, a maior dificuldade de Krueel estava nos seus generais subordinados: “pois todos, até o seu chefe de Estado-Maior, o General Macedo, eram contrários”<sup>950</sup>.

Em meio ao clima de polarização que marcou o mês de março de 1964, os subalternos da Marinha iriam ainda protagonizar um dos momentos mais dramáticos dos dias que antecederiam ao golpe. Existia naquela Arma uma divisão bem acentuada entre uma minoria de legalistas e uma maioria de oficiais de tendências politicamente conservadoras. Um setor muito grande do oficialato, de acordo com o então almirante e membro do alto comando, Ivo Corseuiu, era ligada à UDN:

Desde aquele episódio do Lott<sup>951</sup> que a Marinha se dividiu. Uma minoria ficou a favor do marechal Lott e da posse do presidente Juscelino. (...) a grande maioria da Marinha, infelizmente, ficou do outro lado, do lado da maldita UDN. Conseguiram pegar a maioria do almirantado para o lado deles e ficaram fazendo aquelas conspirações de fofocas, reuniões no Clube Naval. (...) Era uma coisa de oficiais que eram conhecidíssimos. No próprio gabinete do ministro a maioria dos oficiais era udenista.<sup>952</sup>

Dessa forma, embora os oficiais leais ao governo comandassem os navios e ocupassem os postos de maior importância, não foi possível anular completamente a força que a maioria oposicionista tinha na Marinha. A nomeação do almirante Aragão para a tropa de pronto emprego mais importante (os fuzileiros navais) era um fator que

---

<sup>949</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 175.

<sup>950</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 129.

<sup>951</sup> Esse episódio foi a Novembrada, o contragolpe preventivo acontecido em 11 de novembro de 1955 sob a liderança de Henrique Lott que visou garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart – respectivamente presidente e vice-presidente eleitos – então ameaçados por um golpe de Estado liderado por setores da UDN que pretendiam negar-lhes a posse advogando que suas eleições não eram legítimas por não terem alcançado a maioria absoluta dos votos válidos. Ver primeiro capítulo desta tese.

<sup>952</sup> Entrevista com Ivo Corseuil, realizada por José Murilo de Carvalho e José Maria Jardim, Rio de Janeiro, Arquivo Pessoal de José Murilo de Carvalho, 1979.

contribuía enormemente para a radicalização de ambos os lados. Isso se devia, conforme já mencionado em capítulo anterior, em função de esse oficial não ter cursado a Escola Naval, tendo sido o primeiro a chegar ao posto de almirante a partir do corpo subalterno da armada. Essa circunstância irritava os mais tradicionalistas que não se conformavam com o fato e também com a criação desse precedente. De outro lado, Aragão era um oficial de ideias progressistas, considerado um “Almirante do Povo”, por esta razão sua posição era defendida pelos setores progressistas e, especialmente, pelo movimento dos praças.

Na Marinha, o movimento dos praças estava naquele momento muito forte e organizado, e pressionava o governo para a demissão do ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, a quem acusavam de pender para a ala mais conservadora. Justamente em meio ao clima de rebelião militar de direita, a Associação Dos Cabos e Marinheiros celebrava mais um ano de vida, e seus membros haviam planejado uma festa comemorativa da data. Ocorre que, pouco antes da programada festa, o movimento dos praças na Marinha havia programado uma sequência de visitas a alguns órgãos da Petrobrás, onde discursaria o Almirante Aragão. A agenda foi proibida pelo Ministro da Marinha, que ameaçou com severas punições quem comparecesse aos eventos. As visitas foram canceladas, mas não antes de os marinheiros realizarem um ato no sindicato dos bancários, no centro da cidade do Rio de Janeiro, criticando as posições do ministro Sylvio Mota e defendendo a sua saída. Diante do ato político, o ministro aplicou punições a vários marinheiros, sendo que, em alguns casos, a punição somava-se a outras, de modo que resultava em mais de trinta dias de punição em um ano para alguns marinheiros, o que no regimento disciplinar dessa Força implicava na expulsão do serviço militar. Assim, a festa marcada deixava de ser apenas uma confraternização e se revestia de um caráter político explícito, e de uma clara manifestação contra o Ministro daquela Arma. Conforme o relato de Jurema, o governo já sabia da reunião, e havia recomendado ao ministro da Marinha que evitasse o confronto com a “a moçada”:

Contou-me o presidente que o ministro da Marinha, almirante Silvio Motta, estava em crise na sua pasta (...) Falou que já, por várias vezes recomendara ao ministro evitar choques com a Associação dos Cabos e Marinheiros, e procurasse contornar, pois se já o governo não dispunha do almirantado, não poderia perder a simpatia dos inferiores.<sup>953</sup>

---

<sup>953</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 152.

A serem verídicas as informações acima, as ordens do presidente foram ignoradas. As ações do ministro, motivadas em seus argumentos por razões de ordem hierárquica, foram o estopim de uma das maiores crises militares do governo Jango. O processo começou a se radicalizar quando o Ministro Sylvio Mota determinou a proibição da comemoração, o fechamento da Associação dos Marinheiros e a prisão de seus integrantes. O Ministro da Guerra estava internado e novamente não foi consultado. O Chefe da Casa Militar e o Presidente estavam fora da capital, em viagem ao município de São Borja (RS), cidade natal de Goulart. A ausência do presidente e de um de seus principais assessores num momento de clara conturbação, agravada pelo fato de o Ministro da Guerra estar fora de ação, foi um grave equívoco, que trouxe sérias consequências.

Os marinheiros insistiram em realizar a manifestação no dia 25, no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. O local escolhido para o evento, um sindicato de trabalhadores, foi um elemento a mais para a crise. No dia do motim, os marinheiros Anselmo e Marco Antônio, que desde a véspera estavam fugindo da ordem de prisão que haviam recebido, procuraram o dirigente do PCB Carlos Marighela a fim de se orientar. Esse dirigente comunista estava entre aqueles militantes que viam na mobilização dos subalternos um evento de estratégica importância, na medida em que poderiam subverter as tropas contra os arroubos golpistas do setor da direita militar. Os dois marinheiros pediram a Marighela que os ajudasse a escrever o discurso que Anselmo leria na reunião que em poucas horas os marinheiros teriam no Sindicato dos Metalúrgicos, havendo o quadro pecebista prontamente iniciado a elaboração do texto. Foi especialmente sensível no ponto nodal da questão, a disciplina militar. Nas palavras escritas pelo futuro comandante da ALN<sup>954</sup>: “Quem, neste país, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um presidente ao suicídio, outro à renúncia e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das reformas de base”. Em outro ponto, para fazer paralelo direto entre aquele evento e a Revolta da Chibata, lia-se:

Em nossos corações de jovens marujos, palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguiram a

---

<sup>954</sup> Ação Libertadora Nacional, foi a maior organização de resistência armada surgida durante a ditadura militar, para saber mais a respeito ver por exemplo: GORENDER, 1998. Op cit. REIS FILHO, 1990. Op cit. e RIDENTI, 1993. Op cit.

chibata na Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos.<sup>955</sup>

Na reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, pouco depois que Anselmo lera o citado discurso, chegou aos manifestantes a notícia de que a lista de prisões fora ampliada em mais quarenta nomes pelo Ministro da Marinha; praticamente todos estavam ali. Foi nesse momento que um marinheiro sem agremiação política, de nome Otacílio dos Anjos Santos, de apelido Tatá, propôs uma vigília até que as prisões fossem revogadas. Outro marinheiro, de nome Cláudio Ribeiro, complementou a proposta: além da revogação, permaneceriam em vigília “até o reconhecimento da AMFNB”<sup>956</sup>. O fato de que as propostas mais radicais tenham surgido assim tão espontaneamente é forte evidência da fragilidade da hipótese que atribui a rebelião dos marinheiros a uma manobra de provocação de agentes infiltrados<sup>957</sup>.

O almirante Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, recebeu ordens para prender todos os que lá comparecessem, mas se recusou a cumpri-las e, por essa razão, foi ordenada a sua prisão. Um grupo de fuzileiros navais foi enviado para cumprir as determinações do ministro, mas, uma parte dos seus integrantes, instigada pelos manifestantes, resolveu abandonar as armas no chão e ingressar, sob os aplausos

---

<sup>955</sup> Apud (MAGALHÃES, 2012. Op cit. pag. 296.

<sup>956</sup> MAGALHÃES, 2012. Op cit. pag. 297.

<sup>957</sup> A crise gerada com a Rebelião dos Marinheiros em março de 1964 foi de tal monta que alguns autores e personagens históricos chegaram a afirmar que esta foi, na verdade, uma provocação deliberada para aumentar a instabilidade às vésperas do golpe. Esse argumento se baseia na atuação do então marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos (que ficou conhecido como Cabo Anselmo), o qual, durante a ditadura militar se tornou informante da repressão e foi responsável pela morte de vários de seus então companheiros, a maioria da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ver: GORENDER, 1998. Op cit, e PAZ, Carlos Eugenio Sarmiento Coelho da. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1996. A hipótese de manobra de provocação no caso da Revolta dos Marinheiros está sustentada na possibilidade de que já em 1964, Anselmo fosse agente infiltrado. Essa hipótese é sustentada, entre outros, pelo próprio almirante Ivo Corseuiu: “Eu tive uma informação que na ocasião eu considerei como válida. Depois, estudando o procedimento dele chegamos à conclusão de que de fato ele era um agente da CIA”, Entrevista com Ivo Corseuiu, 1979. Op cit. Também João Pinheiro Neto: “acampados no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio e insuflados pela oratória do famoso cabo José Anselmo dos Santos (que até então ninguém suspeitava ser um agente infiltrado da CIA)” PINHEIRO, NETO, 1993. Op cit. pag. 113. Para Moniz Bandeira: “José Anselmo dos Santos (...) era agente do serviço secreto, provocador, trabalhando para a CIA”; BANDEIRA, 2001. Op cit. pag. 168; Silva: “os marinheiros e fuzileiros rebelaram-se sob a liderança do José Anselmo dos Santos (...) sobre quem já existiam dúvidas de ser um elemento infiltrado para provocar”; SILVA, 1975. Op cit. pag. 357. Todavia jamais foram apresentadas provas documentais que comprovassem essa acusação. Essa hipótese é repudiada pelos próprios marinheiros, que afirmam que toda a ação de Anselmo naquele dia foi uma deliberação coletiva do movimento. Em reportagem da Revista Caros Amigos, por exemplo, alguns remanescentes do movimento lembram que quando Anselmo leu seu discurso já havia por parte de todos eles disposição para a rebelião, e enfatizando que o discurso proferido foi escrito por Marighella, um deles comenta: “Só falta agora alguém dizer que o Marco Antônio [marinheiro que junto com Anselmo havia procurado o dirigente comunista] e o Marighella eram agentes da CIA”; CAROS AMIGOS, 2004. Op cit. pag. 19.

dos amotinados, na manifestação. A maioria do almirantado se reuniu no Clube Naval e se declarou em assembleia permanente. O Clube Militar fez o mesmo em solidariedade a seus colegas da Marinha. O presidente retornou imediatamente ao Rio de Janeiro, na madrugada do dia 27. Aceitou o pedido de demissão de Silvío Mota e nomeou para seu lugar o Almirante Paulo Mário, então presidindo o Tribunal Marítimo. A nomeação do novo Ministro, assim como qualquer medida de Goulart naquele momento (ainda que fosse a expulsão de todos os amotinados) foi duramente combatida. *O Jornal do Brasil*, reproduzindo procedimento semelhante de outros jornais, procurou desqualificar o nome escolhido. Na primeira página do dia 28 de abril, afirmava, sem revelar fontes: “O novo ministro da Marinha foi escolhido de um uma lista tríplice apresentada pela comissão executiva do CGT ao Presidente”<sup>958</sup>. Essa informação, depois de centenas de depoimentos, jamais foi confirmada por nenhum membro da CGT à época. A indicação de Paulo Mário seguiu todos os trâmites oficiais. Não existem muitas fontes demonstrando quem sugeriu o nome do almirante Paulo Mário a Goulart, mas, na versão de Ivo Corseiuiu, foi ele quem fez a indicação:

Eu me recordo que quando o ministro pediu demissão eu recebi telefonemas de vários almirantes pedindo para que eu não indicasse o nome deles. Então eu indiquei o Paulo Mário que, embora, já estivesse afastado, tinha sido um grande oficial e era um grande disciplinador, principalmente por isso<sup>959</sup>.

Fato é que naquele contexto, a nomeação de Paulo Mário foi mais uma trincheira ocupada por oficiais em franco processo de subversão. De acordo com Silva, “Um grupo de oficiais, descontentes com a exoneração de Silvío Mota, preparava-se para deixar o Ministério e tentar o sequestro do almirante Paulo Mário, quando saísse do Tribunal”<sup>960</sup>. Avisado, Paulo Mário reforçou sua segurança pessoal e conseguiu escapar da emboscada e, na saída, ainda pôde ver quem eram os oficiais que o esperavam. Paulo Mário assumiu o cargo por volta das 15 horas, e imediatamente se dirigiu ao Ministério da Marinha, onde reinava grande confusão. Tão logo tomou as medidas de segurança, foi informado de que uma embarcação estava descarregando caixas de conteúdo ignorado no cais em frente ao Ministério. O novo Ministro ordenou apuração e verificou-se tratar de um descarregamento de cerca de 90 metralhadoras INA e grande quantidade de munição. A carga foi apreendida, e os responsáveis pelo transporte

---

<sup>958</sup> *Jornal do Brasil*, 28/04/1964. Pag. 1.

<sup>959</sup> Entrevista com Ivo Corseiuiu, 1979. Op cit.

<sup>960</sup> SILVA, 1988. Op cit. pag. 125.

alegaram que tais armas estavam sendo transportadas a fim de que não fossem entregues a operários e marinheiros.

Sob sua solicitação, um comando do Exército foi enviado às imediações do Sindicato dos Metalúrgicos e, após algumas negociações, os marinheiros aceitaram se entregar e foram conduzidos a uma unidade do Exército, sendo pouco depois liberados. Na saída, ainda encontraram os almirantes Aragão e Suzano e resolveram fazer uma festiva passeata carregando o primeiro. A imagem do Almirante Aragão sendo carregado pelos marinheiros livres teve um impacto fortíssimo, com ampla repercussão nos meios de comunicação, o que foi explorado pelos oficiais conspiradores. O novo ministro entendeu que o episódio de indisciplina dos marinheiros fazia parte de um contexto de indisciplina generalizada, não só dos inferiores, mas também dos oficiais, especialmente ao longo do mês de março. Nessa lógica, decidiu anistiar a todos, marinheiros e oficiais. Diante das previsíveis repercussões negativas do episódio, Jair Dantas determinou a difusão de uma mensagem sua para todas as unidades do Exército, a fim de diminuir as possibilidades de exploração do fato pelos descontentes e conspiradores. No III Exército, por exemplo, o telegrama chegou na tarde do dia 28:

Retransmito seguinte radiograma para conhecimento Vexcia solicitando seja dado conhecimento também todas unidades subordinadas PTPT urgentíssimo CMT III EX Palegre S-Nº de 28 de mar 64 pt circ VG ordem Sr Ministro informo Vex que vg por determinação Sr Presidente República e solicitação Ministro da Marinha VG Exército interveio caso marinheiros e fuzileiros navais sede sindicato metalúrgicos VG tomando referidos militares sob sua custódia para posterior apresentação autoridades navais PT operação já concluída PT Questão disciplinar cargo novo Ministro Marinha acordo regulamento referida força PT Cumpre assinalar perfeita coesão e disciplina mantida âmbito do Exército PT Situação inteiramente tranquila VG embora em curso intensa onda boatos tendenciosos PT Outrossim determina S Excia seja dado conhecimento texto presente rádio todas organizações militares subordinadas esse comando PT General Bom Tempo CH Gab Min Guerra PT Gen Galhardo CMT III Ex<sup>961</sup>.

Evidentemente, as reações negativas dos oficiais, então em franco processo de excitação golpista, eram esperadas, e o rádio acima citado não foi capaz de amainar os espíritos. Ainda às 17 horas, do mesmo dia 27, um grupo de Almirantes penetrou na sala do novo Ministro Paulo Mário e quase agrediram fisicamente a ele e ao Almirante Suzano, por discordarem da anistia concedida aos marinheiros. De acordo com Silva, o

---

<sup>961</sup> A Revolução de 31 de março de 1964 na 3ª DI, Apud MOTTA, 2003 (I). Pag. 53,4.

mais agressivo foi o Contra-Almirante Arnoldo Asselmann Fairbans: “Esse oficial apoplético, vociferava com dedo em riste na mais indisciplinada atitude”<sup>962</sup> Na madrugada do dia 28 para o dia 29, por volta das 2 horas da manhã, Paulo Mário foi visitado por quatro Almirantes: Cézar de Andrade, Furtado de Mendonça, Luiz Teixeira Martini e Figueiredo da Costa. Traziam uma queixa, assinada pela maioria do almirantado, contra a anistia aos marinheiros e contra algumas nomeações de Paulo Mário, em especial a nomeação do Almirante Suzano para a Chefia do Estado-Maior da Marinha e, ainda, a permanência de Aragão no comando dos Fuzileiros Navais. Na tensa conversa que se seguiu, o novo ministro afirmou que se o almirantado persistisse em sua posição de indisciplinada ele faria revogar a anistia, mas daria ordem para a instauração de dois inquéritos, “um, para apurar as responsabilidades dos marinheiros; outro, destinado a apreciar o comportamento dos oficiais”<sup>963</sup>. Durante o dia 29, o novo Ministro da Marinha recebeu vários telefonemas informando sobre oficiais terem visitado os navios para tentar aliciar “os colegas ainda não comprometidos com os planos de derrubada do governo”<sup>964</sup>. No dia 30, alguns oficiais conspiradores da Marinha penetraram clandestinamente na Ilha do Mocanguê, em Niterói “dispostos a impedir a posse do novo comandante – Capitão-de-Mar-e-Guerra Vânius de Miranda Nogueira – e efetuar sua prisão”<sup>965</sup>, mas nada conseguiram, em função da proteção que um grupo de sargentos prestou ao novo comandante. Do dia 27 até o dia 31, várias foram as informações de desobediência e tentativas de sabotagem contra o novo Ministro da Marinha. Todavia, o Almirante Paulo Mário se mostrou um comandante bastante firme: rapidamente procedeu à mudança dos principais comandos da Marinha e tomou medidas para isolar os oficiais mais desobedientes, de modo que, mesmo assumindo às vésperas dos acontecimentos que culminariam com a deposição do Presidente constitucional, conseguiu limitar grandemente as ações dos oficiais da Marinha (que em proporção muito maior que no Exército, estavam descontentes com o governo Goulart) <sup>966</sup>. A intenção de Paulo Mário de instaurar três inquéritos, abarcando praças e oficiais, embora não mencionada em outros textos sobre o episódio, foi noticiada à época por pelo menos um grande veículo de comunicação. No dia 31, o

---

<sup>962</sup> SILVA, 1988. Op cit. Pag. 130.

<sup>963</sup> Ibid. Pag. 136.

<sup>964</sup> Ibid. Pag. 139.

<sup>965</sup> Ibid. Pag. 142.

<sup>966</sup> Ibid. Pag. 145.

*Jornal do Brasil* trazia em sua página três, matéria com o seguinte título: “Marinha vai apurar em três inquéritos a causa de sua crise interna”. Segundo a reportagem:

Em nota oficial distribuída à imprensa, o Gabinete do Ministro da Marinha informou ontem que todos os últimos acontecimentos na Marinha serão esclarecidos mediante a realização de três inquéritos. Os inquéritos abordarão as ocorrências no Sindicato dos Metalúrgicos, a passeata dos marinheiros após terem sido postos em liberdade e as origens da decisão dos signatários do manifesto de oficiais da Marinha, “os quais incorreram em falta disciplinar pela imposições feitas ao Ministro”<sup>967</sup>.

Sequer o fato tão ressaltado sobre os dias decisivos de março se deu como a historiografia o abordou. Se o então ministro da Marinha, Almirante Paulo Mário, manteria ou não os três inquéritos, é questão que se presta à especulação. Certo é que não teve oportunidade de fazê-lo, e que esse procedimento era mais temível ainda para a oposição do que a anistia geral, tão criticada. A nomeação de Paulo Mário e as decisões do novo Ministro da Marinha foram grandes argumentos para a deposição de Jango. Um setor muito grande da historiografia<sup>968</sup> afirma que um dos grandes equívocos do governo àquela época foi não punir exemplarmente aqueles praças. Não obstante, a comemoração da fundação da Associação dos Marinheiros foi acordada e permitida por Jango, ou, pelo menos, é isso que sugere Araújo Neto, ao comentar a indecisão do presidente em punir ou não os marinheiros. Um de seus assessores lhe sugeriu prender e punir exemplarmente os amotinados, e depois anistiar todos, mas:

O presidente gostou da fórmula. Mas a todo instante, a uns poucos, confessava ainda insatisfeito: \_ Ainda é injusta. Eu não posso esquecer que tinha ordenado ao ministro da Marinha, o Almirante Mota, que permitisse a reunião da Associação dos Marinheiros. Que deixasse os rapazes fazerem a sua festa<sup>969</sup>.

Se isso é verdade, (Araújo Neto não fornece indicação de fontes), a confraternização foi autorizada por ninguém menos que o próprio Presidente da República. Até agora, poucos observaram que a repressão à festa de aniversário da Associação de Cabos e Marinheiros pode ter sido uma manobra deliberada para provocar repercussão, e que a festa em si, caso ocorresse, pouco ou nada iria significar

---

<sup>967</sup> JORNAL DO BRASIL, 31/03/1964. Pag.3.

<sup>968</sup> Vários são os historiadores e jornalistas que opinam que a anistia aos marinheiros rebelados neste momento foi um grave erro de Goulart, entre estes estão: FERREIRA, 2003. Op cit. pag. 397. FIGUEIREDO, 1993. Op cit. Pag. 184.. SKIDMORE, 1982. Op cit. Pag. 321. STEPAN, 1975. Op cit. Pag.150. BANDEIRA, 2001. Op cit. pag. 16.

<sup>969</sup> NETO, 1964. Op cit. Pag. 58.

naquele momento. A somar a essa possibilidade, um dos fundadores da associação e seu primeiro presidente, o então marinheiro João Barbosa de Almeida, em depoimento à revista *Caros Amigos*, afirma: “Era para ter uma festa (...) Se não tivessem prendido toda a diretoria na véspera da comemoração do aniversário, não teria havido rebelião, foi a Marinha que começou o confronto”<sup>970</sup>. Por outro lado, quanto ao fato de Jango não haver reprimido os manifestantes, parece- nos pouco convincente crer que isso fosse mudar a disposição dos que o queriam derrubar. Muito pelo contrário, como mencionado acima, a mobilização para o golpe já estava em curso e apenas se aproveitou dos fatos novos, entre os quais, a rebelião dos Marinheiros. Poucos autores, como Sodré, não colocam a anistia para os marinheiros amotinados como um erro fatal de Jango:

O que se pretende ignorar de plano é assim, a integridade da disciplina, que não pode existir apenas para alguns, isentando outros dela, como se pertencessem a condição diferente. Foi a posição, na verdade extremamente difícil, em que se viu colocado o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, ao assumir, já em plena rebeldia – tanto que se anunciava a recusa da oficialidade em permitir-lhe a posse e até a entrada no prédio do ministério. Esse alto chefe, modelo de marinheiro disciplinado, e antípoda de conspiradores que pregam a disciplina para os outros, e arvoram-se do direito de negá-la com seus atos, recusando-a para seus usos, optou pela anistia geral: para oficiais e marinheiros, tanto mais que, na sua larga experiência, bem sabia que, quando a indisciplina atinge os limites de motim, há sempre responsabilidades de chefia e comando a apurar e condenar e punir.<sup>971</sup>

O movimento de indisciplina nos dias que antecederam a deflagração do golpe de Estado não ficou circunscrito ao Exército e à Marinha. Os conspiradores também agiram no sentido de tentar anular aquela que era uma das maiores forças do governo, a Base Aérea de Santa Cruz (BASC), na zona Oeste do Rio de Janeiro. De acordo com o testemunho pessoal de Rui Barbosa Moreira Lima, na ocasião do golpe na patente de coronel e comandando a BASC, oficiais conspiradores tentaram tomar a base cerca de uma semana antes da eclosão do movimento:

Quando chegou a Revolução de 1964 eu era Comandante da Base de Santa Cruz. Lá, um dia. Recebi fora do plano de transferência o Capitão Juarez, que foi para Santa Cruz com o intuito de me prender, acredito que dentro do esquema da Revolução, o que ficou claro, porque, uma semana antes de 31 de março, ele foi à vila dos sargentos junto com o Major Mascarenhas, que havia estado em Aragarças - foram, em um sábado de madrugada, falar com os graduados na Vila dos Sargentos da Base, propondo minha prisão e sublevação da base.

---

<sup>970</sup> Apud CAROS AMIGOS, 2004. Op cit. Pag. 18.

<sup>971</sup> SODRÉ, 1965. Op cit. pag. 393.

Veja que maluquice, ele falou com o sargento Mascarenhas, que era irmão desse Major Mascarenhas. O sargento protestou e denunciou o que estava acontecendo, telefonando-me em seguida. Tomei as providências devidas, apresentando o Capitão Juarez, na segunda-feira, preso ao Comandante da 3ª Zona Aérea, solicitando que fosse aberta uma sindicância a respeito. No final do expediente, fui ao Brigadeiro Teixeira, Comandante da 3ª Zona Aérea, e perguntei sobre o destino do Capitão Juarez, e ele disse: “Eu o mandei embora, é um garoto”. Muito aborrecido com o Teixeira disse: “Então esse Capitão vai para a Vila dos Sargentos tentar tomar a Base, eu o mando preso para cá e o senhor simplesmente o liberta”? [diante da reação de decepção por parte de Rui, Teixeira tenta tranquilizá-lo dizendo]: “Calma Rapaz, isso não vai dar em nada”. Mas o dia 31 de março foi a resposta que tivemos. As previsões do Brigadeiro Teixeira não se confirmaram<sup>972</sup>.

Esse exemplo, tomado em conjunto com os que virão a seguir, sugere uma hipótese: a de que nem Goulart, nem seus assessores diretos tinham noção do grau de descontentamento e potencial para adesão ao golpe, uma semana antes dele ocorrer. Como veremos, todas as ações do “dispositivo militar” diante de questões de grande gravidade, como aquela vista acima, foram caracterizadas por medidas tímidas. Em parte, o receio de aumentar o conflito pode ter motivado reações mais brandas, tendendo à conciliação. Mas, mesmo dentro dessa possibilidade, tal procedimento só era possível diante de uma interpretação da conjuntura que não percebia que o governo poderia ser derrubado. E isso às vésperas de cair.

### **Correlação de forças em fins de 1964:**

A tentativa de tomar a BASC ocorreu em um momento em que a deflagração do golpe já estava decidida. Posteriormente ao ocorrido, vários de seus participantes vão relatar em memórias e entrevistas esses dias decisivos. Entre esses, nota-se um conflito de narrativas. Comumente divergem sobre quem teve o maior papel na condução do processo. Tal dissensão de narrativa esconde por trás da rivalidade implícita, três fatos que poucos até hoje admitiram. Primeiramente, não havia um planejamento detalhado, não sabiam exatamente o que iria acontecer. A mobilização militar para o golpe ocorreu toda ela nos últimos dias de março. Os planos e expectativas eram diversos, o resultado final foi consequência de uma desordenada soma de ações improvisadas. A deposição de Goulart foi muito mais um fracasso desse e de seu “dispositivo militar” do que um

---

<sup>972</sup> Entrevista com Rui Barbosa Moreira Lima, In: MOTTA, 2003 (l). Op cit. Pag. 58.

sucesso dos conspiradores, embora esse seja o fato mais enfatizado. Em segundo lugar, não havia confiança entre eles, não tinham segurança de que alguns dos principais nomes envolvidos de fato cumpririam o que se esperava. E, por fim, não havia nenhuma certeza de que seria possível derrubar o presidente. À exceção de Mourão, todas as proclamações e manifestos até o dia 1º de abril evitaram assumir diretamente a intenção da deposição<sup>973</sup>. O receio de que as forças de defesa da ordem pudessem agir assombrou os descontentes até o último momento. As defecções vieram aos poucos, e se tornaram volumosas somente quando a derrota do governo era tida como certa.

Em relação à ausência de um plano detalhado, os principais oficiais envolvidos na conspiração não tinham controle sobre as tropas e, novamente, deve-se ressaltar que esse foi um dos sucessos do “dispositivo militar” até ali. Vários oficiais em postos de importância estavam sendo sondados e contatados, mas não se tinha certeza de sua adesão. A insegurança era ainda maior porque nas suas unidades não havia nenhum planejamento amarrado. Existiam basicamente as intenções. O único comandante de Exército que se comprometeu por escrito – Justino, no IV Exército – não era de plena confiança, e os únicos comandantes de tropa que se movimentariam com certeza – Mourão e Guedes, em Minas Gerais – não tinham prestígio. A conspiração civil que precedeu esse momento de impasse foi meticulosamente planejada e executada, mas a conspiração militar era frouxa e desorganizada, com “vários comandantes” rivalizando entre si e esboçando táticas diversas. É claro que tal fato jamais foi assumido, desta forma. Tentou-se construir uma narrativa no pós-golpe que expressasse justamente o contrário: uma meticulosa conspiração militar e uma frouxa participação das classes dominantes empresariais. Para começar, cada pretensão “líder” fala de um plano diferente, de forma que sua pessoa se localize no centro dos acontecimentos. Odílio Denys, por exemplo, em função de sua contribuição ao desencadeamento da rebelião em Minas Gerais e de seus contatos com alguns núcleos de insatisfação, chegou a se atribuir o papel de coordenador principal do golpe. Em seu depoimento dado a Hélio Silva, declara:

Eu aceitei o papel de coordenador e depois de articulador militar por me julgar obrigado a observar a marcha dos acontecimentos, em vista de ter sido ouvido no acordo que instituíra o regime parlamentar. Daí

---

<sup>973</sup> Entre os principais: O manifesto do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, em 19 de março de 1964, O manifesto do Governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, em 20 de março de 1964, o segundo manifesto de Magalhães Pinto, em 31 de março de 1964, O Manifesto do governador de São Paulo na noite de 31 de Março de 1964, o manifesto do comandante do II Exército Amaury Kruehl, também na noite de 31 de março de 1964, o manifesto do governador gaúcho Ildo Meneguetti, em 1º de abril de 1964.

ter entendimentos com camaradas e políticos amigos que me convenceram a continuar agindo, mesmo reformado, porque a nação tinha sua independência em perigo<sup>974</sup>.

Chefe ou não do movimento, o depoimento de Denys revela sua versão da articulação existente entre os grupos conspiradores para o desencadeamento da rebelião:

(1º) - começar o movimento logo depois de uma grande motivação; 2º) - partir de um grande Estado 3º) - o início do movimento será dado a conhecer de surpresa pelo rádio comercial, que na informação dirá que o marechal Denys está lá; é a senha; 4º) - as guarnições ou corpos se levantam e se ligam com os que estiverem mais próximas também levantadas; 5º) - as forças dominarão suas áreas e marcharão contra o Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Recife<sup>975</sup>.

Se tal versão coloca Denys no centro da articulação, quase nada, na realidade aconteceu dessa maneira. Para começar, além de Denys, ninguém, em nenhum dos documentos, depoimentos e memórias consultadas mencionou essa suposta “senha”. A rebelião não foi anunciada por rádio comercial, foi noticiada por várias, mas novamente nenhum dos participantes jamais revelou estar esperando seu anúncio por alguma rádio específica. Quanto a começar depois de uma grande motivação, não se trata de planejamento, mas de oportunidade, a qual dependia de uma correlação de forças favoráveis. Marchar sobre Rio de Janeiro e Porto Alegre seria uma ação demasiado óbvia por serem regiões onde, em tese, as forças do governo estariam mais consolidadas. Quanto a Curitiba e Recife, especialmente essa, parece-nos um contrassenso, pois o próprio Denys e seus aliados mais próximos afirmaram em outras ocasiões que contavam com a adesão do IV Exército e de seu comandante, assim como também da região de Curitiba. Cordeiro de Farias, que fazia parte do mesmo grupo de Denys, e se articulava com esse há anos, tem uma versão muito parecida; aponta que não havia uma data marcada para o golpe. Esperava-se uma ocasião propícia, os mineiros é que deveriam tomar a iniciativa, todos os outros viriam depois:

Jamais houve uma data marcada. Nós tínhamos decidido duas coisas. A primeira, que o levante seria uma decisão de momento, quando a atmosfera política e o avanço do processo conspiratório indicassem naturalmente que a oportunidade havia chegado. Segundo, que a iniciativa deveria partir de Minas Gerais. A frente mineira, assim, ficou com o privilégio de iniciar o levante e escolher a hora propícia.

---

<sup>974</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 202-3.

<sup>975</sup> Ibid. Pag. 203.

Isto é, quando eles achassem que o momento havia chegado, que tomassem a iniciativa. Tínhamos certeza de que, em seguida, o resto do país se levantaria, sobretudo São Paulo, como vimos.<sup>976</sup>

Uma coisa não esclarecida nas versões de Cordeiro e Denys é sobre qual organização coletiva se referem, visto que os outros conspiradores, tais como Mourão, Guedes, Costa e Silva e Castelo Branco (a fala desses últimos se presume pelo depoimento de seus aliados) descrevem ações isoladas desses oficiais. Cordeiro de Farias se fiava na conspiração dentro da média oficialidade paulista para alegar que se tinha como certa a adesão do II Exército. Mas, nos dias imediatamente precedentes viajou para São Paulo, porque não tinha segurança de que os principais comandantes iriam aderir. Como veremos mais à frente, Cordeiro é mais um que se coloca como o “comandante” do processo, que teria “autorizado” o levante em São Paulo, por exemplo. Mas nem os paulistas, nem os mineiros revelam uma afinada articulação com o mesmo. A atuação desse oficial, a bem da verdade, limitou-se a alguns telefonemas e não foi decisiva nem para adesão dos paulistas, nem para a saída das tropas mineiras. Especialmente porque nem as lideranças mineiras tinham acordo entre si. Mourão, por exemplo, pensava ser a liderança incontestada, e desejava uma ação “heroica” para si, a “Operação Popeye” (inspirada por sua própria figura, por causa de seu cachimbo). Planejava partir de Juiz de Fora por volta de 20H ou 21H em direção à Guanabara. A data ideal para Mourão seria em torno do dia 27 a 29 de março. Seu plano era chegar à Guanabara por volta de 4H ou 5H, tomar de assalto o 1º BIB na Avenida Brasil e de lá seguir para o Ministério da Guerra. Magalhães Pinto deveria divulgar um manifesto nas primeiras horas da manhã, mais ou menos simultaneamente à sua chegada à Guanabara. Nesse manifesto, deveria constar a necessidade de deposição de Goulart:

Tomo o QG no peito e mando buscar o Cordeiro de Farias em casa, passo-lhe o Comando Geral e assumo o Comando das Forças em Operações. Se vencermos - o que deve acontecer - daremos ordem para que Mazzilli assumira a Presidência da República e formaremos uma Junta à parte<sup>977</sup>.

Guedes e Magalhães, articulados entre si e conhecedores dos planos de Mourão, tinham outro planejamento, sutilmente diferente dos expostos até aqui. O plano consistia em marchar até a divisa entre os estados de Minas e Rio de Janeiro, avaliar a

---

<sup>976</sup> CAMARGO & GÓES, 1981. Op cit. pag. 556.

<sup>977</sup> MOURÃO, 1978. Op cit. Pag. 360.

receptividade das tropas na Guanabara e, caso fosse essa positiva, partir para lá. Se negativa estabeleceriam uma linha defensiva sobre a BR-3. Nessa segunda hipótese, declarariam Minas estado beligerante e obteriam reconhecimento internacional. Magalhães conseguiu cooperação do Governador do Espírito Santo e já havia articulações com o Departamento de Estado Estadunidense para apoio logístico (a operação *Brother Sam*<sup>978</sup>). A direção de Brasília seria coberta na região de Três Marias. Um núcleo de Forças seria organizado em Três Corações, vigiando a unidade de Lorena, do II Exército. Caso São Paulo se definisse a favor, marchariam rumo a Brasília, caso contra, essas unidades se deslocariam para Belo Horizonte, nos cortes do Rio Verde ou Rio Grande.<sup>979</sup>

Nos dias 31 de março e 1º de abril, todas as ações foram tomadas de improviso. A atuação de Costa e Silva, por exemplo, não foi prevista por ninguém, nem por ele mesmo, que agiu conforme as oportunidades se apresentaram. Cada ator agiu isoladamente e foram ajudados pela desarticulação do esquema de defesa do presidente, de modo que suas atuações relativamente independentes pudessem convergir para o resultado final, que foi a queda do presidente. Na tentativa de procurar amenizar as disputas entre os personagens pelo papel principal, alguns participantes optaram pela afirmativa de que houve “vários líderes”. Entre os defensores dessa possibilidade, podemos citar Armando Falcão. O então deputado da UDN defende que o processo do golpe de 1964 não tinha um líder, mas vários: “Foi-se formando, sim, paulatinamente, uma coordenação de vontades, civis e militares, o movimento tomou corpo no país inteiro”<sup>980</sup>. Tal afirmativa constitui na verdade, um eufemismo para ocultar o fato de que não havia na verdade organização. Para amainar a disputa, a simples solução foi atribuir a todos o papel de liderança:

No plano civil, o principal líder foi, indiscutivelmente, Carlos Lacerda. Na área militar, alinhemos os nomes de Castelo Branco, Odylio Denys, Orlando e Ernesto Geisel, Ademar de Queiroz, Muniz Aragão, Carlos de Meira Matos, Antônio Carlos Muricy, Ulhôa Cintra, Golbery do Couto e Silva, Ariel Pacca, Olímpio Mourão Filho, Carlos Luiz Gedes, Nelson de Melo e muitos outros<sup>981</sup>.

---

<sup>978</sup> Para uma análise atualizada da operação *Brother Sam*, ver: FICO, Carlos. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>979</sup> GUEDES, 1979. Op cit. pag. 189,90.

<sup>980</sup> FALCÃO, 1989. Op cit. Pag. 246.

<sup>981</sup> FALCÃO, 1989. Op cit. Pag. 256

A existência de condições mínimas para o início da sublevação em Minas Gerais foi uma falha no esquema de defesa, que por sinal subestimou demais o estrago que dois generais em final de carreira, comandando tropas pouco importantes, poderiam fazer. Mas mesmo as tropas mineiras não ficariam muito tempo à disposição. Guedes estava para ser substituído em princípios de abril, e o nome que ocuparia seu lugar já estava inclusive definido. Com a substituição, a possibilidade de Mourão fazer algo ficava quase anulada, ainda mais que esse general cairia na compulsória em maio. Havia núcleos de insatisfação espalhados por todas as regiões, mas nenhum deles tinha condições de agir, assim como havia uma generalizada insatisfação entre a média oficialidade, em função da doutrinação da Doutrina de Guerra Revolucionária. Na conjuntura de março de 1964, existia mesmo um terror por parte de um amplo setor, que chegava ao ponto de, no momento de se recolher aos alojamentos, montar guarda ou dormir armado, tamanho era o receio de que os sargentos tentassem repetir algo parecido com o que entendiam ter sido a “Intentona Comunista de 1935”.

Não há como negar que existia um grupo muito expressivo simpático à Cruzada Democrática e descontente com o governo Goulart. Esse grupo apoiaria um movimento de oposição, mas apenas se tivesse certeza de que haveria chances de vencer. Nesse sentido, é muito ilustrativa a frase do coronel Andrade Serpa, em julho de 1963, à pergunta de Mourão a respeito da adesão das tropas de São Paulo: “Se vocês não ganharem em 24 horas, nós os combateremos”<sup>982</sup>. Tal resposta demonstra bem a lógica da adesão ao golpe, num movimento crescente após os primeiros fracassos do esquema de defesa de Jango. A frase do oficial também ilumina mais dois aspectos importantes para entender o desmoronamento do “dispositivo militar”: a tendência de alguns oficiais em aderir ao lado que estiver vencendo, e como decorrência disto, a pouca relevância dos acontecimentos de março, boa parte dos oficiais aderiria ao lado vencedor, ainda que não existisse nenhum pretexto. Mas em termos objetivos, mesmo às vésperas do golpe, a Força estava praticamente toda com o governo. Os conspiradores históricos não tinham contato com as tropas, as principais forças estavam com comandantes que, em princípio, ficariam com a legalidade e, mesmo havendo importantes nomes simpáticos a um movimento militar, temia-se que estes pudessem ser anulados por aqueles fiéis ao governo. Diante de tudo isso, a rebelião em Minas, no momento que ocorreu, era para eles a única chance. Especialmente porque, nas semanas

---

<sup>982</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. pag. 231.

seguintes, o presidente continuaria sua sequência de comícios e novos anúncios de reformas que poderiam contribuir inclusive para cicatrizar as feridas abertas pela indisciplina militar em fins de março<sup>983</sup>.

Além de um planejamento feito às pressas, outra fonte de preocupações era a incerteza quanto à adesão das tropas e, principalmente, de seus comandantes (especialmente os que se colocavam como simpáticos ao movimento). Em primeiro lugar, os generais de Minas não eram lideranças reconhecidas dentro das Forças Armadas. Os conspiradores esperavam que o apoio de outros chefes pudesse servir de elemento catalisador de novas adesões. Todavia, um movimento com tal dimensão, a ser executado com recursos limitados e ainda sem ter certo se o “dispositivo militar” do Presidente não teria condições de reagir, poderia desencorajar a adesão de alguns oficiais da ativa, que teriam condenadas as suas carreiras, embora alguns nomes tivessem pouco a perder pessoalmente, caso a tentativa malograsse. Entre esses nomes estavam Denys e Cordeiro de Farias. O primeiro já estava na reserva, e o segundo às vésperas dessa. Como os casos anteriores de rebelião militar de oficiais sempre terminaram em anistia, e o próprio João Goulart transparecia conciliação, pouco ou nada significaria para esses o fracasso do movimento. Mesmo para os da ativa, a lembrança da postura dos executivos (especialmente de Juscelino Kubitschek em diante) nas pós-rebeliões militares durante o século XX estava longe de assustar. Todos foram anistiados em Aragarças<sup>984</sup> e Jacareacanga<sup>985</sup>, assim como todos os que tramaram contra a posse de Kubitschek em 1955 passaram impunes<sup>986</sup>. Alguns dos que tentaram impedir a posse de Jango em 1961 se queixavam de ser preteridos em suas promoções e estarem em “canis”, mas ninguém foi transferido compulsoriamente para a reserva ou

---

<sup>983</sup> A avaliação das possibilidades de reação por parte do governo no momento do golpe será assunto central do próximo capítulo desta tese.

<sup>984</sup> Sobre a anistia aos rebelados em Aragarças, ver por exemplo: MOREIRA, Pedro Rogério. *Bela Noite para voar, um folhetim estrelado por JK*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2005. Pag. 135. ARGOLO, José A; TEIXEIRA, Kátia Maria Ribeiro; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. *A direita explosiva no Brasil*. Editora Mauad, 1996. Pag 150. MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo, Associação editorial Humanitas, FAPESP, 2006. Pag. 119 PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e Política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro, E-papers, 2007. Pag. 119. SODRÉ, 1965. Op cit. pag. 367. Entrevista com o brigadeiro Francisco Teixeira, In: MORAES, 1989. Op cit. pag. 250. PANTOJA, Sílvia. *Verbete: Kubitschek, Juscelino*. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, FGV/ CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 29/04/2013.

<sup>985</sup> Sobre a anistia aos rebelados em Jacareacanga, ver por exemplo: MOREIRA, 2005. Op cit. pag. 73. PENNA, 2007. Op cit. pag. 119. SODRÉ, 1965. Op cit. pag. 367. Entrevista com o brigadeiro Francisco Teixeira, In: MORAES, 1989. Op cit. pag. 250. PANTOJA, 2013. Op cit.

<sup>986</sup> Sobre a anistia aos envolvidos na tentativa de golpe contra a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, ver por exemplo: MOREIRA, 2005. Op cit. pag. 85. PENNA, 2007. Op cit. pag. 119. Entrevista com o brigadeiro Francisco Teixeira, In: MORAES, 1989. Op cit. pag. 250.

expulso das Forças Armadas. O próprio Mourão, em 1937, quando era capitão, teve um papel fundamental no escândalo do “Plano Cohen”, e não só nada lhe aconteceu, como ainda conseguiu ser promovido a general<sup>987</sup>. Ainda assim, o baixo prestígio de alguns oficiais que estavam na linha de frente, especialmente Mourão, era uma preocupação para a adesão de importantes oficiais da ativa, que temiam uma ação impulsiva deste general que viesse a colocar tudo a perder. Segundo Muricy (que foi convidado por Mourão para comandar a vanguarda das tropas mineiras):

Mourão não era propriamente um líder dentro do Exército, era um General com qualidades e defeitos, e sobre quem pesavam certas acusações a respeito do célebre Plano Cohen, que tinha dado margem, ou acirrado, aos acontecimentos de 1937. Ele era o homem do Plano Cohen, e não gozava de um prestígio 100%. Guedes, que sempre servira em Minas<sup>988</sup>, era um oficial inteligente, mas também sem penetração dentro do Exército<sup>989</sup>.

De acordo com Portella, embora existissem muitas expectativas, havia também uma apreensão geral acerca da possível impulsividade de Mourão. Em função disso, planejavam enviar Castelo Branco para Minas (informação não confirmada por mais ninguém), na semana entre o dia 30 de março e 03 de abril, para neutralizar os receios nutridos em relação a Mourão:

O que todos receavam era que o General Mourão se precipitasse e não houvesse tempo para coordenação do movimento e este fracassasse. Por isso, estava assentado que o General Castelo iria para Minas Gerais, na semana seguinte, primeiros dias de abril, quando, lá, coordenaria o movimento ao lado do General Mourão e do Governador Magalhães Pinto<sup>990</sup>.

Além do desprestígio de Mourão, os conspiradores não estavam seguros quanto à adesão de oficiais chave para o sucesso da operação. Não tinham certeza absoluta da adesão de Kruel, de Costa e Silva, de Justino Alves Bastos, de Benjamin Rodrigues Galhardo (que afinal, não aderiu) e nem mesmo de Castelo Branco, caso a correlação de

---

<sup>987</sup> Sobre a anistia ao então capitão Olympio Mourão Filho pela sua participação no “Plano Cohen”, ver por exemplo: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Verbete: Mourão Filho, Olímpio. FGV/DPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 19/04/2013, e BRANDI, Paulo. Verbete: Plano Cohen. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 19/04/2013.

<sup>988</sup> Na verdade, Guedes serviu em vários estados durante sua carreira, tais como Cruz Alta - RS, Brasília - DF, e Maceió - AL, In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Verbete: GUEDES, Carlos Luís, FGV/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 13/11/2012.

<sup>989</sup> Entrevista com Antonio Carlos da Silva Muricy, in: MOTTA, 2003 (M). Op cit. pag. 40.

<sup>990</sup> MELLO, 1979. Op cit. pag. 129.

forças não fosse muito favorável. Analisamos a seguir, brevemente, as expectativas em relação a alguns dos principais nomes.

Em primeiro lugar Justino Alves Bastos: o Comandante do IV Exército era um oficial claramente direitista, mas de trajetória oscilante e oportunista, já tendo representado a ala nacionalista no Clube Militar e depois dela se afastado, quando o então presidente Jânio Quadros lhe ofereceu uma embaixada no Paraguai. Esse general, até os momentos decisivos do golpe, não deu mostras de estar conspirando, pelo menos não o suficiente para que desconfiassem dele. Embora a expectativa de sua adesão fosse grande entre os conspiradores do IV Exército, os demais núcleos conspiradores não tinham segurança a respeito de qual seria sua atitude num momento decisivo. Existia a intuição de que esse general poderia ir para qualquer lado, de acordo com a conjuntura e, principalmente, em função da correlação de forças. De acordo com Portella, esse oficial não era homem de confiança: “No IV Exército, o general Justino Alves Bastos não estava definido. Homem inteligente e muito hábil, não demonstrava aos seus comandados o que pensava”<sup>991</sup> Essa mesma apreensão é confirmada, entre outros, pelo general Octávio Costa<sup>992</sup>: “Justino (...) não era confiável”<sup>993</sup>. O general Justino nunca assumiu publicamente (antes do golpe) ser oposição ao governo, mas também nunca tomou qualquer iniciativa de investigar ou dificultar a mobilização conspirativa que acontecia em sua região. Sempre evitou tomar posicionamento claro seja para um lado, seja para o outro. Essa posição oscilante e por vezes indefinida levava alguns de seus subordinados a o compararem com seu antecessor no comando do IV Exército, como o fez, por exemplo, o então major Dynalmo Domingos de Souza<sup>994</sup>: “O General Justino procurava contornar a situação, mas sentíamos que não procedia com a nitidez do General Castelo, que se impunha mais”<sup>995</sup>

Sendo o IV Exército região para onde eram transferidos muitos oficiais conspiradores, esperava-se uma pressão, como de fato houve, para que Justino aderisse. Esse movimento vinha desde oficiais ligados à Cruzada Democrática ou, simplesmente, daqueles ligados ao tradicionalismo característico de uma fração relevante da

---

<sup>991</sup> Ibid. pag. 99.

<sup>992</sup> Entrevista com Octávio Costa, In: MOTTA, 2003 (b), doravante identificada pela sigla: “OCT”

<sup>993</sup> Entrevista com Octávio Costa, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. pag. 72.

<sup>994</sup> Na época dos acontecimentos aqui relatados Dynalmo Domingos de Souza era major, chefe do Serviço de Motomecanização da 7ª Região Militar em Recife, no IV Exército, e atuou sob o comando tanto do general Castelo Branco, como do general Justino Alves Bastos, In: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 6. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(e). Pag. 39.

<sup>995</sup> Entrevista de Dynalmo Domingos de Souza: IN: MOTTA, 2003(e). Op cit. Pag. 43.

oficialidade. No âmbito do IV Exército, a região amazônica foi um destino constante para oficiais descontentes e dispostos a conspirar. As localidades distantes e isoladas quase anulavam qualquer contribuição decisiva por parte dos oficiais descontentes. Some-se a isso o fato de que na década de 60, os meios de transporte e comunicação, ainda eram muito precários naquelas regiões. O nordeste brasileiro também foi uma região para onde muitos indesejáveis foram mandados. Nessa região, os problemas infraestruturais eram um pouco menores do que nos estados do norte, mas, mesmo assim, grandes o suficiente para dificultar a ação da oposição. O apoio do IV Exército teria, assim, uma importância mais simbólica do que militar, visto as unidades se encontrarem muito dispersas, mal armadas e distantes do teatro de operações. Ainda assim, não é de subestimar a adesão quase total de uma grande região militar. Dentre os quatro Exércitos, aquele comandado por Justino era o que tinha o maior número de oficiais dispostos a aderir.

Para os assessores militares de Goulart, entretanto, o IV Exército era em princípio parte do esquema de defesa de Jango, já que alguns oficiais eram de inteira confiança do “dispositivo militar”, como o comandante do I Grupamento de Engenharia, General Matta<sup>996</sup>, e o comandante da 7ª Região Militar, General Franco Ferreira<sup>997</sup>. A tendência oportunista e conservadora de Justino era conhecida e Goulart já havia sido questionado quanto à conveniência de manter no seu esquema de defesa generais de perfil tão diverso do que ele, Goulart, dizia representar. Prestes foi um dos que fez esse questionamento:

Antes de 13 de março, conversei com Jango e perguntei por que ele maninha Justino Alves Bastos no comando do IV Exército, no Recife, e por que Kruel estava em São Paulo. Os dois eram reacionários, Jango sabia, mas fazia um jogo<sup>998</sup>.

O IV Exército tinha três importantes Regiões Militares: a 6ª Região Militar, em Salvador, comandada pelo General Manoel Mendes Pereira, a 7ª Região Militar, em Recife, comandada pelo General Franco Ferreira e a 10ª Região Militar, em Fortaleza, comandada pelo General Almério de Castro Neves<sup>999</sup>, mas que estava em férias na ocasião do golpe, estando substituído pelo Coronel Aluizio Brígido Borba. Dos três

---

<sup>996</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 99.

<sup>997</sup> Entrevista com Antonio Bandeira, in: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Op cit. pag 222.

<sup>998</sup> MORAES & VIANA, 1982. Op cit. Pag. 169.

<sup>999</sup> Em substituição ao General Omar Emir Chaves, que se encontrava em férias no Distrito Federal no momento do Golpe e também aderiu.

gerais em postos de comando no momento do golpe, apenas o General Franco Ferreira estava disposto, em princípio, a defender o governo. Ainda assim, como veremos, optou por aderir diante de seu isolamento, a fim de salvar a carreira<sup>1000</sup>. Na região sob o comando do General Justino, um grupo de oficiais que conspirava abertamente pôde realizar com total liberdade seu trabalho, sem que jamais fossem incomodados pelo seu comandante. Existia um grande grupo de oficiais conspiradores na região do IV Exército. Os principais nomes eram: o General R1<sup>1001</sup>, Virgílio Távora, o Coronel João Dutra de Castilho, comandante do 14º Regimento de Infantaria de João Pessoa, coronel Ivan Ruy, do 7º Regimento de Obuses, o Coronel Mendonça Lima lotado no QG do IV Exército e Antonio Bandeira, Darci Villoc e Plínio Pitaluga<sup>1002</sup>. Além desses, o Coronel Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do 15º RI, Paraíba<sup>1003</sup>, o comandante do Quartel de Artilharia de Fortaleza, Tenente Coronel Hélio Duarte Pereira de Lemos<sup>1004</sup>, Coronel Norton da Costa Chaves, Comandante do Batalhão de Engenharia<sup>1005</sup>, o comandante do Batalhão de Serviços do Grupamento de Engenharia do Nordeste, em Campina Grande-PB, Tenente-coronel Otávio Queiroz<sup>1006</sup>, do 16º Regimento de Infantaria, em Natal, General Emir Chaves (em férias), substituído pelo Coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima, também descontente<sup>1007</sup>, o Chefe do Estado-Maior da 6ª Região Militar, Coronel Humberto de Souza Melo<sup>1008</sup>, o Tenente-coronel Carlindo Rodrigues Simão, no comando do 20º Batalhão de Caçadores, de Maceió<sup>1009</sup>, além do Coronel Jarbas Passarinho e mais um grupo de oficiais no Comando Militar da Amazônia<sup>1010</sup>. Não bastasse o expressivo número de oficiais dispostos a aderir a um eventual golpe contra o governo, o IV Exército também tinha várias outras unidades dentro das quais oficiais transferidos por determinação do “dispositivo militar” existiam em grande número, tais como no Batalhão de Engenharia

---

<sup>1000</sup> Entrevista com Antônio Bandeira, In: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Pag. 221,2.

<sup>1001</sup> “R1”, significa Reserva de primeira categoria: “Os militares “de carreira”, aqueles dispensados depois de atingirem o tempo de serviço ativo são chamados de “R1”, abreviatura de “Reserva da 1ª Categoria”, ou “Reserva Remunerada”: O Brasil, as forças armadas, a profissão militar: Que tais relativos (Parte II), disponível in: <http://jbitten.wordpress.com/2011/07/30/o-brasil-as-forcas-armadas-a-profissao-militar-quetais-relativos-parte-ii/>, acesso em 20/04/2013.

<sup>1002</sup> Entrevista com Antonio Bandeira, In: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 223; MELLO, 1979. Op cit. Pag. 99.

<sup>1003</sup> BASTOS, 1965. Op cit. pag. 345.

<sup>1004</sup> Ibid. pag. 344.

<sup>1005</sup> Idem.

<sup>1006</sup> Idem.

<sup>1007</sup> Idem.

<sup>1008</sup> Ibid, 352.

<sup>1009</sup> Ibid, 346.

<sup>1010</sup> CAROS AMIGOS, 2004, Op cit. pag. 26.

de Construção em, Caicó<sup>1011</sup>, no 19º Batalhão de Caçadores, em Salvador<sup>1012</sup>, no 26º Batalhão de Caçadores, em Belém e no 4º Grupo de Artilharia de Costa Móvel, em Salvador<sup>1013</sup>. Isso sem mencionar, na Aeronáutica, o Major Brigadeiro Homero Souto de Oliveira, comandante da 2ª Zona Aérea, em Salvador. Na Marinha, os Almirantes Alcyliño de Lima, no comando do 2º Distrito Naval, em Salvador, e o comandante do 3º Distrito Naval, Recife, Almirante Augusto Roque Dias Fernandes<sup>1014</sup>, que se definiram pelo golpe na última hora.

O grupo de oficiais conspiradores do IV Exército também tinha contatos com seu antigo comandante, o general Castelo Branco, através do Tenente-Coronel Hélio Ibiapina. Abaixo desses coronéis, de acordo com depoimento de Antônio Bandeira, existia uma cadeia de comando razoavelmente organizada hierarquicamente, indo de tenentes coronéis a tenentes, na qual faltava apenas um chefe, ou seja, um general para liderá-los e o próprio Justino era a maior esperança.

No outro extremo do país, na região do III Exército, a situação era mais favorável ao governo que à oposição. O Comandante do III Exército era o General Benjamin Rodrigues Galhardo, tendo como Chefe do Estado-Maior o General Otomar Soares de Lima. Galhardo já estava há meses sendo pressionado pelo governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, e pelo comandante da 4º DI, Coronel Adalberto Pereira dos Santos, para tomar posição contra João Goulart. Esses contatos, e mesmo a possibilidade de Galhardo aderir à conspiração, não eram desconhecidos do “dispositivo militar”, que tinha na pessoa da Chefia do Estado-Maior, o General Otomar, um valioso informante. Também sabiam do esforço conspirativo de Adalberto e sua militância para convencer Galhardo e outros oficiais a aderir a um eventual golpe de Estado. Estavam igualmente informados de que, além de Adalberto, outros oficiais também não eram de confiança. Ainda assim, considerava-se que a região sul do país era solidamente governista, e os descontentes casos isolados. As forças do III Exército eram as mais numerosas de todo o Exército Brasileiro: apenas a 3ª Divisão de Infantaria, situada em Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, por exemplo, tinha vinte e quatro unidades a ela subordinadas. O fato de Jango ser proveniente do Rio Grande do Sul e de o III Exército haver apoiado com quase unanimidade sua posse em 1961, conferiam a

---

<sup>1011</sup> BASTOS, 1965. Op cit. Pag. 344.

<sup>1012</sup> Ibid. 346.

<sup>1013</sup> Ibid. 347.

<sup>1014</sup> Idem. Estes oficiais chegaram a apoiar as medidas do novo Ministro da Marinha Paulo Mário (como a anistia, por exemplo) logo após a rebelião dos marinheiros, in: SILVA, 1988. Op cit. pag. 129

essa região uma espécie de “refúgio natural”, de onde, em última instância, poderiam resistir a qualquer tentativa de deposição. Além disso, a maior parte dos oficiais, colocados nas principais unidades era de confiança do dispositivo. Como será demonstrado, conjunturalmente não era essa a situação em 31 de março e 1º de abril, visto que vários dos principais oficiais de confiança do “dispositivo militar” estavam de férias no momento decisivo e não puderam colocar suas unidades a serviço do governo. Ao mesmo tempo, a situação criada de derrota do governo em 1º de abril contribuiu para que vários deles passassem para o outro lado.

O III Exército possuía duas grandes Regiões Militares: a 3ª, em Porto Alegre, sob o comando do General Floriano da Silva Machado<sup>1015</sup>, e a 5ª, em Curitiba, comandada pelo General Silvino Castor da Nóbrega. Ambos os oficiais eram de confiança do “dispositivo militar”<sup>1016</sup>. Mas como veremos, Silvino estava de férias no momento do golpe, estando substituído pelo General Dario Coelho, que aderiu. O próprio Silvino abandonou o governo em 1º de abril, quando era claro que a batalha estava perdida. Entre as principais unidades do III Exército, também podemos destacar: a 4ª DI, em Porto Alegre, cujo Comandante Adalberto Pereira dos Santos era conspirador, e foi substituído um pouco tarde demais (em 1º de abril)<sup>1017</sup>; a 5ª ID, em Curitiba, sob o comando do General Crisanto de Figueiredo, que foi fiel até o último instante, mas pouco pôde fazer para ajudar o governo, pois também estava de férias no dia, e seu substituto aderiu; a 5ª AD, em Curitiba cujo comandante Dário Coelho (que comandava interinamente 5ª RM no dia 31/03) já flertava com os conspiradores e como já mencionado, aderiu no momento do Golpe; a 3ª DI, em Santa Maria, cujo comandante General Mario Poppe de Figueiredo era tido como de confiança, mas veio a aderir diante das pressões, como veremos; o Comando de Artilharia Divisionária, subordinado à 3ªDI e comandado pelo General Rubem Barra, que era fiel, mas também estava em férias em 31 de março, substituído pelo Coronel Ruy Paula Couto, também comandante da 3ª Regimento de Obuses 105, e que estava entre os mais engajados conspiradores da região<sup>1018</sup>; a 1ª Divisão de Cavalaria, em San Tiago, sob o comando do General João de Deus Nunes Saraiva, que se recusou a aderir e permaneceu com o governo de Jango até o fim<sup>1019</sup>; A 2ª DC, em Uruguaiana, cujo comandante general

---

<sup>1015</sup> FIGUEIREDO, 1970. Op cit. pag. 29.

<sup>1016</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 436 e seguintes.

<sup>1017</sup> FIGUEIREDO, 1970. Op cit. pag. 29.

<sup>1018</sup> Ibid. pag. 41.

<sup>1019</sup> Ibid. pag. 29

Joaquim de Melo Camarinha era de confiança do governo, mas veio a aderir; a 3ª DC, em Bagé, comandada pelo general Hugo Garrastazu, que também era tido como homem de confiança, mas que igualmente aderiu diante de seu isolamento; o 6º Batalhão de Engenharia de Porto Alegre, sob o comando do Coronel Jarbas Ferreira de Sousa, que permaneceu fiel; a 6ª DI, Cruz Alta, comandada interinamente pelo Coronel Jarbas Ferreira de Sousa, que foi fiel ao “dispositivo militar”; o 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada Porto Alegre comandado pelo Coronel Francisco Guedes Machado, que também foi fiel; o 18º Regimento de Infantaria, em Porto Alegre, comandado pelo Coronel Lauro Almeida Bandeira de Melo, fiel<sup>1020</sup> entre outras dezenas de unidades de menor poder de fogo, em sua maioria fiéis ao governo.

No II Exército existia grande indefinição. Maior polo industrial, com uma classe trabalhadora numerosa e mobilizada, sede das maiores empresas do país e com uma burguesia ciosa de sua importância e organizada para disputar a hegemonia social, a região de São Paulo vivia intensamente a polarização de classes e transpirava como nenhuma outra a crise de regime que então se processava. Os empresários paulistas em grande número organizados na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e quando não diretamente no IPES há muito usavam todas as suas forças para atacar o CGT, os sindicatos, as greves e também o governo federal e seus “aliados comunistas”. No outro lado da balança, os paulistas tinham também a maior rede de sindicatos do país, a classe trabalhadora organizada entrava em conflito constante com a patronal e se posicionava abertamente em favor das reformas de base, ainda que isso não significasse apoio incondicional ao governo Jango. Mas o fato é que empresários e oficiais conservadores sempre procuraram desqualificar a mobilização dos trabalhadores naquela região chamando de “greves políticas” ou “sindicalismo político” qualquer iniciativa que estes tomassem. Há que se ressaltar que dentro dos conceitos da Doutrina de Guerra Revolucionária, o sindicalismo político compõe a segunda etapa da suposta “estratégia comunista”, cujo objetivo estaria em criar o caos social mediante a cooptação dos trabalhadores<sup>1021</sup>.

A média oficialidade no II Exército refletindo o sentimento majoritário da burguesia e das camadas intermediárias, assim como a doutrinação da Doutrina de Guerra Revolucionária estava pronta para aderir a um movimento contra o governo

---

<sup>1020</sup> Ibid. pag. 38.

<sup>1021</sup> FA-E-01/61, Op cit; PINTO, 1964. Op cit. Para uma análise detalhada da Doutrina da Guerra Revolucionária e suas fases respectivas, ver o segundo capítulo desta tese.

federal<sup>1022</sup>. Mas lá como em todas as regiões, existiam comandantes importantes empenhados na defesa do governo. Entre estes três vão desempenhar um relevante papel no atraso de Kruel em aderir à rebelião militar, os Generais Armando Bandeira de Moraes (comandante da 2ª Região Militar), que tinha sido salvo da compulsória por uma promoção de Jango, Aloísio de Miranda Mendes (Comandante da 2ª DI) e Euriale de Jesus Zerbini (comandante da 2ª ID). Ainda assim a pressão da média oficialidade e dos setores empresariais foi tão grande, que no dia 1º de abril apenas o último permaneceu com o governo. Os conspiradores militares no II Exército graças à política de isolamento do “dispositivo militar” tinham lá os mesmos problemas que nos outros Exércitos, um grande número de oficiais médios descontentes que não encontrava liderança nas patentes mais avançadas. Embora Kruel em momento algum tenha sido acusado do comunista ou acumpliciado com comunistas, o fato de ele ser compadre de João Goulart contribuía para que muitas dúvidas fossem colocadas a seu respeito. Segundo o então coronel Augusto Cid de Camargo Osório<sup>1023</sup>:

Não tínhamos lá em São Paulo nenhum general revolucionário na ativa. O próprio Kruel era anticomunista, mas, por outro lado, ele não inspirava total confiança, nem a mim, porque nas reuniões de Estado-Maior que fazia, ao mesmo tempo em que se manifestava contra o comunismo, defendia o Governo<sup>1024</sup>.

Mas a postura de oposição de Kruel aos principais aliados do governo federal na região e suas declarações de oposição mesmo quando acompanhadas de uma defesa não muito convincente do governo federal despertaram a atenção do esquema de defesa de Goulart. Dias antes do golpe, como será demonstrado adiante, os principais nomes empenhados na defesa do governo estavam propensos a acreditar que se um golpe acontecesse, viria de São Paulo. Diante da postura pouco simpática de Kruel, boatos chegaram a circular anunciando sua transferência para alguma missão no exterior, o que foi rapidamente desmentido pelo governo, como mostra a reportagem da *Folha de São Paulo*, no dia 25 de março com o título: “Jurema: Kruel continuará no II Exército”. No pequeno texto, o ministro da justiça informava a permanência do general, “desmentindo

---

<sup>1022</sup> Ver entrevista de Luiz Gonzaga de Toledo Camargo, In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 *31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(f). pags: 193-208 Entrevista com : 113-132. Entrevista com Euclides Bueno Filho, In: MOTTA, 2003 (f). Op cit. Pag. 79-94.

<sup>1023</sup> Em 1964, Augusto Cid de Camargo Osório, era coronel e chefiava a 4ª Seção do II Exército. In: MOTTA, 2003 (m). Op cit. Pags: 113.

<sup>1024</sup> Entrevista com Cid de Camargo Osório, In: MOTTA, 2003 (m). Op cit. pag. 118.

rumores de que esse militar seria transferido para uma missão no exterior”. Jurema atribuiu as falsas informações a “pessoas interessadas em diminuir a autoridade do Gen. Kruel, que está perfeitamente integrado com o Presidente da República”<sup>1025</sup>.

Mas a sintonia entre governo e comando do IV Exército era só aparente. Conforme o depoimento do então Capitão Luiz Gonzaga de Toledo Camargo, já no dia 27, Kruel dava mostras claras de disposição a aderir a um movimento contra o governo federal. Gonzaga relata que nesse dia foi convidado para uma reunião na casa de Kruel, onde, sob as repercussões da rebelião dos marinheiros, o Comandante do II Exército se colocava claramente em posição de insubordinação contra o Presidente, seu cunhado:

Os coordenadores da reunião incitavam o Comandante do II Exército para que fizesse algum pronunciamento ou alguma ação que queríamos da parte dele. Nós, capitães jovens dos seus 30 e poucos anos, com aplausos, apoiávamos as palavras que o General Kruel pronunciava<sup>1026</sup>.

Segundo Silva, os rumores sobre a demissão de Kruel do comando do II Exército ainda continuaram até o dia 28. Nessa data, em reunião com um grupo de oficiais da oposição militar, Kruel já afirmava abertamente que não passaria o comando: “quarenta e dois oficiais, representando todas as unidades” visitaram o Comandante do II Exército para, diante da notícia de sua possível substituição, prestarem-lhe solidariedade. Tais oficiais repetiram o mesmo gesto feito por cerca de 80 oficiais, quando o mesmo Kruel foi demitido do Ministério da Guerra, no ano anterior. Naquele momento, mencionado em capítulo anterior, Kruel rejeitou os apelos para não entregar o cargo. Nessa ocasião, todavia, “ouviram dele que, mesmo exonerado, não passaria o comando”<sup>1027</sup>.

A importância do II Exército era decisiva, tanto para o governo como para a oposição. Os conspiradores sabiam que as tropas de Minas Gerais não eram capazes de liderar sozinhas um levante militar. Especialmente, porque diante da baixa estima gozada pelo General Mourão entre seus pares, corria-se o risco de que não ocorressem adesões significativas, e o movimento rumasse para o fracasso. Ao passo que Kruel era respeitado por grande parte da oficialidade, especialmente da Cruzada Democrática, movimento que sempre apoiou e do qual foi um dos fundadores. Como será visto no próximo capítulo, não foram poucos os oficiais que ficaram esperando o

---

<sup>1025</sup> *Folha de São Paulo*, 26/03/1964. Pag. 3.

<sup>1026</sup> Entrevista com Luiz Gonzaga de Toledo Camargo, IN: MOTTA, 2003 (f). Op cit. Pag. 195.

<sup>1027</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 382.

posicionamento de Kruel para decidir, logo em seguida, tomar a mesma postura que ele. Para alguns dos principais oficiais envolvidos na conspiração, entre os quais podemos citar Castelo Branco, durante o mês de março, a adesão de Kruel era condição para o desencadear da operação. Pouco antes do início do levante das tropas mineiras, quando foi procurado por emissários de Magalhães Pinto, Castelo Branco teria dito: “Em Estado-Maior admite-se o risco calculado, jamais a aventura. Sem a adesão de Kruel, tudo será uma aventura”<sup>1028</sup>. Mas tal como Justino, o comandante do II Exército também não queria se arriscar, e não iria aderir a uma quartelada. Embora já estivesse envolvido com a conspiração desde, pelo menos, a sua queda do Ministério da Guerra, o cunhado de Goulart tinha um ritmo próprio. Criticava Goulart, mas sempre procurava deixar uma brecha para que este permanecesse no poder sob a condição de uma inequívoca inflexão para a direita e afastamento dos movimentos populares. Não era essa a intenção dos médios oficiais, em sua maioria, e nem tampouco da burguesia paulista já então majoritariamente mobilizada para um golpe de Estado. Em função disto, até a última hora, alguns oficiais ainda tinham dúvidas a respeito de qual seria a posição desse general. De acordo com Euclides Bueno Filho<sup>1029</sup>, ainda na noite de 31 de março, persistiam dúvidas sobre a adesão de Kruel:

No dia 31 de março, à meia-noite, aconteceu o diálogo entre o Adhemar de Barros, Governador de São Paulo, e o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército. Afirmam que o Doutor Adhemar disse ao general que caso ele não se decidisse a favor do Movimento contra Goulart, já iniciado pelos Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, ele, Adhemar, iria colocar a força policial do Estado contra o Exército<sup>1030</sup>.

O II Exército cobria uma extensa região, cortando o país ao meio, estendendo-se desde São Paulo até a fronteira centro-oeste. O estado de Mato Grosso era um dos destinos dos mais comuns para os oficiais não alinhados. De acordo com o depoimento do General Ivan de Souza Mendes<sup>1031</sup>, à época tenente-coronel em serviço nesta região, aqueles que eram transferidos para lá tinham muitas dificuldades para acompanhar os acontecimentos, ou se engajar nos núcleos mais dinâmicos de insatisfação: “Naquele tempo, as comunicações eram difíceis. Nós só chegávamos na localidade de trem e não

---

<sup>1028</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 348.

<sup>1029</sup> Entrevista com Euclides Bueno Filho ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (g), doravante identificada a partir de agora pela sigla: “EBF, 2003”

<sup>1030</sup> Ibid. pag. 81.

<sup>1031</sup> Em 1964, Ivan de Souza Mendes era coronel e servia na área do II Exército. Logo a seguir ao golpe, exerceu o cargo de prefeito interino do Distrito Federal, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 29.

era fácil. Então, não estive muito ligado aos preparativos da Revolução”<sup>1032</sup> Mas, exatamente por se constituir num dos destinos preferenciais de oficiais opositores, Mato Grosso, (além da região amazônica) acabou por concentrar um número bastante expressivo desses oficiais. De acordo com depoimento de Carlos Meira Matos<sup>1033</sup>, assim que esse foi transferido para Mato Grosso, em julho de 1963, quem comandava a região era o General Penasco Alvim, que, de acordo com o entrevistado, estava totalmente envolvido na conspiração. Logo em seguida esse oficial foi substituído pelo General Barbosa Lima, nas palavras de Meira Matos, um “indeciso”<sup>1034</sup>. O novo comandante não participava das maquinações conspiratórias, mas também não fazia nada para contê-las. Ainda de acordo com Meira Matos, o centro da conspiração era Cuiabá, mas com importantes ramificações em Cárceres, Corumbá e Campo Grande. O entrevistado afirma que em alguma medida havia conspiração em todas as unidades de Mato Grosso. O grande número de descontentes acabou por tornar os conspiradores majoritários na região. Nessas regiões, o que o governo fez foi criar um problema a mais onde, antes, não acontecia nada de significativo. Com o tempo e com o aumento da oposição militar, os núcleos mais isolados se fortaleceram e agiram no sentido de se integrar com outros grupos já existentes. Meira Matos destaca a criação de uma rede de contato entre os vários grupos e a ligação que seu grupo possuía com o Coronel Portella no Rio de Janeiro, e com o grande número de oficiais conspiradores em São Paulo. Entre os paulistas, menciona os Coronéis Cid Osório e Rubens Restel e ainda o nome do General Ramiro Gorreta Junior<sup>1035</sup>.

O II Exército possuía três importantes Regiões Militares: A 9ª, em Cuiabá, comandada pelo General Barbosa Lima (tido como “indeciso”, aderiu logo depois de Kruehl) a 11ª, no Distrito Federal, comandada pelo General Nicolau Fico (que era de confiança, mas acabou por colaborar com o golpe) e a 2ª, em São Paulo, comandada pelo General Antonio Bandeira de Moraes (fiel ao governo, mas que também aderiu, convencido por Kruehl<sup>1036</sup>). Entre as principais unidades do II Exército existia uma tensão muito grande entre comandantes colocados lá para impedir a conspiração, e uma

---

<sup>1032</sup> Entrevista com Ivan de Souza Mendes ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 31.

<sup>1033</sup> Em 1964, Carlos de Meira Mattos era Coronel, Comandante do 16º Batalhão de Cavalaria em Cuiabá (MT), na eclosão do golpe, foi o comandante da “Coluna Meira Mattos”, que saiu de Cuiabá com destino a Brasília, In: MOTTA, 2003 (a). Op cit. pag. 221. De acordo com Dreifuss, também era ligado ao IPES, DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 369.

<sup>1034</sup> Entrevista com Carlos de Meira Mattos, In: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 105.

<sup>1035</sup> Entrevista com Carlos de Meira Mattos, In: MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 227.

<sup>1036</sup> Cid de Camargo Osório, In: MOTTA, 2003 (l). Op cit. pag. 121.

massa de médios oficiais que ameaçava passar por cima de seus chefes. Como resultado mais geral, podemos concluir que um grupo significativo de comandantes tidos como leais ao governo, ao invés de ganharem suas tropas para a defesa da legalidade, foi na verdade convencido pelos oficiais médios e pela burguesia organizada a aderir ao golpe de Estado. Entre as unidades de maior importância no processo do golpe de Estado podemos citar: a 2ª Seção, comandada pelo Coronel Diegues (informante e conspirador)<sup>1037</sup>; a 4ª RI, cujo comandante, General Carlos Alberto de Cabral Ribeiro, foi nomeado como parte do “dispositivo militar”, mas foi convencido pelos oficiais a ele subordinados a cooperar com a campanha anticomunista contra Goulart<sup>1038</sup>; a 2ª DI, comandada pelo General Aloísio de Miranda Mendes, que foi fiel ao governo até a noite de 31 de março, mas, juntamente com o general Bandeira de Moraes, decidiu aderir<sup>1039</sup>; a 2ª ID, de Caçapava cujo comandante General Euríale de Jesus Zerbini permaneceu leal ao governo até o fim, mas foi desobedecido pela própria tropa, que descumpriu suas ordens e colaborou com o golpe a sua revelia<sup>1040</sup>, as 5ª e 6ª RIs, cujos comandantes, Coronel Lacerda e Coronel Souza Lobo respectivamente, permaneceram oficialmente leais ao governo, até a adesão dos Generais Bandeira de Moraes e Aloísio de Souza Mendes (embora seu comandante direto fosse o General Zerbini)<sup>1041</sup>; a 2ª AD, cujo Comandante, General Lindolfo Ferraz Filho, estava em férias no momento, mas aderiu depois que a queda do governo se mostrou certa e a 4ª DC em Campo Grande, na qual o Comandante General Moacyr Lopes aderiu de imediato<sup>1042</sup>. Poucas unidades, como o Batalhão da Guarda Presidencial em Brasília, sob o comando do Coronel Raymundo Correa Neto, permaneceram fiéis até o final<sup>1043</sup>. A adesão do II Exército foi vital para o sucesso do golpe e a demora de Krueel em aderir (só o fez, como veremos, por volta de meia noite do dia 31) pode ser explicada por várias razões. Em primeiro lugar, porque nutria receios de que o movimento liderado por Mourão pudesse fracassar. Esse receio foi, em parte, superado por meio de vários contatos e muitas ligações feitas durante o dia. Em segundo lugar, porque precisava ter segurança de que os principais comandantes iriam apoiá-lo, de modo que tivesse condições de comando. Some-se a essas duas motivações, o fato de que a prioridade para Krueel não era a deposição de

---

<sup>1037</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 381.

<sup>1038</sup> Idem.

<sup>1039</sup> Ibid. Pag: 384 e seguintes.

<sup>1040</sup> Ibid. Pag. 390 e seguintes.

<sup>1041</sup> Idem.

<sup>1042</sup> Ibid. Pag. 382.

<sup>1043</sup> VILLA, 2004. Op cit. Pag.114.

Goulart, mas a guinada de seu governo para a direita, para longe dos sindicatos e movimentos populares, e de seu desafeto pessoal, Brizola. Tão logo pôde se certificar do apoio de seus comandados, fez um ultimato a Jango, e como esse retrucou, aderiu ao movimento e marchou em direção a Resende<sup>1044</sup>.

No I Exército, a situação era complexa. As unidades mais importantes, localizadas no Estado do Rio de Janeiro e na Guanabara eram praticamente todas fiéis ao governo. Todavia, foi nesse Exército que se iniciou o levante, justamente entre suas tropas menos importantes, as de Minas Gerais. No I Exército, a maior parte dos principais comandantes permaneceu fiel ao governo até o fim e sofreu as consequências dessa opção, quando Castelo Branco se tornou presidente. Ao falar em comandantes favoráveis ao governo, é necessário frisar que estamos falando dos que tinham tropas sob sua autoridade. Visto que na região do I Exército estavam três importantes escolas militares nas quais, como já mencionado, conspirava-se aberta e intensamente (ESG, ECEME e AMAN), e também o EME, sob a chefia de Castelo Branco, que estava igualmente engajado na conspiração. Alguns dos mais leais oficiais do “dispositivo militar” se encontravam nesse Exército, tais como os Generais Moraes Âncora, Oromar Osório, Cunha Mello, Ladário Teles, Idálio Sardemberg<sup>1045</sup>, Luna Pedrosa e os Coronéis Kerenski, Kardec Leme, entre outros. Também na região do I Exército, estavam alguns dos mais importantes conspiradores contra o governo, como Costa e Silva, Castelo Branco, Muricy, Ulhoa Cintra, Bizarria Mamede, Mourão e Guedes, isso sem falar de alguns já na reserva, que residiam na área e atuavam como podiam, como, por exemplo, Denys. Mas de todos esses nomes, Apenas Mourão e Guedes tinham comando de alguma tropa, Guedes, na 4ª ID e Mourão na 4ª Região Militar e na 4ª DI. As escolas militares e o EME não eram subordinados ao I Exército, de modo que pode se afirmar que, com a exceção dos generais mineiros, não havia comandante conspirando.

Castelo Branco, no EME, há muito divulgava a Doutrina de Guerra Revolucionária em cursos e publicações do EME, o que contribuía para intensificar a insatisfação militar não apenas na área do I Exército, mas em todo o país. Entretanto, mas tinha uma atuação muito discreta, e não aceitava correr riscos. Castelo Branco não iria até o fim contra Jango sozinho: agiu somente quando a situação era favorável e, no momento em que o golpe foi desencadeado, ainda tentou voltar atrás. Costa e Silva,

---

<sup>1044</sup> O processo de adesão do general Kruehl e dos principais generais do II Exército será objeto de análise detalhada no próximo capítulo desta tese.

<sup>1045</sup> Embora formalmente ao lado de Jango, Idálio Sardemberg era contribuinte do IPES, DREIFUSS, 1981. Op cit. pag. 369.

diferentemente do que tentou depois divulgar a respeito de si mesmo<sup>1046</sup>, manteve uma distância segura de qualquer movimentação que pudesse comprometê-lo. Com a exceção do então Coronel Jayme Portella e de outros apoiadores diretos e amigos pessoais, todos os oficiais que participaram do movimento contra Goulart falam da entrada tardia de Costa e Silva. Cordeiro de Farias é um dos mais ácidos: “Até aquele momento [dia 28 de março], ele não havia dado um só passo em benefício do movimento. Chamava-me de maluco. Fui diversas vezes à casa dele, nas semanas anteriores àquela reunião<sup>1047</sup>”. Esta versão também é confirmada por Armando Falcão:

Costa e Silva, ao que sei, não participou da conspiração, pelo menos nas fases indiciais. Ocorre-me um fato à lembrança; no ano de 1963, se não me falha a memória, o general Cordeiro de Farias, com quem eu mantinha contato estreito, entendeu de me sugerir que fosse a Porto Alegre conseguir a vinda ao Rio do ex-deputado Adroaldo Mesquita da Costa, tio de Costa e Silva, com a finalidade de convencê-lo a aderir à causa da Revolução. Eu fui e consegui que Adroaldo, meu antigo colega no parlamento, viesse ao Rio. Ele abordou Costa e Silva, que era o diretor-geral do Pessoal do Exército. Costa foi peremptório: “Diga-lhes que, em espírito, estou com eles. Mas não me meto em Baderna”<sup>1048</sup>.

A existência de tantos oficiais simpáticos pode haver dado ensejo a uma falsa sensação de força e controle, que levou a que os principais oficiais então responsáveis pela defesa do governo subestimassem muito do que se passava, bem perto de onde eles estavam. Curiosamente, os Gabinetes de Castelo e Costa e Silva ficavam no mesmo prédio dos gabinetes de Jair Dantas e Moraes Âncora. Esses oficiais, atuando em lados opostos tinham ligações pessoais de longa data. No caso de Castelo Branco e Costa e Silva, essas ligações não foram suficientes para lhes tolher a ação, mas para Âncora, como veremos mais pormenorizadamente no próximo capítulo, essa ligação afetou sua atuação no momento de ordenar a prisão dos dois generais rebeldes, por exemplo. Quando o golpe aconteceu, muitas unidades sob o comando de oficiais então dispostos a defender o governo, ficaram à espera de ordens que na maioria dos casos não chegaram,

---

<sup>1046</sup> Depois do golpe alguns aliados de Costa e Silva procuraram enfatizar sua participação no processo do golpe. O próprio Costa e Silva também procurou exaltar sua participação nos jornais dos dias seguintes, onde se colocava como o “Comandante do Exército”: *Jornal do Brasil*, 02/04/1964. Entre as obras que procuram “glorificar” o papel deste general, podemos citar o livro escrito pelo Coronel Jayme Portella, MELLO, 1979, op cit. e o de Ernani D’Aguiar. D’AGUIAR, Hernani. *Estórias de um presidente*. Rio de Janeiro, Razão Cultural, 1999.

<sup>1047</sup> CAMARGO E GÓES, 1981. Op cit. pag.561.

<sup>1048</sup> FALCÃO, 1989. Op cit. pag. 257.

de modo que grande parte da força nesse Exército, sequer foi utilizada<sup>1049</sup>. As principais unidades que desempenharam algum papel foram: a Artilharia da Costa, em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, cujo comandante General Henrique de Almeida de Moraes foi fiel ao governo até o fim, tendo sua unidade tomada pelos conspiradores no dia 1º de abril<sup>1050</sup>; o Grupamento de Unidades-Escolas comandadas pelo General Anfrísio da Rocha Lima, que foi fiel, mas teve sua atuação limitada pelo grande número de oficiais subordinados que aderiram à rebelião à sua revelia<sup>1051</sup>; a Brigada dos Paraquedistas, comandada pelo General João Costa, fiel, mas pouco convicto, que concordou em aderir quando visitado pelo General Muniz Aragão<sup>1052</sup>, em 1º de abril; o Regimento dos Dragões da Independência, comandado pelo Coronel Geraldo Rocha, que se recusou a aderir, mas também não tomou nenhuma atitude resistêcia em função da ausência de ordem<sup>1053</sup>; o 1º BC, em Petrópolis, sob o comando do Coronel Kerensky<sup>1054</sup>, que foi leal ao governo, mas viu a maior parte de sua tropa passar para o lado conspirador, quando se encontrou com as tropas mineiras, ainda no dia 31 de março; a 1ª DI – Niterói, comandada por Luís Tavares da Cunha Melo, que conseguiu manter o comando de sua unidade neutralizando os sabotadores, mas pouco pôde fazer, porque as principais forças que estavam sob seu comando aderiram antes de sua chegada ao teatro de operações<sup>1055</sup>; e a Fortaleza de São João, de importância militar reduzida, mas que, com a adesão de seu comandante, o Coronel Siqueira, ajudou a elevar o ânimo dos oficiais rebeldes.

No que tange à correlação de forças entre golpistas e “dispositivo militar” no momento do início do golpe, a vantagem material estava em sua maior parte com o governo. O governo tinha grande vantagem objetiva e uma pequena dianteira subjetiva, compreendendo-se como fatores objetivos aqueles diretamente materiais – quantidade de tropas, poder, armamento, comando, e outros semelhantes – e como fatores subjetivos a questão da liderança, do estado de espírito, do moral das tropas, da convicção de seus defensores e outros. À exceção do IV Exército, a esmagadora maioria das tropas estava com oficiais que professavam a defesa do governo. Esses oficiais seguiriam obedecendo ao governo, a não ser que a possibilidade de êxito do golpe fosse

---

<sup>1049</sup> Ver por exemplo, JUREMA, 1964. Op cit. Pags. 179 e seguintes. Analisaremos a inatividade do “dispositivo militar” militar no I Exército pormenorizadamente no próximo capítulo.

<sup>1050</sup> MELLO, 1979. Op cit. pag.133.

<sup>1051</sup> Ibid. Pag. 142. Entrevista com Oacyr Pizzotti Minervino, In: MOTTA, 2003 (f). Op cit. Pag. 115.

<sup>1052</sup> Ibid.pag. 130.

<sup>1053</sup> Idem.

<sup>1054</sup> Entrevista com Antônio Carlos da Silva Muricy, In: MOTTA, 1979. Op cit. pag. 42.

<sup>1055</sup> MOURÃO,1979. Op cit. pag. 380.

muito grande e a queda do governo fosse iminente. Existia uma intensa conspiração de classe contra Goulart, a chamada “conspiração civil”, a qual com muito mais propriedade poderíamos chamar de “conspiração Burguesa”. Foi a ação de classe burguesa que conseguiu isolar Goulart das classes médias e polarizar a conjuntura política entre supostamente “defensores da ordem, da família, liberdade, etc.” e “comunistas”. As repercussões políticas do mês de março tão exaustivamente exploradas contribuía para um aumento generalizado da insatisfação civil e militar, mas isso não era em si, determinante. No conturbado mês de março, a conspiração burguesa conseguiu elevar a temperatura política a seus níveis mais altos, mas só com apoio dos jornais e uma minoria agressiva no Congresso Nacional não seria possível avançar além do limite do desgaste. O apoio dos militares era questão decisiva, seja para a manutenção da legalidade, seja para sua ruptura. A grande jogada da oposição golpista foi criar um clima de caos político, de conseguir plantar na opinião pública a ideia de que naquele momento “algo iria acontecer, porque tinha que acontecer”. Pois muito bem, os fatores objetivos estiveram com o governo até o fim do dia 31. O principal elemento subjetivo que o “dispositivo militar” tinha a seu favor era justamente sua fama. A apreensão que muitos tinham de que Goulart contava com um dispositivo invencível, capaz de derrotar qualquer veleidade subversiva. Essa crença tolheu, durante algum tempo, as ações dos descontentes, mas, quando a falta de ação das forças da ordem se tornou fato consumado, a força subjetiva do “dispositivo militar” desabou completamente. A esmagadora maioria de oficiais que temiam a reação do governo assumiu posição de adesão, ou porque julgaram estar diante de uma oportunidade que poderia não se repetir, ou porque temeram por suas carreiras, caso o lado golpista saísse vencedor. O golpe militar de 1964 se explica, assim, por uma conjuntura muito particular, na qual intervieram elementos de ordem subjetiva que foram determinantes para o seu desfecho. Podemos resumir todos esses fatores numa única expressão: crise de liderança.

@ Isso não significa apenas dizer que Goulart e seus assessores diretos não estiveram à altura daquele momento histórico, embora sem dúvida isto seja parte da verdade. Mais do que isso, o instante do golpe ocorreu no momento em que o “dispositivo militar” estava mais fragilizado e acéfalo. Não só Goulart e Assis Brasil não estiveram à altura dos acontecimentos, mas igualmente outros assessores militares, tais como o general Âncora, que substituiu Jair Dantas, então hospitalizado e, de certa forma, também o Brigadeiro Teixeira, entre outros. Todos demonstraram não saber a

dimensão do que acontecia e tomaram medidas tímidas, onde se exigiam demonstrações claras de autoridade. Apontar as debilidades subjetivas dos atores históricos acima mencionados não constitui propriamente nada de novo na historiografia, especialmente em relação a Goulart e a Assis Brasil. Goulart tinha um caráter conciliador, avesso a soluções de força, conforme as memórias de Raul Riff: “Conciliador inclusive no momento da queda. Preferiu abandonar o poder a contribuir para que fosse derramado sangue brasileiro numa luta de consequências imprevisíveis”<sup>1056</sup>. Outros, como o dirigente comunista Luiz Carlos Prestes, atribuem a ele a maior parte da culpa pelo sucedido: “Jango é o maior responsável pelo golpe de 64”<sup>1057</sup>. As referências ao chefe da Casa Militar, todavia, de um modo geral, são pouco elogiosas. Seu ajudante de ordens, Eduardo Chuahy, por exemplo, é um dos muitos que põe em evidência sua incompetência: “O Assis era um mito. Quando chegou era considerado um gênio. Com 30 dias de trabalho, o esculhambei junto a outros oficiais.”<sup>1058</sup>. Todavia, pretendemos, através da demonstração dessa “debilidade em ação” colocar em evidência um fato até hoje pouco mencionado: o golpe que depôs João Goulart não foi uma fatalidade histórica que aconteceu porque era inevitável e nada podia ser feito. João Goulart tinha condições objetivas para frustrar o movimento logo em seu início. Não o fazendo, primeiramente, porque não imaginava a dimensão de seu desgaste, porque subestimou as possibilidades da rebelião iniciada por Mourão e, sobretudo, porque acreditava que a pior coisa que poderia acontecer caso fosse deposto, seria perder a cadeira de Presidente da República. Nem Goulart, nem seus aliados mais próximos e nem mesmo grande parte dos que apoiaram a sua deposição podiam supor os desdobramentos daquele processo. A ação de cada personagem ou grupo da trama histórica, carregada de sentido para o agente no instante da decisão, engendra consequências que jamais poderiam ser previstas no momento da ação. Da mesma forma, a avaliação da realidade de cada indivíduo ou grupo baseia-se, quase sempre, em informações limitadas e parciais, de modo que quase nunca se tem a noção de todos os interesses e projetos presentes na articulação de uma frente única. Goulart caiu sem reagir à altura, isso é um fato. Mas isso não significa que ignorasse completamente suas chances de derrotar os conspiradores. Não tinha a certeza de que ações de maior violência o manteriam no poder. Queria defender seu mandato, mas não além de certo limite, como observou

---

<sup>1056</sup> RIFF, 1979. Op cit. pag. 17.

<sup>1057</sup> Entrevista com Luiz Carlos Prestes, In: MORAES, 1989. Op cit. pag. 267.

<sup>1058</sup> Entrevista com Eduardo Chuahy, in: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 340.

Darcy Ribeiro: “Para o presidente, era muito difícil dar uma ordem de fogo. Para ele, seria uma coisa impossível participar de uma coisa que fosse uma guerra fratricida no Brasil”<sup>1059</sup>. Em depoimento escrito já no exílio, o ex-presidente justificava o porquê de não ter combatido o golpe, logo imediatamente em Juiz de Fora e na Guanabara, afirmando que não assumiria “a responsabilidade por massacre popular, especialmente no Rio de Janeiro, pois nos conduziria à situação caótica e de consequências imprevisíveis”<sup>1060</sup>. Não conhecia a profundidade do projeto de classe associado à conspiração contra o seu governo e tampouco podia saber que sua deposição iria dar início a duas décadas de ditadura militar, precedente para golpes parecidos em toda a América Latina. De um ponto de vista de curto prazo, não conseguia imaginar nada além da possibilidade de, sendo deposto, vir a ser substituído pelo próximo na linha de sucessão a quem caberia o ônus de suspender suas anunciadas reformas de base e realizar os austeros ajustes exigidos pelo FMI e as camadas dominantes. Na entrevista que deu na manhã do dia do comício, Jango mencionou também a possibilidade de vir a ser deposto: “Depois, se me acontecer alguma coisa, quem vier depois de mim será melhor do que eu. Este país vai para a frente”<sup>1061</sup>. Cair, ser deposto, também era uma opção. Goulart nunca foi um revolucionário, e nem mesmo de esquerda. Derrotar o golpe, guinar à direita, repudiar seus aliados de esquerda e reprimir o movimento sindical independente, como veremos no próximo capítulo, foi uma alternativa oferecida para que permanecesse no poder. Jango não aceitou essa oferta que lhe deixaria refém das forças mais reacionárias. O caminho inverso, o de enfrentar os golpistas, poderia isolá-lo definitivamente dessas forças. Nesse caso, sua dependência em relação às esquerdas seria muito maior. Como observou Herbert José de Souza: “isso iria provocar imediatamente uma ampla mobilização popular, porque aí a esquerda acordaria para as coisas que estavam acontecendo”<sup>1062</sup>. O presidente tinha três direções claramente definidas: à direita, afastando de sua base sindical e dos movimentos sociais; à esquerda; enfrentando a UDN e a Cruzada Democrática e radicalizar as “Reformas de Base”. Ou o caminho do meio, deixar-se depor. Como opina Prestes: “Preferiu sair como vítima”<sup>1063</sup>. Nenhum contemporâneo podia afirmar com certeza que, saindo desse modo, como presidente deposto que preferiu ceder a derramar sangue, não poderia o

---

<sup>1059</sup> Entrevista com Darcy Ribeiro, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 297.

<sup>1060</sup> Apud FERREIRA, 2011. Op cit. 476

<sup>1061</sup> CALLADO, 1964. Op cit. pag. 257.

<sup>1062</sup> Entrevista com Herbert José de Souza, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 297.

<sup>1063</sup> Entrevista com Luiz Carlos Prestes, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 268.

herdeiro de Vargas voltar ainda mais forte num futuro próximo. Como opina o mesmo Prestes: “Se ele fosse vivo agora,<sup>1064</sup> havia de ter mais influência do que o Brizola”<sup>1065</sup>. Hoje sabemos que isso não aconteceu, a questão é: quem poderia saber?

Existiam evidentemente falhas no dispositivo de defesa de João Goulart, mas não ao ponto de comprometer a eficiência militar. O motivo do fracasso não foi o esquema em si, mas a ausência de voz de comando e, principalmente, de uma ordem de Goulart para que seu “dispositivo militar” entrasse em execução com toda a sua energia. E não era ao Chefe da Casa Militar que competia tomar essa atitude. Na posição em que estava, diante do quadro que se desenhou, Assis poderia ter assumido, em parte, estas funções, não assumiu, como será descrito mais à frente, mas a grande responsabilidade pela ausência de uma voz de comando foi do próprio presidente que se negou a nomear um ministro interino, quando Jair não já não tinha condições de desempenhar suas funções. A ausência de Jair Dantas foi muito importante para o sucesso da operação. E esse fato tem sido enfatizado, não apenas pelo lado derrotado, mas mesmo por alguns que se empenharam ou aderiram ao lado vencedor. Segundo Portella:

O afastamento do General Jair concorreu bastante para a vitória do movimento, por ser ele um oficial com bom passado militar, legalista ao extremo, merecedor de certo respeito. Se estivesse no posto, teria dificultado bastante a vitória da Revolução, pois muitos oficiais, mesmo não morrendo de simpatia por João Goulart, ou não sendo simpatizantes do comunismo, teriam obedecido às suas ordens. Sem ele, o Exército ficou, de fato, sem comando, o que facilitou a tarefa dos condutores do movimento<sup>1066</sup>.

Complementando as observações do então coronel do I Exército, o General Poppe de Figueiredo, que aderiu ao golpe em 1º de abril também comenta a conveniência de ter Jair Dantas impossibilitado de assumir as forças de defesa:

Sabida a grande ascendência que tem, funcionalmente, sobre os oficiais e a tropa, o Comandante do Exército e, inegavelmente, a forte personalidade do Gen. Jair Dantas Ribeiro - considerado, por todos seus camaradas, soldado inteiramente dedicado à sua carreira. Chefe Energético e respeitado - é o caso de se perguntar se os acontecimentos teriam a mesma evolução favorável se o então Ministro da Guerra e Comandante do Exército estivesse em plena forma física<sup>1067</sup>.

---

<sup>1064</sup> O Depoimento é da década de 80.

<sup>1065</sup> Entrevista com Luiz Carlos Prestes, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 268.

<sup>1066</sup> MELLO, 1979. Op cit. pag. 125.

<sup>1067</sup> FIGUEIREDO, 1970. Op cit. pag. 14.

A ausência de Jair Dantas no comando do “dispositivo militar” não era uma questão de fácil resolução. Sua substituição era urgente, mas não poderia ser por qualquer um. É muito provável que Assis Brasil não conseguisse substituir Jair mesmo que quisesse. Caso o Chefe da Casa Militar assumisse a dianteira das operações militares é possível que o Ministro da Guerra, mesmo hospitalizado, se sentisse invadido em suas funções. Dentro da lógica de funcionamento militar, poderia até acontecer de tal atitude ser contraproducente e a autoridade de Assis Brasil, que era apenas general de Brigada, não ser reconhecida por seus colegas de patentes superiores. Não foi responsabilidade de Assis Brasil o não funcionamento do “dispositivo militar”: o General Âncora, que tardiamente substituiu Jair Dantas, poderia ter ordenado medidas mais enérgicas e também se furtou a isto, como será abordado no capítulo seguinte.

O Chefe da Casa Militar, posto de Argemiro de Assis Brasil, é frequentemente apontado como um dos principais responsáveis pelo fracasso do “dispositivo militar” de Goulart. A associação direta de Assis Brasil com o “dispositivo militar” fracassado é tão lembrada por ser esse um dos oficiais mais otimistas em relação ao seu funcionamento. Ainda em março, em churrasco na Granja do Torto, Assis Brasil garantiu a Jango que as forças de defesa estavam prontas para reprimir o golpe de onde ele viesse. Nesse churrasco, teria proferido sua famosa frase: “manda brasa, presidente”<sup>1068</sup>; posteriormente repetida, em tom de escárnio, em inúmeras publicações. Outra expressão muito repetida é aquela que sentenciava que caso os golpistas colocassem a cabeça de fora, “teriam as cabeças cortadas”. Essa frase sem autor definido, conforme relata Claudinei Cássio de Rezende, foi dita entre outros por Prestes, em palestra na ABI, ainda no mês de março, “afirmou em 27 de março, no auditório da Associação Brasileira da Imprensa, que o golpe militar, caso acontecesse, seria vencido e os golpistas teria suas cabeças cortadas”<sup>1069</sup>. Essa citação foi repetida à exaustão pelas forças de esquerda e mesmo na imprensa em geral, entretanto, naturalmente, depois de consumado o golpe, entrou para a galeria de grandes fiascos da história. Não há como negar que esse personagem não tenha parte da responsabilidade, todavia não foi o único. Em primeiro lugar, Assis Brasil, como Chefe da Casa Militar, não era o Comandante do Exército e das Forças Armadas. Grande parte dos oficiais superiores não o reconhecia como uma liderança militar e institucional. Esse fato ficou, de acordo com Ib Kern,

---

<sup>1068</sup> MORAES, 1989. Op cit. Pag. 193

<sup>1069</sup> REZENDE, Claudinei Cássio de. Suicídio Revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010. Pag. 59

dramaticamente evidente no momento do golpe, “Deflagrada a insurreição, as ligações telefônicas de comandantes de guarnições de todo o Brasil angustiosamente procuravam orientação no ministério da Guerra”. No ministério, a orientação era que se dirigissem ao general Assis Brasil, chefe da Casa Militar: “com o Assis não quero nada’, contestavam e voltavam para os insurretos”<sup>1070</sup>. De acordo com Chuahy: “não tinha trânsito nem no centro, nem na direita, nem na esquerda”<sup>1071</sup>. Ainda, como enfatiza Rui Moreira Lima, “O Assis Brasil não tinha um passado para ser esse líder que o Jango queria que ele fosse. O Assis Brasil foi um homem que se empolgou com o poder”<sup>1072</sup>. E tampouco Assis Brasil jamais se reivindicou como tal. Em suas próprias palavras: “Sempre procurei não interferir nem influenciar nas decisões de Jango. Dava a minha opinião quando ele pedia, mas isso ocorria muito raramente”<sup>1073</sup>. Natural do Rio Grande do Sul, convicto defensor do governo de João Goulart, o general de brigada, que assumiu um cargo de primeira importância, não tinha experiência que o capacitasse para a tarefa. Possivelmente por isto, e por vir de uma região onde a maioria dos oficiais apoiava o governo, é que o novo titular da Casa Militar tenha subestimado tão grandemente a profundidade da insatisfação militar contra Goulart.

Diante da sua falta de experiência, pode se dizer que Assis foi razoavelmente eficiente no que se propôs a fazer. Construiu uma organização de oficiais dispostos a defender o governo, esta rede é que ficou conhecida como o “dispositivo militar” de João Goulart. Devido à sua convicção de que a conspiração não era substancial, Assis chegou a colocar em cargos de grande importância, oficiais que não eram de confiança, ou que já haviam rompido com o governo. Entre esses, como mencionado no capítulo 3, o Comandante do II Exército Amaury Krueel, seu amigo. Entre os oficiais superiores em postos de maior importância, Krueel era um caso isolado, visto que a maior parte realmente pretendia defender o governo e assumiu essa tarefa, até onde foi possível. Entre os oficiais médios, a quantidade de comandos era tão grande e o número de nomes e patentes tão vasto, que Assis chegou a colocar à frente de guarnições poderosas oficiais que estavam ansiosos para conspirar contra o governo. Tais erros contribuíram para que, nos momentos decisivos, esses oficiais atuassem para anular ou sabotar a

---

<sup>1070</sup> KERN, Ib. Não há anjos no poder: histórias vivas de um repórter: (nos tempos de Borges de Medeiros, Getúlio, Jânio, Jango, Brizola, da Carta Brandi, dos generais e da vida na Moscou Soviética). Porto Alegre (RS), AGE, 2007. Pag. 197.

<sup>1071</sup> Apud MAGALHÃES, 2012. Op cit. Pag. 286.

<sup>1072</sup> Entrevista com Rui Moreira Lima, in: MORAES, 1989. Op cit. pag. 312.

<sup>1073</sup> Entrevista de Argemiro de Assis Brasil à revista “Ele Ela”, 2010. Op cit.

autoridade dos oficiais dispostos a impedir o golpe. De acordo com Mário Magalhães, o então Coronel Kardec Lemme, oficial ligado à esquerda militar, foi o responsável por colocar o Capitão Eduardo Chuahy no cargo de ajudante-de-ordens de Assis Brasil. Chuahy não demorou a perceber que Assis Brasil não estava à altura da tarefa. Além da displicência com a segurança e com as informações, “O desconhecimento do General Assis Brasil sobre o Exército era muito grande. Ele tinha servido a vida inteira no Rio Grande do Sul (...) Tinha talvez uma visão provinciana do Exército.”<sup>1074</sup>. Ainda segundo Chuahy: “os militares de esquerda<sup>1075</sup> estavam sendo removidos para longe dos batalhões<sup>1076</sup>”, ao passo que oficiais claramente dispostos a se engajar em um movimento de deposição do presidente ganhavam posições importantes, como, por exemplo, o então Capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>1077</sup>, empossado em fevereiro de 1964 no comando da 4ª Bateria de Canhões, na Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Contudo, ainda que não tenha sido o único responsável pelo fracasso do dispositivo, é certo que as deficiências do Chefe da Casa Militar contribuíram imensamente para que a sublevação fosse mesmo possível de acontecer. Abundam exemplos de que o recém-general não se preocupava com a possibilidade de um golpe de Estado contra o governo, que confiava demais nas suas forças e que ignorou sistematicamente as informações que lhe chegavam. Em inícios de 1964, o oficial Paulo Silveira Werneck encaminhou a Assis Brasil relatório das atividades golpistas nas Forças Armadas. Ao ler o documento, Assis teria comentado: “Não será este um novo Plano Cohen?”<sup>1078</sup>. Segundo Chuahy:

O serviço de informações do governo não era ruim. O responsável era o Coronel Labarthe, uma figura extraordinária, sabia de tudo. Eu recebia e lia relatórios, mostrando o desenvolvimento do golpe. As

---

<sup>1074</sup> Entrevista com Eduardo Chuahy, in: MORAES, 1989. Op cit. Pag.336.

<sup>1075</sup> No interior das Forças Armadas existiam três correntes de opinião político- militar ao redor das quais gravitava a mobilização política no interior da caserna: os de direita, ligados em grande parte à Cruzada Democrática, os Nacionalistas, em parte ligados ao PTB e os de esquerda, francamente minoritários e ligados ao PCB. Alguns oficiais superiores, tais como Nelson Werneck Sodré e o Brigadeiro Francisco Teixeira faziam parte deste grupo, mas a maior parte era constituída de oficiais médios. Não está claro no depoimento de Chuahy, se os oficiais preteridos em postos de importância pertenciam a este grupo ou se Chuahy está englobando sob o conceito “de esquerda” também o setor nacionalista.

<sup>1076</sup> Apud MAGALHÃES, 2012. Op cit. Pag. 286.

<sup>1077</sup> Na ditadura militar instalada pelo golpe de 1964, esse oficial veio a desempenhar papel de destaque na implementação e execução dos serviços de repressão. Em 2012, Carlos Alberto Brilhante Ustra se tornou o primeiro militar a ser judicialmente condenado por participação em crimes de tortura durante a ditadura militar, embora a Lei da Anistia: lei nº 6.683 de 1979, e a resolução do Supremo Tribunal Federal em 2010 contrária à sua revisão, o preserve de qualquer punição, In: WIKIPEDIA, verbete: Carlos Alberto Brilhante Ustra, disponível in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Alberto\\_Brilhante\\_Ustra](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Alberto_Brilhante_Ustra), acesso em 22/04/2013.

<sup>1078</sup> SILVA, 1988. Op cit. Pag. 117.

vezes, eu os entregava ao Assis Brasil e ele bloqueava, dizendo: “Querem assustar o presidente”. Até hoje, preciso entender o Assis. Não que fosse um traidor, mas era um homem desqualificado para a função<sup>1079</sup>.

O governo de João Goulart contava com um serviço de inteligência, o Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI). Mesmo atuando com grandes dificuldades, os agentes desse órgão conseguiram interceptar inúmeras mensagens trocadas entre conspiradores civis e militares de grande atuação. Todavia, poucas dessas informações foram processadas e muito poucas providências foram tomadas, em função de que o SFICI não tinha acesso direto ao presidente. Suas informações eram primeiramente encaminhadas à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e, em seguida, ao Gabinete Militar. Durante a gestão de Assis Brasil, pouquíssimas informações eram levadas a sério. Assis reagia aos repetidos informes como se tudo não passasse de um grande exagero e, com uma frequência que impressionaria mesmo aos mais otimistas e desatentos, impedia que o presidente tivesse a mínima noção do que estava acontecendo. Assis avaliava que estava contribuindo para dissipar o medo<sup>1080</sup>.

Essa postura do chefe do Gabinete Militar pode ter contribuído para a desinformação não só de Jango, mas mesmo de alguns dos seus principais aliados militares sobre o alcance da subversão militar. Tal fato se torna mais grave na medida em que o presidente se fiava nas informações de seu assessor para avaliar a correlação de forças. Não se ignorava o largo descontentamento nas Forças Armadas contra o governo, mas Assis Brasil demonstrava não se preocupar com o fato e diante dos sucessivos alertas que recebeu, costumava retrucar: “Deixa esse pessoal levantar a cabeça que é melhor. Eles botam a cabeça de fora, a gente dá umas pauladas e acaba com isso de uma vez”<sup>1081</sup>. Os erros de avaliação de Assis Brasil tornaram-se mais problemáticos porque o próprio Jango não possuía experiência e conhecimento no trato com as instituições militares, na opinião de Brizola: “O Presidente não tinha absolutamente noção do que eram as Forças Armadas. Era um primário nesse problema. Não entendia nada”<sup>1082</sup>. Nelson Werneck Sodré tem impressões muito parecidas: “O Goulart não teve capacidade de articulação da área militar não por falta de dotes, mas

---

<sup>1079</sup> Apud MORAES, 1989. Op cit. Pag.192.

<sup>1080</sup> FIGUEIREDO, 2005. Op cit. pag. 115.

<sup>1081</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. FERREIRA, Jorge. Jango: as múltiplas faces. Rio de Janeiro. FGV, 2007. Pag.197.

<sup>1082</sup> Entrevista com Leonel de Moura Brizola, in: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 313.

por falta de uma boa assessoria militar”<sup>1083</sup>. As informações dadas por Assis Brasil costumavam ser tranquilizadoras, e Goulart e seus assessores trabalhavam a partir delas, supondo que podiam a qualquer momento contar com a lealdade de todas as tropas formalmente integrantes do “dispositivo militar”. A confiança era tão grande que a principal força de esquerda na época – o PCB – não se preparou para enfrentar um golpe, fiando-se no esquema de defesa de Goulart. A possibilidade de um golpe de direita não era absolutamente descartada, mas se acreditava que esse pudesse ser contido com facilidade. Em entrevista a Denis de Moraes, o dirigente comunista Gregório Bezerra observa que: “A cúpula do Partido Comunista achava que o dispositivo militar de Jango era suficiente para impedir o golpe”<sup>1084</sup>. Outro líder das esquerdas que também se iluiu com o “dispositivo militar” foi Brizola, em suas palavras:

A essa altura, sabia-se que o processo de conspiração era uma realidade dentro das Forças Armadas. O governo tinha o que chamava de dispositivo militar, e confiava muito nele. Havia chefes militares prestigiosos em exercício de comandos de tropas. A posição dominante do governo era esta: nós vamos continuar avançando com a nossa perspectiva de futuro, defendendo a legalidade constitucional e as liberdades públicas - e eles que ponham a cabeça de fora<sup>1085</sup>.

Alguns anos depois, sem fazer um balanço da atuação do PCB e analisando a atuação dos militares nacionalistas naquele momento, Prestes joga nesses a responsabilidade do golpe de Estado. Afirma o então dirigente do PCB que a atitude teria sido outra, se os militares tivessem uma formação comunista:

A verdade é que nós fomos surpreendidos com o golpe. Pensávamos o seguinte: havia uma forte fração militar que estava com o Jango. E que essa gente devia estar pensando que, com uma vitória da direita das Forças Armadas, eles iam ser todos esmagados. Como foram. Mas não resistiram. Por quê? Porque a educação que eles recebiam não era uma educação de comunistas, mas de nacional-libertadores. Quando chegou a hora da decisão, vacilaram. E vacilaram porque tinham uma orientação pequeno-burguesa<sup>1086</sup>.

Como desdobramento da confiança algo excessiva em suas forças, Assis Brasil também não tinha contatos com alguns dos oficiais mais importantes de seu esquema. Entre esses podemos citar Rui Moreira Lima, à época coronel e comandante da Base

---

<sup>1083</sup> Entrevista com Nelson Werneck Sodré, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 311.

<sup>1084</sup> Entrevista com Gregório Bezerra, in: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 239.

<sup>1085</sup> Entrevista com Leonel de Moura Brizola, in: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 350,1.

<sup>1086</sup> Apud MORAES, 1989. Op cit. Pag. 195.5.

Aérea de Santa Cruz, que possuía uma poderosa frota de caças capazes de parar e mesmo destruir todas as tropas mineiras e grande parte das paulistas, mobilizadas contra a região do I Exército. De acordo com o depoimento de Rui: “O General Assis Brasil nunca falou comigo”<sup>1087</sup> Como para enfatizar o fato, Rui repete: “Veja bem: nunca falou comigo. Eu era um homem-chave no esquema, e ele nunca falou comigo”<sup>1088</sup>. Isso não quer dizer que Assis ignorasse o que acontecia na Aeronáutica, pois ainda de acordo com Rui: “Ele falava com o Brigadeiro Francisco Teixeira, que era o comandante da 3ª Zona Aérea”<sup>1089</sup>. Ocorre que também o Brigadeiro Teixeira, oficial convicto na defesa do governo, acima de qualquer suspeita, também parece não ter levado a sério as ameaças daquele momento, segundo suas próprias palavras: “fui realmente surpreendido com a data, embora tivéssemos informações de que havia uma conspiração, na qual não acreditávamos”<sup>1090</sup>

Por fim, ainda como evidência da deficiência subjetiva do sistema de informação, é de se ressaltar que parece haver escapado a todos os aliados de Goulart a função doutrinatória da Doutrina de Guerra Revolucionária, que era feita por vias oficiais e sem qualquer dificuldade. Darcy Ribeiro, por exemplo, revela em entrevista não conhecer quase nada do fenômeno: “Você lembra que o Bilac Pinto inventou a história da guerra revolucionária. Ele vivia nos acusando, e todo mundo achava que o Jango ia rasgar a constituição. Quem ia rasgar eram eles - e rasgaram. Nós não conseguíamos convencer ninguém disso”<sup>1091</sup>. Um pouco tarde, Brizola também lamentou que no curso do processo, ninguém desse a atenção devida ao que estava se passando no que tange à doutrinação militar: “Ingênuos, nós não nos dávamos conta de tudo aquilo, dos interesses internacionais e das doutrinas exóticas importadas de centros do exterior”<sup>1092</sup>.

A grande quantidade de publicações, de cursos e de palestras feitas sobre essa teoria da guerra fria foi muito funcional aos conspiradores que precisavam estimular ao máximo o receio da tropa quanto aos significados do governo Goulart. Mesmo em regiões onde, em princípio, a tropa e os oficiais estavam inclinados para a defesa do governo, a difusão da referida doutrina conseguiu criar fissuras por onde no curso da

---

<sup>1087</sup> Entrevista de Rui Moreira Lima, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 313.

<sup>1088</sup> Idem.

<sup>1089</sup> Idem.

<sup>1090</sup> Entrevista com Francisco Teixeira, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 250.

<sup>1091</sup> Entrevista com Darcy Ribeiro, In: MORAES, 1989. Pag. 299.

<sup>1092</sup> Entrevista com Leonel de Moura Brizola, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 350.

crise militar os oficiais descontentes conseguiram penetrar. Isso é o que revela o Relatório da DI de Santa Maria sobre o processo do golpe:

O ciclo de palestras sobre Guerra Revolucionária realizado na GU de Santa Maria, permitiu ao EM Revolucionário intensificar ainda mais a preparação psicológica de seus oficiais abrindo os olhos daqueles que ainda não haviam se apercebido com as devidas dimensões, da situação do País.<sup>1093</sup>

Sob a chefia do Castelo Branco, o EME distribuía, em periodicidade quinzenal, os chamados “amarelinhos”, boletins de formação cívica e política que ajudavam a criar na tropa um estado de espírito anticomunista e propenso à intervenção. Embora a importância da Doutrina de Guerra Revolucionária ainda seja bastante desconhecida entre historiadores<sup>1094</sup>, e mesmo entre alguns que foram diretamente atingidos por suas consequências, para os militares golpistas, a sua difusão entre a tropa foi uma das ações mais importantes para a preparação do golpe. Para o oficial conspirador, então Coronel Ramão Menna Barreto, por exemplo, ao ser perguntado se a conspiração contra o governo Jango foi organizada ou se foi um movimento espontâneo, responde: “Eu diria que foram as duas coisas. Em parte foi coordenado porque o Estado-Maior do Exército (EME) publicava uns folhetos sobre a Guerra Revolucionária”<sup>1095</sup>. Como tais boletins evitavam criticar diretamente o governo, nada se fez para impedir sua publicação e não temos qualquer informação se, em algum momento, estes despertaram a atenção do grupo de oficiais que defendia o governo. O fato é que os “amarelinhos” cumpriram muito bem o seu papel de dar amplo suporte conceitual nos termos da referida doutrina, para que, no mesmo movimento, oficiais doutrinados pudessem “demonstrar” à tropa como aqueles conceitos podiam ser diretamente associados ao momento vivido e ao governo Jango. Um dos oficiais que mesmo nos dias em que escrevo estão entre os principais propagandistas da ditadura militar, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, não tem dúvidas de como as publicações do EME auxiliaram no trabalho de doutrinação e aliciamento para a conspiração:

---

<sup>1093</sup> Relatório: *A Revolução de 31 de março de 1964 na 3ª DI*, IN: MOTTA, 2003(m), pag. 48.

<sup>1094</sup> Não é raro encontrar na literatura sobre o período as referências sobre a Doutrina da Guerra Revolucionária, mais comumente referidos apenas com “Guerra Revolucionária”. Contudo falta à esta historiografia a noção exata dos pressupostos desta teoria e sua dimensão de mobilização ideológica dentro da média oficialidade com vistas à ruptura da ordem constitucional. Para uma discussão sobre este tema ver: MARTINS FILHO, 2008. Op cit.

<sup>1095</sup> Entrevista com Ramão Menna Barreto, In: MOTTA, 2003 (l). Op cit. pag. 138.

Todo o Exército, especialmente a tropa, passou a receber os famosos “Amarelinhos”, elaborados pelo EME. Eram umas apostilhas com cerca de cinco ou seis páginas, distribuídas semanalmente. Nelas estavam contidas informações a respeito da situação política do momento, dos perigos do comunismo. Não atacava o governo João Goulart. Apenas nos informava sobre a nossa verdadeira história. Eram informações valiosas que serviam para nos orientar. Sua leitura para os quadros e até para os soldados era obrigatória. Foi o que abriu a minha mente para tomar a decisão acertada quando passei a integrar o grupo que, aumentando a cada dia, possibilitou a vitória em 31 de março de 1964<sup>1096</sup>.

Nas regiões e situações onde era mais difícil se engajar em algum movimento concreto contra o governo federal, a doutrinação da Doutrina da Guerra Revolucionária chegou a ser a principal atividade de alguns oficiais, como, por exemplo, o então Major Hernani D'Aguiar<sup>1097</sup>:

A minha participação pessoal nos pródromos da Revolução se prendeu, fundamentalmente às minhas aulas de guerra revolucionária na ECEME, abordando os principais casos históricos ocorridos no bojo do movimento comunista internacional, e os que estavam em curso em diversos países de diferentes continentes, mostrando, em especial, as semelhanças do nosso caso com a guerra revolucionária desencadeada na Tchecoslováquia - suas circunstâncias, suas pressões de base e de cúpula, etc<sup>1098</sup>.

Em conjunto, as falhas subjetivas associadas aos fatores liderança, informação e doutrinação foram fatais, em uma conjuntura propícia aos golpistas, para o não funcionamento e fracasso completo do “dispositivo militar” de João Goulart, aspecto que será o objeto do próximo capítulo.

---

<sup>1096</sup> USTRA, Carlos Alberto Brilhante, *13-12 Mensagem de um cadete da AMAN*, [http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2629&Itemid=28](http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2629&Itemid=28), acesso em: 12/01/2013.

<sup>1097</sup> Em 1964 Hernani D'Aguiar era major e instrutor da ECEME, in: Motta, 2003 (h). Op cit. pag. 171. Também era um oficial muito ligado ao general Costa e Silva, como atestam, por exemplo alguns de seus livros, tais como: *Histórias de um presidente*; D'AGUIAR, 1999. Op cit, e *A Revolução por dentro*, D'GUIAR, 1975. Op cit.

<sup>1098</sup> Entrevista com Hernani D'Aguiar ao Projeto História Oral do Exército, in Motta, 2003 (h). Op cit. Pag. 172.

## **Capítulo 5: Atuação e fracasso do “dispositivo militar”:**

Partimos da hipótese de que Jango e seus assessores militares agiram no sentido de isolar e neutralizar os oficiais conspiradores, e montar uma cadeia de comando das tropas com o objetivo deliberado de evitar um golpe de Estado. A relação de oficiais de confiança promovidos às patentes mais altas e aos comandos mais importantes das Forças Armadas constituiu o que ficou historicamente conhecido como o “dispositivo militar” de João Goulart. Hoje sabemos que este esquema de defesa não funcionou e que a sublevação militar que depôs o presidente João Goulart logrou ser vitoriosa em muito pouco tempo. A velocidade dos acontecimentos foi tão surpreendente, que as forças de defesa do governo federal aparentaram sequer existir. Um dos objetivos desta tese é demonstrar que o “dispositivo militar” realmente existiu, e se falhou em 1964, pôde ao menos dificultar as conspirações até os últimos momentos antes do golpe. Neste capítulo, abordaremos em detalhe os momentos decisivos da insurreição militar que depôs o presidente constitucional, principalmente nos dias 31 de março e primeiro de abril de 1964. Analisaremos as ações dos insurretos e as reações de Jango e de seus principais assessores civis e militares. O objetivo é demonstrar que a causa principal do fracasso deste “dispositivo militar” foi principalmente a decisão de Goulart de não reagir, ou seja, de não colocá-lo em execução. Em suma, nossa intenção é demonstrar que a vitória da sublevação deve muito à opção deliberada das forças do governo e especialmente de Jango em evitar a todo o custo o confronto de tropas. Que o golpe foi muito mais o fracasso do “dispositivo militar” que a vitória dos conspiradores.

### **As ações do “dispositivo militar” nos momentos decisivos do golpe:**

O objetivo desta análise não é remontar em todos os detalhes o processo da sublevação, mas tão somente apontar as ações e as falhas do esquema de defesa do governo no instante que em tese deveria atuar com toda a sua força. Nesse movimento tentaremos o quanto possível dar voz aos personagens que participaram do processo, de forma a mostrar como os principais momentos que definiram a vitória dos conspiradores foram, em sua maioria, definidos no calor dos acontecimentos. Como já mencionado em capítulo anterior, existe uma disputa entre os oficiais que participaram do golpe no sentido de cada deles em se atribuir o papel mais importante no desfecho da

trama. Tentaremos visitar o processo golpista em todas as regiões, e mostrar que em cada uma delas elas, a inação do “dispositivo militar” foi a maior responsável pelo sucesso da conspiração, encorajando o grande número de adesões. A reconstrução factual do que se passou não é nossa prioridade, mas para defender nossa hipótese de que o governo tinha totais condições de responder ao desafio de 31 de março, recorreremos com certa frequência a argumentos factuais como forma de fazer contraposição aos argumentos demasiadamente abstratos que apontam para uma “grande organização militar da conspiração”<sup>1099</sup>.

Como já demonstrado, os preparativos para a deflagração do golpe de Estado contra Jango se iniciaram no fragor da repercussão negativa da Rebelião dos Marinheiros. Qualquer outra ação que fosse tomada seria apenas mais uma desculpa ou pretexto para a deposição do presidente. Os conspiradores que estavam em Minas Gerais decidiram desencadear a rebelião no momento em que a repercussão da Rebelião dos Marinheiros ainda estava nos jornais e antes mesmo de acontecer a ida de Jango ao Automóvel Clube. Nos dias finais de março, os últimos preparativos para o desencadeamento da sublevação de fato, foram encaminhados. Não havia um plano detalhado para a rebelião. Tudo foi articulado às pressas. A execução do movimento foi quase totalmente de improviso e com várias falhas. Não havia uma coordenação central, apenas um compromisso abstrato assumido entre os núcleos de insatisfação em aderir onde pudessem e criar uma situação de insubordinação generalizada, de modo gerar um impasse militar. Como observou o então Deputado Federal e Secretário-Geral da Frente Parlamentar Nacionalista Neiva Moreira: “o golpe começou como um blefe político-militar, que foi se engordando e avançando à medida que ficava patente a nossa falta de capacidade de luta e a nossa falta de disposição de luta”<sup>1100</sup>. A narrativa que se construiu posteriormente é tão somente a oficialização da versão dos militares vitoriosos no golpe. Os vencedores cimentaram na memória os imensos “buracos” da organização. Some-se a isto o fato de o final do mês de março ser ter sido para o desespero dos

---

<sup>1099</sup> Varias são as versões que tentam demonstrar uma organização conspiratória militar que teria precedido ao golpe. Entre as principais estão o general Mourão Filho, se colocando como o principal líder; MOURÃO, 1978. Op cit, o general Carlos Luís Guedes, também de Minas Gerais, como Mourão, mas desmente em grande parte a versão deste e se coloca como principal articulador, junto a Magalhães Pinto; GUEDES, 1979. As versões de Jayme Portela e de Hernani D’Aguiar, que apontam como principal organizador da conspiração o general Costa e Silva, MELLO, 1979. Op cit e D’AGUIAR, 1975. Op cit. A versão do Marechal Odílio Denys, na qual se reivindica como o líder do processo desde 1961: DENYS, 1980. Op cit e o depoimento concedido pelo Marechal Cordeiro de Farias à Aspásia Camargo, no qual também se coloca como o principal articulador do movimento.

<sup>1100</sup> Entrevista com José Guimarães Neiva Moreira, In: MORAES, 1989. Op cit. pag. 331.

defensores de Jango o momento de maior fraqueza do “dispositivo militar” em toda a sua existência. Em suas memórias o general Guedes captou com muita precisão as dificuldades que teria o governo para iniciar uma reação:

Jair, inegavelmente capaz de providências rápidas e eficientes, achava-se hospitalizado. Âncora, ao contrário, iria demorar a decidir. (...) Além disso, achava-se Âncora gravemente enfermo. (...) Assis Brasil vivia o drama de não aparecer muito para não melindrar Jair (...). Restava Oromar, comandante da Vila Militar, que, entretanto, tinha sua iniciativa bastante reduzida pelo Princípio da subordinação.

1101

No dia 25 de março, Magalhães enviou seus emissários a Rio de São Paulo para sondar civis e militares que pudessem articular o golpe para data breve. A pressa dos Mineiros pode se explicar por dois fatores principais: em primeiro porque Belo Horizonte estava no circuito de Comícios a ser realizado até primeiro de abril, em segundo, porque o General Guedes, oficial mais próximo a Magalhães, estava para ser substituído ainda no mês de abril. Os dois eventos somados poderiam frustrar os planos de Magalhães e mesmo de todos os interessados no golpe por um tempo indeterminado. Em nome do governo de Minas viajaram José Monteiro de Castro<sup>1102</sup> (da UDN, Ex Ministro da Casa Civil no governo Café Filho) e Osvaldo Pieruccetti<sup>1103</sup>. O primeiro a ser procurado foi o Marechal Dutra que teria recebido a proposta de subversão com as seguintes palavras: “É preciso reagir imediatamente. Não há tempo a perder”<sup>1104</sup>. Logo em seguida, entraram em contato com Castelo Branco, que também se mostrou de acordo com o movimento, embora tivesse demonstrado mais preocupações em relação à sua execução. Depois o procurado foi o Marechal Denys, que foi convidado para uma reunião no aeroporto de Juiz de Fora no dia 28 para acertar detalhes das operações. Após as visitas no Rio de Janeiro, os mesmos emissários se dirigiram para São Paulo. Procuraram o general Amauri Kruehl e lhe ofereceram o comando da operação militar

---

<sup>1101</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pags. 187,8.

<sup>1102</sup> Verbetes sobre Monteiro de Castro in: WIKIPEDIA, Verbetes: *José Monteiro de Castro*, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Monteiro\\_de\\_Castro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Monteiro_de_Castro), acesso 22/11/2012; e Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Verbetes: CASTRO, Monteiro de. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 22/11/2012.

<sup>1103</sup> Também da UDN, futuro prefeito interventor de Belo Horizonte entre 65 e 57 e entre 71 e 75, seria também presidente da siderúrgica mineira Acesita – Aços Especiais de Itabira, nomeado durante o governo de João Figueiredo (1979-1985). Mais informações em: WIKIPEDIA, Verbetes: *Osvaldo Pieruccetti* in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Oswaldo\\_Pieruccetti](http://pt.wikipedia.org/wiki/Oswaldo_Pieruccetti), acesso em 22/11/2012.

<sup>1104</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 348.

(nem os Mineiros confiavam em Mourão). Krueel recusou, embora demonstrasse estar inclinado a participar<sup>1105</sup>.

A reunião marcada no aeroporto de Juiz de Fora foi uma surpresa para Mourão, que estava em Ouro Preto passando a Semana Santa com sua mulher. Avisado, partiu imediatamente para Belo Horizonte. Lá se encontrou com Magalhães que lhe passou mais informações. A pauta do encontro estaria focada na repercussão da libertação dos marinheiros amotinados pelo novo Ministro daquela arma, almirante Paulo Mário. Neste momento, Mourão também mandou emissário mineiro falar com Krueel – o tenente-coronel Everaldo – para dar-lhe notícias dos preparativos das tropas mineiras e convidá-lo a aderir. Neste ponto existe um conflito de narrativas entre os dois generais mineiros. De acordo com a versão de Guedes – apresentada quinze anos depois –, Mourão foi chamado para Belo Horizonte a fim de dar início ao movimento imediatamente, não tendo concordado e pedido mais tempo, teria sido ele a propor uma reunião com Magalhães no dia seguinte, 28, em Juiz de Fora. Criticando seu colega general:

Em meu espírito estava sempre presente o Mourão belicoso, pronto a marchar sobre o Rio, de surpresa, disposto a afrontar quaisquer riscos para ocupar o Palácio da Guerra, de onde irradiaria o apelo a todo o povo brasileiro e aos nossos próprios colegas para a grande tarefa. Entretanto, seu ânimo já não parecia o mesmo. (...) objetou ter que voltar primeiramente a Ouro Preto, onde ficara sua senhora (...) alegou precisar de mais tempo para ligações indispensáveis e sugeriu a Magalhães, uma reunião, em Juiz de Fora, no dia seguinte<sup>1106</sup>.

Contra a versão apresentada por Guedes está o fato de que esta reunião já estava marcada desde o dia 25. A divergência de relato entre os dois generais se deve ao fato tão recorrente nas memórias dos militares participantes de tentar exaltar o próprio papel e menosprezar o do rival. Ainda conforme a versão de Guedes, o motivo do movimento não ter se iniciado naquele momento foi o fato de a PM mineira, cujo comandante havia dado neste dia ordem de recolhimento aos quartéis para toda a tropa, necessitar de três dias para se organizar<sup>1107</sup>. Mais uma vez, a versão de Guedes parece ter inconsistências, visto que um general de Exército deveria saber que a preparação de tropas não poderia ser efetuada em poucas horas, para dar início tão de improviso a uma ação de tanta importância.

---

<sup>1105</sup> SILVA, 1975. Op cit, Pag. 359.

<sup>1106</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 179,80.

<sup>1107</sup> Ibid. Pag. 181.

Quando Magalhães chegou ao aeroporto de Juiz de Fora, Denys já estava no local. Mourão não recebeu muito bem a presença deste oficial: “Lá encontrei Denys, sinal de que Magalhães está em ligação direta com Denys, passando por cima de mim”<sup>1108</sup>. Entre generais, a interferência numa cadeia de comando é tida como uma espécie de ofensa. Sabedor deste comportamento e possivelmente querendo evitar conflitos, Denys tentara falar com Mourão antes da reunião, tendo inclusive visitado sua residência, mas não o encontrando<sup>1109</sup>. Iniciada a reunião, Magalhães deu notícias do apoio do Governador do Espírito Santo e de sua disposição de colocar o Porto de Vitória à disposição do levante. Mourão se colocou (em sua versão) como disposto a partir no mesmo dia à noite, ao que Magalhães teria alegado impossibilidade em função de precisar de pelo menos dois dias.

Rubens Bayma Denys (filho de Denys), em seu depoimento ao Projeto História Oral do Exército também menciona a reunião ocorrida no dia 28 de março. Segundo seu relato, estavam no aeroporto de Juiz de Fora: o marechal Denys, os generais Guedes e Mourão, o governador Magalhães Pinto e o comandante da PM de Minas Gerais entre outras autoridades. Nesta, Denys teria assegurado que já existia uma rede de solidariedade em várias guarnições militares espalhadas pelo país, e que se poderia contar com várias adesões assim que as tropas rebeldes saíssem:

As Ligações no Rio Grande do Sul eram feitas pelo coronel Manta; em Santa Catarina, pelo General Pinto da Luz; em São Paulo, pelo general Riograndino Krueel, que sempre assegurou que seu irmão, general Amaury Krueel, entraria na revolução; no Paraná, pelo general Nelson de Mello, que também participava de alguma coordenação em São Paulo; no comando do nordeste, estava o general Justino, que antes de assumi-lo, em janeiro de 1964, prometera que entraria no movimento se o marechal Denys dele participasse<sup>1110</sup>; na Bahia, estava o general Mendes Pereira, comandando a 6ª região militar, que também estava firme para participar da revolução<sup>1111</sup>.

Bayma Denys apresenta em seu relato uma versão parecida com a de Guedes no que tange a indecisão de Mourão em iniciar o movimento. De acordo com o mesmo, a rebelião militar só aconteceu naquele momento em função de Guedes e Denys criarem um fato consumado, que foi a deflagração da revolta ainda no dia 30 de março, quando o 12º RI, sediado em Belo Horizonte e comandado pelo coronel Dióscoro do Valle

<sup>1108</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. pag. 361.

<sup>1109</sup> Apud. SILVA, 1975. Op cit. pag. 348.

<sup>1110</sup> Essa Versão não é confirmada pelo próprio Justino em seu livro de memórias, ver: BASTOS, 1965, op. cit.

<sup>1111</sup> Entrevista com Rubens Bayma Denys, In: MOTTA, 2003 (a). Op cit. pag. 168.

entrou em ordem de marcha a partir de uma determinação do general Guedes<sup>1112</sup>. Polêmicas à parte é certo que Mourão solicitou a Magalhães um manifesto assinado pelo mesmo com uma frase que exigisse claramente a renúncia ou deposição de Jango, o texto deste manifesto, como veremos foi mais um motivo de atrito entre os golpistas mineiros <sup>1113</sup>. Terminada a Reunião, e pouco depois do retorno de Magalhães a Belo Horizonte, chega de São Paulo o coronel Everaldo<sup>1114</sup>, enviado de Mourão para parlamentar com Krueel. O Emissário mineiro não obteve a adesão do Comandante do II Exército (provavelmente por não confiar em Mourão) <sup>1115</sup>. Everaldo deu a notícia da não adesão do Comandante do II Exército para todos os principais oficiais mineiros. Mourão fez ilações sobre o comprometimento de Krueel com Goulart. Guedes, de outro lado, percebeu que a adesão deste oficial iria depender dos desdobramentos do levante. Diante de uma frase do coronel Everaldo: “Krueel é contra nós”, Guedes teria respondido:

Não (...) Se fosse essa a sua convicção teria prendido você imediatamente e tomado as providências decorrentes. Não havia nenhum compromisso dele para com Mourão. Vamos interpretar sua atitude mais de acordo com o que aconteceu. Podemos admitir Krueel cinquenta por cento. Acho essa avaliação mais próxima da realidade<sup>1116</sup>.

O Aeroporto de Juiz de Fora era um local movimentado, apresentando grande risco de que a notícia da reunião poderia chegar aos aliados de Jango, o que realmente aconteceu, mas sem qualquer efeito. De acordo com Mário Magalhães, a reunião dos golpistas neste lugar foi informada aos dirigentes do PCB por um de seus militantes que estava presente ao aeroporto. Severino Teodoro de Mello, piloto e membro do Comitê Central<sup>1117</sup>, ouviu o comentário de alguns deles sobre o ataque que se avizinhava e

---

<sup>1112</sup> Ibid. pag. 169.

<sup>1113</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. Pag. 229.

<sup>1114</sup> Não foi possível identificar o nome completo deste oficial, Pois nem Mourão, nem Guedes, fornecem o nome completo.

<sup>1115</sup> Mourão, 1978. Op cit. pag. 363.

<sup>1116</sup> GUEDES, 1979. Op cit. pag.186.

<sup>1117</sup> Segundo Paulo Ribeiro da Cunha, o PCB tinha um grupo organizado dentro das Forças Armadas, o “Antimil”. Criado pelo central do PCB em 1929, coordenado por inicialmente por Almir Guimarães e em seguida por Giocondo Dias, grupo teria como objetivo “atuar junto aos militares com objetivo de desenvolver ações armadas localizadas ou insurrecionais, ou seja, para atuar como braço armado do PCB”; CUNHA, 2004. Op cit. Pag. 37. Além disto, estava entre as metas do grupo combater e neutralizar os oficiais anticomunistas. Segundo o autor, o Antimil chegou a atrair entre 5% e 10% dos oficiais da corrente nacionalista, entre praças e oficiais. O sua maior influência era no Exército, de onde Vinha Sodré, mas na Marinha, onde o grupo publicava o Jornal Bandeira Vermelha, chegou a contar com em torno de trezentos oficiais. Na aeronáutica, tinha também oficiais importantes, como o Brigadeiro Teixeira, por exemplo. No pós-golpe, praticamente todos foram cassados pelos novos “donos do poder”.

informou o setor militar do partido. Mas os dirigentes comunistas não se preocuparam com a informação, nem a Comissão Executiva, nem os quadros intermediários foram alertados”<sup>1118</sup>.

Após a reunião, o então capitão Bayma Denys recebeu por intermédio de seu cunhado, tenente Gustavo Manoel Fernandes Júlio, instruções de seu pai para contatar Castelo Branco e Costa e Silva e informá-los da iminente deflagração do Movimento. Não conseguiu falar pessoalmente com o primeiro, apenas conseguiu enviar as informações a este por intermédio de um capitão relacionado a ele (Capitão Telesca). Conforme seu relato, o referido capitão levou a chefe do EME as informações. No retorno de sua missão não trouxe informações seguras da adesão deste general. Em seguida, Bayma procurou Costa e Silva. Com este pôde conversar diretamente, em sua casa, na cidade do Rio de Janeiro, mas a recepção do referido general também não foi das mais satisfatórias, naquele momento. Costa e Silva teria se mostrado cético em relação às possibilidades de sucesso do movimento, visto o “dispositivo militar” de João Goulart, controlar todos os principais comandos, e mais uma vez demonstrou as suas já conhecidas reservas em relação ao General Olympio Mourão Filho: “O Mourão é um conspirador de alto-falante na boca, ninguém acredita nele, não vai sair nada”<sup>1119</sup>. Alguns comandantes militares foram sondados, entre eles, o comandante do IV Exército, general Joaquim Justino Alves Bastos. A adesão formal deste à rebelião se deu no último sábado antes da mesma. De acordo com o então coronel Antonio Bandeira, o comandante do IV Exército recebeu a visita do coronel Fernando Menescal Vilar ligado a Castelo Branco e também ao grupo de coronéis conspiradores do IV Exército. Estes últimos não participaram da reunião com o comandante com seu superior hierárquico. Por uma questão de segurança, evitaram que este general conhecesse os integrantes da conspiração em sua unidade antes que ele mesmo tivesse aderido. De acordo com o depoimento de Antônio Bandeira:

Entrou apenas em sua casa o coronel Menescal, e nós ficamos na Faculdade de Direito, aguardando um sinal, a senha, que seria levantar o braço direito para que nós comparecêssemos caso ele aderisse. Quando ele deu a palavra sim ao coronel Fernando Menescal, nós então passamos para a sua residência, e aí foi selada a sua adesão ao movimento<sup>1120</sup>.

---

<sup>1118</sup> MAGALHÃES, 2012. Op cit. pag. 304

<sup>1119</sup> Entrevista com Rubens Bayma Denys, In: MOTTA, 2003 (a), Op cit. pag.173.

<sup>1120</sup> Entrevista com Antonio Bandeira, in: D’Araújo, Soares & Castro, 1994, Op cit. pag. 223.

Tão logo a participação de Justino foi confirmada, a operacionalização da rebelião na região do IV Exército começou a ser feita. De acordo com o então tenente coronel Hélio Ibiapina<sup>1121</sup>, o general Justino foi o primeiro a se comprometer com o levante de forma escrita. Ao receber de Castelo Branco um documento dando informação de que o levante provavelmente ocorreria no dia 2 de abril, Justino responde com outro documento que segundo as memórias de Ibiapina teria aproximadamente o seguinte conteúdo:

1. De pleno acordo.
2. O IV Exército não tem condições de iniciar as operações (...).
3. O IV Exército não poderá operar ao sul da Bahia (...).
4. O IV Exército deverá ter liberdade de ação<sup>1122</sup>.

O último item de acordo com o entrevistado tinha o objetivo de afirmar a autonomia para seu Estado-Maior destituir ou não os governos de estado da região. E de fato, o comandante do IV Exército destituiu os governadores Petrônio Portela, Seixas Dória e Miguel Arraes, dos estados de Piauí, Sergipe e Pernambuco, respectivamente, e obrigou o governador Virgílio Távora, do Ceará, a se posicionar a favor do golpe e ainda impediu que alguns militares de sua jurisdição mais exaltados com o movimento depusessem o governador da Bahia, que era de confiança de Justino<sup>1123</sup>.

O magistrado Antônio Neder viajou de Minas ao Rio para dar informações aos oficiais da Marinha sobre os preparativos. Na versão de Guedes, a apreensão entre estes era grande, “por lhes faltar condições de penetrarem em seus navios”<sup>1124</sup>. O Clube Naval, que estava ocupado por oficiais da Marinha desde o início da crise da Rebelião dos Marinheiros e não estava conseguindo fazer muita coisa em função da atuação enérgica de Paulo Mário, funcionou como central de informações entre os conspiradores. O Almirante Mello Batista mantinha contato direto com Castelo Branco. Silvio Heck organizou seu próprio QG no qual, além de oficiais da Marinha também contava com assessores civis<sup>1125</sup> e mantinha contatos constantes com Radmaker, Levy Reis e outros. Oficiais do Corpo da Armada e dos Fuzileiros faziam contato com os embarcados. O Ministério da Marinha foi interdito por Paulo Mário, dificultando o

---

<sup>1121</sup>, doravante identificada a partir de agora pela Sigla “HIL, 2003”.

<sup>1122</sup> Entrevista com Hélio Ibiapina Lima o Projeto História Oral do Exército, IN: MOTTA, 2003 (b). Op cit. pag. 185.

<sup>1123</sup> Idem.

<sup>1124</sup> GUEDES, 1979. Op cit. pag.193.

<sup>1125</sup> O Almirante Heck, segundo Dreifuss, era um dos oficiais diretamente articulado com IPES, DREIFUSS, 1981. Op cit. Pag. 261.

trabalho de articulação dos golpistas que tinham assim reduzidas as suas possibilidades de comunicação.

No dia 29, em Pernambuco, o general Justino afirma ter recebido uma ligação do Rio de Janeiro, do Coronel Dário Gomes de Araújo. A conversa em linguagem cifrada era a seguinte: “General, aquele pretendente com quem o senhor se encontrou em minha casa, informa que comprará seu apartamento”, (em fevereiro, Justino tinha se encontrado com Denys na residência deste coronel). O general entendeu o recado e perguntou: “Pagará bem?”, ao que o primeiro respondeu: “Sim, senhor, à vista, porém nunca antes de 4ª feira” <sup>1126</sup>. Esta ligação tem grandes probabilidades de não ter acontecido da maneira como narrada pelo então comandante do IV Exército. Visto que conforme várias fontes, Denys havia se reunido em Juiz de Fora juntamente a outros conspiradores no dia 28, um dia antes, portanto, e já sabia que o movimento sairia antes da data apontada por Justino. Ocorre que o comandante o IV Exército foi um dos oficiais que aguardaram até o último momento para se definirem, embora seu comando se situasse numa região para onde eram mandados os opositores e por essa razão, estava cercado de oficiais descontentes. Suas ações tomadas a partir de 30 de março até a manhã do dia 1º de abril foram em grande medida as mesmas que já tinha alinhavado com o Ministro da Guerra e, se o movimento fracassasse, poderia alegar que estava agindo conforme determinação do chefe do “dispositivo militar” do governo. Sua declaração a favor do golpe só aconteceu depois do fato praticamente consumado, a deposição dos governadores também só ocorreu depois disso. No entanto, após o golpe, precisou encontrar meios de demonstrar que desde o início o estava apoiando. As principais medidas tomadas no IV Exército foram de repressão aos movimentos populares. No dia 29, Justino utilizou o 20º Batalhão de Caçadores para impedir comício em Maceió, nos dias seguintes, várias lideranças sindicais e camponesas tiveram ordem de prisões decretadas. A residência oficial de Arraes passou a ser vigiada desde o dia 29<sup>1127</sup>. Mas nenhuma ação que pudesse ser inequivocamente interpretada como de adesão foi tomada antes de a situação estar claramente definida.

No Rio, no dia 30, assim que estava anunciado o início do golpe em Minas Gerais, Cordeiro de Farias, decidiu viajar para São Paulo a fim de iniciar preparativos para “autorizar” o levante: “Diante do quadro, senti que deveria viajar a São Paulo para

---

<sup>1126</sup> BASTOS, 1965. Op cit. pag.352.

<sup>1127</sup> Ibid. pag. 352.

autorizar o levante, após a iniciativa mineira. Isso ocorreu na manhã do dia 30”<sup>1128</sup>. Cordeiro passou a noite de 30 para 31 no apartamento do General Agostinho<sup>1129</sup>, um de seus contatos em São Paulo. Não encontramos menção em qualquer dos conspiradores que a ida à capital paulista por parte deste oficial tenha sido decisiva para a adesão do II Exército, nem de que este tinha influência o suficiente para rebelar aquela região à revelia de Kruel. Cordeiro também não dá mais detalhes sobre estas questões em seu depoimento. Não temos como saber o que foi articulado entre este e o General Agostinho, mas de manhã bem cedo viajou para Minas Gerais ao encontro de Magalhães Pinto. Em seu depoimento, Cordeiro insiste em se colocar como o “líder” da rebelião na região do II Exército: “Do próprio gabinete de Magalhães, telefonei para Ademar em São Paulo, autorizando o levante das forças paulistas”<sup>1130</sup>.

Em Resende, o grupo da AMAN já acompanhava atentamente os desdobramentos da crise militar do mês de março. Quando as tropas de Minas Gerais deram início à rebelião, já estavam todos de prontidão. No dia 30 de Março, antes que se iniciasse qualquer movimento, o general Médici divulgou para seus comandados a Nota Especial nº 1\64, na qual anunciava estar vivendo o país “dias intranquilos” alertava o conjunto da escola para possíveis acontecimentos nos quais a escola estaria a serviço da “manutenção dos princípios basilares da subordinação hierárquica e da disciplina”<sup>1131</sup> Em linhas gerais, a nota era muito obscura e deixava margem tanto para aderir a um possível movimento como para vir a se opor a este em função da obediência à hierarquia. Havia ainda por parte de todos, apreensões a respeito da possível força do governo, por meio de seu “dispositivo militar”.

Em meio às maquinações para o Golpe, aconteceu no Rio de Janeiro a solenidade de comemoração de 40 anos da Associação dos Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro. É muito comum por parte de analistas de todas as opiniões apontarem também o comparecimento de Goulart a este evento como um dos momentos decisivos para o desencadeamento do golpe<sup>1132</sup>. Os conspiradores aproveitaram a valiosa ajuda da imprensa para explorar o comparecimento de Goulart ao Automóvel Clube. Desta forma, a solenidade que ocorreu no dia 30 de março pôde, na maioria das interpretações que atribuem a este mês peso decisivo para o golpe, ser somada ao

---

<sup>1128</sup> CAMARGO E GÓES, 1981. Op cit. pag. 558.

<sup>1129</sup> General da Reserva articulado com o IPES, DREIFUS, 1981. Op cit. pag. 361.

<sup>1130</sup> CAMARGO E GÓES, 1981. Op cit. pag. 560.

<sup>1131</sup> A referida instrução encontra-se anexa à entrevista de Antonio Jorge Correa, IN: MOTTA, 2003 (a), op. cit. pag.35.

<sup>1132</sup> Ver a este respeito a discussão historiográfica feita sobre este tema no capítulo 2.

Comício da Central do Brasil e à Rebelião dos Marinheiros. Com efeito, o “Jornal do Brasil” noticiou o acontecimento em sua primeira página no dia 31. Sob o título “Reincidência”, este veículo de comunicação emitiu clara opinião de que o discurso de Goulart e também a Rebelião dos Marinheiros estavam associados à opção do presidente por promover a “indisciplina nas Forças Armadas” e já indicava nas entrelinhas que se iniciava a rebelião em Minas:

O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. (...) Não há autoridade fora da lei, e os apelos feitos ontem à coesão e à unidade dos sargentos e suboficiais em favor daquele que, no dizer do próprio, sempre esteve ao lado dos sargentos, demonstra que a autoridade presidencial busca o amparo físico para suprir a carência de amparo legal. (...) Já a oportunidade da presença constitui-se numa tomada de posição em favor dos marinheiros e fuzileiros sublevados na Rua Ana Néri e logo libertados pela complacente conivência presidencial com a indisciplina (...) Ontem, à noite, o País assistiu à defesa de nova ordem disciplinar pelo Presidente da República. A pretexto de respeito recíproco entre comandados e comandantes – respeito que nunca faltou no Brasil democrático, o Presidente da República deseja implantar, dentro dos quartéis, navios e aviões, a igualdade política de decisão entre comandantes e comandados. Esse conceito anti-hierárquico, e atentatório da própria legalidade fundada na disciplina e na hierarquia do comando político-militar, foi consagrado pela defesa facciosa que Presidente da República fez dos insubordinados. (...) A disciplina facciosa não vingará no Brasil, que já protesta em Minas Gerais unido contra ela. Não vingará nem mesmo sob o manto protetor de um reformismo demagógico e insincero<sup>1133</sup>.

Mas a verdade é que àquela altura o movimento já estava em fase de desencadeamento. Afirmar que um discurso anticomunista de Goulart poderia sustar o movimento só faria sentido se aceitos sem ressalvas o calendário oficial do golpe, entendendo que este começou no dia 31 de março. Mas as ações para o desencadeamento da rebelião já estavam sendo executadas desde, pelo menos, o dia 28. As tropas já estavam no dia 30 armadas e de prontidão, de modo que nos parece muito remota a possibilidade que desistissem de seu intento fosse qual fosse o comportamento de Goulart.

Apesar do momento conjunturalmente desfavorável, devido às repercussões negativas da Rebelião dos Marinheiros, as forças do governo não levaram a sério as

---

<sup>1133</sup> *Jornal do Brasil*, 31/03/1964: 1.

informações que receberam sobre a rebelião que estava prestes a ser desencadeada. O comandante da Polícia do Exército foi procurado no dia 30 pelo jornalista David Nasser que lhe assegurou que as tropas mineiras estavam para iniciar um levante a qualquer momento. O coronel Domingos Ventura não acreditou na informação, mas mesmo assim resolveu conferir por segurança. Ligou imediatamente para o subcomandante do 11º RI, Belo Horizonte, Tenente-Coronel Artur Américo dos Santos para solicitar informações. Este oficial, que estava envolvido no levante, “pôde desmentir a notícia sem constrangimento”<sup>1134</sup>. Por segurança, o comandante da Polícia do Exército ainda determinou ao coronel Oliveira que ligasse diretamente para Guedes. Entre meio dia e uma hora, Guedes recebeu a chamada procedente do QG do I Exército. Seu interlocutor se identificou como coronel Oliveira, amigo do coronel Ventura (também amigo e conterrâneo de Guedes). O citado coronel Oliveira teria solicitado informações sobre os Boatos de sublevação. Guedes desmentiu, e conforme seu depoimento, o coronel também acreditou nele, de acordo com o texto, assim transcorreu a conversa:

\_ Sou o Coronel Oliveira e falo a mando do Domingos da “santa terrinha”. Aqui estão correndo muitos boatos a respeito da situação em Minas, e ele me disse para chamá-lo, porque o senhor esclareceria o que houvesse.

Mais uma vez não quis faltar com a verdade. Respondi:

\_ Boatos aí? Acho que isso faz parte de algum plano, porque em Belo Horizonte está cheia deles; olha, um é do falecimento de meu amigo Âncora; outro, da renúncia do Presidente; tantos sobre a Marinha e tão disparatados que nem vou repetir.

\_ Nada, nada. O General Está Muito bem, e a situação no Rio é inteiramente normal e tranquila. Muito obrigado pelas notícias. O Domingos manda um abraço<sup>1135</sup>.

Como Guedes confirmou a informação da noite anterior, o Coronel Domingos nada fez. Ainda no dia 30, o General Moraes Âncora se reuniu com os principais generais responsáveis pela defesa do presidente. Este encontro foi noticiado pelo Jornal do Brasil no dia 31, em sua página 3, com o seguinte título: “Âncora reúne comandos para examinar a situação nacional e na Marinha”. Participaram da reunião além de Âncora, os generais Ladário Teles, Oromar Osório, Antônio Henrique de Almeida Morais, Cunha Melo, Anfrísio da Rocha Lima, Luna Pedrosa, João Costa, Idálio Sardemberg e o General Bontempo, representando Jair Dantas, a reportagem era a seguinte:

---

<sup>1134</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 218.

<sup>1135</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 217.

Debaixo de rigoroso sigilo, o Comandante do I Exército, General Armando de Moraes Âncora, reuniu ontem à tarde, no Gabinete do Ministro da Guerra, todos os Generais sob as suas ordens, para um amplo debate sobre a situação nacional e, em particular, sobre a crise na Marinha. O encontro durou cerca de uma hora, e os generais, embora considerassem que a crise se restringe à Armada, não esconderam o temor de que ela poderá evoluir para outras áreas. Ao fim da reunião, um dos participantes sugeriu que fosse divulgada uma nota oficial. Porém, a opinião da maioria foi no sentido de que qualquer pronunciamento do Ministério da Guerra poderia criar novas implicações, o que significaria “colocar mais lenha na fogueira num momento em que todos os esforços do Governo convergem para a superação definitiva da crise”<sup>1136</sup>.

Na mesma página, um Box, com o título: “Castelo fica” dava notícia de que logo após a reunião, Âncora solicitou a presença de Castelo Branco para uma audiência privada, da qual não temos como saber o que se conversou. O que é certo que ainda neste dia, Castelo Branco permaneceu na sua função.

Por volta das 10 horas da manhã do dia 30 aconteceu reunião em Belo Horizonte com a presença de todos os secretários do governo de Minas Gerais, Milton Campos, José Maria Alkmin, os comandantes da PMMG José Geraldo, Barsante, também o empresário Osvaldo Pieruccetti, entre Outros, Magalhães Pinto e o governador do Paraná Ney Braga, “a sala estava repleta”<sup>1137</sup>. Aproveitando-se da presença do governador paranaense, o general Guedes aproveitou para perguntar sobre a disposição da guarnição federal daquele estado. Ney Braga não se sentiu muito seguro em responder: “Não posso informar. O general que está atualmente no comando é muito reservado”. O general mineiro quis saber de quem se tratava: “É o Silvino”? Ao que respondeu o governador: “Não, o general Silvino está no Rio, em férias; no comando da região está o general Dário Coelho”<sup>1138</sup>. Ao ouvir este nome, Guedes tranquilizou o político golpista: “Então não haverá problemas”<sup>1139</sup>. Logo em seguida, o general pediu a Osvaldo Pieruccetti uma folha de papel para escrever uma carta a Dário, a qual teria como portador o próprio governador. O papel no qual foi escrita essa carta tinha o timbre do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Nesta mesma reunião, Milton Campos apresentou o manifesto que escreveu para proclamar o início do golpe. Guedes sugeriu uma frase no final para torná-lo mais incisivo provavelmente já antevendo as reações negativas de Mourão: “e Minas se empenhará com todas as suas forças e todas

---

<sup>1136</sup> *Jornal do Brasil*, 31/03/1964, pag. 3.

<sup>1137</sup> GUEDES, 1979. Op cit. pag. 195.

<sup>1138</sup> *Idem*.

<sup>1139</sup> *Ibid*, pag. 196.

as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora”<sup>1140</sup>. A Reunião acabou às 13h30min. Logo após o seu final, Guedes recebeu do Coronel José Geraldo a notícia de que a PMMG já estava pronta para a ação.

Por volta das 14 horas, se iniciaram os preparativos para a rebelião em Minas. Pelo relato de Guedes, foi neste momento que reuniu seus oficiais e assumiu estar Minas rebelada. Para construir rede de comunicações, Lima Neto cortou várias linhas e as colocou à disposição dos golpistas para agilizar as articulações<sup>1141</sup>. Ainda conforme a versão do general mineiro, a 4ª Infantaria Divisionária, da qual era comandante possuía apenas oito oficiais, ligou para vários oficiais de outras unidades, a maioria aderiu prontamente e constituiu seu Estado-Maior com quatorze oficiais<sup>1142</sup>. Guedes também ligou para Mourão informando que Magalhães já enviara seu manifesto à imprensa por volta das 16 horas. Houve neste momento um desentendimento entre os dois generais em função do texto escrito por Magalhães, o qual Mourão considerava moderado. Mais tarde, o próprio governador mineiro tentou acalmar o general descontente por telefone. Não o conseguindo enviou José Maria Alkmim e Monteiro de Castro para parlamentar diretamente com ele. A se crer na versão de Guedes, chegou-se a cogitar a hipótese de substituir Mourão. Diante da oferta de cooperação de dois generais reformados: Franklin Rodrigues de Moraes<sup>1143</sup> e Osvaldo Soares Lopes. Decidiu mandá-los para Juiz de Fora. Segundo seu depoimento, os incumbiu de assumir o comando no caso de Mourão desistir<sup>1144</sup>.

Logo após o discurso de Goulart no Automóvel Clube, José Maria Alkmim e Monteiro de Castro chegaram à casa de Mourão trazendo o manifesto de Magalhães Pinto<sup>1145</sup>. Mourão se irritou novamente ao ler o manifesto e berrou asperamente com os visitantes, que se retiram de sua residência levando o texto do manifesto. Neste momento, iniciou a redação de seu manifesto. Logo em seguida, se reuniu com os comandantes das unidades de Juiz de Fora e da PM e os informou de sua decisão de iniciar o levante. E ato contínuo, pegou o telefone e comunicou a várias pessoas da rebelião que se iniciaria em poucas horas.

---

<sup>1140</sup> Ibid, pag.198.

<sup>1141</sup> Ibid, pag. 202.

<sup>1142</sup> Ibid. pag. 203.

<sup>1143</sup> Esse oficial foi transferido para a reserva após ter sido preterido em promoção a general de Exército em 1962, como mencionado em capítulo anterior. Ver nos anexos, relação de generais entre os anos de 1961 e 1963.

<sup>1144</sup> Ibid. pag. 205.

<sup>1145</sup> MELLO, 1979. Op cit. pag.119.

Mourão ligou para Portella pedindo para que contatasse Costa e Silva, segundo Portella, teria dito: “Diga-lhe que coloquei a procissão na rua”<sup>1146</sup>. Logo em seguida ligou para o deputado Armando Falcão, para os generais Antônio Carlos Muricy e Ulhoa Cintra, para o general da reserva José Varonil Albuquerque Lima e para o Dr. José Paranhos do Rio Branco. Este último deveria avisar ao governador de São Paulo Ademar de Barros e aos Generais Sebastião Dalísio Menna Barreto e Ramiro Gorreta Júnior, ambos do II Exército<sup>1147</sup>. Na versão de Mourão os contatados foram: Silvio Heck, Armando Falcão, General Varonil, Coronel Jayme Portella, Coronel Ramiro Gonçalves, Dr. José Paranhos e Guedes. A Silvio Heck, Portella e Ramiro: que fossem para Minas, (fato desmentido por Portella), a Armando Falcão para que avisasse Lacerda. Em aparente contradição, uma linha abaixo atribui a Heck a missão de “tomar suas providências na Marinha”. A José Paranhos para que avisasse Ademar de Barros, ao Coronel Cid Osório e aos Generais Menna Barreto e Ramiro Correa. Ao Varonil para que providenciasse segurança para sua mulher e que mobilizasse oficiais (de coronel para baixo) para o golpe. Ao Guedes para que mandasse o 10ª RI para Juiz de Fora, e que depusesse Magalhães Pinto, caso este vacilasse<sup>1148</sup>. Guedes confirma essa versão<sup>1149</sup>.

Em torno das 7 horas, Mourão chega ao QG e consegue adesão do Coronel Baptista<sup>1150</sup>. Neste ponto existe mais um conflito de versões. De acordo com Bayma Denys, na manhã de 31 de março de 1964, o marechal Denys foi chamado pelo Juiz Neder, amigo pessoal de Mourão, a comparecer com urgência ao Quartel-General da 4ª Região Militar a fim de ajudar general mineiro a convencer seus comandados a aderir ao movimento rebelde. Segundo o entrevistado, os oficiais da citada unidade ameaçavam prender seu comandante. Após a visita de Denys, os oficiais e praças teriam concordado em iniciar o levante. As razões para os oficiais não aceitarem partir sob o comando de Mourão e somente após a chegada de Denys, de acordo com Bayma, foram duas; em primeiro porque o coronel João Baptista da Costa teria sido posto naquele comando exatamente para “vigiar Mourão” e por isso Mourão não tinha feito um trabalho de aliciamento naquela unidade que lhe possibilitasse dar voz de comando a uma sublevação. A segunda razão é de ordem subjetiva, embora verossímil. Ocorria que o

---

<sup>1146</sup> Idem.

<sup>1147</sup> Idem.

<sup>1148</sup> MOURÃO,1978. Op cit. pag. 372.

<sup>1149</sup> GUEDES,1979. Op cit. pag.212.

<sup>1150</sup> MOURÃO FILHO, 1978. Op cit. pag.374.

coronel João Baptista da Costa tinha servido por três anos no Regimento de Cavalaria de Guardas sob o comando de Denys, então comandante do I Exército, e essa convivência possibilitou, no momento decisivo, a articulação e o diálogo entre os dois oficiais, especialmente depois de Denys informar a respeito das supostas articulações já existentes com outras guarnições importantes, revelando assim que a rebelião não era uma aventura inconsequente<sup>1151</sup>. No diário de Mourão, por outro lado, não existe qualquer referência à indecisão do coronel Baptista em aderir ao movimento. Muito pelo contrário, ao falar sobre Batista e sua aceitação ao levante, assim se refere:

O outro episódio que me comoveu foi a adesão instantânea do Cel. João Baptista da Costa. (...) na reunião de oficiais do QG, quando lhes disse que havia revoltado a 4ª RM e 4ªDI contra os desmandos do governo, João Baptista da Costa, cavalariano valente e decidido, deu um passo à frente e se declarou solidário comigo, sob a condição de não ser a revolução destinada a instaurar uma ditadura no país<sup>1152</sup>.

Apesar da sensível diferença entre uma versão e outra, o que transparece é que até o momento do golpe, o coronel Baptista não fazia parte de nenhuma organização para o golpe, sinal de que nem os golpistas tinham um controle completo de suas forças, e, sobretudo, de que o dispositivo não havia preparado nem este comandante e nem tantos outros para resistir a um aliciamento mesmo que tão em cima da hora. De outro lado, pelo menos pelo testemunho de Mourão, o coronel Baptista, assim como tantos outros, não tinha dimensão das repercussões de sua ação, aceitou em princípio apenas depor Jango e nada mais. É de se perguntar se Baptista teria aderido tão rapidamente se não fosse o estado de espírito negativo entre as tropas devido aos acontecimentos do mês de março (que afinal tiveram seu impacto). Ou ainda se este coronel teria a mesma postura se, antes de Mourão ou Denys, o ministro da Guerra, o chefe da Casa Civil ou o comandante do I Exército o tivessem contatado. Pouco depois o Comandante da Base Aérea de Belo Horizonte, Coronel-Aviador Afrânio Aguiar aderiu ao Movimento, foi a primeira unidade da FAB a aderir abertamente à subversão. Aderiram também as unidades de Pouso Alegre e São João Del Rei<sup>1153</sup>. O Coronel Calvão, comandante do 10º Regimento de Cavalaria, não apoiou o levante. Mourão lhe deu férias e ele foi para casa. Nas palavras de Mourão:

---

<sup>1151</sup> Entrevista com Rubens Bayma Denys, in: MOTTA, 2003 (a). Op cit.

<sup>1152</sup> MOURÃO, 1978. Pag. 313,4.

<sup>1153</sup> Ibid. pag. 373.

Voltei ai QG e daí a pouco este Cel. Entrava no meu Gabinete, dizendo que conseguira falar com o Rio e que o Gen. Jair não estava na Revolução e que ele desistia. Respondi-lhe com a máxima tranquilidade: “Está bem”. Mandeí o Ten. Cel. Everaldo assumir o comando do R.I. O Calvão pediu férias!! Chamei o Baptista e mandei por no Boletim suas Férias<sup>1154</sup>.

Se Calvão ligou, o “dispositivo militar” tinha mais uma fonte de informação que não levou em conta pelo menos neste primeiro momento. Além de Calvão, mais dois coronéis não aderiram: Rosbery Barroso Seccadio e Roberto Neves. Mourão também não os prendeu, mandou-os para suas casas e recomendou-lhes que não tentassem interferir para sabotar a insurreição<sup>1155</sup>.

Ainda em Minas Gerais no dia 31, Guedes foi procurado por uma comissão de industriais, nas palavras de Guedes: “elementos que, de há muito vinham colaborando comigo”<sup>1156</sup>. Ofereceram ao general de Belo Horizonte 50 milhões de cruzeiros<sup>1157</sup> para as despesas iniciais do levante, se comprometendo a fornecer mais dinheiro, se necessário. Guedes aceitou a oferta, em sua versão, mandaria as notas fiscais ao grupo para que estes as reembolsassem. Guedes também se encontrou em apartamento de Belo Horizonte com o Vice-cônsul dos Estados Unidos, Lawrence Laser e lhe solicitou apoio material (armas munições e combustíveis). Laser se colocou à disposição<sup>1158</sup>. Ainda pela manhã, o empresário Osvaldo Pieruccetti, acompanhado do Coronel Lauro Pires de Carvalho (reserva da PMMG) e do Major Heimar de Mattos, viajaram para Vitória na condição de emissários do governo mineiro para consolidar apoio do governo capixaba ao golpe. O apoio é obtido tanto do governo como da guarnição federal ali instalada, chefiada pelo Coronel Newton Fontoura Reis.

Armando Falcão era um ativo conspirador contra o governo João Goulart, em suas memórias confessa que se mobilizou pela derrubada de Jango desde o primeiro dia de seu governo. Na qualidade de conspirador atuante, foi um dos primeiros a ser comunicado por Mourão do Golpe que então se iniciava. Semanas antes do golpe mourão lhe procurou e lhe falou abertamente de seus planos, em seguida arrematou: “Escute bem (...) eu vou partir de Juiz de Fora, brevemente. E a primeira pessoa a quem

---

<sup>1154</sup> Ibid. pag. 375.

<sup>1155</sup> Idem.

<sup>1156</sup> GUEDES, 1979. Op cit. pag. 214.

<sup>1157</sup> Na época a moeda brasileira era o Cruzeiro, implantada em 1º de novembro de 1942 e que permaneceria até 1967, quando seria substituída pelo “Cruzeiro Novo”. Ver mais a respeito na página: Moedas do Brasil; Cruzeiro, disponível in: <http://moedas-do-brasil.info/mos/view/Cruzeiro/>, acesso em 1/05/2013.

<sup>1158</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 224.

avisarei, no Rio de Janeiro, será você”. Falcão, por outro lado, não nutria muita confiança no general mineiro. Em suas palavras: “Sinceramente não acreditei. Mourão era tido e havido como um falastrão”. Mas para sua surpresa, o prometido realmente sucedeu às primeiras horas da manhã o telefone tocou, e do outro lado da linha, a voz de Mourão falava: “Olha, Armando, avise ao Dutra e ao Carlos Lacerda que eu rebeleí minha tropa e estou partindo do Rio”. Armando retrucou: “Mourão, quem lhe disse que o dia D chegou? Com quem você está articulado?” Ao que lhe teria respondido o general: “Eu estou articulado com a minha consciência. Não tenho mais tempo a perder. Até breve” <sup>1159</sup>. Falcão ligou para o Palácio da Guanabara para avisar o governador. Lacerda ligou imediatamente para São Paulo e transmitiu a notícia para Roberto de Abreu Sodré. Poucas horas depois, Sodré e o Tenente-Coronel Rubens Restel<sup>1160</sup> pegaram um avião para o Rio. De acordo com Silva, uma das incumbências de Restel era “coordenar as medidas necessárias a uma eventual destruição da Base Aérea de Santa Cruz” <sup>1161</sup>. Os dois golpistas se dirigiram ao Estado Maior das Forças Armadas, onde reinava grande efervescência em função dos acontecimentos. Se de fato houve a intenção de atacar a Base Aérea de Santa Cruz, não foram encontrados meios para esse intento. Pois conforme o próprio Silva, horas depois, Restel tomou avião de volta a São Paulo.<sup>1162</sup>

O telefonema seguinte de Falcão foi para Castelo Branco. O Chefe do EME não acreditou quando foi informado por Falcão: “A sua informação deve estar errada. Não há alteração no território de Minas Gerais”. Falcão insistiu e Castelo também: “Não, essa informação há de estar errada. Em todo o caso, vou me certificar e você liga daqui a 15 minutos”. No tempo solicitado, Armando retornou, nada na disposição de Castelo havia mudado: “Tenho uma informação vinda do governador Magalhães Pinto. Está tudo normal em Minas. Sem nenhuma novidade”. Mas meia hora depois o telefone tocou novamente, desta vez o tom foi diferente, Castelo disse: “Escute: a sua informação tem procedência. Venha para cá, por favor” <sup>1163</sup>. Em São Paulo, o telefone tocou na casa de Hermann de Moraes Barros<sup>1164</sup>. Esse conspirador civil foi quem

---

<sup>1159</sup> FALCÃO, 1989. Op cit. pag. 245.

<sup>1160</sup> Segundo o depoimento do próprio Rubens Restel ao projeto História Oral do Exército, sua patente na ocasião era de major, estava lotado no Quartel General do II Exército, in: MOTTA, 2003 (f). Op cit. pag. 95.

<sup>1161</sup> SILVA, 1975. Op cti. Pag. 413.

<sup>1162</sup> Ibid. pag. 414.

<sup>1163</sup> FALCÃO, 1989. Op cit. pag. 246.

<sup>1164</sup> Hermann de Moraes Barros vinha de uma família de políticos importantes. Sobrinho neto do ex-presidente Prudente de Moraes, Filho de A. Moraes Barros, deputado estadual pelo Partido Republicano

acionou os primeiros contatos do golpe em São Paulo. Ligou para o Coronel Cid Osório, os generais Aldévio, Saldanha da Gama e Agostinho (que tinha passado a noite com Cordeiro de Farias em sua casa e em princípio já deveria estar informado) e os conspiradores civis Jorge Saraiva, Caio Kiehl. Já pensando em organizar a ida das tropas para a Guanabara, organizam um centro de transportes numa escola na rua Avanhadava<sup>1165</sup>.

Por volta das 7 horas, Kruel foi informado do levante das tropas mineiras pelo secretário de segurança do governo do estado, foi informado também pelo General Aldévio Barbosa Lemos, e mais ou menos à mesma hora pelo General Lindolfo Ferraz e por seu irmão Riograndino (este ligou a pedido de Castelo Branco)<sup>1166</sup>. Ao primeiro, diz: “Isso não passa de uma quartelada do Sr. Mourão, não entrarei nela”<sup>1167</sup>, aos outros, mais ou menos com as mesmas palavras, disse a mesma coisa. Ao longo deste dia Magalhães Pinto também ligou várias vezes para o comandante do II Exército<sup>1168</sup>. Como já informado, Cordeiro de Farias estava no Palácio da Liberdade junto com o governador, mas não ousou pegar o telefone para “autorizar” o Comandante do II Exército a aderir. Kruel não se sentiu seguro de fazer qualquer proclamação antes que o próprio Magalhães Pinto e Ademar de Barros não fizessem as suas. Também não quis tomar posição antes de se certificar da obediência das tropas sob seu comando. Enviou emissário para os comandantes dos 5º e 6º Regimentos de Infantaria, no Vale do Paraíba, a fim de conseguir deles o compromisso de só atenderem às suas ordens<sup>1169</sup>. O Coronel Antônio Carlos de Andrada Serpa (enviado de Magalhães) chegou ainda pela manhã em São Paulo. O advogado André de Faria Pereira seguiu com Serpa para o palácio do Morumbi. Para lá seguiram também o General Agostinho Côrtes e o Coronel

---

Paulista (PRP), neto de Manuel de Moraes e Barros, senador e fundador do Partido Republicano, sobrinho de Paulo de Moraes Barros, ministro da Viação, senador e deputado federal e primo de Prudente de Moraes Filho, deputado federal (1912-1926). Em 1950 foi nomeado diretor-gerente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Também tentou a carreira política sem, contudo, lograr o mesmo sucesso que seus parentes. Em outubro de 1950 se candidatou a deputado federal pela UDN, conseguindo uma suplência. Tentou mais uma vez em 1954, também pela UDN, e obteve nova suplência. Chegou a exercer brevemente o mandato entre 23 de abril a 31 de julho de 1957 e entre 10 a 26 de março de 1958. Em meados da década de 1960, tornou-se conselheiro do Banco Itaú. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Verbetes: BARROS, Moraes. Disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 12/01/2013.

<sup>1165</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 378.

<sup>1166</sup> Ibid. Pag. 383.

<sup>1167</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 128.

<sup>1168</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 360.

<sup>1169</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 383.

Diegues. O palácio já estava protegido neste momento, embora Ademar não tivesse ainda aderido publicamente<sup>1170</sup>.

Às 9 horas da manhã, Castelo Branco tentou convencer Guedes a fazer as tropas voltarem aos quartéis. Num primeiro momento, Castelo Branco foi contra a sublevação por achá-la precipitada e sem condição de sucesso. De acordo com Luiz Paulo de Macedo, um dos motivos para que o general Castelo Branco não aderisse imediatamente ao movimento iniciado em Minas Gerais, era a desconfiança em relação ao general Mourão Filho, desconfiança partilhada por grande número de generais em função de suas atitudes pouco cautelosas e por sua participação no episódio do Plano Cohen. O então capitão Luiz Paulo Macedo de Carvalho, que em 1964 estava classificado no EME, relata a visita feita por Mourão a Castelo Branco no intuito de convidá-lo a participar do movimento que ele, Mourão estaria prestes a desencadear. O general Castelo Branco não aceitou num primeiro momento participar da sublevação, pois, além de não confiar em Mourão, não acreditava que as tropas mineiras tivessem condições de liderar uma rebelião contra o “dispositivo militar” do governo. Isso explica o motivo de num primeiro momento Castelo Branco ter recusado a proteção pessoal oferecida pelos revoltosos da ECEME, como veremos à frente, e de ainda ter tentado sem sucesso, através de uma ligação para Magalhães Pinto (na qual não foi atendido) e duas ligações para o general Guedes, sustar o movimento<sup>1171</sup>, estava com medo. A ligação de Castelo Branco para Guedes, de acordo com as palavras do último teria se dado da seguinte maneira:

\_ O que está para haver aí em Minas? O Muricy me comunicou que foi Chamado pelo Mourão, e eu lhe disse que fosse para prevenir qualquer bobagem que aquele pretendesse fazer.

\_ Não vai haver. Houve. Desde as seis horas da manhã nossas tropas se deslocaram em várias direções. Deflagramos a revolução.

\_ Mas isso é uma precipitação; vocês estão sendo precipitados; vão prejudicar tudo.

\_ Falei no tempo passado – partimos – mas, se houver alguma coisa em cogitação aí no Rio, ainda haverá tempo para uma tomada de posição. Hoje, nos deteremos na divisa com o Estado do Rio, no corte do Paraíba-Paraíbuna, na expectativa do comportamento da tropa do I Exército.

\_ Cuidado, Cuidado! Veja o que diz.

\_ Silêncio era até o desencadeamento da operação, agora nada mais temos a temer.

(...)

---

<sup>1170</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 81.

<sup>1171</sup> Entrevista com Luiz Paulo Macedo de Carvalho, In: MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 292.

\_ Bem, vou sair e avisar o pessoal<sup>1172</sup>.

Castelo Branco desligou o telefone e se pôs a fazer seus próprios contatos, ligou para várias pessoas, especialmente para Krueel, que naquele momento ainda não acreditava que um movimento liderado por Mourão pudesse ter êxito e não se dispunha a participar dele. Às 11h30min Castelo Branco ligou novamente para Guedes e aconselhou mais uma vez o recuo das tropas, e novamente obteve a mesma negativa do general Mineiro. Resolveu ligar para Magalhães, e pela derradeira vez não foi atendido<sup>1173</sup>. Vendo que seus esforços para deter o movimento eram inúteis, entrou logo em seguida em contato com Costa e Silva e os dois combinaram de se encontrar no EME. Costa e Silva se dirigiu para o prédio do Ministério do Exército de Carro, e lá se encontrou com seu colega. A eles se juntaram os generais José Horácio Garcia, Estevão Taurino e Resende, Souza Aguiar e Muniz Aragão. Um grupo de oficiais formou uma guarda para proteger Castelo Branco<sup>1174</sup>.

A notícia do movimento chegou também ao grupo ligado à Costa e Silva na mesma manhã de forma quase amadora. No dia do golpe, o então tenente coronel Araripe estranhou a movimentação de tropas em frente ao Palácio Guanabara, decidiu seguir para a casa do coronel Jayme Portella a fim de saber se algo estava acontecendo. Chegando lá foi recebido pela mulher deste oficial, e ficou sabendo por ela que o movimento tinha começado. Portella estava no apartamento em frente, falando ao telefone. Após inteirar-se da situação, propôs ao coronel conspirador que se deslocassem para outro lugar, pois naquele momento o “dispositivo militar” poderia estar em ação e os dois poderiam ser presos (mais tarde foi verificado que não havia qualquer ação do “dispositivo militar” neste sentido). Foram para o apartamento de Araripe, deste, Portella fez algumas ligações telefônicas e enviou alguns telegramas para Niterói e outras cidades para movimentar seus contatos, mas rapidamente saíram de lá também. Concluíram que o local também não era seguro, pois no mesmo prédio de Araripe moravam o famoso dirigente do PCB, Luís Carlos Prestes e sua filha, Anita Leocádia. Em seguida partiram para outro apartamento, de propriedade de Aurélio Guimarães, um civil, ligado à conspiração. O apartamento era localizado em Copacabana. Lá encontraram o General, Syseno Sarmiento ligado ao governador Carlos Lacerda –, o coronel Sarmiento, os tenentes coronéis Epitácio, Massa e outros oficiais. O

---

<sup>1172</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 215.

<sup>1173</sup> Idem.

<sup>1174</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 124.

grupo conseguiu contatar Costa e Silva por telefone e souberam pelo próprio que estava se dirigindo ao Palácio Duque de Caxias, onde já se encontrava Castelo Branco. Até aquele momento todas as ações e deslocamentos tinham sido decididos no calor dos acontecimentos, descoordenados, sem nenhum planejamento, conforme as informações surgiam. O grupo ficou muito preocupado com a possibilidade de que Costa e Silva e Castelo Branco fossem presos e desta forma a vitória do golpe ficasse muito mais difícil. Com efeito, o Palácio Duque de Caxias estava cercado por tropas leais ao governo, a prisão dos dois generais e mais uma porção de oficiais era uma ação possível e que traria um grande prejuízo aos conspiradores, mas nem Castelo Branco, nem Costa e Silva ou qualquer oficial de importância foi detido por estas tropas. De acordo com o depoimento de Araripe: “Chegaram a mandar fechar os portões e não deixar ninguém sair. Mas Castelo, Costa e Silva e os seus oficiais saíram”<sup>1175</sup>.

A mobilização para o golpe no dia 31 de março começou timidamente. Em todo o país, a ordem de prontidão foi uma constante. Esse estado de expectativa foi também de grande indefinição. Era de se esperar que as Forças Armadas adotassem uma postura de preparação para uma eventual ação, mas não estava claro na maioria das guarnições se as medidas estavam sendo tomadas para um lado ou outro.

Nas áreas onde os comandantes eram mais conservadores, uma das primeiras medidas foi a repressão aos movimentos populares. O posicionamento quanto às forças em luta veio depois. No IV Exército, conforme o depoimento de seu comandante, o estado geral das tropas era de “extrema impaciência e grande exaltação”<sup>1176</sup>. Como medida preliminar, a tropa federal em Recife entrou em prontidão. Comícios e reuniões foram proibidos, assim como passeatas greves e demais formas de manifestação. As estradas foram ocupadas, os pontos sensíveis vigiados. “estavam proibidos comícios, reuniões públicas, passeatas ou manifestações sindicais”<sup>1177</sup>. Ainda assim, os primeiros momentos foram marcados pela disposição de alguns setores organizados a reagir, em vitória do Santo Antônio (PE), “militantes das Ligas Camponesas ocuparam postos estratégicos (...) e ficaram esperando que chegassem as armas prometidas pelas lideranças mais radicais. Esperaram em vão”<sup>1178</sup>.

Em Brasília, enquanto reinava ainda indefinição, também houve preparação para o combate. Por volta das 9 horas, o Presidente do Congresso Auro de Moura

---

<sup>1175</sup> Entrevista com Luís de Alencar Araripe, in: MOTTA, 3003 (a), Op cit. pag. 222.

<sup>1176</sup> BASTOS, 1965. Op cit. Pag. 352.

<sup>1177</sup> Ibid. pag. 408.

<sup>1178</sup> MORAES, 1989. Op cit. Pag.162.

Andrade conseguiu por intermédio do Deputado Sebastião Paes de Almeida o empréstimo de seis metralhadoras e doze fuzis para providenciar segurança às instalações do Congresso Nacional. O transporte deste armamento foi feito por dois deputados goianos, que conseguiram chegar a Brasília “desviando-se das tropas do General Fico, que já começavam a guarnecer as estradas que levavam a Goiânia e Minas Gerais” <sup>1179</sup>. Ao mesmo tempo, o Presidente do Congresso usou de sua força institucional para pressionar o comandante da Guarnição de Brasília. Auro convocou o General Fico para uma reunião, por medida de segurança, também foram convidadas várias autoridades para servirem de testemunhas. Eram estas pessoas: o Arcebispo de Brasília Dom José Newton, o Presidente do Supremo Tribunal Federal Ribeiro da Costa e os deputados Padre Antônio de Oliveira Godinho, Nelson Carneiro e Henrique de La Rocque, além do Senador Calazans. Assim que Fico penetrou no ambiente, Auro se colocou como a maior autoridade constitucional em Brasília, condição que determinaria a obediência do general à sua pessoa, dirigiu-se a Fico em tom enérgico. Segundo suas memórias, a primeira pergunta que fez ao Comandante da Guarnição de Brasília é se este se maninha fiel à constituição. A suposta resposta de Fico transparece a resistência que até aquele momento poderia ter em relação às manobras golpistas: “Com a constituição do Congresso ou com a constituição do Presidente” <sup>1180</sup>. Não podemos ter certeza de que esta foi realmente a resposta de Fico, pois é artifício muito comum nestas memórias que o autor floreie as palavras para dar mais contundência ao papel por ele desempenhado. As palavras de Auro diante de tal resposta teriam sido realmente muito tonitruantes: “Com a constituição do Brasil, que o Congresso em nome do povo votou e que o senhor, em nome de sua honra jurou respeitar” <sup>1181</sup>. O presidente do Congresso usou sua posição para ordenar a Fico que providencie a defesa do Congresso e dos pontos sensíveis da capital, inclusive contra a aglomeração de sindicalistas nas imediações da rodoviária, dos quais se temia a ocupação do congresso. Fico não deixou claro se iria atender ou não às pretensas ordens do Presidente do Congresso, teria respondido apenas que: “Vou providenciar depois de ouvir o Ministro” <sup>1182</sup>. Não sendo possível saber quais foram as palavras trocadas entre o general e o senador, o que é certo é que até este momento, a “ordem” de Auro era a única instrução concreta que Fico tinha recebido de uma autoridade da República. Pelas atitudes já tomadas

---

<sup>1179</sup> ANDRADE, 1985. Op cit. Pag. 235.

<sup>1180</sup> ANDRADE, 1985. Op cit. Pag. 240.

<sup>1181</sup> Idem.

<sup>1182</sup> Ibid. pag. 241.

espontaneamente por este general, é presumível que neste momento estivesse à disposição do governo para tomar as medidas necessárias na Capital Federal. Mas o governo demorou muito tempo para tomar qualquer definição. Auro e todos os que estavam mobilizados para a derrubada de Goulart aproveitaram como puderam essa indecisão das forças da situação.

A escola de Sargentos das Armas (EsSA), em Três Corações, no estado de Minas Gerais, sob o comando do Coronel Gilberto Peçanha recusou-se a aderir. O Coronel Baptista tentou, sem sucesso obter a adesão deste comandante, mas este preferiu se manter neutro<sup>1183</sup>. Conforme o Relato de Agnaldo Del Nero Augusto<sup>1184</sup> então capitão e instrutor da EsSa neste momento, a posição de neutralidade do comandante da unidade era esperada. Em seu depoimento, Augusto revela que conforme a situação de radicalidade política evoluía ao longo do início de 1964, esse comandante mais se esforçava para manter distância dos acontecimentos:

A partir de 1964, passou a não falar mais e começou a irritar-se com qualquer conversa que acontecia no café da manhã, entre os oficiais que faziam o desjejum na Escola, onde ele também fazia sua primeira refeição. Começou a irritar-se e, até, a tratar mal o elemento que abordasse qualquer assunto político<sup>1185</sup>.

Ainda consoante ao relato deste oficial, o interesse na breve promoção à general pode ter influenciado a atitude do comandante, que nos meses anteriores ao golpe, restringiu ao máximo os meios de articulação política entre os oficiais e os subordinados:

Fazíamos reuniões secretas e tínhamos escalado alguns elementos para conversar com uma meia dúzia de oficiais, nem isso, que constituíam o staff de Comandante, mas eles não abriram essa oportunidade ou fomos infelizes, o certo é que não conseguimos conversar. De certa forma, estávamos fora da Revolução, porque o General Mourão havia passado na EsSa e Comandante tinha se declarado contra a Revolução. O Comandante, além de todos esses aspectos que citei, era o número

---

<sup>1183</sup> MOURÃO, 1978. Op cit. pag. 377.

<sup>1184</sup> Na ocasião da deflagração do golpe de 1964, Agnaldo Del Nero Augusto era Capitão e instrutor da EsSA. In: MOTTA, 2003 (e). Op cit. pag. 91. Posteriormente publicou um livro exaltando a atuação das Forças Armadas brasileiras contra o comunismo ao longo do século XX. Em sua leitura, o comunismo teria tentado chegar ao poder no Brasil em três ocasiões: em 1935 – na chamada “Intentona Comunista”, na década de 60 – através da penetração no governo João Goulart – e posteriormente no período da resistência armada à ditadura militar. As três tentativas, segundo a interpretação de Augusto, foram frustradas pela atuação das forças armadas. A referência do livro de agosto é: AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.

<sup>1185</sup> Entrevista de Agnaldo Del Nero Augusto ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (e). Op cit. pag. Pag. 104.

um no quadro de acesso. Então, é claro, quieto ali, não queria que houvesse onde nenhuma que o prejudicasse<sup>1186</sup>.

Augusto revela ainda, que no dia 1º, quando a situação já estava se definindo a favor dos golpistas, o Coronel Peçanha reuniu seus oficiais e reafirmou mais uma vez que tinha autorização do Estado-Maior para permanecer neutro. Neste momento, Augusto e outros oficiais protestaram e reivindicaram o direito dos oficiais a favor do movimento se reunirem e se articularem aos acontecimentos. O coronel Peçanha permitiu. Vinte e três oficiais, segundo Augusto e a totalidade dos sargentos se declararam favoráveis e dispostos a se engajarem. De outro lado, a Escola permanecia ainda sob o comando do coronel Peçanha e não havia a proposta, nem os meios necessários para substituí-lo. Enviaram um telegrama a Mourão, que por sua vez, segundo seu relato, acolheu com desprezo: “Esses miseráveis! Estão a favor da Revolução e sob o comando desse pulha”<sup>1187</sup>. Apesar de o comandante da EsSA se declarar neutro. Ainda no dia 31, Guedes afirma ter recebido a visita de dois oficiais daquela escola informando que de 43 oficiais lá classificados, 38 estavam dispostos a aderir passando por cima do comandante, se necessário<sup>1188</sup>.

Tão logo iniciada a rebelião em Minas Gerais, a notícia foi enviada aos outros núcleos de conspiração, que começaram a se mover. Às 10 horas da manhã, o capitão aluno da ECEME Bayma Denys foi chamado em sua sala de aula para atender a um telefonema. Ao fazê-lo, ficou sabendo por intermédio de seu cunhado, tenente Gustavo, que a rebelião em Minas Gerais havia sido iniciada há poucas horas e que as tropas da 4ª Região Militar já estavam em preparação para marchar ainda naquele dia ao corte do Rio Paraibuna, divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A informação foi levada imediatamente ao comandante da escola, o general Jurandyr Bizzarria Mamede. O comandante da escola ficou sabendo por intermédio do filho do marechal Denys a respeito de todas as informações referentes aos dias anteriores, tal como a reunião do dia 28 último no aeroporto de Juiz de Fora. Assim que recebeu as informações entrou em contato telefônico com o general Castelo Branco (que já estava sabendo, mas não tinha desistido ainda de sustar toda a operação) e se prontificou a enviar um grupo de oficiais do terceiro ano para dar apoio ao general no EME. Em seguida as aulas foram suspensas e um grupo foi enviado para o palácio Duque de Caxias, mas esses alunos

---

<sup>1186</sup> Idem.

<sup>1187</sup> Idem.

<sup>1188</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 216.

não demoraram a retornar, pois Castelo Branco dispensou o apoio. Num primeiro momento, a insurreição na Guanabara ficou restrita à guarnição da Praia Vermelha, sob a liderança do general Mamede. Os oficiais alunos da ECEME e do Instituto Militar de Engenharia (IME) montaram algumas barricadas na entrada da Avenida Pasteur e ocuparam as alturas do morro da Urca e do Pão de Açúcar. De acordo com o então aluno da ECEME Orlando Morgado, já se vivia a expectativa de que algo iria acontecer por aqueles dias, especialmente depois do discurso de Jango no Automóvel Clube. Mas não se tinha segurança com relação a qual seria a reação de alguns dos alunos que eram ligados ao General Jair Dantas e mesmo ao Presidente João Goulart:

Naquele dia 31, as aulas foram iniciadas na Escola mas, em seguida, meia hora, 40 minutos, entraram alguns instrutores nas salas e informaram que o General Mourão havia partido de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. A Escola estaria apoiando o movimento e, se alguém discordasse, poderia retirar-se. Observávamos o nervosismo dos instrutores e os alunos ainda meio surpresos, até certo ponto. Integravam a turma alguns elementos ligados ao Ministro Jair e outros ligados a familiares do Presidente João Goulart. Sempre se esperava algo, a turma não era homogênea. Percebia-se isso facilmente. Ocorreu, então, que alguns companheiros levantaram-se e manifestaram seu ímpeto de agir sob a expectativa de todos. Outros: “Bem, queremos saber se podemos ir à casa para deixar dinheiro para as nossas mulheres!”. Relaxamos. Nada mais do que providências administrativas do dia a dia, para o atendimento à família... Alguns elementos saíram naquele momento, outros foram ao Edifício da Praia Vermelha, armaram-se e voltaram para a Escola. Todos esperando o que iria resultar daquela situação<sup>1189</sup>.

No palácio Guanabara, os golpistas lá instalados recebem a informação de que o Almirante Heitor Lopes interceptara um telegrama do Ministro da Justiça Abelardo Jurema ordenando ao Almirante Aragão que invada o Palácio Guanabara com a tropa de fuzileiros. Do Palácio Guanabara, de acordo com Silva, as forças de Lacerda se utilizaram de um estratagema para dispersar as forças do governo no dia 31, que consistiu em fazer inúmeras falsas denúncias de movimentação de tropas e ações dos conspiradores, que obrigaram as forças de defesa a uma série de expedições inúteis, a tática adotada teve o nome de “Operação *Overhaul*”<sup>1190</sup>. Lacerda e seus aliados preparam também uma operação de defesa armando os ocupantes do Palácio e dificultando o acesso com a ajuda de caminhões de lixo e passam a acompanhar o deslocamento dos fuzileiros pelas imediações do Palácio esperando o ataque a qualquer

---

<sup>1189</sup> Entrevista com Orlando Morgado, in: MOTTA, 2003 (d). Op cit. pag. 74.

<sup>1190</sup> SILVA, 1988. Op cit. pag.147.

momento. O ataque não ocorreu. Mas os ocupantes do Palácio só sentiram seguros quando, em torno das 10 horas do dia 1º de abril, três tanques do Regimento de Reconhecimento Motorizado do Rio de Janeiro abandonam o Palácio das laranjeiras e passam a prestar proteção ao outro lado<sup>1191</sup>.

O General Antonio Carlos da Silva Muricy tomou a direção de Juiz de Fora na manhã do dia 31. Receava que pudesse ser preso ou pelo menos encontrar muitos obstáculos em seu caminho, mas ao passar em frente ao 1º Batalhão de Carro de Combate, na Avenida Brasil, seus temores se dissiparam. A calma era reinante, ao ver uma lavadeira entrar pela porta da frente pensou: “Não há prontidão! Logo, eles não estão sabendo ainda o que está se passando”<sup>1192</sup>. A inação do “dispositivo militar” logo no início das operações foi um alívio para os golpistas, que sentiram grande liberdade de movimento. Cordeiro de Farias, por exemplo, que estava em Belo Horizonte, no Palácio do governo do estado, teve receio de passar algumas informações pelo telefone, mas depois de pouco tempo, notou que não havia com o que se preocupar: “A partir daí, passei a telefonar abertamente, sem qualquer temor, pois se notava que o governo federal não fiscalizava coisa nenhuma. Nunca vi nada mais anárquico”<sup>1193</sup>.

Ao se iniciar o dia 31, os conspiradores tinham já três dias de conspiração sem qualquer constrangimento por parte das forças de defesa do governo. Como já mencionado várias vezes, nas primeiras horas da conspiração, a desinformação nas hostes do governo era muito grande. Como veremos, achavam que São Paulo era o centro da conspiração e uma revolta teria necessariamente de partir de lá.

Para muitos dos defensores do governo era claro que algo de grave estava acontecendo. Alguns oficiais por conta própria tomaram as primeiras medidas de segurança. Mas tinham suas ações limitadas pelo princípio hierárquico. E neste ponto tinham uma grande desvantagem em relação a seus colegas do outro lado que, estavam em situação de rebelião e por isso agiam por conta própria, sem a necessidade de ordens superiores. Ainda assim, as primeiras medidas das forças de defesa do governo surtiram algum efeito psicológico. Em Brasília, o aeroporto foi fechado, o conspirador Luiz Viana Filho ficou muito assustado e teria dito: “Caímos na ratoeira, estamos perdidos”<sup>1194</sup>. As tropas federais comandadas pelo General Fico se posicionam nas rodovias que

---

<sup>1191</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 414.

<sup>1192</sup> Entrevista com Antonio Carlos da Silva Muricy, In: MOTTA, 2003 (m). Op cit. Pag. 41.

<sup>1193</sup> CAMARGO E GÓES, 1981. Op cit. Pag. 561.

<sup>1194</sup> GASPARI, 2002. Op cit. pag. 70.

levavam a Minas Gerais e Goiás<sup>1195</sup>. O Chefe de Polícia do Distrito Federal apreendeu videotape com pronunciamento de Auro de Moura Andrade em favor do Golpe<sup>1196</sup>. No Rio, o Ministro da Justiça Abelardo Jurema determinou aos optantes<sup>1197</sup> da polícia federal que se concentrassem em suas sedes e “que entrassem em ligações com o I Exército”<sup>1198</sup> visto que pouco poderiam fazer por si mesmos, porque não tinham ainda armamentos. O Ministro Paulo Mário, ordenou a formação de uma força a ser composta de um cruzador, três contratorpedeiros e um navio-transporte. Determinou também ao Estado-Maior da Armada, sob o comando do Almirante Suzano que se apoiasse numa resolução presidencial que considerava como “Zona de Operação de Guerra todo o antigo estado da Guanabara”<sup>1199</sup>.

Mas além destas ações, quase nada foi feito no restante do país. Na manhã do golpe, Marighella esperava que os praças e suboficiais dos Navios Barroso e Tamandaré sublevassem suas embarcações bombardeassem o Palácio Guanabara, “ele se fiava no acertado com os marinheiros (...) assim como o brigadeiro Teixeira se ocuparia da infantaria proveniente de Minas”<sup>1200</sup>. Nenhum dos dois eventos aconteceu. Em São Paulo, de acordo com o General Zerbini: “A manhã correu calma, no dia 31 de março, mas após o almoço, as informações vinham não oficializadas, mais como boato, de alguma coisa de muito grave estava acontecendo em Minas”<sup>1201</sup>.

No Rio, a situação também era de espantosa calma. Jurema rapidamente percebeu a gravidade do momento, a começar pelo noticiário nos jornais: “Páginas inteiras ampliavam a seu modo, de acordo com a linha política de cada um, os acontecimentos do Automóvel Club, juntando-os aos da Marinha”. Ao mesmo tempo, “telefonemas de amigos inquietos davam conta do clima de agitação e de apreensão reinantes”. Jurema tinha a impressão de que todos sabiam do que estava prestes a acontecer, menos o governo: “Varias foram as amigas de minha mulher que lhe telefonavam (...) pois diretores de colégio estavam fazendo voltar seus alunos para casa, na previsão de graves acontecimentos”<sup>1202</sup>. No lado do governo, as informações sobre o

---

<sup>1195</sup> ANDRADE, 1985. Op cit. pag. 235.

<sup>1196</sup> Ibid. pag. 237.

<sup>1197</sup> Como Forma de enfraquecer as forças do governador da Guanabara Carlos Lacerda, o então ministro da Justiça Abelardo Jurema, ofereceu aos membros da Polícia Militar do estado da Guanabara a possibilidade de migrar para a Polícia Federal. Um grande número de policiais aceitou esta oferta, ficaram conhecidos na época como “Optantes”, ver mais em: JUREMA, 1964. Op cit.

<sup>1198</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 81.

<sup>1199</sup> SILVA, 1988. Op cit. pag. 147.

<sup>1200</sup> MAGALHÃES, 2012. Op cit. Pag. 305.

<sup>1201</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 390.

<sup>1202</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 179,80

levante chegavam de maneira desencontradas. O general Luís Tavares da Cunha Melo comandava a 1ªDI, sediada em Niterói. Esteve na Vila Militar com o general Oromar Osório. Mas as informações vindas de Juiz de Fora eram muito imprecisas e as tropas mineiras não assumiam ainda que estivessem se rebelando, era comum um misterioso “vai tudo bem”. Cunha Mello só veio a ser informado oficialmente da rebelião na tarde do dia 31 pelo comandante do I Exército general Moraes Âncora<sup>1203</sup>. No dia 31, o Ministro da Justiça avaliava que o governo tinha boas possibilidades de enfrentar as tropas mineiras:

Aviões na Base de Santa Cruz roncando para a luta, fuzileiros bem armados e com a melhor disposição de ânimo ansiavam por uma ordem de combate e fortíssimas unidades do Exército como o GUEs ficaram com os seus comandantes esgotados à espera de uma palavra de ordem que nunca chegou...<sup>1204</sup>

Não foram poucos os que apelaram para que o governo reagisse. O Chefe da Casa Civil Darcy Ribeiro, em seu depoimento dado a Dênis de Moraes, revela que durante o dia 31 de março ligou várias vezes para João Goulart aconselhando-o a resistir:

É claro que aquela situação podia ser enfrentada - desde que enfrentada com outro golpe. Quando o Mourão saiu a campo, eu telefonei várias vezes ao Presidente, dizendo o seguinte: “o Brigadeiro Teixeira, aí no Rio, tem aviões e já está com metralhadoras colocadas neles. E se ele lamber a tropa do Mourão com rajadas de metralhadoras, a tropa volta para o quartel”<sup>1205</sup>.

O Brigadeiro Francisco Teixeira, por exemplo, opinou a Jurema que tomar o Palácio Guanabara poderia dar ao governo uma imediata vantagem psicológica na capital da Guanabara: “Se [o governo] tomar uma decisão, como uma ação militar de porte aqui no Rio, ele ganha essa parada, porque está todo mundo indeciso [nas Forças Armadas]”<sup>1206</sup>. O próprio comando da Marinha parecia ansiar pelo ataque:

Os oficiais do Gabinete do almirante Paulo Mário, em renovados contatos com seus colegas da Casa Militar, enfatizaram a evidente importância de ser recuperada a iniciativa por meio de um ataque ao Palácio Guanabara, operação elementar e que seria levada a bom termo por um regime de fuzileiros com apoio de canhões de campanha, morteiros e granadas de gás<sup>1207</sup>.

---

<sup>1203</sup> SILVA, 1984. Pag. 394.

<sup>1204</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 188,9.

<sup>1205</sup> Apud MORAES, 1989. Op cit. pag. 297.

<sup>1206</sup> MAGALHÃES, 2012. Op cit. pag. 308.

<sup>1207</sup> SILVA, 1988. Op cit. Pag. 148.

Aragão foi procurado na manhã do dia 31 por vários grupos e indivíduos. Marighella foi um dos que pressionou o Almirante para que este invadisse o Palácio da Guanabara. Aragão então se mostrava disposto a isso, mas recusava as pressões sempre com a mesma resposta: “Não adianta pressionar. Estou aguardando ordens”. No mesmo dia, o dirigente da CGT e do sindicato dos Aeronautas, Paulo de Melo Bastos também o procurou pedindo armas. O Almirante respondeu que não podia fornecê-las, o sindicalista redarguiu: “E as armas da resistência”?<sup>1208</sup> Diante da pressão, Aragão, ordenou a um guarda presente que desse sua arma ao sindicalista. Foi a única arma do “dispositivo militar” para o “dispositivo sindical”. O Almirante Aragão foi justamente um dos oficiais mais criticados por sua inação no momento do golpe militar. É de se observar que não só ele como todos os oficiais do “dispositivo militar” pouco podiam fazer sem uma ordem expressa para entrarem em ação. Também não era responsabilidade do então comandante dos Fuzileiros Navais não ter tomado o Palácio Guanabara, segundo seu depoimento:

Eu não prendi o Governador Lacerda porque não tinha ordens nesse sentido, embora fosse a favor da invasão do Palácio Guanabara. O Comando dos Fuzileiros Navais era um instrumento de força militar a serviço do Presidente Goulart. E, às duas horas da madrugada do dia 1º de abril, fui convocado para uma reunião no gabinete do General Âncora, que respondia pelo Ministério da Guerra. Lá recebi ordens para não atentar contra a integridade física do Governador Carlos Lacerda. (...) Fui senhor absoluto do Rio por quase dois dias. Esperei pelas lideranças políticas, mas ninguém apareceu. Por isso não resisti<sup>1209</sup>.

Paulo Mário tinha conseguido impor seu comando a um grande número de oficiais e tinha o apoio dos praças. Enquanto no âmbito dos comandos do Exército havia uma clara indecisão, na Marinha, força que em princípio tendia mais para a subversão<sup>1210</sup>, as pressões para uma reação do governo foram grandes:

---

<sup>1208</sup> MAGALHÃES, 2012. Op cit. Pag. 308.

<sup>1209</sup> MORAES, 1989. Op cit. Pag. 163,4.

<sup>1210</sup> De acordo com o depoimento do membro do Alto Comando à época, Almirante Ivo Corseui, a marinha, mais do que o exército possuía uma tendência para a oposição ao governo Goulart. Para este almirante tal fato se explica em primeiro lugar pelo processo de novembro de 1955, quando grande parte dos oficiais desta força se posicionou contra a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart. O fato de os dois políticos terem sido empossados através de um contragolpe do Exército, liderado pelo general Lott e, teria acentuado essa tendência. Em segundo, ainda de acordo com Ivo Corseui, pelo histórico de penetração integralista e depois da UDN entre grande parte dos oficiais: entrevista concedida por Ivo Corseui a CARVALHO e JARDIM, 1979. Op cit. A tendência oposicionista desta arma ao Governo Goulart também é mencionado por Hélio Silva: SILVA, 1988. Op cit. Pag. 139 e seguintes.

De fora, comandantes leais, da Marinha, Aeronáutica e Guerra, reclamavam, pelo telefone, a ausência de planejamento e de ordem. Fuzileiros, aeronautas e poderosos grupamentos da Vila Militar prontos para a defesa do Governo, sem terem a quem se dirigir e a quem sequer apelar para ouvir uma voz de comando. Afora o Forte de Copacabana, cuja notícia de sublevação somente se espalhou e foi conhecida do Palácio Laranjeiras na quarta feira, quando já tudo ia por água abaixo, nenhuma defecção se operava no dispositivo militar governista da Guanabara<sup>1211</sup>.

Paulo Mário, tal como vários de seus subordinados, acreditava na possibilidade de reação, mas o problema, mas do que ausência de uma ordem para reagir, foi a existência de uma ordem para não tomar atitude. A chance de tomar o Palácio Guanabara e iniciar a reação no âmbito da cidade do Rio de Janeiro era concreta. Para evitar que se desse uma ação espontânea, Paulo Mário foi chamado ao gabinete de Assis Brasil onde recebeu ordens diretas de não reagir. O ministro teria ficado impressionado com o nervosismo do Chefe da Casa Militar: “Assis Brasil estava tenso e só faltou se ajoelhar aos meus pés”<sup>1212</sup>.

As lideranças do movimento dos sargentos estavam dispostas a reagir contra golpe. Os sargentos tinham como força o contato direto com as tropas, o que poderia contrabalancear a força que os golpistas tinham dentro a média oficialidade. Como fraqueza, os sargentos não tinham uma cadeia de comando, dependiam de oficiais legalistas que tomassem a dianteira do processo para que pudessem agir. De acordo com o estão sargento-fuzileiro Narciso Júlio Gonçalves, na manhã do dia 31, a sede da Associação de Sargentos se tornou uma ponto de referência para a defesa da legalidade. Conta que ele próprio teria saído de lá em busca de um oficial que pudesse lhes dar a necessária voz de comando, de acordo com depoente: “Havia um acordo tácito entre a oficialidade progressista e os sargentos para que a reação ao golpe fosse comandada pelos oficiais, por uma questão de respeito à hierarquia”. Este sargento se dirigiu em primeiro ao Quartel Central dos Fuzileiros, onde encontrou o comandante da unidade, O almirante legalista Washington Frazão Braga, que não pôde atender aos apelos de resistência do referido sargento em função de ausência de ordem superior (de Aragão) para assim proceder. Narciso saiu deste local e foi até o Ministério da Marinha em busca de Aragão, mas não o encontrou. Segundo suas próprias palavras:

---

<sup>1211</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 185.

<sup>1212</sup> Ibid. Pag.164.

Na realidade - reavalia Narciso - ficamos sem comando. Se oficiais como Washington e Aragão tomassem uma posição nacionalista, de resistência, iríamos tentar sustentá-la. Na hora H, para nossa frustração, nenhum oficial assumiu o comando<sup>1213</sup>.

Na manhã de 31 de março, João Goulart se reuniu no Palácio das Laranjeiras com alguns dos seus chefes militares. Estavam presentes os ministros da Marinha, Aeronáutica o comandante do I Exército, da Vila Militar e o Chefe da Casa Militar da Presidência da República. Até o final da manhã, o governo ainda estava procurando entender o que se passava. De acordo com Silva, a primeira notícia que Jango teve do levante de Minas Gerais foi através do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Juscelino ficara sabendo das operações por meio de José Maria Alkmin e durante as primeiras horas da manhã ligou insistentemente para o Palácio das Laranjeiras, depois de várias tentativas, conseguiu falar com Jango. Neste momento a informação do ex-presidente não pareceu assustar Goulart, que se mostrou incrédulo. Pouco depois o ministro da Justiça chegou ao local já bastante preocupado com as evidências de uma insurreição militar. Mas de acordo com as memórias Jurema, o clima entre os ocupantes do Palácio Laranjeiras era de exagerada tranquilidade:

Ou havia muita calma e muita esperança, ou as fontes de informação da Presidência da República falhavam ou poupavam o Presidente do dissabor das más notícias. (...) Impressionou-me a aparência de calma do Presidente. Achava-se que havia muito boato<sup>1214</sup>.

As notícias ainda imprecisas davam conta de que o pivô da sublevação era o general Olympio Mourão Filho. A conspiração deste oficial era de pleno conhecimento do esquema de defesa de Goulart, a perda de seu comando já havia sido inclusive decidida. Ainda assim, na falta de informações precisas, decidiu solicitá-las justamente a este general. O general Assis Brasil determinou ao chefe do Estado-maior do I Exército que ligasse para o Comandante da 4ª Região Militar a fim de obter mais informações. Por volta das 11 da manhã, Mourão teria recebido duas ligações do Rio de Janeiro indagando sobre suas intenções, respondeu que não se tratava de nada especial:

Tocou o telefone do Rio. Era o Chefe o EM do I Exército que queria saber o que havia aqui em Juiz de Fora. Respondi que não havia nada. Ele insistiu que corriam boatos de que eu movimentava tropas. Desmenti cinicamente. Depois, cerca de meia hora após, o Andrade,

---

<sup>1213</sup> Apud. MORAES, 1989. Op cit. Pag. 164.

<sup>1214</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 182.

repórter dos Diários Associados junto ao Gabinete do Ministro da Guerra, telefonou também e respondi da mesma maneira. Perguntou-me se podia desmentir os boatos e respondi que sim! O Rio dormia...  
1215

Como Mourão desmentiu, a informação oficial com a qual o governo trabalhou por horas, foi de que nada de anormal acontecia. Por mais que tal ação possa ser julgada como inocente e amadora, o mais espantoso é que, segundo todas as fontes, as forças do “dispositivo militar” aceitaram a resposta de Mourão. Há que se lembrar de que outros oficiais ligados ao esquema de defesa de Goulart também adotaram procedimento semelhante. Como já mencionado, o comandante da Polícia do Exército, coronel Domingos Ventura, também procurou se certificar do levante via telefone, para o general Guedes, e tal como Goulart e Assis Brasil, também aceitou as explicações recebidas. Conforme as memórias de Jurema, Goulart e os demais presentes não descartavam completamente a possibilidade de que os oficiais da guarnição de Minas estivessem mentindo, mas as soluções propostas para dirimir a dúvida eram impressionantemente amadoras:

Assisti, impressionado, os ajudantes de ordem do General Assis Brasil, perto das 13 horas, ainda no telefone para o Ministério da Guerra, sugerindo que se mandassem observadores a Juiz de Fora e a Belo Horizonte para se informarem, com segurança, do que ocorria<sup>1216</sup>.

O então ministro da Justiça, de acordo com todas as fontes, foi o primeiro a questionar os procedimentos para verificar as informações, ainda assim, de acordo com as ações tomadas por Goulart e seus assessores durante as próximas horas, tudo indica que não conseguiu convencer Goulart a tomar ações mais enérgicas. Em suas memórias, o Ex-Ministro comenta: “Que mundo dos anjos, que cabeça de dispositivo militar tão oca e tão pobre de argúcia e de decisões”<sup>1217</sup>. O Ministro da Justiça teria percebido de imediato a ausência de uma voz de comando experiente e capaz, o Ministro da Guerra tinha para ele muitas credenciais, mas sua condição no momento exigia uma providência: “apesar de o seu Ministro merecer admiração pelas suas atitudes coerentes, firmes e prontas. Estava ele, porém, num leito de hospital. Um corpo sem cabeça

---

<sup>1215</sup> MOURÃO, 1978. Op cit. pag. 376.

<sup>1216</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 183.

<sup>1217</sup> Idem.

começava a ser atacado”<sup>1218</sup>. Apesar das evidências, durante toda a manhã, o governo se recusou a acreditar que estava acontecendo uma rebelião militar vindo de Minas Gerais. Somente em princípios da tarde a existência do golpe começou a ser reconhecida, mais em função das ações do governador Carlos Lacerda do que pelas evidências da movimentação militar que acontecia em Juiz de fora: “Já pelo começo da tarde, a Casa Militar da Presidência começou a se inquietar com o cerco, agora ostensivo, do Palácio Guanabara pelas forças policiais do Estado”<sup>1219</sup>. Mesmo neste momento, o reconhecimento do estado de ruptura da ordem constitucional não motivou ações à altura por parte das forças leais. O então Ministro da Justiça, em suas memórias, se mostra impressionado com o estado de espírito dos principais comandantes do “dispositivo militar”:

Era impressionante a desarticulação. Várias vezes o Generais Moraes Âncora, Milton Barbosa, Bontempo e até mesmo Peri Bevilaqua<sup>1220</sup> estiveram no Palácio das Laranjeiras. Nada mudava a perspectiva. Entrava e saíam e o clima era o mesmo.

Quem conversasse com os três primeiros generais, sairia, sem dúvida, mais preocupado. Não sabiam nem mesmo das notícias já divulgadas pelas rádios, nem traziam para o próprio Presidente da República notícia de qualquer movimento ofensivo ou defensivo que indicasse a presença do dispositivo militar do Presidente nos acontecimentos<sup>1221</sup>.

Embora não estivesse ainda convencido de que estava diante de uma sublevação militar, o presidente decidiu se certificar da lealdade de alguns de seus principais comandantes. Em procedimento semelhante ao que tivera a pouco, decide ligar para os comandantes do II Exército e também do IV Exército. Recebeu dos dois a informação de que poderia contar com a lealdade deles. Goulart estranhou o tom de voz de Krueel, que lhe sugeriu que se afastasse dos membros comunistas de seu governo, declarasse o CGT ilegal e governasse com o congresso e não com os sindicatos<sup>1222</sup>. Anos depois Assis Brasil apresenta também a sua versão para os fatos daquela manhã. Em sua entrevista à revista *ELE ELA*, em 1980, reconhece o pedido de informações pelo telefone, mas não confirma as informações de jurema de que teria acreditado nelas. Conforme sua narrativa foi justamente em função de não acreditarem em Mourão, que Goulart ligou pouco depois para São Paulo:

---

<sup>1218</sup> Idem.

<sup>1219</sup> Ibid. pag. 186.

<sup>1220</sup> Na ocasião, chefe do EMFA.

<sup>1221</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 189.

<sup>1222</sup> BANDEIRA, 2001. Op cit. pag. 178.

Eu estava no Palácio das Laranjeiras. Fui informado que tinha havido um levante na guarnição de Minas Gerais. Telefonei para o I Exército e perguntei o que havia. Responderam-me que tudo estava bem. Disse, então, que o serviço de informações deles estava muito ruim. Eles repetiram que não havia nada. Foi a primeira informação que tive. Passei a informação ao presidente. Ele me perguntou:

-“Você acha que isso é verdade?” Respondi:

- “Acho, porque o General Olimpio Mourão Filho e o General Carlos Guedes estão conspirando há muito tempo.” Ele falou:

- "Vou telefonar para São Paulo, porque lá é a base da conspiração.”

Telefonou para o General Kruel e este disse que lá estava tranquilo. Não assisti à conversa. Jango foi quem me contou. O General Kruel, disse, porém, que não concordava com o que estava acontecendo, que o governo deveria tomar posições mais duras. O presidente ficou desconfiado de que Kruel estivesse comprometido com o levante de Minas. E eu me sentindo criminoso, porque era amigo do General Kruel e, inclusive, o tinha indicado para ocupar o II Exército. O Jango, então, telefonou para o General Justino Alves Bastos, que disse estar com o governo. Em seguida, confirmou-se o levante de Minas. Os acontecimentos foram se desenvolvendo. Tudo muito ligeiro. O General Âncora informou haver tomado providências. O presidente chamou-o, e também ao Ministro da Aeronáutica, afirmando que ele não queria que houvesse choque de tropas, que parlamentassem, que jogassem boletins. Ele não queria derramamento de sangue. As coisas foram se desenvolvendo da maneira como todos sabem. O presidente tranquilo, demonstrando aparente tranquilidade, mas com certa aflição íntima. (ABR,1980)

Logo depois da conversa com Kruel, decidiu-se que parte das tropas da Guanabara seria utilizada para prevenir uma possível sublevação do II Exército. O levante em Minas Gerais foi enfim reconhecido. Contudo, as forças do “dispositivo militar” do governo eram imensamente superiores às de Minas Gerais. E ainda não haviam ocorrido adesões de tropas aos rebeldes. Mas desde o início, o “dispositivo militar” tinha uma limitação clara: a determinação de Jango de se evitar a qualquer custo o confronto entre as tropas, ou seja, a vitória das forças do governo teria que se dar através da rendição dos rebeldes, pela via da demonstração da superioridade militar. De acordo com o então Consultor-Geral da República Waldir Pires, Goulart subestimou a sublevação de Mourão e Guedes após conversar com dois generais do I Exército Oromar Osório (comandante da Vila Militar) e Cunha Melo (comandante da 1ª Divisão de Infantaria). Essa avaliação pode ter sido decisiva para que Jango evitasse a todo custo uma resposta que pudesse soar desproporcionalmente violenta diante de uma situação que supostamente não deveria despertar muitas preocupações:

De modo que ele [Jango] me disse, nessa madrugada [primeiros dias de exílio], que quando recebeu a notícia do levante do General

mourão, imediatamente após os dois Generais que eram amigos dele - Oromar Osório e Cunha Melo - asseguraram a superioridade das forças legalistas que iriam se encontrar com as forças comandadas pelo General Mourão. E que era tal a diferença de poder militar de uma força para a outra, tão esmagadoramente superior era a força que saía do Rio de Janeiro, que eles asseguraram que era um encontro para ser resolvido em cinco minutos de batalha, se fosse o caso. Ou então de rendição. Seria uma tropa de elite comandada por dois generais muito amigos dele<sup>1223</sup>.

Ao sair do Palácio das Laranjeiras, Goulart ainda visitou Jair Dantas no Hospital, a preocupação deste também não era grande. Garantiu ao presidente que, mesmo hospitalizado, tinha plenas condições de exercer seu comando de Ministro, conforme o depoimento do piloto particular de Jango, Manoel Leães, Jair teria dito a Goulart: “deste telefone, eu controlo tudo, presidente”<sup>1224</sup>. No retorno se incomodou com o movimento de caminhões de lixo na rua Gago Coutinho<sup>1225</sup>. Um oficial da guarda do Palácio presidencial apurou que os caminhões deveriam fechar as vias de acesso ao palácio das Laranjeiras. Guardas foram destacados para garantir o acesso pelo Largo do Machado<sup>1226</sup>.

De acordo com Silva, num primeiro momento após o reconhecimento da rebelião em Minas Gerais, Jango pareceu disposto a tomar medidas enérgicas contra seus opositores, em especial em relação ao governador Magalhães Pinto. Na reunião no Palácio das Laranjeiras, Jango ainda se considerava no comando da situação e teria estudado junto a alguns de seus assessores possíveis nomes para substituir Magalhães no governo de Minas. Mais ainda conforme a versão deste autor, essa disposição não durou muito tempo. Poucos instantes depois, uma intervenção de San Tiago Dantas pode ter contribuído para que uma resposta enérgica se tornasse ainda mais distante. San Tiago tinha informações de Afonso Arinos seu antecessor e sucessor na pasta de Relações Exteriores que o governo dos Estados Unidos poderia estar apoiando o levante<sup>1227</sup>. E que neste caso não era de se descartar uma intervenção estrangeira. Um pouco mais preocupado, Goulart questionou se essa suposição não poderia ser uma especulação: “Não”, teria respondido San Tiago<sup>1228</sup>. João Pinheiro Neto, também é

---

<sup>1223</sup> Entrevista com Waldir Pires, In: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 219.

<sup>1224</sup> BRAGA, 2003, Op cit. Pag.39.

<sup>1225</sup> A rua Gago Coutinho é paralela à Rua das Laranjeiras – onde fica o Palácio das Laranjeiras – a cerca de dois quilômetros do local.

<sup>1226</sup> SILVA, 1975. Pag. 394.

<sup>1227</sup> Sobre a disposição intervencionista dos Estados Unidos durante o governo Nixon, ver capítulo anterior.

<sup>1228</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 404.

outro aliado de Goulart que menciona a possibilidade de intervenção norte-americana. Sua versão é um pouco diferente da apresentada por Silva. Conforme a versão de Pinheiro, a fonte da informação não era Afonso Arinos, mas o embaixador dos Estados Unidos Lincoln Gordon. Ainda de acordo com este autor, quem lhe falou sobre a possibilidade de interferência estrangeira foi o próprio presidente, e teria sido no dia 1º de abril:

Meus amigos, o professor San Tiago acaba de me trazer uma mensagem do Embaixador Lincoln Gordon. Diz ele, Embaixador, que, com a vitória da rebelião em Minas e em São Paulo e mais a adesão do II Exército, qualquer resistência nossa será inútil. No recado que me foi transmitido agora, disse mais o Embaixador, numa clara ameaça, que o governo dos Estados Unidos estaria mesmo disposto a reconhecer um governo provisório, a ser instalado em São Paulo<sup>1229</sup>.

Hoje a existência da operação Brother Sam já é fato confirmado por documentos nos próprios Estados Unidos<sup>1230</sup>. Mas devemos relativizar o impacto desta informação. Não é de se esperar que diante do histórico imperialista e intervencionista dos norte-americanos, assim como pelos os atritos entre Goulart e os interesses estadunidenses em função da Lei de Remessas de Lucros e da recusa em apoiar as medidas propostas em relação à Cuba, o apoio dos Estados Unidos ao golpe chegasse a surpreender alguém. Mas não necessariamente foi por este motivo que Goulart decidiu não reagir. Como exemplificado em vários momentos desta tese, o perfil de Jango era o de ser conciliador. De evitar decisões extremas, nas palavras de Neiva Moreira, “O presidente Goulart tinha obsessão de evitar o derramamento de sangue do povo brasileiro”<sup>1231</sup>. Deve se evitar suposições de que essa informação tenha sido determinante para explicar as medidas de Goulart para reprimir os revoltosos. As medidas tomadas por ele, na verdade não surpreenderam a quem conhecia seu histórico e àqueles o viram conciliar em situações muito mais favoráveis, como em 1961.

Por volta das 13 horas, o General Cunha Melo – comandante da 1ª DI - foi chamado ao Palácio da Guerra para audiência com o comandante do Primeiro Exército Moraes Âncora, o qual estava desempenhando interinamente as funções de ministro da Guerra. Nessa audiência, que Cunha Melo teria sido oficialmente informado sobre o levante das tropas Mineiras. O General Âncora o incumbiu de liderar o destacamento de forças que iria impedir o avanço da Coluna de Mourão. É colocado à disposição de

---

<sup>1229</sup> PINHEIRO NETO, 1993. Op cit. Pag. 52.

<sup>1230</sup> Ver: FICO 2008. Op cit.

<sup>1231</sup> Entrevista com Neiva Moreira, in: MORAES, 1989. Op cit. Pag. 326.

Cunha Melo um poderoso grupamento, com os I, II, III RIs, uma formação blindada, artilharia e engenharia. De acordo com Silva, Cunha Melo teria comentado: “a força de Minas não dispõe de blindados modernos. Com essa tropa poderei ir até Juiz de Fora” ao que Âncora teria respondido: “Não será necessário. Basta impedir a progressão da tropa. O resto logo se resolverá”. De todo modo, a formação posta à disposição de Cunha Melo, seria modificada ainda neste mesmo dia, por ordem do mesmo general Âncora. Assim que procurou contato com a tropa de Blindados, soube que esta lhe havia sido retirada e enviada na direção de São Paulo a fim de prevenir um possível ataque do II Exército<sup>1232</sup>. Este segundo grupo, a ser comandado pelo General Anfrísio da Rocha Lima era constituído Regimento Escola de Infantaria (REI), do Grupo Escola de Artilharia, do Iº Grupo de Artilharia Antiaérea, o Batalhão Escola de Engenharia os reforços de outras unidades menores. O objetivo das tropas era tanto impedir o avanço das tropas de Mourão como também conter um eventual avanço do II Exército no caso de adesão, depois confirmada, de Kruel.

No interior das tropas designadas para a defesa do governo, existiam oficiais descontentes em número significativo, que foram contatados pelos grupos conspiradores: “Procurou-se manter contato com os oficiais revolucionários daquelas unidades por meio do Major Paulo Biar<sup>1233</sup>. Cunha Melo estava otimista face às condições de enfrentar Mourão. Por volta das 15 horas, reuniu seus oficiais na cidade de Niterói e deu ordens para preparação das suas tropas. Nesse momento é que teria dito a infeliz frase de Moreira César<sup>1234</sup>: “Amanhã, iremos almoçar em Juiz de Fora”<sup>1235</sup> As tropas do governo foram enfim mobilizadas. Uma parte delas deixou a Vila Militar no fim da tarde do dia 31. Em seu caminho, ainda seriam reforçadas pelo 1º Batalhão de Caçadores de Petrópolis, que seria a primeira tropa, por conta da proximidade

---

<sup>1232</sup> SILVA, 1975. Pag. 396.

<sup>1233</sup> MELLO, 1979. Op cit. pag.135.

<sup>1234</sup> A frase do general Cunha Melo estava carregada de sentido histórico. O Coronel Moreira César foi o comandante da terceira expedição enviada pelo governo da então jovem república brasileira contra os revoltosos de Canudos, por coincidência em março, de 1897. Por ser o primeiro confronto dos sertanejos com uma tropa do Exército regular, Moreira César subestimou a força dos que iria enfrentar, tão logo esteve à vista o arraial, bradou para a soldadesca: “Vamos Almoçar em Canudos!”, no que foi entusiasticamente aplaudido, e foram à batalha. Mas a resistência dos canudenses superou todas as expectativas. Moreira César, conhecido como “corta-cabeças”, por ter mandado executar a sangue frio mais de cem pessoas na repressão à Revolução Federalista, em Santa Catarina (1893-1895) foi morto em combate. Não só ele como todos os principais oficiais e a maior parte da tropa. A frase de Moreira César entrou para a história como exemplo de imprudência e impetuosidade irresponsável. Certamente Cunha Melo sabia a origem da frase, somente um comandante militar muito seguro de suas possibilidades ousaria pronunciá-la. Ele ousou, e foi derrotado. Sobre a guerra de Canudos e a expedição de Moreira César, ver: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 2ª Edição, Ateliê Editorial, São Paulo, 2001, pag: 457 e seguintes.

<sup>1235</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 221.

geográfica, a fazer contato com os amotinados. Ainda como medida psicológica, um avião da FAB despejou panfletos em Juiz de Fora fazendo a defesa do governo, os panfletos que tinham uma proclamação de Jango na frente e outra de Jair Dantas no verso, davam notícia da disposição do governo em defender a ordem constitucional afirmando pleno controle da situação: “A nação pode permanecer tranquila”<sup>1236</sup>, dizia um de seus trechos. Comunicava também a exoneração de Mourão e Guedes de seus postos.

Ao mesmo tempo em que Âncora e Oromar parlamentavam, o general Ladário Teles era instruído por Jango a assumir o comando da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Porto Alegre e concomitante o do III Exército por ser o general de divisão mais antigo na região (Galhardo viria para o Rio ocupar o lugar de Castelo Branco, no EME). Ladário perguntou-lhe qual o tratamento que deveria dispensar ao governo daquele estado, e recebeu como resposta: “Tratamento duro, faça-lhe sentir que o meu mandato é intocável, porque é delegado da maioria do povo brasileiro”<sup>1237</sup>. Foi também incumbido de comunicar a Moraes Âncora (comandante do I Exército e assumindo interinamente as funções de ministro da Guerra) e ao general Genaro Bontempo (Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra) a decisão do Presidente de decretar ordem de prisão para Castelo Branco, que deveria ser recolhido à Fortaleza da Lage, na baía da Guanabara. Antes de sair o Ministério da Guerra, Ladário ligou para o general Crisanto de Figueiredo, o colocou a par das ordens e lhe ordenou se preparar para seguir com ele para o Rio Grande do Sul. Nesta hora ficou sabendo da presença no Rio do General Silvino Castor da Nóbrega, comandante da 5ª Região Militar, em Curitiba, mas que estava em férias no Rio de Janeiro. O substituto de Silvino em seu comando era o General Dário Coelho, que não era de confiança e como veremos, foi um dos primeiros a aderir. Possivelmente visando neutralizar o general Dário Coelho, Ladário Teles o convocou também para ir a Porto Alegre<sup>1238</sup>. Retornando a seu gabinete depois da conversa com Jango, lá encontrou o general Almeida de Moraes, seu subordinado, e que havia sido convocado para assessorá-lo. Encaminham-se para o gabinete do General Moraes Âncora a fim de informá-lo da ordem de prender Castelo Branco. De acordo com Ladário, o general Âncora demonstrou hesitação em cumprir essa ordem: “Várias vezes lhes fiz sentir que o tempo passava e que o Gen. Castelo se retiraria do Ministério

---

<sup>1236</sup> Ibid. pag. 219.

<sup>1237</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 435.

<sup>1238</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 436.

sem ser preso”<sup>1239</sup>. Ainda segundo Ladário, apenas por volta das 18 horas o General Moraes teve ordem de subir ao gabinete do chefe do EME para lhe transmitir a ordem de comparecer ao Gabinete de Âncora, mas nesse momento, Castelo Branco já tinha se retirado<sup>1240</sup>. A postura demasiadamente tímida de Âncora em enfrentar Castelo Branco e Costa e Silva foi uma das características mais fortes de deficiência subjetiva do “dispositivo militar”. O então Ministro da Guerra interino teve oportunidade de prender os dois, mas se esforçou para não fazê-lo. Segundo Moniz Bandeira, Âncora tinha também um motivo pessoal para não efetuar a prisão: “Castelo Branco já ameaçara se matar se fosse preso”<sup>1241</sup>, não sabemos quando o chefe do EME fez essa afirmação, mas em sua carreira já tivera sido preso por questões políticas e não se matou nesta ocasião<sup>1242</sup>. O fato é que a “paz de consciência” de Âncora, ao não prender oficiais em flagrante atuação subversiva custou a atuação destes nos dias decisivos do golpe. Jurema também demonstra contrariedade sobre o estado de espírito de Âncora para prender Castelo Branco:

Compreendi por que o General Moraes Âncora, respondendo a perguntas sobre onde andava o General Castelo Branco, respondia que o chefe do Estado-Maior do Exército havia passado até às 14 horas da terça feira (31 de março) no Palácio do Ministério da Guerra, acompanhado de muitos oficiais armados e que dali já se havia retirado, tendo o General Bontempo acrescentado que todas as dependências do Estado-Maior estavam fechadas. Senti, em ambos os generais, o alívio de ter o General Castelo Branco se retirado, espontaneamente, do Palácio da Guerra, sem ser molestado, à frente dos seus oficiais que constituíam, sem dúvida, o núcleo central da Revolução<sup>1243</sup>.

Na parte da tarde, Goulart recebeu a visita de várias autoridades. O primeiro deles foi Osvino Ferreira Alves, ex-comandante do I Exército e agora na reserva e presidente da Petrobrás. Osvino lhe disse que tinha pronto um plano para ocupar a cidade do Rio de Janeiro em uma hora e meia, mas que na condição de general da reserva não poderia fazer nada. Apelou a Jango para nomear um Ministro da Guerra interino e principalmente, “a deflagração imediata da ação repressora do movimento”

---

<sup>1239</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag. 435.

<sup>1240</sup> Idem.

<sup>1241</sup> BANDEIRA, 1977. Op cit. Pag. 168. Essa informação também foi mencionada por João Pinheiro Neto e citada no capítulo anterior: PINHEIRO NETO, 1993. Op cit. Pag. 78.

<sup>1242</sup> Em 1922, quando ainda era segundo tenente, foi preso durante dois meses a bordo do navio Cuiabá, em função de suas opiniões políticas em favor dos tenentes rebelados então em São Paulo. Verbete: KORNIS Mônica, Verbete: *CASTELO BRANCO, Humberto*. Dicionário Histórico Biográfico, CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/04/2010.

<sup>1243</sup> JUREMA, 1964. Op cit. pag. 196.

<sup>1244</sup> Logo depois, recebeu Juscelino Kubitschek, que lhe sugeriu que fizesse pronunciamento se afastando das lideranças sindicais e reafirmasse a disciplina<sup>1245</sup>. No momento que ex-presidente deixou a sala, Peri Bevilaqua já estava à espera para ter também com Jango. Os conselhos de Peri são praticamente os mesmos que Kubitschek tinha acabado de fazer. A audiência de Peri com Jango, contudo, foi interrompida pelo Ministro Abelardo Jurema, segundo o depoimento de Peri:

Durante minha palestra com S.Exa., o Ministro Abelardo Jurema pediu licença e interrompeu nossa conversa e depositou em mãos do Sr. João Goulart um pedaço de papel. S.Exa. leu e virou-se para mim dizendo: “O Gen. Mourão acaba de publicar um manifesto exigindo a minha renúncia. Estará isso direito?”<sup>1246</sup>

Enquanto Goulart e seus aliados ainda não se decidiam a medidas mais contundentes, os golpistas agiam onde podiam para ganhar terreno e anular, na medida do possível, todas as forças que pudessem apoiar o presidente. No Rio de Janeiro, uma equipe de doze viaturas do Dops cercou o sindicato dos estivadores e deu ordem de prisão ao presidente da entidade, Oswaldo Pacheco e mais oito dirigentes do CGT. Hércules Corrêa e Mello Bastos conseguiram escapar do local e solicitar ajuda da 3ª Zona Aérea. Imediatamente um choque da Aeronáutica e outro dos Fuzileiros chegaram ao local. A equipe do Dops se retirou em menos de cinco minutos<sup>1247</sup>.

No plano da resistência civil, membros do Comitê Central do PCB se reuniram na manhã do dia 31 para avaliar as notícias que vinham de Minas. Entre outros, Prestes, Giocondo Dias e Apolônio de Carvalho participaram da reunião. Tal qual Jango, os comunistas não avaliaram como preocupante a saída das tropas de Minas e confiavam que as forças do governo debelariam o movimento com facilidade, de modo que nenhuma ação concreta foi pensada nesta reunião.<sup>1248</sup> Jacob Gorender, também militante do PCB nesta época, mas do setor que fazia oposição à linha de Prestes – tal como Apolônio de Carvalho, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves e Carlos Marighella<sup>1249</sup> – faz um balanço bastante crítico desta reunião: “Segundo relata Apolônio de Carvalho,

---

<sup>1244</sup> JUREMA, 1964. Op cit. pag.191.

<sup>1245</sup> GASPARI, 2002. Op cit. pag. 87.

<sup>1246</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 402

<sup>1247</sup> MAGALHÃES, 2012. Pag. 305.

<sup>1248</sup> Ibid. Pag. 303.

<sup>1249</sup> Esses militantes viriam a romper com o PCB em 1967 e formariam duas importantes organizações da esquerda armada: a Ação Libertadora Nacional (ALN) – Marighella e Câmara – e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – Gorender, e Alves. Mais sobre o assunto em: GORENDER, 2003. Op cit.

presente à reunião, o despreparo diante da emergência só permitiu a resolução de que Prestes tentasse um contato com Jango”<sup>1250</sup>. Essa postura do PCB, de exagerado reboque em relação ao governo Jango mesmo no momento do golpe, seria motivo de duras críticas por parte de algumas lideranças em período posterior. Em livro publicado no ano seguinte, Carlos Marighella aponta na falta de independência de seu partido, uma das causas principais do sucesso do golpe: “As forças populares e nacionalistas – e entre elas os comunistas – declararam no passado, repetidas vezes, que a violência dos golpistas seria respondida com a violência. Mas por inadvertência de todos, essas declarações ficaram em palavras e não foram acompanhadas por atos”<sup>1251</sup>. Anos mais tarde, fazendo um balanço da atuação de seu partido no momento do golpe, Prestes reconheceria este equívoco: “A verdade sobre 64, enfim, não é outra: não nos preparamos como seria necessário. Acreditamos no Jango, no Assis Brasil e em seu esquema militar”<sup>1252</sup>. No âmbito do movimento sindical, a disposição de resistência foi sensivelmente maior. Na parte da tarde, com o agravamento da situação, o CGT convocou uma greve geral em defesa do governo. Mas essa iniciativa não encontrou apoio no presidente, num primeiro momento. Assim que soube, Jango ligou para o deputado do PTB e dirigente sindical Clodesmidt Riani a fim de aconselhá-lo a desistir do movimento de paralisação. De acordo com Magalhães, Jango considerou a greve geral “medida desproporcional para uma situação sob controle”<sup>1253</sup>. Os sindicalistas não acreditavam poder parar o golpe apenas com a greve geral, mas consideravam que mobilizar as suas bases era a sua contribuição para a resistência. Como veremos à frente muitos deles chegaram a pedir armas para resistir, mas esperavam que do ponto de vista militar o governo cumprisse com sua parte. De acordo com Marcelo Badaró Mattos:

Os sindicalistas acreditavam que seria possível encaminhar uma resistência ao golpe e articulavam-se para isso. Para eles o erro estratégico de Jango na escolha dos comandantes militares<sup>1254</sup> e a vacilação dos oficiais tidos como “do dispositivo” em iniciar um confronto sem o comando da Presidência da República ou dos ministros militares explicaria a fragilidade do esquema<sup>1255</sup>.

---

<sup>1250</sup> GORENDER, 2003. Op cit. Pag. 71.

<sup>1251</sup> MARIGHELLA, Carlos. Por que resisti à prisão. São Paulo, Brasiliense, 1994. Pag. 140.

<sup>1252</sup> MORAES & VIANA, 1982. Op cit. Pag. 173.

<sup>1253</sup> Ibil, pag.307.

<sup>1254</sup> As principais críticas foram dirigidas contra o general Assis Brasil.

<sup>1255</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos. Rio de Janeiro, Vicio de Leitura, 1998. Pag. 178.

De volta ao âmbito militar, conforme o depoimento do então aluno da ECEME e participante da insurreição Orlando Morgado, uma pequena equipe de fuzileiros navais (um cabo e oito soldados) se dirigiu para as imediações da Praia Vermelha a fim de guarnecer uma antena transmissora. A equipe foi desarmada e aprisionada pelos revoltosos da ECEME. Ficaram presos algumas horas e depois liberados por falta de condições para mantê-los sob custódia<sup>1256</sup>.

A indecisão do governo e sua demora em responder ao desafio lançado por Mourão deu ensejo que, ao longo do país, as primeiras unidades se colocassem formalmente ao lado dos amotinados. Conforme o depoimento do então major Oswaldo Muniz Oliva, classificado na 4ª DC, em Campo Grande no momento da eclosão do golpe, todo o estado de Mato Grosso aderiu rapidamente à rebelião. Por volta das 13 horas do dia 31, o General Moacyr Araújo Lopes, Comandante da 4ª DC reuniu seus oficiais e imediatamente se definiram pela adesão. Formaram um Grupo Tático que colocaram à disposição de Kruel (que ainda não havia se definido, mas estava consultando seus subordinados) para tomar a direção determinada por este. De Cuiabá, outro GT comandado pelo então tenente-coronel Meira Matos começava a se preparar para deslocamento em direção à Brasília, mas quando lá chegou a situação já estava definida<sup>1257</sup>.

O grupo conspirador do IV Exército, de acordo com depoimento do então coronel Antonio Bandeira, recebeu uma mensagem cifrada do general Castelo Branco dando notícias do início da sublevação em Minas Gerais. A mensagem foi por fim decifrada por volta das duas horas da tarde. Cientes dos acontecimentos, a primeira preocupação dos coronéis era a neutralização do general Franco Ferreira, comandante da 7ª Região Militar e que se mantinha ainda fiel a Jango. O grupo tinha duas alternativas: a prisão ou a distração deste general. Optaram pela segunda. Por volta das 14 horas, logo que tomaram conhecimento do conteúdo da mensagem, portanto, o comandante do IV Exército foi instruído a chamar o general Franco a seu gabinete e distraí-lo durante o tempo necessário. Assim foi feito, e Justino se reuniu com o general por quatro horas. Durante esse tempo, o grupo de coronéis tomou todas as medidas necessárias pra contatar os oficiais que poderiam aderir e se certificar que os subordinados do general Franco não criariam problemas caso seu comandante não

---

<sup>1256</sup> Entrevista com Orlando Morgado ao Projeto História Oral do Exército, in: MOTTA, 2003 (e). Ot cit. Pag. 74.

<sup>1257</sup> Entrevista com Oswaldo Muniz Oliva ao Projeto História Oral do Exército, in: MOTTA, 2003 (g), Op cit. Pag. 53.

aderisse e fosse preso. Depois de se certificarem do comando da situação, se dirigiram ao gabinete do Comandante do IV Exército para comunicar que todas as ações previstas no planejamento já haviam sido encaminhadas. Neste momento Justino se dirigiu ao comandante da 7ª Região Militar e o interrogou a respeito de qual seria o seu posicionamento. De acordo com o depoimento de Antonio Bandeira assim respondeu esse general: “O que me resta fazer? É participar com vocês. Portanto não é problema”<sup>1258</sup>. Partindo do fato de que o general Franco Ferreira realmente aderiu ao movimento, a versão de Antônio Bandeira parece bastante verossímil. O referido general, ao que tudo indica não foi contatado em momento algum pelas forças do “dispositivo militar”. Como visto acima, Jango já havia ligado para Justino e acreditado quando este lhe assegurou lealdade. O general Franco provavelmente não tinha informações do engajamento de Justino e não tinha nenhuma ordem superior de executar qualquer plano de defesa. No momento em que foi inquirido por seu comandante direto, a batalha já estava perdida, ou aderiria e conservava sua patente, ou se recusava e era preso ali mesmo, optou pela primeira alternativa.

Em Belém, no Comando Militar da Amazônia, até a noite de 31 de março, os conspiradores ainda não tinham informações precisas sobre o golpe. Tiveram enfim notícias por um radioamador de São Paulo, imediatamente as tropas entraram de prontidão. Por ser a região destino quase exclusivo de oficiais descontentes, o estado de espírito entre estes era dos mais favoráveis para a adesão, de acordo com Passarinho, “Os oficiais – todos menos dois – eram partidários de um movimento, que nós chamávamos ‘vamos almoçá-los antes que nos jantem.’”<sup>1259</sup>

Mas no Rio, os oficiais engajados na conspiração não estavam tão tranquilos quanto à inatividade do “dispositivo militar”. Castelo Branco, Ernesto Geisel e Costa e Silva estavam no prédio do Ministério do Exército e tinham receio de que a qualquer momento pudessem ser presos. O temor se tornou ainda mais forte quando, por volta das 15 horas e 30 minutos, a PE ocupou o pátio do Ministério. A situação no Palácio Duque de Caxias, naquele momento não era favorável aos revoltosos. O prédio estava cercado por tropas leais ao governo (o Regimento de Reconhecimento Mecanizado – RecMec - e o 1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos - 1º GCan Au AAe) e alguns oficiais inclinados à rebelião já haviam sido presos. O grupo reunido acabou por

---

<sup>1258</sup> Entrevista com Antonio Bandeira, in: D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1964. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. Pag. 222.

<sup>1259</sup> Entrevista de Jarbas Passarinho ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (e). Op cit. Pag. 66.

não chegar a nenhuma linha de ação. Conforme o depoimento de Portella, os conspiradores decidiram sair do prédio o quanto antes: “todos acharam uma temeridade aqueles dois chefes militares [Castelo Branco e Costa e Silva] se encontrarem no Ministério, pois seriam fatalmente presos e o movimento fracassaria”<sup>1260</sup>. Enquanto estavam cercados, e receavam a possibilidade de saírem daquele lugar, anulados pelo “dispositivo militar”, o grupo reunido no EME estudou a hipótese de requisitar o apoio antes recusado da ECEME já então completamente sublevada. Indecisos quanto ao que fazer e necessitados de tomar atitudes urgentes, decidiram se reunir para avaliar a situação. Nenhum oficial general participou da reunião, que foi conduzida pelo coronel Nogueira Paes, por ser o mais antigo. Até o último momento, Castelo Branco ficou à distância, pretendendo escapar das possíveis sanções caso a tentativa fracassasse. Saíram à paisana pela porta dos fundos e se dirigiram para o forte de Copacabana que já sabiam estar sob o controle de oficiais da ECEME ligados à rebelião. O general Castelo Branco conseguiu fugir para a ESG e depois seguiu em direção à ECEME. Portella chegou a se deslocar para o prédio, (tinha sido chamado por Costa e Silva), mas quando chegou não conseguiu entrar por causa do cerco, caminhou até um telefone público e foi informado que os oficiais que estavam no EME já haviam saído de lá. Os oficiais engajados no golpe na cidade do Rio de Janeiro não imaginavam ainda que o “dispositivo militar” estava tão desarticulado. E chegaram a avaliar a possibilidade de recuar antes que algo pior pudesse lhes acontecer. Castelo Branco, que de manhã já tentara fazer os mineiros desistirem, sugeriu o mesmo ao general Mamede: “na parte da tarde, o General Castelo Branco deu ordens para suspender-se a prontidão e retornarem-se os trabalhos escolares, devendo-se, porém, acompanhar o que se estava acontecendo”<sup>1261</sup>.

No sul, o governo de Ildo Meneghetti se apressou a tomar as atitudes que lhe eram possíveis, em território em princípio favorável a Jango. Mandou ocupar as estações de rádio e televisão, requisitou as reservas de combustível das distribuidoras lá instaladas, instituiu feriado bancário e escolar para os dias 1, 2 e 3 abril. O general Benjamin Rodrigues Galhardo colocou o III Exército de Prontidão, conforme as ordens recebidas, mas como não era mais oficial de plena confiança (em função de sua proximidade com o governador do Estado e com o General Adalberto Pereira dos Santos, comandante da 4ª DI) foi convidado para assumir o comando do EME no lugar

---

<sup>1260</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 125.

<sup>1261</sup> Idem.

de Castelo Branco, então exonerado<sup>1262</sup>. Em torno das 20 horas e 30 minutos, Galhardo comunicou ao general Adalberto que o General Ladário Teles estava se deslocando em direção a Porto Alegre para assumir o comando dos seus dois postos (III Exército e 4ª DI respectivamente). Diante de sua iminente perda de comando, o general Galhardo chegou a se comprometer com Ildo Meneghetti e Adalberto Pereira dos Santos a não passar o comando e prender Ladário assim que este chegasse à sua presença. O governador estava inclusive preparando um manifesto a ser “assinado pelo Gen. Galhardo e pelo Governador Ildo Meneghetti, solidarizando com a Revolução”<sup>1263</sup> Na região de Santa Maria, um dos maiores entrepostos militares do país, outro general também estava sendo pressionado para aderir, mas até aquele momento relutava em ceder: o General Mário Poppe de Figueiredo, comandante da 3ª DI. A notícia da Rebelião em Minas Gerais chegou oficialmente ao Rio Grande do Sul na tarde do dia 31 de Março. De acordo com o General Poppe, a ordem de prontidão rigorosa chegou a Santa Maria por volta das 17 horas<sup>1264</sup>. Um de seus subordinados à época, o então coronel Rui de Paula Couto relata a indecisão do General Poppe em aderir à conspiração contra Goulart:

Conversei muito com o General Poppe que, várias vezes, mostrou-se constrangido. Senti que ele não estava contra o movimento, mas inibido por um dever de gratidão para com o General Jair (Jair Dantas Ribeiro) o Ministro. Então eu o alertei:

- General, a questão não é mais pessoal, estamos em uma situação de fato e o país não pode mais aguentar esses comunistas. Se não agirmos agora, se esperarmos mais um pouco, viraremos uma República Sindicalista.

-Pois é! Foi a sua resposta lacônica e evasiva.

E ficou naquele “pois é”. Outros companheiros telefonaram para ele; eu estava lá quando o General Garrastazú (Hugo Garrastazu) comandante da 3ª DC (3ª Divisão de Cavalaria), de Bagé, telefonou, dizendo que estava com problemas. Ele só dizia:

-Pois é..., não..., sim..., eu estou bem...

Ficou só nos monossílabos, e nós sem sabermos bem o que estava acontecendo<sup>1265</sup>.

Em Minas, por volta das 16 horas, Muricy recebeu de Mourão o comando do Destacamento Tiradentes<sup>1266</sup>. As tropas entraram em ordem de marcha mais ou menos neste horário. Neste momento, antes que qualquer unidade em princípio fiel ao governo

---

<sup>1262</sup> Ibid. Pag. 153.

<sup>1263</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 431.

<sup>1264</sup> FIGUEIREDO, 1970. Op cit. Pag.42.

<sup>1265</sup> Entrevista com o Rui de Paula Couto ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (m). Op cit. Pag. 32.

<sup>1266</sup> MELLO, 1979. Op cit. pag. 121.

aderisse à rebelião, o governo perdeu aquela que poderia ter sido uma das suas melhores possibilidades de sustar todo o movimento ainda em seu começo. O então Coronel Rui Barbosa de Moreira Lima, comandante da Base Aérea de Santa Cruz tinha ainda o controle de sua unidade, apesar de vários oficiais favoráveis ao movimento rebelde, e tinha condições de atacar e destruir toda a coluna que começava a se deslocar de Juiz de fora, mas não teve autorização para fazê-lo. Com possibilidades limitadas de ação, decidiu sobrevoar as forças mineiras com um jato de passeio para avaliar a capacidade de resistência destas. Por suas próprias palavras:

O General Mourão Pôs a tropa na estrada e marchou contra o Rio de Janeiro. Por duas vezes, o Conselho de Segurança, através de um colega que já morreu, me telefonou: “Rui dá uma corrida nessa coluna do Mourão, basta uma passagem que você faz o serviço nele. Eles vão embora”.

Eu lhe disse: “Olha, tenho uma cadeia de comando e a cadeia de comando é o Brigadeiro Teixeira, é ele quem manda na Zona Aérea, e na minha base. Se der a ordem e eu puder cumpri-la vou fazê-lo; hoje, no entanto, com esse mau tempo, parece que não há jeito. Atacar uma coluna de blindados é fácil. Sou doutor em coluna, porque só fiz isso na guerra. Se eu quiser parar a coluna, sem morrer ninguém, basta atirar no carro da testa e no último. Com esse procedimento o pessoal foge. Depois é só botar fogo nos outros. Mas não vou fazer; sem ordem, não faço isso”.

Impaciente por esperar, lá pelas 16h decolei no jatinho Paris, tendo como copiloto o Tenente-Coronel Berthier, Comandante o 1º Grupo de Caça. Passei para o topo das nuvens - 5.500m - chamei o radar do Galeão, pedindo ao operador que me levasse à vertical da cidade de Paraíba do Sul. Fiz a primeira tentativa e encontrei a coluna próxima de Areal. Assinalei no mapa da revista Quatro Rodas. Quando passei pelas viaturas, foi uma correria só. Pânico total, por falta de espaço para manobrar, em plena Serra do Mar e com o tempo reinante, voltei a 5.500m e fiz nova tentativa.

Chamei de novo, o Galeão para me levar outra vez para cima de Paraíba do Sul. As palavras do Berthier - que era meu amigo, mas estava formal, com um constrangimento terrível - foram essas: “Coronel Rui, nessa segunda tentativa, vamos morrer”. Eu lhe respondi com essa frase: “A gente só morre uma vez”.

Nova passagem pela coluna, novo Pânico. Voltei ao topo das nuvens novamente e chamei o Galeão que me transmitiu a seguinte mensagem: “O brigadeiro Teixeira está pedindo sua presença na 3ª Zona Aérea”. Respondi: “Você avisa ao Brigadeiro Teixeira que estou com o Comandante do 1º Grupo de Caça a bordo, vou deixá-lo em Santa Cruz e volto para falar com ele”<sup>1267</sup>.

Não sendo bombardeadas, as tropas mineiras chegaram ao Corte do Paraibuna, fronteira entre os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Neste momento Mourão

---

<sup>1267</sup> Entrevista de Rui Barbosa de Moreira Lima ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (1). Op cit. Pag. 59,60.

leu seu manifesto, que foi transmitido pela rádio Globo, no Rio de Janeiro<sup>1268</sup>. O manifesto de Mourão, de todos os que foram feitos até o final do dia 1º, foi o único que se colocou claramente pela deposição de João Goulart: “Na certeza de que o Chefe de Governo estará a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas (...) há de ser afastado do poder que abusa, para, de acordo com a lei, operar-se a sua sucessão, mantida a ordem jurídica”<sup>1269</sup>. Logo em seguida, Magalhães lançou (ou “relançou” seu manifesto) também. Por volta das 17 horas e 30 minutos, quando as tropas de Minas já se encontravam em marcha, o comandante da AMAN recebeu do I Exército ordem para colocar de prontidão o Batalhão de Comandos e Serviços da AMAN. A ordem foi cumprida. O grupo da AMAN se manteve informado a respeito dos acontecimentos via rádio.

Em São Paulo, Às 17 horas, todo o dispositivo civil da conspiração civil já estava mobilizado. A logística estava pronta e já haviam sido entregues “vultosos fornecimentos ao II Exército”<sup>1270</sup>. Entre os conspiradores houve uma pequena polêmica quanto à forma de providenciar os transportes. Os militares queriam jamantas para transporte das peças de artilharia, mas os conspiradores civis não foram capazes de providenciar os veículos. Surgiu a proposta de fazer o transporte sobre trilhos. Os militares alegaram questões de segurança, pois as estradas de ferro poderiam ser sabotadas com facilidade. A discussão prosseguiu até o fim da tarde e por fim foi aceita a proposta de fazer o transporte por via férrea já em torno das 19 horas. Segundo Hermann de Moraes<sup>1271</sup>:

Algumas dessas composições começaram a rodar antes das 20 horas e às 22 horas já atingiam o Vale do Paraíba. Até hoje não pudemos saber se o gen. Krueel, então Comandante do II Exército, tinha conhecimento do fato àquela hora<sup>1272</sup>.

Mesmo em minoria no estado São Paulo, oficiais do “dispositivo militar” poderiam, como temiam os golpistas, ter sabotado o deslocamento de armas e carros de combate que estavam sendo transportados por via férrea, mas não existe nenhuma evidência de que em algum momento esta ideia passou pela cabeça de qualquer oficial ligado à defesa do governo. Às 17 horas, Krueel saiu do seu QG até então na Rua

---

<sup>1268</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag.121.

<sup>1269</sup> Apud MELLO, 1979. Op cit. Pag.122.

<sup>1270</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 378.

<sup>1271</sup> De acordo com Dreifuss, Hemann de Moraes era um ativo membro do IPES; DREIFUSS, 1981. Op cit.pags. 206, 288, 391.

<sup>1272</sup> Apud, SILVA, 1975. Op cit. Pag. 378,9.

Conselheiro Cipriano e segue para o QG da II DI. A mudança se deu por motivos de segurança, três importantes generais não concordavam com a adesão do II Exército à rebelião e Krueel pensava que corria o risco de ser preso por eles. Eram Aloísio de Miranda Mendes - comandante da II DI, Armando Bandeira de Moraes - comandante da II RM e Euriale de Jesus Zerbini - comandante da ID de Caçapava. Euriale foi fiel à legalidade até o fim, os dois primeiros aderiram ao golpe ao longo do processo. Ao chegar a seu novo posto, recebeu ligação de Goulart, preocupado com o alastramento da subversão iniciada em Minas e querendo saber da posição do Comandante do II Exército. Krueel não atendeu o presidente em suas primeiras tentativas de contato, assim que mudou de QG<sup>1273</sup>. O comandante do II Exército ainda não estava preparado para dar um ultimato ao presidente, precisava ainda se certificar de quantos oficiais superiores seguiriam o seu comando.

Neste exato momento estava convocando todos os generais sob suas ordens para tentar convencê-los a aderir à rebelião. Mas a adesão de importantes comandantes ainda não estava assegurada. Zerbini, foi convidado para esta reunião com Krueel, foi avisado que a reunião não ocorreria no QG do II exército, mas no QG da II DI. Entre 18 horas e 30 minutos e 19 horas, Zerbini chegou ao QG da II DI, um major já se encontrava esperando-o do lado de fora e lhe transmitiu recado do General Aloísio (Comandante da II DI e a quem era subordinado diretamente) para não se reunir com Krueel antes de falar pessoalmente com ele, em sua residência. O comandante do ID de Caçapava nem chegou a entrar no prédio e foi ao encontro de Aloísio. Lá chegando, seu superior hierárquico o colocou a par dos acontecimentos de Minas e também de seus receios em relação ao possível posicionamento de Krueel. Perguntado por Zerbini sobre o que faria se Krueel aderisse, Aloísio respondeu: “que prenderia Krueel”<sup>1274</sup>.

Imediatamente Zerbini recebeu ordens de se dirigir para Caçapava e assumir o comando do Vale do Paraíba. Isso significaria a 6ª RI de Caçapava, 6ª RI de Lorena e um Batalhão de Engenharia em Pindamonhangaba, e que ficasse preparado e em condições de se deslocar tanto para São Paulo como para o Rio de Janeiro. Zerbini ainda tentou ir à sua casa, mas ao passar em frente, já notou que estava sendo vigiada pela polícia de São Paulo<sup>1275</sup>. O comandante da 2ª ID partiu para Caçapava, chegando lá depois de algumas horas. Todavia, para somar aos revezes do “dispositivo militar”

---

<sup>1273</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 383.

<sup>1274</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag. 390.

<sup>1275</sup> Ibid. pag. 390.

nestes dias, Zerbini não tinha segurança de ser obedecido, pois tinha acabado de assumir o comando, de acordo com seu depoimento: “Eu não conhecia, praticamente, nem os comandantes dos Regimentos que passara a comandar e, muito menos, a oficialidade. Mas sabia que a situação, há algum tempo, estava trabalhada pela revolução de 64.”<sup>1276</sup> Seu primeiro contato foi com o comandante do VI Regimento, Coronel Sousa Lobo, seu amigo pessoal, que lhe garantiu apoio. Em seguida ligou para Lorena e estabeleceu contato com o comandante da 6º RI, Coronel Lacerda, que também lhe declarou apoio e se prontificou a atender às suas ordens. Em condições de seguir tanto para o Rio como para São Paulo, determinou por medida de segurança que o 6º RI se formasse na direção de Campos do Jordão (caminho para Minas) e que ocupasse a Ponte do Paraíba, na altura de Jacareí. Determinou à 5º RI que entrasse em formação na direção de Itajubá, onde havia um Batalhão de Engenharia de Minas. Algum tempo depois o comandante desta unidade transmitiu notícias da unidade mineira. O referido batalhão estava de prontidão, mas até então dentro dos quartéis e nada de anormal havia sucedido. Na frente de Campos do Jordão, as notícias eram as mesmas: nada de anormal. Nestas condições Zerbini permaneceu, aguardando a evolução dos acontecimentos. Tentou várias vezes, sem sucesso, se comunicar com o General Aloísio em São Paulo<sup>1277</sup>.

Ao cair da noite, Costa e Silva conseguiu finalmente se reunir com seu Estado-Maior<sup>1278</sup>. Segundo Portella, Costa e Silva convocou o General José Horácio Garcia (segundo o depoente “já apalavrado”) para assumir um comando com base no 1º BCC, sediado na Avenida Brasil e um dos batalhões do Regimento Escola Infantaria (REI) que estava sendo movimentado também pelo “dispositivo militar”. Neste regimento existia um grande número de oficiais simpáticos ao movimento. Segundo Portella, o coronel Arnaldo Calderari, comandante do 1º BCC aderiu de pronto ao movimento<sup>1279</sup>. O general Garcia entrou em contato com o coronel João Figueiredo, na ECEME e requisitou um grupo de oficiais para seu Estado-Maior. Os conspiradores desta escola já tinham preparado vários estados-maiores para os generais que aderissem ao movimento. Compuseram o Estado-Maior do general Garcia, os seguintes oficiais: “tenentes-coronéis Lanes da Silva Leal, José Magalhães Silveira e Mario Silva O’Reilly, e majores Bersange Figueiredo Prates, Paulo Ferreira Studart, Danilo Venturini, Ivem Jejuhy Costa, Antônio Joaquim Moreira e Amando Luiz Paiva Chaves”. O general Garcia teve

---

<sup>1276</sup> Ibid. pag. Pag. 391.

<sup>1277</sup> Idem.

<sup>1278</sup> MELLO, 1979. Op cit. pag. 125.

<sup>1279</sup> Idem.

dificuldades para assumir o comando do 1º BCC em função da resistência de alguns sargentos. Mas com ajuda do General Aragão conseguiram debelar essa oposição. Os mais obstinados a não cooperar com o golpe foram presos e o regimento foi enfim controlado pelos conspiradores. Enquanto isso, o Major Biar, oficial de ligação com o REI, se deslocou para a Quinta da Boa Vista para contatar os oficiais deste regimento simpáticos à conspiração. No REI, os oficiais simpáticos à derrubada de Jango asseguraram a este oficial que não atacariam as tropas sublevadas<sup>1280</sup>.

No Rio, entre 20 e 21 horas, Costa e Silva e seus oficiais estavam ainda à espera de um sinal claro de adesão de Kruel. Portella entrou em contato telefônico com o coronel Cid Osório, que lhe informou da potencial adesão de várias tropas, e até da disposição favorável do governador Ademar de Barros, mas não havia ainda uma definição de Kruel. Em seguida, Costa e Silva conseguiu contato telefônico com o comandante do II Exército. O compadre de Goulart informou-lhe estar prestes a lançar sua proclamação de adesão, mas que ainda encontrava resistências dos Generais Bandeira e Aluísio Mendes, comandantes da 2ª R.M e 2ª D.I, respectivamente. Costa e Silva pediu para falar com os dois, no que foi atendido. Transmitiu-lhes informações sobre o andamento da sublevação tentando convencê-los de que o movimento já era vitorioso. Portella, sempre pronto a atribuir à Costa e Silva as ações decisivas, afirma ter o seu chefe conseguido convencer os dois generais<sup>1281</sup>. Em seguida, o Chefe do Departamento de Obras do Exército também entrou em contato com o governador Ademar de Barros, aconselhando-o a lançar sem demora sua proclamação como forma de pressionar Kruel para que se definisse. Ademar estava escrevendo sua proclamação.

No âmbito da resistência civil, os operadores da companhia telefônica negaram-se a cumprir as determinações de Ademar de Barros e foram obrigados a fugir diante do cerco que a Polícia Militar fez ao prédio. Na região do ABC, o movimento sindical ameaçava resistir por meio de deflagração de greve, mas foi também reprimido<sup>1282</sup>. Segundo o relato do então major Antonio Erasmo dias. Na tarde do dia 31, o movimento sindical de Santos ocupou a refinaria de Cubatão, ameaçando explodi-la, caso as tropas favoráveis ao Golpe pretendessem ocupá-la. Nesse momento o comandante do II Exército ainda não havia se proclamado oficialmente a favor do golpe e o general comandante da guarnição não aderiu ao movimento de deposição. Mas a

---

<sup>1280</sup> Ibid. Pag. 126.

<sup>1281</sup> Ibid. Pag. 126,7.

<sup>1282</sup> Ibid. Pag. 127.

maior parte dos oficiais estava pelo engajamento do golpe e recebeu ordens de ocupar a refinaria, o que foi conseguido enfim, por volta das 23 horas<sup>1283</sup>. O Movimento sindical como um todo estava com o governo, mas a polícia de Ademar de Barros foi eficiente em anular quase completamente este setor. Segundo o então coronel Cid Osório:

Quando telefonei para a polícia civil, o Delegado Ribeiro de Andrade, que era um delegado o interior - era um delegado especial - que conspirou conosco, me disse: “Cid, fique tranquilo que - os agitadores do INCRA, naquele tempo era outro organismo - já está ‘tudo’ na gaiola; já prendemos todos”. Os presidentes das entidades, os sindicalistas, todos, eles prenderam todos<sup>1284</sup>.

Por volta das 22 horas, a embaixada norte-americana acompanhava os acontecimentos e não se sentia segura ainda do sucesso do movimento e não confiava em Krueel: “É importante observar que embora tenhamos ouvido essa informação de diversas fontes, não estamos absolutamente seguros de que o movimento já tenha começado (...) o significado que isso possa ter no alinhamento político de Krueel é obscuro”<sup>1285</sup>. O receio de que o movimento fracassasse também estava em Wernon Walters, que mais cedo havia passado um telegrama ao departamento de Estado Americano com o seguinte conteúdo: “A rebelião parece estar perdendo *momentum* por falta de apoio, particularmente em São Paulo e outros estados. As forças democráticas estão em sério perigo”<sup>1286</sup>.

Em Brasília, o receio de derrota também era grande entre os conspiradores. No plenário, os debates apontavam para vitória do governo. As medidas ainda que tímidas do “dispositivo militar” no Distrito Federal transmitiam a impressão de que o governo estava na ofensiva e que toda a rebelião não ia passar de mais uma quartelada. Aluysio de Carvalho, falando em nome da oposição, já acusava Jango de ditador, pela forma como supostamente reprimia as tropas que se revoltaram contra seu governo:

Ninguém tem dúvida, pelos atos praticados em Brasília, de que o presidente da República não pretende outra coisa senão se fazer ditador no país, utilizando as forças armadas no seu objetivo disfarçado, a pretexto de garantir a ordem e o regime, depois do fato consumado, da luta, se transformará em ditador.<sup>1287</sup>

---

<sup>1283</sup> Entrevista de Antonio Erasmo dias ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (g). Op cit. pag. 135.

<sup>1284</sup> Entrevista com Cid de Camargo Osório, in: MOTTA, 2003 (m) Op cit. pag. 118.

<sup>1285</sup> Telegrama dos Adidos Militares a Washington, 31/03/1964, Apud GASPARI, 2002. Op cit. Pag. 79.

<sup>1286</sup> Idem.

<sup>1287</sup> Diário do Congresso Nacional, Suplemento, pag. 9. Para a hora, discurso de Doutel de Andrade de 31 de março de 1964, em Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro, Vol. 2. Pags. 304-7. Apud GASPARI, 2002. Op cit. Pag. 80.

O deputado federal udenista Amaral Netto ia ainda mais longe, e já falava em morrer na resistência: “Fiquemos neste mausoléu, morramos aqui dentro, mas que todos morram com dignidade, que ninguém se curve a este homem que não mais preside o país legalmente”<sup>1288</sup> no lado do governo, Doutel de Andrade refutou os rumores divulgados pouco depois de meia noite que davam notícia da adesão de Kruel:

Essa notícia não tem amparo na verdade dos fatos. Na realidade, ela já foi difundida esta noite cerca de seis vezes. Por seis vezes testada e por seis vezes foi desmentida e quero acreditar que antes que a primeira estrela surja, será desmentida mais vinte e mais cem vezes (...) Vossas excelências tentaram passar o primeiro de abril com uma antecipação de 24 horas. (...) Mercê de Deus, está salva a democracia neste país, está restaurado o império da lei. Mercê de Deus este festival de insurreição está findo, está agonizante, está moribundo, está desesperado. Dele nada mais restará, como disse, senão a frustração, senão o sentimento de não ver os intento golpistas consumados<sup>1289</sup>.

Mas nessa hora a notícia era verdadeira. Pouco antes das 20 horas se iniciou a reunião de Kruel com seus oficiais subordinados do II Exército. A esta reunião não compareceram Euriale de Jesus Zerbini (fiel ao “dispositivo militar”) e Lindolfo Ferraz. Aluízio Mendes e Armando Bandeira foram os principais oficiais que participaram. A Reunião perdurou até 23 horas e 30 minutos e terminou com a adesão não só de Kruel, mas também dos oficiais reunidos com ele, alguns dos quais tinham sido colocados em seus comandos pelo governo para impedir uma rebelião<sup>1290</sup>. Enquanto transcorria a reunião, no lado de fora, um oficial enviado por Justino – Coronel Pessoa – esperava a oportunidade de falar com o comandante do II Exército. Em uma das saídas de Kruel, pouco depois das 20 horas, Pessoa se levantou e tentou abordar o General, mais foi repellido sumariamente, o comandante disse estar muito ocupado. Ao retornar para o gabinete, deixou a porta entreaberta e discretamente encostado a ela, pôde ouvir o diálogo de Kruel com o Presidente, que ocorreu logo depois de seu retorno à reunião. Ao atender a ligação de seu compadre e superior hierárquico, o comandante do II Exército exerceu em tom de ultimato, a derradeira pressão para que Goulart fizesse uma opção de classe, e rompesse com as forças sociais que naquele momento lhe davam sustentação e se curvasse àqueles que estavam financiando a subversão. Militar

---

<sup>1288</sup> Idem.

<sup>1289</sup> Ibid. Pag. 80,1.

<sup>1290</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 386.

experiente e sabidamente respeitado, Kruel, depois de um dia inteiro de reuniões e contatos, já tinha a clara noção de que sua adesão significaria um duríssimo golpe moral para as forças de defesa, podendo mesmo ser o desmoronamento definitivo do governo. As palavras de Kruel para Goulart variam muito pouco de testemunha para testemunha, na versão de Portella:

O general Kruel foi atendê-lo e a certa altura disse: “presidente, demita Abelardo Jurema e Darcy Ribeiro e faça uma declaração desaprovando o CGT, a UNE etc., que levarei o II Exército em apoio ao seu Governo”. Tapando com a mão o fone, foi repetindo o que Jango dizia: “Não posso fazer isso com quem sempre me deu apoio. Primeiro vou esmagar Minas. Depois estudaremos as medidas a serem adotadas”. (...) Kruel respondeu: “Presidente, a custo venho mantendo o controle de minha tropa, preciso de resposta urgente. Receio que esta seja a última oportunidade que teremos para um entendimento como Presidente e Comandante do II Exército”<sup>1291</sup>.

Pouco antes da meia-noite sai a proclamação de Ademar de Barros. Segundo Silva, o governador paulista já havia escrito uma primeira proclamação por volta das 22 horas, mas os seus termos foram considerados muito moderados pelos conspiradores que lotavam o seu palácio de governo. Pressionado por uma comissão enviada pelos conspiradores civis e militares, Ademar aceitou rever o seu texto. Faziam parte da comissão o Marechal Inácio Rolim, General Ivanhoé Martins, o Coronel Antônio Carlos de Andrada Serpa (enviado de Magalhães) e o civil Nemésio Bailão<sup>1292</sup>. E logo depois de Ademar, Kruel se colocou oficialmente ao lado da rebelião. Tanto a proclamação de Ademar de Barros (apesar de toda a pressão dos conspiradores em seu gabinete) como a de Kruel, evitaram falar diretamente em deposição. A de Kruel dava a entender, se bem analisada, que se pretendia era na verdade “salvar” o governo da “infiltração comunista”: “O II Exército, sob meu comando, coeso e disciplinado, unido em torno de seu chefe, acaba de assumir atitude de grave responsabilidade com o objetivo de salvar a Pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho”. Sobre o motim dos marinheiros: “A recente crise, surgida na Marinha de Guerra (...) contou com a conivência de almirantes nitidamente da esquerda e a complacência de elementos do Governo Federal, a qual se justapôs a intromissão indébita de elementos estranhos para a solução de problema interno daquela Força Armada, persistiu ficasse bem definido o grau de infiltração comunista no meio militar”. Sobre a suposta infiltração comunista e seu objetivo de destruir as forças armadas: “O intenso trabalho do Partido Comunista no seio das Forças

---

<sup>1291</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 129.

<sup>1292</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 380.

Armadas, desenvolvido principalmente no círculo dos Praças e objetivando induzi-las à indisciplina, traz em seu bojo um princípio de divisão de forças que reflete enfraquecimento do seu poder reparador, na garantia das instituições”. Finalmente, no que tange aos objetivos do II Exército nesta adesão: “manter-se fiel à constituição (...) sua luta será contra os comunistas e seu objetivo será o de romper o cerco do comunismo que ora compromete a autoridade do Governo da República”<sup>1293</sup>. Tão logo anunciada sua decisão, o comandante do II Exército enviou uma série de comunicados a suas unidades que esperavam por seu posicionamento, recebendo de todas elas aprovação e prontidão para deslocamento de forças. Para a 9ª Região Militar, por exemplo, foi enviado o seguinte radiograma: “Acabo de lançar manifesto Forças Armadas e Nação, contrário ação comunista, a fim de libertar poderes constituídos cerco nefasto órgãos do governo”, e obteve como resposta o seguinte telegrama:

A ordeira e operosa população de Campo Grande e de todo o Estado de Mato Grosso pode confiar na ação patriótica do Exército Brasileiro, mantendo-se calma, prosseguindo em seus afazeres normais, certa de que a tropa da 9ª RM lhe garantirá a tranquilidade que todos almejamos. Entretanto, se elementos mal avisados tentarem perturbar a ordem todas as medidas necessárias serão tomadas com o máximo rigor<sup>1294</sup>.

Feitos os contatos com seus subordinados diretos, o comandante do II Exército se comunicou com todos os núcleos mais dinâmicos do golpe. Ligou para Costa e Silva, no Rio de Janeiro, Mourão, em Juiz de Fora e Médici, em Resende, todas essas ligações foram feitas depois de uma hora do dia 2. De acordo com Ernani Corrêa Azambuja, ajudante de ordens de Goulart, a adesão de Krueel foi elemento decisivo para explicar grande número de adesões que se seguiram nas horas seguintes:

A adesão do General Krueel ao movimento revolucionário foi a gota d'água. Posteriormente tomei conhecimento que inúmeras Guarnições aguardaram com ansiedade a decisão que ele tomaria. Penso que se ele tivesse confirmado o apoio, a história poderia ter tido outro desfecho<sup>1295</sup>.

Às 22 horas e 30 minutos, o General Zerbini conseguiu, depois de várias tentativas, se comunicar com seu superior direto, o General Aloísio. Neste momento,

---

<sup>1293</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 387.

<sup>1294</sup> Apud, SILVA, 1975. Op cit. Pag. 389.

<sup>1295</sup> Entrevista com Ernani Corrêa de Azambuja, in: MOTTA, 2003 (L). Op cit. Pag. 273.

este oficial já se inclinara para a rebelião. Ordenou a Zerbini que se dirigisse imediatamente para São Paulo a fim de falar com Krueel. Zerbini não aceitou a ordem, irritado, Aloísio desligou o telefone<sup>1296</sup>. O General Aloísio Mendes tinha se comprometido com Zerbini a prender Krueel se este se decidisse pelo golpe. Mas dentro do QG onde estava, o mais provável é que o contrário acontecesse, visto que em toda a unidade, a quantidade de oficiais dispostos a se engajar no movimento contra Goulart era muito superior aos que tentavam defendê-lo. O então coronel Cid Osório era um dos que esperava ao lado de fora esperando por uma decisão. Este oficial, também receava que Krueel viesse a não aderir em função das pressões dos generais Aloísio Mendes e Bandeira de Moraes, e de acordo com seu testemunho, já havia uma articulação para prender os dois generais. O esforço de Krueel era tão somente para evitar dissensões, mas a adesão era uma questão de tempo. Ainda na versão deste oficial, a adesão dos dois generais foi apenas formal, pois não apenas em pouco ajudaram, como teriam tomado medidas para protelar a saída das tropas do II Exército, o que não impediu o sucesso de golpe, em função do desmoroamento das forças de defesa do governo, mas poderiam ter comprometido sua eficiência:

Quando chegamos ao quartel ele entrou no gabinete comigo, sozinho, fechou a porta e me perguntou: “Como é Cid, como está a coisa? Temos ou não teremos dissensões, não haverá problema”? E eu lhe disse: “O senhor pode iniciar o movimento que não teremos dissensões, não haverá problema”. Ele disse: “Então você se arme, avise aos companheiros para ficarem aqui perto do gabinete, que vou chamar os generais e, se eles não aderirem, vocês entrem que nós vamos prender esses generais”. E ficamos esperando...

Eu já estava cansado de esperar, chamei o irmão do Krueel, General Riograndino e disse: “Olha, o General Krueel está perdendo tempo com esses generais, ele não vai conseguir nada desses camaradas. Diga ao General Krueel para não insistir com eles que não vai conseguir nada”. Ao que o Riograndino respondeu: “Cid, espera mais um pouco”. E ficamos esperando.

Dali a pouco sai o primeiro, sai o segundo, sai o terceiro e eu, na saída de um deles, raciocinei em voz alta, murmurando, que o General Krueel estava sendo ingênuo, e o Chefe de Estado-Maior dele - que era um pelego - quis até me prender. Saíram dizendo que iam aderir, e não aderiram nada. O Comandante da Região, Bandeira de Moraes, fugiu e se escondeu oito horas na Companhia de Comando da Região. O Aluísio de Miranda Mendes, comandante da 2ª DI, Passou no PI (Ponto Inicial) às 7h da manhã, mas só foi chegar em Resende às 4h da tarde, e “segurou” o Esquadrão que ele devia ter lançado no reconhecimento tático à frente. O Esquadrão é para isso, você o lança em busca do inimigo; e o Esquadrão ficou “preso” atrás dele.<sup>1297</sup>

---

<sup>1296</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 391.

<sup>1297</sup> Entrevista com Cid de Camargo Osório, In: MOTTA, 2003 (m). Op cit. Pag. 120.

No Palácio das Laranjeiras, de acordo com Jurema, mesmo ficando cada vez mais clara a tendência de Kruel, Goulart se recusava a admitir os fatos:

Às nossas perguntas, Samuel Wainer, eu Riff, Serpa e pouquíssimos outros mais, o Presidente sempre respondia evasivamente e quase que textualmente: “\_ Kruel vai bem... é meu amigo, está comigo, mas... sempre falando nesse negócio de comunismo, na infiltração do CGT, no PUA, nessas bobagens que eu liquido em dois tempos. Vai bem...” Às minhas solicitações para falar ao General Amaury Kruel, para garantir a ação do General Puertas no Controle das rádios e televisões de São Paulo, sempre o Presidente as descartava, encaminhando-as para o General Assis Brasil<sup>1298</sup>.

Embora Jango se recusasse a admitir com suas próprias palavras, a adesão de Kruel era iminente, e de maneira tácita ele e Assis Brasil já admitiam o fato. Para tentar minorar o prejuízo da adesão do II Exército, Assis Brasil e Goulart contataram os oficiais ainda fiéis da região, aliás, “o” general fiel que restou. Aloísio Mendes e Bandeira de Moraes estavam reunidos com Kruel, e sobre eles restava pouca esperança. O único que sobrou foi Zerbini, em Caçapava. Assis Brasil ligou para este general a fim de saber de seu posicionamento e de suas condições para apoiar o governo militarmente. O Comandante do 2ª ID reafirmou sua fidelidade ao governo. Até aquele momento, considerava suas condições favoráveis. Os comandantes das unidades a ele subordinados ainda o obedeciam, mas não tinha condições de se opor a todo o II Exército caso este se colocasse em movimento. Assis o informou que o Grupamento de Unidades Escola estava seguindo em sua direção e seria colocado ao seu comando (O REI, que em princípio comporia a Coluna Cunha Melo foi redirecionado para São Paulo). Com essas unidades seria possível oferecer resistência<sup>1299</sup>. Pouco depois, por volta das 23 horas e 30 minutos, o próprio Jango ligou para Zerbini, que repetiu para o presidente rigorosamente as mesmas informações que já tinha passado para o Chefe do Gabinete Militar. E Jango reiterou a informação de que tropas de reforço estavam sendo enviadas. O presidente ainda lhe perguntou sobre Kruel, Zerbini não soube responder com precisão, mas afirmou que existia “ambiguidade no ar”<sup>1300</sup>.

A situação no estado de São Paulo era amplamente desfavorável ao governo. Mesmo Zerbini e os poucos oficiais fiéis, sequer conseguiam a obediência de seus

---

<sup>1298</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 193.

<sup>1299</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 391.

<sup>1300</sup> Idem.

subordinados. Enquanto o Comandante do II Exército estava dissipando as resistências de Aloísio e Bandeira, o Comandante da 2ª ID, em Caçapava tentava, sem sucesso, tomar medidas preliminares para resistir. Ligou para o 5º RI de Lorena para saber de novos acontecimentos. Foi informado que não havia ninguém no quartel, que o regimento saía em caminhões. Não foi informado do destino dos caminhões. Mandou uma patrulha motorizada para recolher informações, mas a patrulha saiu e não voltou, nada informando a seu comandante. Durante o resto da noite, não obteve mais qualquer notícia. O comandante da Zona Aérea de São Paulo comunicou a Zerbini que tentaria aterrar em Caçapava, mas acabou não conseguindo realizar a manobra em função do mau tempo. O último General do “dispositivo militar” no II Exército concluiu que também o 6º RI mudaria de lado à sua revelia a qualquer momento. A última esperança estava nos reforços que lhe foram prometidos e com os quais poderia controlar a situação<sup>1301</sup>. Mas as tropas prometidas nunca chegariam. O Comandante da 2ª ID não podia saber, que nas tropas comandadas pelo general Anfrísio existiam vários capitães e tenentes simpáticos ao golpe. Como resultado da sucessão de derrotas e defecções, varias partes da tropa, ao invés de combaterem as tropas paulistas, passaram-se para o lado destas<sup>1302</sup>.

Depois de oficialmente rebelado, o II Exército se colocou em marcha. Militarmente, no entanto, não constituía um desafio invencível. Segundo o depoimento de Cid Osório, grande parte das tropas sequer tinha munição: “saímos blefando, não tínhamos munição. Foi na época em que estavam trocando também o armamento, do Mauser para o FAL (...) também em matéria de transporte, estávamos péssimos, não tínhamos nada”<sup>1303</sup>. O apoio do II Exército se tinha impacto militar não decisivo, politicamente marcou o momento da inflexão para a direita de todas as forças indecisas. As decisivas defecções em favor do golpe começaram a partir dali. Em suas proclamações Krueel se valeu também dos conceitos da Doutrina da Guerra Revolucionária para justificar sua ação. Como por exemplo, em sua ordem de Operações Nº1:

A intentona de Brasília e a crise que recentemente comprometeu a nossa gloriosa Marinha retratam e evidenciam esses propósitos subversivos, como fases da guerra revolucionária que cumpre pôr termo, antes que inoperante o regime democrático<sup>1304</sup>.

---

<sup>1301</sup> SILVA, 1975. Op cit. pag. 122.

<sup>1302</sup> MELLO, 1979. Op cit. pag.142.

<sup>1303</sup> Entrevista com Cid de Camargo Osório, In: MOTTA, 2003. Op cit. Pag. 122.

<sup>1304</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag. 384.

Em direção à Guanabara partiram a 2ª D.I, sob o comando do general Aluizio de Miranda Mendes e os 5º e 6º regimentos de infantaria sob o comando dos Coronéis Manuel Corrêa de Lacerda e Souza Lobo, respectivamente. A maior parte das outras unidades estava sendo preparada para seguir o mesmo destino. Como medida de segurança, temendo uma ação do III Exército foi deslocada uma parte do seu efetivo em direção ao Sul, esse grupamento foi constituído pelo 4º R.I, o 2º Grupo de Obuses 155 e do 17º Regimento de Cavalaria. Sob o comando dos coronéis Carlos Alberto Cabral Ribeiro, Abrahão Bentes e João Marques Ambrósio. Algumas unidades do II Exército já tinham aderido antes mesmo da decisão oficial do Comandante do II Exército, tais como o Regimento de Cavalaria, mencionado acima, a guarnição de Campinas, a Escola Preparatória de Cadetes, o 4º grupo AAé e o 2º Batalhão de Carros de Combates Leves. A movimentação das tropas foi saudada em nova proclamação do governador Ademar de Barros, já de madrugada<sup>1305</sup>.

No Rio, Costa e Silva entrou em contato com Castelo Branco para informar da adesão de Krueel. Castelo estava em um apartamento em Copacabana em companhia do Marechal Ademar de Queiroz, dos Generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Antônio Molina e outros. Segundo Portella, diante da adesão do II Exército, Castelo Branco retomou contato telefônico com o General Bizarria Mamede. Revertendo a ordem que fora dada na parte de tarde, Castelo determinou a seu subordinado que coordenasse, a partir da ECEME, a revolta nas escolas militares da Praia Vermelha, da Urca e também do Forte São João. Mamede já estava em entendimento com vários oficiais do Forte São João, ESG, Escola de Educação Física, Escola de Artilharia de Costa. O comandante do Forte de Copacabana, já ansioso, de pronto aderiu ao movimento<sup>1306</sup>.

Costa e Silva entrou em contato com Médici em meio a estes acontecimentos. O comandante da AMAN pediu maiores informações, pois até aquele momento não tinha noção clara da sequência de acontecimentos e do andamento da rebelião. Costa e Silva se identificou para Médici como o “líder da Revolução”. De acordo com Portella, as palavras de Costa e Silva foram mais ou menos as seguintes: “Pois você vai saber: é um movimento revolucionário do qual o seu amigo é o chefe, juntamente com Castelo

---

<sup>1305</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 127.

<sup>1306</sup> Ibid. pag. 133.

Branco” ao que teria respondido Médici: “Dê suas ordens, chefe”<sup>1307</sup>. Costa e Silva ordenou ao comandante da AMAN que levantasse a academia. Informando-o da adesão do 1º Batalhão de infantaria blindado de Barra Mansa, que ficaria daquele momento em diante sob o comando de Médici e ainda lhe ordenara entrar em contato com o coronel Corrêa de Lacerda, comandante do 5º RI de Lorena, que também estava com a sublevação. A ligação de Krueel para Médici aconteceu pouco depois, por volta das 02 horas e 30 minutos da madrugada. Além de comunicar sua adesão, o comandante do II Exército teria solicitado ao Diretor da AMAN para que tomasse as medidas possíveis para facilitar a passagem das tropas do II Exército pela região de Resende. Médici, como esperado se comprometeu a atendê-lo.

Uma constante da ação do governo durante os dias em que ocorreu o golpe militar foi sua lentidão, tanto de ação como de acesso e processamento das informações. Enquanto os contatos entre os conspiradores eram ágeis e constantes, Goulart e seus assessores pareciam não achar que algo de maior gravidade acontecia e ficavam como que à espera de informações. De acordo com Jurema, até a madrugada de 31 de março para 1º de abril, a desinformação do governo era preocupante, nada se sabia “com relação ao Amaury Krueel, nem muito menos sobre o ambiente militar de São Paulo. Igualmente nada se sabia com relação ao General Justino Alves”<sup>1308</sup>. Como para se certificar, em torno das 2 horas, Goulart travou contato com o comandante do IV Exército, de acordo com Justino, o diálogo entre ele e Goulart se deu mais ou menos com as seguintes palavras:

— “General”, me diz, “como está o IV Exército”?  
— “Bem, Presidente”, lhe respondo, colhido um pouco de surpresa. Ele faz pausa e pergunta-me: — “Em que situação”? — “De Rigorosa prontidão”, ocorre-me-me dizer, acrescentando: — “E por aí, como vão as coisas”? — “Por aqui tudo dominado, tudo bem”. Eu ainda repito: — “Por aqui, estamos de prontidão”. Ele despediu-se secamente<sup>1309</sup>.

Pouco depois chegou ao Palácio das Laranjeiras a notícia da traição de Krueel. Foi a primeira notícia da adesão de todo um exército à rebelião. Justamente no estado em que mais temiam. Onde a conspiração empresarial era mais forte e organizada, em que estava instalado um dos governadores mais hostis ao governo federal. E que era comandado por Krueel, em quem Goulart depositara demasiada confiança em função dos vínculos pessoais entre os dois, e que tinha um grande potencial para atrair novos

---

<sup>1307</sup> Ibid. pag. 128.

<sup>1308</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 189.

<sup>1309</sup> BASTOS, 1965. Op cit. Pag.358.

oficiais e unidades inteiras. Essa notícia, de acordo com Jurema: “estabeleceu pânico entre os militares presentes”<sup>1310</sup>.

Na frente de batalha, as defecções das forças do I Exército, as quais deveriam combater as tropas mineiras, começam também por volta de meia noite, no mesmo momento da adesão de Krueel, mas não necessariamente por causa disto, pois até então, nada sabiam do que acontecia no II Exército. A primeira tropa a ter defecções foi o 1º Batalhão de Caçadores, comandando pelo Coronel Kerensky Tulio Mota, que era fiel ao governo. O 1º BC, em função da proximidade foi a primeira unidade a fazer contato com as tropas mineiras. O movimento de adesão não foi automático, havendo resistências, mas como em quase todos os lugares, aqueles mais propensos ao golpe tiveram mais iniciativa que os que se colocavam em defesa do governo<sup>1311</sup>.

Neste momento, a AMAN já estava também com o golpe. Os comandantes das forças leais ao governo, entretanto, não tinham esta informação e continuaram ainda durante algumas horas informando ao general Médici sobre as movimentações das tropas do “dispositivo militar”. Foi assim que às 3 da manhã o comandante da AMAN soube que o general Moraes Âncora determinara que o 4º DI se deslocasse da Guanabara, que o Grupamento de Unidade Escola (GUEs) estava indo em direção a São Paulo com previsão de passagem por Resende em torno das 12 horas do dia 1º de abril, e que o 1º DI estava se deslocando em direção a Juiz de Fora. Ainda no decorrer da madrugada de 31 de março para 1º de abril, o GET da AMAN foi informado de que as tropas do II Exército estavam iniciando deslocamento em direção à Guanabara. Como parte de seu esforço na rebelião, o comandante da AMAN mobilizou seus efetivos, desencadeando o “Plano Lealdade”<sup>1312</sup> com o objetivo de barrar o avanço das tropas do dispositivo através do posicionamento de tropas na BR2 entre Barra Mansa e Itatiaia e garantir a passagem das tropas que vinham de São Paulo. Foi enviado um oficial de ligação para contatar o comando das tropas que vinham do II Exército, além de outras medidas como plano de requisição de suprimentos, segurança de órgão de utilidade pública, controle dos locais de difusão e fornecimento de energia e meios de transporte. Assim que tiveram a informação de que o GUEs estava já nas imediações da BR2, foi enviado um oficial descaracterizado, pilotando um carro, a fim de estabelecer um posto de observação da movimentação das tropas legalistas. A partir deste oficial, o grupo da

---

<sup>1310</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 193.

<sup>1311</sup> Entrevista com Antonio Carlos da Silva Muricy, in: MOTTA 2003. Op cit. Pag. 42.

<sup>1312</sup> Entrevista com Moacyr Barcellos Potyguara ao Projeto História Oral do Exército, in: Motta, 2003 (a), Op cit. Pag. 55.

AMAN ficou sabendo que o comandante do destacamento era o general Anfrísio da Rocha Lima, o próprio comandante da unidade, e que estava acompanhado do coronel Abner Moreira, comandante do Regimento Escola de Infantaria (REI) e do coronel Aldo Pereira, comandante do Grupamento Escola de Artilharia (GEsA) <sup>1313</sup>. Diante das informações que apontavam para um possível choque entre as tropas do I e II Exércitos na região de Resende, os cadetes da AMAN foram posicionados entre os dois exércitos. Simultaneamente o comando da AMAN fez divulgar uma proclamação intitulada “Irmãos em Armas” comunicando a adesão da academia ao movimento rebelde e apelando às duas tropas a se somarem ao movimento e impedir o derramamento de sangue, especialmente dos cadetes empregados na operação: “Não tenteis cortar sem maior ponderação, no seu nascedouro, tantas vocações capazes de gerar, para a condução do destino do Brasil, os chefes de que carece a grande nação a que todos, com orgulho, pertencemos” <sup>1314</sup>. Um exemplar da proclamação foi enviado para o comandante das tropas do governo que se encontravam já nas proximidades da cidade. O comandante do Regimento REI avançou com suas tropas até o ponto de se certificar da localização do corpo de cadetes da AMAN e interrompeu seu avanço. As tropas da AMAN serviram principalmente como obstáculos para o avanço das tropas que queriam evitar o combate aos alunos da academia, mas não apenas. A primeira bateria de artilharia, comandada pelo coronel Aldo Pereira, entrou em posição de tiro, mas as duas outras que estavam na retaguarda continuaram seu deslocamento ultrapassando a vanguarda do destacamento a fim de aderirem à rebelião. O REI, de acordo com o Coronel Aricildes de Moraes Motta, era a unidade que possuía as peças de artilharia mais modernas do país naquele momento <sup>1315</sup>. Seu movimento de adesão foi organizado à revelia de seu comandante. Um dos oficiais que participou do movimento de defecção era o então tenente Oacyr Pizzotti Minervino. De acordo com seu depoimento, as tropas eram em princípio fiéis ao governo, mas a baixa oficialidade (majoritariamente de tenentes e aspirantes) estava convicta a favor do golpe e se articulou para aderir. “O Capitão Seixas (...) convocou os comandantes das 1ª e 3ª Baterias, (...) e propôs a passagem para o outro lado (...) só os oficiais de confiança é que poderiam saber”. De acordo com o relato do depoente, entre os sargentos, a posição majoritária era pela defesa do governo, em função disto: “O Capitão Alencastro ordenou, a seguir, que

---

<sup>1313</sup> Entrevista com Antonio Jorge Correa, in: MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 36.

<sup>1314</sup> Proclamação “Irmãos em Armas”, do General Emilio Garrastazu Médici, anexa a entrevista de Antonio Jorge Correa, In: MOTTA, 2003. Op cit. Pag. 39.

<sup>1315</sup> MOTTA, 2003 (g). Op cit. pag.115.

mantivesse os sargentos sem munição e que nada lhes dissesse sobre nosso destino”. Existia ainda um problema técnico, disseram aos sargentos que as duas baterias fariam uma missão de reconhecimento, avançando além da vanguarda da unidade e marchando em direção ao território inimigo. Mas baterias inteiras não eram usadas para fazer esse tipo de reconhecimento. Quando questionado por um dos sargentos, respondeu: “Certo, mas esse é um reconhecimento diferente (...) ordens devem ser respeitadas”<sup>1316</sup>. Ainda segundo este depoente, no momento em que ultrapassaram a bateria que se encontrava na frente das demais, o oficial que liderava o regimento – Coronel Abner – tentou se matar: “O comandante do grupo, sentado no meio-fio, não era bobo, percebeu que tinha perdido a tropa. (...) ultrapassado, em prantos, a coluna desfilando na sua frente, exclamava: ‘Traidores! Traidores’! Soube, posteriormente, que ameaçou se suicidar, mas os oficiais que estavam perto impediram-no”<sup>1317</sup>. Feita a passagem e depois de um breve mal-entendido com os aspirantes da AMAN que os interpelaram como se fossem fiéis ao governo, consultaram os praças sobre suas posições: “Quando o subtenente disse que era contra, o outro subtenente também já foi contra e os demais, até o último sargento, declararam-se contra. Então Seixas determinou: ‘Todos estão presos. Coloquem as armas no chão’”<sup>1318</sup>. Para os golpistas da AMAN, a adesão das duas baterias do REI foi fundamental para que a correlação de forças naquele momento pendesse para os conspiradores, de acordo com o então capitão Geise Ferrari:

A adesão do Grupo Escola de Artilharia (menos uma bateria), foi um momento de alívio, porque a disparidade era muito grande. O Grupo Escola era equipado com armamento do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos e as viaturas 2,5t estavam carregadas de cunhetes de munição. Nós tínhamos apenas uma Bateria de Cadetes, do Curso de Artilharia da Academia, para enfrentar aquele volume de fogo, caso o Grupo atirasse contra nós<sup>1319</sup>.

As condições para o “dispositivo militar” reagir tornavam-se então ainda mais dramáticas, pois além da desconfortável necessidade de opor resistência ao corpo de cadetes da AMAN, as tropas legalistas necessitavam agora dar combate a alguns de seus próprios membros que agora se achavam entre as tropas sublevadas.

---

<sup>1316</sup> Entrevista com Oacyr Pizzotti Minervino ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, 2003 (g). Op cit. Pag. 115.

<sup>1317</sup> Ibid. Pag. 116.

<sup>1318</sup> Ibid. Pag. 117.

<sup>1319</sup> Entrevista com Geise Ferrari, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag. 198.

Na noite do dia 31, mesmo após muitas falhas do “dispositivo militar” e de várias adesões, algumas unidades importantes do I Exército não aderiram ao Golpe. Tal foi o caso do 2º BIB comandado pelo Coronel Eurico Seixo de Brito e o regimento dos Dragões da Independência, comandado pelo Coronel Raul Munhoz. Essas unidades vieram a aderir posteriormente graças aos sucessos do golpe ao longo do dia 1º de abril, fato que possibilitou aos oficiais médios se rebelar a despeito da posição contrária de seus comandantes. Outra unidade que se negou a aderir ao golpe foi o Regimento de Reconhecimento Mecanizado, comandado pelo Coronel Descartes Gaíva. Esse regimento chegou a deslocar suas tropas e prender alguns oficiais simpáticos ao golpe<sup>1320</sup>.

O mesmo aconteceu no sul do país. No início da madrugada, Galhardo decidiu voltar a atrás de sua decisão de aderir ao golpe e resolveu passar o comando do III Exército para Ladário<sup>1321</sup>. Diante das recusa de Galhardo em prosseguir na traição, Ildo decidiu mudar a sede do governo Gaúcho para Passo Fundo, de onde, poucas horas depois lançaria também o seu manifesto aderindo ao golpe<sup>1322</sup>. O General Ladário e sua comitiva chegaram a Porto Alegre à 1 hora e 20 minutos da manhã. No aeroporto foram recebidos pelo general Otomar Soares de Lima, chefe do Estado-Maior do III Exército, pelo brigadeiro Otelo Ferraz e mais alguns oficiais, o prefeito de Porto Alegre e outras autoridades civis. De lá, seguiram diretamente para o QG do III Exército. O encontro entre os dois generais foi marcado por uma desagradável tensão. Nas palavras de Ladário:

Fui mal recebido pelo Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo, que, despido de humor, visivelmente irritado, pronunciava algumas frases que não chegava a compreender a verdadeira significação. Mais tarde, pelo *Correio do Povo*, no dia 2, constatei a razão de sua irritação: segundo se lê naquele jornal, o Gen. Galhardo assumira o compromisso com o Governador Ildo Meneghetti de não me passar o Comando e, ao contrário, de me prender. A ser verdade o que publicou o jornal, e que me parece razoável, faltou coragem ao Gen. Benjamin Galhardo para cumprir o seu compromisso<sup>1323</sup>.

De posse do comando do III Exército, Ladário entrou em entendimento com Adalberto Pereira dos Santos para que este passe o comando da 6ª DI ao seu substituto legal. Em seguida, procurou se inteirar das tropas que tinha fiéis e proclamou por meio

---

<sup>1320</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 131.

<sup>1321</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 431.

<sup>1322</sup> Ibid. Pag. 433.

<sup>1323</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag. 437.

de sua Ordem do Dia a sua disposição de se opor ao golpe<sup>1324</sup>. O general Adalberto, que recebeu instruções de Ladário de passar o comando imediatamente e seguir para o Rio de Janeiro, retrucou que não poderia sair de Porto Alegre. Alegou como justificativa o estado de saúde de uma irmã que estaria gravemente enferma e conseguiu permissão para ficar. Logo depois retornou à sua unidade, mas não passou o seu comando conforme o novo comandante lhe ordenara. Às 3 horas Ladário insistiu para que Adalberto passasse o comando a seu substituto legal, Adalberto resistia<sup>1325</sup>. Às 03 horas e 30 minutos Adalberto entrou em contato telefônico com o General Poppe de Figueiredo comunicando sua intenção de não passar o comando e instando para que o comandante da 3º DI o apoiasse. De acordo com o relatório das atividades golpistas em Santa Maria, Adalberto não obteve o resultado esperado, o Comandante da III DI se limitou a responder: “Adalberto, o coração manda que eu lhe apoie, mas a razão não me permite fazê-lo. Acho aconselhável buscar uma solução dentro da lei, que não fira a constituição”<sup>1326</sup>. O Comandante da 4ª DI dificultou ainda o quanto pôde a passagem de seu comando. Às 5 horas, Ladário enviou ao QG de Adalberto o Coronel Codeceira Lopes para exigir que o comando fosse passado, nesse momento Adalberto obedeceu à ordem<sup>1327</sup>. Pouco depois Adalberto fugiu para a cidade de Passo Fundo onde aderiu à rebelião<sup>1328</sup>. Nas palavras de Ladário: “Foi mais um farsante a deixar cair a máscara...”<sup>1329</sup>. De acordo com Cordeiro de Farias, ao fugir, Adalberto conseguiu levar uma parte das tropas de sua unidade:

Com Adalberto Pereira dos Santos, que deslocou boa parte da tropa de Porto Alegre para Passo Fundo, levando armas e munições. Estávamos em condições de montar uma boa resistência no interior do estado e ainda promover uma marcha de reforço de São Paulo para Porto Alegre<sup>1330</sup>.

Junto com o novo comandante do III Exército, estavam dois generais até então fiéis ao governo e que poderiam ter evitado a divisão das tropas da região central do Rio Grande do Sul. Eram eles: Crisanto de Figueiredo e Silvino Castor da Nóbrega,

---

<sup>1324</sup> Ibid. Pag. 438.

<sup>1325</sup> Idem.

<sup>1326</sup> A Revolução de 31 de março de 1964 na 3ª DI, anexo à entrevista de Rui de Paula Couto, In: MOTTA, 2003. Op cit. Pag. 57.

<sup>1327</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag.438.

<sup>1328</sup> Na ditadura militar que Adalberto Pereira dos Santos ajudou a instalar, viria a desempenhar papéis muito importantes, como o de vice-presidente da República, durante o governo do General Ernesto Geisel.

<sup>1329</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag.437.

<sup>1330</sup> CAMARGO E GÓES,1981. Op cit. Pag. 564.

comandantes da ID/5 e 5ª RM respectivamente. Mas suas contribuições ficaram bastante limitadas em função do fato já mencionado de estarem de férias justamente no período de maior atividade conspirativa contra o governo<sup>1331</sup>. Esses dois generais não conseguiram decolar para Curitiba conforme pretendiam em razão do mau tempo. Por meio do contato via rádio souberam do general Dário Coelho - comandante da Artilharia Divisionária - que o II Exército, sob o comando de Kruel havia aderido ao levante e que ele (Dario) aderira ao comando do II Exército e da rebelião. Pouco depois souberam que os comandantes de Santa Catarina também haviam aderido à rebelião<sup>1332</sup>. Também sob o impacto da adesão do II Exército, o General Hugo Garrastazu, que era tido como homem do governo, também abandonou o “dispositivo militar”, segundo o depoimento de Azambuja: “O General Garrastazu só renegou o Jango depois. Ele era muito ligado ao General Kruel e aguardou a decisão daquele chefe militar”<sup>1333</sup>.

Diante das defecções no III Exército, Ladário determinou a organização de três grupamentos em direção à fronteira norte do estado a serem comandados pelo General Silvino<sup>1334</sup>. Determinou ainda ao Coronel Engenheiro João Guerreiro Brito que ocupasse com o Batalhão Rodoviário o Passo de Locono a fim de deter as forças rebeladas do III Exército que, provenientes de Santa Maria – região central do estado, já se achavam em marcha para a capital Porto Alegre. Ladário não utilizou nestas operações nenhuma tropa de Porto Alegre ou São Leopoldo a fim de garantir a segurança da capital, para onde estava indo o presidente<sup>1335</sup>.

No Rio de Janeiro, de acordo com Portella, durante a madrugada o I Exército intensificou a busca pelos QGs dos conspiradores (Costa e Silva e Castelo Branco). Isso teria obrigado Costa e Silva a deslocar seu Estado-Maior por duas vezes. Na segunda, optou por distribuí-los por dois apartamentos no bairro de Copacabana<sup>1336</sup>. Apesar do depoimento de Portella, não encontramos em lugar algum evidências de que o “dispositivo militar” estivesse à caça destes oficiais, nos parece que os conspiradores estavam muito mais preocupados com as medidas elementares de segurança que as forças do governo.

Mas o maior revés para o “dispositivo militar” ainda estava por vir. A vanguarda da Coluna Cunha Melo era composta pelo Regimento Sampaio. Comandada

---

<sup>1331</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 190.

<sup>1332</sup> Apud SILVA, 1984. Op cit. Pag. 401.

<sup>1333</sup> Entrevista com Ernani Correa de Azambuja, In: MOTTA, 2003 (I). Op cit. Pag. 273.

<sup>1334</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 439.

<sup>1335</sup> Idem.

<sup>1336</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 137.

pelo Coronel Raimundo Ferreira de Sousa (amigo de Denys). Quando recebeu de Oromar Osório a Tarefa de comandar a vanguarda das tropas do “dispositivo militar”, este ignorava a presença de Denys na Região e não deu importância para as ligações deste oficial com o Marechal de reserva sabidamente conspirador. Pela versão de Guedes, o diálogo entre Oromar e Raimundo se deu mais ou menos nas seguintes palavras: “Surgiu um problema em Juiz de fora onde Mourão fez mais umas de suas tolices, e chego até ter pena dele. Por esse motivo o governo teve que intervir em Minas, mas não é coisa preocupante” <sup>1337</sup>. As forças de defesa até este momento ignoravam mesmo quem estava envolvido na conspiração. Como visto em páginas acima, as deficiências de informação eram grandes na organização do “dispositivo militar”. O Coronel Raimundo não era o único oficial habilitado para desempenhar a função, era o comandante de seu RI, mas havia dois outros regimentos e qualquer um dos três poderia ter sido mandado, para somar aos revezes do “dispositivo militar” nos dois dias decisivos do golpe, o escolhido foi justamente Raimundo.

Quando a vanguarda das tropas leais ao governo chegou à cidade Três Rios, seu comandante foi convidado pelo filho do coronel João Baptista da Costa a atender um telefonema do mesmo (o coronel Baptista já havia aderido ao levante, mas Raimundo não sabia). Segundo Barbosa de Moraes, por muito pouco, o coronel Raimundo não aceitou atender ao telefonema:

O rapaz [filho do coronel João Baptista], depois me contou, entrou no PC e deu o recado ao coronel Raimundo. Seu Estado-Maior aconselhou-o a não comparecer ao posto telefônico, desconfiados de uma cilada. Discutiram se devia ir ou não, e resolveram, após o estabelecimento de algumas medidas de segurança, que sim, poderia ir.<sup>1338</sup>

Ao atender ao telefonema e perceber que se tratava de seu antigo comandante, o marechal Denys, Raimundo aderiu imediatamente à rebelião. Ainda segundo Barbosa de Moraes, a reação do coronel Raimundo ao ouvir a voz de Denys já demonstrava claramente a disposição do comandante do Regimento Sampaio em obedecer a seu antigo comandante: “Conta o filho de Baptista que, ao Marechal Denys dizer: ‘Alô Raimundo’!, este fez continência com o telefone na mão” <sup>1339</sup>. De acordo com o

---

<sup>1337</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 232.

<sup>1338</sup> Entrevista com José Antonio Barbosa de Moraes, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag.200.

<sup>1339</sup> Idem.

depoimento do próprio Denys, a conversa entre os dois foi rápida e objetiva, e Raimundo não teve qualquer dúvida em aderir:

Disse o Cel. Raimundo: \_ “É o Coronel Batista?” Respondi: \_ “Não Raimundo, é o Mal Denys”. E ele: \_ “não sabia que o senhor estava aí em Juiz de Fora” Respondi-lhe que me achava ali, com a tropa e com mineiros para depor o Governo e acabar a ameaça de comunismo que havia para o País. Dei-lhe mais informações que pediu e disse-me, por fim: “Mal. Denys, eu e toda a minha tropa nos solidarizamos com o movimento revolucionário”<sup>1340</sup>.

Mas a defecção do Regimento não foi automática. Existiam oficiais na unidade que não estavam dispostos a cooperar com o golpe de Estado, tal como no caso das baterias do REI, o comandante convenceu os subordinados a primeiro marchar em direção às tropas inimigas mesmo que sem unidade entre os mesmos. Mas ao chegar lá, a possibilidade de fazer outra coisa que não aderir era praticamente nula. Quando Raimundo se apresentou a Muricy, foi de imediato informando-o de que havia um oficial com seu regimento disposto a não aderir. O coronel Raimundo Nonato era contra a adesão e no final foi preso por Muricy. De acordo com o depoimento deste general:

- Mas olhe General - ele [Raimundo] alertou -, o grupo de Artilharia que veio comigo não quer aderir. O Raimundo Nonato não quer Aderir.

- Mas como? Nós estamos querendo salvar o Brasil, nós não estamos lutando por A, B ou C, estamos lutando pelo Brasil, ele é brasileiro, tem que vir.

Peguei então uma Companhia do Regimento Sampaio e desdobrei-a em “Linha de Atiradores! Fogo à minha ordem!” - em linguagem antiga -, e saí a pé em direção do Grupo de Artilharia. Abordei a primeira viatura, mandei-a manobrar e fechei a estrada. Dirigi-me ao motorista e perguntei:

- Onde está o comandante?

- Está aqui mesmo.

- Nonato, você tem que aderir, estamos lutando pelo Brasil! - disse.

- Ah, não posso. Tenho compromisso com o meu Comandante, não posso aderir.

Voltei-me para ele e disse:

- Então está preso! Fique aí sentado, mantenha-se sentado.

Dei ordem para descer todos os oficiais, sargentos e soldados e os reuni no meio da estrada e lhes fiz uma preleção. Aconteceu um fato pitoresco, que *O Globo* publicou: “O caso do sargento profeta”. Quando eu estava terminando de falar, na estrada, um sargento disse em altas vozes: “O Espírito Santo falou pela boca do General! Vamos apoiar o General! Vamos aderir”. Aderiu todo mundo. Uma bateria do Grupo, que já tinha recuado, voltou e eu ganhei mais uma Bateria<sup>1341</sup>.

<sup>1340</sup> Entrevista com Odylio Denys, Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag. 374.

<sup>1341</sup> Entrevista com Antonio Carlos da Silva Muricy, In: MOTTA, 2003 (m). Op cit. Pag. 43.

O comandante do 1º Batalhão de Caçadores (1º BC), coronel Kerensky Túlio Mota, assistiu à defecção também do Regimento Sampaio, mas não seguiu o exemplo. Contudo, o impacto provocado pela defecção foi muito forte, e vários oficiais do 1º BC que ainda não tinham aderido, começaram a se inclinar para a participação na rebelião, de modo que a capacidade de comando deste oficial passou a ser dramaticamente questionada. Diante da nova situação, Kerensky optou por retornar com suas tropas para seu quartel sediado na cidade de Petrópolis (RJ), com a parte da tropa e dos oficiais com que ainda podia contar. De acordo com José Antônio Barbosa de Moraes, alguns elementos da tropa de Petrópolis nem retornaram para o quartel, e foram sendo encontrados pelas tropas que vinham de Minas Gerais: “No avanço para o Rio de Janeiro, recolhemos na estrada, soldados do Batalhão de Petrópolis abandonados por seu comando”<sup>1342</sup>. A defecção do Regimento Sampaio foi o primeiro grande revés para o “dispositivo militar”. Pois foi o maior exemplo a inspirar as outras defecções que viriam a acontecer em seguida, além de inverter a correlação de forças. Se até então as tropas de Minas eram tidas como desprezíveis diante do poder das forças de defesa do governo, neste momento, acrescidas deste regimento tornavam-se superiores em armamento, contingente e poder de fogo. Denys atribui à defecção do Regimento Sampaio a vitória “da Revolução”:

O destacamento Cunha Melo era composto de unidades do Rio de Janeiro e de grande poder. A solidarização dele ao movimento revolucionário desequilibrou a resistência do governo, pois ela nos deu praticamente a vitória<sup>1343</sup>.

Para o então capitão Bayma Denys, a opinião é a mesma:

Esse foi, sem dúvida, o momento decisivo para a Revolução. Caso houvesse o choque entre as colunas, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, as possibilidades de sucesso da Revolução diminuiriam muito. Como houve as adesões do Regimento Sampaio e de frações do 1º de Caçadores, a “Coluna Cunha Mello” desmoronou, levando o sentimento de derrota para as fileiras do Governo Federal e, assim. Diminuindo sua capacidade de resistência<sup>1344</sup>.

No lado do governo, a defecção do Regimento Sampaio, mais até do que a de Kruel foi um dos primeiros sinais inequívocos de que estavam perdendo a batalha. Em

---

<sup>1342</sup> Entrevista com José Antonio Barbosa de Moraes, In: MOTTA, 2003 (b). Op cit. Pag.205.

<sup>1343</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag. 375.

<sup>1344</sup> Entrevista com Rubens Bayma Denys, In: MOTTA, 2003 (a). Op cit. Pag. 178.

suas memórias, o então ministro da Justiça revela também um aspecto da atitude de Jango que em muito pode ter prejudicado a ação de suas forças de defesa: Goulart não informava a seus assessores os fatos graves que aconteciam:

Creio que o presidente João Goulart somente veio mesmo a sentir toda a extensão do movimento revolucionário e a gravidade de sua própria situação, quando, na madrugada de quarta feira (1º), soube que todo um regimento das forças do General Cunha Melo, que devia ocupar Juiz de Fora naquele mesmo dia, havia-se passado todo inteiro, inclusive com um grupo de artilharia, para o lado do General Mourão Filho. Este fato foi guardado até a derrocada final. Nenhum Ministro soube e creio que o da Aeronáutica e o da Marinha só vieram a sabê-lo pelo General Assis Brasil, já o presidente em Brasília<sup>1345</sup>.

Deste momento em diante, as tropas sublevadas sabiam-se donas da situação em sua marcha em direção à cidade do Rio de Janeiro. Sem condições de tomar a ofensiva, Cunha Melo dispôs os dois regimentos de infantaria e a divisão de artilharia restante no caminho das tropas mineiras. Neste movimento interrogou seus oficiais e encontrou dois oficiais, um capitão e um tenente, que se manifestaram em favor da insurreição. Os dois foram presos e retirados de seus comandos<sup>1346</sup>.

No outro extremo do estado de Minas Gerais, a partir da região de Três Marias, um Grupamento de forças Comandado pelo Coronel Dióscoro se deslocava para Brasília. O objetivo era garantir o funcionamento do Congresso nacional onde se esperava que a oposição pudesse declarar o impeachment de João Goulart<sup>1347</sup>. Por volta das 4 horas, Guedes teria resolvido fazer uma provocação ao General Fico, ligando para ele e ordenando que providenciasse acantonamento para suas tropas que estavam se dirigindo ao Distrito Federal. O General Fico, que tinha inclusive deslocado tropas para fechar as vias entre Brasília e o estado de Minas Gerais, ainda não tinha recebido qualquer instrução formal das forças de defesa do governo, mas já tinha recebido “ordens” de duas autoridades ligadas ao golpe, Auro e agora Guedes<sup>1348</sup>.

Às 6 horas da manhã o General Aloísio Mendes comunicou a Zerbini ter recebido ordens diretas de Krueel para se concentrar em Resende. Os reforços prometidos não chegaram. Sem alternativa, o comandante da 2ª ID decidiu cumprir a ordem, em suas palavras: “Não havia mais solução, a não ser ganhar tempo de qualquer maneira ou ser preso. Eu preferi ganhar tempo para ver se a sorte me propiciava alguma

---

<sup>1345</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 195.

<sup>1346</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 396.

<sup>1347</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 234.

<sup>1348</sup> Ibid. pag. 236.

solução”<sup>1349</sup> Ligou para a residência do general Aluísio Mendes e conseguiu obter por intermédio de sua esposa a informação de que seu marido estava também se deslocando para Resende escoltado pelo esquadrão de Reconhecimento Motorizado de São Paulo. Ainda teve autoridade entre suas tropas para interceptar essa unidade e poder conversar pessoalmente com o seu superior hierárquico. O encontro ocorreu entre Caçapava e São José dos Campos. Aloísio lhe disse ter sido pressionado por Kruel durante toda a noite e que afinal se inclinou por obedecê-lo. Disposto a não aderir, Zerbini solicitou passagem para o Rio de Janeiro, pois não considerava a situação definida. Aloísio lhe pediu que seguisse para Resende, e que lá lhe daria passagem para o Rio. Zerbini ainda voltou a Caçapava, escreveu uma carta a Kruel expondo suas razões e depois seguiu para Resende<sup>1350</sup>.

Reconhecendo que situação lhe fugia ao controle, Goulart ainda pensou em conciliar. Tentou contato com Magalhães Pinto em busca de uma solução negociada. O governador de Minas, que nem sequer atendeu ao presidente (Afonso Arinos foi quem atendeu) e recusou qualquer acordo que não fosse a renúncia de Goulart<sup>1351</sup>. Foi também na manhã do dia 1º que Jango perdeu seu Ministro da Guerra. Durante todo o processo, o presidente se negou a substituí-lo porque não queria que Jair se sentisse desprestigiado. Via telefone, Jair lhe impõe condições para resistir, diz que pode garantir Jango no poder com a condição de que declarasse ilegal o CGT e se afastasse de seus aliados mais radicais.

Não é difícil entender porque a existência ou não do CGT era colocada como condição para a permanência de Goulart no poder. O Comando Geral dos Trabalhadores, fundado em agosto de 1962, era a expressão mais viva do sindicalismo independente e combativo. As sementes desta frente sindical podem ser encontradas na Greve dos 300 Mil<sup>1352</sup>, em 1954, mas sua formação aconteceu de fato após o ápice do movimento sindical em 1962, com destaque para as greves gerais de 05 de julho e 15 de setembro deste ano. De acordo com Demiam Melo, a primeira ligada à crise sucessória de Tancredo Neves, e a segunda à antecipação da realização do plebiscito que viria a pôr fim ao regime parlamentarista imposto em 1961<sup>1353</sup>. Enfim, o CGT representava o sindicalismo independente e combativo, e por mais que neste período estivesse em

---

<sup>1349</sup> Apud, SILVA, 1975. Op cit. Pag. 392.

<sup>1350</sup> Idem.

<sup>1351</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 135.

<sup>1352</sup> Ver primeiro capítulo desta tese.

<sup>1353</sup> MELLO, 2009. Op cit. Pag. 73.

grande parte a reboque do governo, representava o permanente risco da radicalização da luta de classes e a emergência da atuação política das classes trabalhadoras. Naquela conjuntura específica, os sindicalistas estavam entre os principais aliados de Goulart em sua mobilização pelas reformas e também entre os principais defensores de seu governo. Em função deste motivo, Jango recusou com firmeza o ultimato da mesma forma que já fizera com Krue, Peri e Juscelino. Diante da resposta, o Ministro que Jango fez tudo para não substituir o abandonou: “A partir deste momento, Presidente, não sou mais seu Ministro da Guerra”<sup>1354</sup>. Pouco antes, o general Moraes Âncora havia comunicado ao presidente a situação do momento. As tropas ainda subordinadas ao presidente - o Batalhão de Guardas e a Polícia do Exército - estavam desorganizadas e sem condições de resistir. O Corpo de Fuzileiros Navais, sob o comando do Almirante Aragão estava sofrendo pressões do Almirantado para não se movimentar. O Ministro da Guerra interino sugeriu a Goulart que se dirigisse para Brasília. Segundo Jurema, só os assessores militares de Jango participaram da reunião, de modo que os seus ministros civis não tiveram oportunidade de opinar<sup>1355</sup>. Goulart, ainda aparentando calma seguiu a sugestão do Comandante do I Exército. De acordo com Silva, no momento em que João Goulart decidiu sair da Guanabara alguém lhe sugeriu que nomeasse Lott Ministro da Guerra<sup>1356</sup>. Jango teria chegado a concordar com a proposta, visto Lott possuir ainda grande autoridade entre os oficiais legalistas, mas não quis tomar a decisão por impulso. Raul Ryff, assessor de imprensa acompanhou Jango até o aeroporto Santos Dumont, lá perguntou ao presidente se deveria segui-lo até Brasília ou ficar no Rio. Jango lhe pediu que ficasse na Guanabara para ajudar Assis Brasil. Mas quando chegou ao Palácio das Laranjeiras a fim de se articular ao Chefe da Casa Militar, este já estava de saída. Segundo Depoimento de Ryff: “Ao retornar ao Palácio, lá encontrei o general Assis Brasil comunicando-se por rádio com o Palácio do Planalto. O presidente já estava em Brasília. Tudo se precipitava e general mudara de plano. Comunicou-se que iria imediatamente para a capital”<sup>1357</sup>. A ida de Goulart à Brasília não foi comunicada aos oficiais que lhe eram fiéis. Os oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), por exemplo, não receberam nenhuma instrução ou informação, embora estivessem entre os mais dispostos a reagir e tivessem os melhores meios para isso<sup>1358</sup>. Às 11 horas o Deputado

---

<sup>1354</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag.400.

<sup>1355</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 93.

<sup>1356</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 421.

<sup>1357</sup> RYFF, 1979. Op cit. Pag. Pag. 26.

<sup>1358</sup> Entrevista com Rui Moreira Lima, in: MOTTA, 2003 (k). Op cit. Pag. 59.

udenista Lima Cavalcanti procurou Goulart no Palácio das Laranjeiras, mas este não estava mais ali. Encontravam-se no local o Ministro da Agricultura, Osvaldo Lima Filho, o Ministro da Saúde, Wilson Fadul, também udenista Deputado Federal Tenório Cavalcanti, o Presidente da Supra, João Pinheiro Neto, o assessor de Imprensa, Raul Ryff e mais alguns aliados. Enquanto as autoridades conversavam do lado de dentro, oficiais da ECEME aliciavam os oficiais responsáveis pela defesa do palácio a também aderir. Pouco depois, alguns Blindados que guarneciam o palácio foram retirados. Observando o fato, o deputado Tenório observou: “Estão tirando nossa alimentação”<sup>1359</sup> Mas os blindados não retornaram aos quartéis, foram guarnecer o Palácio Guanabara.

Mesmo assim, as forças de esquerda que apoiavam o governo Goulart não desistiram de pressionar seus contatos entre os oficiais para que alguma coisa fosse feita. Reunidos em apartamento no Jardim Botânico, Giocondo dias aconselhava por telefone Francisco Teixeira a bombardear o Palácio da Guanabara: “Bombardeia essa merda”<sup>1360</sup>, teria dito. Mas o Comandante da 3ª Zona Aérea respondia que nada podia fazer sem uma ordem que viesse do presidente. Também no dia 1º de abril, um grupo de aproximadamente 30 sargentos esperava de Oromar Osório alguma reação, mas a resposta também teria sido negativa: “O Jango não quer mais nada. não tem luta”<sup>1361</sup>.

Depois das notícias da adesão de Kruel e da maior parte da coluna Cunha Melo, vários oficiais comparecem à ECEME para aderirem ao golpe e se colocarem a disposição, entre os principais estavam os Generais Levy Cardoso, Orlando Geisel e Paulo Resende. Os rebeldes da ECEME são informados de que o general Almeida de Moraes, comandante da Artilharia da Costa, estava ameaçando o Forte de Copacabana. Esta unidade que permanecia fiel estava reforçada por tropas do 8º Grupamento Móvel de Artilharia de Costa (8º GEMAC), do Forte Duque de Caxias. O coronel César Montagna se ofereceu para atacar a unidade que permanecia fiel ao governo. O ataque foi feito por um grupo de oficiais que encontraram alguma resistência. Ao chegar a seu comando sem informações do que havia se sucedido, o General Almeida de Moraes foi preso. A Artilharia da Costa foi assumida pelo General Alvim. No rastro da repercussão desta ação, dois oficiais de Niterói, os tenentes-coronéis Tíndaro e Bismark de Souza tomaram de assalto o Quartel da Polícia Militar daquela cidade. Em seguida se dirigiram

---

<sup>1359</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 407.

<sup>1360</sup> MAGALHÃES, 2012. Op cit. Pag. 306.

<sup>1361</sup> Ibid. pag. 310.

ao Palácio do Ingá prendendo o governador Badger da Silveira. Logo depois, as fortalezas situadas nesta cidade aderiram à revolta por força do desmoronamento do “dispositivo militar”. Os revoltosos da ECEME que já haviam servido no Regimento de Reconhecimento Mecanizado se dirigiram para frente do QG do Exército tentar convencer o comandante do regimento que guardava o lugar a aderir ao golpe. Tal oficial encontrou resistências para atender ao convite entre seus comandados, especialmente entre os sargentos. Ainda assim aderiu e saiu com parte de sua tropa do local indo reforçar o palácio Guanabara e as unidades militares da Praia Vermelha<sup>1362</sup>.

Costa e Silva propôs ao general Álvaro Braga que tomasse o comando da Vila Militar. Este oficial não aceitou a proposta “até que a situação clareasse mais”<sup>1363</sup>. Em seguida a mesma proposta foi feita ao general Rafael de Souza Aguiar, que aceitou a missão. Para tanto, poderia este general contar com a ajuda do General Aragão, que então se preparava para tomar o comando dos paraquedistas. No julgamento de Portella, a missão não parecia tão difícil, pois o comandante dos paraquedistas, General João Costa, “apesar de amigo do general Jair, não era fanático pela situação, pois tinha amigos do lado da Revolução”<sup>1364</sup>. Com efeito, quando o General Aragão estava se preparando para tomar a Divisão dos Paraquedistas, a partir do Regimento Santos Dumont – contando já com vários oficiais para ajudá-lo – o próprio general João Costa foi ao seu encontro, convidou-o para o seu QG e comunicou sua adesão ao golpe.

A ação de tomada da Vila Militar foi facilitada pelo deslocamento, ainda no início do dia 1º, de algumas tropas até então consideradas fiéis, como a Escola de Defesa Antiaérea. O então Capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra comandava a 4ª Bateria de canhões desta unidade. Conta esse oficial, que existia nesta unidade uma clara divisão entre os que apoiavam o golpe e os que a ele se opunham: “No 1º G Can 90<sup>1365</sup> havia quatro Baterias de Canhões: duas vermelhas e duas Baterias Azuis. Duas favoráveis aos comunistas e duas favoráveis à Revolução”. De acordo com a versão deste oficial, as informações não eram precisas, e reinava grande inquietação nos dois lados. Por volta da manhã de 1º de abril, a tropa foi acionada para formar Grupamento Tático para confrontar as tropas do II Exército. Ustra tentou convencer o comandante a não enviar bateria da sua unidade, alegando motivos técnicos (armamento pesado, de

---

<sup>1362</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 132-4.

<sup>1363</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 130.

<sup>1364</sup> Idem.

<sup>1365</sup> O nome da unidade a que pertencia Carlos Alberto Brilhante Ustra, era: 1º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo, cuja sigla completa era: 1º G Can 90 AAé; MOTTA, 2003 (d). Op cit. Pag. 235.

difícil transporte, etc.), mas não foi atendido. Foi informado ainda, que ele seria o comandante desta bateria, que não seria a sua, comandaria os oficiais que não eram rotineiramente de seu comando. Ustra interpretou que essa determinação tinha por fim dificultar a defecção de sua tropa, visto ser ele um oficial manifestamente contrário ao governo Goulart. Temia que a tropa que estava sendo colocada sob seu comando não o obedecesse, caso ele tentasse seguir o exemplo do Regimento Sampaio e do REI: “Se eclodisse qualquer coisa, tinha certeza de que me prenderiam”<sup>1366</sup>. Carlos Alberto Brilhante não estava enganado. Ciente do estado de espírito hostil de parte da média oficialidade, Oromar Osório utilizou a tática de retirar os comandantes hostis de suas tropas precisamente para que se sentissem inseguros em se rebelar. Outro oficial que comenta esse procedimento é Renato Brilhante Ustra (irmão de Carlos Alberto). Na opinião de Carlos Alberto Ustra, o comando da Vila Militar tinha noção da presença de oficiais dispostos a aderir, quando da organização da coluna: “armara um esquema que dificultaria a defecção dos oficiais. Oficiais seriam presos, substituídos”<sup>1367</sup>. Com possibilidades limitadas, Carlos Alberto Brilhante fez o que pode para dificultar a ação defensiva de suas tropas, valendo-se argumentos “técnicos”, atrasou ao máximo possível o deslocamento: “assim fomos nos deslocando e fomos retardando essa coluna, como podíamos”<sup>1368</sup>. As tropas deslocadas da Vila Militar no dia 1º de abril sequer passaram pelo “teste de fidelidade”, visto as escaramuças do golpe no I Exército estarem em seus momentos finais.

No lado da conspiração, com a derrota iminente do governo, Costa e Silva intensificou contatos telefônicos com oficiais superiores que se encontravam em suas residências, convidando-os se somarem ao levante cuja vitória estava iminente. Por volta das 13 horas e 30 minutos estabeleceu contato com o General Âncora tentando convencê-lo a aderir, no que não é atendido. Porém Âncora reconheceu sua derrota e concordou em não mais resistir, se comprometendo a dar ordens neste sentido. Propôs como acordo um encontro com o General Krueel na AMAN, em Resende, sem hostilidades. Costa e Silva aceitou a proposta e procedeu aos contatos com as partes.

No momento em que os generais Aguiar e Aragão se preparavam ocupar a o QG da 1ª DI receberam ligação de Costa e Silva determinando seu abortamento em função da decisão do general Âncora. Aguiar retornou ao QG de Costa e Silva. Aragão

---

<sup>1366</sup> Entrevista com Carlos Alberto Brilhante Ustra, In: MOTTA, 2003 (e). Op cit. Pag. 221.

<sup>1367</sup> Entrevista com Renato Brilhante Ustra, In: MOTTA, 2003 (e). Op cit. Pag. 252.

<sup>1368</sup> Entrevista com Carlos Alberto Brilhante Ustra, In: MOTTA, 2003 (e). Op cit. Pag. 222.

determinou que uma fração do 1º Batalhão de Carros de Combate silenciasse a Rádio Nacional que estava se posicionando contra o golpe. Ao se dirigir pela derradeira vez à Vila Militar, foi informado que o General Oromar Osório já a havia abandonado. Muniz Aragão nem retornaria ao QG de Costa e Silva, após tomar medidas para consolidar a insurreição na Vila militar, dirigiu-se para o Palácio da Guerra. Costa e Silva e Castelo Branco já tinha se deslocado para o Ministério da Guerra, a batalha no I Exército já tinha sido vencida pelos golpistas.

Mais cedo, os Fuzileiros navais, que guarneciam as emissoras de rádio e os jornais receberam ordens de voltar a seus quartéis. Ainda na parte da manhã, os revoltos da ECME prenderam Abelardo Jurema no QG da 3ª Zona Aérea. Jurema foi preso apesar da resistência do comandante da unidade, Brigadeiro Teixeira. Em seguida foi conduzido para a ECME<sup>1369</sup>. Mais tarde, os oficiais reunidos à Costa e Silva receberam a notícia de que Jango voara para Brasília e que as forças de defesa do Palácio das Laranjeiras tinham sido retiradas<sup>1370</sup>.

Por volta das 13 horas, foi comunicado à AMAN que o comandante Moraes Âncora, comandante do I Exército e assumindo interinamente a função de Ministro da Guerra, iria se reunir com o comandante do II Exército para parlamentar sobre a situação. As tropas de São Paulo, comandadas por Kruel estavam chegando à AMAN acrescidas de várias subunidades antes comandadas pelo general Anfrísio. Aquelas que não aderiram, estavam recebendo ordens de Âncora para voltar aos Quartéis. Âncora não consultou ninguém para tomar sua decisão de entregar os pontos. De acordo com Portella, o objetivo de Âncora em encontrar Kruel era o de tentar um acordo que salvasse o governo Goulart. Por sugestão de Costa e Silva, Médici acompanhou a conferência entre os dois generais. Não tendo acordo com relação à permanência do governo de João Goulart, mas reconhecendo a derrota militar do I Exército em função das várias defecções, Âncora determinou a suspensão de todas as operações de defesa. De lá seguiu para o Rio encontrar com Costa e Silva e Castelo Branco<sup>1371</sup>.

A audiência do Ministro da Guerra interino com o comandante rebelado do II Exército significou em termos práticos, a vitória da rebelião iniciada em Minas, que ele e Goulart haviam considerado “pouco preocupante”. A imagem de Âncora indo para a AMAN era a de um general derrotado tentando minorar os prejuízos: “Quando o

---

<sup>1369</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 134.

<sup>1370</sup> Ibid. Pag. 140.

<sup>1371</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 142.

General Âncora foi parlamentar com Kruel, já não era o comandante de um Exército, mas um soldado vencido que apenas iria acertar a rota dos vitoriosos”<sup>1372</sup>. Em sua chegada, em pleno território inimigo, Âncora ainda foi pressionado pelo general Zerbini para a resistência, mas o mesmo já estava derrotado, de acordo com o depoimento do comandante da 2ª ID:

E fui para Resende. Depois de uma série de acontecimentos desagradáveis, eu esperei e soube que o General-Comandante do I Exército, General Âncora, viria à Academia Militar. Eu o esperei no salão, onde já estavam, talvez, duas centenas de oficiais. Quando o Gen. Âncora chegou, e antes que alguém se expressasse, disse ele que não me conformava e não aprovava a situação e pedia a ele que me levasse para o Rio e me desse um comando, seja onde fosse. O Gen. Âncora me declarou, e publicamente, que o Governo estava acéfalo e que o Presidente não estava mais no Rio de Janeiro *e não era mais Presidente*, e que eu não tinha mais nenhuma conduta a tomar, ou decisão<sup>1373</sup>.

A reunião na AMAN aconteceu às 18 horas. Após as solenidades de praxe, ficou decidido o encerramento das operações no Vale do Paraíba e o retorno das tropas aos quartéis. Por determinação do general Médici, a AMAN permaneceu em prontidão até a substituição dos cadetes pelo 5º RI na manhã do dia 1º de abril. Ainda assim, Zerbini viria a tentar responder ao golpe onde houvesse meios para isso. Depois de retornar a São Paulo, procurou transporte para o sul do país onde, em princípio, as forças federais ainda apoiavam o presidente:

Fui informado que se resistia no Rio Grande. Tentei tomar um avião no Campo de Marte. Ou conseguir um avião. O Comandante da Base de Marte disse que era inútil, estava cercado e não tinha avião, mesmo que tivesse, não poderia levantar voo; e pelo rádio procurou uma notícia e nos ouvimos que o presidente tinha deixado o Governo e tinha deixado Porto Alegre. Então nada mais me restava<sup>1374</sup>.

O Destacamento Tiradentes, reforçado pelas adesões das tropas do “dispositivo militar”, avançava com facilidade em direção à Guanabara. Na Altura de Areal encontrou parte da Coluna Cunha Mello (um batalhão do 2º Regimento de Infantaria) em posição defensiva. Muricy preparou o 11º R.I para o ataque, não sem antes alguma

---

<sup>1372</sup> JUREMA, 1964. Op cit. Pag. 203.

<sup>1373</sup> Apud SILVA, 1975. Op cit. Pag. 393, grifo meu. A versão de Zerbini, que era oficial leal ao governo tem nesse trecho uma divergência em relação à narrativa de Portella, que era golpista. Este último afirma que a intenção do general Âncora era tentar um acordo para salvar o mandato de Goulart. Na versão do general do “dispositivo militar”, presume-se que o ministro da Guerra interino já dava inclusive o mandato de Jango como perdido. Não encontramos mais fontes para elucidar esta dúvida.

<sup>1374</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 393.

negociação. O General Cunha Mello enviou a Muricy o recado de que resistiria ao avanço das tropas, mas que não daria o primeiro tiro. Ao que Muricy respondeu que o atacaria em uma hora, não sem antes avisá-lo<sup>1375</sup>. Depois da defecção do Regimento Sampaio, sob o comando do coronel Raimundo, as tropas do dispositivo haviam se tornado inferiores às tropas golpistas. Mesmo assim Cunha Mello ainda estava disposto a barrar o avanço das tropas. Pouco depois recebeu um emissário do general Muricy, dando informações de que Jango já renunciara e apelando para que Cunha Mello não resistisse. Mas o general do “dispositivo militar” não cedeu aos apelos de seu rival e lhe enviou também um emissário, propondo que as duas tropas mantivessem suas posições até que chegassem informações precisas a respeito dos recentes acontecimentos. O general Milton, chefe do Estado-Maior do I Exército entrou em contato telefônico com Mourão e lhe transmitiu pedido do General Âncora para que recolhesse suas tropas a fim de evitar derramamento de Sangue. Mourão evidentemente não atendeu ao pedido e estabeleceu o prazo de duas horas para que Cunha Mello desimpedisse a estrada, ou seria atacado<sup>1376</sup>. De acordo com Hélio Silva, Cunha Mello tentou ainda contato, sem sucesso, com Moraes Âncora, que já havia se deslocado para a AMAN. Em seguida se contactou com o General Assis Brasil, recebendo dele a informação de que Moraes Âncora iria tentar a pacificação e que o presidente João Goulart já havia deixado o Rio de Janeiro e que ele o iria acompanhar. Cunha Mello interrogou Assis Brasil a respeito do que deveria fazer, ouvindo do Chefe da Casa Militar que “fizesse o que quisesse”<sup>1377</sup>, A cadeia de comando do “dispositivo militar” já não funcionava mais. Em meio à iminência de confronto entre as tropas restantes do governo e as rebeldes, Mourão foi informado da ida do General Âncora para a AMAN. Sempre desconfiado das intenções de Krueel, fez ligação para Médici, para dizer-lhe que não cessaria sua movimentação até a renúncia de Jango. Mas recebeu a notícia da “Rendição do I Exército”<sup>1378</sup>.

Diante da determinação de Âncora em suspender as operações de defesa, Cunha Mello concordou em recuar suas tropas. Solicitou a Muricy que não colocasse as suas em movimento logo em seguida para não transmitir a ideia de que uma perseguia a outra. Solicitou ainda que Muricy não passasse com as unidades insurretas pela cidade de Petrópolis, para não desmoralizar o 1º BC ali instalado e não prosseguisse até a Refinaria de Duque de Caxias. Muricy não atendeu ao último apelo. Duas horas depois

---

<sup>1375</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 140.

<sup>1376</sup> MOURÃO, 1979. Op cit. Pag. 380.

<sup>1377</sup> SILVA, 1984. Op cit. Pag. 395.

<sup>1378</sup> MOURÃO, 1979. Op cit. Pag. 380.

da retirada das tropas de Cunha Mello, deu ordem de marcha às suas unidades e passou pelo itinerário que Cunha Mello havia solicitado não utilizar<sup>1379</sup>.

Com a notícia de que as tropas de Minas se aproximavam do Rio de Janeiro, a vigilância do “dispositivo militar” sobre o Ministério da Marinha ficou ainda mais intensa. Ainda assim o comandante Sávio Duarte Nunes<sup>1380</sup>, no Comando da Força dos Mineiros, conseguiu estabelecer contato com os oficiais em terra e deu ordem para que seus navios se movimentassem pela Bahia da Guanabara para apoiar as tropas do Exército, se necessário. Tão logo as informações apontavam para a derrota do governo na Guanabara, os oficiais golpistas da Marinha tomaram de assalto, sem nenhuma resistência, o Ministério da Marinha. Paulo Mário foi destituído de seu comando e o Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald assumiu o Posto de “Comandante da Marinha”. Rapidamente todos os principais comandos daquela arma foram transferidos a “homens de confiança” dos golpistas. O Almirante Levy Reis foi designado para chefe do Estado-Maior da Armada, o Almirante Tristão de Alencar Araripe para o comando da Esquadra. O almirante Mário Cavalcanti para a Força de Contra Torpedeiros. O Capitão-de-Mar-e-Guerra Heitor Lopes de Souza foi designado para o Comando dos Fuzileiros Navais. O Almirante Aragão não estava em seu posto e neste momento seu paradeiro era ignorado. O comando de todos os principais navios foi mudado. Ao chegarem para assumir seus comandos, os oficiais golpistas tiveram alguma resistência, principalmente por parte dos praças, que se recusaram a aceitar os novos comandantes, mas não houve casos de reação violenta<sup>1381</sup>.

João Goulart chegou a Brasília pouco depois das 10 horas do dia 1º de abril. No aeroporto, um grupo de sindicalistas prestava solidariedade ao presidente e se dispunha a resistir ao golpe, mas o Presidente não foi ao encontro da multidão, seguiu de helicóptero para o Palácio do Planalto, onde estavam Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade, Arthur Virgílio. Permaneceu poucos instantes naquele lugar, e seguiu para a Granja do Torto, residência campestre presidencial. Lá, se reuniu com seus aliados civis e alguns militares Darcy Ribeiro, Waldir Pires, Doutel de Andrade, Almino Afonso, Tancredo Neves e outros. João Goulart pediu aos três últimos que redigissem uma

---

<sup>1379</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 142.

<sup>1380</sup> Não conseguimos identificar a patente deste oficial pelas fontes consultadas, estando na condição de comandante, sua patente deveria ser, no mínimo, a de capitão de mar-e-guerra o equivalente a coronel no Exército e na Aeronáutica. Em 1966, de acordo com o Diário Oficial da União de 08/03/1966 - Pág. 7 - Seção 1, era contra-almirante, o equivalente a general de brigada no exército, um posto acima de capitão de mar-e-guerra, com grande possibilidade, essa era sua patente em 1964.

<sup>1381</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 151,2.

declaração para o povo denunciando o que estava acontecendo O Manifesto de Goulart contra o golpe foi publicado no dia 2 de abril no *Jornal do Brasil*. Ao menos no papel, o presidente demonstrava muita disposição a resistir: “reafirmo minha inabalável decisão de defender intransigentemente, numa luta sem tréguas, esse mesmo povo contra as arremetidas da prepotência da pressão do poder econômico”<sup>1382</sup>.

O General Fico garantiu fidelidade ao presidente, tanto do ponto de vista institucional, como pessoal (considerava-se amigo de Goulart)<sup>1383</sup>. Todavia já se tinha várias dúvidas sobre a atuação desse general, inclusive por ser ele muito ligado a Kruehl. Foi proposto que Assis Brasil assumisse o comando militar de Brasília, mas ele se opôs, dizendo ser sua obrigação ficar ao lado do presidente. Diante do volume da conspiração neste momento, e a desorganização das tropas federais também naquela região, chegaram à conclusão de que a capital, igualmente, não oferecia condições para a segurança do Presidente. Decidindo por fim, rumar para Porto Alegre, onde estava a última chance de resistir. Darcy Ribeiro e Waldir Pires se encarregaram de comunicar à televisão a viagem do presidente. Darcy também escreveu um ofício para o congresso nacional comunicando a viagem do presidente a fim de evitar a possível manobra de Auro em declarar vago o cargo de presidente. No Aeroporto, Jango deveria embarcar em um avião moderno da Varig em lugar do avião oficial, que fornecia mais segurança e rapidez. Mas o avião que queria não estava disponível, supostamente estava com defeito e não se conseguia saná-lo. Vários autores já especularam que a não decolagem deste avião se deveu a uma sabotagem, mas a pane é confirmada no depoimento de Manoel Leães (Piloto particular de Jango): “Estranhando aquilo tudo, fui conversar com o comandante Nagib, que era gaúcho, e ele me garantiu que não havia sabotagem. Ocorria, isto sim, uma pane no avião”<sup>1384</sup>.

Quando o isolamento do governo era quase total, Justino se sentiu à vontade para fazer sua proclamação, no começo da tarde de 1º de Abril, assinada em conjunto com o Comandante do 3º Distrito Naval, sediado em Recife (PE) Vice-Almirante Augusto Roque Dias Fernandes. Em suas suas memórias, o general Justino tenta justificar a demora em se posicionar em função de ter esperado até o último instante pela assinatura do comandante da Aeronáutica na Região, não sendo possível localizá-

---

<sup>1382</sup> *Jornal do Brasil*, 02/04/1964.

<sup>1383</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 422.

<sup>1384</sup> BRAGA, 2003. Op cit. Pag.43.

lo, lançou-a sem ele. Curiosamente, o então comandante do IV Exército não menciona suas tentativas de localizá-lo<sup>1385</sup>.

Pouco antes, Miguel Arraes tinha sido deposto por oficiais do IV Exército. No mesmo movimento, o Coronel Sílvio de Melo Cahu, então comandante do Colégio Militar pernambucano, assumiu a Polícia Militar de Recife, depondo o Major Legalista Trench. Aos ser informado de sua prisão e deposição, Trench ainda exigiu falar com o governador, mas foi informado de que este tinha acabado de ser deposto, de modo que desistiu de resistir<sup>1386</sup>. Assim que foi retirado do poder, Arraes ficou sob prisão domiciliar no próprio palácio do governo do estado. Pelo telefone conseguiu falar com Assis Brasil, em Brasília, e recebeu dele a seguinte orientação: “Resista, Governador, porque estamos vencendo em todas as frentes”.<sup>1387</sup> Os golpistas do IV Exército descobriram sobre as ligações do prisioneiro e em função delas resolveram transferi-lo para o Quartel do 14 RI, em Socorro, mas diante da possibilidade de que ocorressem protestos e tentativas de libertação, decidiram transferi-lo para o presídio do arquipélago de Fernando de Noronha, onde permaneceria durante mais de um ano. Nas ruas de Recife o movimento estudantil e alguns sindicatos protestaram contra o golpe e foram dissolvidos a tiros pela Polícia do Exército, dois estudantes foram mortos<sup>1388</sup>. Mourão só ficou sabendo da adesão de Justino, por radioamador por volta das 18 horas. Em suas memórias, ironiza o que considera a demasiada demora ao pronunciamento do comandante do IV Exército, insinuando que seu oportunismo em ficar do lado vencedor já era esperado: “Assim o IV Exército aderiu quase 48 horas depois, isto é, de 5 da manhã de 31 de março a 18 horas de 1º de abril. Para quem conhece Justino como eu, foi uma vantagem, pois ele é especialista em muro”<sup>1389</sup>.

Os optantes da Polícia Federal e os pracinhas estavam dispostos a resistir, mas não houve qualquer voz de comando que organizasse os voluntários. O mesmo aconteceu com os marítimos. Sem instruções e sem coordenação, estes setores acabaram se dispersando. Segundo Silva, mesmo na tarde de 1º de abril, existiam ainda no Rio de Janeiro grupos dispostos a ir às últimas consequências para impedir o golpe, chegaram a solicitar armas para estudantes e trabalhadores junto ao Ministério da Marinha, “mas

---

<sup>1385</sup> BASTOS, 1965. Op cit. Pag. 359.

<sup>1386</sup> Ibid. pag. 361-3.

<sup>1387</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 411.

<sup>1388</sup> BASTOS, 1965. Op cit. Pag. 366.

<sup>1389</sup> MOURÃO, 1978. Op cit. Pag. 381.

lhes foi demonstrada a inutilidade deste intento”<sup>1390</sup>. Os estudantes tentaram resistir. Reunidos na Cinelândia a partir das 15 horas, enfrentaram com resolução a Polícia Militar de Lacerda. Por volta das 16 horas, um contingente da Polícia do Exército substituiu a PM. Inicialmente os estudantes aplaudiram aos novos atores que chegavam à cena pensando se tratar de uma força oposta ao golpe, mas logo foram violentamente dispersados por aqueles a quem haviam aplaudido, dois manifestantes foram mortos<sup>1391</sup>. As cidades do Rio de Janeiro e Niterói estavam esvaziadas em função da greve geral.

Depois de vitorioso o golpe, a greve geral convocada pelo CGT foi motivo de polêmica entre setores da esquerda. Uma parte deles avaliou que o chamado à greve foi um equívoco, pois teria esvaziado as ruas, no momento em que estas deveriam estar repletas. Este ponto de vista é defendido, por exemplo, pelo militante do PCB e funcionário do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Sr. Pompeu, que opina que “o golpe triunfou numa cidade do Rio de Janeiro totalmente paralisada, com os tanques de guerra na rua. Foi num dia útil, porque era uma quarta feira, mas se tornou ‘inútil’, tanto pela inoportunidade da greve (...) quanto porque tornou-se um dia de cidade deserta, como um domingo”<sup>1392</sup>. Entre os que tiveram avaliação semelhante, também podemos mencionar Jacob Gorender. Este autor e personagem atuante neste momento histórico, não avalia que a greve foi em si um erro, mas o fato de ter paralisado completamente os transportes: “o que impediu a locomoção dos trabalhadores até o centro da cidade”.<sup>1393</sup> Outros, tais como comandante Paulo Mello Bastos, presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, opina que a greve não atingiu seus objetivos em função de ter tido pouca força: “Não houve greve nenhuma. Houve escaramuças, mas greve...”<sup>1394</sup> Parece-nos algo rigoroso demais por parte dos próprios atores históricos se autoatribuir uma responsabilidade tão grande pelo fracasso da resistência ao golpe. Como mencionado acima, a decretação da greve geral estava associada à expectativa de que Jango utilizasse as forças que dispunha para resistir, o que não aconteceu. A greve como observa Marcelo Badaró, “ao menos na Guanabara, percebe-se que foi tão expressiva quanto qualquer das greves gerais convocadas pelo CGT”<sup>1395</sup>. O balanço do demasiado alinhamento de setores da esquerda com o governo

---

<sup>1390</sup> SILVA, 1988. Op cit. Pag. 151.

<sup>1391</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 399.

<sup>1392</sup> Apud, MATTOS, 1998. Op cit. Pag. 175.

<sup>1393</sup> GORENDER, 2003. Op cit. Pag. 175.

<sup>1394</sup> Apud, MATTOS, 1998. Op cit. Pag. 177.

<sup>1395</sup> MATTOS, 1998. Op cit. Pag. 178.

Goulart é algo que deve ser feito, mas atribuir a este a derrota da resistência ao golpe de Estado nos parece um exagero.

De volta ao plano militar, entre os oficiais da Aeronáutica, que ainda tinham comando de suas tropas, a derrota moral também chegou à tarde do dia 1º de abril. O Coronel Rui Moreira Lima, comandante da Base Aérea de Santa Cruz partiu para encontrar o Brigadeiro Teixeira nesta tarde. Ao encontrá-lo, no Aeroporto Santos Dumont, cercado de aproximadamente quinze oficiais, Teixeira tinha a fisionomia tensa:

Ao ver-me, falou informalmente: “A Vila Militar entregou a rapadura”. “E agora”? “Estamos indo para a casa do Ministro Botelho ouvir suas instruções, suas ordens”. Eles usaram um C-47 da Base do Galeão e eu segui no jatinho Paris. Na casa do Ministro Botelho, fomos recebidos - ele emocionado, com lágrimas - nos disse: “Meus patrícios, o Presidente estava aqui no Rio e sem comunicar nada a ninguém foi para Brasília. Em Brasília, também, sem comunicar nada a ninguém, foi para o Rio Grande do Sul”. Então, a minha ordem - que foi dada no dia 1º de abril - é a seguinte: “Voltem para as suas unidades e aguardem instruções. Nós perdemos a Vila, que não reagiu, e o General Mourão está chegando aí. Regressem pois, às suas unidades e aguardem novas instruções”<sup>1396</sup>.

Mesmo diante de todas as derrotas, ainda existiam oficiais comprometidos com a defesa do governo, que se dispunha a resistir com os meios que restassem. Rui Moreira Lima relata mais um desses casos ainda no princípio da noite de 1º de abril:

Ainda na BAGL<sup>1397</sup>, quando estávamos jantando, chegaram dois pilotos - Major Baliu e Capitão Hugo Hartz - e um oficial de manutenção, coronel Nicoll, que era sobrinho ou primo do Brigadeiro Nicoll.

Dirigiram-se a mim: “Coronel Rui, quem falou foi o Baliu, estamos com dois C-54, temos 20 sargentos e temos muito armamento que tiramos do Material Bélico. Vamos voar agora para Porto Alegre, onde nos reuniremos às forças que estão defendendo o Presidente. O senhor concorda em vir conosco”? Respondi: “Meus caros, essa pergunta é impertinente, deveria, por questão de hierarquia, ser dirigida ao Brigadeiro Teixeira, que é o mais antigo e é o Comandante da 3ª Zona Aérea. Mas não os deixarei sem resposta, até porque não gostaria de ser influenciado pela resposta do Brigadeiro Teixeira. Em suma, sua pergunta, no mínimo, não foi delicada. Aqui está minha resposta: Há dois fortes motivos para não aceitar o convite. Todos nós aqui presentes estivemos juntos na residência do Ministro Botelho que, em resumo, nos disse: ‘O presidente, sem consultar, sem avisar - pelo menos a mim, seu Ministro’ - voou para Brasília e, também, sem dizer nada, decolou para Porto Alegre. No momento desconheço onde

---

<sup>1396</sup> Entrevista com Rui Moreira Lima, in: MOTTA, 2003 (k). Op cit. Pag. 59.

<sup>1397</sup> Base Aérea do Galeão.

realmente ele estará. Essa atitude é um indicador de que ele que evitar um confronto entre irmãos - a guerra civil. Seguir com vocês me soa uma aventura. Acho até que vocês, provavelmente, não o encontrarão mais em território brasileiro. É um motivo para não aceitar o convite. O segundo motivo, mais forte ainda, é que deixei Santa Cruz, dizendo a meus comandados que voltaria”. O convite foi imediatamente dirigido ao Brigadeiro Teixeira, que lhes deu a seguinte resposta. “O Rui tem razões suficientes para não ir, eu faria o mesmo se não fosse o ódio que esse pessoal tem contra mim. Se eu ficar aqui, serei crucificado. Vou com vocês”<sup>1398</sup>.

Mas a decisão de partir para Porto Alegre aconteceu tarde demais. Com a derrota do governo, o Brigadeiro Grun Moss e um grupo de oficiais golpistas tomou o controle da Base Aérea do Galeão e o Brigadeiro Dario Azambuja assumiu em nome das forças vitoriosas o comando da 3ª Zona Aérea. O Grupo de oficiais liderado pelos brigadeiros Teixeira e Nicoll se dirigiu, de fato para a Base Aérea do Galeão, “mas foi surpreendido com a chegada do Brigadeiro Grun Moss e seus oficiais, não teve como sair”.<sup>1399</sup> As demais unidades da FAB espalhadas pelo país foram rapidamente tomadas pelos golpistas. De acordo com Portella, que era um golpista, na maior parte das regiões, seus comandantes estavam com o governo e não receberam nenhuma instrução de reação:

Na 1ª Zona Aérea, em Belém, O Brigadeiro Armando Serra de Menezes prendeu o comandante da Base Aérea, Coronel Fausto Gerpe e o Diretor do Parque Coronel João Batista Monteiro. Na 2ª Zona Aérea, Recife, o Brigadeiro Homero Santos de Oliveira não teve dificuldades na sua área de ação, entrosado que estava com o Comandante do IV Exército. Na 4ª Zona Aérea, São Paulo, o comandante, Brigadeiro Hélio do Rosário, encontrava-se em viagem e aguardou o resultado dos acontecimentos. Foi logo substituído pelo major-brigadeiro Márcio de Souza Mello. Na 5ª Zona Aérea havia possibilidade de reação mas, com a fuga de João Goulart e a desistência do General Ladário, comandante do III Exército, diante da tropa do Pope de Figueiredo, que avançava sobre Porto Alegre, de resistir, nada ocorreu. Chegando para assumir o Comando da Zona, O Major Brigadeiro Nelson Wanderley, quando em seu gabinete, foi alvejado pelo tenente-coronel Alfeu de Alcântara, homem reacionário que recebeu também um disparo de revólver do coronel Hipólito da Costa, Chefe do Estado-Maior, o qual acorrera em defesa de seu comandante<sup>1400</sup>.

Todas as esperanças para o governo estavam agora no Sul do País. O General Ladário Teles (embora as derrotas do “dispositivo militar” em outros estados) tomava

---

<sup>1398</sup> Ibid. Pag. 59,60.

<sup>1399</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 149.

<sup>1400</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 149.

ainda medidas determinadas para defender o governo. Por volta das 7 horas recebeu a visita do deputado Leonel Brizola que lhe sugeriu a requisição das estações de rádio e televisão para fazer a propaganda da legalidade (tentava-se de reeditar a Rede da Legalidade, de 1961<sup>1401</sup>). O pedido do deputado foi atendido. Ladário tomou providências para guarnecer a fronteira do Rio Grande e garantir a posse da capital do estado. Por volta das 11 horas, o general Otomar Soares de Lima entregou ao governador do estado do Rio Grande do Sul ofício de Ladário requisitando a Brigada Militar. Diante da recusa do governador e das já conhecidas defecções, Ladário redigiu nova requisição e divulgou uma proclamação dirigida à Brigada Militar. Em seguida, convocou os comandantes da 1ª e 3ª divisões de Cavalaria, respectivamente, general João de Deus Nunes Saraiva e General Hugo Garrastazu. O último veio, mas Hugo Garrastazu também aderiu ao levante, provocando em Ladário Telles grande decepção:

De qualquer outro general eu poderia, naquele momento, admitir uma traição, mas do general Hugo, não. Interessei-me diretamente, dado que meu comando, pela sua promoção a general. Intercedi junto ao Presidente da República, por intermédio do então general-de-exército Osvino Ferreira Alves, comandante do I Exército e do general Amauri Kruehl, Chefe do Gabinete Militar. Fui traído por esse meu camarada que bem confirmou o péssimo caráter que me diziam, os seus companheiros, possuir<sup>1402</sup>.

Em Santa Maria, mais ou menos na mesma hora, sindicalistas ferroviários visitam o comandante da 3ª DI General Poppe de Figueiredo (que até então não tinha aderido e era considerado força do “dispositivo militar”) e se colocam à disposição para transportar as tropas da unidade por via férrea. Poppe ainda não tinha recebido de Ladário a informação de que esta ordem seria dada, a qual chegou pouco depois<sup>1403</sup>. A defecção da 3ª DI foi quase uma “pá de cal” nos planos de resistência do governo.

A unidade ficava numa posição estratégica, grande entroncamento de ferrovias e passagem para outras regiões do Rio Grande do Sul e mesmo para outros estados. Isso sem falar no abalo moral que essa traição provocou nas forças do governo, já tão desmoralizadas. Os oficiais de Santa Maria só tomaram conhecimento da substituição do comando do III Exército na manhã do dia 1º de abril. Por volta das 8h45min desse dia, o então coronel Gabriel D'Anísio Agostini tomou conhecimento da ordem do novo comandante do III Exército, general Ladário Teles de organizar uma composição de 119

---

<sup>1401</sup> Sobre a Campanha da Legalidade, ver capítulo 1 desta tese.

<sup>1402</sup> SILVA, 1984. Op cit. Pag. 402-3.

<sup>1403</sup> FIGUEIREDO, 1970. Op cit. Pag. 44.

vagões a fim de transportar tropas para Curitiba. O oficial resolveu não cumprir a ordem, no que teve a concordância do coronel Rui de Paula Couto. Este último relata o momento da reunião entre Poppe e membros da via férrea que tinham se dirigido ao gabinete comandante da 3ª DI a fim de prestar ajuda logística:

Fui para o QG entre 8h 30m e 9h, e encontro reunidos na sala do comando da DI os meus velhos conhecidos: Prefeito e Diretores da Viação Férrea. Como a Ferrovia (Viação Férrea do Rio Grande do Sul) e os ferroviários eram encargo do Mallet, eu tinha que dialogar com eles por causa das greves e outras atividades da classe e acabei conhecendo aquelas figuras todas. A presença deles me intrigou, mas depois o General Poppe me disse que eles tinham ido até lá para oferecer a formação de composições que iriam levar nossas tropas. Não me contive:

- Levar nossas tropas para onde?  
- Recebemos ordem do III Exército! (...)  
- Espera aí! - Não deixei que ele terminasse de falar - o senhor não pode tirar nenhum soldado de Santa Maria. O senhor quer entregar a Guarnição para os comunistas? O que nós temos que fazer é uma manobra sobre Porto Alegre. Nós já temos a 2ª DC conosco?<sup>1404</sup>

De acordo com o Relato das atividades golpistas em Santa Maria, o General Poppe se manteve indeciso até por volta das 10 horas do dia 1º. Às 9 horas e 50 minutos chegou a Santa Maria rádio de Ladário retransmitindo pronunciamento de Jair Dantas. Poppe tinha sido nomeado por Jair Dantas, estava no estado mais fiel a Goulart e não tinha até aquele momento se articulado com a oposição militar. Na hora decisiva, a pressão dos oficiais dispostos a aderir foi o diferencial para sua decisão:

Enquanto o Cel. Roberto deslocava-se de Camobi para Santa Maria [por volta das 10 h], o Gen. Poppe de Figueiredo recebeu dois chamados telefônicos. O Primeiro do Gen. Camarinha, Comandante da 2ª DC, informando-lhe que a 2ª DC encontrava-se rebelada apoiando a Revolução de Minas. O segundo do Gen. Hugo Garrastazu informando-lhe de sua decisão de, juntamente com a 2ª DC, aderir à revolução de Minas. Nessa ocasião o Gen. Garrastazú teria Feito um apelo veemente ao Gen. Poppe de Figueiredo a que aderisse à Revolução<sup>1405</sup>.

De acordo com o então Coronel Ramão Menna Barreto, a indecisão de Poppe, até a manhã do dia 1º, era um problema que preocupava muito os conspiradores daquela região: “O General Poppe estava naquela indecisão de “vai, não vai”, então à noite

---

<sup>1404</sup> Entrevista com Rui de Paula Couto, In: MOTTA, 2003 (1). Op cit. Pag. 32,3.

<sup>1405</sup> A Revolução de 31 de março de 1964 na 3ª DI, anexa à entrevista de Rui de Paula Couto, In: MOTTA, 2003(m). Op cit. Pag. 61.

marquei uma reunião de oficiais para às 8h da manhã seguinte, no gabinete do General”  
No momento em que Ramão e os outros oficiais entraram na sala do comandante, ele estava falando pelo telefone com o general Hugo Garrastazu, que também insistia para que Poppe aderisse. Segundo Menna Barreto, o comandante da 3ª DI ainda estava muito indeciso, dizendo frases como: “Garrastazu, você sabe que o coração manda na razão”, mas assim que a ligação terminou, Ramão resolveu pressionar pela última vez o Comandante:

-General! Está na hora.  
Ele veio para o meio da sala, me aproximei dele e lhe disse:  
-General, não dá para esperar mais!  
Ele baixou a cabeça e respondeu:  
-É, chega de subversão!<sup>1406</sup>

Em suas memórias, Poppe não fala das dúvidas que teve antes de se posicionar, ao contrário, procurou colocar em evidência um suposto “heroísmo em sua decisão”. Segundo sua versão, decidiu apoiar a “Revolução” quando recebeu o telefone de Garrastazu, e não sob a pressão do General Rui de Paula Couto:

Depois de declarar que estava absolutamente seguro de que se travava a luta decisiva contra o comunismo internacional, o Gen. Garrastazu diz textualmente:  
- Poppe, o meu Estado-Maior está todo reunido em torno de mim, de olhos arregalados, à espera da tua decisão, pois a 3ª DI é a chave da situação no Rio Grande do Sul.  
Seguem-se alguns segundos, durante os quais, numa introspecção, desfilam aos olhos fechados do Cmt. Da 3ª DI a lembrança de seus filhos e netos, a imagem de um Brasil escravizado à odiosa tirania vermelha, e vem rápida a resposta:  
- Pode contar com a 3ª DI<sup>1407</sup>.

Enquanto se processava a adesão de Poppe, Ladário estava divulgando seu pronunciamento em favor da legalidade. Informado das dificuldades em Santa Maria, onde o comandante da guarnição estava dificultando a circulação dos trens, entrou em contato com o comandante da 3ª DI a fim de ter maiores informações. Neste momento tomou conhecimento de que este general havia aderido. Poppe tentou ainda convencer Ladário a também aderir, ao que Ladário teria se irritado e desligado o telefone. Antes de desligar, perguntou a Poppe se este considerava que ele, Ladário, era capaz de trair o presidente. A breve continuação da conversa é motivo de mais uma das controvérsias entre as memórias, nas palavras de Ladário:

---

<sup>1406</sup> Entrevista com Ramão Menna Barreto, in: MOTTA, 2003 (L). Op cit. Pag. 142.

<sup>1407</sup> FIGUEIREDO, 1970. Op cit. Pag. 45.

O general Poppe de Figueiredo, em entrevista que deu a *O Globo*, nos primeiros dias de abril, ao se referir a essa ligação telefônica, mentiu, lamentavelmente, ao declarar que me respondera: “Traição era o que o Governo estava fazendo ao pretender comunizar o país”. Ao focalizar a mentira do general Poppe, afirmo que lhe faltaria coragem, mesmo pelo telefone, para me responder com esta suposta altivez. O covarde queria se passar por herói<sup>1408</sup>.

Conquistada a cooperação de Poppe para o golpe, os sublevados de sua região partiram para o ataque contra os aliados civis de Goulart. Às 15 horas, os oficiais da unidade reprimiram ainda mais uma tentativa de resistência popular contra o golpe, desta vez em frente à sede do PTB<sup>1409</sup>. Mas mesmo depois da adesão do comandante da 3ª DI, houve algum movimento de resistência, especialmente entre os sargentos, conforme nos narra Ruy de Paula Couto:

Há um episódio que, posteriormente, teve grande repercussão em toda área, O Então Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes) que comandava o 5º Regimento de Cavalaria (5º RC), de Quaraí, recebeu ordem para sair com um GT. Um capitão insuflou os sargentos a se rebelarem contra a ordem e o Comandante prendeu todos os rebelados. Saiu com oficiais, cabos e soldados, mas saiu<sup>1410</sup>.

Ainda sobre o mesmo episódio, segundo Ramão Menna Barreto, a resistência dos sargentos e de alguns oficiais alterou qualitativamente o regimento: “os sargentos não aderiram e acabou saindo com os cabos e pouquíssimos sargentos. Em Bagé houve algo semelhante...”<sup>1411</sup> Outro caso de resistência foi do Tenente-Coronel Alberto Firmo de Almeida. Quando Poppe lhe perguntou se poderia contar com ele, o oficial em questão foi crítico e evasivo: “A situação não está nada clara. Muitos boatos, muitas notícias de lá e outras de cá. Para mim, a situação ainda está obscura. Acho cedo para tomar qualquer decisão”. Saindo da reunião, esse Tenente Coronel partiu para a unidade sob seu comando, o 7º RI. Os rebelados imediatamente tomaram medidas para que seu colega não pudesse de nenhuma forma tomar medidas para atrapalhar o golpe:

Diante da situação, o Maj. Milton e Maj. Garcia, rapidamente, trocaram ideias e mandaram um estafeta chamar o Ten. Cel. Firmo em nome do Ch EM, alertando a este de que era preciso ganhar tempo para prevenir os majores Erydson Pereira Magalhães e William Ferreira

---

<sup>1408</sup> SILVA, 1984. Op cit. Pag. 402.

<sup>1409</sup> Entrevista com Ramão Menna Barreto, in: MOTTA, 2003 (L). Op cit. Pag. 145.

<sup>1410</sup> Entrevista com Ruy de Paula Couto, In: MOTTA, 2003 (l). Op cit. Pag.36.

<sup>1411</sup> Entrevista com Ramão Menna Barreto, in: MOTTA, 2003 (L). Op cit. Pag. 141.

França do que havia se passado, antes que o Ten. Cel. Firmo pudesse chegar ao 7º RI. O Maj. Brummel foi mandado ao 7º RI, tendo deixado os imediatos do Ten. Cel. Firmo prontos para prendê-lo, caso intentasse qualquer ação contra a Revolução<sup>1412</sup>.

Ainda nos exemplos de resistência está o caso do General João de Deus Nunes Saraiva, que foi visitado logo em seguida à adesão de Poppe por um grupo de oficiais que queria sua adesão (Ramão Menna Barreto estava entre eles) e receberam dele a seguinte resposta: “Olha, sou anticomunista mesmo, mas antes de tudo sou muito amigo do Ladário. De maneira que não quero você nas minhas unidades; pode ir embora” Ainda de acordo com Menna Barreto a não adesão deste oficial não provocou nenhum prejuízo, pois, além de não prender os revoltosos contra o governo com o qual estava comprometido em defender: “Pouco depois o General Saraiva veio para Porto Alegre, ficou por aqui e, pelo menos, não incomodou”<sup>1413</sup>. Outra unidade da III DI que não aderiu estava localizada na região de Quaraí, sob o comando do General Boscacci Guedes<sup>1414</sup>. Uma das unidades que mais claramente rejeitou aderir foi o 13ª RC, sob o comando do Cel. Heitor Fontoura de Moraes. De acordo com Azambuja:

Pois bem, o Coronel Fontoura fez uma reunião com os oficiais, falou sobre o que estava acontecendo e pediu a opinião de cada um. Todos deram a mesma resposta.

- Estamos com o Presidente. Para nós ele deve continuar.

-Muito bem. A minha opinião também é esta - anuiu Fontoura.

Saiu e, em seguida, foi chamado a Bagé. Após conversar com o Comando da DC voltou, reuniu-se com seus oficiais e, de novo, perguntou:

- Eu os reuni novamente para vocês me confirmarem se continuam me apoiando.

- Sim senhor - resposta unânime de todos.

Nesse momento, o Major Alcino (Alcino Silva da Silva), indagou:

- Com licença, Coronel, posso lhe fazer uma pergunta? O senhor continua com a mesma ideia de quando saiu daqui?

Então o Fontoura Revelou:

- Não, agora sou contra o Presidente.

-Pois nós continuamos fiéis a ele.

Resultado: O Alcino foi cassado<sup>1415</sup>.

Segundo Cordeiro de Farias, um dos mais atuantes no golpe na região do III era o então coronel Edmundo da Costa Neves, este oficial teve papel destacado na sublevação das unidades de Bagé e Santa Maria, todavia na unidade Ibicuí não teve o

---

<sup>1412</sup> Entrevista com Rui de Paula Couto, In: MOTTA, 2003 (1). Op cit. Pag. 64.

<sup>1413</sup> Entrevista com Ramão Menna Barreto, in: MOTTA, 2003 (1). Op cit. Pag. 142.

<sup>1414</sup> Ibid. Pag. 144.

<sup>1415</sup> Entrevista com Ernani Correa de Azambuja, In: MOTTA, 2003 (1). Op cit. Pag. 273.

mesmo sucesso: “Edmundo tentou, no próprio dia 31, promover a rebelião da unidade de Ibicuí, na fronteira. Foi posto para correr e dirigiu-se para Cruz Alta, onde conseguiu algumas adesões”<sup>1416</sup>.

Já na tarde de 1º de abril, Costa e Silva ligou para Castelo Branco informando do andamento da sublevação e de sua decisão de se dirigir para o Ministério do Exército. Diante da informação de que o general Castelo Branco iria para o Estado-Maior de Exército, Mamede deu ordem para que o tenente coronel Adyr Fiúza de Castro verificasse a segurança deste local. Este oficial se dirigiu para lá prontamente a bordo de um carro de combate. O Estado-Maior deveria estar guardado pelo tenente coronel Gaíva que era comandante do Regimento Mecanizado de Campinho e era fiel ao “dispositivo militar”, mas seus capitães eram todos conspiradores que, no momento da deflagração do golpe sabotaram a vigilância. Posteriormente, alguns alunos da ECEME tomaram os carros de combate que ainda se encontravam lá e os deslocaram para a Praia Vermelha. Verificando estar o lugar seguro, telefonou para a escola dizendo “O general Castelo pode vir porque está tudo sob controle”.<sup>1417</sup> Castelo Branco chegou pouco depois ao EME, vários oficiais médios e superiores chegam logo em seguida para aderirem à rebelião. Por sugestão de Costa e Silva, o grupo tomou posse do gabinete do Ministro da Guerra, de acordo com Fiúza, neste momento o grupo reunia em torno de 50 pessoas. Alguns oficiais leais a Jair que estavam no Gabinete foram expulsos. A partir deste momento, os conspiradores passaram a controlar todos os meios de comunicação que deveriam estar à disposição do ministro da guerra. O então Coronel Antonio Ferreira Marques foi um dos oficiais que esteve ao lado de Costa e Silva durante o dia 31 de Março e Primeiro de Abril. Este oficial relata as atitudes de Costa e Silva ao chegar ao Ministério:

Subimos para o 9º andar, onde ficava o gabinete. Conversa daqui, conversa dali, disse o general Costa e Silva: “Mande chamar o Comandante do I Exército”!

Era o General Armando de Moraes Âncora, mas ele não subiu; aí o General Syseno vira-se para o General Costa e Silva e sugere: “É bom descer novamente, porque estamos na “boca do lobo”. Toda essa tropa está inda nas mãos dele que pode nos prender”.

Voltamos ao Estado-Maior e, lá chegando, o General Syseno teve uma ideia que achei feliz; vira-se para o General Costa e Silva e diz: “Mande chamar os comandantes de tropa e ordene que eles recolham as Unidades aos quartéis, porque, se obedecerem, ganhamos a guerra”.

---

<sup>1416</sup> CAMARGO E GÓES, 1981. Op cit. Pag. 563.

<sup>1417</sup> Entrevista com Adyr Fiúza de Castro, In: D'ARAUJO, SOARES e CASTRO, 1994. Op cit. Pag. 160.

O Primeiro chamado foi o Gaiva, a quem o General Costa e Silva determinou: “Coronel Gaiva, recolha o Regimento de Carro de Combate e aguarde novas ordens lá no quartel”.

Ele desceu, e quando ouvimos o ronco dos motores: Ah! Foi um alívio; aí começamos a ganhar a guerra. Depois veio o comandante do Batalhão de Guardas, e com cara feia, mas cara feia; o General Costa e Silva ordenou: “Recolha o seu batalhão”!

E ele recolheu. Em seguida chamou o Domingos Ventura Pinto Júnior e houve o seguinte diálogo:

- Ventura, você é um soldado, acredito em você. Gostaria que continuasse comigo, no comando da PE.

- General Costa e Silva, por favor, não faça isso comigo. Não quero passar a história como um traidor.

- Mas Ventura, você é um soldado, queria que continuasse no comando! - retrucou Costa e Silva.

- General, pelo amor de Deus! Não me peça isso!

E o Ventura não retornou ao quartel e nem foi mandado embora, porque o General Costa e Silva acreditava nele.

Finalmente, o Batalhão REI, que era comandado por um major; esse apresentou-se já afirmando que estava do nosso lado.

Restou a Artilharia Antiaérea. Aí chamaram esse rapaz que, para mim, foi o único que fez um gesto para tentar puxar a arma, mas o seguraram e ele foi levado à presença do general Costa e Silva que colocou a mão no ombro dele e disse: - Que bobagem! Que bobagem! Passe o comando ao subcomandante e aguarde ordens em casa.

Ele fez a continência, passou o comando, que na certa era o que queria, e foi embora. Feito isso, o General Costa e Silva alertou: “Está na hora de voltarmos para lá”. Fomos para o 9º andar, de novo, porque tropa eles já não tinham mais e mandou chamar o General Comandante do I Exército que, então, subiu e aí houve um diálogo muito interessante. Estávamos todos presentes, os oito oficiais que tinham entrado com ele, quando chegou o Comandante do I Exército, também substituindo o Ministro Jair, que estava doente, na ocasião. Ao chegar, disse a seguinte frase:

- Aqui está o general vencido!

- Que é isso?! - exclamou o General Costa e Silva.

E antes de se abraçarem, o General Costa e Silva colocou todo mundo para fora da sala;

-Todo mundo, fora daqui!

-Mas meu Deus do céu! Não estou entendendo mais nada; entramos com esse homem e ele nos bota para fora! - falei, espantado e surpreendido com a ordem.

- Olha, eles são dois colegas de turma - arguiu o General Syseno.

Sei que se abraçaram, chorando, e tudo se resolveu. Começaram então as substituições<sup>1418</sup>.

Costa e Silva, em seguida, determinou a prisão de Oromar Osório que se encontrava na sede do I Exército. Logo em seguida convocou reunião com todos os generais presentes, no 9º Andar. O general Âncora foi convidado para esta reunião. Nesta reunião comunicou a todos sua autoproclamação em Comandante do Exército e

---

<sup>1418</sup> Entrevista de Antonio Ferreira Marques, In: MOTTA, 2003 (g). Op cit. Pag. 36.

sua determinação em proceder à mudança de todos os comandos. Assim que terminou a reunião, recebeu de Portella a relação dos comandos e juntamente com Castelo Branco passou a negociar as substituições. O comando da ECEME organizou vários grupos de oficiais que partiram à procura de membros do governo a fim de prendê-los<sup>1419</sup>. Já de posse do Ministério do Exército e de certa forma de todo o I Primeiro Exército, os estados-maiores de Castelo Branco e Costa e Silva têm o primeiro conflito entre si. Surgiu divergência entre os dois grupos a respeito de qual dos dois assumiria o comando Dalí em diante. Geisel, do grupo de Castelo Branco teria sugerido que seu general assumisse o Ministério da Guerra, ao que Costa e Silva teria retrucado arrogando para si a prerrogativa de comando em função do critério de antiguidade: “Não, assumo eu o comando do Exército, por ser o mais antigo generais presentes no Rio”<sup>1420</sup> Costa e Silva até poderia ter deixado Castelo Branco figurar como Ministro da Guerra, porque mesmo assim seria seu subordinado, isso diante do título a que se arrogou: “Comandante do Exército”.<sup>1421</sup> O cargo sequer existia, mas assim que Costa e Silva se proclamou como tal enviou rádio comunicando sua auto-nomeação:

Exmo. Sr. Gen. Armando Moraes Âncora, nomeado hoje Ministro da Guerra interino, deixou este cargo em cerimônia em que estiveram presentes todos os generais. Dada a situação de fato criada com últimos acontecimentos, comunico que em virtude de ser o membro mais antigo do Alto Comando, assumi, na mesma cerimônia, o Comando do Exército Nacional. (a) Gen. Ex. Arthur da Costa e Silva<sup>1422</sup>.

Um grupo de oficiais da Aeronáutica simpáticos à conspiração, os tenentes coronéis João Paulo Bournier, Afonso Delamora, Paulo Vitor e Nelson Pinheiro estiveram durante todo o processo do golpe no Palácio Guanabara junto ao grupo em torno do governador Carlos Lacerda. Tão logo a derrota do governo se revelou, dirigiram-se para o clube da Aeronáutica onde estabeleceram um posto de comando se ligando aos demais oficiais da FAB. Deste ponto iniciaram o planejamento de substituição e prisão dos oficiais governistas. O comando dos golpistas da Marinha se

---

<sup>1419</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 145.

<sup>1420</sup> Idem.

<sup>1421</sup> Embora fosse o oficial mais antigo, Costa e Silva ocupava um posto burocrático: “Chefe do Departamento de Obras”. De acordo com Luiz Paulo Macedo de Carvalho (In:MOTTA,2003 (a)) na mesma reunião, em que se auto proclamou liderança em relação ao demais, foi apresentado um manifesto escrito pouco antes por Golberi do Couto e Silva a ser publicado no dia seguinte nos jornais. Costa e Silva se apresentou para assinar o manifesto, mas não queria que figurasse nos jornais algo como “Assinado por Costa e Silva, Chefe do Departamento de Obras”, foi nesse momento que ele próprio teve a ideia: Costa e Silva: “Comandante do Exército Brasileiro”.

<sup>1422</sup> Apud FIGUEIREDO, 1970 Op cit. Pag. 53.

dirigiu para o Ministério da Guerra parlamentar com Castelo Branco e Costa e Silva. Costa e Silva, Rademaker e Correa de Mello se reuniram representando as três armas para analisar a situação. Combinaram de se encontrarem na manhã seguinte para tomarem mais providências<sup>1423</sup>.

Por volta das 22 horas, Mourão recebeu comunicação de Muricy de que Cunha Melo havia desobstruído a via. Muricy avançou com rapidez em direção à Guanabara. Mourão se deslocou logo em seguida, procurando ficar perto de Muricy em quem não confiava plenamente. Pelo rádio ficou sabendo que Costa e Silva tomara o Ministério do Exército se proclamara “Comandante do Exército”. Mourão determinou que a tropa da Vila Militar retornasse à sua sede. Quanto à tropa de Minas, que ela não seguisse até o Ministério do Exército.<sup>1424</sup> As tropas de Minas foram recolhidas ao Maracanã<sup>1425</sup>. Às 2 horas e 30 minutos, Muricy (cujo *Jeep* se acidentara) passou para o carro de Mourão e sugeriu que os dois se apresentassem no Ministério do Exército. Mourão concordou e os dois se dirigiram para lá. De acordo com Mourão, Costa e Silva estava dormindo e foi acordado por sua ordem. Mourão se queixou a Costa e Silva por este ter nomeado o General Ururahy para o comando do I Exército, lugar que dizia ser seu por ser o mais antigo, mas não foi capaz de mudar a decisão do então “comandante do Exército”. Disse estar disposto a permanecer no Rio até a sua compulsória, mas pediu permissão para fazer regressar as suas tropas. Costa e Silva discordou e determinou que as tropas de Minas devessem ficar no Rio ainda alguns dias, Mourão concordou: “Achei razoável, de vez que ele, Costa e Silva, não contava com quase nada. Havia assumido no peito, nas últimas 4 horas e não dispunha de tropa. Minha obrigação era ficar e garanti-lo”<sup>1426</sup>.

No sul, em torno das 15 horas, Ladário foi contatado pelo General Genaro Bontempo a fim de informar a situação no III Exército. Genaro informou a Ladário a situação de gravidade na Guanabara, onde as tropas sublevadas já intimavam o Ministério da Guerra à rendição. Às 16 horas, Ladário foi contatado por Assis Brasil para informar situação do III Exército. Ladário reiterou mais uma vez sua intenção de resistir e acreditou haver meios para isso. Assis Brasil informou a intenção de João Goulart viajar para Porto Alegre. Pouco depois, por volta das 17 horas, o comandante da Brigada Militar compareceu ao QG do III Exército para comunicar a Ladário a sua impossibilidade de se colocar ao seu lado em função de sua obrigação para com o

---

<sup>1423</sup> MELLO, 1979. Op cit. Pag. 148-52.

<sup>1424</sup> MOURÃO, 1978. Op cit. Pag. 382,3.

<sup>1425</sup> GUEDES, 1979. Op cit. Pag. 234.

<sup>1426</sup> MOURÃO, 1978. Op cit. Pag. 383.

governador do Rio Grande do Sul. Disse que as tropas da Brigada Militar só poderiam ser colocadas sob as ordens de Ladário mediante um decreto do presidente, mas se comprometeu a não atacar o III Exército. Às 16 horas o General Assis Brasil se comunicava pelo serviço de fonia com Ladário para saber de mais informações. Ladário informa que mesmo com algumas defecções ainda tinha meios para resistir. Jango também fez uso do rádio e falou com Ladário diretamente. Ladário lhe assegurou sua lealdade e que tudo faria para debelar o golpe em curso. Às 18 horas, o general Newton, comandante da Artilharia Divisionária da 3ª DI Barra chegou a Porto Alegre. Este oficial teria tentado atingir Santa Maria, não o conseguindo. Ladário determinou que este permanecesse na capital gaúcha.<sup>1427</sup> Por volta das 20 horas, Ladário convocou reunião com o general Floriano da Silva Machado, comandante da 3ª região militar e general Otomar de Lima, chefe do Estado-Maior do III Exército. O general Silvino Castor da Nóbrega também esteve presente. Ladário pediu informações a Floriano sobre a quantidade de armamentos e munições na 3ª Região Militar. A Otomar determinou um levantamento de quantas unidades permaneciam fiéis. Informou também aos presentes que tais informações seriam passadas ao presidente tão logo este chegasse a Porto Alegre para onde já se dirigia. Disse ainda que permitiria a todos os generais falarem diretamente ao presidente para manifestarem suas impressões. Neste instante, o general Silvino informou que não compareceria à reunião com o presidente, pois havia sido informado de que Costa e Silva já havia assumido o comando do exército nacional, deixando claro que já se inclinava para uma adesão. Em torno das 21 horas, Ladário se dirigiu para o aeroporto Salgado Filho a fim de verificar o esquema de segurança para a chegada do presidente. Às 21 horas seguiu para o Aeroporto Salgado Filho esperar o presidente. Foi informado do atraso do voo. De que ao invés de chegar entre 22 horas e 30 minutos e 23 horas, chegaria por volta das 03 ou 04 horas da manhã. Ainda assim, vários aliados de Goulart chegavam ao Aeroporto a partir das 22 horas. Diante do atraso, Ladário aceitou pedido de Brizola para descansar no armazém da Varig. Por volta de meia noite e 30 minutos Ladário foi procurado no Armazém da Varig pelos generais Floriano e Silvino para informar da comunicação de posse de Costa e Silva no Ministério da Guerra. Ladário respondeu que não tomava conhecimento desta comunicação<sup>1428</sup>. João Goulart chegou a Porto Alegre às 03horas e 58 minutos acompanhado dos ministros Amauri Silva, Oswaldo de Lima Filho, Wilson Fadul,

---

<sup>1427</sup> SILVA, 1984. Op cit. Pag. 404.

<sup>1428</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 442.

Eugênio Caillard, General Assis Brasil e outros. Depois dos cumprimentos aos aliados que o esperavam, entre eles o prefeito de Porto Alegre, deputados estaduais e outros, seguiu para a residência do Comandante do III Exército.<sup>1429</sup>

Em Brasília, à noite, depois de Jango ter decolado rumo a Porto Alegre, seus aliados voltaram a seus postos a fim de tomar as providências que lhes cabiam. Ao se aproximarem da Esplanada dos Ministérios notam a presença de tropas do Exército tomando posição de defesa conforme mais cedo Auro de Moura Andrade solicitara. Suas exigências foram atendidas, as ordens do Presidente da República, não.<sup>1430</sup> Ao verem as tropas federais guarnecendo o Congresso, Waldir Pires e Darcy Ribeiro foram ao encontro do general Nicolau Fico. Tão logo o encontram, Pires lhe diz: “Mas general, o senhor então traiu o presidente? Porque o compromisso era manter as tropas nos quartéis”. O comandante da Guarnição de Brasília lhes mostra então um telegrama enviado pelo general Costa e Silva, então autoproclamado “Comandante do Exército”: “Ao prezado chefe do Comando Militar de Brasília determino que o Exército em Brasília assegure pleno funcionamento e o exercício de todas as competências dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo”. Diante da obediência do General Fico a seu colega insurreto, Darcy Ribeiro disse: “Mas, general Fico, Costa e Silva não é o seu chefe, seu chefe é o presidente da República, a quem faz poucas horas o senhor assegurou que manteria a legalidade”. E logo em seguida, com o telegrama em mãos, completou: “Ah, mas olha aqui, o general Fico é isso mesmo, estou vendo sua carinha, a sua carinha de macaco, a sua carinha de está obediente ao macacão maior”<sup>1431</sup>.

No Congresso, Tancredo foi informado de que Auro estava reunido com as cúpulas do PSD e da UDN. Quis saber se tinha sido convocado para esta reunião e a resposta foi negativa<sup>1432</sup>. Já se antevendo a manobra de Auro em declarar vago o cargo de Presidente da República por achar-se Jango em lugar incerto ou fora do país. Darcy Ribeiro atendeu a solicitação de Tancredo, feita mais cedo, de redigir ofício comunicando a ida do presidente ao estado do Rio Grande do Sul. O ofício foi datilografado por volta de meia noite e encaminhado imediatamente para a mesa da Presidência do Congresso Nacional. Mas Auro e seus cúmplices já estavam determinados a levar à frente seu plano de qualquer maneira. Pouco antes do início da sessão que deu o golpe parlamentar contra Jango, Auro convocou novamente o General

---

<sup>1429</sup> Idem.

<sup>1430</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 423.

<sup>1431</sup> CAROS AMIGOS, 2004. Op cit. Pag. 22.

<sup>1432</sup> SILVA, 1975. Op cit. Pag. 422.

Fico, desta vez para informá-lo de sua decisão de declarar vaga a Presidência da República e nomear Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados como presidente interino, na qualidade de próximo na linha de sucessão. Fico se mostrou indeciso diante da notícia. Auro lhe solicita a presença no Palácio de Planalto para a breve posse de Mazzilli, Fico responde evasivamente: “Vou providenciar” ao que fico teria retrucado: “General, solicito que esteja presente às duas horas, no Palácio do Planalto, para a posse do Presidente da Câmara dos Deputados na Presidência da República”. O comandante da Guarnição de Brasília entende que 2 horas significavam 14 horas do dia seguinte. O Presidente do congresso lhe esclareceu o mal-entendido. Fico se mostrou ainda mais desorientado e prosseguiu em sua evasividade, disse: “Vou providenciar<sup>1433</sup>” e saiu do recinto.

Um grupo de parlamentares de oposição com físico avantajado se posicionou discretamente no caminho da Mesa do Presidente a fim de impedir o acesso de deputados da situação a Auro de Andrade. Do lado de fora, dois deputados de origem militar (Mal. Zacarias e Costa Cavalcanti) munidos de metralhadoras, se posicionavam para impedir que o Congresso fosse invadido por uma multidão que estava concentrada na rodoviária (não confiavam na guarnição federal). O Presidente do Congresso abriu a Sessão Conjunta do Congresso às 2 h do dia 2 de abril de 1964. Registraram-se 29 senadores e 183 deputados perfazendo um total de 212 parlamentares. Auro tentou iniciar a sessão com as seguintes palavras: “Esta sessão conjunta do Congresso Nacional foi convocada a fim de que a Presidência pudesse fazer uma comunicação e uma declaração. Passo a enunciá-las:”. Mas não consegue dar prosseguimento, pois foi interrompido pelo Deputado Bocayuva Cunha, que pedia a palavra. Auro tentou prosseguir, impedindo que Bocayuva fizesse uso da palavra: “A presidência não pode ser interrompida. Darei a palavra a V. Exa. depois de haver a Presidência encerrado a exposição...” Bocayuva, determinado a impedir a manobra, o interrompe novamente e diz: “O Governador do Estado do Rio de Janeiro foi preso por oficiais da Marinha...”. Após a frase do deputado, instalou-se grande tumulto, de modo que Auro não conseguiu prosseguir em sua exposição. Desistiu por fim, e suspendeu a sessão: “Atenção. Srs. Deputados, serei forçado a suspender a sessão até quando a calma volte ao Plenário, para que esta Presidência possa cumprir o seu dever de fazer a comunicação e a declaração que lhe cabe formular nesta hora angustiosa da vida brasileira”. Em seguida

---

<sup>1433</sup> ANDRADE, 1985. Op cit. Pag. 243.

a sessão foi suspensa por cerca de 20 Minutos. No Retorno, Auro iniciou a sessão sem qualquer introdução, tomou o microfone e pronunciou as seguintes palavras: “Comunico ao Congresso Nacional que o Sr. João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a Nação é conhecedora, o Governo da República”<sup>1434</sup>. Como era de se esperar, instalou-se grande tumulto, com uma parte dos parlamentares protestando e outra aplaudindo. Auro não ignorou o ofício do Chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, que por sua ordem é lido pelo 1º secretário:

Brasília, 2 de abril de 1964.

Senhor Presidente,

O senhor Presidente da República incumbiu-me de comunicar a Vossa Excelência que em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo - o na chefia do Poder Executivo, decidiu viajar par o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais.

Atenciosamente - Darcy Ribeiro, Chefe do Gabinete Civil<sup>1435</sup>.

O Deputado Sérgio Magalhães interrompeu a sessão com uma questão de ordem, argumentando que de acordo com o Regimento Comum da Câmara e do Senado a comunicação que estava sendo feita pelo Presidente do Congresso não poderia acontecer. Após breve e tenso debate entre os dois parlamentares, Auro ignora o mérito da questão colocada e declara vaga a Presidência da República e, ato contínuo, declara encerrada a sessão mesmo sob o protesto de dezenas de parlamentares<sup>1436</sup>.

Em seguida Auro e Mazzilli se dirigem ao Palácio do Planalto onde procedem à posse de Mazzilli no cargo de Presidente interino da República. Vários deputados assistiram à cerimônia. O General Fico não compareceu. Não satisfeito com a recusa, Auro solicitou que os Deputados Cunha Bueno, Anísio Rocha e Afonso Celso subissem ao quarto andar, onde Fico estava juntamente a Darcy Ribeiro para convidar o General para a cerimônia de posse. Fico se recusou a comparecer teria dito: “Não vou, eu fui enganado”.<sup>1437</sup> Mas nada fez para impedir a consumação do Golpe. Neste Momento um dos Generais em Brasília, o General André Fernandes, se apresentou para representar as instituições militares na consumação do golpe parlamentar. Mazzilli assumiu a Presidência Interina. Darcy e Fico deixaram o prédio discutindo asperamente. De acordo com reportagem do Jornal do Brasil do dia 2 de abril, o Tenente-Coronel Avelar

---

<sup>1434</sup> ANDRADE, 1985. Op cit. Pag. 396.

<sup>1435</sup> ANDRADE, 1985. Op cit. Pag. 398.

<sup>1436</sup> Idem.

<sup>1437</sup> ANDRADE, 1985. Op cit. Pag. 248.

- Chefe de Política do Distrito Federal - ainda teria tentado, sem sucesso, impedir a posse de Mazzilli e prender toda a comitiva golpista, mas nada se consumou.

No sul, na manhã do dia 2 de abril, às 8 horas da manhã, teve início uma reunião na Casa do Comandante do III Exército para avaliar a situação. Estavam presentes Brizola, os generais Floriano da Silva Machado, Otomar Soares de Lima, Crisanto Miranda de Figueiredo e João de Deus Nunes Saraiva, além de Ladário e Jango. A exceção de Ladário e Brizola, todos estavam pessimistas em relação às possibilidades de resistência. Discordando de seus pares, Ladário ainda acreditava que era possível uma resistência, de acordo com o depoimento de Ladário:

As guarnições de Porto Alegre, São Leopoldo e Vacaria estavam fiéis e, possivelmente, no resto do Estado poderíamos contar com outras unidades. A Brigada Militar, mediante decreto, se colocaria sob o nosso comando, ademais dispúnhamos de 20 mil armas e cerca de 6 milhões de tiros, o que nos possibilitaria mobilizar muitas unidades. Perguntei, nesse momento, para o deputado Brizola em quanto tempo seria possível colocar à minha disposição 5 mil homens. Poderíamos, então, em seis horas, mobilizar dez corpos provisórios sob o comando do oficiais da Brigada Militar. Além disso, acrescentei, V.Exa. É um homem do povo, nossa resistência aqui levantará a opinião pública no resto do país e se tornará incontestável<sup>1438</sup>.

Logo em seguida foi convocado à reunião, o brigadeiro Otelo Ferraz, coronel Francisco Guedes Machado, comandante do 6º DI, coronel Lauro Almeida Bandeira de Melo, comandante do 18º Regimento de Infantaria. Brizola sugeriu a Jango que nomeasse Ladário Ministro da Guerra e resistisse. O Comandante do III Exército ainda teria dito: “Presidente, devo, finalmente, afirmar que minha mentalidade de soldado é de que, enquanto se dispõe de um punhado de homens se resista, até esperar que a vitória se conquiste por milagre”<sup>1439</sup>. Brizola, em depoimento também se refere a tal reunião. O depoimento de Brizola só diverge de Ladário no que tange o posicionamento dos outros oficiais além de Ladário:

Eu era o único civil além dele nessa reunião, e eram cerca de nove generais. Fiz um proposta de resistência. Comandava nessa época o Exército naquela área o general Ladário Teles. E o general Ladário disse que estava de acordo com a minha proposta. Que havia armamento para mais de 100 mil civis, para organizar cortes provisórios, que o III Exército tinha alguns furos, mas que se podiam consertar, e que se podia organizar perfeitamente a resistência. (...) houve a discordância de um general, mas todos os demais estiveram de acordo, depois a conversa se generalizou e finalmente se desfez a

---

<sup>1438</sup> Apud SILVA, 1984. Op cit. Pag. 406.

<sup>1439</sup> Apud SILVA, 1984. Op cit. Pag. 405,406.

reunião. O presidente concluiu dizendo: “Olha, eu verifico que terá que haver derramamento de sangue para eu permanecer no governo. Quero dizer que se é indispensável que haja derramamento de sangue, prefiro me retirar”<sup>1440</sup>.

Apesar da veemência de Brizola e Ladário, Jango optou por não resistir. Teria dito: “Agradeço sua lealdade, Gen. Ladário. Não desejo derramamento de sangue em defesa do meu mandato”<sup>1441</sup>. Afirmou ainda que não renunciaria e que aguardaria os próximos acontecimentos (a consumação do golpe de Estado). Determinou ao comandante do III Exército que tomasse providências para seu deslocamento para o aeroporto. Ladário deu por encerradas suas atividades enquanto comandante do III Exército Ladário entregou os pontos.<sup>1442</sup> Às 10 horas e 30 minutos do dia 2 de abril, recebeu ligação do Rio de Janeiro, do Major Carlos Alfredo Malan de Paiva que o informava que “a revolução já era vitoriosa” e que Jango já abandonara o país. Informou que Jango estava a poucos metros dele e em pleno exercício de seu mandato presidencial.<sup>1443</sup> Pouco depois, o presidente já se dirigia para o aeroporto. No dia 2 de abril, os revoltosos proclamaram o general Poppe comandante do III Exército. A decisão foi aceita e aprovada por Costa e Silva, o então “comandante do Exército Brasileiro” e Ministro da Guerra.

### **Era o golpe Inevitável?**

Parece-nos que existem duas formas de entender a pergunta acima formulada. Em primeiro cabe-nos refletir se era possível evitar que o golpe visse a ser tentado, em segundo, se uma vez desencadeado, se era ou não razoável resistir. Quanto à primeira possibilidade, nos parece muito remoto que o estado-maior do golpe desistisse de seu intento, a não ser que Jango capitulasse a todas as suas exigências. Como observa Jacob Gorender: “Nesse período, de 1962 e 1963, as forças conservadoras esperaram para ver se Jango seria capaz de conter as forças populares e dissolver o Comando Geral dos Trabalhadores, atacar os sindicatos e discipliná-los a pôr ordem no quadro econômico em deterioração.<sup>1444</sup>” Nos primeiros meses de 1964, quanto mais Goulart se isolava das classes dominantes, quanto mais o movimento sindical se fortalecia e as possibilidades

---

<sup>1440</sup> Entrevista com Leonel de Moura Brizola, in: DINES, FERNANDES JR E SALOMÃO, 2000 (b). Op cit. Pag. 25,26.

<sup>1441</sup> Apud SILVA, 1975. Pag. 444.

<sup>1442</sup> Idem.

<sup>1443</sup> Idem.

<sup>1444</sup> GORENDER, Jacob. *Era o golpe inevitável?* In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). 1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1997. Pag. 110.

de controle sobre ele se enfraqueciam, quanto mais o populismo entrava em crise e setores organizados pressionavam o executivo pelas reformas de base, menos o golpe se tornava inevitável. Mais ainda num país com tanto histórico de intervenções militares, e vivendo uma crise de regime desde, pelo menos 1945, e com muita força desde 1954. Como observa Nelson Werneck Sodré: Sim, teria sido possível [evitar o golpe], se realmente nossas instituições fossem democráticas e sólidas. Não haveria as intervenções nem os golpes<sup>1445</sup>”. Ou como complementa Gorender, se a correlação de forças políticas fosse amplamente favorável aos setores progressistas e às esquerdas: “O golpe só seria evitado se a esquerda tivesse uma unidade e um poderio tão grandes que intimidasse a direita”.<sup>1446</sup> Distantes dessas condições a que aludiu o general nacionalista e o intelectual comunista, o golpe, ou pelo menos sua tentativa, era inevitável, a não ser pelo preço de se curvar aos ditames das classes dominantes de maneira acrítica e subserviente.

Deflagrado o golpe como hoje o conhecemos e o estudamos, sua vitória era inevitável? O “dispositivo militar” a serviço do governo João Goulart conseguiu evitar a conspiração durante um período de seu mandato. Esperava desencorajar o ingresso em movimentos contra seu governo mediante o exemplo de isolamento a que submetiam os oficiais que lhe faziam oposição. Acreditou-se que bastava apenas ter o comando das principais unidades para impedi-las de se voltarem contra as instituições republicanas, mas se descuidou em conquistar os militares para defender seu mandato por convicção. A estratégia de defesa de Goulart, por mais que tenha sido acusado do contrário, baseou-se na crença no poder da disciplina e da obediência. Os organizadores do seu esquema de defesa pensaram todo o tempo em termos de linha hierárquica. Tinham os comandantes das unidades, esperavam ser obedecidos. A opção de exilar oficiais influentes nos cargos burocráticos e principalmente nas escolas revela a pouca atenção que se deu ao aspecto ideológico da corporação. Os golpistas se aproveitaram de uma longa tradição conservadora em grande parte dos oficiais para, a partir daí ganhá-los para a crítica ao governo. A difusão da Doutrina da Guerra Revolucionária, por exemplo, não recebeu de Goulart e seus assessores praticamente nenhuma atenção. Os aliados de Jango no parlamento se posicionaram contra Bilac Pinto quando este se utilizava da doutrina importada da França para atacar Jango. Mas nada fizeram para

---

<sup>1445</sup> SODRE, Nelson Werneck. *Era o golpe inevitável?* In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). 1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1997. Pag. 107.

<sup>1446</sup> GORENDER, 1997. Op cit. Pag. 110.

evitar que nas instituições oficiais das Forças Armadas, os mesmo argumentos fossem trabalhados com profundidade para um numeroso grupo de oficiais. Durante os quase dois anos em que Castelo Branco esteve à frente do EME, a disposição da média oficialidade contra o presidente foi se tornando cada vez mais golpista. Apoiados nos conceitos da doutrina alguns conceitos forma ressignificados. A tolerância às opiniões divergentes, princípio da tese do Estado democrático de direito, por exemplo, era negada sob o argumento que tais expedientes poderiam ser utilizados pelos “comunistas” contra o que entendiam ser a “democracia”. Desta forma, em nome da “democracia” defendiam a suspensão dos direitos políticos, a vigilância dos cidadãos considerados suspeitos, a intolerância, etc. Conseguiram, em suma, estabelecer para um setor numeroso da classe média um conceito de democracia que em seu conteúdo significava ditadura para os críticos e “inimigos” do regime. A subversão militar, dentro da lógica do combate ao inimigo interno, foi exaltada como dever constitucional, o golpe, como revolução. Essa foi a primeira razão da derrota militar, Goulart perdeu, ou não travou a batalha doutrinária, não disputou a consciência de seus oficiais, não se contrapôs aos argumentos formulados contra ele. Estava em suas possibilidades ter influído neste processo, ter conquistado as mentes dos seus oficiais para defenderem também as reformas, mas nada se fez. E isso colocou os limites de sua política de defesa militar. Se no começo as transferências pulverizavam a insatisfação, com o tempo passaram a espalhá-la, difundi-la. Se no começo seus aliados se tornavam os “generais do povo”, com o evoluir da campanha contra seu governo, esse adjetivo se tornou cada vez mais motivo de desprezo e chacota dentro da caserna.

Quando o golpe se desencadeou, aqueles que foram perseguidos eram vistos com admiração por seus pares. Aqueles que se engajaram tinham paixão (ainda que das piores paixões segundo nosso ponto de vista), pelo lado que haviam escolhido. Enquanto isso, para aqueles que deveriam ficar em princípio ao lado do governo, restava apenas o argumento da defesa do presidente constitucional, e tal argumento foi insistentemente trabalhado nos anos anteriores para que no momento “X” tivesse a menor força possível. Ainda assim, em 31 de março, a batalha não estava perdida, mesmo porque, do lado dos golpistas as ações também foram realizadas com vários lances de improviso e desconfianças mútuas. Como observa Gorender:

No dia 31 (...) se os fuzileiros navais tivessem recebido ordens do almirante Aragão (que aguardava sinal de Jango) e desencadeassem uma ação de tomada do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, onde a

defesa era muito precária, teria sido possível prender Lacerda, o que também provocaria um efeito moral de enorme importância em todo o Brasil. Mas isso não ocorreu. A operação *Brother's Sam*, organizada pelos americanos no Caribe e composta de uma força naval que viria ao Brasil trazendo armas, munições e outros meios materiais para os golpistas, ainda levaria dez a doze dias para chegar. Era o tempo de organizar uma grande recepção a essas forças e desenvolver a resistência. Os americanos já estavam se enterrando na Guerra do Vietnã. Não seria fácil, portanto, ocupar-se ao mesmo tempo de “dois Vietnãs”. Eles foram derrotados na Ásia, seriam derrotados também na América do Sul.

Os exemplos de Paulo Mário e Ladário Teles são eloquentes em demonstrar como medidas enérgicas eram ainda capazes de anular a ação dos golpistas. Mencionando o caso de Ladário Teles, João Quartim de Moraes, opina que: “Não é, portanto, gratuita suposição de que, se no interior do chamado ‘dispositivo militar’ de sustentação do governo Goulart, tivessem sido tomadas atitudes semelhantes à de Ladário, o curso dos acontecimentos teria sido diferente”.<sup>1447</sup> A vitória dos golpistas nos dois dias do processo se assemelha à vitória de Davi contra Golias. Mas não de um Davi que atira uma pedra contra um gigante. E sim de um Golias que se deixa decapitar pelo medo do mal que pode causar o seu poder. Goulart teve plenas condições de ocupar o Palácio Guanabara e garantir o controle das capitais da Guanabara e do Rio de Janeiro. Tinha condições de parar de imediato a marcha da coluna de Mourão. Poderia ter prendido e anulado as atuações de Costa e Silva e Castelo Branco juntamente à vários generais golpistas. Ainda assim poderia cair, é certo, mas a vantagem, nesta hipótese estava toda com ele. É improvável que o movimento de adesão das tropas do I Exército fosse o mesmo se as tropas mineiras recuassem ou fossem destruídas. Assim como seria bem mais difícil que nos outros estados, civis e militares se comprometessem com um levante tão rapidamente debelado. Não temos a pretensão de escrever a “história do que poderia ter sido”, mas os fatos são concretos, quase mensuráveis. Não é difícil de imaginar a dificuldade de consumir o golpe se as ruas do Rio de Janeiro estivessem cheias daquele mesmo povo que foi a comício em 13 de março, agora defendendo o presidente das reformas, então mobilizadas contra um golpe de direita. Viram-se, no entanto, golpistas convictos contra legalistas sem vontade de fazer o que poderiam fazer. Some-se a isto, que o “dispositivo militar” não tinha nenhum plano para enfrentar uma sublevação vinda de Minas Gerais ou qualquer outro, (tal como Lott tivera em

---

<sup>1447</sup> MORAES, João Quartim de. *O colapso da resistência militar ao Golpe de 64*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). 1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1997. Pag. 123.

1955) e tão pouco tinha informações precisas sobre a confiabilidade de seus principais comandantes (entregar o comando do Regimento Sampaio a um amigo do Marechal Denys era algo que facilmente poderia ser evitado).

O golpe não foi em 31 de março. Nesta data, a esmagadora maioria das unidades ainda estava com o governo, esperando para ver se era verdade que o “dispositivo militar” era invencível. No dia 1º descobriram que não era assim, ou que pelo menos “não estava” assim, e aderiram. Como medida de marketing, os golpistas chamaram de “Revolução de 31 de Março” a sua insurreição. Quiseram evitar associar seu movimento ao “dia da mentira”. Mas o golpe aconteceu neste dia, e na verdade, a data lhe cai muito bem.

## **Conclusão:**

O processo do golpe de Estado de 1964 é um dos objetos mais debatidos e estudados da historiografia brasileira. Em função disso, a cada novo trabalho sobre o assunto, a originalidade da pesquisa tende a ser cada vez mais relativa. Dessa forma, nossa pretensão é a de haver acrescentado mais um pequeno elemento a um assunto abordado por grande número de pesquisadores, em muito bons trabalhos.

A mobilização política no interior das Forças Armadas e a divisão dos militares em correntes que tomavam posição com relação às disputas entre partidos e classes sociais, no âmbito da sociedade civil, é fato de amplo conhecimento da historiografia. A interpretação dessa politização é que é motivo de polêmicas. No caso específico do embate entre os grupos militares, durante o governo Goulart, houve uma oposição clara entre os oficiais partidários das teses reformistas expressas no nacional-populismo e de sua negação radical. De um modo geral, o embate entre as principais correntes militares no período que antecedeu a deposição de Goulart expressou, para além da defesa da legalidade, o posicionamento em relação às instituições do populismo. O que esteve em questão foi a opção por um modelo de desenvolvimento com base em capitais nacionais, com gerenciamento do Estado sobre a economia e uma maior participação dos segmentos populares e a negação radical de tudo isso. A crise que culminou com o golpe de Estado de 1964 consistiu, em seu aspecto militar, na vitória da ala antinacionalista e antipopulista das Forças Armadas, que, em sua atuação política, convergiu com setores do capital multinacional e associado. A mobilização da caserna foi feita por “partidos militares”. Tanto as alianças civis-militares, que fizeram o combate ao nacional-populismo, quanto as que se formaram para defendê-lo foram construídas no marco de uma convergência de projetos entre oficiais/praças e forças da sociedade civil. Contudo, não existiram, absolutamente, dois processos de golpe de Estado. Essa afirmação, embora não original, justifica-se - por se tratar ainda de uma questão em debate nas pesquisas sobre esse processo. A acusação de tentativa de subversão da ordem legal, por parte do bloco de forças em torno das reformas de base, não encontra o mínimo amparo nos fatos e só faz sentido como argumento para justificar o rompimento da ordem constitucional. Ainda no que tange à convergência civil-militar, a aproximação entre Goulart e os praças tem sido mal interpretada pela historiografia revisionista. Do nosso ponto de vista, houve, de fato, essa aproximação,

mas esteve longe de significar a intenção de destruir a hierarquia nas Forças Armadas, ou de utilizar o potencial militar desse segmento para gerar instabilidade. Os “sargentos”, na qualidade de categoria social mobilizada, atuaram junto a outras forças reformistas, no apoio ao governo Goulart, nos momentos em que esse encarnava suas aspirações. Em síntese, os “sargentos” como sujeitos históricos autônomos é que forçaram sua entrada na conjuntura. Eles tomaram a iniciativa da aproximação e Jango, tal como procedeu com todos os outros movimentos populares, não recusou o apoio e nem com eles se comprometeu de forma definitiva.

A vanguarda da conspiração ligada à ESG esteve mobilizada e articulada com setores da burguesia, não apenas para o rompimento da ordem constitucional, mas também para um novo regime, marcadamente liberal e avesso à participação das classes trabalhadoras. Para a grande maioria dos oficiais que apoiaram, ativa ou passivamente, a deposição, entretanto, não havia a intenção de um novo regime: foram mobilizados especialmente contra o governo Goulart e não por um projeto preciso de Estado e Sociedade.

A principal originalidade da pesquisa está em procurar ver essa crise de um lugar até então pouco explorado: o de suas forças de defesa e da análise de sua política militar. Não obstante a pequenez desse recorte, cremos ter dado uma contribuição importante: a de demonstrar que João Goulart tinha um “dispositivo militar” e adotou medidas político-militares para evitar um golpe de Estado. Entre tais medidas estão a interferência na hierarquia militar, no sentido de reservar para oficiais de sua confiança os postos de comando mais importantes, e a política de isolamento dos oficiais que lhe eram francamente hostis, em especial aqueles que possuíam as patentes mais elevadas.

Muitos elementos das críticas ao governo Goulart pelos militares opositoristas já vinham de longe. Eram pontos da crise de regime que persistiam desde, pelo menos, o fim do Estado Novo e, com muito mais força, desde a crise de 1954, interrompidas pelo suicídio de Getúlio Vargas. A subida de João Goulart ao poder em 1961 significou, no que tange à disputa entre as correntes militares, a derrota temporária e o enfraquecimento da corrente antinacionalista e, em especial, de sua principal expressão organizativa: a Cruzada Democrática. Desde o primeiro momento, os oficiais desse grupo, em convergência com setores do capital multinacional e associado, colocaram-se em oposição mobilizada contra o herdeiro de Getúlio Vargas e do nacionalismo populista. Há que ressaltar, no entanto, que a situação militar do governo Goulart não se constituiu num processo linear de acumulação de forças desse

partido militar em direção ao golpe. A crise militar durante o governo Jango teve variações que devem ser compreendidas no marco da conjuntura do período, em seus aspectos internacionais, econômicos, assim como da disputa entre os partidos nacionais.

Durante o ministério de Tancredo Neves, a maior característica da política militar de Jango foi a tutela e a precaução contra conflitos. Até a queda do General Amaury Kruel do Ministério da Guerra, o governo contou com relativa estabilidade militar. Em vários aspectos, seu governo pôde contar, em seu Estado-Maior militar, com oficiais de direita, alguns até mesmo ligados à Cruzada Democrática. Goulart conseguiu antecipar a realização do plebiscito que lhe devolveria os poderes presidenciais e pôde passar de uma situação de tutelado pelas Forças Armadas para uma situação de controle sobre as mesmas. A política militar sob os ministros da Guerra Segadas Viana, Nelson de Melo e Amaury Kruel tinha um perfil mais conservador e mantinha pequena a influência de Brizola e outros aliados mais radicais sobre Jango e sobre as Forças Armadas.

A disputa entre os Generais Kruel e Osvino Ferreira refletiu a disputa entre duas frações militares que, naquele momento, apoiavam Goulart. A esquerda militar, encabeçada por Osvino Ferreira, embora atuando em unidade no início, começou a fazer oposição ao então ministro da Guerra Amaury Kruel, expressão da oficialidade conservadora no governo. A grande pressão desse setor, as críticas de Brizola e os ataques desferidos contra Kruel por parte do movimento organizado dos sargentos, assim como, especialmente, as denúncias de corrupção feitas pelo sargento-deputado Garcia, precipitaram o rebaixamento de Kruel do Ministério da Guerra para uma função burocrática. Nesse momento, inicia-se a ruptura de Kruel com Goulart e o aprofundamento dos seus contatos com a conspiração. Uma parte importante dos militares que apoiaram a posse de Goulart em 1961 e que, até então, apoiavam ou toleravam o seu governo mudou gradualmente para a oposição e/ou o descontentamento, movimento que não foi percebido em toda a sua dimensão por Goulart e seus aliados.

A subida do General Jair Dantas ao Ministério da Guerra marcou um novo momento da política militar de João Goulart. A aproximação com a ala nacionalista se fez mais forte, simultaneamente ao isolamento entre o governo e as forças burguesas e ao aguçamento da crise econômica. O novo ministro da Guerra refez toda a cadeia de comando das Forças Armadas. A partir de Jair Dantas é que se pode ver, com mais nitidez, a construção de um “dispositivo militar” de defesa, contra as conspirações

militares, então em processo mais sólido de organização. As lealdades pessoais foram utilizadas para a montagem do dispositivo, especialmente porque o grupo da esquerda militar era muito reduzido, assim, não era possível desprezar as lealdades pessoais como as dos generais Justino Alves Bastos e Amaury Krueel, por exemplo. Nesse sentido, as posições ideológicas de oficiais importantes em comandos fundamentais foram postas em segundo plano, o que viria a se constituir num grave erro, no momento em que a crise política chegaria a subordinar os laços pessoais.

Em nosso ponto de vista, não restam dúvidas de que o golpe de Estado foi um movimento de classe. O trabalho de conspiração teve em um setor da burguesia seu principal executor, tanto em seu aspecto massivo – entendido como a mobilização dos meios de comunicação e demais elementos à disposição para desgastar o governo Goulart – como em sua articulação de forças – entendida como as operações de mobilização dos segmentos dominantes e contatos dentro das Forças Armadas. Nesse aspecto, nossa contribuição é mais de ênfase do que de novos dados e elementos. Avaliamos que a contribuição militar nesse processo foi qualitativamente mais importante do que geralmente se supõe. Nesse aspecto, ganha relevância a questão da Doutrina da Guerra Revolucionária, teoria militar que forneceu os principais argumentos que, no âmbito da Guerra Fria, associavam Goulart à ameaça do comunismo.

A Doutrina da Guerra Revolucionária, que embora não desconhecida foi pouco enfatizada pela historiografia, influenciou fortemente a abordagem que os meios de comunicação fizeram sobre o governo João Goulart no plano civil. Seus conceitos foram largamente utilizados para estabelecer um sentimento de pânico entre os segmentos médios e dominantes. O medo era de que estivessem em risco, não apenas aspectos da política e da economia, mas a própria sobrevivência do capitalismo.

No plano militar, a difusão da Doutrina da Guerra Revolucionária foi a maior responsável para o desgaste do governo Goulart dentre a média oficialidade. No momento do golpe, a imagem do governo federal era amplamente impopular entre esse segmento das Forças Armadas. Esse dado da correlação de forças foi decisivo para a diminuição do poder de comando dos oficiais legalistas e nacionalistas, na hora decisiva da rebelião militar. Dentro da caserna, a divulgação dessa doutrina pode ter sido determinante para a vitória política da direita militar sobre os setores que, a princípio, estavam propensos a apoiar a legalidade.

Também é uma contribuição desta pesquisa demonstrar como essa teoria militar francesa pôde ser amplamente divulgada sem enfrentar, praticamente, nenhuma dificuldade. Em primeiro lugar, porque alguns dos principais oficiais militares identificados pela sua postura oposicionista foram isolados nas escolas militares e nos demais espaços reservados à elaboração e divulgação doutrinária. Em segundo lugar, porque a própria vigilância do aspecto educacional e doutrinário militar no período analisado foi subestimada e colocada em plano marginal. A derrota militar de Jango constitui, assim, o resultado da disputa política travada entre as correntes militares nacionalistas/legalistas e de direita – especialmente a Cruzada Democrática. A definição final do estado de espírito majoritário entre os oficiais foi função da vitória de um dos lados em convencer seus pares de sua visão de mundo, interpretação do momento histórico e, logo, da conveniência da ruptura da ordem constitucional como ação defensiva da ordem política e social, como esses a entendiam.

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito às condições para enfrentar a sublevação militar. Acreditamos ter demonstrado que, do ponto de vista da correlação de forças militares, a batalha não estava perdida desde o seu início e, em que pese as falhas de organização e informação, a não reação foi decisiva. Contrariamente ao afirmado pelas memórias e depoimentos da maior parte dos oficiais que tomaram parte de alguma forma no golpe de Estado, não houve uma grande organização e a derrota das forças legalistas não era certa. Mais do que fraqueza, não combater os sublevados com todas as forças à disposição foi uma decisão política deliberada. Nesse sentido, a vitória da ala antinacionalista sobre os nacionalistas precisou ser consolidada. Em função desse fato é que foi necessário expurgar as Forças Armadas de um grande número de oficiais, como forma de impedir que o embate entre as correntes militares prosseguisse no novo regime e trouxesse o risco de um retorno ao regime de 1946-64. A avaliação desse período não faz parte de nossa abordagem, mas acreditamos ser um campo fértil de pesquisas, a respeito do qual já existem, inclusive, alguns valiosos trabalhos em que se basear.

Acreditamos haver dado um pequeno passo no estudo da disputa entre os grupos militares no período que precedeu o golpe. A historiografia, de um modo geral, tem reservado muito pouca atenção aos militares que se opuseram ao golpe e que em seu período anterior se posicionaram por um modelo de Estado e desenvolvimento mais democrático e soberano. Os vitoriosos de 1964 buscaram, com todas as suas forças, consolidar a interpretação de que os golpistas atuaram como intérpretes da sociedade,

como se a ideologia anticomunista típica da Guerra Fria e os anseios da burguesia multinacional e associada fossem objetivos de toda a sociedade. É preciso avançar mais na desconstrução dessa propaganda, é necessário e possível demonstrar que um setor dos oficiais militares convergiu também com outros atores sociais em defesa de outro projeto de Estado e Sociedade. Da mesma forma o fato de haverem sido derrotados e, posteriormente, calados não lhes diminui a legitimidade e representatividade histórica.

Acreditamos ser ainda imprescindível aprofundar o estudo da Doutrina da Guerra Revolucionária no período posterior ao golpe de 1964: os componentes conjunturais e ideológicos que subjazem a essa doutrina não foram interrompidos com a consumação do golpe. Muito pelo contrário, foram fundamentais para a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, que seria implantada durante a ditadura militar, e na aplicação da política educacional, repressiva, militar, assim como em outros aspectos. É possível perceber a influência dessa doutrina, mesmo após o fim da ditadura militar, em políticas dos governos, na fala de comentaristas diversos e, igualmente, em determinadas abordagens historiográficas.

Enfim, não temos a pretensão de haver esgotado todas as questões referentes à crise militar que precedeu o golpe, mas, tão somente, acreditamos ter oferecido mais uma contribuição que esperamos ser de interesse para futuros pesquisadores e demais interessados no conhecimento desse processo histórico. Esperamos que outros historiadores, no trabalho incessante de reflexão e reinterpretação da Memória, venham a nos questionar, contribuam para o seu avanço e sigam adiante.

**Anexo 1:  
Telegrama da Cia:**

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

This material contains information affecting the National Defense of the United States within the meaning of the Espionage Laws, Title 18, U.S.C. 793 and 794, the transmission or revelation of which in any manner to an unauthorized person is prohibited by law.

CLASSIFICATION — DISSEMINATION CONTROLS

(When Filled In) Vol. II SANITIZED COPY ASMOB 03.124

COUNTRY <u>BRAZIL</u>	REPORT NO. <u>IDCS -3/540,528</u>
SUBJECT <u>PLANS OF MILITARY GROUP DIRECTED BY GENERAL AMAURY KRUEL, MINISTER OF WAR, MARSHAL ODYLIO DENYS, GENERAL NELSON DE MELO AND OTHERS TO DISCUSS PLANS FOR AN ANTI-GOVERNMENT COUP</u>	DATE DISTR. <u>15 MARCH 1963</u>
DATE OF INFO. <u>13 MARCH 1963</u>	PRECEDENCE <u>PRIORITY</u>
PLACE & DATE ACQ.	REFERENCES <u>FILE IN 86659</u>
APPRAISAL <u>3</u>	FIELD REPORT NO. <u>1</u>

THIS IS UNEVALUATED INFORMATION. SOURCE GRADINGS ARE DEFINITIVE. APPRAISAL OF CONTENT IS TENTATIVE.

SOURCE

1. AS OF 13 MARCH 1963. A GROUP OF MILITARY LEADERS DIRECTED BY GENERAL NELSON DE MELLO; WAR MINISTER, AMAURY KRUEL; MARSHAL DENYS, FORMER WAR MINISTER UNDER JANIO QUADROS; MARSHAL DUTRA, FORMER PRESIDENT OF BRAZIL; AND ADMIRAL HECK, NAVAL MINISTER UNDER QUADROS, PLANNED TO MEET ON 18 MARCH IN CITY OF PETROPOLIS TO DISCUSS PLANS FOR A COUP AGAINST THE GOVERNMENT OF PRESIDENT JOAO GOULART. ALSO INCLUDED IN THIS GROUP WERE ONE OTHER ADMIRAL AND TWO GENERALS OF THE BRAZILIAN AIR FORCE." (FIELD COMMENT: THE SOURCE DID NOT KNOW THE NAMES OF THE LATTER THREE OFFICERS.)

2. FIELD DISSEM: STATE, CINCLANT, CINCARIB (END OF MESSAGE)

CLASSIFICATION — DISSEMINATION CONTROLS

STATE/INF	DIA	ARMY/ACSI	NAVY	AIR	JCS	SECDEF	HSA	NIC	AID	USIA	OCI	ONE	OCR	ORR	OBI	DO
-----------	-----	-----------	------	-----	-----	--------	-----	-----	-----	------	-----	-----	-----	-----	-----	----

**TELEGRAM INFORMATION REPORT TELEGRAM**

Content UNCLASSIFIED

per \_\_\_\_\_

date 17 FEB 1976

SANITIZED COPY

FORM 22 **IK** OBSOLETE PREVIOUS EDITIONS.

## Anexo 2:

### Lista de oficiais generais de exército<sup>1448</sup>:

1961	1962	1963
Ag. Oswaldo <b>Cordeiro de Farias</b> – 2/08/1952	1. Oswaldo <b>Cordeiro de Farias</b> – 2/08/1952	1. Oswaldo <b>Cordeiro de Farias</b> – 2/08/1952
QE. Olympio <b>Falconiere da cunha</b> – 22/03/1955	QE. Tristão de Alencar <b>Araripe</b> – 21/07/1955	QE. Tristão de Alencar <b>Araripe</b> – 21/07/1955.
QE. Tristão de Alencar <b>Araripe</b> – 21/07/1955	QE. Antônio José de <b>Lima Câmara</b> – 25/08/1958	QE. Antônio José de <b>Lima Câmara</b> – 25/08/1958
QE. João <b>Carlos Barreto</b> – 25/08/1957	QE. Floriano de <b>Lima Brayner</b> – 25/12/1958	QE. Floriano de <b>Lima Brayner</b> – 25/12/1958
1. <b>Nicanor</b> Guimarães de Souza – 25/04/1958	Ag. José <b>Daudt Fabricio</b> – 25/07/1959	AG. Nestor <b>Souto de Oliveira</b> – 25/07/1959
QE. Antônio José de <b>Lima Câmara</b> – 25/08/1958	AG. Nestor <b>Souto de Oliveira</b> – 25/07/1959	José <b>Machado Lopes</b> – 25/07/1961 (Denys)
2. Floriano de <b>Lima Brayner</b> – 25/12/1958	2. João de <b>Segadas Vianna</b> – 25/11/1959	AG. Oswaldo de Araújo <b>Mota</b> – 25/07/1961 (Denys)
3. <b>Stenio</b> Caio de Albuquerque Lima – 25/12/1958	3. <b>Nelson de Melo</b> – 25/11/1959.	2. Arthur da <b>Costa e Silva</b> – 25/11/1961 (Segadas)
AG. José <b>Daudt Fabricio</b> – 25/07/1959	4. <b>Osvino</b> Ferreira Alves – 25/11/1959.	Ag. Nestor <b>Penha Brasil</b> – 25/07/1962 (Melo)
4. Nestor <b>Souto de Oliveira</b> – 25/07/1959	Ag. Emilio Rodrigues <b>Ribas</b> – 25/03/1960 (Denys)	3. Humberto de Alencar <b>Castelo Branco</b> – 25/07/1962 (Melo)
5. João de <b>Segadas Vianna</b> – 25/11/1959	5. José <b>Machado Lopes</b> – 25/07/1961 (Denys)	Ag. <b>Jair</b> Dantas Ribeiro – 25/07/1962. (Melo)
Ag. <b>Nelson de Melo</b> – 25/11/1959.	AG. Oswaldo de Araújo <b>Mota</b> – 25/07/1961 (Denys)	Ag. Peri Constant <b>Bevilaqua</b> – 25/03/1963 (Kruel)
6. <b>Osvino</b> Ferreira Alves – 25/11/1959.	6. Arthur da <b>Costa e Silva</b> – 25/11/1961 (Segadas)	4. Benjamim Rodrigues <b>Gualhardo</b> – 25/11/1963 (Dantas)
7. Emílio Rodrigues <b>Ribas Junior</b> – 25/03/1960 (Denys)	7. Nestor <b>Penha Brasil</b> – 25/07/1962 (segadas)	5. Decio Palmeiro de <b>Escobar</b> – 25/11/1963 (Dantas)
8. Américo <b>Braga</b> – 25/03/1960 (Denys)	8. Humberto de Alencar <b>Castelo Branco</b> – 25/07/1962 (Segadas)	6. Armando de <b>Moraes Ancora</b> – 25/11/1963 (Dantas)
	9. <b>Jair</b> Dantas Ribeiro – 25/07/1962. (Melo)	7. Joaquim Justino Alves <b>Bastos</b> – 25/11/1963 (Dantas)
		8. Amauri <b>Kruel</b> – 25/11/1963 (Dantas)

Relação de Generais de divisão:

<sup>1448</sup> O Nome em parênteses marcado em alguns casos se refere ao Ministro da Guerra sob o qual este oficial foi promovido.

1961	1962	1963
1. José <b>Machado Lopes</b> – 23/07/1956	1. Peri Constant <b>Bevilaqua</b> – 25/12/1958	1. Eduardo de Carvalho <b>Chaves</b> – 25/12/1958.
2. Oswaldo de Araújo <b>Mota</b> – 25/12/1956	2. Oscar <b>Rosa</b> Nepomuceno da Silva – 25/12/1958.	2. Octacílio Terra <b>Ururahy</b> – 25/07/1959
3. Arthur da <b>Costa e Silva</b> – 25/04/1958	3. Benjamim Rodrigues <b>Gualhardo</b> – 25/12/1958.	Ag. Nilo Augusto <b>Guerreiro</b> Lima – 25/11/1959.
4. Nestor <b>Penha Brasil</b> – 25/04/1958	4. Decio Palmeiro de <b>Escobar</b> – 25/12/1958.	3. Emilio <b>Maurell</b> Filho – 25/11/1960. (Denys)
5. Humberto de Alencar <b>Castelo Branco</b> – 25/08/1958	5. Eduardo de Carvalho <b>Chaves</b> – 25/12/1958.	4. Waldemar <b>Levy</b> <b>Cardoso</b> – 25/09/1969 (Denys)
6. <b>Jair</b> Dantas Ribeiro – 25/08/1958	6. Armando de <b>Moraes</b> <b>Ancora</b> – 25/12/1958	5. Alberto Ribeiro <b>Sallaberry</b> – 25/03/1961 (Denys)
7. Nelson Rebelo de <b>Queiroz</b> – 25/08/1958	7. Joaquim Justino <b>Alves</b> <b>Bastos</b> – 25/12/1958	6. João Baptista de <b>Mattos</b> – 25/07/1961. (Denys)
8. Peri Constant <b>Bevilaqua</b> – 25/12/1958	8. João Baptista <b>Rangel</b> – 25/07/1959	7. Estevão <b>Taurino</b> de Rezende Netto – 25/11/1961 (Segadas)
9. Oscar <b>Rosa</b> Nepomuceno da Silva – 25/12/1958.	9. Octacílio Terra <b>Ururahy</b> – 25/07/1959	8. Aurelio <b>Lyra</b> <b>Tavares</b> – 25/11/1961 (Segadas)
10. Benjamim Rodrigues <b>Gualhardo</b> – 25/12/1958.	10. Nilo Augusto <b>Guerreiro</b> Lima – 25/11/1959.	9. Olympio <b>Mourão</b> <b>Filho</b> 25/03/1962. (Segadas)
11. Decio Palmeiro de <b>Escobar</b> – 25/12/1958.	11. José Theophilo de <b>Arruda</b> – 25/03/1960 (Denys)	10. Antonio <b>Accioly</b> Borges 25/03/1962 (Segadas)
12. Eduardo de Carvalho <b>Chaves</b> – 25/12/1958.	Ag. Amaury <b>Kruel</b> – 25/07/1960 (Denys)	11. Luiz Augusto da <b>Silveira</b> – 25/07/1962 (Melo)
13. Armando de <b>Moraes</b> <b>Ancora</b> – 25/12/1958	12. . Emilio <b>Maurell</b> Filho – 25/11/1960. (Denys)	12. Hugo <b>Penasco</b> <b>Alvim</b> – 25/07/1962 (Melo)
14. Floriano Peixoto <b>Keller</b> – 25/12/1958	13 Augusto da Cunha <b>Magessi</b> Pereira – 25/11/1960 (Denys)	13. Carlos Flores de <b>Paiva</b> <b>Chaves</b> – 25/07/1962 (Melo)
15. Joaquim Justino <b>Alves</b> <b>Bastos</b> – 25/12/1958	14. Waldemar <b>Levy</b> <b>Cardoso</b> – 25/09/1969 (Denys)	14. <b>Ladário</b> Pereira Telles – 25/07/ 1962 (Melo)
16. Antonio José <b>Coelho</b> <b>dos Reis</b> – 25/12/1958	Ag. Ignacio Freitas <b>Rolim</b> – 25/03/1961. (Denys)	Ag. Francisco Damasceno Ferreira <b>Portugal</b> – 25/03/1963 (Kruel)
17. Djalma Dias Ribeiro – 25/12/1958.	15. Ademar de <b>Queiroz</b> – 25/03/1961 (Denys)	15. <b>Oromar</b> <b>Osório</b> – 25/03/1963 (Kruel)

18. João Baptista <b>Rangel</b> – 25/07/1959	16. Alberto Ribeiro <b>Sallaberry</b> – 25/03/1961 (Denys)	16. Mario <b>Poppe de Figueiredo</b> – 25/07/1963 (Dantas)
19. Octacílio Terra <b>Ururahy</b> – 25/07/1959	17. João Baptista de <b>Mattos</b> – 25/07/1961. (Denys)	17. <b>Silvino</b> Castor da Nóbrega – 25/07/1963 (Dantas)
20. Nilo Augusto <b>Guerreiro</b> Lima – 25/11/1959.	18. Estevão <b>Taurino</b> de Rezende Netto – 25/11/1961 (Segadas)	Ag. Alberto Ribeiro <b>Paz</b> – 25/11/1963 (Dantas)
Ag. Armando <b>Villanova</b> Pereira de Vasconcellos – 25/11/1959	19. Aurelio <b>Lyra Tavares</b> – 25/11/1961 (Segadas)	18. <b>Aluizio</b> de Miranda Mendes – 25/11/1963. (Dantas)
Ag. José Theophilo de <b>Arruda</b> – 25/03/1960 (Denys)	20. Olympio <b>Mourão Filho</b> – 25 /03/1962. (Segadas)	19. Armando <b>Bandeira</b> de Moraes – 25/11/1963 (Dantas)
21. Aurelio Alves de <b>Souza Ferreira</b> – 25/03/1960 (Denys)	Ag. Antonio <b>Accioly</b> Borges – 25/03/1962 (Segadas)	20. <b>Adalberto</b> Pereira dos Santos – 25/11/1963 (Dantas)
22. <b>Inima Siqueira</b> – 25/03/1960 (Denys)	21. Luiz Augusto da <b>Silveira</b> – 25/07/1962 (Melo)	21. Altair <b>Franco Ferreira</b> – 25/11/1963 (Dantas)
Ag. Amaury <b>Kruel</b> – 25/07/1960 (Denys)	22. Hugo <b>Penasco Alvim</b> – 25/07/1962 (Melo)	22. Mario Ferreira <b>Barbosa Pinto</b> – 25/11/1963 (Dantas)
Ag. Emilio <b>Maurell</b> Filho – 25/11/1960. (Denys)	23. Carlos Flores de <b>Paiva Chaves</b> – 25/07/1962 (Melo)	23. <b>Florianio</b> da Silva Machado – 25/11/1963 (Dantas)
23. Augusto da Cunha <b>Magessi</b> Pereira – 25/11/1960 (Denys)	24. <b>Ladário</b> Pereira Telles – 25/07/ 1962 (Melo)	

Relação dos generais de Brigada:

1961	1962	1963
1. Waldemar <b>Levy Cardoso</b> – 09/08/1954	1. <b>Franklin</b> Rodrigues de Moraes – 25/04/1957.	1. Orlando <b>Geysel</b> – 25/04/1958.
2. <b>Milton Cezimbra</b> – 25/05/1955	2. Mario <b>Poppe de Figueiredo</b> – 25/08/1957.	2. José Pinheiro de Ulhoa Cintra – 25/07/1959
Ag. Ignacio de Freitas <b>Rolim</b> – 01/06/1955	3. Francisco Damasceno Ferreira <b>Portugal</b>	3. Raphael de <b>Souza Aguiar</b> – 25/07/1959.
Ag. <b>Ademar de Queiroz</b> – 20/07/1955	4. <b>Oromar Osório</b> – 25/08/1957.	Ag. Orlando Gomes <b>Ramagem</b> – 25/07/1959.
3. Alberto Ribeiro <b>Sallaberry</b> – 26/07/1955	5. Orlando <b>Geysel</b> – 25/04/1958.	Ag. Armando de <b>Noronha</b> – 25/07/1959
4. João Baptista de <b>Mattos</b> – 26/07/1955	6. Alberto Ribeiro <b>Paz</b> – 25/12/1938.	4. Alvaro Alves da Silva Braga – 25/07/1959
5. Estevão <b>Taurino</b> de Rezende Netto – 07/12/1955.	7. <b>Pedro Geraldo</b> de Almeida – 25/12/1958.	5. Augusto <b>Fragoso</b> – 25/11/1959.
6. Aurelio <b>Lyra Tavares</b> –	Ag. <b>Antero de Mattos</b>	6. Carlos Luiz <b>Guedes</b> –

30/12/1955	Filho – 25/12/1958.	25/03/1960. (Denys)
7. <b>Thales</b> Moutinho da Costa – 25/03/1956	8. <b>Silvino</b> Castor da Nóbrega – 25/12/1958.	7. Milton Barboza Guimarães – 25/03/1960. (Denys)
8. Olympio <b>Mourão Filho</b> – 25/03/1956.	9. <b>Aluizio</b> de Miranda Mendes – 25/12/1958.	8. <b>Paulo</b> Francisco <b>Torres</b> – 25/03/1960. (Denys)
9. Ag. Antonio <b>Accioly</b> Borges – 25/03/1956.	10. Armando <b>Bandeira</b> de Moraes – 25/12/1958.	9. Idalio <b>Sardemberg</b> – 25/03/1960 (Denys)
10. Luiz Augusto da <b>Silveira</b> – 25/08/1956.	11. <b>Adalberto</b> Pereira dos Santos – 25/12/1958.	Ag. José Sinval Monteiro <b>Lindemberg</b> – 25/03/1960. (Denys)
Ag. Hugo <b>Penasco Alvim</b> – 25/08/1956.	12. Altair <b>Franco Ferreira</b> – 25/12/1958.	10. Jurandyr de Bizarria <b>Mamede</b> – 25/07/1960. (Denys)
11. Carlos Flores de <b>Paiva Chaves</b> – 25/08/1956	13. José <b>Publio Ribeiro</b> – 25/12/1958.	11. Antonio Carlos da Silva <b>Muricy</b> – 25/07/1960. (Denys)
12. <b>Ladário</b> Pereira Telles – 25/08/1956	14. Mario Ferreira <b>Barbosa Pinto</b> – 25/03/1959.	12. <b>Enio</b> da Cunha Garcia – 25/07/1960 (Denys)
13. Amanga Liberato de Castro Menezes – 25/04/1957.	15. José Pinheiro de Ulhoa Cintra – 25/07/1959	13. <b>Syseno</b> Sarmento – 25/11/1960 (Denys)
14. João de Almeida <b>Freitas</b> – 25/04/1957.	16. <b>Floriano</b> da Silva Machado – 25/07/1959.	Ag. Alfredo Souto <b>Malan</b> – 25/11/1960. (Denys)
15. <b>Aricles</b> Gonçalves Pinto – 25/04/1957.	17. Ramiro <b>Gorreta</b> Júnior – 25/07/1959.	14. Alvaro Tavares Carmo – 25/11/1960 (Denys)
16. <b>Franklin</b> Rodrigues de Moraes – 25/04/1957.	18. Raphael de <b>Souza Aguiar</b> – 25/07/1959.	15. <b>Dario</b> coelho – 25/11/1960. (Denys)
Ag. João da Costa Braga Junior – 25/08/1957	19. Orlando Gomes <b>Ramagem</b> – 25/07/1959.	16. Antonio Henrique Almeida de Moraes – 25/11/1960. (Denys)
Ag. Mario <b>Poppe de Figueiredo</b> – 25/08/1957.	Ag. Armando de <b>Noronha</b> – 25/07/1959	17. José Maria de <b>Moraes e Barros</b> – 25/03/1961. (Denys)
17. Ag. Francisco Damasceno Ferreira <b>Portugal</b> – 25/08/1957.	Ag. Alvaro Alves da Silva Braga – 25/07/1959	18. Ernesto <b>Geisel</b> – 25/03/1961. (Denys)
Ag. <b>Oromar Osório</b> – 25/08/1957.	20. Osmar Soares Dutra – 25/11/1959.	Ag. Arnaldo Augusto da <b>Matta</b> – 25/03/1961 (Denys)
18. Miguel Lage <b>Sayão</b> – 25/04/1958.	21. Augusto <b>Fragoso</b> – 25/11/1959.	19. Moacir Araújo Lopes – 25/07/1961 (Denys)
19. Waldemar Pio dos Santos – 25/04/1958.	22. Carlos Luiz <b>Guedes</b> – 25/03/1960. (Denys)	20. Manoel Rodrigues de Carvalho <b>Lisboa</b> – 25/07/1961. (Denys)
Ag. João Punaro <b>Bley</b> – 25/04/1958.	Ag. Milton Barboza Guimarães – 25/03/1960. (Denys)	Ag. João Armindo Correa da Costa – 25/07/1961 (Denys)

20. Orlando Geysel – 25/04/1958.	Ag. <b>Paulo</b> Francisco <b>Torres</b> – 25/03/1960. (Denys)	Ag. Manoel <b>Mendes</b> <b>Pereira</b> – 25/07/1961. (Denys)
Ag. Eduardo Peres <b>Campello</b> de Almeida – 25/08/1958.	23. Idalio <b>Sardemberg</b> – 25/03/1960 (Denys)	21. José <b>Canavarro</b> Pereira - 25/07/1961. (Denys)
21. Alberto Ribeiro <b>Paz</b> – 25/12/1938.	Ag. José Sinval Monteiro <b>Lindemberg</b> – 25/03/1960. (Denys)	22. Augusto Cezar de Castro Moniz de <b>Aragão</b> – 25/07/1961. (Denys)
Ag. <b>Pedro Geraldo</b> de Almeida – 25/12/1958.	24. Jurandyr de Bizarria <b>Mamede</b> – 25/07/1960. (Denys)	23. Emilio <b>Garrastazu</b> Medice – 25/07/1961. (Denys)
Ag. <b>Antero de Mattos</b> Filho – 25/12/1958.	25. Antonio Carlos da Silva <b>Muricy</b> – 25/07/1960. (Denys)	24. José Horacio da Cunha <b>Garcia</b> – 25/03/1962 (Segadas)
22. <b>Silvino</b> Castor da Nóbrega – 25/12/1958.	26. Sylvio Americo <b>Santa</b> <b>Rosa</b> – 25/07/1960. (Denys)	25. João Carlos <b>Gross</b> – 25/07/1962. (Melo)
23. <b>Aluizio</b> de Miranda Mendes – 25/12/1958.	27. Vasco <b>Kropf</b> de Carvalho – 25/07/1960. (Denys)	26. Isaac Nahon – 25/07/1962 (Melo)
24. Armando <b>Bandeira</b> de Moraes – 25/12/1958.	28. <b>Enio</b> da Cunha Garcia – 25/07/1960 (Denys)	27. Genaro <b>Bomtempo</b> – 25/07/1962. (Melo)
25. <b>Adalberto</b> Pereira dos Santos – 25/12/1958.	29. <b>Syseno</b> Sarmento – 25/11/1960 (Denys)	28. Euriale de Jesus <b>Zerbine</b> – 25/07/1962. (Melo)
26. Altair <b>Franco Ferreira</b> – 25/12/1958.	Ag. Alfredo Souto <b>Malan</b> – 25/11/1960. (Denys)	ag. Nicolau <b>Fico</b> – 25/07/1962 (Melo)
27. José <b>Publio Ribeiro</b> – 25/12/1958.	30. Alvaro Tavares Carmo – 25/11/1960 (Denys)	Ag. <b>Albino</b> Silva – 25/07/1962. (Melo)
28. João <b>Gualberto</b> Gomes de Sá – 25/12/1958.	ag. <b>Dario</b> coelho – 25/11/1960. (Denys)	29. Hugo Garrastazu – 25/07/1962. (Melo)
29. Mario Ferreira <b>Barbosa Pinto</b> – 25/03/1959.	31. Antonio Henrique Almeida de Moraes – 25/11/1960. (Denys)	30. <b>Ivan</b> Pires Ferreira – 25/11/1962 (Kruel)
30. José Pinheiro de Ulhoa Cintra – 25/07/1959	32. José Maria de <b>Moraes</b> <b>e Barros</b> – 25/03/1961. (Denys)	31. <b>Anfrisio</b> da Rocha Lima – 25/11/1962. (Kruel)
31. <b>Floriano</b> da Silva Machado – 25/07/1959.	33. Ernesto <b>Geisel</b> – 25/03/1961. (Denys)	32. Luiz Tavares da Cunha Mello – 25/07/1962. (Melo)
32. Ramiro <b>Gorreta</b> Júnior – 25/07/1959.	Ag. Arnaldo Augusto da <b>Matta</b> – 25/03/1961 (Denys)	33. Almerio de <b>Castro</b> <b>Neves</b> – 25/11/1962. (Kruel)
Raphael de <b>Souza Aguiar</b> – 25/07/1959.	34. Moacir Araújo Lopes – 25/07/1961 (Denys)	34. Lindolfo <b>Ferraz</b> Filho – 25/03/1963 (Kruel)
Ag. Orlando Gomes <b>Ramagem</b> – 25/07/1959.	35. Manoel Rodrigues de Carvalho <b>Lisboa</b> – 25/07/1961. (Denys)	Ag. Antonio <b>Negreiros</b> de Andrade Pinto -25/07/1963 (Dantas)
33. Armando de <b>Noronha</b>	36. João Armindo Correa	35. Omar <b>Emir</b> Chaves –

– 25/07/1959	da Costa – 25/07/1961 (Denys)	25/07/1963 (Dantas)
34. Alvaro Alves da Silva Braga – 25/07/1959	37. Manoel <b>Mendes Pereira</b> – 25/07/1961. (Denys)	36. <b>Chrysantho</b> de Miranda Figueiredo – 25/07/63 (Dantas)
Ag. Osmar Soares Dutra – 25/11/1959.	38. José <b>Canavarro</b> Pereira - 25/07/1961. (Denys)	Ag. <b>Nairo</b> Villanova Madeira - 25/07/63 (Dantas)
Ag. Augusto <b>Fragoso</b> – 25/11/1959.	39. Augusto Cezar de Castro Moniz <b>Aragão</b> – 25/07/1961. (Denys)	37. Joaquim de Melo <b>Camarinha</b> – 25 /07/63 (Dantas)
35. Joaquim Vicente <b>Rondon</b> – 25/03/1960 (Denys)	40. Emilio <b>Garrastazu</b> Medice – 25/07/1961. (Denys)	38. Napoleão <b>Nobre</b> – 25/07/63 (Dantas)
36. Carlos Luiz <b>Guedes</b> – 25/03/1960. (Denys)	41. José Horacio da Cunha <b>Garcia</b> – 25/03/1962 (Segadas)	39. Alfredo <b>Pinheiro</b> Soares Filho – 25 /07/63 (Dantas)
37. Milton Barboza Guimarães – 25/03/1960. (Denys)	Ag. João Carlos <b>Gross</b> – 25/07/1962. (Melo)	40. Carlos <b>Buck</b> Junior – 25/07/63 (Dantas)
38. <b>Paulo</b> de Queiroz <b>Duarte</b> – 25/03/1960. (Denys)	42. Isaac Nahon – 25/07/1962 (Melo)	41. Edwaldo de <b>Luna</b> <b>Pedrosa</b> – 25/07/63 (Dantas)
39. <b>Paulo</b> Francisco <b>Torres</b> – 25/03/1960. (Denys)	43. Genaro <b>Bomtempo</b> – 25/07/1962. (Melo)	42. João de Deus Nunes <b>Saraiva</b> – 25/07/63 (Dantas)
Ag. Idalio <b>Sardemberg</b> – 25/03/1960 (Denys)	44. Euriale de Jesus <b>Zerbine</b> – 25/07/1962. (Melo)	43. João Costa – 25/11/1963 (Dantas)
Ag. José Sinval Monteiro <b>Lindemberg</b> – 25/03/1960. (Denys)	45. Nicolau <b>Fico</b> – 25/07/1962 (Melo)	44. Argemiro de <b>Assis</b> <b>Brasil</b> – 25/11/1963 (Dantas)
40. Jurandy de Bizarria <b>Mamede</b> – 25/07/1960. (Denys)	Ag. <b>Albino</b> Silva – 25/07/1962. (Melo)	45. Newton Barra – 25/11/1963 (Dantas)
41. Antonio Carlos da Silva <b>Muricy</b> – 25/07/1960. (Denys)	46. Hugo Garrastazu – 25/07/1962. (Melo)	46. Ottomar Soares de Lima – 25/11/1963 (Dantas)
Ag. Sylvio Americo <b>Santa</b> <b>Rosa</b> – 25/07/1960. (Denys)	47. Luiz Tavares da Cunha Mello – 25/07/1962. (Melo)	47. Durval Campello de <b>Macedo</b> – 25/11/1963 (Dantas)
Ag. Vasco <b>Kropf</b> de Carvalho – 25/07/1960. (Denys)	48. <b>Ivan</b> Pires Ferreira – 25/11/1962 (Kruel)	Ag. <b>André Fernandes</b> de Souza – 25/11/1963 (Dantas)
42. <b>Enio</b> da Cunha Garcia – 25/07/1960 (Denys)	59. <b>Anfrisio</b> da Rocha Lima – 25/11/1962. (Kruel)	
43. <b>Syseno</b> Sarmiento – 25/11/1960 (Denys)	50. Almerio de <b>Castro</b> <b>Neves</b> – 25/11/1962. (Kruel)	

44. Alfredo Souto <b>Malan</b> – 25/11/1960. (Denys)	51. Lindolfo Ferraz Filho <sup>1449</sup> (Kruel)	
45. Alvaro Tavares Carmo – 25/11/1960 (Denys)		
46. <b>Dario</b> coelho – 25/11/1960. (Denys)		
47. Antonio Henrique Almeida de Moraes – 25/11/1960. (Denys)		
Ag. Arnaldo Augusto da Matta – 25/11/1960. (Denys)		

---

<sup>1449</sup> Este nome está escrito à mão.

## **Bibliografia:**

### **Historiografia e Ciências Sociais:**

ABREU, Alzira. *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006.

ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

AFFONSO, Almino. *Raízes do Golpe: Da Crise da Legalidade ao Parlamentarismo*. São Paulo, Marco Zero, 1988.

AGEE, Philip. *Dentro da “companhia”: diário da CIA*. São Paulo, Círculo do Livro, 1976. Pag. 366.

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. Dissertação de Mestrado - UFF, Niterói, 2010.

AMARAL, Antonio José de Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

ARGOLO, José A; TEIXEIRA, Kátia Maria Ribeiro; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1996.

ARRAES, Miguel, TAVARES, Cristina, MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*. Recife. Fundação João Mangabeira, 1979.

AYERBE, Luis Fernando. *A revolução Cubana*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64. O 24 de agosto de Jânio Quadros. O caminho da Revolução brasileira*. São Paulo. Editora Brasiliense. 2 edição, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1977.

\_\_\_\_\_. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, ECB, 1973

BARÃO, Carlos Alberto. *A influencia da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60*. In: MORAES, João Quartim de & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções*. Volume 1, Campinas – SP; Editora da Unicamp, 2003.

BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. São Paulo, Editora equador, 1965.

- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 3. Ed. São Paulo : Fulgor, 1967
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Janio Quadros*. São Paulo, Coleção Tudo é história, Brasiliense, 3ª edição, 1985.
- \_\_\_\_\_. O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BOITO JUNIOR, Armando. *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, coleção Tudo é história, 1982.
- BRIZOLA, Leonel, et all. *Legalidade, 25 anos. A resistência popular que levou Jango ao poder*. Porto Alegre, Redactor, SD.
- Caio Navarro de (org). *1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1997.
- CALIL, Gilberto G. *O Integralismo no Pós-Guerra. A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- CALLADO, Antonio. *Jango ou o suicídio sem sangue*. In: DINES, Alberto. et all. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Alvaro editor, 1964.
- CAMARGO, Aspásia, MARIANI, TEIXEIRA, Maria Tereza. *Encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal, Dom Quixote; Rio de Janeiro, CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro. 1972.
- CARLI, Gileno de. *JQ, Brasília e a grande crise*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1961.
- CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*, São Paulo, Difel, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, Editora Difel. 1976.
- \_\_\_\_\_. *O PCB. 1922 a 1943*. São Paulo - SP: Difel, v.1, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Vargas e os militares*, in: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- (b)
- \_\_\_\_\_. *Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro*. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. *As instituições da era Vargas*. Rio de Janeiro, EdUERJ, Ed. FGV. 1999 (a).

- CASTELO BRANCO, Carlos. *Da conspiração à Revolução*. In: DINES, Alberto. et all. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro editor, 1964.
- CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000
- \_\_\_\_\_. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
- COSTA, Cecília Maria Leite, PANDOLFI, Dulce Chaves, SERBIN, Kenneth. *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*, 2ª edição, Rio de Janeiro, FGV, 2001.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas*. Disponível in: [http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/paulo\\_cunha\\_25-09-07.pdf](http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/paulo_cunha_25-09-07.pdf), acesso em 13/04/2013
- \_\_\_\_\_. CABRAL, Fátima(Org). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo, Editora da UNESP, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro, Revan, 2002.
- D'ARAÚJO, Maria Celina de. *As instituições da era Vargas*. Rio de Janeiro, EdUERJ, Ed. FGV. 1999.
- \_\_\_\_\_. SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo, Editora 34, 2004.
- DINES, Alberto, FERNANDES JR, Florestan, SALOMÃO, Nelma. *Histórias do Poder, 100 anos de política no Brasil, volume 1: Militares, Igreja e Sociedade Cível*. São Paulo, editora 34, 2000 (a).
- \_\_\_\_\_. *Histórias do Poder, 100 anos de política no Brasil, volume 3: visões do executivo*. São Paulo, editora 34, 2000.
- DINES, Alberto. et all. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro editor, 1964.

DONATO, Hernâni. *História da revolução constitucionalista de 1932: comemoração aos 70 anos do evento*. São Paulo, IBRASA, 2002

DREIFUSS, René Armand Dreifuss. *1964: A conquista do Estado. Ação política e Golpe de Estado*. Petrópolis – RJ, Vozes, 1981.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1976.

\_\_\_\_\_. *Pequenos ensaios de história da república : 1889-1945*. 2. ed. São Paulo : Cebrap, 1972;

FERREIRA, Argemiro. *Caça às bruxas: macartismo, uma tragédia americana*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1989.

FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização \_\_\_\_\_.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O Tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O Tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: entre memória e história*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006.

FERREIRA, Oliveros S. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo, Editora SENAC, 2000.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheilub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política:1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

- FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1981.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula*. Spo, Record, 2005.
- FONTES, Virgínia. *Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. Reflexões impertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2005.
- FRANCHINI NETO, Hélio. *A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962*. Rev. bras. polít. int. [online]. 2005.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro. FGV, 2007.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 6ª edição. São Paulo, Editora Ática. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Era o golpe inevitável?* In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). *1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1997.
- GRYNZPAN, Mário. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. (org) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Octávio. *A formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- JAGUARIBE, Hélio. *A renúncia do presidente Jânio Quadros e a crise política brasileira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, vol.1, novembro de 1961.

KERN, Ib. *Não há anjos no poder: histórias vivas de um repórter: (nos tempos de Borges de Medeiros, Getúlio, Jânio, Jango, Brizola, da Carta Brandi, dos generais e da vida na Moscou Soviética)*. Porto Alegre (RS), AGE, 2007.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1997.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia volta volver. Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1997.

LEMOS, Renato (org). *O general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)*. Rio de Janeiro, Bom texto. 2004.

LOPEZ, Luiz Roberto. *João Goulart*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1990.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

MANOR, Paul. *La Cruzada Democrática un groupe militaire de pression de La droite libérale dans l'armée brésilienne, 1952-1962* IN Revue Française d' Histoire D'Outre-mer, Paris Tome LXVI, 1979.

MANTEGA, Guido. MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARKUN, Paulo. HAMILTON, Duda. *1961, o Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo, Benvirá, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de. 1964*. Disponível em: [www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc](http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc). Acesso em 02/10/1012.

\_\_\_\_\_. *A influência doutrinária sobre os militares brasileiros nos anos de 1960*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23. Nº 67. 2008.

\_\_\_\_\_. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: Os pensadores: Marx. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ. 2003

\_\_\_\_\_. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vicio de Leitura, 1998.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp-Marília-Publicações, São Paulo, Boitempo, 1999.

MELLO, João Cardoso de, NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. Campinas- SP, editora da UNIFESP, 2009.

MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos Sessenta*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

MELO, Hildete Pereira de, BASTOS, Carlos Pinkusfeld, ARAÚJO, Victor Leonardo de. *A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Graal, 1986.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo, Associação editorial Humanitas, FAPESP, 2006.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O petróleo é nosso, A luta contra o “entreguismo” pelo monopólio Estatal, 1947-1953, 1953-1981, 1982-2004*. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo, Editora IPISIS, 2004.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978.

MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco. *Prestes, lutas e autocríticas*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim de & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções*. Volume 1, Campinas – SP; Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. *A esquerda Militar no Brasil, Vol. 2: Da Coluna à Comuna*. São Paulo, Siciliano, 1994;

\_\_\_\_\_. *A esquerda Militar no Brasil, Vol. 1: Da conspiração Republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo, Siciliano, 1991

\_\_\_\_\_. *O argumento da força*. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo ... [et. Al.] *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.

- \_\_\_\_\_. *O colapso da resistência militar ao Golpe de 64*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). *1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1997.
- MOREIRA, Pedro Rogério. *Bela Noite para voar, um folhetim estrelado por JK*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2005.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 5ª edição, 2009, Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ.
- MORENO, Nahuel. *As frentes populares na história*. São Paulo: Sudermann, 2002.
- MOROSINI, Liseane. *Mais deveres que direitos: os sargentos e a luta pela cidadania Negada (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado, IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Jango e golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ED., 2006.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- MUNTEAL, Oswaldo. *As reformas de Base na era Jango*. Tese de Doutorado, FGV-RJ, 2008.
- NETO, Araújo. *A paisagem*. In: DINES, Alberto. Et all. *Os idos de março e a queda de abril*. José Alvaro editor, Rio de Janeiro, 1964.
- O'DONNELL, Guilherme. *BA: Reflexões sobre os Estados Burocráticos-Autoritários*. São Paulo, Vértice, 1987.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964 - 1969)*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. ... [et. Al.] *As forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- ORENSTEIN, Luiz. SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. *Democracia com desenvolvimento: 1956-1961*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. Dissertação (Mestrado) — PPGH/ICHF, UFF, Niterói, 1992

- PEDREIRA, Fernando. *Março 31, Civis e Militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro, José Alvaro editor, 1964
- PEIXOTO, Antonio Carlos. *O clube militar e os confrontos no seio das forças armadas*. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980 (b).
- \_\_\_\_\_. *Exército e política no Brasil*. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e Política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro, E-papers, 2007.
- PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. *O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica*. Disponível in: [www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/.../893](http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/.../893), acesso em: 13/04/2013
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. *Jânio, Jango & Cia*. Brasília, Editora Eco, 1988.
- PINTO, Sergio Murillo. *A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- QUADROS, Jânio & FRANCO, Afonso Arinos Melo. *História do povo brasileiro*. Vol. VI (“O Brasil contemporâneo, crises e rumos”). São Paulo: Jânio Quadros Editores Culturais, 1967.
- REBELO, José Maria. *Diáspora, os longos caminhos do exílio*. São Paulo, Geração Editorial, 2001.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- REZENDE, Claudinei Cássio de. *Suicídio Revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993
- RODRIGUES, Marly. *A década de 50. Populismo e metas de desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Editora Ática. 1992.
- RODRIGUES; Flávio Luís: *Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo; Ed. Cortez, 2004.

- ROLIM, Cesar Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas brasileiras: (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- ROUQUIÉ, Alain (org). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa e ômega, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional*. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Campinas – SP. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2005.
- SANTOS, Mírian de Oliveira. *Berço de Heróis, o Papel das Escolas militares na formação de “salvadores da pátria”*. São Paulo, Anablume, 2004.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo, Vértice, 1986.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2000.
- SILVA, Hélio. *Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos, militares x militares*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. DRUMMOND, José Augusto. *A Ameaça vermelha: o plano Cohen*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1980.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto alegre , L&PM, 1984.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *A fuga de João Goulart (1962/1963)*. São Paulo, Editora Três, 1998.
- SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 7ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.
- SODRE, Nelson Werneck. *Era o golpe inevitável?* In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). *1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa e Omega, 1976.
- SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo, Globo, 1999.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1972.
- TENDLER, Silvio, DIAS, Maurício. *Jango*. Revista suplemento ao filme. Porto Alegre, L&PM, 1984.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org). *1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo, Brasiliense, 5ª edição, 1984.
- VASCONCELOS, Claudio Beserra de. *A Política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em História Social, 2010.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro, 1978.
- VIANNA. Marly Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Cia. das letras. 1992.
- VILLA, Marcos Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Porto Alegre: Globo, 2004.
- VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

### **Teoria e metodologia:**

- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (org). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho D'água, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Vozes, Petrópolis – RJ, 1977.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002 (a).

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere: o Risorgimento, notas sobre a história da Itália*. Volume 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

LIGUORI, Guido. 19. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 2007.

ORTIZ, Renato (org). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho D'água, 2003.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Teotônio dos. *Conceito de Classes Sociais*. Petrópolis, Vozes, 1985.

STACCONI, Giuseppe. *Gramsci: bloco histórico e hegemonia*. São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, 1987.

#### **Obras de referência, dicionários e enciclopédias:**

ARAÚJO, Rejane. Verbete: *Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)*, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 13/05/2013.

BELLIGNI, Silvano. Verbete: *Frente Popular*. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução. Carmen C. Varriale Et all: Coord. Trad. João Ferreira; ver. Geral; João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 11ª Ed. Vol. 1, 1998.

BENEVIDES, Maria vitória. Verbete: *Bossa Nova da UDN*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/01/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Manifesto dos Mineiros*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 13/05/2013.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução. Carmen C. Varriale Et all: Coord. Trad. João Ferreira; ver. Geral; João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 11ª Ed. Vol. 1, 1998.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de Política*, Tradução. Carmen C. Varriale Et all: Coord. Trad. João Ferreira; ver. Geral; João

Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. *Vol.2*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 11ª edição, 1998.

BRANDI, Paulo. *Verbetes: Plano Cohen*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 19/04/2013.

CHAVES, Luís Guilherme Bacellar. *Verbetes: Amaral, Azevedo do*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 13/05/2013.

COUTINHO, Amélia. *Verbetes: Kruel, Amauri*, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 12/03/2011.

DIAS, Sonia. *Verbetes: MEDICI, Emílio Garrastazu*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 15/04/2013.

Dicionário de Expressões, *verbetes: operação tartaruga*, disponível in: <http://www.dicionariodeexpressoes.com.br/busca.do?expressao=Opera%E7%E3o%20tartaruga>. Acesso em 13/05/2013.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. *Verbetes: Maurell Filho, Emilio*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_. *verbetes: Campanha da Mulher pela Democracia*, FGV/CPOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 18/02/2013.

\_\_\_\_\_. *Verbetes: Carvalho, Reinaldo*. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 13/04/2011.

\_\_\_\_\_. *Verbetes: Castro, Monteiro de*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 22/11/2012.

\_\_\_\_\_. *Verbetes: Guedes, Carlos Luís*, FGV/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 13/11/2012.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, FGV/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 21/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Mourão Filho, Olímpio*. FGV/DPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 19/04/2013

\_\_\_\_\_. Verbete: *Nolasco, Ângelo*. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso me 10/06/2012.

\_\_\_\_\_. Berbete: *Brasil, Assis (mil)*. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 14/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Barros, Morais*. Disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 12/01/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Bevilaqua, Peri*. FGV/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 18/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Braga, Américo*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Carvalho, Vasco Kropf de*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Pereira, Augusto da Cunha*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Queirós, Ademar de*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Silva, Oscar Rosa Nepomuceno da*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013

\_\_\_\_\_. Verbete: *Torres, Paulo*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Ribas Junior, Emilio Rodrigues*. FGV/CPDOC, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Clóvis Monteiro Travassos*. FGV/CPDOC, <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/06/2012.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Viana, Segadas (João)*, FGV/CPDOC, <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/06/2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Verbete: operação/operação tartaruga. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete: *Partido Social Trabalhista*, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 13/05/2013

\_\_\_\_\_. Verbete: *Partido Socialista Brasileiro*, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 13/05/2013

\_\_\_\_\_. Verbete: *João Goulart*, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro/CPDOC/FGV, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 26 maio de 2012.

KORNIS, Mônica. Verbete: *Castelo Branco, Humberto*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/04/2010.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Suzano, Pedro Paulo de Araújo*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 12/03/2011.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Viana, segadas (dep)*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDC/FGV, disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. acesso em 12 de maio de 2012.

LAMARÃO, Sérgio. Verbete: *Silvio de Azevedo Heck*; <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, consultado em 21/12/2011.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Gabriel Grün Moss*; <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, consultado em 21/12/2010.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Aragarças, Revolta de*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 15/05/2013 .

\_\_\_\_\_. Verbete: *Jacareacanga, Revolta de*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 15/05/2013.

LEAL, Carlos Eduardo. verbete: *Movimento Trabalhista Renovador*, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 13/05/2013

\_\_\_\_\_. Verbete: *Partido Republicano (PR)*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 13/05/2013.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. Verbete: *Farias, Cordeiro*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 21/12/2011.

\_\_\_\_\_. Verbete: *MELO, Nelson*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível In: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 28/01/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *SILVA, Costa e*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em: 05/03/2013.

PANTOJA, Silvia. Verbete: *Kubitschek, Juscelino*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 29/04/2013.

RAMOS, Plínio de Abreu. Verbete: *Denis, Odilio*, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro/CPDOC/FGV, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 20/08/2010.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Pedro Aurélio de Gois Monteiro*. Dicionário Histórico Biográfico brasileiro, FGV/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 15/05/2012.

SIQUEIRA, Carla. Verbete: *Rádio Mayrink Veiga*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. FGV/CPDOC, disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 11/04/2013.

WIKIPEDIA. verbete: *Carlos Alberto Brilhante Ustra*, disponível in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Alberto\\_Brilhante\\_Ustra](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Alberto_Brilhante_Ustra), acesso em 22/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *José Monteiro de Castro*, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Monteiro\\_de\\_Castro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Monteiro_de_Castro), acesso 22/11/2012

\_\_\_\_\_. verbete: *Movimento Trabalhista Renovador*, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_Trabalhista\\_Renovador](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Trabalhista_Renovador), acesso em 13/05/2013

\_\_\_\_\_. Verbete: *Oswaldo Pierucetti* in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Oswaldo\\_Pierucetti](http://pt.wikipedia.org/wiki/Oswaldo_Pierucetti), acesso em 22/11/2012.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Partido Democrata Cristão (1945-1965)*, disponível in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Democrata\\_Crist%C3%A3o\\_\(1945-1965\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democrata_Crist%C3%A3o_(1945-1965)), acesso em 13/05/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Partido Libertador*, disponível in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Libertador](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Libertador), acesso em 13/05/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Partido Social Trabalhista*, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Social\\_Trabalhista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Trabalhista), acesso em: 13/05/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Partido Socialista Brasileiro*, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Socialista\\_Brasileiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_Brasileiro), acesso em 13/05/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Partido Trabalhista Nacional*, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Trabalhista\\_Nacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Trabalhista_Nacional), acesso em 13/05/2013.

\_\_\_\_\_. verbete: *Plínio Pitaluga*, disponível in: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%ADnio\\_Pitaluga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%ADnio_Pitaluga), acessado em 18/04/2013

\_\_\_\_\_. verbete: *Tiro de Guerra*, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tiro\\_de\\_Guerra](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tiro_de_Guerra), acesso em 12/05/2012

\_\_\_\_\_. Verbete: *Estado – Maior do Exército (Brasil)* in:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-Maior do Ex%C3%A9rcito \(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-Maior_do_Ex%C3%A9rcito_(Brasil)), acessado em 18/04/2013.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Partido Social Progressista*, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Social\\_Progressista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Progressista), acesso em 13/05/2013.

## **Fontes:**

### **Literatura memorialística:**

ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.

BASTOS, Joaquim Justino Alves. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre, Editora Globo, 1965.

BIERRENBACH, Julio de Sá. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro, editora Domínio Público, 1996.

BRAGA, Kenny. *Meu amigo Jango: depoimento de Manoel Leães*. Kenny Braga. Porto Alegre: Sulina, 2003.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos marinheiros*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 2ª Edição, Ateliê Editorial, São Paulo, 2001.

D'AGUIAR, Hernani. *Estórias de um presidente*. Rio de Janeiro, Razão Cultural, 1999.

DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro, memórias: 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1989.

FIGUEIREDO, Mario Poppe de. *A revolução de 1964: um depoimento a história pátria*. Rio de Janeiro, Apec. 1970.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

JUREMA, Abelardo de Araujo. *Juscelino & Jango. PSD & PTB*. Rio de Janeiro, Artenova, 1979.

\_\_\_\_\_. *Sexta feira, 13. Os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964.

LIMA, Hermes. *Travessia, memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio editora, 1974.

LOPES, José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

MATTAR, Tuffik. *Nas entranhas do poder: depoimentos prestados ao repórter Adherbal O. Figueiredo*. São Paulo: Maltese, 1992.

MELLO, Jayme Portella de. *A revolução e o Governo Costa e Silva*. São Paulo, editora Guavira, 1979.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro, Adersen, s.d. Apud. PINTO, Sergio Murillo. *A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo*. In: PANDOLFI, 1999.

PAZ, Carlos Eugenio Sarmiento Coelho da. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1996.

PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

RIFF, Raul. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1979.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder. Vol.1 (Os protagonistas)*. São Paulo: Global, 1979.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder. Vol.2. os acontecimentos*. São Paulo, Global editora, 1981.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB Por Um Soldado*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1989.

VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Tomo 1, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1975.

VIANA FILHO, Luiz. *O Governo Castelo Branco*. Tomo II. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1975 (b).

WALTERS, Vernon. *A Missões silenciosas*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

### **Entrevistas:**

Adyr Fiúza de Castro. In: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Agnaldo Del Nero Augusto. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 5. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (e),

Amaury Krueel, realizada por Maria Cecília Ribas Carneiro e Hélio Silva, Rio de Janeiro, Arquivo Pessoal de José Murilo de Carvalho, SD.

Antonio Bandeira, in: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Antonio Carlos da Silva Muricy, In: In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 14. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (m)..

Antonio Ferreira Marques, In: In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (g).

Antônio Garcia Filho, realizada por José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, arquivo pessoal de José Murilo de Carvalho, 1980.

Antonio Jorge Correa, in: In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (a).

Argemiro de Assis Brasil à revista *ELE ELA* em Maio de 1980, disponível em <http://assisbrasil.org/argemiro/eleela.html>, acessada em 30 de Março de 2011.

Carlos Alberto Brilhante Ustra. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 5. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(e).

Carlos de Meira Mattos. In: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (a). Op cit. Pag. 226.

Cid de Camargo Osório. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 14. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (m)

Darcy Ribeiro. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Dynalmo Domingos de Souza. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 5. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (e).

Ernani Corrêa de Azambuja ao Projeto História Oral do Exército, In: MOTTA, Aricildes de Moraes. *1964 – 31 de março: O Movimento Revolucionário e sua história*. tomo 13, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2003 (l).

Euclides Bueno Filho. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (f).

Francisco Julião ao Programa de História Oral do Cpdoc/FGV em 6/12/1977, citado por: Ferreira, 2006(b)

Francisco Teixeira. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Francisco Teixeira. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Geise Ferrari. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964, 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (a). Op cit.

Gregório Bezerra. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Gustavo Moraes Rego, In: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Hélio Duarte Pereira Lemos. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (a).

Hélio Ibiapina Lima. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (b).

Herbert José de Souza. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Ivan de Souza Mendes. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (b).

Ivo Corseuiu, realizada por José Murilo de Carvalho e José Maria Jardim, Rio de Janeiro, Arquivo Pessoal de José Murilo de Carvalho, 07/12/1979.

Jarbas Passarinho, in: DINES Alberto, FERNANDES JR (org), Florestan, SALOMÃO, Nelma. *Histórias do Poder. 100 anos de política no Brasil. Vol.1 Militares, Igreja e Sociedade Civil*. São Paulo, Editora 34, 2000.

João Evangelista Mendes da Rocha, Realizada por José Murilo de Carvalho e José Maria Jardim, Rio de Janeiro, 15/12/1979.

José Antônio Barbosa de Moraes. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (b).

José Guimarães Neiva Moreira. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

José Luis Coelho Neto. In: D'ARAUJO, Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Leonel de Moura Brizola. In: DINES, Alberto, FERNANDES JR, Florestan, SALOMÃO, Nelma. *Histórias do Poder, 100 anos de política no Brasil, volume 3: visões do executivo*. São Paulo, editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_ . In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Luís de Alencar Araripe. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (b).

Luís Paulo de Macedo Carvalho. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (a).

Luiz Carlos Prestes. In: In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Luiz Gonzaga de Toledo Camargo. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(f).

Marcelo Cerqueira. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Moacyr Barcellos Potyguara. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (a)

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(a).

\_\_\_\_\_. (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(b).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 4. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(c).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 5. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(d).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 6. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(e).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(f).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 8. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(g).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 9. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(h).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 10. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(i).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 11. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(j).

\_\_\_\_\_. (coord). 1964 – 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 12. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(k).

\_\_\_\_\_. (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 13. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(l).

\_\_\_\_\_. (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 14. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(m).

Nelson de Melo, in: BOMENY, Helena; MOTTA Marly (Orgs.). *A ESCOLA que faz Escola: EBAP 50 anos, depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

Nelson Werneck Sodré. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Oacyr Pizzotti Minervino. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (f).

Orlando Morgado. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 5. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (d).

Oswaldo Cordeiro de Farias. In: CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder de. *Diálogo com Cordeiro de Farias, meio século de combate*. Rio de Janeiro, 1981.

Oswaldo Muniz Oliva. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). *1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (g)

Plínio Pitaluga, in: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Tomo 11. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (j).

Raimundo Porfíro da Costa, realizada por Fabiano Godinho Faria, Rio de Janeiro, 18/01/2012.

Ramão Menna Barreto. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 13. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (l). Op cit.

Renato Brillhante Ustra. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 5. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (e).

Rubens Bayma Denys, In: MOTTA, Aricildes de Moraes. 1964 – 31 e Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora. 2003 (a).

Rubens Restel ao Projeto História Oral do Exército, in: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 7. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003(f).

Rui Barbosa Moreira Lima. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 12. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (l).

\_\_\_\_\_. In: MORAES, Dênis. A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Rui de Paula Couto. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 13. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (m).

Sebastião José Ramos Castro. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord). 1964 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 1. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (a).

### **Documentos:**

A Revolução de 31 de março de 1964 na 3ª DI, in: (coord). 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Tomo 13. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003 (l). Pags. 48-82.

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. São Paulo, GRD, 1983.

Boletim Reservado do Exército, Nº 1-A, Arquivo do Exército, 25/01/1960.

BONNET, Gabriel. *Guerras insurrecionais e revolucionárias*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1963.

BRASIL, Presidência da República. Estado Maior da Forças Armadas. *Conceituação de Guerra insurrecional, Guerra Revolucionária, Subversão (Guerra Subversiva), Ação Psicológica, Guerra Psicológica e Guerra Fria*. 1ª edição, EMFA, 1961, FA-E-01/61.

\_\_\_\_\_. Estado Maior da Forças Armadas. *Aspectos da Guerra Contemporânea – a Guerra Revolucionária – ESG, C-20-69*.

Carta de autodefesa de Dirceu de Paiva Guimarães. Rio de Janeiro, manuscrito, Arquivo pessoal de Carlos Gabriel Guimarães, SD.

CARVALHO, Ferdinando. *O Comunismo no Brasil (IPM-709)*. Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca do Exército, v.1, 2, 3,4 e 5, 1966.

Central Intelligence Agency. *Plans of military group directed by general Amaury Krueel, Minister of War, Marshal Odylio Denys, General Nelson de Melo and others to discuss plans for a anti-government coup*, telegram, sanitized copy, 17/02/1976.

Circular aos Generais, do Chefe do EME, general Humberto de Alencar Castelo Branco. In: FIGUEIREDO, Mario Poppe de. *A revolução de 1964: um depoimento a história pátria*. Rio de Janeiro, Apec. 1970. Pag. 153-159.

Cópia rádio circular: “123/GM2/1010”, Rio de Janeiro, manuscrito, Arquivo Pessoal de Carlos Gabriel Guimarães, SD.

Diário do Congresso Nacional, Suplemento, pag. 9. Para a hora, discurso de Doutel de Andrade de 31 de março de 1964, em *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, Vol. 2. Pags. 304-7. Apud GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, companhia das Letras, 2002. pag. 80,1.

EXÉRCITO BRASILEIRO, *Almanaque Militar do Exército*, ano 1961, Rio de Janeiro, arquivo do Exército. 1962.

\_\_\_\_\_, *Almanaque Militar do Exército*, ano 1962, Rio de Janeiro, arquivo do Exército. 1963.

\_\_\_\_\_, *Almanaque Militar do Exército*, ano 1963, Rio de Janeiro, arquivo do Exército. 1964.

FRAGOSO, Augusto, *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*. C-85-59, reservado. Departamentos de Estudos da ESG, Rio de Janeiro, 1959.

LEEX – Lealdade ao Exército. In: SILVA, Hélio. *Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Pag. 466-471.

PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. Guanabara: Companhia Forense, 1964.

Proclamação *:Irmãos em Armas*, do General Emilio Garrastazu Médici, anexa a entrevista de Antonio Jorge Correa, In: MOTTA, 2003.

SALGADO, Plínio. *Integralismo na vida brasileira*. Rio de Janeiro : Clássica Brasileira, s.d;

Telegrama dos Adidos Militares a Washington, 31/03/1964, Apud GASPARI, 2002. Op cit. Pag. 79.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante, *Mensagem de um cadete da AMAN*, [http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2629&Itemid=28](http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2629&Itemid=28), acesso em: 12/01/2013.

### **Periódicos:**

*Caros Amigos*. Nº 19, edição especial: O Golpe de 64. São Paulo, Impressão Prol, março de 2004.

*Folha de São Paulo*; Edições: 03/05/1962, 04/07/1962, 05/07/1962, 14/07/1962, 14/03/1963, 5/04/1963, 06/04/1963, 07/04/1963, 10/04/1963, 11/04/1963, 16/04/1963, 14/03/1964, 19/03/1964, 21/03/1964, 26/03/1964.

*Jornal do Brasil*; Edições: 02/02/1962, 05/04/1963, 16/06/1962, 04/07/1962, 05/07/1962, 13/09/1962, 14/09/1962, 12/03/1963, 13/03/1963, 06/04/1963, 08/04/1963, 10/03/1964, 12/03/1964, 14/03/1964, 19/03/1964, 21/03/1964, 31/03/1964, 02/04/1964, 28/04/1964.

Jornal Última Hora. Edições: 05/04/1963, 14/03/1964, 20/03/1964.

O Estado de São Paulo. Edições: 05/04/1963, 13/09/63, 17/03/1964, 21/03/1964.

SUGIMOTO, Luiz. *O Golpe deu Ibope*. *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas – 24 de fevereiro a 9 de março de 2003, disponível in: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/jornalPDF/204pag03.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/204pag03.pdf) , acesso em 12/02/2013.

*Tribuna da Imprensa*. Edição: 4/07/1962.

### **Portais e páginas de internet:**

Câmara dos Deputados: Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de Abril de 1945, disponível in: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 13/05/2013.

Exército Brasileiro: Tiro de Guerra, disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/ingresso/tiro-de-guerra>, acesso em: 12/05/2012.

Jusbrasil: Decreto lei 9070/46, disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126565/decreto-lei-9070-46>

Moedas do Brasil; Cruzeiro, disponível in: <http://moedas-do-brasil.info/mos/view/Cruzeiro/>, acesso em 1/05/2013.

Palácio do Planalto: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm), acesso em 13/05/2013.

\_\_\_\_\_ : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De13864.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13864.htm), acesso em 20/05/2013.

Partido Trabalhista Nacional: <http://www.ptn.org.br/2012/site/partido.asp?x=1>, acesso em 13/05/2013

Portal da ESG: turma de 1952, disponível em: <http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1952/>

\_\_\_\_\_ : turma de 1954, disponível em: <http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1954/>, acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_ : turma de 1954, disponível em: <http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1959/>

Supremo Tribunal Federal: Julgamentos históricos, disponível in: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico&pagina=rcr553>. Acesso em 16/05/2013.

Wordpress: *O Brasil, as forças armadas, a profissão militar: Quetais relativos (Parte II)*, disponível in: <http://jbitten.wordpress.com/2011/07/30/o-brasil-as-forcas-armadas-a-profissao-militar-quetais-relativos-parte-ii/>, acesso em 20/04/2013.